



Portal de Periódicos da UNEB

www.revistas.uneb.br



DISCENTIS

REVISTA CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - CAMPUS XVI - IRECE

V. 9, N. 1, JAN-DEZ, 2024 | ISSN ELETRÔNICO: 2317-0522

DCHT - XVI
Departamento de Ciências
Humanas e Tecnologias - Irecê



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



REVISTA DISCENTIS
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN Eletrônico: 2317-0522

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

ADRIANA MARMORI LIMA
Reitora

SIANEI DOS SANTOS ALMEIDA
Secretária da PROGRAD

DAYSE LAGO DE MIRANDA
Vice-Reitora

THIAGO MARTINS CALDAS PRADO
Assessor Técnico da ASTEP

GABRIELA SOUSA RÊGO PIMENTEL
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

LÍDIA BOAVENTURA PIMENTA
Pró-Reitora da PROPLAN

ALBERTINA COSTA SIMÕES SANTIAGO
JASIANE DE OLIVEIRA SANTOS
Assessoras da PROGRAD

CÍNTIA BONFIM FREITAS E TALITA
NOGUEIRA SANTOS DOS SANTOS
Analistas

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS - DCHT
CAMPUS XVI – IRECÊ**

Profª Dra. Ana Karine Loula Torres Rocha
(Diretora)

Profa. Me. Daniela Lopes Oliveira Dourado
(Coord. NUPE)

CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA DISCENTIS

- Me. Abinálio Ubiratan da Cruz Subrinho (UNEB, Campus XVI, Irecê, Letras).
- Dra. Ana Karine Loula Torres Rocha (UNEB, Campus XVI, Irecê, Administração).
- Me. Daniela Lopes Oliveira Dourado (UNEB, Campus XVI, Irecê, Administração).
- Me. Hilderlândia Machado Santos (UNEB, Campus XVI, Irecê, Letras)
- Dra. Ivânia Batista de Oliveira Farias (UNEB, Campus XVI, Irecê, Agroecologia).
- Dr. Joabson Lima Figueiredo (UNEB, Campus XVI, Irecê, Letras).
- Me. João Domingos Ngoma (Universidade de Luanda/Angola).
- Me. Leidiane Santos dos Reis (Instituto Federal Baiano de Ciência e Tecnologia).
- Dra. Lívia da Silva Modesto Rodrigues (UNEB, Campus XVI, Irecê, Administração).
- Dra. Lormina Barreto Neta (UNEB, Campus XVI, Irecê, Pedagogia).
- Dra. Núbia Pereira Paiva (UNEB, Campus XVI, Irecê, Pedagogia).
- Me. Simão Rui Faz Tudo Soneca (Universidade de Luanda/Angola).

EDITOR-GERENTE

Me. Hebert Vieira Durães (UNEB, Campus XVI, Irecê, Administração).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
1. O ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NO PROCESSO FORMATIVO: ESTUDO DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO DO CETEP (Mirelle Miranda Ribeiro, Jerisnaldo Matos Lopes, Karine Santiago Santos).....	7
2. MARKETING DIGITAL: AS ESTRATÉGIAS DE <i>COPYWRITING</i> QUE INFLUENCIAM NO PROCESSO DE COMPRA (Fernanda Leão Ribeiro da Silva, Jerisnaldo Matos Lopes, Luan Pereira Borges).....	24
3. AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) - E SEUS IMPACTOS NOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA JUSTIÇA FEDERAL SUBSEÇÃO DE IRECÊ: UM ESTUDO DE CASO (Uender Machado Neiva, Lara Amorim Helfenstein, Cristiano Silva Santos)	45
4. A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO ALIADA NOS PROCESSOS DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Monike Bastos Medrado, Lívia da Silva Modesto Rodrigues)....	68
5. GESTÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO-BA (Gabriel de Oliveira Nery, Hebert Vieira Durães).....	87
6. SEGURANÇA ALIMENTAR E CAMPESINATO: A EXPERIÊNCIA DO GRUPO FRATERNIDADE AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL/BA (Zoraia Nunes da Gama Santos, Juliany Mendes Mota, Maria Dorath Bento Sodré, Ivania Batista de Oliveira)	103
7. APLICAÇÕES DA ETNOBOTÂNICA, COM FOCO NAS PLANTAS MEDICINAIS: UM ESTUDO NO NORDESTE BRASILEIRO (Ivania Batista de Oliveira).....	121
8. IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLA NO CAMPO EM IRECÊ-BA: ESTUDO DE CASO DA TRANSFERÊNCIA DE ESTUDANTES PARA OUTRO MUNICÍPIO (Jaildes Andrade Barreto Rosendo, Rosa Maria da Silva, Maria Dorath Bento Sodré, Ivania Batista de Oliveira)	131
9. CONTOS PRA SEGUIR?: UMA ANÁLISE SOBRE OS PROCESSOS DE COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAIS (Ludmilla Sanara Lima de Souza, Dr. ^a Dayane Moreira Lemos)	147
10. ESTÉTICA DA RECEPÇÃO NA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL: ENSINO E SIGNIFICADOS (Thayane Pereira Medeiros, Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho)	169

11. EXPERIMENTAÇÕES EM *O QUE OS CEGOS ESTÃO SONHANDO?* DE LILI JAFFE E NOEMI JAFFE: MOMENTOS DE FORÇA EM MEIO À NARRATIVA DE BARBÁRIE (Gabriela de Jesus Barreto, Malane Apolonio da Silva)..... 185
12. O TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO NA PERSPECTIVA DA BNCC NO LIVRO DIDÁTICO DO NOVO ENSINO MÉDIO (Uiliane Santos Souza Diniz) 203
13. INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ENTRE DIFICULDADES E POSSIBILIDADES (Géssica de Souza Canaverde, Priscila Ferreira de Carvalho, Lormina Barreto Neta) 229
14. COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CICLO DE FORMAÇÃO HUMANA DA REDE MUNICIPAL DE IRECÊ (Kêmyly Alcântara Barreto, Lormina Barreto Neta)..... 252
15. INTERVENÇÃO E PESQUISA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO EM PEDAGOGIA (Haiane Soares Pereira, Daniela Lopes Oliveira Dourado)..... 272
16. LIDERANÇA ESTUDANTIL: UM ESTUDO DE CASO (Giovana Iza dos Santos Oliveira, Lormina Barreto Neta) 288
17. ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS: O ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL QUE SURGE A PARTIR DA AÇÃO DE ESPAÇO NÃO-FORMAL (Sheila Briano Oliveira, Lormina Barreto Neta)..... 307
18. O (A) PEDAGOGO(A) NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: INTERVENÇÕES PREVENTIVAS PARA O ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA (Kaonny Rodrigues da Silva, Daniela Lopes Oliveira Dourado) . 319
19. ESCRAVIZADOS NO LIVRO DIDÁTICO: ENTRE IMAGENS E CONTEXTOS (Ariella Barros de Sena)..... 346
20. OLHAR HISTÓRICO-SOCIAL SOBRE XIQUE-XIQUE/BA, SÉCULOS XIX - XX: TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E RESILIÊNCIA NO SERTÃO BAIANO (Verlaneyde Maniçoba de Sá Koch) 370
21. O DIREITO À TERRA E A LUTA PELA DEFESA DA DEMARCAÇÃO TERRITORIAL DAS TERRAS INDÍGENAS DO POVO PANKARARU (Elizabeth Aléxa Oliveira Silva, Francisco Eduardo Torres Cancela) 388
22. O FEMININO EM LORD ALFRED TENNYSON (1809-1892): UMA ANÁLISE DE *THE LADY OF SHALOTT* – 1859 (Márcia Maria da Silva Barreiros, Alexandre Bartilotti Machado, João Matheus Silva Guimarães)..... 418

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos a edição especial de relançamento da **Revista Discentis**, uma publicação científica que renasce com um propósito ainda mais abrangente e inclusivo. Fundada em 2012, a revista é agora não somente um periódico multidisciplinar; é também multimodal e de fluxo contínuo, comprometido em divulgar trabalhos de alta qualidade elaborados por alunos de graduação e professores de diferentes níveis de ensino, tanto em instituições nacionais quanto internacionais de língua portuguesa.

Este relançamento, composto por produções de discentes e docentes das graduações e pós-graduação, representa um marco importante na história do periódico, trazendo inovações que visam fortalecer sua contribuição para a produção e disseminação do conhecimento.

Manter uma revista científica com essas características é um desafio que demanda constante adaptação e compromisso. A multidisciplinaridade requer a gestão de um escopo amplo, garantindo que todas as áreas do saber tenham espaço. A multimodalidade, por sua vez, implica a aceitação de diferentes formatos de produção acadêmica, desde artigos tradicionais até vídeos e outros recursos digitais. O fluxo contínuo adiciona a necessidade de uma logística editorial eficiente, assegurando a publicação constante de novos trabalhos. Apesar dessas complexidades, acreditamos que essas características são fundamentais para atender às demandas de um público acadêmico diversificado e cada vez mais conectado.

A **Revista Discentis** é mais do que um espaço de divulgação científica; ela é uma plataforma de desenvolvimento acadêmico. Para os alunos, seja como autores ou leitores, ela oferece a oportunidade de participar ativamente do processo de produção, difusão e consumo do conhecimento científico, contribuindo para a sua formação crítica e profissional. Para a região de Irecê, a revista desempenha um papel estratégico ao promover o desenvolvimento local, incentivando a reflexão acadêmica sobre os desafios regionais e a proposição de soluções baseadas na ciência.

Nosso público-alvo inclui professores, alunos e demais interessados que, ao interagir com a revista, ampliam suas perspectivas e fortalecem suas redes de colaboração acadêmica. Essa interação é fundamental para consolidar a missão da **Revista Discentis** como um ponto de encontro para o pensamento científico, o diálogo interdisciplinar e a inovação no ensino e na pesquisa.

Nesta nova fase, reafirmamos nosso compromisso com a democratização do conhecimento e a excelência acadêmica. Convidamos toda a comunidade científica e acadêmica a explorar, colaborar e contribuir com a **Revista Discentis**, que, agora mais do que nunca, se dedica a impulsionar a ciência como um motor para o desenvolvimento humano e social.

Prof. Me. Hebert Vieira Durães (Editor Gerente)



Portal de Periódicos da UNEB
www.revistas.uneb.br



REVISTA CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - CAMPUS XVI - IRECE

V. 9, N. 1, JAN-DEZ, 2024 | ISSN ELETRÔNICO: 2317-0522

ADMINISTRAÇÃO

DCHT - XVI
Departamento de Ciências
Humanas e Tecnologias - Irecê



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



O ENSINO DE
EMPREENDEDORISMO NO
PROCESSO FORMATIVO: **ESTUDO**
DA MATRIZ CURRICULAR DO
CURSO TÉCNICO EM
ADMINISTRAÇÃO DO CETEP.

Mirelle Miranda Ribeiro¹
Jerisnaldo Matos Lopes²
Karine Santiago Santos³

RESUMO

Este estudo retrata a importância do ensino de empreendedorismo para a formação dos estudantes do curso técnico em administração do Centro Territorial de Educação Profissional de Irecê – CETEP. O tema empreendedorismo está cada vez mais ganhando espaço na nossa sociedade, bem como na formação de alunos, preparando-os para demanda do mercado de trabalho. Para isso, adotou como método de pesquisa uma abordagem de caráter qualitativo e quantitativo, assim, com o propósito descritivo, foi feita uma análise documental da matriz curricular do curso e uma pesquisa de campo nas turmas da 3^o série do curso técnico em administração, na qual usamos como instrumento de coleta de dados questionários, esse que foi realizada em outubro e novembro de 2023, para obter informações atuais. À vista disso, o ensino de educação profissional tem como objetivo o desenvolvimento de competências e habilidades técnicas através de atividade práticas. Desse modo, podemos concluir que os discentes irão impulsionar o alinhando dos seus objetivos profissionais e pessoais de acordo com suas habilidades e expertises, favorecendo assim na preparação destes para o mercado de trabalho e tornando-os cidadãos mais críticos e conscientes.

Palavras-Chaves: Empreendedorismo; Ensino; Administração.

ABSTRACT

This study portrays the importance of teaching entrepreneurship for the training of students in the technical administration course at the Centro Territorial de Educação Profissional de Irecê– CETEP. The topic of entrepreneurship is increasingly gaining ground in our society, as well as in the training of students, preparing them for the demands of the job market. To this end, a qualitative and quantitative approach was adopted as a research method, thus, with descriptive purposes, a documentary analysis of the course's curricular matrix was carried out and field research was carried out in the 3rd grade classes of the technical course in administration, in which we used questionnaires as a data collection instrument, which was carried out in October and November 2023, to obtain current information. In view of this, professional education teaching aims to develop technical skills and abilities through practical activities. In this way, we can conclude that students will promote the alignment of their professional and personal objectives according to their skills and expertise, thus favoring their preparation for the job market and making them more critical and aware citizens.

Keywords: Entrepreneurship; Teaching; Administration.

1 Orientanda – Mirelle Miranda Ribeiro – mirellemiranda34@gmail.com

2 Orientador – Jerisnaldo Matos Lopes – jemlopes@uneb.br

3 Co-orientadora – Karine Santiago Santos – karinesantiagoadm@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O tema Empreendedorismo está cada vez mais ganhando espaço na nossa sociedade, além disso, também está sendo destaque na formação de alunos, preparando-os para demanda do mercado de trabalho. Segundo Temoteo (2014, p. 07), essa crescente evolução é benéfica para o país, pois os empreendedores atualmente são vistos como fortes agentes propulsores para o desenvolvimento econômico, principalmente em países que estão em desenvolvimento como é o caso do Brasil.

Portanto, o Ensino de Educação Profissional tem como objetivo o desenvolvimento de competências e habilidades técnicas para suprir a necessidades de mão de obra qualificada no mercado de trabalho. Segundo Flores, Hoelgebaum e Silveira (2008, p. 04) “Em vários países já se percebe a presença do empreendedorismo nos currículos escolares, o que reflete a visão de que a educação é passo primordial para o desenvolvimento dos futuros empreendedores”.

Pensando assim, a realização deste estudo aconteceu no Centro Territorial de Educação Profissional de Irecê - CETEP, nas turmas da 3ª série do curso técnico em administração na modalidade de educação profissional técnica de ensino médio - EPTNM. Com o intuito de mostrar a importância do ensino de empreendedorismo para as turmas de técnico em administração, o objetivo é que os discentes desenvolvem o seu potencial criativo e inovador a partir de experiências significativas de aprendizagem, impulsionar o alinhado e os seus objetivos profissionais e pessoais, já que o curso objetiva ofertar mão qualificada. Dessa forma, a problemática se formou a partir do seguinte questionamento: Qual a importância do ensino de empreendedorismo para a formação dos estudantes do curso técnico em administração do Centro Territorial de Educação Profissional de Irecê - CETEP?

O objetivo geral desse artigo é apresentar a importância do ensino de empreendedorismo na formação dos estudantes do curso técnico em administração. De maneira mais específica, os objetivos propostos é conceituar o empreendedorismo; analisar a matriz curricular do curso; identificar quais atividades estão relacionadas ao tema; e aplicar um questionário demonstrando a importância do ensino de empreendedorismo no curso técnico de administração.

Para atender aos objetivos, será aplicada uma pesquisa bibliográfica utilizando informações de autores com relevância no tema, e uma análise documental da matriz curricular do curso. A abordagem do trabalho terá caráter qualitativo e quantitativo, com o propósito descritivo, em seguida, será aplicado uma pesquisa de campo no Centro Territorial de Educação Profissional de Irecê - CETEP, nas turmas do curso técnico em administração, sendo utilizado como instrumento de coleta de dados os questionários.

O artigo se divide em 07 tópicos: a introdução, problemática, objetivos e justificativa. Em sequência, o tópico da metodologia que foi aplicada na pesquisa, as técnicas e abordagens, e segue com a contextualização por meio do seu referencial teórico, com os temas sobre empreendedorismo, os impactos do empreendedorismo na educação e a análise da matriz curricular do curso técnico em administração do CETEP – Irecê, e no tópico de resultados e discussões encontra-se a exposição de informações e dados obtidos com a pesquisa. Por fim, o tópico de considerações finais, o qual mostra um conjunto de informações que fortalecem as conclusões do trabalho.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo foi desenvolvido com base na pesquisa bibliográfica, utilizando dados e informações em fontes secundárias, tais como trabalhos acadêmicos, artigos e livros sobre o tema abordado. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 183) “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Por meio dessas buscas foi possível um contato maior com o campo de estudo, o que permitiu a definição da pesquisa a ser realizada. Nesse sentido, como afirma Gil (2002, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituídos principalmente de livros e artigos científicos”.

A partir dos estudos apresentados sobre a importância do ensino de empreendedorismo, será necessária realizar uma análise da matriz curricular do curso técnico em administração, ocasionando em uma pesquisa documental. De acordo com Gil (2002, p. 51) “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um

tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

À vista disso, para delimitar a pesquisa por intermédio de uma investigação foi desenvolvido um estudo de caso com o intuito de compreender e entender o objeto da pesquisa. Segundo Yin (2005, p. 32), o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência. Pensando assim, a pesquisa em ação tem um propósito descritivo, esse que de acordo com Gil (2008) tem como objetivo descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Além disso, uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Por fim, para um estudo mais detalhado através da análise e interpretação dos dados, utilizou-se como instrumento de coleta os questionários, sendo a abordagem do trabalho terá caráter qualitativo e quantitativo.

A partir da estratificação acima, foram selecionadas duas turmas do curso técnico em administração da 3ª série para a aplicação do questionário, os quais ajudarão a capturar informações e percepções dos discentes quanto ao tema de empreendedorismo. Vale ressaltar que o estudo de caso foi feito ao longo dos meses de outubro e novembro de 2023, com o objetivo de obter informações atuais. Quanto à aplicação do questionário, optou-se pela ferramenta *google forms*; nessa plataforma tinham oito (08) perguntas, sendo quatro (04) sobre o perfil dos alunos e quatro (04) sobre a percepção dos alunos em relação ao tema empreendedorismo. As questões foram de múltipla escolha, as quais 56 discentes responderam. A partir disso, será tabulado os dados e fundamentado da pesquisa.

3. EMPREENDEDORISMO

O termo empreendedorismo tem multiplicidades de definições, mas, segundo Dolabela (1999, p. 43) a palavra empreendedorismo deriva de “um neologismo derivado da livre tradução da palavra *entrepreneurship* e utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividades, seu

universo de atuação”. Dolabela (2008, p. 24) conceitua empreendedorismo como “um termo que implica uma forma de ser, uma concepção de mundo, uma forma de se relacionar”. Dessa forma, ele mostra uma visão ampla sobre empreendedorismo, pois não é só quem trabalha em uma empresa que é empreendedor, e sim qualquer atividade humana, pois é definida pela forma de ser, onde ressalta também que é preciso ter liberdade para criar e assim inventar novas formas de produção.

Entende-se o empreendedorismo como um processo de identificar oportunidades de negócio por meio de ideias inovadoras, com o objetivo de criar valor econômico, social e ambiental para atender as necessidades do mercado que gerem um impacto positivo e lucro, sendo uma atividade essencial para o desenvolvimento do país. Portanto, segundo Dornelas (2005), o empreendedorismo é a transformação de ideias em oportunidades através do envolvimento de pessoas e processos que gera a criação de negócios de sucesso, melhora a qualidade de vida e impulsionam o crescimento econômico.

O autor citado acima refere-se que o pioneiro na utilização do termo foi Marco Pólo, para ele, os empreendedores foram e são os indivíduos que assumiam riscos físicos e emocionais. No sentido do assunto, Hisrich e Peter (2004, p. 33) dizem que “o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico envolve mais do que apenas o aumento de produção e renda per capita; envolve iniciar e constituir mudanças na estrutura do negócio e da sociedade”.

Assim, compreende-se que o empreendedorismo é um resultado da iniciativa de um indivíduo que foi impulsionado por uma identificação de oportunidade, sendo esta interligada a um negócio lucrativo para a sociedade por meio da relação entre pessoas, processos, recursos materiais e fatores motivacionais.

4. IMPACTOS DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

A educação empreendedora pode abrir portas para oportunidades de carreira e autoemprego, além de promover a inovação e a resolução de problemas na comunidade local, principalmente para jovens de escolas públicas. Diante dessa perceptiva, Santos (2013) descreve que a educação empreendedora trabalha em prol do desenvolvimento de

sujeitos autônomos, com ideias próprias, capazes de movimentar-se diante da realidade, escolhendo caminhos e se comprometendo com os resultados de suas escolhas.

Podemos destacar que a educação empreendedora é muito importante para a sociedade atual, pois atende algumas expectativas e necessidades que o meio social tem no que diz respeito à profissão. Além disso, os alunos que estão nesse espaço de aprendizagem do empreendedorismo costumam desenvolver habilidades, bem como uma carreira a seguir.

Esse assunto não se trata apenas de uma temática educativa, mas sim, de um local capaz de fundamentar ações metodológicas que introduzem, aprofundam e definem estratégias profissionais que melhor impactam, de maneira positiva, na formação de qualquer indivíduo. Conforme defendido por Mattar (2010, p. 115)

A educação empreendedora aproxima docente e discentes, por meio de uma troca de informações onde o conhecimento não é apenas visto como prioridade do professor, mais sim mediado através de diferentes ferramentas e métodos, estimulando a comunicação entre educador e educandos, aumentando a credibilidade dos professores junto aos alunos, nessa perspectiva o ensino não torna-se obsoleto, constrói significados e passa a direcionar com mais intensidade as propostas de ensino-aprendizagem com foco no aluno.

Mediante as questões citadas da educação empreendedora proponha ao aluno reflexões que irão impactar no processo de escolarização, tornando as aulas mais atrativas e atualizadas, além de adquirir conhecimentos de uma maneira mais realista, colocando em prática os conhecimentos teóricos e o aluno em contato com as mudanças do mundo. Desta maneira, busca garantir uma melhor colocação na sociedade, analisando as ações cotidianas de maneira mais crítica, de forma a possibilitar tomadas de decisões mais acertadas, participando de forma integral de uma sociedade política, social e cultural. A fala de Stockmanns (2014, p. 14) potencializa esse pensamento, ao acrescentar que

A Educação Empreendedora viabiliza a formação de um sujeito que conhece suas potencialidades e fragilidades, suas habilidades e competências, capaz de criar, sobressair e enfrentar a realidade social e econômica, ou seja, que possa enfrentar e criar diferentes formas de garantir sua subsistência. O empreendedorismo

atualmente se estabelece como um fenômeno cultural fortemente relacionado ao processo educacional na formação de novas gerações.

As escolas têm que buscar alternativas de ensino em que seja possível inserir o empreendedorismo como uma possibilidade de formação que corresponda com o mercado de trabalho. Nesse mesmo contexto, a educação empreendedora irá impactar no desenvolvimento socioeconômico, incentivar a autonomia financeira, surgimento de negócios inovadores, pois ao desenvolver essa cultura empreendedora, os alunos poderão aproveitar oportunidades de negócio, traçar planos e chegarem ao sucesso profissional e pessoal.

5. ANÁLISE DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DO CETEP – IRECÊ

O ensino técnico profissional vem para capacitar os indivíduos de acordo com a demanda de mercado, gerando o desenvolvimento entre o conhecimento tácito e científico.

Na necessidade de formação de técnicos e de trabalhadores qualificados para atender às demandas de um país em processo de industrialização e de modernização que o governo brasileiro promoveu, deste o início do século XX, a expansão da rede de escolas técnico-profissionais públicas e, na década de 40, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), para o setor industrial, e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), para o setor de comércio e serviços. Posteriormente, foram criados, também, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) para o setor agrícola, o SENAT, para o setor de transportes e, ainda, o SEBRAE, para o atendimento e o desenvolvimento das pequenas e médias empresas e de novos empreendedores. E é interessante verificar que, ao longo de quase seis décadas de existência, essas instituições tiveram como preocupação permanente acompanhar, com seus cursos, os processos de expansão e de diversificação da economia nacional, e as mudanças equivalentes em termos de tecnologias de produção (Brasil, 2008, p. 276).

A partir do que foi dito, observamos que esses cursos devem estar atentos às mudanças que o mercado demanda, o que inclui as habilidades específicas de acordo com as suas necessidades. Para isso, Schwartzman (2005, p. 8) diz que “os empregadores, ao contratar seus empregados, usam as credenciais educacionais como critério para identificar as pessoas de que necessitam”.

Podemos notar no quadro 01 as diversas competências na distribuição das disciplinas por intermédio de conhecimentos gerais e específicos necessários para o desenvolvimento profissional. Entretanto, essa matriz curricular está sendo aplicada desde 2018, sendo válido analisar que durante esses anos passados muitas mudanças aconteceram no país, no mundo, sobretudo, no mercado profissional, principalmente pós-pandemia. Pensando assim, é crucial que a matriz curricular esteja sempre conectada ao mercado de trabalho atual para não deixar o caráter profissional da formação.

Quadro 01 - Matriz curricular do Curso Técnico em Administração do CETEP

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
Economia e Mercado	40
Gestão e Impactos socioambientais	40
Fundamentos da Administração	40
Administração do Terceiro Setor	40
Gestão de Pessoas	40
Direito Aplicado	40
Administração Mercadológica (Marketing e Negociação)	40
Contabilidade Geral	40
Gestão de Operações Logísticas	40
Gestão de Qualidade	40
Administração Financeira	80
Sistema de Informações Gerenciais	60
Contabilidade Gerencial e de Custos	40
Inglês Instrumental	40

Português Instrumental	40
Métodos e Técnicas Administrativas	80
Gestão de Produtividade	80
Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	40
Projeto de Vida	120
Mundo do Trabalho, Empreendedorismo e Intervenção Social	200

Fonte: Superintendência da educação profissional e tecnológica. **Governo do Estado da Bahia**. Bahia, p. 1-6, 2018.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que nortear a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares de todo o Brasil, indicando as competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade. Antes o jovem que quisesse cursar uma formação técnica de nível médio precisava ter 2.400 horas no ensino regular e mais 1.200 no técnico, totalizando 3.600 horas. Agora, o jovem poderá optar por uma formação técnico-profissional dentro da carga horária do Ensino Médio, sendo 1.800 horas-aulas dedicadas às áreas do conhecimento e 1.200 para os itinerários formativos, totalizando 3.000 horas. Ao todo, são cinco itinerários formativos, sendo um para cada área do conhecimento (Linguagens e suas Tecnologias, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional).

As atividades que estão relacionadas à temática é o componente curricular do mundo do trabalho, empreendedorismo e intervenção social, sendo trabalhado no decorrer dos 6º semestres. Na emenda, o tema empreendedorismo é distribuído em três etapas, os quais serão apresentadas no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 - Atividades que estão relacionadas ao tema Empreendedorismo.

COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
Mundo do Trabalho, Empreendedorismo e Intervenção Social	200

1º semestre:

Fundamentos sociais, históricos e filosóficos do empreendedorismo e sua relevância para o desenvolvimento socioeconômico local e territorial;

Empreendedorismo Individual e Coletivo, compreensões acerca do Cooperativismo e do Associativismo: possibilidades de oportunidades empreendedoras, estímulo à criatividade e à inovação para a transformação social no mundo do trabalho a partir da concepção de novos processos.

3º semestre:

O empreendedorismo e a intervenção social (por meio de visita técnica e seminários), possibilidades de construção de tecnologias sociais e da cidadania plena;

Vivências Territoriais;

Noções de empoderamento social e uso de metodologias participativas de diagnóstico, planejamento, monitoria e avaliação.

5º semestre:

Processo de formação e desenvolvimento de uma equipe;

Missão, visão e valores institucionais, as funções e atribuições de uma estrutura organizacional;

Clareza e objetividade na comunicação no mundo do trabalho; postura para a vida pessoal e profissional;

Redação oficial de documentos institucionais, marketing pessoal, retórica, oratória e etiqueta digital.

Fonte: Superintendência da educação profissional e tecnológica. **Governo do Estado da Bahia.** Bahia, p. 1-6, 2018.

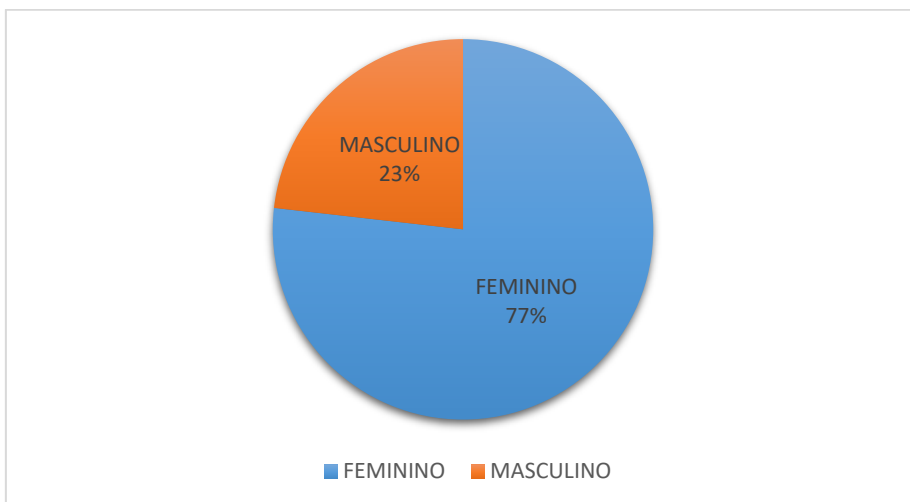
O ensino de empreendedorismo pode auxiliar os estudantes no desenvolvimento de habilidades profissionais, para isso a instituição, juntamente com os professores podem intensificar essas práticas por meio de criação de empresas fictícias, planos de negócios, planos estratégicos. Tais ações podem gerar o processo de autoaprendizado, desenvolvendo ou aprimorando as características empreendedoras.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, apresentam-se os resultados do questionário que teve como objetivo identificar qual a percepção dos discentes da 3ª série do curso técnico em administração, do Centro Territorial de Educação Profissional – CETEP. Foram selecionadas duas turmas para aplicação do questionário, esse que ajudará na obtenção de informações e percepções dos discentes quanto ao tema de empreendedorismo. Quanto à aplicação do questionário, optou-se pela ferramenta *google forms*; nessa plataforma tinham oito (08) perguntas, sendo quatro (04) sobre o perfil dos alunos e quatro (04) sobre a percepção dos alunos em relação ao tema empreendedorismo. As questões foram de múltipla escolha, as quais 56 discentes responderam. A partir disso, será tabulado os dados e fundamentado da pesquisa.

6.1 PERFIL DOS ALUNOS

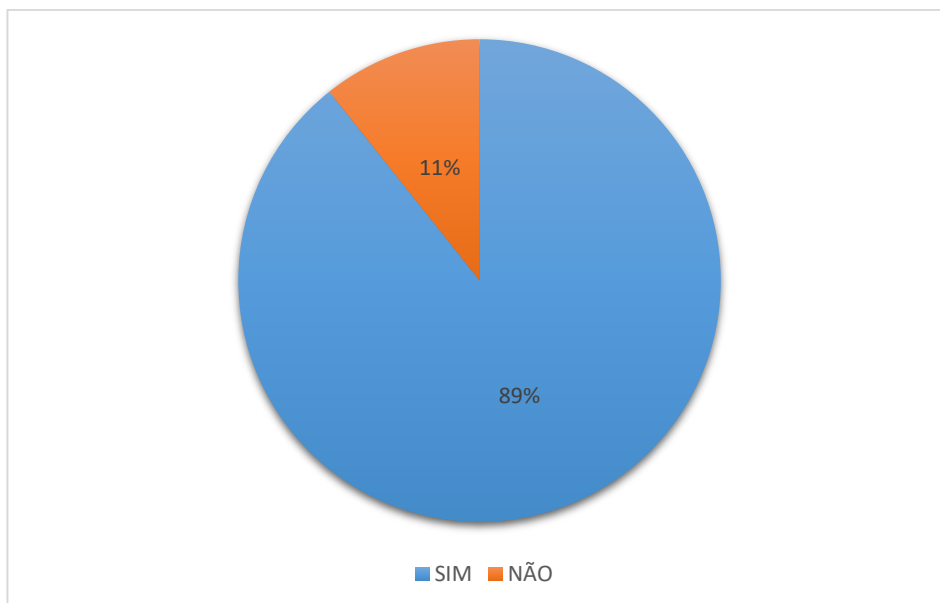
Gráfico 1: Sexo



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 01 apresenta que a maior parte da amostra que respondeu o questionário é composta por mulheres, totalizando 77%, e os homens representam 23% dos participantes da pesquisa. Percebe-se pelos dados da pergunta 02 que todos os participantes têm entre 15 e 20 anos e na pergunta 03 mostra que todos os alunos estudam no turno vespertino.

Gráfico 2: Já foi abordado o tema empreendedorismo em sala



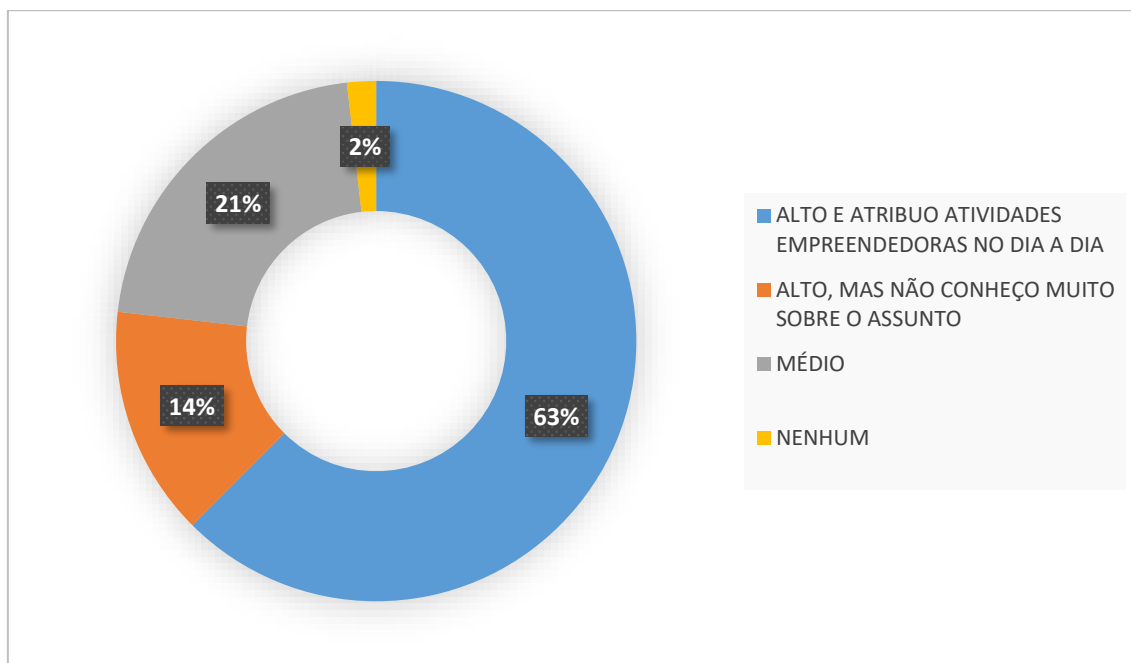
Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme aponta no gráfico 2, a maior parte dos participantes da pesquisa afirmam já terem sido abordado o tema empreendedorismo na sala de aula, os dados afirmam que 89% já ouviu falar do tema e que apenas 11% desconhecem o assunto. O resultado é bastante positivo, pois a percepção foi atendida quando os alunos afirmam em sua maioria ter conhecimento sobre o tema em sala de aula, assim, como cita Dornelas (2005, p.49) “o conhecimento só é conhecimento quando gera resultado”.

6.2 PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE O TEMA EMPREENDEDORISMO

A questão 05 buscou identificar se os participantes consideram o tema empreendedorismo importante para sua formação, sendo que a maioria afirma que sim, e um minoria se posicionaram contra.

Gráfico 3: Nível de prospecção para empreender.



Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 3 apresenta o nível de prospecção dos participantes para empreender. Como pode-se perceber, 63% dos alunos têm alto interesse e já atribui atividades empreendedoras no seu dia a dia, por meio dos estágios e lojas virtuais. Já o número de pessoas que têm interesse alto, mas ainda não conhece muito sobre o tema, corresponde a 14% dos respondentes. Nível médio ou nenhum somam a 23% dos discentes.

Apresenta-se na pergunta 07 que 98% dos alunos reconhecem que o CETEP promove a cultura empreendedora e apenas 2% destes alunos não reconhecem. Esse aspecto é um ponto favorável para instituição, pois a disseminação da cultura empreendedora é um aspecto importante para a sociedade. De acordo com Dolabella (2008, p.)

A introdução da cultura empreendedora (...) é o primeiro passo na persecução de um objetivo maior: a formação de uma cultura em que tenham prioridades (...) a geração e distribuição de riquezas, inovação e criatividade.

Entretanto, ainda é preciso que ocorra maiores incentivos nessa área dentro da instituição de ensino estudada para assim estimular e fomentar essa prática do empreendedorismo na vida profissional.

Os dados da pesquisa afirmam em 96% que o CETEP estimula os alunos a criarem, inovarem e a serem empreendedores, e 4% se opõem à pergunta 08. Além disso, o centro territorial pode estimular esses discentes com pesquisa ou projetos de iniciação científica que contemplem o determinado assunto, ainda assim com algumas atividades de extensão que podem ser desenvolvidas em incubadoras de empresas, em empresas juniores, diretórios e centros acadêmicos, atléticas ou movimentos estudantis.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa, há o conceito de empreendedorismo, os seus impactos na educação empreendedora e a importância desse ensino para os discentes do curso técnico em administração, bem como ele é encarado e praticado dentro da instituição de ensino. No mais, o objetivo da pesquisa é que os discentes desenvolvem o seu potencial criativo e

inovador a partir de experiências significativas de aprendizagem, impulsionem o alinhado e os seus objetivos profissionais e pessoais, já que o curso oferta mão qualificada.

No objetivo geral apresentou-se a importância do ensino de empreendedorismo na formação dos estudantes do curso técnico em administração do Centro Territorial de Educação Profissional de Irecê - CETEP. Para isso, na análise foi aplicado um questionário e estudado a percepção dos alunos sobre o tema empreendedorismo, no qual eles apresentam um alto interesse em empreender, alguns já desenvolvem atividades empreendedoras em seu dia a dia por meio dos estágios de intervenção e lojas virtuais. De maneira mais específica, o objetivo proposto é conceituar o empreendedorismo, transformar ideias em oportunidades e, deste modo, criar negócios de sucesso e melhorar a qualidade de vida.

Já por meio da análise das disciplinas do curso, foi possível identificar quais atividades estão relacionadas ao tema; a matriz curricular apresenta diversas competências na distribuição das disciplinas por intermédio de conhecimentos gerais e específicos necessários para o seu desenvolvimento profissional. Entretanto, essa matriz curricular está sendo aplicada desde 2018 e as atividades que estão relacionadas à temática estão presentes no componente curricular do mundo do trabalho, empreendedorismo e intervenção social, sendo essas trabalhadas no decorrer dos 6º semestres. No mais, na emenda curricular, o tema empreendedorismo é distribuído em três etapas: primeiro, terceiro e quinto semestre.

Portanto, adotou como método de pesquisa uma abordagem de caráter qualitativo e quantitativo, com o propósito descritivo, além disso, foi feita uma análise documental da matriz curricular do curso e uma pesquisa de campo nas turmas da 3º série do curso técnico em administração. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados questionários, que foi realizada em outubro e novembro de 2023, com o intuito de obter informações atuais. Para atender aos objetivos, foram necessárias informações de autores com relevância ao tema, tais como: Dolabela (2008), Santos (2013) e Stockmanns (2014).

Dessa forma, foi possível observar a seguinte problemática no trabalho desenvolvido: Qual a importância do ensino de empreendedorismo para a formação dos estudantes do curso técnico em administração do Centro Territorial de Educação Profissional de Irecê – CETEP? Nesse sentido, o ensino de empreendedorismo auxiliou

os estudantes no desenvolvimento de habilidades empreendedoras, para isso, a instituição, juntamente com os professores intensificaram essas práticas por meio de criação de empresas fictícias, planos de negócios, planos estratégicos. Tais ações conseguem gerar o processo de autoaprendizado, desenvolvendo ou aprimorando as características empreendedoras.

Por fim, o estudo buscou demonstrar a relevância do ensino de empreendedorismo. Desta maneira, os objetivos do trabalho foram atingidos e os atuais gestores do Centro Territorial de Educação Profissional de Irecê - CETEP podem utilizar a presente pesquisa para desenvolver as práticas que estimulem o ensino de empreendedorismo. Por fim, salienta-se que este trabalho colaborou com as pesquisas já existentes sobre o empreendedorismo.

REFERÊNCIAS

BLOG REDE BATISTA. Empreendedorismo na escola: quais os benefícios para o seu filho? Disponível em: < <https://blog.redebatista.edu.br/empreendedorismo-na-escola/#:~:text=Desenvolve%20a%20lideran%C3%A7a&text=Quando%20a%20escola%20desenvolve%20as,adequada%2C%20pronta%20para%20o%20futuro.> > **Acesso em: 15 de dez. de 2022.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação profissional e tecnológica: legislação básica – nível superior.** 7. ed. Brasília: MEC, 2008.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor.** A metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza. 6. Ed. São Paulo: Ed de Cultura, 1999.

DOLABELA, Fernando. Oficina do Empreendedor. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. ISBN 9788575424032 _____. **O Segredo de Luísa.** Rio de Janeiro: Sextante, 2008. ISBN 97885754233873.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Transformando idéias em negócios.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FLORES, Danusa Cunha; HOELGEBaum, Marianne; SILVEIRA, Amélia. O Ensino do Empreendedorismo nos Cursos de Pós-Graduação em Administração no Brasil. **Revista de Negócios,** Blumenau, v. 13, n.2, p. 93-104, Abr/Jun, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HISRICH, R. D., & Peter, M. P. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTAR, João. **Games em educação: como os nativos digitais aprendem**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SANTOS, Sandra Puhl dos. **Educação empreendedora e pedagogia da alternância na perspectiva do desenvolvimento local sustentável: a experiência de jovens da Casa Familiar Rural (CFR)**. 2013. 22f. Dissertação (mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Campus Ijuí. 2013

SCHWARTZMAN, Simon. **A sociedade do conhecimento e a educação tecnológica**. Brasília: SENAI – Departamento Nacional, 2005.

STOCKMANN, Jussara Isabel. **Pedagogia Empreendedora**. Paraná: Unicentro, 2014.

TEMOTEO, J. J. S. **A importância do ensino de empreendedorismo no curso de administração da faculdade cearense**. Fortaleza, 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

MARKETING DIGITAL: AS ESTRATÉGIAS DE *COPYWRITING* QUE INFLUENCIAM NO PROCESSO DE COMPRA

Fernanda Leão Ribeiro da Silva⁴
Jerisnaldo Matos Lopes⁵
Luan Pereira Borges⁶

RESUMO

Este trabalho apresenta uma temática sobre as estratégias de *copywriting* que influenciam no processo de compra. Os processos de *copywriting* visam entender o comportamento dos clientes para impulsionar desejos de compra mais efetiva abrangendo a produção da escrita convincente que tem por finalidade incentivar uma pessoa a realizar uma ação específica. O objetivo desse estudo é analisar as estratégias de *copywriting* dentro do marketing digital e sua influência durante o processo de compra, examinando aspectos de - investigar os conceitos relacionados ao Marketing Digital e *copywriting*; compreender como a escrita persuasiva pode ser eficaz nas estratégias para as vendas e examinar os gatilhos mentais que afetam as emoções, necessidades e desejos do consumidor durante o processo de compra. O presente trabalho desenvolve-se a partir de uma pesquisa de natureza teórica, qualitativa e de nível exploratório, onde se faz por meio de levantamento bibliográfico buscando artigos em plataformas digitais, revistas de periódicos indexados e livros, analisando e selecionando as publicações através das palavras-chave. Foi feita uma pesquisa observacional verificando conteúdos nos sites das empresas Apple e Netflix, como também analisando na plataforma Youtube campanhas da empresa Nike. Os resultados constataram que as estratégias de *copywriting* são eficazes diante das empresas mencionadas, podendo ser utilizada por qualquer organização que busca a criação de conexões emocionais, conversões, fidelização de consumidores e fornecimento de experiências particulares. É possível concluir que as estratégias de *copywriting* tem grande influência no processo de compra com estratégias validadas e altamente necessárias para as organizações que estão dentro do ambiente digital.

Palavras-Chave: Consumidor. *Copywriting*.
Marketing Digital.

ABSTRACT

This work presents a theme about copywriting strategies that influence the purchasing process. Copywriting processes aim to understand customer behavior to drive more effective purchasing desires, including the production of convincing writing that aims to encourage a person to take a specific action. The objective of this study is to analyze copywriting strategies within digital marketing and their influence during the purchasing process, examining aspects of - investigating concepts related to Digital Marketing and copywriting; understand how persuasive writing can be effective in sales strategies and examine the mental triggers that affect consumers' emotions, needs and desires during the purchasing process. The present work is developed from research of a theoretical, qualitative and exploratory nature, which is carried out through a bibliographical survey searching for articles on digital platforms, indexed periodical magazines and books, analyzing and selecting publications through the words -key. An observational research was carried out checking content on the websites of the companies Apple and Netflix, as well as analyzing campaigns from the company Nike on the YouTube platform. The results found that copywriting strategies are effective for the companies mentioned, and can be used by any organization that seeks to create emotional connections, conversions, build consumer loyalty and provide private experiences. It is possible to conclude that copywriting strategies have a great influence on the purchasing process with validated and highly necessary strategies for organizations that are within the digital environment.

Keywords: Consumer. *Copywriting*. Digital marketing.

⁴ Graduanda em Administração pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB Campus XVI. *E-mail:* fernandaleaoribeiro@gmail.com.

⁵ Professor do Curso de Administração – UNEB/Irecê, Pós-Doutor Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação – PROFNIT (IFBA). *E-mail:* jemlopes@uneb.br.

⁶ Jornalista, especialista em Comunicação Estratégica e Gestão de Marcas (UFBA), mestrando em Cultura e Sociedade (Poscult/UFBA). *E-mail:* luanborges394@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O Marketing Digital é uma ferramenta utilizada por empresas para captar clientes e elevar vendas. Por meio de práticas dessa área, consumidores recebem um volume maior de informações a respeito de produtos e serviços por vários canais digitais. Exatamente por conta da grande quantidade de informações sobre produtos, esses potenciais consumidores ficam mais exigentes no momento de escolher o que adquirir.

Cada vez mais, o número de usuários das mídias sociais aumenta, fazendo com que o ambiente digital seja propício para os negócios, contribuindo ainda mais com o fomento de práticas do marketing digital. É comum, organizações se inserirem no mercado digital por meio de perfis públicos e publicidade, especialmente em redes sociais.

Para alcançar a atenção do público, torna-se necessário o planejamento e o uso das ferramentas do marketing digital para atrair e fidelizar clientes através da construção de valor, buscando como objetivo entregar produtos que satisfaçam as necessidades do consumidor criando conexões entre fornecedores e consumidores (B2C). Entre as práticas do Marketing Digital em ambientes *on-line*, está o *copywriting*, que trabalha com técnicas persuasivas e, conseqüentemente, influenciam o comportamento do consumidor na hora da compra.

Os processos de *copywriting* visam entender o comportamento dos clientes para impulsionar desejos de compra mais efetiva através de linguagem de consumo de acordo com cada público-alvo. Nesse sentido, o *copywriting* abrange a produção da escrita convincente que tem por finalidade incentivar uma pessoa a realizar uma ação específica, seja em comprar algo, se inscrever em algum canal ou até mesmo para clicar em um link. Por meio de processos como este, é possível gerar valor para a marca promovendo os negócios de uma empresa contribuindo também, dessa forma, em sua receita.

A escolha deste tema é fundamentada na sua relevância para a contemporaneidade, consoante que, pelo crescimento de vendas *on-line*, faz-se importante que as empresas se adaptem às mudanças do mercado e criem novas oportunidades para seu crescimento. Dessa forma, precisam criar estratégias para aumentar os resultados esperados, gerar valor para o cliente, manter vantagem

competitiva perante os concorrentes e se posicionar como autoridade no mercado, entretanto, para isso acontecer, as estratégias de *copywriting* precisam ser colocadas em prática, contribuindo com esse processo. Diante disso, podemos analisar a questão-problema: Quais são as estratégias de *copywriting* que influenciam no processo de compra?

Contudo, o presente estudo tem como objetivo analisar as estratégias de *copywriting* dentro do marketing digital e sua influência durante o processo de compra. Para tanto, será necessário: i) investigar os conceitos relacionados ao Marketing Digital e *copywriting*; ii) compreender como a escrita persuasiva pode ser eficaz nas estratégias para as vendas e iii) examinar os gatilhos mentais que afetam as emoções, necessidades e desejos do consumidor durante o processo de compra.

Este trabalho está estruturado em seis seções. Esta introdução, que busca situar o leitor referente aos temas em estudo, seguido da metodologia, na qual foi utilizada a pesquisa bibliográfica e pesquisa observacional. Logo em seguida, apresenta-se o embasamento teórico que fundamenta, em ordem cronológica, as referências utilizadas para a construção desta pesquisa; posteriormente segue os resultados e discussões, onde são feitas análises entre os conceitos dos autores suscitados neste artigo e, por fim, as considerações finais.

2. METODOLOGIA

Marconi e Lakatos (2003, p.83) definem o método científico como o “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permitem alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. Dessa forma, para o desenvolvimento deste trabalho, em relação à abordagem do tema, a metodologia é classificada como uma pesquisa predominantemente qualitativa – onde se analisa o tema do ponto de vista subjetivo.

O trabalho divide-se por meio da realização de pesquisa bibliográfica - revisão de literatura sobre o assunto em questão - contribuindo com o mapeamento dos estudos teóricos sobre essa temática específica. A pesquisa foi elaborada com base em materiais já existentes de outros autores, onde essas fontes foram buscadas especialmente em livros

e artigos científicos nas plataformas digitais Google Acadêmico e periódicos indexados. Ademais, utilizou-se das seguintes palavras-chave na busca dos materiais: ‘consumidor’, ‘*copywriting*’ e ‘marketing digital’. O recorte temporal dos materiais levantados para esse estudo é em torno de quinze anos (2009 – 2023).

Ao longo da pesquisa, é discutida a importância das técnicas de comunicação persuasiva no processo de compra para esse modelo de mercado. Este questionamento impulsionou a realização desse estudo, a fim de identificar, por meio da análise de conteúdo, quais as principais estratégias usadas na escrita convincente apontando exemplos e como é importante para as empresas aplicarem as técnicas.

Esse estudo tem nível exploratório pois é feito um levantamento bibliográfico que vai servir como base para novos estudos, construção de hipóteses para um aprofundamento posterior em novas pesquisas. Quanto à natureza do artigo, é realizada a pesquisa observacional, na qual, segundo Martins (2012), o observador atua como espectador sem realizar qualquer intervenção, podendo efetuar análises e outros procedimentos para coletar os dados.

Diante disso, implicou-se na realização de uma investigação por meio da coleta e análise de informações encontradas nos sites das empresas Apple e Netflix descritas nesse estudo no tópico 4.2 narrativas de casos de sucesso no dia 04/10/2023 em ambos os sites como também, foi realizada uma observação de vídeos na plataforma *Youtube* dos comerciais da empresa Nike. Foi identificado no site da *Apple* a escrita curta, breve e direta na publicação do lançamento do Iphone 15 e 15 pro, além de conter todas as características técnicas sobre o *smarthphone*, como também, na frase objetiva, curta e explicativa na página inicial do site na *Netflix*, observando logo abaixo a chamada para ação para os usuários colocarem o e-mail. No *Youtube*, foi encontrado nos anúncios da *Nike* as narrativas de motivação e superação dos atletas, podendo assim ser direcionadas para pessoas que não são do esporte.

3. O marketing digital para o negócio em tempos de internet

O Marketing Digital se tornou uma face importante das estratégias de negócios, permitindo às empresas alcançarem seu público-alvo de maneira mais precisa e eficiente. A expressão se refere a um conjunto de informações e ações que reúne diferentes técnicas voltadas à expansão de vendas com métodos bem alinhados e ferramentas específicas. Dessa forma, o propósito do marketing digital “é desenvolver estratégia e ações de marketing, comunicação e publicidade através da internet” (Torres, 2009, p.61), em que consiste em utilizar algumas táticas do marketing tradicional para serem incrementados no ambiente on-line. Cada uma tem suas características específicas e quando usadas em conjunto pretendem gerar bons resultados.

Nascido na década de 90, o marketing digital mudou a maneira como as empresas utilizam a tecnologia na promoção de seus negócios. As pessoas agora utilizam aparelhos eletrônicos que se conectam à internet para pesquisarem sobre os produtos e realizarem o processo de compra. O Marketing Digital envolve o uso de canais digitais, como mídias sociais, motores de busca, e-mail, entre outros meios para uma maior interação com os consumidores e potenciais clientes.

Kotler (2021) publicou o livro Marketing 5.0, o qual foi escrito durante a pandemia da Covid-19. No material, o autor aborda as tecnologias desenvolvidas para atendimento das necessidades humanas como a inteligência artificial e da capacidade de comunicação das máquinas em atender o ser humano, assim, tornando o marketing mais eficiente, empático e democrático.

É comum as pessoas confundirem o Marketing Digital como uma ferramenta utilizada dentro deste. Diante dessa concepção, é imprescindível explicar que marketing digital é uma temática ampla e que dentro dela existem técnicas e estratégias que são utilizadas para diversas finalidades seja conversão em vendas, construção de uma marca, entre outros.

O Marketing Digital tem a competência para divulgação dos negócios possibilitando a segmentação da comunicação para um público-alvo específico como também medir um retorno sobre qualquer investimento, como por exemplo o número de alcance de uma publicação, o número de visualizações, as ações, interações e conversões. De acordo com Faustino (2019), algumas competências efetuadas pelo marketing digital são:

Quadro 1 - Competências do Marketing Digital por Faustino (2019)

<p>A segmentação de público-alvo</p>	<p>Consiste na mensagem direcionada para um determinado grupo de pessoas com os mesmos gostos e hábitos, mesma localização geográfica, facilitando que a mensagem seja entregue para os clientes certos sem precisar “atirar para qualquer lado”.</p>
<p>Análise de dados em tempo real</p>	<p>É possível medir facilmente através das métricas como a mensagem está sendo aceita pelas pessoas interessadas, e se está realmente sendo entregue para os consumidores certos.</p>
<p>Custo menor e mais assertivo</p>	<p>No marketing digital o custo para anunciar é mais baixo pela perspectiva de que, com um público segmentado, o anúncio é mais assertivo.</p>
<p>Interação com seu público</p>	<p>Através do marketing tradicional a mensagem enviada não existe o retorno do público, ao contrário do marketing digital em que a interação dos internautas é nítida pelos comentários e avaliações dos produtos, compartilhamento dos conteúdos, entre outros.</p>
<p>Agilidade na implementação de campanhas</p>	<p>Através da internet, qualquer pessoa pode aprender a criar anúncios digitais com uma grande facilidade e agilidade perante as ferramentas disponíveis. Em minutos é possível fazer uma campanha sem precisar ter conhecimento técnico avançado.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2024) com base em Faustino (2019).

Diante do exposto, é perceptível como as competências do marketing digital tem suas particularidades em referência ao marketing tradicional e expressa como sendo uma melhoria para as empresas que utilizam essa ferramenta.

3.1 *Copywriting*

Com a popularização da internet, o Marketing Digital tem se desenvolvido e consolidado cada vez mais. Nessa esfera, o *copywriting* é a área da comunicação que tem a finalidade de ajudar as marcas a conquistarem clientes leais e duradouros através do ambiente digital e entre outros canais de comunicação. O *copywriting* é o ato de escrever com o fim de promover um produto ou serviço (Maslen, 2015). É uma das mais variadas ferramentas utilizadas nas estratégias de marketing digital. Para Macedo (2019) *copywriting* é a “técnica que faz uso das palavras corretas e adequadas para se comunicar com determinado público-alvo, no intuito de o conduzir a uma tomada de decisão.”

Uma maneira de tornar esse objetivo em realidade é através da criação, produção e oferta de conteúdos que realmente sejam relevantes para os leitores interessados. O *copywriter* é o redator que escreve o texto e a *copy* é a estrutura, o texto em si. O primeiro redator do mundo foi Jhon Emory Powers, nascido em 1837, e foi conhecido por escrever textos em uma linguagem mais simples de entender e com fins persuasivos.

Com a economia crescendo durante o século XIX, as propagandas ganharam destaque nos Estados Unidos e se tornaram populares. O *copywriting* de acordo com Macedo (2019) se desenvolve no final dessa época e a partir daí os redatores começam a entender como funcionava essa escrita dentro das propagandas e buscaram iniciar estratégias para vendas. Portanto, pode-se dizer que o *copywriting* se desenvolveu dentro da publicidade.

Com o impacto da globalização no mundo do trabalho e a expansão do mercado, o empreendedorismo ganhou força através de um comércio mais acessível e, devido a isso, surge a concorrência que acaba sendo uma preocupação para as empresas. A partir desse momento, investir em marketing foi fundamental para a promoção dos produtos. O *copywriting* aparece nesse contexto por conta da necessidade de as empresas conseguirem espaço no mercado. A partir deste, é possível criar *slogans*, catálogos, roteiro de comercial para televisão e rádio, *outdoors*, anúncio em revista e jornal, folhetos, postagem em mídias sociais e entre outros.

Segundo Maccedo (2019), no conceito americano existem dois tipos de escrita *copywriting*: a de resposta direta e a publicitária. Na direta, há um apelo para vender, enquanto na publicitária, as palavras utilizadas são menos adversas, pois teriam somente a intenção de promover a marca à frente do consumidor. Por isso existem os publicitários que constroem a imagem de uma marca, sendo indispensável uma formação acadêmica e os *copywriters*⁷ focam na venda e conversões, sem necessidade de curso superior.

4. Estratégias da escrita persuasiva

Na contemporaneidade de uma era carregada de informações, a importância de transmitir mensagens objetivas, diretas e de fácil entendimento é enorme. Os redatores tem a capacidade de formar suas estratégias de escrita para se ajustar com as necessidades e interesses do consumidor, resultando em uma comunicação efetiva. Para Kotler (2017), estamos diante de um cenário horizontal, onde tornou-se importante para as empresas estabelecerem uma relação mais próxima com seus clientes.

Aplicar palavras persuasivas com a intenção de venda pode, em um primeiro momento, parecer como algo relacionado à manipulação, porém o que acontece é uma decisão mais rápida do indivíduo que ele já tomaria mesmo sem precisar persuadir. No entanto, se o produto/serviço publicado é realmente excelente, basta dizer a verdade, contudo, isso é entendido como tornar o produto atrativo para o consumidor através da escrita verdadeira e fiel. Além disso, o *copywriter* precisa acreditar no produto, pois se ocorrer mentiras em um anúncio, acarretará processos jurídicos para a empresa e a possibilidade de perder a autoridade e a confiança perante o mercado.

Nesse sentido, Maccedo (2019) reforça que a escrita *copywriting* deve ser honesta, pois é indispensável falar a verdade sobre um produto que está sendo anunciado. Transmitir credibilidade é essencial. Não se basear em achismos e demonstrar com argumentos comprovados que as ideias do texto têm fundamento é importante para validação do texto. Portanto, o redator precisa se comunicar de forma adequada, com clareza, sendo direto e transparente.

⁷ Profissional que escreve o texto. Redator.

Para Maccedo (2019) uma técnica para a escrita e a comunicação serem altamente eficazes, é o método AIDA (atenção, interesse, desejo e ação) que é a técnica mais conhecida nesse meio. Ela consiste em capturar a atenção do público, logo em seguida despertar o interesse mantendo o potencial cliente envolvido pela narrativa, depois é alimentado o desejo para no final fazer uma chamada para ação, o famoso CTA⁸ (call to action) através de uma estrutura de comunicação alinhada.

Uma outra estratégia é investir nas incríveis *headlines*⁹, onde Ferreira (2018) cita que geralmente cerca de 50% das pessoas compram o produto/serviço devido a uma *headline* de qualidade, visto que é a primeira impressão que o leitor tem sobre o anúncio. Entender minuciosamente quem é o público, suas motivações, hábitos e comportamentos é chave para criar textos envolventes que cativam e convençam.

O *storytelling*¹⁰ também é usado como estratégia nos *copys*. Consiste em contar uma história que seja relevante para o público. A técnica de caráter persuasivo ajuda a desenvolver uma narrativa em torno do produto para um determinado fim. Segundo Palacios e Terenzo (2016) entendem que o *storytelling* é uma ferramenta para contar de histórias, na qual é descrita pela intensa troca de emoções envolvendo a narrativa. Essas histórias obedecem a um modelo que guiam e capturam a atenção do leitor através de uma jornada, criando-se um vínculo afetivo, se identificando com a marca podendo assim gerar uma probabilidade de conversão.

Conforme Storr (2019), o *storytelling* trará uma oportunidade para os consumidores se sentirem envolvidos com o produto ou serviço da empresa. Se usado como ferramenta de marketing, é uma estratégia de colocar o indivíduo fazendo parte da história que a empresa está contando. Essa estrutura é uma aliada nas técnicas de *copywriting* para gerar conexão e despertar o desejo do consumidor pela marca.

4.1 Gatilhos mentais

⁸ É qualquer chamada, seja ela textual ou visual usada para persuadir o leitor a fazer uma determinada ação.

⁹ Título em destaque no texto.

¹⁰ São histórias para engajar e conectar o público, muito utilizada no marketing para desenvolver narrativas envolventes.

Os gatilhos mentais aproveitam a habilidade exclusiva do ser humano de tomar decisões rapidamente e de forma inconsciente. Conforme Kahneman (2012) cita, o nosso cérebro possui dois sistemas distintos para a tomada de decisões:

Sistema 1: funciona de forma rápida, automática e subconsciente com pouco ou nenhum esforço, sendo afetado pela emoção, por conceitos e estímulos.

Sistema 2: exerce de forma mais lenta e lógica. São raciocínios que exigem esforço.

Diante disso, é perceptível que o cérebro recebe estímulos e, por conta dos fatores externos, o indivíduo é impactado na hora de tomar decisões. Dessa forma, os gatilhos mentais visam estimular as pessoas ao consumo conforme cada perfil. Em pesquisas realizadas e baseadas em Maccedo (2019), apresenta-se os seguintes gatilhos mentais: urgência; escassez; prova social; reciprocidade; exclusividade e autoridade.

A urgência é o gatilho que desenvolve uma tomada de decisão rápida do cliente não o deixando procrastinar. Um exemplo seria ofertar um notebook onde o valor promocional vai durar somente dentro das 24h. A escassez, por sua vez, demonstra uma limitação da quantidade de um produto. Se o cliente demorar em comprar, ele vai perder a oportunidade em ter, pois os estoques são limitados. Segundo Kahneman (2012) a dor da perda é cerca de 2x maior do que o sentimento de ganho.

O próximo gatilho é o da prova social, na qual o consumidor encontra outras pessoas que usufruíram do produto ou serviço e avaliaram positivamente e até fazem a recomendação. Um exemplo claro seria as avaliações das pessoas dentro dos aplicativos em formato de texto, foto ou vídeo. Kotler (2017) acrescenta que atualmente o consumidor não acredita mais no que as empresas dizem delas mesmas, para eles o que importa é a opinião de outros consumidores, avaliações do produto e recomendação da marca.

O gatilho chamado reciprocidade acontece por gerar uma troca ao cliente. Maccedo (2019) diz que “é o gatilho que determina que se deve retribuir com favores e concessões quando alguém faz uma cortesia ou favor. Diante disso, a pessoa sente uma obrigação inconsciente de retribuição quando é favorecida por alguém”. Geralmente é oferecido algo gratuito, como um teste para o cliente conhecer melhor o produto e identificar se realmente irá comprar. Adiante, temos o da exclusividade. Este estimula o lado sentimental do consumidor. As pessoas querem ter um tratamento diferencial, se

sentirem especiais, privilegiadas, e, quanto mais um produto é exclusivo, maior é a referência de status entre os usuários. É valorizado aquilo que é único ou que é difícil de obter.

Finalizando, o gatilho da autoridade é relacionado ao quanto aquela marca é respeitada perante a sociedade. A forma principal de gerar autoridade é anunciar conteúdos relevantes e de qualidade. Cialdini (2012) ressalta que “quando há uma figura de autoridade, maior é a probabilidade de as pessoas agirem de forma obediente, mesmo se essa autoridade for ilegítima”. Envolver especialistas reconhecidos na área ou influenciadores, ressaltam ainda mais a mensagem que transmite passar.

Quadro 2 - Exemplos de frases usadas nos respectivos gatilhos mentais

Urgência	“Esse preço, com essa condição de pagamento, só vai até às 19 horas de hoje!”
Escassez	“Corra! Só restam duas unidades no estoque! “Últimas vagas disponíveis!”
Prova Social	“O produto X chegou aqui em casa essa semana. A entrega foi rápida e ele cumpre o que promete! Ótima qualidade! Comprarei novamente sem dúvidas!”
Reciprocidade	“Preparamos um guia completo com todos os passos para você tirar seu negócio do papel. Baixe agora grátis!”
Exclusividade	“Apenas para assinantes!”; “Apenas para os 100 primeiros”; “Produto inédito”.
Autoridade	“Aprenda com quem está há mais de 12 anos neste mercado!”

Fonte: Elaborado pelos autores (2024) com base em Maccado (2019).

O gatilho da urgência e escassez tem semelhanças quando se observa o objetivo de ambos, na qual o cliente precisa aproveitar a oportunidade para não a perder. É

importante ressaltar que os gatilhos mentais são uma parte das técnicas de *copywriting* e o essencial dentro dessa temática é conseguir envolver o cliente, criar conexões ganhando a confiança, solucionar os problemas e impulsionar as vendas através da escrita persuasiva.

4.2 Narrativas de casos de sucesso

Neste capítulo é examinado os casos de sucessos de três empresas reconhecidas e bem posicionadas no mercado que são a Apple, Netflix e Nike. A proposta é verificar o papel do *copywriting* no contexto dessas empresas e como são utilizadas as estratégias de persuasão para captar clientes, gerar conexão com os consumidores e alcançarem o sucesso conquistado por elas na atualidade.

4.2.1 Apple

Os redatores da Apple trabalham para cada vez mais despertar nos consumidores um sentimento de necessidade, do porquê você precisa tanto do produto e o que faz ele ser imperdível. A cada ano a empresa anuncia lançamentos de seus produtos trazendo inovações e buscando a constância na essência da marca sempre valorizando o design sofisticado, a interface intuitiva e a experiência dos clientes. Na figura abaixo podemos analisar um dos lançamentos da marca:

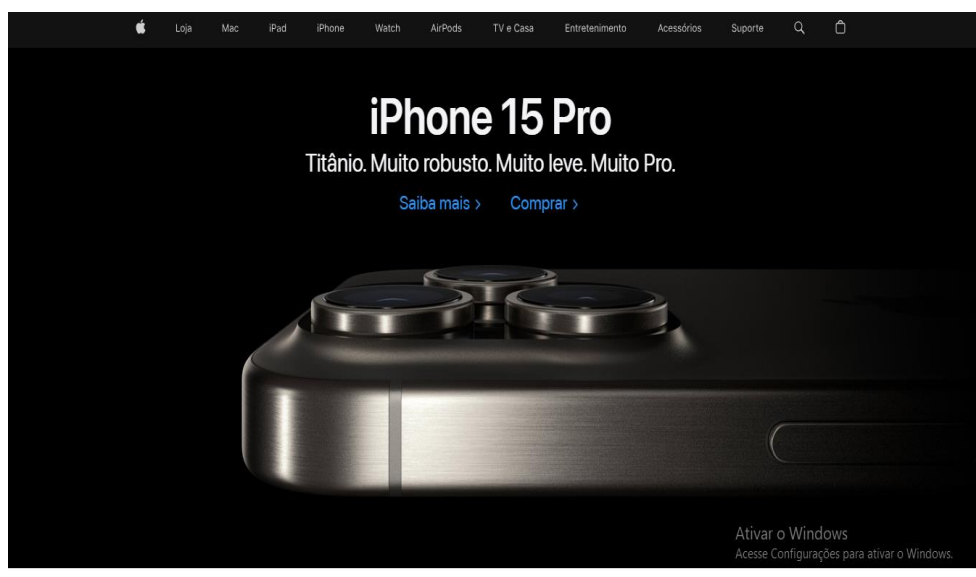
Figura 2: Lançamento do Iphone 15



Fonte: Apple (2023)

A figura 2 retrata uma observação no site da Apple, onde é visto o uso de frases curtas, objetivas, simples e de fácil entendimento, a utilização de adjetivos calorosos e descontraídos reforçando a qualidade, como também sendo identificado cores minimalistas no anúncio. A empresa demonstra que o *copywriting* deve ser sucinto, comunicando somente o necessário para persuadir o cliente.

Figura 3: Lançamento do Iphone 15 Pro



Fonte: Apple (2023)

Na figura 3 também é feita uma análise dentro do site da Apple com o lançamento do Iphone 15 pro, destacando pontos semelhantes na figura 2 com uma frase direta e objetiva, tudo simples, podendo perceber os adjetivos usados na frase para remeter as características do produto.

Através de uma pesquisa publicada pela revista Exame em 2023, a Apple está em primeiro lugar por priorizar a inovação tecnológica como também por ser uma marca confiável e que foca no alto nível de qualidade em seus produtos, sendo assim, obtendo argumentos para a utilização do gatilho da autoridade. Já o gatilho mental da prova social se enquadra quando os usuários da Apple fazem suas indicações e relatam experiências positivas perante a marca.

A organização usa o gatilho da exclusividade, pois, às vezes, o que estimula o consumidor a comprar não será o preço ou o benefício e sim o “*status*” que esse produto irá proporcionar perante aquisição. De acordo com Kotler e Keller (2012), o cliente consome por fatores pessoais e um deles é o estilo de vida, e afirma que “o estilo de vida de uma pessoa representa seu padrão de vida expresso em termos de atividades, interesses e opiniões. Retrata a pessoa por inteiro interagindo com seu ambiente”. Cada pessoa apresenta hábitos de consumo específicos que definem sua identidade social e são utilizados para se expressar na sociedade.

4.2.2 Netflix

A plataforma ficou conhecida entre as pessoas por usar uma linguagem mais popular, simples e informal, criando proximidade e conexão com os usuários. De acordo com o panorama demonstrado por Fernando Paiva em dezembro de 2023 e executada pela empresa *Mobile Time* que realiza pesquisas, a Netflix é autoridade no segmento de *streaming* no Brasil, sendo uma das plataformas contendo muitos assinantes conseguindo ser reconhecida e utiliza diversas frases sempre curtas e diretas: “*Filmes, séries e muito mais, sem limites. Assista onde quiser. Cancele quando quiser*”. Pelo contexto da frase, os clientes podem assistir em qualquer lugar adquirindo uma certa liberdade geográfica e podem cancelar a qualquer momento sem burocracia. A facilidade é um ponto importante

para o consumidor. É perceptível a chamada para ação no final da página inicial indicando o usuário a informar o e-mail.

Figura 4 - Página Inicial



Fonte: Netflix (2023)

Outra forma identificada dentro da plataforma é a seção de avaliação encontrada em formato de estrela que variam entre 1 a 5, sendo exibida quando é acessado um filme ou série. A função demonstra a popularidade e a avaliação média indicada pelos usuários. Quanto mais estrelas preenchidas é sinal que as pessoas gostaram do que assistiram, evidenciando a utilização do gatilho da prova social.

4.2.3 Nike

A empresa líder em segmento esportivo conta com um marketing estratégico que contribuiu ao longo desses anos para construção da marca e pelo impulsionamento das vendas durante décadas, permanecendo até hoje dentro do mercado. A empresa aborda mensagens diretas de motivação, coragem, desafios e superação dos obstáculos não só da modalidade de um atleta, mas também podendo ser direcionada aos desafios enfrentados no cotidiano. Logo abaixo é mostrado um recorte de uma campanha da Nike observada na plataforma do Youtube:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discntis/index>
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522

Figura 5: Campanha da Nike



Fonte: Youtube (2023)

As campanhas da empresa são sempre contando histórias emocionantes e de impacto, não vendendo diretamente o produto puramente, entrando como estratégia o *storytelling*. Tendo em vista os respectivos comerciais encontrados gratuitamente na plataforma do Youtube, é mostrado a utilização das narrativas para gerar conexão com o público. Ademais, eles utilizam o gatilho da autoridade convidando atletas renomados como Michel Jordan e Cristiano Ronaldo para representar a marca.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discantis/index>
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522

Na análise do trabalho, é relatado algumas técnicas de *copywriting* eficazes como títulos chamativos, escrita clara, simples, curta, objetiva e transparente, o método AIDA, *storytelling* e os gatilhos mentais. Essas técnicas são usadas na criação de textos e conteúdo que tem como objetivo a valorização das marcas neste cenário de competitividade. Por isso é tão relevante sua aplicação na prática.

De acordo com Maccedo (2019) o conteúdo deve ser honesto, pois é crucial dispor de informações verídicas a respeito de um produto que está sendo publicado, conseqüentemente, transmitindo confiança. Demonstrar ideias com fundamento, clareza, simplicidade e objetividade reforça a efetividade do *copy*.

É notório nesse estudo de como as *headlines* conseguem atrair um bom percentual de pessoas interessadas no conteúdo somente pelos títulos chamativos. Ter uma boa criatividade juntamente com a solução das dores e necessidades do prospecto, podem auxiliar nesse processo do primeiro contato até a conversão.

O método AIDA, além de ser antigo, possui grande relevância no Marketing Digital. Um estudo feito por Silva (2021) examinou conteúdos no *Instagram* de empresas dos segmentos de Contabilidade tendo como foco de observação a aplicação do método AIDA. O estudo comprovou que o método ainda é eficaz, pois foram evidenciados resultados positivos diante das quatro etapas que o caracterizam, sendo elas atenção, interesse, desejo e ação.

A estratégia do *storytelling* consiste em contar histórias que envolvem e atraem o público transmitindo emoções. Para identificar que essa técnica é proveitosa nas empresas, existe como exemplo as campanhas de natal da Coca-Cola. São publicadas histórias afetivas sobre família, amor, alegria, união e não se fala muito da bebida, focando nos valores da marca e transmitindo emoções para o consumidor. Um exemplo disso são os comerciais temáticos de natal.

Sobre as narrativas de casos de sucesso mostradas neste presente trabalho, é possível analisar sobre os gatilhos mentais e de que forma as empresas Apple, Netflix e Nike utilizam as técnicas de *copywriting*. Elas entendem as estratégias de marketing como impulsionadoras do negócio - por serem marcas reconhecidas e bem difundidas entre seus públicos - e buscam aplicá-las para atender ao consumidor e também manter sua posição no mercado.

Autoridade, prova social, exclusividade, frases curtas, diretas, fáceis de entender e o *storytelling* são especialmente algumas estratégias realizadas por essas empresas, e, sabendo atualmente do sucesso dessas organizações - como no caso da *Netflix* que segundo a *Mobile Time*, cerca de 80% das pessoas assinam a plataforma de *streaming* no Brasil - as estratégias de *copywriting* tem uma parcela significativa nos resultados. Segue abaixo o quadro 3 relatando os resultados dessa pesquisa:

Quadro 3 - Ranking dos serviços pagos de streaming no Brasil

Serviço	%
Netflix	80
Amazon Prime Video	47
Disney+	25
GloboPlay	23
HBO Max	19
Star+	17
Paramount+	6
Mubi	2
Outros	6

Fonte: Mobile Time (2023)

A pergunta referente aos resultados da pesquisa identificada no quadro 3 foi: “Marque abaixo qual ou quais serviços/*streaming* de filmes e/ou séries você assina, com pagamento de mensalidade, cujo conteúdo é acessível através de aplicativo no *smartphone*”. Sendo assim, mesmo com diversas alternativas de *streaming* e ser mais cara do que algumas plataformas, a *Netflix* é a preferida dos brasileiros.

Segundo Maccedo (2019) os gatilhos mais usados e que são eficazes em praticamente todos os *copys* são a prova social, autoridade e escassez, prova disso são os casos das empresas mencionadas no estudo. Deste modo, após estudar as técnicas de *copywriting*, é possível aliá-las com o marketing digital, pois, além de convencer o prospecto a realizar uma ação, as empresas precisam estar preocupadas com o consumidor, buscar agregar valor para a marca e não vender somente para obter lucro. É indispensável uma identificação afetiva perante o consumidor.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O marketing digital no âmbito empresarial busca fidelizar clientes e alavancar as vendas através de produtos e serviços, garantindo a satisfação dos consumidores. Devido ao crescimento da concorrência digital, as empresas precisam criar vantagem competitiva e gerar valor para a marca. Para esse preparo, utiliza-se as estratégias de *copywriting* para atrair o público-alvo, impulsionar o engajamento e conversões.

Portanto, através desse estudo faz-se importante analisar as estratégias de *copywriting* dentro do marketing digital e sua influência durante o processo de compra. Foi compreendido os conceitos de marketing digital e *copywriting*; de como a escrita persuasiva é eficaz nas vendas, e também examinou os gatilhos mentais com um viés atrelado à tomada de decisões e emoções do consumidor na hora de comprar.

Apoiado na revisão de literatura e análise de conteúdo e observação, o presente trabalho desenvolve-se a partir de uma pesquisa de natureza teórica, qualitativa e de nível exploratório, onde faz um levantamento bibliográfico que serve para um aprofundamento posterior de base para novos estudos.

Destaca-se nessa dissertação dois quadros relacionados às competências do marketing digital e as frases usadas nos gatilhos mentais. O marketing digital permite a segmentação do público-alvo, um menor custo, interação com as pessoas e sendo ágil nas campanhas. Contudo, as competências se convergem com os gatilhos mentais ao

compreender padrões de comportamento direcionando informações relevantes e adaptação de estratégias promovendo engajamento e conversões.

O trabalho aponta os conceitos relacionados ao marketing digital em que as corporações usam o ambiente digital para promover seus negócios através de campanhas com foco nas técnicas de *copywriting*. Dentre elas estão a identificação do público-alvo, um bom título chamativo - *headline* -, linguagem clara fácil e transparente, método AIDA, *storytelling* e os gatilhos mentais. Essas estratégias visam conseguir atrair o público-alvo através da escrita persuasiva gerando as vendas.

As empresas *Apple*, *Netflix* e *Nike* são reconhecidas no mercado e utilizam a estratégia dos gatilhos mentais e do *storytelling*. Essas marcas visam proporcionar uma experiência diferente dos demais, buscam o posicionamento de mercado, conversões e geração de valor.

O presente estudo considerou pontos positivos perante o *copywriting*, que se justifica pela necessidade de as empresas investirem cada vez mais na escrita persuasiva. Quando as marcas se dedicam para conhecer seus consumidores, as estratégias de *copywriting* não se tornam apenas persuasivas, mas também pertinentes.

Contudo, neste trabalho foi possível concluir como as estratégias de *copywriting* influenciam no processo de compra, em que a escrita persuasiva é altamente necessária para as organizações que estão dentro do ambiente digital. Tendo em vista o sucesso das empresas que estão inseridas e investem nas técnicas de *copywriting*, faz-se necessário as empresas que ainda não estão nesse meio, possam estar presentes para expandirem seus negócios.

O trabalho teve a pretensão de trazer discussão acerca das estratégias de *copywriting* que podem ser utilizadas pelas organizações dentro do mercado digital. Diante dos objetivos expostos, é notório que todos foram amplamente estudados podendo assim, servir de base para futuros estudos.

REFERÊNCIAS

CIALDINI, Robert B. **As armas da persuasão: como influenciar e não se deixar influenciar**. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

FAUSTINO, Paulo. **Marketing Digital na prática: como criar do zero uma estratégia de marketing digital para promover negócios ou produtos**. São Paulo: DVS Editora, 2019.

FERREIRA, Gustavo. **Copywriting: palavras que vendem milhões**. DVS Editora, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e Devagar: duas formas de pensar**. Rio de Janeiro, Editora Rocco, 2012.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. **Administração de Marketing**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

KOTLER, Philip. **Marketing 4.0**. In KARTAJAYA, Hermawan, SETIANWAN, Iwan. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

KOTLER, Philip, Kartajaya Hermawan, Setiawan Iwan. **Marketing 5.0: Tecnologia para a humanidade** – Edição padrão 2021.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MACCEDO, Paulo. **Copywriting-Volume 1: O Método Centenário de Escrita mais Cobiçado do Mercado Americano**. DVS Editora, 2019. Acesso em 05/10/2023.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MASLEN, Andy. **Persuasive copywriting: Using psychology to engage, influence and sell**. Kogan Page Publishers, 2015.

PAIVA, Fernando. **Uso de Apps no Brasil**. Mobile Time. Disponível em: <https://www.mobiletime.com.br/pesquisas/>. Acesso em: 05. mar. 2024.

PALACIOS, Fernando; TERENCEZZO, Martha. **O guia completo do storytelling**. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

SILVA, Bruna Martins Wolff da. **Análise do posicionamento digital das organizações contábeis do Distrito Federal com base no modelo de AIDA**. 2021.

STORR, Will. **The science of storytelling: why stories make us human, and how to tell them better**. Nova Iorque: William Collins, 2019.

TORRES, Cláudio. **A Bíblia do Marketing Digital: Tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar**. São Paulo: Novatec, 2009. 400 p.

AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) - E SEUS IMPACTOS NOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA JUSTIÇA FEDERAL SUBSEÇÃO DE IRECÊ: UM ESTUDO DE CASO

Uender Machado Neiva¹¹
Lara Amorim Helfenstein¹²
Cristiano Silva Santos¹³

RESUMO

Este artigo tem como foco analisar como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) impactam os serviços administrativos, na Justiça Federal Subseção de Irecê. A problemática reside na necessidade de compreender as principais contribuições dessas tecnologias nesse contexto específico. O objetivo geral é analisar como as TICs influenciam o desenvolvimento dos serviços administrativos nessa subseção, com os objetivos específicos de avaliar a implementação e identificar as principais ferramentas, analisar o impacto na eficiência e identificar desafios enfrentados. A metodologia adotada envolveu uma pesquisa bibliográfica para embasar teoricamente o estudo, utilizando fontes como artigos científicos e documentos eletrônicos, a pesquisa foi exploratória e descritiva, com uma abordagem qualitativa para uma análise mais profunda dos dados coletados. Um estudo de caso foi conduzido na Subseção de Irecê, com observação participativa, focando no setor administrativo e operacional. Diante disso, verifica-se que destacam a modernização dos processos administrativos através de plataformas como o Sistema Eletrônico de Informação (SEI) e os Sistemas Oracle, e melhorias na comunicação interna e externa com o Microsoft teams, no entanto, desafios como segurança adaptação as mudanças, treinamento e dependência de um técnico de TI, também foram identificados. O que impõe a constatação de que, as TICs têm o potencial de promover uma mudança positiva na gestão administrativa do setor público, mas é essencial superar obstáculos para maximizar seus benefícios, contribuindo para uma administração mais eficiente e transparente.

Palavras-Chaves: Tecnologias da Informação e Comunicação; Administração; Sistemas.

ABSTRACT

This article focuses on analyzing how Information and Communication Technologies (ICTs) impact administrative services in the Federal Court Subsection of Irecê. The problem lies in the need to understand the main contributions of these technologies in this specific context. The general objective is to analyze how ICTs influence the development of administrative services in this subsection, with specific objectives of evaluating implementation and identifying the main tools, analyzing the impact on efficiency and identifying challenges faced. The methodology adopted involved bibliographical research to theoretically support the study, using sources such as scientific articles and electronic documents. The research was exploratory and descriptive, with a qualitative approach for a deeper analysis of the data collected. A case study was conducted in the Irecê Subsection, with participatory observation, focusing on the administrative and operational sector. In view of this, it appears that they highlight the modernization of administrative processes through platforms such as the Electronic Information System (SEI) and Oracle Systems, and improvements in internal and external communication with Microsoft teams, however, challenges such as security adaptation to changes, training and dependence on an IT technician were also identified. This requires the observation that ICTs have the potential to promote positive change in the administrative management of the public sector, but it is essential to overcome obstacles to maximize their benefits, contributing to a more efficient and transparent administration.

Keywords: Information and Communication Technologies; Administration; Systems.

¹¹ Graduando em Administração pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XVI – Irecê;
¹² Mestre em Planejamento Territorial e Professora Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia (UNEB);
¹³ Pós-graduado em E-commerce, Mestrando em Estudos Africanos, povos Indígenas e Culturas Negras pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

1 INTRODUÇÃO

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) desempenham um papel crucial na transformação das organizações, abrangendo não apenas as instituições privadas, mas também as públicas, a qual frequentemente enfrenta desafios relacionados à burocracia. De acordo com Silva, Procópio e Mello (2019), a necessidade de revitalizar a administração pública para aprimorar a prestação de serviços, centrando-se na eficiência e na busca por resultados tangíveis, tem levado os governos a introduzir inovações na gestão de processos, na oferta de serviços governamentais e na estrutura organizacional.

Contudo, como é amplamente conhecido os problemas relacionados a gestão pública são variados, desde investimentos insuficientes dentro das organizações até dificuldades na comunicação interna e na gestão das informações. Compreende-se que na administração das instituições públicas, o fluxo documental é significativamente amplo, o que resulta em um alto custo operacional e um acúmulo excessivo de papel, o que ocasionalmente pode gerar lentidão no acesso às informações além de outros impactos negativos, (Rodrigues e Cammarosano, 2022). Logo, apresenta-se que os modelos organizacionais engessados contribuem para a lentidão burocrática.

Diante desse cenário desafiador, a implantação das TICs em instituições públicas emerge como uma solução promissora, conforme Rizardi *et al.* (2022), as TICs têm proporcionado um ambiente propício para a inovação e o crescimento contínuo das organizações, permitindo uma execução eficiente e ágil das operações no âmbito administrativo e operacional. Por meio da digitalização de processos e da adoção de sistemas integrados, as TICs facilitam o acesso às informações e promovem uma comunicação mais eficaz, tanto interna quanto externa nas instituições.

Esse reconhecimento do potencial das TICs segundo Balde (2010), levou os gestores públicos, no início do século XXI, a despertarem para a importância dessas tecnologias como ferramentas essenciais para o desenvolvimento da gestão administrativa. Assim, foram criadas políticas públicas para promover a efetiva

implantação e utilização das TICs em instituições públicas, visando uma gestão mais eficiente, transparente e alinhada com as necessidades das organizações.

Nesse contexto, o poder judiciário, que é um dos três poderes que compõem o Estado brasileiro, com o papel de julgar de acordo com a lei, conflitos entre cidadãos, entidades e Estado. Cabendo a ele interpretar as leis e aplicar o direito nos processos judiciais que lhes são endereçados. Aqui no Brasil, a organização funcional do setor Judiciário é subdividida em órgãos que atuam em esferas específicas, com seus respectivos graus de jurisdição, (Superior Tribunal de Justiça, 2024).

Atualmente, com o avanço tecnológico, a implementação de sistemas eletrônicos tem se tornado cada vez mais presente na esfera judicial, trazendo uma modernização e digitalização dos processos judiciais e administrativos, dos órgãos que compõe esse sistema. Que também demandam uma reflexão mais profunda sobre como as TICs podem influenciar a eficiência e a qualidade das operações.

Dessa forma, um exemplo é a Justiça Federal Subseção de Irecê na Bahia, que é o órgão do poder judiciário, responsável por julgar causas envolvendo a União, autarquias e empresas públicas federais, sua atuação abrange questões cíveis conforme previsto no artigo 109 da Constituição Federal de 1988. Diante da necessidade de analisar os impactos das TICs no setor de apoio administrativo da Subseção, é fundamental aprofundar a temática do uso das TICs nas instituições, considerando não apenas os aspectos operacionais, mas também os desafios e oportunidades que surgem com essa transformação.

Assim, surge a seguinte questão: Quais são as principais contribuições das Tecnologias da Informação e Comunicação no desenvolvimento dos serviços administrativos da Subseção de Irecê/BA? O objetivo geral deste estudo é analisar as principais contribuições das Tecnologias da Informação e Comunicação, no desenvolvimento dos serviços do setor administrativo da Justiça Federal Subseção de Irecê/BA. Para atingir esse objetivo, os objetivos específicos são: Avaliar a implementação das TICs no setor administrativo, identificando as principais ferramentas e tecnologias utilizadas; analisar o impacto da adoção das TICs na eficiência do setor

administrativo e operacional; e identificar desafios e obstáculos enfrentados durante a integração e utilização das TICs no contexto da organização.

Dito isso, este trabalho justifica-se por analisar as mudanças decorrentes da implementação das TICs dentro das organizações, buscando ampliar o debate sobre as questões que as tecnologias se mostram como facilitadoras para atingir a eficiência e eficácia dos serviços. Com a integração de um sistema que envolve pessoas, *hardwares* e *softwares*, podendo utilizar essas tecnologias de forma estratégica para promover uma gestão eficiente e transparente, visando fornecer subsídios e possíveis caminhos que possam orientar a implementação dessas tecnologias para melhorar a qualidade dos processos administrativos. Além disso, este estudo pode contribuir como fonte para futuras pesquisas e discussões na área da administração pública.

Para tanto, a estrutura desse trabalho se divide em cinco partes, na primeira parte, à introdução com uma breve apresentação do tema contendo a problemática, os objetivos e a justificativa, na segunda parte, a metodologia expondo o tipo de pesquisa que foi desenvolvida para construção do estudo, na parte três encontra-se a fundamentação teórica, em sequência na quarta parte, os resultados e discussões dos dados explorados coletados e descritos sobre o tema, com enfoque nos principais impactos, após apresentação dos resultados, por fim na quinta parte as considerações finais com os principais resultados e contribuições.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a construção deste trabalho, utilizou-se de pesquisa bibliográfica para a elaboração do arcabouço teórico metodológico, a partir da coleta de informações em artigos científicos, livros e documentos eletrônicos, que para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos. As palavras-chave utilizadas para a busca foram, tecnologia da informação e comunicação, administração pública, sistemas

informatizados, utilizando *sites* de busca na internet, como *google acadêmico*, *scielo* e revistas digitais.

A título de critério de seleção dos artigos houve análise dos resumos dos artigos, os quais continham no mínimo três palavras-chaves, a partir daí foram escolhidos apenas aqueles que se enquadravam em relação a presença de informações embasadas, atualizadas e alinhadas com a temática, para garantir a pertinência. Em relação ao critério por data, optou-se pelo marco temporal de 13 anos, ou seja, artigos publicados entre os anos de 2010 e 2023, por apresentarem ideias mais publicações mais recentes considerando artigos publicados entre os anos de 2010 a 2023.

A pesquisa adotou objetivos, de natureza exploratória e descritiva, pois, busca explorar bibliografias para contextualizar hipótese de uma realidade com assuntos poucos direcionados a problemática, pois, a pesquisa exploratória tem como objetivo principal de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, visando a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores, e descritiva pois serão destrinchados os dados coletados descrevendo a realidade em questão para responder os objetivos da pesquisa, com a abordagem qualitativa permite uma análise mais aprofundada dos trabalhos da organização para alcançar os objetivos, analisando suas principais contribuições, riscos ou limitações para o setor administrativo atender as demandas.

A respeito do método de coleta de dados foi realizado um estudo de caso, que segundo (Gil, 2010, p. 37) “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Com a técnica de observação participativa, pois a observação é uma ferramenta importante para construção do conhecimento em estudo que descreve e explora uma determinada realidade, é uma técnica muito utilizada em pesquisa qualitativa.

Assim, a condução desse estudo de caso, optou-se por uma imersão direta nas atividades do ambiente da Justiça Federal Subseção de Irecê, com ênfase no envolvimento ativo nas rotinas do setor administrativo e operacional. Contudo é importante ressaltar que não houve um estudo de documentos, pois os artigos analisados forneceram as informações necessárias sobre as TICs que o setor tem usufruído, essa escolha foi feita

com base na compreensão de que as interações diretas e observações que proporcionariam uma visão mais contextualizada da gestão da subseção.

Dessa forma, a análise dos dados coletados foi conduzida de forma meticulosa, empregando abordagem qualitativa para identificar as contribuições e desafios dessas ferramentas na gestão da subseção. Durante o período de abril de 2023 a janeiro de 2024 totalizando 9 meses, a pesquisa foi realizada no ambiente da Subseção de Irecê, focando especificamente no setor administrativo e operacional.

Os dados foram selecionados criteriosamente, incluindo observações participativas que envolvem o pesquisador ativamente nas atividades cotidianas da equipe e em momentos específicos, como final e início de mês, onde se encontra um volume maior de trabalho, foram feitas algumas observações não participante para obter uma perspectiva mais ampla e objetiva das operações, realizadas durante o mesmo período de tempo.

A fim de oferecer perspectivas diversas sobre as operações, o objetivo era explorar a gestão, identificando rotinas e as principais TICs utilizadas, analisando se elas atendiam às suas demandas. Com a triangulação de diferentes fontes de dados, como observações, artigos e sites eletrônicos como o do Sistema Eletrônico de Informação, *Oracle* e *Microsoft*, que contribuíram efetivamente para correlacionar os dados com os objetivos da pesquisa, garantindo assim um entendimento das principais contribuições das TICs para o setor na instituição. No que diz respeito às TICs utilizadas são, os Sistema Eletrônico de Informações (SEI), Sistema *Oracle* e *Microsoft Teams*, que desempenham papéis cruciais na comunicação e na gestão de processos.

Durante a análise, o estudo de caso permitiu uma investigação valiosa das práticas e processos administrativos em um contexto real, destacando as complexidades enfrentadas pela gestão. Então, priorizamos dados relevantes para responder à pergunta da pesquisa e alcançar os objetivos do estudo, descartando informações irrelevantes, que fugiriam do foco da pesquisa. Assim, os resultados foram interpretados qualitativamente, sobre como as TICs têm contribuído para a gestão da subseção e fornecendo direcionamentos para pesquisas futuras.

3 A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

As Tecnologias da Informação e Comunicação constituem um conjunto de recursos tecnológicos integrados, que por meio das funções combinadas de *hardware*, *software* e telecomunicações, possibilitam a coleta, armazenamento, processamento e transmissão de informações, esses recursos não apenas facilitam a comunicação entre indivíduos e organizações, mas também promovem a eficiência e a inovação em diversos setores da sociedade.

Como é amplamente conhecido a primeira revolução de tecnologia da informação e comunicação aconteceu nos Estados Unidos, a partir da criação de tecnologias para favorecer os militares nas guerras. Para Pereira e Silva (2012), a disponibilidade de novas tecnologias foi imprescindível para o processo de reestruturação socioeconômica dos anos 80 e posteriormente, a utilização dessas tecnologias condicionou, em grande parte, seus usos e trajetórias na década seguinte.

Ainda segundo Pereira e Silva (2012), a criação da Internet foi o ponto principal, para o desenvolvimento de novas tecnologias relacionada a informação e comunicação, no final da década de 90, com a criação das redes de telecomunicações, foi potencializado pelo planeta, com a criação da *World Wide Web (WWW)*. Compreende-se que a partir daí a expansão da comunicação por meio das TICs avançou e evoluiu de forma rápida e crescente.

O aumento assombroso da capacidade de transmissão com a tecnologia de comunicação em banda larga alavancou a possibilidade de uso da Internet e das tecnologias de comunicação semelhantes a esta, já que se tornou possível transmitir, além de dados, voz, e isso revolucionou as telecomunicações e sua respectiva indústria, (Pereira e Silva, 2012, p. 7).

Assim, Caetano e Cavalcante (2022) destacam que, no início da década de 1980, o foco em compatibilidade permitiu a superação das barreiras existentes, possibilitando uma integração total entre ferramentas e sistemas, esse avanço revolucionou a dinâmica

das relações, com o acesso e troca de informações tornando-se natural e instantâneo. A Tecnologia da Informação (TI) passou a ser reconhecida como um fator crítico de capacitação, especialmente através das telecomunicações, que eliminam as barreiras de local e tempo às atividades de coordenação, serviço e colaboração.

Seguindo essa evolução de acordo com Balbe (2010), no Brasil, ao final dos anos 90, o governo eletrônico ganhou destaque, alinhando-se com a tendência mundial. No entanto, foi somente a partir dos anos 2000 que o programa de governo eletrônico teve seu início no país, com o objetivo de informatizar os serviços governamentais e, assim, aprimorar a administração e gestão das organizações. Como ressalta Pereira e Silva (2012, p. 3), “na administração pública, a aplicação das Tecnologias de Informação e Comunicação, especialmente com o uso da Internet, ampliou-se significativamente nas diferentes esferas do governo”.

Concomitantemente, Silva e Barbosa (2020), apontam que na década de 90, com a popularização da internet, houve um aumento no uso das TICs como ferramentas de controle das ações governamentais, isso pressionou o setor público a aumentar a transparência e eficiência dos serviços prestados. A partir do início do século XXI, os gestores públicos reconheceram o valor das tecnologias como instrumento na construção do futuro, resultando na criação de políticas públicas para impulsionar o desenvolvimento.

Nesse contexto, Balbe (2010) destaca que os serviços prestados às pessoas com o auxílio da internet possibilitam a ampliação do acesso à informação, através de redes e bancos de dados, convergindo sistemas de informações e implantando infraestrutura avançada de comunicações e serviços. Assim, a Tecnologia da Informação e Comunicação é fundamental para as empresas alavancarem e potencializarem seus processos de criação e desenvolvimento tecnológico.

Isso têm gerado uma revolução significativa no modo de viver, comunicar, pensar e de fazer negócios. As TICs são classificadas em três componentes principais: hardware, que se refere aos dispositivos físicos e equipamentos; software, que engloba conjuntos de instruções, procedimentos e programas; e redes, que tratam do design e da interconexão de computadores e canais de comunicação.

De acordo com Rizardi *et al* (2022), as transformações da estrutura governamental sempre foram estudadas ao longo do tempo, especialmente no campo da ciência política e, posteriormente, da administração pública. Então os impactos globais trazidos pelas novas tecnologias da informação e da comunicação, fizeram surgir uma nova sociedade de indivíduos cada vez mais conectados, que se comunicam, interagem, inclusive em rede, adquirem e produzem bens e serviços e usufruem, positivamente ou não, do conhecimento e da gama de informações disponíveis na internet, assim configurando a era da informação.

No entanto, a escolha adequada das TICs, é crucial para atender às necessidades específicas de uma organização, abrangendo considerações de qualidade, oportunidades financeiras, escalabilidade e ciclo de vida das soluções.

Como quando uma organização decide pelo uso de uma determinada TICs, ela deve sempre considerar essa ação como um projeto. O projeto para adoção de tecnologias, na sua forma completa, é composto por três processos distintos: a Seleção, a Implantação e a Manutenção. Cada uma dessas fases deve ser realizada, em ordem cronológica, para que ao seu final sejam obtidos os resultados esperados a partir da decisão de uso, (Chiarini e Vieira 2012, p. 35).

Ao aplicar as TICs no contexto das organizações governamentais, como apontado por Silva (2018), surge a possibilidade de aumentar a eficiência das atividades, com os sistemas de informação e comunicação permitem a coleta de dados em tempo real, acelerando o acesso e possibilitando o cruzamento e triagem de informações para embasar decisões mais informadas. Essa flexibilidade oferecida pelas TICs não apenas quebra barreiras, mas também promove a integração de ideias, pessoas, informações e funções, abrindo caminhos para uma maior eficácia e manifestação de potenciais. Assim, a adoção e implementação das TICs em organizações públicas se tornam não apenas uma escolha estratégica, mas também um projeto composto por fases de seleção, implantação e manutenção, essenciais para alcançar os resultados desejados.

3.1 IMPACTOS DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA ADMINISTRATIVA

É essencial compreender a diferença entre eficiência e eficácia no contexto das TICs, Segundo Mota, Júnior e Freitas (2016) a eficiência está relacionada à capacidade de realizar as tarefas de maneira eficaz, utilizando os recursos disponíveis de forma adequada, por outro lado, a eficácia diz respeito a alcançar os objetivos e metas estabelecidos, sendo essencial confrontar os resultados das aplicações das TICs com os resultados do negócio da empresa e seus possíveis impactos. Ser eficaz em TI significa utilizar essa tecnologia para impulsionar o negócio da empresa, tornando-a mais competitiva.

O programa governo eletrônico, implementado nos anos 2000, foi uma verdadeira revolução na maneira como os processos e a burocracia eram tratados no serviço público. Desde seu início, conforme destacado por Rodrigues e Cammarosano (2022), sua premissa fundamental foi a priorização do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no governo, visando democratizar o acesso à informação, a execução e o controle das políticas públicas, além de aprimorar a qualidade e a efetividade dos serviços prestados.

Com a evolução da *internet* e o surgimento de novas ferramentas de gestão virtual, como salientado por Santos e Pedro (2015), os administradores têm a capacidade de alcançar resultados mais satisfatórios em seus processos organizacionais. Essa evolução promove a agilidade e a eficiência no atendimento ao público, melhorando significativamente o acesso às informações e proporcionando maior precisão nas tomadas de decisão, resultando em serviços de maior qualidade. Através desses sistemas digitais e tecnológicos, os colaboradores encontram facilidade para acessar e consultar informações quando necessário.

Assim, a visão estratégica das TICs, conforme destacado por Negrini e Simonetto (2021), enfatiza seu papel como diferenciais competitivos e como base para processos transacionais e de decisão. Essa abordagem destaca a importância das TICs na melhoria dos métodos de administração, proporcionando agilidade, acesso rápido a informações

cruciais, gestão de documentos e comunicação eficaz entre diferentes setores organizacionais. Além disso, segundo Silva (2023) os benefícios das TICs se estendem à redução de custos de produção, maior flexibilidade operacional, incremento da capacidade de inovação e elevação da qualidade e produtividade da empresa.

O processo de otimização dos serviços dos setores administrativos de órgãos públicos são fundamentos a partir da tecnologia da informação e comunicação, por meio de recursos tecnológicos e computacionais para geração e uso da informação. Assim, Negrini e Simonetto (2021), trazem que o aumento da utilização de pacotes de *softwares*, como o *Enterprise Resource Planning* (ERP), juntamente com a diminuição do preço dos equipamentos de informática, são alguns dos acontecimentos que tornaram a TI mais prontamente disponível e homogênea, e com isso, ter uma capacidade superior de TI pode não ser mais traduzida em performance superior dos negócios, complementando esse conceito, a tecnologia da informação está fundamentada nos componentes, *hardware* e seus componentes periféricos, *software* e seus recursos, sistemas de telecomunicações, gestão de dados e informações.

Ainda segundo Negrini e Simonette (2021), todos esses componentes interagem e necessitam do componente fundamental que é o recurso humano, embora conceitualmente não faça parte da tecnologia da informação, sem ele esta tecnologia não teria funcionalidade, neste trabalho, será adotado o seguinte conceito para o termo tecnologia da informação e comunicação, são os recursos tecnológicos e computacionais com capacidade para tratar dados e informações. Contudo para Negrini e Simonetto (2021), o conceito de tecnologia da informação é mais abrangente do que os de “processamento de dados, sistemas de informação e engenharia de *software*, informática ou o conjunto de *hardware e software*, pois envolvem aspectos humanos, administrativos e organizacionais”.

Entretanto, Tigres e Marques (2015, p. 3), “ressaltam os impactos sociais das novas tecnologias, nos casos das tecnologias da informação e comunicação, a visão de que as TIC’s irão modificar a sociedade e o mundo do trabalho”, porque estão se desenvolvendo cada vez mais rápidos equipamentos de *hardwares*, e também a criação e

atualização de *softwares*, então tendo as tecnologias como uma das principais ferramentas para melhorar a administração das organizações e alcançar os objetivos.

Por isso devemos reconhecer e apoiar esses caminhos para a inovação no governo se quisermos impulsionar o progresso, não como um planejamento linear de adoção de tecnologias, projetos ou planos, mas como um processo de descoberta, de abertura de espaços para que as pessoas possam experimentar novas abordagens, aprender com os fracassos e aumentar a produtividade do capital humano do setor público (Rizardi *et al*, 2022, p.6).

Além disso, as TICs têm trazido contribuições significativas em diversas áreas, conforme apontado por Mota, Júnior e Freitas (2016), ela têm sido fundamentais para melhorar processos, desburocratizar, ampliar a oferta de serviços à população e aumentar a transparência para os consumidores, esses benefícios são cruciais para empresas e instituições, sejam elas públicas ou privadas. Pois, de acordo com Laudon e Laudon (2022), as TICs não se limitam apenas aos aspectos tecnológicos, elas abrangem e impactam três dimensões principais, como as organizações, as pessoas e as próprias tecnologias, como está no quadro 01.

Quadro 01: Capacidade em Tecnologia da Informação.

Dimensão	Principais aspectos
Organizacional	Estrutura (hierarquia), processos organizacionais, história, cultura, conflito, especializações funcionais, tomada de decisão, grupos internos de interesse, demandas, necessidades.
Humana	Pessoas competentes, resistências, treinamento, atitudes profissionais e comportamento da administração.
Tecnológica	<i>Hardware</i> computacional, <i>software</i> , atualizações, suporte ao usuário,

	tecnologia de administração de dados, tecnologia de redes e telecomunicações.
--	----------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Adaptado pelo autor de Laudon e Laudon (2022).

Negrini e Simonetto (2021) acrescentam que o conceito de tecnologia da informação e comunicação transcende os tradicionais elementos como processamento de dados, sistemas de informação e engenharia de *software* processamento de dados, sistemas de informação e engenharia de *software*, informática ou o conjunto de *hardware e software*, pois envolvem aspectos humanos, administrativos e organizacionais. Portanto, para alcançar eficiência e eficácia, é crucial que esses três aspectos tecnológico, humano e organizacional, estejam interconectados e funcionem de forma sinérgica, a interconexão e a colaboração entre eles são essenciais para efetividade no uso das TICs. Essa abordagem integrada é fundamental para garantir que as TICs desempenhem um papel relevante e estratégico na sobrevivência e na competitividade das organizações.

3.2 DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS TICs EM ÓRGÃOS PÚBLICOS

Em consonância com as observações de Rizardi *et al* (2022), em 2019 faltava um ambiente de gestão pública mais apto a encarar a velocidade e a complexidade do mundo contemporâneo, o Brasil carecia de avanços regulatórios básicos, bem como de colocar a estratégia sistêmica e a agilidade institucional como premissas para a transformação do Estado, a necessidade de uma gestão mais ágil e estratégica, a implementação eficaz de Tecnologias da Informação e Comunicação emerge como um elemento crucial para o desenvolvimento, mas que também tem muitos desafios.

Laudon e Laudon (2022) destacam que a implantação das TICs nas organizações é complexa, pois envolve fatores organizacionais, humanos e tecnológicos, resultando em barreiras e desafios significativos. Eles enfatizam que as TICs não se limitam aos aspectos

tecnológicos; é crucial considerar também os operadores do sistema e os procedimentos organizacionais. Alinhar essas três dimensões é uma tarefa difícil.

Nesse contexto a implementação ou a modificação das tecnologias da informação e comunicação utilizadas nas organizações podem ser influenciadas por fatores contingenciais, os quais exercem influência direta ou indiretamente no desempenho organizacional das instituições.

As ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação proporcionam vantagens às organizações, porém são influenciadas por diversas variáveis contingenciais, que exercem força no processo de implantação e alteração de projetos de TICs. Apesar dos benefícios proporcionados pelas TICs, a implantação e alteração de projetos envolvendo estas tecnologias não são tarefas simples, pois exigem a compreensão de funcionamento da organização como um todo, além de envolver aspectos tecnológicos, humanos e organizacionais, muitas destas dificuldades são provenientes de fatores contingenciais, os quais exercem influência nas organizações, de modo geral, as organizações são fortemente dependentes do ambiente no qual estão inseridas, onde a mudança é inerente ao ambiente, o que afeta as organizações e a forma como se estruturam, (Negrini e Simonetto, 2021 p. 12).

Diante dos desafios evidenciados, Caetano e Cavalcante (2022), no contexto da administração pública ainda há desafios a serem enfrentados pelas instituições, no que se refere ao uso das TICs no setor público, como a questão do gerenciamento, e compartilhamento de informação e dados, com falta de precisão nos dados, a complexidade dos sistemas e a escassez de habilidades técnicas representam barreiras significativas, assim como a ausência de alinhamento entre o uso das TICs e os objetivos organizacionais, fatores que podem dificultar a adaptação da cultura institucional.

Assim, as reflexões de Valle e Gallo (2020) sobre a intersecção entre a teoria do direito administrativo e a administração pública adquirem relevância, especialmente diante da crescente digitalização dos processos e da necessidade de lidar com grandes volumes de dados e informações. Contudo, a implementação efetiva da tecnologia

enfrenta diversas barreiras nas organizações públicas, desde a captura até o compartilhamento de informações.

É nesse cenário de transformação tecnológica e preocupação com os direitos fundamentais dos cidadãos, enfatizado por Dias, Sano e Medeiros (2019), que mudanças culturais são essenciais, envolvendo adaptações nas rotinas, mudanças legais e comportamentais para uma prestação de serviços mais eficaz. Assim, a administração pública adota meios digitais para promover eficiência, transparência e participação social. Isso implica no uso de tecnologias avançadas e processos administrativos eletrônicos, visando simplificar a burocracia e garantir agilidade na prestação de serviços.

Contudo, as considerações de Caetano e Cavalcante (2022), ressalta que o uso das TICs no fornecimento de serviços públicos e transações online, buscam melhorar o tempo e qualidade da entrega dos serviços, além de possuir também, mecanismos de *feedback* eletrônico, como pesquisas instantâneas na *web* e *e-mail*. No entanto, a implantação das tecnologias na administração de instituições públicas, a burocracia existente e as restrições na administração de recursos financeiros que dificultam os investimentos necessários para melhorar os serviços das organizações.

Diante das pesquisas e das percepções dos autores apresentados, torna-se evidente alguns dos desafios na implantação das TICs na administração pública, abrangendo aspectos regulatórios, burocráticos, culturais e técnicos. Para garantir o sucesso nesse processo, são fundamentais uma abordagem estratégica, o alinhamento organizacional e a superação de barreiras. A modernização tecnológica pode contribuir significativamente para aumentar a eficiência, transparência, participação colaborativa, controle e simplificação da burocracia na prestação de serviços públicos. No entanto, além da implementação das TICs, é crucial reconhecer e promover as mudanças culturais necessárias na administração, visando eficácia, eficiência e efetividade na entrega desses serviços.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estudo foi desenvolvido na Justiça Federal de Primeiro Grau Subseção Judiciária de Irecê na Bahia, com foco na Seção de Apoio Administrativo e Operacional (SESAP), departamento responsável pela gestão de todos os processos administrativos e organizacionais, suas atribuições incluem, a integração e comunicação com os diversos setores da organização, projetos para aquisição de produtos e serviços, aquisição de materiais, controle financeiro, gestão de pessoas, contas a pagar, controle de estoque, controle de inventário, adequação de escala de férias e trabalho, mantendo uma conexão de forma síncrona com os servidores que estão em regime de trabalho remoto. Em constante comunicação com a Seção Judiciária da Bahia, que fica em Salvador, para encaminhar pagamentos, finalização de contratos, e resolver pendências administrativas.

No decorrer dos últimos anos, o setor administrativo passou por uma transformação notável, impulsionada pela integração das tecnologias da informação e comunicação. Essa integração envolveu a implementação de sistemas digitais com o intuito de alcançar diversos objetivos, tais como economia de recursos, aumento da produtividade dos colaboradores e uma gestão mais eficiente dos dados. Com a adoção desses sistemas digitais, tornou-se possível acessar processos que foram migrados para o formato digital, essa transição foi viabilizada graças às TICs, as quais também proporcionam uma maior flexibilidade nos horários e métodos de trabalho. Essa mudança teve um impacto direto nos custos operacionais, com ênfase especial na utilização de softwares.

Os softwares integraram todo o sistema organizacional, e os colaboradores têm aproveitado essas ferramentas para melhorar o desenvolvimento dos serviços e atender as demandas.

Quadro 02: As principais TICs utilizadas pelo setor Administrativo são:

TICs	Especificações
	Desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), é um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos, que oferece suporte à

Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	produção, edição, assinatura e trâmite de tais processos e documentos, trata-se de uma plataforma que engloba um conjunto de módulos e funcionalidades capazes de promover a eficiência administrativa e práticas inovadoras de trabalho, em interface amigável.
Os sistemas Oracle	Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD), criado nos anos 70, ele já teve diversas versões, atualmente, há vários pacotes que atendem às demandas das empresas conforme o seu tamanho e complexidade. O recurso está disponível na nuvem e em software de banco de dados é usado para criar, editar e manter arquivos e registros de banco de dados, facilitando a criação de arquivos e registros, entrada de dados, edição, atualização e relatórios de dados.
Microsoft Teams	Software desenvolvido para controlar, organizar e desenvolver o trabalho individual ou de grandes e pequenas equipes, ele funciona como um ambiente de trabalho virtual, para a colaboração e comunicação em tempo real, com reuniões, compartilhamento de arquivos, e contém todo o suporte oferecido pela Microsoft através do Office 365.

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

O SEI, modernizou o processo de registro e gestão de dados, a transição para um ambiente digital eliminou a dependência de documentos em papel, reduzindo significativamente o tempo necessário para acessar e atualizar informações, além disso, a integração do sistema permitiu uma maior consistência nos registros, minimizando erros e facilitando a tomada de decisão, fazendo a tramitação de processos de forma instantânea de um unidade administrativa para outra, também reduziu fronteira entre setores diferentes e cidades diferentes.

Os sistemas *Oracle* utilizado para controle férias, folha de pagamento, matérias, cadastros e gestão de informações organizacionais, controle de inventário, também demonstrou ser uma ferramenta abrangente para o controle de recursos humanos e administração de materiais, a centralização de todas as informações relacionadas a funcionários e materiais em uma única plataforma simplificou os processos de gestão, e recursos como folha de pagamento automatizada, gestão e controle de estoque foram otimizados, resultando em uma administração mais eficaz, na redução de custos operacionais, prevenção de erros e agregando valor e tempo ao serviço do colaborador.

Apesar da utilização do *e-mail* como uma ferramenta de comunicação mais formal, houve uma mudança na cultura organizacional da organização, com a implementação do *Microsoft Teams*, como meio de comunicação oficial da organização que se mostrou fundamental para aprimorar a comunicação interna e externa do setor administrativo com os outros departamentos, e com a Seção Judiciária da Bahia e suas 15 Subseções, também todos que fazem parte do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Trf1) é um órgão de segunda instância da Justiça Federal brasileira, com sede em Brasília e jurisdição sobre o Distrito Federal e os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Estão dentro da plataforma para integrar a comunicação, proporciona um ambiente colaborativo que permite a troca instantânea de informações, a realização de reuniões virtuais e a gestão eficaz junto aos demais setores da organização, isso resultou em uma comunicação mais ágil e transparente entre os membros da equipe no qual agrega, principalmente para os servidores que estão trabalhando de forma remota, reduzindo os gargalos e promovendo uma colaboração mais eficiente.

Então, a adoção de ferramentas como o *Microsoft teams*, Sistema Eletrônico de Informação e Sistemas *Oracle* tem proporcionado melhorias notáveis na eficiência operacional e na capacidade de atender às demandas organizacionais. Com destaque por Ceolin *et al.* (2022), o Ministério da Justiça (MJ) também divulgou que após um ano da implantação do SEI foi gerada uma redução de R\$ 2 milhões nos gastos do órgão em 2015, a economia foi calculada a partir da diminuição dos valores nos contratos para aquisição de papel, serviço de postagem, impressão e transporte.

Outro exemplo do sucesso de implantação do SEI se encontra no estado da Bahia, onde o SEI gerou em pouco mais de um ano após a sua implementação, uma economia estimada em R\$ 10,8 milhões para os cofres públicos. Para alcançar essa redução, o Governo deixou de usar 54 milhões de folhas do tipo A4, além de ter economizado com gastos de impressão, colchetes, capas de processo, custo de armazenamento e mão de obra, (Portal Sei Bahia, 2019).

Por outro lado, os sistemas Oracle oferecem recursos flexíveis, segundo noticiado pelo site da Oracle (2024), a Globo alcançou uma redução de 28% no tempo de fechamento financeiro e diminuiu em 40% os chamados internos e relatórios de funcionários. A Globo que é a maior empresa de mídia do país, está utilizando os Sistemas Oracle nas áreas de finanças e recursos humanos para otimizar processos de negócios, simplificar relatórios e melhorar a experiência dos funcionários.

Nesse cenário onde a comunicação é fundamental, Caron (2022) destaca que, o *Microsoft teams* emerge com uma ferramenta eficaz, na transformação das organizações, oferecendo uma variedade de recursos que facilitam a comunicação e a colaboração, como recursos como compartilhamento de arquivos, videoconferências, agendas integradas e chats em grupo, promovendo a troca de informações e uma alocação das mesma. Assim, o *software* não só promove uma comunicação mais eficaz, mas também contribui para a produtividade e o sucesso das organizações, conforme observado por Caron.

A integração dessas tecnologias na Subseção de Irecê, proporcionou uma visão abrangente do setor administrativo, permitindo uma análise mais detalhada das operações. Pois, os gestores agora têm acesso a dados em tempo real, facilitando a identificação de

problemas, a avaliação de desempenho e a tomada de decisões estratégicas, essa capacidade de análise contribuiu diretamente para a eficiência operacional e para a adaptação proativa a mudanças no ambiente organizacional.

Contudo, apesar dos benefícios evidentes, é crucial reconhecer os desafios associados à implementação dessas tecnologias, na Subseção de Irecê, observou-se que os colaboradores enfrentam desafios específicos, como a familiarização com os novos sistemas, a necessidade de treinamento adequado para novos servidores e estagiários, a garantia da segurança das informações e a instalação e manutenção contínua dos hardwares.

A adaptação dos colaboradores às mudanças tecnológicas requer atenção constante, especialmente no que diz respeito à segurança da informação. Além disso, o treinamento da equipe é fundamental para garantir o uso eficaz das novas ferramentas, a manutenção regular dos sistemas e a resolução de problemas técnicos exigem a presença de um técnico em Tecnologia da Informação (TI), destacando a importância do suporte nesse contexto.

Outro desafio significativo é a adaptação cultural dentro da organização com as mudanças, é muito importante para garantir a participação de todos que ali trabalham, pois, a integração dos aspectos organizacionais, humanos e tecnológicos é fundamental para alcançar os objetivos e melhorar a qualidade dos serviços.

Portanto, as Tecnologias de Informação e Comunicação têm o potencial de promover uma mudança significativa na gestão administrativa do setor público, impulsionando eficiência, transparência e qualidade dos serviços prestados. Então, para realizar plenamente esses benefícios, é crucial superar desafios associados à implementação e utilização dessas tecnologias, garantindo uma abordagem integrada que considere aspectos organizacionais, humanos e tecnológicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo almejou, por meio de um estudo de caso, com objetivo de analisar as principais contribuições das Tecnologias da Informação e Comunicação, no desenvolvimento dos serviços do setor administrativo da Justiça Federal Subseção de Irecê. Assim, a análise realizada sobre os impactos das TICs no setor administrativo, revelou uma série de benefícios significativos, bem como desafios a serem superados, a introdução dessas tecnologias proporcionou uma transformação marcante na forma como as operações são conduzidas, resultando em melhorias tangíveis na eficiência operacional, comunicação e tomada de decisão.

Entre as contribuições mais notáveis, destaca-se a modernização dos processos administrativos, impulsionada pela implementação de ferramentas como o Sistema Eletrônico de Informação (SEI) e os Sistemas Oracle, essas plataformas possibilitaram uma gestão mais ágil e eficiente de dados, eliminando a dependência de documentos físicos e reduzindo significativamente o tempo necessário para acessar e atualizar informações. Além disso, a integração desses sistemas permitiu uma maior consistência nos registros, minimizando erros e facilitando a tomada de decisão.

A comunicação interna e externa também foi aprimorada com a adoção do Microsoft teams como meio oficial de comunicação na organização, essa plataforma proporcionou um ambiente colaborativo que facilitou a troca instantânea de informações, a realização de reuniões virtuais e a gestão eficaz junto aos demais setores da instituição, a comunicação se tornou mais ágil, transparente e eficiente, especialmente para os servidores que estão trabalhando de forma remota.

Por fim, embora este estudo tenha limitações inerentes à sua natureza de estudo de caso, ele contribui com informações as quais são possíveis destacar o potencial das TICs na melhoria dos processos administrativos das organizações. Quando compreendidos e utilizados adequadamente, as tecnologias podem oferecer ferramentas de forma estratégica, facilitando a tomada de decisões fundamentadas e promovendo a eficiência organizacional.

Observa-se que a plena incorporação dessas práticas ainda não é uma realidade em muitas organizações, isso ressalta a necessidade de realizar mais pesquisas e investigações que podem contribuir para melhoria desses processos em outros contextos

com diferentes ferramentas. Portanto, este trabalho serve como uma fonte de referência para ampliar o debate sobre esse tema e abre caminho para futuras pesquisas que possam aprofundar e aprimorar a implementação das TICs nos processos administrativos organizacionais.

REFERÊNCIAS

BALBE, Ronald da Silva. **Uso de tecnologias de informação e comunicação na gestão pública: exemplos no governo federal.** 2010.

CAETANO, Daiana de Sousa. CAVALCANTE, Gersina A. M. **O uso das tecnologias nas atividades administrativas do Estado.** 2022. Disponível: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/27351>. Acesso em 26/10/2023. Acesso em 24 out. 2023.

CARON, David. **COLABORAÇÃO EM EQUIPES COM MICROSOFT TEAMS.** Anais do EVINCI-UniBrasil, v. 8, n. 2, p. 89-89, 2022. Disponível: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisevinci/article/view/6548>. Acesso em 03/05/2024.

CHIARINI, Tulio; VIEIRA, Karina Pereira. **Universidades como produtoras de conhecimento para o desenvolvimento econômico: sistema superior de ensino e as políticas de CT&I.** Revista Brasileira de Economia, v. 66, p. 117-132, 2012.

DIAS, Thiago Ferreira; SANO, Hironobu; MEDEIROS, Marcos Fernando Machado de. **Inovação e tecnologias da comunicação e informação na administração pública.** 2019. Disponível: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4284>. Acesso em out. 2023.

FERREIRA, Laís Lima; CAPP, Edison; NIENOV, Otto Henrique. **Software Microsoft Teams. Nienov, Estratégias didáticas para atividades remotas.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde: Ginecologia e Obstetrícia, 2021. p. 109-130., 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. Maria; MARCONI, M. de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa**. 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital**. Bookman Editora, 2022. Disponível: <https://books.google.com.br/books?id=NIehEAAAQBAJ&lpg=PT11&ots=f3btY4p1p8&dq=Sistemas%20de%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20Gerenciais&lr&hl>
l. Acesso em 23 set. 2023.

MOTA, Thális Bicalho; DE OLIVEIRA JÚNIOR, Antônio Márcio Coutinho; DE FREITAS, Alan Ferreira. **Desenvolvimento e uso de um software de gestão sob a ótica das dimensões organizacional, tecnológica e humana em empresas públicas**. Navus-Revista de Gestão e Tecnologia, v. 6, n. 3, p. 70-87, 2016.

NEGRINI, Fernando; SIMONETTO, Eugênio de Oliveira. **A tecnologia da informação e comunicação sob a ótica da teoria da contingência estrutural**. Contribuciones a la Economía, v. 19, n. 1, p. 28-42, 2021.

PEREIRA, Danilo Moura; SILVA, Gislane Santos. **As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento**. Cadernos de ciências sociais aplicadas, 2012. Disponível: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/1935>. Acesso em 01/08/2023.

RIZARDI, Bruno Martins *et al.* **Caminhos da Inovação no Setor Público**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/215>. Acesso em 23 set. 2023.

RODRIGUES, Cristina Barbosa; CAMMAROSANO, Flávia Giorgini Fusco. **Governança Digital: Avanços e Desafios do Processo Administrativo Eletrônico no Brasil**. Revista de Direito Internacional e Globalização Econômica, v. 9, n. 9, p. 198-219, 2022.

SILVA, Lucílio Damião da; BARBOSA, Rafael Rodrigues. **Sistema Eletrônico De Informações (Sei): Uma Análise Da Viabilidade De Implantação Nas Diversas Organizações Públicas Brasileiras**. Revista Artigos. Com, v. 16, p. e3241-e3241, 2020.

SILVA, Rodrigo Castelo Branco da. **Tecnologia da informação e comunicação no setor público: um estudo de caso na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Redenção-CE**. 2018. Disponível: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/3370>. Acesso em 27/09/2023. Acesso em 23 set. 2023.

YIN, K. R. **Estudo de caso, planejamento e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO ALIADA NOS PROCESSOS DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.

Monike Bastos Medrado¹⁴
Lívia da Silva Modesto Rodrigues¹⁵

RESUMO

O presente artigo, busca discutir a grande evolução provocada pela a rápida evolução da Tecnologia da Informação e a Inteligência Artificial no campo empresarial, especificamente para a área de Recursos Humanos. Também foram abordados qual o papel do RH, conceitos e importância da inteligência artificial, quais as suas aplicações na gestão de recursos humanos e as plataformas digitais criadas por *HR Techs* - responsáveis pelo desenvolvimento de soluções tecnológicas para Recursos Humanos. Além de apresentar o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), Sistema Público criado pelo Governo Federal.

Palavras-chave: Recursos Humanos, Inteligência Artificial, eSocial

ABSTRACT

This article seeks to discuss the great evolution caused by the rapid evolution of Information Technology and Artificial Intelligence in the business field, specifically for the area of Human Resources. The role of HR, concepts and importance of artificial intelligence, its applications in human resources management and the digital platforms created by HR Techs - responsible for developing technological solutions for Human Resources - were also discussed. In addition to presenting the Digital Bookkeeping System for Tax, Social Security and Labor Obligations (eSocial), a Public System created by the Federal Government.

Key words: Human Resources, Artificial Intelligence, eSocial

¹⁴ Discente em Administração, Universidade do Estado da Bahia – UNEB, e-mail: monikebastos3@gmail.com.
¹⁵ Dra Lívia da Silva Modesto Rodrigues. e-mail: lsrodrigues@uneb.br.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade é notável a existência de tecnologias cada vez mais avançadas, onde a troca de informações por meios eletrônicos tornaram-se parte do cotidiano. A aplicação da Tecnologia da Informação (TI) desmembra em diferentes campos e já se tornou parte integrante de muitas atividades. Para Ferreira e Ramos (2005) Tecnologia da Informação engloba *hardware*, *software*, telecomunicações, automação, recursos multimídia, recursos de organização de dados, sistemas de informação, serviços, negócios, usuários e as relações complexas envolvidas na coleta, uso, análise e utilização da informação.

A rápida evolução da tecnologia provocou intensas mudanças e por esse motivo as empresas tendem a se adaptar a novas formas de trabalho, no intuito de levar a melhorias nos seus processos, com mais agilidade, adaptabilidade, melhor produtividade, redução de custo, dentre outras vantagens. A área de Recursos Humanos, vem passando por essas mudanças e implementando novas técnicas de trabalho, já que sua área é de grande relevância e abarca muitas responsabilidades.

Por esta razão, à importância de se discutir um tema atual e de relevância o qual compreende: a tecnologia da informação e a inteligência artificial como aliada nos processos de gestão de recursos humanos.

Dessa forma, o estudo deste tema se dá pelo avanço tecnológico, o qual permitiu um grande avanço no campo empresarial e mais especificamente na área de Gestão de Pessoas (GP)/Recursos Humanos (RH). Devido ao crescente uso de aparatos tecnológicos e o apoio da inteligência artificial (IA), é possível notar que agora elas estão cada vez mais presentes com o intuito de facilitar todo o processo que envolve a gestão de pessoas, tornando-a menos burocrática.

O intuito é responder a seguinte problemática: como a tecnologia da informação e a inteligência artificial contribuem para uma melhor gestão, otimização e eficácia dos processos referentes a área de Recursos Humanos?

O objetivo deste trabalho é expor de que forma a tecnologia da informação e a Inteligência Artificial podem contribuir para gestão na área de Recursos Humanos, otimizando processos e levando à eficácia.

Os objetivos específicos que se pretende quanto a este trabalho são: A) Discorrer sobre as bases teóricas relativas à importância das tecnologias da informação e Inteligência Artificial; B) Pesquisar acerca das aplicações da tecnologia da informação e da Inteligência Artificial na Gestão de Recursos Humanos; C) Analisar as mudanças na área de Gestão de Recursos Humanos face as tecnologias aplicadas.

O trabalho está estruturado da seguinte forma, primeiramente é apresentada a introdução, inicialmente com alguns conceitos e evoluções da tecnologia, tema, justificativa, objetivo geral e objetivos específicos. O segundo tópico trata da metodologia, o terceiro, de todo o referencial teórico abordando o papel do RH, conceitos de tecnologia e IA, as aplicações destas na Gestão de Recursos Humanos e as plataformas digitais que auxiliam o profissional de RH. O quarto tópico trata das análises e discussões dos resultados e por fim as considerações finais.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na construção deste trabalho é quanto a sua finalidade pesquisa exploratória. “As pesquisas exploratórias tem como principal finalidade, desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (Gil, 2008, p. 27).

Dessa forma, este estudo desenvolveu-se a partir da formulação de um problema, visando identificar como a tecnologia da informação e a inteligência artificial contribuem para uma melhor gestão, otimização e eficácia dos processos referentes à área de Recursos Humanos e visa contribuir para novos estudos. Possui abordagem qualitativa e tem como procedimento técnico a revisão bibliográfica, construído por meio de artigos e dissertações que tratam sobre o tema.

Utilizou-se do site Google Acadêmico e alguns foram retirados de portais de periódicos científicos específicos como o *Scielo* (Scientific Electronic Library Online), *Spell* (Scientific Periodicals Electronic Library), Revista Fatec Zona Sul (REFAS), Revista Eletrônica Gestão e Sociedade (GES), *South American Development Society Journal* (SADSJ), *South Asian Journal of Management Sciences* (SAJMS) e dois do repositório da Universidade do Minho – Portugal. Já os livros utilizados foram dois: Chiavenato (2022) *Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos* e eSocial prático para gestores de Rezende, Silva e Gabriel (2018).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O PAPEL DO RH

A área de recursos humanos (ou gestão de pessoas), possui papel fundamental, pois desempenha funções importantes como o recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação do desempenho dos colaboradores, é responsável também pela comunicação entre a gestão e colaboradores, retenção de talentos, gestão do clima e cultura organizacional. Para Chiavenato (2022) essas funções são definidas como subsistemas da Gestão Humana (GH): provisão de talentos, aplicação, manutenção, desenvolvimento e monitoramento.

Esses cinco subsistemas relacionados com atrair, aplicar, reter, desenvolver e monitorar talentos estão intimamente relacionados e fazem parte de um sistema maior: a GH. Todos eles precisam estar integrados e balanceados para que o resultado global do sistema maior seja aumentado e expandido. O resultado global aumenta à medida que todos os subsistemas estejam perfeitamente articulados e sintonizados entre si, cada um influenciando positivamente os demais para gerar sinergia. (Chiavenato, 2022, p. 5).

A Administração de Recursos Humanos (ARH) exerce importantes funções para as organizações, pois elabora projetos, organiza o capital humano, conduz os colaboradores para o alinhamento com os valores da empresa, e define critérios para avaliação de cargos e tarefas. (Atanzio *et al*, 2021, p. 3).

O setor deve manter todos os seus subsistemas em funcionamento, desenvolvendo estratégias para guiar a organização de forma eficiente e eficaz. Para isso deve-se analisar, planejar e controlar suas ações.

Farias, Santos e Licciardi (2018, p. 159) enfatizam que as decisões tomadas durante os processos seletivos têm impacto direto nos resultados obtidos pelas empresas, pois a performance e a contribuição de cada profissional devidamente escolhido irão determinar se os objetivos organizacionais serão satisfatoriamente atingidos ou não.

Esses autores citam ainda, alguns instrumentos de seleção que normalmente são aplicados: as entrevistas de seleção, entrevistas por competências, testes de seleção, testes de conhecimentos, de desempenho, psicológicos, dentre outras ferramentas que podem ser utilizadas.

A área de Recrutamento e Seleção é responsável por selecionar as pessoas certas com as habilidades e competências necessárias. Caso isso não aconteça acaba gerando custos para a empresa, já que todo esse trajeto terá que ser refeito, trazendo impactos negativos.

3.2 CONCEITOS E IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Silva (2021) cita a definição de Inteligência Artificial como sendo a combinação entre o uso de dados e informações disponíveis em um computador, também da utilização de algoritmos responsáveis por dar instruções para a realização de suas atividades.

No que se refere ao âmbito empresarial, se tornou parte imprescindível para muitas empresas que a utiliza como ferramenta para a realização de suas atividades essenciais. “A IA veio descomplicar e desburocratizar os métodos de trabalho e o profissional de RH compreendendo esse dinamismo começa a abusar dessa tecnologia para uma gestão inteligente”. (Mendonça *et al.*, 2017, p. 2).

É fato que as tecnologias e mais recentemente a inteligência artificial, trouxeram novas oportunidades para os negócios, abrindo novos caminhos e possibilitando a chegada de novas ferramentas. Isso fez com que os empreendimentos que não faziam uso de tecnologias, acabassem migrando e adotando novos métodos. É perceptível a sua evolução ao longo do tempo e hoje ela se faz tão presente que atraiu olhares para os potenciais que ela oferece.

A partir do momento em que se entende a importância da gestão de pessoas, ainda em sua base para o desenvolvimento de uma empresa como um todo, é

possível que se abram questionamentos sobre o que pode ser melhorado, se realmente existem perfis ideais, se as empresas conseguirão atingir resultados satisfatórios e inovar com estes mesmos perfis, e como a tecnologia pode auxiliar neste processo. (Atanazio *et al.*, 2021 p. 2).

É necessário que as empresas se atentem ao mercado como um agente externo de mudanças, acompanhá-lo se torna indispensável para a sustentabilidade empresarial. Desenvolver novas formas de lidar com essas mudanças e ao mesmo tempo conduzir uma estrutura organizacional acaba sendo difícil, mas as novas ferramentas tecnológicas que estão a ser desenvolvidas pela área da TI objetivam tornar mais ágeis esses processos.

3.3 APLICAÇÕES DA TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

O uso dessas novas ferramentas vem crescendo a cada dia pelas grandes vantagens que podem oferecer às empresas. A cada evolução foram surgindo novas tecnologias e muitos programas foram desenvolvidos para este fim, que vão desde aos sistemas mais básicos adequados à época, até os mais atuais que oferecem uma gestão integrada, e mais frequentemente o uso da Inteligência Artificial, por meio da utilização de algoritmos, capazes de prever comportamentos e identificar perfis.

Processos demorados agora são solucionados através da IA. Soluções que facilitam o trabalho, como folha de pagamento, gestão de ponto e frequência são realizados através da IA tornando o RH cada vez mais o setor estratégico, que leva a organização ao sucesso. (Mendonça *et al.*, 2017, p. 2).

A forma como é realizado o Recrutamento e Seleção (R&S) que é também responsabilidade do setor, mudaram e englobam as mídias sociais, como *Instagram* e *LinkedIn* por exemplo. As pessoas buscam nessas plataformas à sua mão, vagas em aberto e isso se tornou mais frequente. A comunicação pelos canais digitais são mais abrangentes e geram um maior número de dados e informações que precisam ser processados pelos setores responsáveis pela contratação, recrutamento e seleção de candidatos.

O período intenso da pandemia do covid-19 entre os anos de 2019/2020, fizeram com que as pessoas como forma de proteção se mantivessem em casa, pelo alto risco de contaminação e assim o uso da tecnologia se intensificou em meio a necessidade.

As empresas também tiveram que se adaptar e adotaram por exemplo modelos como home-office, aplicativos de videoconferências e o uso de aplicativos mensageiros. Foi nesse período que houve um aumento mais acelerado. Após isso, ela se manteve ainda mais presente e agora seus usuários exploram seus potenciais e descobrem o tamanho da sua importância e os benefícios que ela pode gerar.

Processos seletivos hoje podem ser realizados via internet, com o uso aplicativos de videochamada para entrevistas e dinâmicas online, a realização de testes disponibilizados por *Email* também passou a ser utilizado, o que torna o contato mais rápido diminuindo a necessidade de deslocamentos.

3.4 PLATAFORMAS DIGITAIS E RECURSOS APLICADOS PARA A GESTÃO DE PESSOAS

O uso de plataformas digitais na área de RH vem sendo cada vez mais recorrente devido ao avanço provocado pela tecnologia da informação. É possível perceber o desenvolvimento de programas especializados pela área de TI, e estas possuem funções que são capazes de otimizar tempo, custo e automatizar tarefas. Alves (2022) cita algumas dessas plataformas, são elas *Gupy, LinkedIn, Kenoby, Solides e Mindsight*. As chamadas *HR Techs*, ganharam destaque nessa nova era, elas são responsáveis pelo desenvolvimento de soluções tecnológicas para Recursos Humanos.

HR tech refere-se à *startups* que usam tecnologias (por exemplo, realidade virtual, *chatbot* e games) aplicadas à área de Gestão de pessoas, com o objetivo de facilitar o recrutamento e seleção, gestão de capital humano, folha de pagamento, gastos e reembolsos, oferecendo eficiência, assertividade e redução de custos às organizações (Cepellos, 2019 *apud* Avelar, Silva, Saraiva, 2021, p. 4629).

Atualmente o uso do *LinkedIn* ganhou força e a sua aplicação está sendo na prática de Recrutamento e Seleção (R&S). A busca por emprego nas mídias sociais se

intensificou e as empresas também estão ocupando esse espaço para divulgação e captação de novos profissionais.

O LinkedIn, no que diz respeito à expansão da comunidade profissional, prosperou muito e continua a expandir sua rede profissional em todo o mundo. Inicialmente, o LinkedIn começou em 2003, com 17 milhões de profissionais experientes e qualificados representando 150 indústrias em todo o mundo (Subhani *et al.*, 2012, p. 2, *tradução da autora*).

As organizações estão a migrar para o canal de recrutamento eletrônico para anunciar os seus empregos online e utilizar diferentes portais online e, especificamente, websites de redes sociais. A razão para esta mudança é a menor despesa e a economia de muito tempo para atingir o alvo certo de candidatos. (Bratton & Gold, 2003, p. 3 *apud* Subhani *et al.*, 2012, p. 25, *tradução da autora*).

Por meio desses aplicativos, a busca por perfis que se enquadrem nos requisitos das vagas torna-se mais rápidas, pois é por meio de algoritmos que os aplicativos se encarregam de encontrar esses candidatos. “O uso das redes sociais tem sido muito utilizado pois as publicações de vagas de emprego aparecem em tempo real e isso ajuda a diminuir os esforços para atrair mais candidatos” (Silva *et al.*, 2021, p. 10).

“Um perfil no LinkedIn enfatiza o histórico educacional e profissional do membro e apresenta feed de notícias de negócios e alguns módulos modificados. Aqui as redes são chamadas de conexões”. (Subhani *et al.*, 2012, p. 29, *tradução da autora*).

No LinkedIn é possível colocar as suas experiências profissionais, formação acadêmica ou instituição que estuda no momento, habilidades e competências e também as áreas que possui interesse. Todas essas informações ficam expostas e formam o seu currículo. São essas informações que aproximarão o seu perfil dos recrutadores.

Todas essas informações contribuem para sua rede de relacionamentos, já que é possível manter conexões com pessoas da sua área de atuação. Os profissionais podem utilizá-lo e construir parcerias que contribuam mutuamente.

3.5 SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS (ESOCIAL)

Diferentemente do LinkedIn, que é uma rede social utilizada principalmente por pessoas que estão em busca de emprego e por empresas que estão em busca de novos colaboradores, o eSocial é um Sistema Público criado pelo Governo Federal e utilizado para armazenar e manter dados atualizados sobre as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias.

Sistemas de informação (SI), processam dados afim de disponibilizar de maneira compreensível informações relevantes que por meio delas irão nortear determinadas decisões. Passam pelas fases de coleta, de manipulação dos dados, o armazenamento e a disseminação.

“Instituído pelo Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014 e objetiva padronizar a prestação de informações feitas pelo empregador, com relação à escrituração das obrigações que o mesmo possui para com seus empregados.” (Leal *et al.*, 2016, p. 128).

Vellucci (2017, p. 18) esclarece que seu uso permite o envio automático de informações que serão transmitidas através de uma única fonte para a Secretaria da Receita Federal, Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e Caixa Econômica Federal.

É um projeto que visa unificar, integrar e padronizar o envio de todas as informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais sobre qualquer forma de trabalho contratada no Brasil. (Rezende, Silva, Gabriel, 2017, p. 16)

Esse controle dependerá da própria empresa, ficando ela encarregada de arcar com todas as suas obrigações e envio de informações necessárias no devido prazo, devendo cumprir todos os requisitos legais, caso contrário, podendo acarretar na geração de multas.

Seu objetivo é centralizar o envio de informações e reduzir a burocracia envolvida na relação dos empregados com o Fisco, uma vez que a entrega única facilitará a consistência das informações prestadas e permitirá fazer uma crítica das irregularidades, como prazos desrespeitados nos envios de informações, erros nos cálculos e declarações com dados inconsistentes. (Rezende, Silva, Gabriel, 2017, p. 16).

Para que não haja equívocos, é necessário a leitura do manual disponibilizado no próprio site oficial do Governo Federal, onde é definido para quem cabe as obrigações e cita que existe um módulo especial simplificado para o Microempreendedor Individual (MEI) que está disponível no portal do eSocial. Nele também contém os princípios do eSocial, que segundo dados oficiais disponíveis no Manual, são:

- Dar maior efetividade à fruição dos direitos fundamentais trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores;
- Racionalizar e simplificar o cumprimento de obrigações previstas na legislação pátria, relativa à cada matéria;
- Eliminar a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas obrigadas;
- Aprimorar a qualidade das informações referentes às relações de trabalho, previdenciárias e fiscais; e
- Conferir tratamento diferenciado às Microempresas (ME)/Empresas de Pequeno Porte (EPP)

O eSocial modificará alguns processos com o passar do tempo, são eles: Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (Gfip), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), a Guia da Previdência Social (CPS) e a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf). Como mostra a imagem a seguir.

Figura 1 - Mudanças no envio das obrigações.

Antes do eSocial

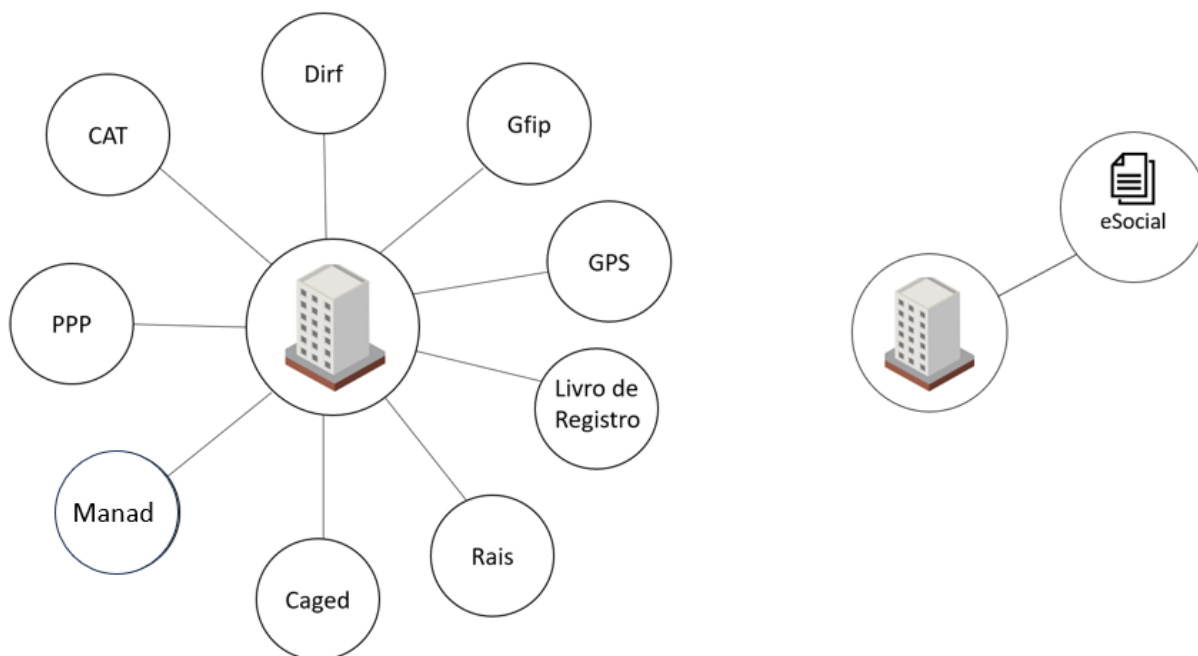
Depois do eSocial

Fonte: REZENDE, SILVA, GABRIEL (2017, p. 17).

Essas mudanças (figura 01) causarão impactos para as empresas, sendo necessária uma adaptação as novas formas de envio das informações por parte dos empregadores. Os processos serão simplificados, haverá a redução de custos com papéis, além da melhora na qualidade das informações prestadas. Também nos processos, nos sistemas e nas pessoas.

No portal do Governo, estão elencadas 15 obrigações, em que as empresas poderão comunicar de forma unificada por meio do sistema do eSocial, são elas:

- GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social



- CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para controlar as admissões e demissões de empregados sob o regime da CLT
- RAIS - Relação Anual de Informações Sociais.

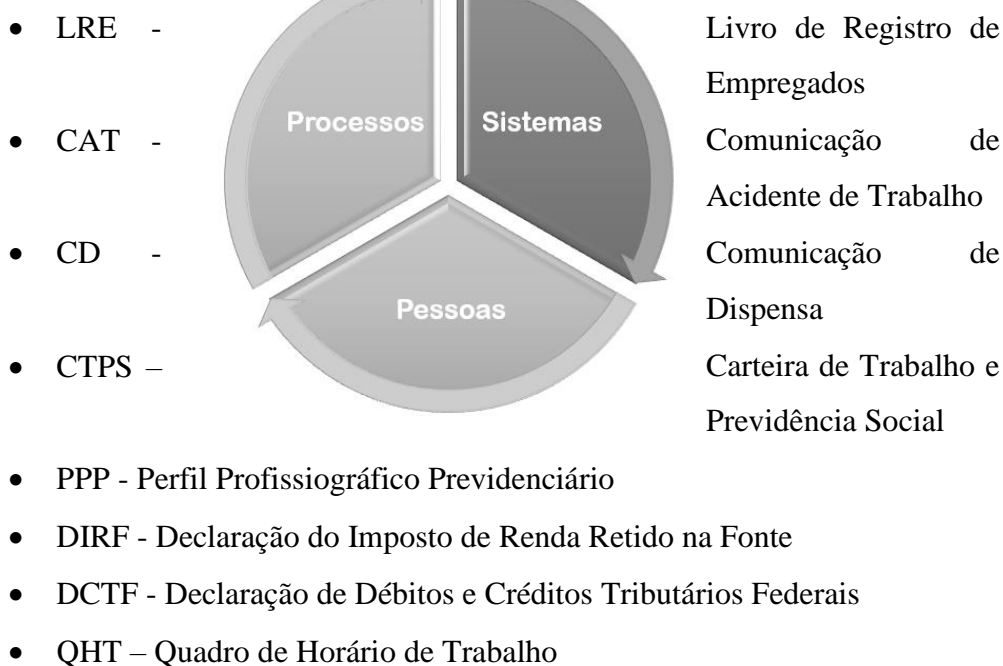


Figura 2 - Impacto do eSocial nas organizações.

- MANAD – Manual Normativo de Arquivos Digitais
- Folha de pagamento
- GRF – Guia de Recolhimento do FGTS
- GPS – Guia da Previdência Social

Fonte: Rezende, Silva, Gabriel (2017, p. 24).

Referente a figura 02, o eSocial objetiva através de sua implementação a simplificação de processos no envio de informações passando a ser enviadas uma única vez e não separadamente e em datas diferentes. Em relação aos sistemas, as empresas desenvolvedoras de softwares após sua criação devem buscar se adequar às mudanças desse novo sistema para que estejam conforme as orientações disponibilizadas pelo Governo em seu Manual.

Os impactos sob as pessoas serão por duas óticas, dos empregadores e trabalhadores, com a obrigatoriedade da prestação correta e completa de todas as suas informações sendo que estas sem a intervenção do eSocial poderiam acabar não sendo repassadas de forma correta e segundo Rezende, Silva e Gabriel, “alguns acordos “informais” entre trabalhadores e empregados serão dificultados”. Todas as informações prestadas ficarão disponíveis e poderão ser acompanhadas pelo colaborador, como os contratos de trabalho

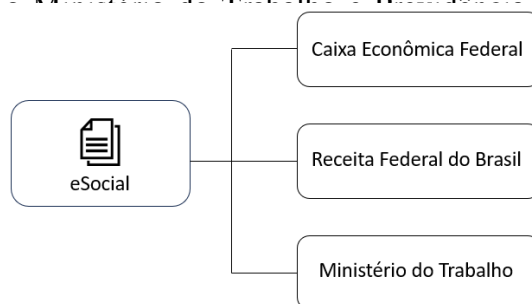
Figura 3 - Órgãos patrocinadores do projeto pelo governo.

Fonte: Rezende, Silva, Gabriel (2017, p. 27).

Os autores acima descritos caracterizam a formação do Comitê Gestor do eSocial. Participam o Ministério da Fazenda por meio da Receita Federal do Brasil e Caixa Econômica Federal; o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MT) e também o Ministério do Planejamento.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Após um levantamento inicial sobre a questão, obtiveram-se



abordasse o tema em inicialmente, que seria

responder como a tecnologia da informação e a inteligência artificial contribuem para uma melhor gestão, otimização e eficácia dos processos referentes a área de Recursos Humanos? No quadro 01 abaixo, estão representadas as plataformas que vem sendo utilizadas e descreve ainda de que forma suas funções podem ser utilizadas dentro da área de RH.

A partir dos objetivos específicos foram abordadas as bases teóricas relativas à importância das tecnologias da informação e inteligência artificial, trazendo conceitos e discorrendo sobre sua importância, ficando explícito os benefícios que ela proporciona às empresas, descomplicando, desburocratizando, além de proporcionar mais agilidade nos processos que envolvem a Gestão de Recursos Humanos (GRH).

Foi abordado ainda sobre as suas aplicações no campo da GRH. Podendo facilitar alguns trabalhos como por exemplo a folha de pagamento, gestão de ponto e frequência e também permitiram um grande avanço no método de Recrutamento e Seleção (R&S), passando a ser hoje muito utilizado por meios tecnológicos, como o *LinkedIn*. Além de possuir muitas opções, com as chamadas *HR Techs*, responsáveis por desenvolver soluções tecnológicas para o setor.

Por fim foram analisadas as mudanças que ocorreram principalmente com a criação do eSocial, Sistema Público instituído pelo Governo Federal, que futuramente a medida de sua implementação modificará processos antes já instituídos, sendo consequência do avanço tecnológico que existe atualmente.

Para evidenciar as aplicações das tecnologias e em como ela pode interferir de maneira significativa no setor de recursos humanos, abaixo no quadro 01, estão listadas algumas plataformas responsáveis por mediar essas atividades e ao lado estão listadas as

Quadro 01 - Plataformas para Gestão de Recursos Humanos

suas funções.

<p>GUPY</p>	<p>Permite acompanhamento das admissões, por meio da definição de etapas, customização das documentações necessárias, comunicação em massa para e-mails, validação automática de documentos com Inteligência Artificial e suporte de especialistas, qualificação automática junto ao eSocial e recusa automática de documentos;</p> <p>Recrutamento e Seleção: integração com múltiplos <i>job boards</i> (sites de divulgação de vagas), triagem de currículos, testes psicométricos, histórico e linha do tempo do candidato, filtros avançados na gestão de vagas, roteiros de entrevista, download de relatórios e dashboards.</p> <p>Educação Corporativa: escala de treinamentos, criação de cursos, além dos cursos oferecidos pela própria plataforma.</p> <p>Clima e Engajamento: permite visualizar indicadores, criar planos de ação e monitorar os impactos das ações implementadas. Além de disponibilizar recomendações criadas por especialistas na plataforma para impulsionar seus resultados.</p>
<p>LINKEDIN</p>	<p>É uma rede social profissional, onde é possível construir um perfil onde todas as suas informações ficarão expostas, ele é principalmente utilizado para a divulgação de vagas, mas possibilita criar conexões com pessoas da sua área de atuação. A plataforma também conta com o <i>LinkedIn Recruiter</i>, onde os recrutadores também podem procurar por candidatos. Ele possui filtros de pesquisas avançadas.</p>
<p>SÓLIDES</p>	<p>Recrutamento e Seleção: possui portal de vagas, banco de talentos que tem filtros e busca avançada e como diferencial conta com o <i>Profiler</i>, para o mapeamento comportamental, a Engenharia de Cargos que permite adicionar as habilidades comportamentais e o <i>Solides Match</i>, utilizado para fazer a comparação entre os perfis, que é feito através do <i>People Analytics</i></p> <p>Para o Departamento Pessoal conta com o controle de ponto eletrônico digital. É possível gerir o banco de horas, consultar escalas de trabalho e emitir as escalas de Holerite por colaborador. Possui a Gestão Eletrônica de Documentos (GED) com armazenamento em nuvem, Gestão de Férias, os processos de admissão são feitos digitalmente e ainda é possível fazer a integração entre o DP e a contabilidade.</p> <p>Treinamento e Desenvolvimento: com sua ferramenta de Avaliação de Desempenho (AVD) 90°, 180° e 360°, Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), Análise comparativa de Desempenho (9box), <i>Sólides Academy</i> com aulas sobre negócios, liderança, gestão e operações.</p> <p>Engajamento e Retenção: pesquisas de clima e satisfação personalizadas, ferramenta de Análise Demissional para entender as circunstâncias de uma demissão, Radar de Rotatividade que permite premeditar possíveis desligamentos voluntários, Gestão de Cargos e Salários e contratação de planos empresariais de saúde, odontológico e seguro de vida.</p>
<p>MINDSIGHT</p>	<p>Suíte de Performance e Recompensa: Avaliação de Desempenho, Gestão de Metas, Gestão de OKRs, Comitê de Gente, Distribuição de Recompensa, Desenvolvimento Individual (PDI);</p> <p>Suíte de Pesquisas e Engajamento: Pesquisa de Clima, eNPS (Employee Net Promoter Score) para medir a satisfação dos funcionários, Pesquisa de Pulso, Pesquisa de Liderança;</p> <p>Suíte de <i>People Analytics</i> e Predição: Históricos de Informações e Centralização de Dados, Dashboards e Análises Estatísticas, Alertas Inteligentes de Predição, Comunicação Interna e Central de Arquivos, Pedidos e Aprovações, Gestão de Benefícios;</p>

	Suíte de Recrutamento e Seleção: Gestão de Vagas (ATS); <i>Assesments</i> (tendências de comportamento) e Inteligência Artificial de Seleção.
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Todas as plataformas apresentadas acima, contribuíram de forma positiva para a evolução da área de Recursos Humanos, desde a admissão com a Inteligência Artificial que pode validar automaticamente documentos ou recusá-los; o Recrutamento e Seleção; Clima e engajamento da organização até o Treinamento e Desenvolvimento dos colaboradores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender de que maneira as novas tecnologias podem contribuir para o aprimoramento no desenvolvimento de funções do RH e como a inteligência artificial com sua capacidade inovadora também pode influenciar a maneira de como o setor lida com determinadas atividades que podem exigir mais complexidade. Seu uso tende a crescer cada vez mais e as empresas buscam por algo que possa facilitar, permitindo visualizar as informações de maneira menos complicada.

Após análise de todo conteúdo abordado fica explícito as suas vantagens e como ela pode contribuir. Os softwares desenvolvidos pelas *HR Techs*, proporcionam maior fluidez, agilidade, automação e flexibilidade, pois permitem o monitoramento de forma centralizada.

A inteligência artificial também modificou a forma a qual o recrutamento é realizado, como o recrutamento eletrônico, reduzindo custos, menos tempo para atingir o alvo certo de candidatos e maior capacidade para a análise do perfil por meio de filtros.

A maneira como a inteligência artificial trouxe impactos, refletiu na criação do eSocial, programa citado anteriormente. Que tem por finalidade desburocratizar o processo de envio de informações dos empregados por parte do empregador para o governo, reduzindo a discordância das informações prestadas devido as novas tecnologias

desenvolvidas, levando a uma melhora na qualidade delas e eliminando processos adotados anterior à sua implementação, como a unificação no envio de 15 obrigações - tópico 3.5. SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS (ESOCIAL).

Observada todas essas questões, fica claro como ela pode ser benéfica e por esse motivo atrai a atenção das organizações que tendem a adotá-la, pensando em seu melhor desenvolvimento organizacional.

Sugere-se para pesquisas futuras o aprofundamento em questões como as principais limitações que as empresas enfrentaram a essa adaptação tecnológica e as suas ações para implementá-las de maneira eficiente, contornando os desafios decorrentes dessa evolução que exigem das empresas uma adequação.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, Artur Porfírio. **Plataformas digitais como auxílio no recrutamento & seleção de colaboradores**. Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS. Icó-CE. 2022

ATANAZIO, Amanda; SILVA, Larissa Ranielly Oliveira; FORMIGONI, Alexandre; NOVAIS, Rosana Aparecida Bueno de. **A Inteligência Artificial transformando o RH do futuro: um estudo de caso sobre a tecnologia e a diversidade no mercado de trabalho**. Revista Fatec Zona Sul – REFAS. Congresso Internacional de Logística e Operações do IFSP – Suzano. ISSN-2359-182X. v.7. n.4. ed.28. 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. **Treinamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos - Como Incrementar Talentos na Empresa**. 9th edição. - Barueri [SP]. Atlas, 2022. Grupo GEN.

CONHEÇA O ESOCIAL. <https://www.gov.br/esocial/pt-br/centrais-de-conteudo>. Acesso em 30/03/2024.

ESOCIAL. **Manual de Orientação do eSocial**. Versão S-1.1. Aprovada pela Portaria Conjunta SEPRT/RFB nº 33, de 06/10/2022 – DOU de 07/10/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/esocial/pt-br/documentacao-tecnica/manuais/mos-s-1-1.pdf>. Acesso em 21/10/2023

FARIAS, SANTOS E LICCIARDI. **A importância da inovação como diferencial competitivo nos processos de recrutamento e seleção**. *South American Development Society Journal*. Vol.: 04, | Nº.: 12 | Ano: 2018 | ISSN: 2446-5763 | DOI: 10.24325/issn.2446-5763.v4i12p151-177

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discensis/index>
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522

FERREIRA, Luciene Braz; RAMOS, Anatólia Saraiva Martins. **Tecnologia da informação: commodity ou Ferramenta estratégica?** Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Brasil. Vol. 2, No. 1, 2005, pp. 69-79. ISSN online: 1807-1775. Publicado por: TECSI FEA USP – 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. ISBN 978-85-224-5142-5.

GUPY. Impulsione o seu RH. Disponível em: <https://www.gupy.io/>. Acesso em: 10/11/2023.

LINKEDIN. LinkedIn Recruiter. Disponível em: <https://business.linkedin.com/pt-br/talent-solutions/recruiter>. Acesso em: 10/11/2023.

MENDONÇA, Afonso Paulo Albuquerque de; RODRIGUES, Brenno Anderson Asevedo; ARAGÃO, Cristine Amora Santos de; VECCHIO, Rosângela Couras Del. **A Tecnologia atrelada ao resultado - Recursos Humanos frente as novas posturas e atribuições**. RRCF, Fortaleza, v.7, n.2, Jul./Dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uniateneu.edu.br/index.php/razao-contabeis-e-financas/article/download/158/134/>. Acesso em 26/09/2023.

MINDSIGHT. Sistema completo e inteligente para gestão de pessoas. Disponível em: <https://mindsight.com.br/>. Acesso em: 10/11/2023.

REZENDE, Mardele Eugênia Teixeira; SILVA, Marilene Luzia; GABRIEL, Ricardo Alexander. **eSocial prático para gestores**. Saraiva. 2ª ed. 2018. São Paulo. ISBN 978-85-365-2995-0.

SILVA, Ana Isabel Ferreira da. **O Impacto da Inteligência Artificial na Gestão de Recursos Humanos: o Caso do Recrutamento e Seleção**. Dissertação de Mestrado em Gestão e Negócios. 2021. Repositório Universidade do Minho. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/79251>

SOLIDES. Revolucionando o seu negócio. Disponível em: <https://solides.com.br/>. Acesso em: 10/11/2023.

SUBHANI, Muhammad Imtiaz; JOSEPH, Semantha; OSMAN, Amber; HASAN, Syed Akif. **Contribution of LinkedIn on Recruitment and Selection**. South Asian Journal of Management Sciences. Vol. 6, No. 2, (Fall 2012) 23 – 34.

VELLUCCI, Rosana Gribl. **Os desafios da implantação do eSocial e seus reflexos nas rotinas das organizações.** Universidade Metodista de São Paulo - Escola de Gestão e Direito - Programa De Pós-Graduação em Administração. São Bernardo do Campo, 2017.

GESTÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO-BA

Gabriel de Oliveira Nery¹⁶
Hebert Vieira Durães¹⁷

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo abordar a gestão do pregão eletrônico como uma ferramenta essencial para a Administração Pública, destacando sua importância na promoção da eficiência, transparência e economia. Foi investigado as vantagens e desvantagens do pregão eletrônico em relação aos atrasos nas entregas de materiais no município de João Dourado, Bahia. Quais são as possíveis desvantagens associadas à celeridade das entregas de materiais em João Dourado quando são adotadas estratégias de aquisição por meio de pregão eletrônico? Como essas desvantagens impactam a eficiência operacional e a satisfação da prefeitura municipal?. Os objetivos da pesquisa são especificar os princípios da licitação, as modalidades de licitação conforme a Lei 14.133/21, definir e caracterizar o pregão eletrônico, e identificar possíveis vantagens e desvantagens dessa modalidade. A metodologia adotada é qualitativa e quantitativa, utilizando pesquisa bibliográfica para embasar o estudo e análise de dados para investigar a gestão do pregão eletrônico em João Dourado. Na discussão dos resultados, é destacada a importância do pregão eletrônico como uma inovação significativa no âmbito jurídico, apontando suas vantagens, desafios e áreas de melhoria. Conclui-se que, apesar dos obstáculos, os benefícios do pregão eletrônico superam as deficiências, ressaltando sua relevância e eficácia na Administração Pública. Por fim, nas considerações finais, foi enfatizado a importância da qualificação contínua dos servidores públicos e licitantes, bem como do compromisso ético de todos os envolvidos, para garantir a integridade e eficácia dos processos licitatórios. Também destaca a necessidade de investimento em educação e formação especializada para lidar com os desafios e aproveitar os benefícios oferecidos pelo pregão eletrônico.

Palavras-chave: Administração pública. Pregão eletrônico. Licitação.

ABSTRACT

This article aims to address the management of electronic auctions as an essential tool for Public Administration, highlighting its importance in promoting efficiency, transparency and savings. The advantages and disadvantages of electronic auction were investigated in relation to delays in the delivery of materials in the municipality of João Dourado, Bahia. What are the possible disadvantages associated with the speed of material deliveries in João Dourado when purchasing strategies are adopted through electronic auctions? How do these disadvantages impact the operational efficiency and satisfaction of the municipal government? The objectives of the research are to specify the principles of bidding, the bidding modalities in accordance with Law 14,133/21, define and characterize electronic bidding, and identify possible advantages and disadvantages of this modality. The methodology adopted is qualitative and quantitative, using bibliographical research to support the study and data analysis to investigate the management of the electronic auction in João Dourado. In the discussion of the results, the importance of electronic auction as a significant innovation in the legal field is highlighted, pointing out its advantages, challenges and areas for improvement. It is concluded that, despite the obstacles, the benefits of electronic auctions outweigh the deficiencies, highlighting its relevance and effectiveness in Public Administration. Finally, in the final considerations, the importance of the continuous qualification of public servants and bidders was emphasized, as well as the ethical commitment of everyone involved, to guarantee the integrity and effectiveness of bidding processes. It also highlights the need for investment in education and specialized training to deal with the challenges and take advantage of the benefits offered by electronic auctions.

Keywords: Public administration. Electronic auction. Bidding.

16 Aluno do Curso de Graduação Bacharelado em Administração da Universidade Estadual da Bahia - UNEB. E-mail: bielnery73@gmail.com

17 Docente do Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Estadual da Bahia – UNEB; Mestre em Direito Econômico pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: hebertduraes@uneb.br

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual de compras públicas, a gestão do Pregão Eletrônico emergiu como uma ferramenta essencial para a Administração Pública, promovendo eficiência, transparência e economia. Esta modalidade, foi criada para agilizar e desburocratizar o processo de aquisição de bens e serviços.

A administração pública se utiliza de um procedimento administrativo denominado licitação para aquisição de bens ou serviços, com objetivo de obter a proposta mais vantajosa entre os participantes, analisando a igualdade de condições, diante da Lei 14.133/21 que institui normas para licitações e contratos da administração pública.

A licitação é um processo de compra pública, que abre disputa e analisa propostas de interessados, para escolher a proposta mais vantajosa na aquisição de bens e serviços. Por se tratar de um processo que envolve gastos excessivos de recursos públicos aliado ao envolvimento com entes políticos, a área de licitação é tema recorrente em debates no que tange à Administração Pública. O processo licitatório tem passado por mudanças de maneira a torná-los mais eficientes e transparentes, com o uso de tecnologia nos pregões. Mas mesmo com o avanço da tecnologia, ainda sim processos licitatórios são alvos de corrupção e de prejuízos aos cofres públicos.

A licitação tem como finalidade a transparência e economia do gasto público, visando à otimização das compras garantindo seu melhor custo-benefício. A licitação pode ocorrer em diversas modalidades, variando conforme preço, item a ser licitado, concorrência, característica do bem ou serviço. Entre as modalidades está o Pregão eletrônico, uma forma de seleção adotada nas hipóteses de aquisição de bens e serviços, mediante uma disputa de lances formulados no portal de compras públicas. Essa modalidade trouxe maior competitividade entre as empresas e reduziu os procedimentos em relação as licitações tradicionais, proporcionando assim mais transparência aos processos administrativos de processos licitatórios.

O município de João Dourado, localizado no centro-norte Baiano distante 455km da Capital, pertencente a micro-região de Irecê, vem crescendo e se destacando na frente

dos demais municípios. Isso, ocorre pelo fruto de uma boa administração, que busca a efetivação do princípio da economicidade e transparência.

Justifica-se a realização dessa pesquisa, como um estudo de caso que propõe investigar profundamente as vantagens quanto as desvantagens do pregão eletrônico em relação aos atrasos das entregas de materiais no município de João Dourado/BA. Ao ser analisado de forma crítica esses aspectos, busca-se não apenas identificar os pontos positivos e negativos, mas também oferecer visões valiosos para gestores públicos, fornecedores e demais interessados. Ao compreender as implicações do pregão eletrônico nas entregas de materiais, pode-se desenvolver estratégias mais eficazes para garantir a agilidade dos processos, promovendo, assim, um serviço público mais eficiente e responsável às necessidades do município

O problema a ser abordado no decorrer desta pesquisa é: Quais são as possíveis desvantagens associadas à celeridade das entregas de materiais no município de João Dourado-Ba, quando adotadas estratégias de aquisição por meio de pregão eletrônico, e de que forma essas desvantagens impactam a eficiência operacional e a satisfação da prefeitura municipal?

O objetivo geral desta pesquisa é demonstrar como ocorre a gestão do pregão eletrônico no Município de João Dourado-BA, evidenciando possíveis vantagens e desvantagens. As especificações dos objetivos são: 1 os princípios da licitação; 2 as modalidades de licitação conforme Lei 14.133/21; 3 Definição e características do pregão eletrônico; e por fim apontar possíveis benefícios e barreiras do pregão eletrônico.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho traçou uma metodologia de pesquisa qualitativa e quantitativa, caracterizada por sua abordagem interpretativa, externa para a compreensão de processos que não podem ser simplificados pela operacionalização de variáveis. Este método transcende o escopo estatístico, buscando a construção de conceitos específicos em relação às especificidades investigadas. Além disso, configura-se como uma pesquisa bibliográfica, valendo-se do conhecimento já existente como alicerce e fundamentação na elaboração de um modelo teórico explicativo e na validação ou refutação de hipóteses.

De acordo com Lakatos (2021, p. 44), a pesquisa científica pode ser realizada sob diversas perspectivas epistemológicas e abordagens, destacando-se as vertentes quantitativas e qualitativas. Enquanto a pesquisa quantitativa se concentra em considerações estatísticas e matemáticas, a pesquisa qualitativa lida com questões mais específicas, abordando temas que não são facilmente quantificáveis. Foi utilizado dados estatísticos para poder fornecer uma compreensão de tendências e relações entre variáveis, podendo então integrar os dados quantitativos para uma análise interpretativa, enriquecendo então a compreensão do estudo abordado.

O autor (Lakatos, 2021) também ressalta que a classificação das pesquisas pode ser feita com base nas fontes utilizadas na investigação do objeto, distinguindo entre pesquisa bibliográfica, de laboratório e de campo. A pesquisa bibliográfica, em particular, parte do levantamento de referências já publicadas, como artigos científicos, livros, teses e dissertações, proporcionando ao pesquisador um contato direto com o que já foi produzido sobre determinado tema e fornecido como base teórica para a construção do estudo.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Princípios da licitação

Os princípios desempenham o papel de preceitos abrangentes, representando normas éticas, morais e comportamentais que orientam os processos da administração pública. Nesse contexto, distinguem-se princípios expressos e implícitos, sendo os primeiros consagrados constitucionalmente, conforme estipulado no caput do artigo 37 da Constituição Federal (Brasil, 1998)

Esse dispositivo estabelece a imperatividade de a Administração pautar-se pelos princípios fundamentais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Essa obrigatoriedade também se evidencia no artigo 3º da Lei de Licitações (Brasil, 1998), que não apenas reitera o respeito aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, mas amplia a abrangência de sua aplicação. Essa ampliação é concedida no artigo 2º da lei 9.784/99, que estabelece que a administração pública deve obedecer a princípios como legalidade,

finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, segurança jurídica, eficiência, interesse público e contraditório.

No âmbito específico deste tópico, é crucial elencar os princípios que exigem observância, evitando a invalidação do processo licitatório e eventuais sanções aos agentes da administração. Destacam-se, portanto, o princípio da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Eficiência, Probidade Administrativa, Isonomia, Vinculação ao Instrumento Convocatório e Julgamento Objetivo. Estes princípios constituem pilares essenciais para a integridade e eficácia dos processos administrativos, garantindo a sua conformidade com os valores fundamentais da administração pública.

3.1.1. Princípio da Legalidade

O princípio da legalidade restringe o administrador às disposições do ordenamento jurídico. Os agentes administrativos não possuem liberdade para buscar fins próprios, mas estão vinculados ao cumprimento do interesse público, agindo dentro dos limites de sua competência legalmente atribuída (CRETELLA JÚNIOR, 1993).

A Lei de Licitações, em seu art. 4º, assegura o direito público subjetivo aos participantes, garantindo a observância do procedimento estabelecido na Lei, com transparência acessível a qualquer cidadão (Mello, 2009).

3.1.2. Princípio da Impessoalidade

A impessoalidade, derivada da isonomia, vincula a administração à lei e aos atos convocatórios, proibindo discriminações baseadas em características pessoais. Este princípio demanda tratamento neutro a todos os licitantes, eliminando favoritismos ou prejuízos a qualquer concorrente (Justen Filho, 2008).

3.1.3. Princípio da Moralidade

A moralidade exige que a licitação seja conduzida eticamente, com honestidade, boa-fé e integridade, tanto por parte da administração quanto dos licitantes (Justen Filho,

2008). Este princípio implica agir não apenas dentro da legalidade, mas também de acordo com normas de boa administração, justiça e equidade (Mello, 2009).

3.1.4. Princípio da Publicidade

A publicidade varia conforme a modalidade de licitação, sendo mais ampla na concorrência e mais restrita no convite (Di Pietro, 2009). O princípio da publicidade garante a transparência, permitindo que cidadãos e licitantes acompanhem o processo, prevenindo irregularidades (Mello, 2009).

3.1.5. Princípio da Eficiência

A eficiência, incorporada à Constituição pela Emenda Constitucional 19/98, demanda que a administração seja produtiva, econômica e funcional. Este princípio busca resultados práticos, reduzindo desperdícios de dinheiro público e adotando práticas similares às do setor privado (Rodrigues, 2002). A Administração Pública Gerencial, adotada no Brasil desde a década de 1990, redefiniu funções estatais em resposta às crises dos anos 80 e à globalização econômica (Carvalho Filho, 2014).

3.1.6. Princípio da Probidade Administrativa

A probidade administrativa requer que os administradores atuem com honestidade e fidelidade ao Estado e à população, indo além da moralidade (Gasparini 2007).

3.1.7. Princípio da Isonomia

O princípio da isonomia demanda tratamento igual para os iguais e desigual para os desiguais, conforme suas respectivas disparidades, especialmente em licitações, onde todos os interessados têm direito igualitário de participar e serem tratados com imparcialidade (Rodrigues 2002).

3.1.8. Princípio do Julgamento Objetivo

Conforme Di Pietro (2017), o Princípio do Julgamento Objetivo visa orientar o processo de julgamento tanto na fase de habilitação das licitações, para avaliar se a documentação apresentada atende às exigências do edital, quanto na análise das propostas submetidas, onde é necessário verificar a conformidade de cada proposta com as disposições do edital. Posteriormente, é essencial realizar uma comparação entre as propostas qualificadas para determinar qual delas melhor atende às necessidades estabelecidas.

3.2. Modalidades de licitação conforme Lei 14.133/21

A modalidade Regime diferenciada de contratações prevista na Lei 12.462 foi extinta, mas as práticas comuns dessa modalidade, como maiores descontos e retornos econômicos, foram integradas à nova lei. Além disso, a nova legislação permite a adoção do orçamento sigiloso, deixando a decisão sobre o orçamento nas mãos da autoridade responsável pela licitação. Se critérios como maior desconto ou preço estimado forem adotados, eles devem ser obrigatoriamente incluídos no edital da licitação.

As modalidades de licitações estão definidas no art. 28 da nova lei (Brasil, 1998) pregão, concorrência, leilão, concurso e diálogo competitivo. O pregão, que antes era considerado a principal modalidade, agora é obrigatório para a contratação de bens e serviços comuns, com critérios como menor preço ou maior desconto. No entanto, não pode ser usado para serviços predominantemente intelectuais ou obras de engenharia, exceto serviços comuns de engenharia. Um novo agente de contratação será responsável pelo gerenciamento da licitação, enquanto o pregoeiro continuará conduzindo o processo.

A concorrência é reservada para bens e serviços especiais, além de obras e serviços comuns e especiais de engenharia. Os critérios de julgamento podem incluir menor preço, melhor técnica, maior retorno econômico ou maior desconto. Ela também pode ser usada para concessões de serviços públicos e parcerias público-privadas, ao lado do diálogo competitivo, uma modalidade nova que permite diálogos entre a Administração Pública e a iniciativa privada para soluções complexas.

O concurso é utilizado para escolher trabalhos técnicos, científicos ou artísticos, e agora pode ser empregado na elaboração de projetos, permitindo etapas prévias de entrega. A nova legislação, apesar de limitada, simplifica o processo, tornando-o mais ágil para os gestores públicos, sem aumentar a burocracia.

No caso do leilão, é usado quando a Administração Pública deseja alienar um bem que não lhe serve mais. Os participantes não precisam se cadastrar previamente, e não há fase de habilitação. O leilão segue um processo de lances, recursos, pagamento e homologação.

O pregão é uma modalidade de licitação utilizada para aquisição de bens e serviços comuns, onde a competição entre fornecedores ocorre em uma sessão pública. Durante essa sessão, as propostas e lances são apresentados para a classificação e habilitação do licitante que oferecer o menor preço (Brasil, 1993). De acordo com Rodrigo de Alvarenga Rosa, a disputa é conduzida pelo pregoeiro e sua equipe, envolvendo rodadas de propostas e lances, sendo o vencedor aquele que oferecer o menor valor.

O diálogo competitivo é uma inovação significativa, permitindo que a Administração Pública busque soluções complexas por meio de discussões com a iniciativa privada. Os licitantes são selecionados com base em critérios objetivos para participar de diálogos, desenvolvendo alternativas para atender às necessidades públicas. Após rodadas de discussões, uma solução é escolhida com base em critérios técnicos e econômicos, iniciando a fase de competição, na qual todos os participantes podem apresentar suas propostas.

Essas mudanças na lei de licitações visam simplificar o processo, tornando-o mais eficiente e flexível para atender às necessidades da Administração Pública, sem aumentar a burocracia desnecessária.

3.3. Definição e características do pregão eletrônico

O pregão eletrônico é uma versão digital dessa modalidade, utilizada pelo governo brasileiro para contratar bens e serviços, independentemente do valor estimado. Criado pela Lei Federal 10.520/2002 (Lei do Pregão) e regulamentado pelo decreto 4450/2005,

ele permite que propostas e lances sejam apresentados por meio de tecnologia da informação. Como explica Hely Lopes Meirelles, embora siga as regras básicas do pregão comum, ele ocorre totalmente online, eliminando a necessidade de presença física do pregoeiro e dos participantes (Meirelles, 2004).

3.4. Benefícios e barreiras do pregão eletrônico

O pregão eletrônico oferece vantagens consideráveis, como o acesso facilitado e a agilidade proporcionada pela utilização da internet. Além disso, ele promove o princípio da universalização, pois todos os atos e propostas são realizados online, reduzindo formalidades e burocracia (Brasil, 1993). Essa modalidade também resulta em economia significativa, já que o vencedor é quem oferece o menor preço. Sua rapidez supera outras formas de compra, e a transparência do processo permite que a sociedade acompanhe em tempo real todos os procedimentos.

O pregão eletrônico aumenta a competitividade, permitindo que estabelecimentos de todo o Brasil participe de licitações promovidas por instituições públicas no país. Isso favorece especialmente micro e pequenas empresas, pois reduz os custos de participação dos fornecedores.

No entanto, o pregoeiro precisa realizar uma análise mais detalhada e rigorosa da habilitação dos licitantes no pregão eletrônico. Nessa modalidade, o pregoeiro deve ter uma intervenção mais ativa, uma vez que o contato pessoal com os fornecedores é limitado. Além disso, devido à modernização tecnológica, alguns fornecedores podem enfrentar dificuldades na utilização das ferramentas eletrônicas.

A falta de fornecimento de informações como o contato da empresa (e-mail/telefone) dificulta o envio dos itens licitados, ou seja, a empresa acaba não recebendo o pedido de compras no e-mail e não envia o material solicitados pelas secretarias e acaba não tendo celeridade no envio dos materiais.

Outra desvantagem dessa modalidade é quando mais de uma empresa ganha o mesmo item, com valores diferentes, desta forma, acaba dificultando o lançamento da licitação e dos fornecedores no sistema de compras.

4 ANÁLISE DE DADOS DE GESTÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO EM JOÃO DOURADO-BA

Os indicadores mostram a evolução na adequação pela via eletrônica e a redução de "fuga" de licitações por dispensas e credenciamentos. A evolução de inexigibilidades se dá pela crescente formalização de credenciamento, que antes não era feito no Município. Embora o número de processos permaneceu próximo, houve variação pelas modalidades mais adequadas. Podemos observar na tabela abaixo:

Quadro 1: Processos abertos por modalidade 2021

2021	
MODALIDADE	QUANTIDADE
CHAMAMENTO PÚBLICO/CRED	18
DISPENSA	149
INEXIGIBILIDADE	34
PREGÃO ELETRÔNICO	20
PREGÃO PRESENCIAL	51
TOMADA DE PREÇOS	4
Total Geral	276

Fonte: Sistema Ágil de controle de compras

No quadro abaixo, refere-se à quantidade de licitações realizadas no ano de 2022, é possível notar o crescimento do pregão eletrônico e diminuição das dispensas.

Quadro 2: Processos abertos por modalidade 2022

2022	
MODALIDADE	QUANTIDADE
CHAMAMENTO PÚBLICO/CRED	5
DISPENSA DE LICITAÇÃO	90
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	73
PREGÃO ELETRÔNICO	70
PREGÃO PRESENCIAL	15
TOMADA DE PREÇOS	15
Total Geral	268

Fonte: Sistema Ágil de controle de compras.

O quadro abaixo representa o gráfico comparativo do ano 2021x2022, onde existe variações nas modalidades em cada ano, uns tiveram uma variação alta e outros não. A análise da tabela sugere uma mudança significativa nas práticas de aquisição, com implicações tanto positivas quanto desafiadoras para a entidade licitante.

Quadro 3: Tabela de variação

MODALIDADE	VARIAÇÃO	Coluna1
CHAMAMENTO PÚBLICO/CRED	▼	-13 ▼ -72%
DISPENSA DE LICITAÇÃO	▼	-59 ▼ -40%
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	▲	39 ▲ 115%
PREGÃO ELETRÔNICO	▲	50 ▲ 250%
PREGÃO PRESENCIAL	▼	-36 ▼ -71%
TOMADA DE PREÇOS	▲	11 ▲ 275%

Fonte: Sistema Ágil de controle de compras.

O quadro abaixo representa o gráfico comparativo do ano 2021x2022, onde existe variações nas modalidades em cada ano, uns tiveram uma variação alta e outros não. A análise da tabela sugere uma mudança significativa nas práticas de aquisição, com implicações tanto positivas quanto desafiadoras para a entidade licitante.

Quadro 4: Comparativo



Fonte: Sistema Ágil de controle de compras.

O gráfico de barra acima mostra detalhadamente as modalidades utilizadas no ano de 2021 a 2022, e mostra que não houve tendência nesses períodos, principalmente no pregão eletrônico e presencial.

Tabela 1: Tabela do percentual econômico

VALORES	2021	2022
Valor estimado de contratações :	R\$ 30.292.175,73	R\$ 69.963.367,63
Valor licitado:	R\$ 23.859.366,33	R\$ 19.357.478,63
ECONOMIA	R\$ 6.432.809,40	R\$ 50.605.889,00
PERCENTUAL DE ECONOMIA	21%	72%

Fonte: Sistema Ágil de controle de compras.

Percebe-se que houve o aumento da economia através do pregão eletrônico, chegando a 72% no ano de 2022, que é resultado do aumento em certames eletrônico em 250% de 2021 para 2022.

5 RESULTADO E DISCUSSÕES

A licitação, conforme previsto pela Constituição Federal e regulamentada pela Lei nº 14.133/21, é a forma oficial pela qual todos os órgãos da Administração Pública realizam contratações de serviços ou compras, podendo adotar diversas modalidades, tais como concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão, pregão presencial e pregão eletrônico.

A introdução do pregão eletrônico como modalidade licitatória representa uma inovação significativa no âmbito jurídico, ao incorporar o uso da tecnologia ao certame, trazendo inúmeros benefícios para a Administração Pública. Este procedimento se destaca por sua celeridade e economia, tanto para a Administração quanto para os licitantes, ampliando a competitividade e desburocratizando o processo, tornando as disputas mais vantajosas para o ente público. Além disso, o uso desta modalidade promove maior transparência nos gastos públicos, permitindo um controle por parte da população, o que resulta em uma prestação de serviço público de maior qualidade.

Em meio à busca por modernização e aproveitamento das vantagens das novas tecnologias, o Município também enfrenta desafios decorrentes dessa transformação. Nesse contexto, surgem discussões sobre a utilização do pregão eletrônico, enfatizando a necessidade de aprimoramento contínuo para evitar atividades fraudulentas nas disputas e trazer maior transparência e economicidade.

Por fim, é importante ressaltar que, apesar de alguns temas polêmicos, o pregão eletrônico oferece enormes vantagens para a Administração Pública e é a melhor maneira para o município realizar suas contratações de serviços e compras. Conclui-se que as vantagens superam os obstáculos e deficiências, evidenciando a relevância e eficácia dessa modalidade de licitação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As compras públicas tiveram sua origem no Decreto nº 200/67, que marcou sua primeira sistematização. Posteriormente, foram atualizadas pelos Decretos-lei 2348 e 2360 em 1986, dando origem ao ESTATUTO JURÍDICO DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, estabelecendo regras gerais. Em 2021, houve uma revisão significativa com a Lei de Licitações e Contratos - Lei 14.133/21.

Com a divulgação da Constituição de 1988, a licitação foi estabelecida como um princípio constitucional, tornando obrigatórios para os entes federativos e para a Administração Pública direta e indireta procedimentos em conformidade com os princípios constitucionais que regem a administração pública.

Para agilizar o processo licitatório e reduzir a burocracia, o pregão eletrônico foi regulamentado pelo Decreto nº 5450/2005 e pela lei nº 10.520/2002. Esta modalidade ofereceu benefícios como a rapidez, a economia, a inversão de fases, a simplificação do processo, a ausência de limites financeiros, o sistema de registro de preços e o fim da necessidade de participação física dos licitantes.

Apesar das vantagens do pregão eletrônico, há áreas que podem ser aprimoradas, como a simplificação da interface do usuário, especialmente para fornecedores que encontram dificuldades na utilização desta ferramenta.

Dessa forma, o pregão eletrônico surgiu como resposta às demandas por tecnologia, transparência e eficiência nos processos de compras públicas. A Administração Pública precisa continuar se adaptando às inovações para alcançar a eficiência necessária nos procedimentos administrativos.

Em suma, este estudo destaca a crescente popularidade do Pregão Eletrônico na Administração Pública devido à sua eficiência, transparência e agilidade. No entanto, à medida que essa modalidade de compra se torna mais comum, surgem desafios que não podem ser resolvidos apenas pela legislação existente, como evidenciado pela análise dos problemas aqui discutidos. Nesse contexto, é imperativo que a Administração Pública invista no aprimoramento contínuo de seus servidores, especialmente dos pregoeiros, por meio de treinamentos especializados e capacitação adequada.

Além disso, é crucial promover a qualificação dos licitantes, incentivando a concorrência saudável e garantindo que as empresas que participam dos pregões eletrônicos estejam plenamente cientes das regras e regulamentações. Somente com servidores e licitantes bem preparados, a Administração poderá garantir a integridade e eficácia dos processos licitatórios, cumprindo não apenas a Lei nº 10.520, mas também as expectativas de transparência e responsabilidade esperadas pela sociedade.

Portanto, a solução para os desafios enfrentados durante os Pregões Eletrônicos não reside apenas na legislação, mas sim na educação continuada, na formação especializada e no compromisso ético tanto dos servidores públicos quanto dos licitantes. Somente por meio desses esforços conjuntos será possível preservar os princípios administrativos fundamentais enquanto se aproveita ao máximo os benefícios oferecidos

por essa modalidade de compra, atendendo assim às necessidades públicas de maneira eficaz e simplificada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2002. Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3555.htm.

Acesso em: 15/10/2023.

BRASIL. Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5450.htm. Acesso em: 15/10/2023.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm. Acesso em: 15/10/2023.

CRETELLA JÚNIOR, J. **Das licitações públicas**, 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 23ª ed., São Paulo: Atlas, 2009.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FONSECA, M. A R. **Pregão eletrônico: uma análise de sua evolução histórico legislativa e das inovações decorrentes do Decreto nº 5.450/2005.** Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/8531/pregao-eletronico>. Acesso em: 15/10/2023.

JUSTEN FILHO, M. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 12. Ed. São Paulo: Dialética, 2008.

LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 9. ed. - São Paulo: Atlas, 2021.

MELO, C. A. B. de. **Curso de Direito Administrativo**, 26 ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p.525.



Portal de Periódicos da UNEB
www.revistas.uneb.br



REVISTA CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - CAMPUS XVI - IRECE

V. 9, N. 1, JAN-DEZ, 2024 | ISSN ELETRÔNICO: 2317-0522

AGROECOLOGIA

DCHT - XVI
Departamento de Ciências
Humanas e Tecnologias - Irecê



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



**SEGURANÇA ALIMENTAR E
CAMPE SINATO: A EXPERIÊNCIA
DO GRUPOFRATERNIDADE
AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO
DE SÃO GABRIEL/BA**

Zoraia Nunes da Gama Santos
Juliany Mendes Mota
Maria Dorath Bento Sodré
Ivania Batista de Oliveira

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar como a agricultura familiar camponesa de base agroecológica contribui para a segurança alimentar e nutricional de produtores e consumidores, numa perspectiva de soberania alimentar. Para isso, faz um estudo sobre a experiência do Grupo Fraternidade Agroecológica II, vinculado à Associação de Produtores e Feirantes de base agroecológica do município de São Gabriel, estado da Bahia, certificados por Organismo Participativo da Conformidade Orgânica (OPAC) Associação Povos da Mata de Certificação Participativa/Rede de Agroecologia Povos da Mata, representada no Território de Irecê pelo Núcleo Raízes do Sertão. A pesquisa foi realizada a partir da observação participante durante atividades realizadas nas unidades familiares dos membros do grupo, utilizando técnicas como CAC e instrumentos a exemplo do diário de pesquisa em campo, como modo de afirmação e apropriação dos processos em curso pela pesquisadora, membra do grupo, e demais sujeitos envolvidos. Os resultados obtidos evidenciam a importância da agricultura familiar camponesa quanto à preservação dos recursos naturais, recuperação do solo, base essencial para a produção de alimentos com alto poder nutritivo, variedade de alimentos, resgate de hábitos alimentares culturais, resgate e preservação das sementes crioulas, promovendo dessa forma, a segurança alimentar e nutricional das famílias diretamente ligadas à produção, bem como dos seus consumidores através da comercialização em rede.

Palavras-chave: Agricultura familiar camponesa. Agroecologia. Certificação orgânica. Segurança alimentar e nutricional.

ABSTRACT

The objective of this work is to identify how agroecological-based peasant family farming contributes to the food and nutritional security of producers and consumers, from a food sovereignty perspective. To this end, it carries out a study on the experience of the Agroecological Fraternity II Group, linked to the Association of Agroecological Producers and Marketers in the municipality of São Gabriel, state of Bahia, certified by the Participatory Organization for Organic Conformity (OPAC) Associação Povos da Mata de Participatory Certification/Povos da Mata Agroecology Network, represented in the Territory of Irecê by Núcleo Raízes do Sertão. The research was carried out based on participant observation during activities carried out in the family units of the group members, using techniques such as CAC and instruments such as the field research diary, as a way of affirming and appropriating the processes underway by the researcher, a member of the group, and other subjects involved. The results obtained highlight the importance of peasant family farming in terms of preserving natural resources, soil recovery, an essential basis for the production of foods with high nutritional power, variety of foods, rescue of cultural eating habits, rescue and preservation of creole seeds, thus promoting the food and nutritional security of families directly linked to production, as well as their consumers through network marketing.

Keywords: Peasant family farming. Agroecology. Organic certification. Food and nutrition security.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar camponesa de base agroecológica demonstra sua importância estratégica para o país quando elencada a partir da perspectiva de afirmação da soberania alimentar, tendo como elemento imediato a segurança nutricional das famílias do campo, bem como a oferta de produtos saudáveis, livres de agrotóxicos, insumos químicos e Organismos Geneticamente Modificados (OGM), tipificados como transgênicos, através da comercialização direta em circuitos curtos e em rede, bem como ao atender distribuidores qualificados dos grandes centros de consumo.

A Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, pertinente à agricultura familiar considera:

[...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; ii) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; iii) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); iv) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. São considerados agricultores familiares os pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores (Embrapa, 2023).

O Censo Agropecuário de 2017 aponta que 77% dos estabelecimentos rurais no Brasil são de agricultores familiares, mas que ocupam apenas 23% da área agrícola, o que corresponde a 23% da produção agropecuária, em grande parte de alimentos da cesta básica que chega à mesa dos brasileiros, desempenhando, portanto, papel relevante na economia do país. Em termos de estado da Bahia, o número de estabelecimentos da agricultura familiar é de 593.411, o que corresponde a 77,79% do total; no território de Irecê 28.783, o que equivale a 73% (IBGE, 2017).

Nos últimos anos, a Bahia vem se destacando quanto à produção de base agroecológica, com significativo incremento na produção de alimentos orgânicos validados através de certificação participativa por meio de Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC). Neste sentido, tais grupos de produtores

identificam a certificação dos seus produtos como ações que contribuem para a afirmação da política pública de segurança alimentar e nutricional, conforme a Lei nº. 11.346/15.09.2006 (BRASIL, 2009), em seus territórios de origem.

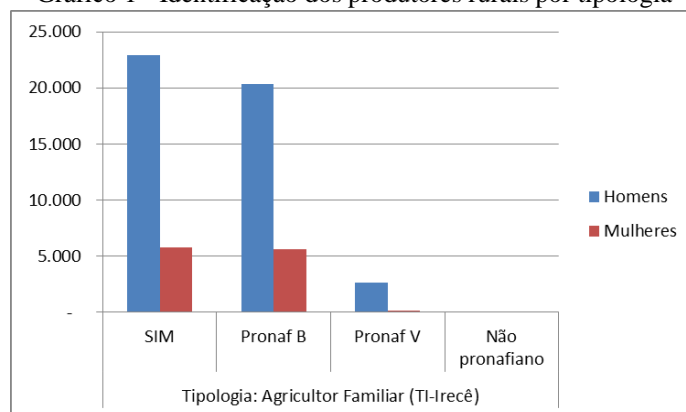
Ao pesquisarem a base de dados do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) acerca da certificação orgânica no estado da Bahia, Santos e Carvalho (2017) identificaram que no período de 2015 a 2016 o número de produtores vinculados à OPAC Povos da Mata, notadamente no Território de Identidade Litoral Sul, era de 230. Dados atualizados do MAPA apontam que o número de agricultores certificados no ano de 2023 atingiu a casa de 1.115, distribuídos em diversos territórios, com destaque para o Território de Identidade Irecê (BRASIL, 2024).

Quadro 1 – Identificação dos produtores rurais por tipologia

LOCALIZAÇÃO	Sexo do produtor	Agricultor Familiar			
		SIM	Pronaf B	Pronaf V	Não pronafiano
Território de Identidade Irecê	Homens	22.945	20.312	2.605	28
	Mulheres	5.778	5.613	164	1

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017, adaptado pela autora.

Gráfico 1 - Identificação dos produtores rurais por tipologia



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017, adaptado pela autora.

Em seu estudo, Damásio (2016, p. 9), observa que o Território de Identidade Irecê (TII) é caracterizado por sua divisão sócio produtiva no meio rural dada a forte presença de grande número de famílias de pequenos agricultores com propriedades abaixo de quatro módulos fiscais, ou seja, 260,0 ha. O módulo rural em termos de região de Irecê, semiárido baiano, corresponde a 65,0 ha (IBGE, 2012; Incra, 2012 *apud* Embrapa, 2024), o mesmo que 111,59 tarefas baianas, ao ser dividido por 2,33 tarefas, sua equivalência em hectare. No entanto, Damásio (2016, p. 9) afirma que tal aspecto não significa tratar-se de reforma agrária natural, comumente apregoado através de narrativas sobre o tema, mesmo que isto se apresente em modo aparente pelos dados oficiais.

Nesse contexto, cabe destacar que o TII, também sofreu a influência da “Revolução Verde”, como parte significativa das regiões com características de forte apelo agrícola ao adotar, em meados da década de 1970, práticas de supressão de vegetação do bioma Caatinga para plantio de grandes extensões de terra, basicamente, da tríade feijão-milho-mamona.

Com a introdução da modernização na região de Irecê, ocorreram mudanças nessa forma de conduzir o trabalho familiar e as relações comunitárias, bem como na forma de praticar a agricultura, já que a intensificação foi tão forte que nas décadas de 70 e 80 Irecê ficou reconhecida como a região do feijão, garantindo um aumento significativo na produção de milho, feijão e algodão do Estado. É neste período que a região recebe todo aparato químico e industrial trazidos pelos “pacotes” dos governos para o aumento da produção, isto devido ao plantio triconsortado de feijão, milho e mamona em sistema de monocultivo (Damásio, 2016, p. 69).

Este modelo pregava a erradicação da fome no mundo através da modernização das práticas agrícolas tradicionais, incrementando a partir do aumento da produtividade e a melhoria da renda das populações do campo, proporcionando o desenvolvimento rural (Arl, 2008, p. 157). No entanto, a realidade se deu inversa, pois veio a causar substancial empobrecimento das populações do campo, devido aos processos avançados de desertificação pela supressão da caatinga em grandes proporções, provocando o aumento dos períodos de estiagens prolongadas.

Quebra-se a relativa autonomia do rural. A indústria aos poucos se apropriou de atividades relacionadas à produção e ao processamento. Esse processo foi chamado de *apropriacionismo*. O apropriacionismo

envolvia a **produção de adubos químicos** para substituir o emprego da matéria orgânica, a **motorização e mecanização** na substituição da tração animal e trabalho braçal e a **produção de sementes melhoradas**, através da engenharia genética a partir das descobertas de Mendel, na substituição da seleção e produção de sementes (Arl, 2008, p. 157).

A agricultura familiar camponesa está para além de mera categoria do mundo do trabalho, porquanto perpassa um modo de vida e correlação com o meio, salvaguarda da produção de alimentos saudáveis, proteção da terra, água, ar e tradições, bens comuns. Para Ploeg (2014, p. 8): “Os estabelecimentos familiares proporcionam à família agricultora uma parte – ou a totalidade – de sua renda e dos alimentos consumidos”. Nesse sentido, este autor nos convida a compreender o papel da agricultura familiar camponesa no cenário de disputa contra hegemônica com o neoliberalismo, expressão dos interesses do capital financeiro e sua base política no campo, o agronegócio; sendo alternativa social, cultural e econômica:

Cumpramos ressaltar que ter o controle sobre a qualidade dos alimentos de produção própria – e estar confiante de que não estão contaminados – é um aspecto cada vez mais importante e valorizado pelos agricultores de todo o mundo. No entanto, o estabelecimento familiar não é só um lugar de produção. É também o lar da família agricultora. É o local a que pertencem as pessoas, além de ser o lugar que lhes proporciona abrigo. Em suma, é o lugar onde a família vive e onde as crianças crescem (Ploeg, 2014, p. 8).

A identificação das pessoas com o modo de produção dá sentido a seu modo de vida como camponês na interação como parte do tecido social.

A agricultura familiar carrega a promessa de criar práticas agrícolas altamente produtivas, sustentáveis, simples, flexíveis, inovadoras e dinâmicas. Tendo em conta todas essas características, a agricultura familiar pode contribuir significativamente para a soberania e segurança alimentar e nutricional. Ela pode fortalecer o desenvolvimento econômico de diversas maneiras, criando empregos e gerando renda. Pode elevar o grau de resiliência econômica, ecológica e social das comunidades rurais. Pode também gerar postos de trabalho atrativos para grande parte da sociedade, assim contribuindo consideravelmente para a emancipação de suas parcelas mais oprimidas. A agricultura familiar pode ainda favorecer a manutenção de belas paisagens e da biodiversidade (Ploeg, 2014, p. 11).

Portanto, este trabalho objetiva identificar o papel da agricultura familiar camponesa de base agroecológica como elemento garantidor da segurança alimentar das famílias envolvidas nos processos de produção e comercialização em rede, na perspectiva de construção da soberania alimentar como paradigma de sociedade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta formulação se constitui como resultado da continuidade do estudo para produção de um inventário, realizado através de trabalho da disciplina Seminário Integrador I, com os agricultores do Grupo Fraternidade Agroecológica da Associação de Produtores e Feirantes de base agroecológica do município de São Gabriel e demais membros do município de Jussara, localizados no TI-Irecê, situados na região setentrional da Chapada Diamantina, por meio de observações obtidas em pesquisa participante (Demo, 1995, p. 231-241), como associada, através das visitas de pares realizadas mensalmente às propriedades dos associados, análogas à metodologia camponês-a-camponês (Machín Sosa *et al*, 2013, p. 60-74).

Agricultura familiar camponesa

Ao abordar a especificidade camponesa, nos termos de Aleksander V. Chayanov, Costa (2014 p. 192), resgata do estudioso russo, a premissa de que “[...] a família é o fundamento da empresa camponesa – na sua condição de economia sem assalariamento -, uma vez que é tanto o ponto de partida, quando o objetivo da sua atividade econômica”. Na opinião de Ploeg (2015, p. 40) “[...] as características fundamentais da condição camponesa são a luta por autonomia que se realiza em um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações”.

No entanto, a forma de organização tradicional do campesinato proporcionou por um período significativo certa autonomia às populações do campo, pela diversidade de alimentos disponíveis, onde a dependência externa se resumia a poucos itens alimentícios e outros itens como vestuários, calçados e ferramentas. Para Machado e Machado Filho (2014, p. 46), a realidade do interior estava associada à busca por autonomia produtiva, porquanto a produção das famílias deveria atender ao seu sustento, sendo comum ouvir a

seguinte expressão de orgulho: “na minha casa só compro sal e o brim”, considerando-se que os itens alimentícios básicos para sustento da família, bem como de bem estar eram produzidos na propriedade.

Agroecologia - transição agroecológica - produção orgânica certificada

Na opinião de Altieri (2005 *apud* Altieri, 2012, p. 23) “a agricultura é uma atividade humana que implica a simplificação da natureza, sendo as monoculturas a expressão máxima desse processo”. Para tanto, Altieri (2012, p. 365) enxerga como desafio imediato para esta geração a superação do modo de produção convencional como forma de transformar a agricultura industrial reinante em sistemas alimentares não dependentes dos combustíveis fósseis, a partir de formas de agricultura “mais ecológicas, diversificadas, sustentáveis e socialmente justas”, em suma a transição agroecológica.

Caporal (2013, p. 288), ao se posicionar quanto ao tema, assevera que o processo de transição agroecológica assuma um caráter de enorme complexidade, tanto tecnológica, como metodológica e organizacional, sendo levado em conta seus objetivos e metas, em termos de sustentabilidade a ser alcançada. Para reforçar, apresenta os vários níveis da transição agroecológica sugeridos por Gliessman (2000 *apud* Caporal, 2013, p. 289):

O primeiro é a transição na orientação dos valores, na ética que orienta nossas decisões de produção, consumo e organização social. O segundo, focado mais estritamente na agricultura, diz respeito ao incremento da eficiência das práticas convencionais para reduzir o uso de insumos externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente. O terceiro nível da transição se refere à substituição de insumos e práticas convencionais por práticas alternativas [...]. Neste nível, a estrutura básica do ecossistema seria pouco alterada, podendo ocorrer, então, problemas similares aos que se verificam nos sistemas convencionais. O quarto nível de transição seria a fase de redesenho dos agroecossistemas, para que estes funcionem com base em um novo conjunto de processos ecológicos. Mais complexo, mas indispensável para se alcançar a sustentabilidade.

Para Penteadó (2001 p. 9), o termo orgânico está associado aos sistemas de produção baseados em parâmetros de cultivos que levem em conta princípios ecológicos.

Portanto, podemos considerar que a agricultura orgânica e seus diversos ramos está contida no que se propõe como transição agroecológica, apresentado por Gliessman (2000 *apud* Caporal, 2013, p. 289), porquanto a certificação dos agricultores está sujeita à legislação específica que normatiza os processos e procedimentos da produção orgânica, superando o modelo convencional, baseado no uso intensivo de insumos externos, como adubação sintética, com ênfase na aplicação de agrotóxicos, sementes híbridas e transgênicas, etc.

O autor enfatiza, ainda, que:

O inglês Sir Albert Howard deu início a partir de 1920 a uma das mais difundidas correntes do movimento orgânico, a agricultura orgânica. Sir Howard trabalhou com pesquisas na Índia, durante aproximadamente 40 anos, procurando demonstrar a relação da saúde e da resistência humana às doenças com a estrutura orgânica do solo, publicando obras relevantes entre 1935 e 1940 e, por isso, é considerado o fundador da agricultura orgânica (Penteado, 2001, p. 10).

No que tange ao TII, observa-se que há um forte movimento na contramão do que sugere a transição agroecológica. Os últimos anos tem sido marcados pelo crescimento do número de agricultores que adotam o uso de insumos químicos e sementes transgênicas, apostando no modelo de produção convencional em regime de sequeiro e/ou com irrigação a partir da captação das águas subterrâneas. A utilização de sementes geneticamente modificadas, principalmente a cultura do milho transgênico, herança dos chamados “pacotes tecnológicos”, vem comprometendo a pureza das sementes crioulas, guardadas e cultivadas há dezenas de anos pelas famílias, a exemplo de outros estados da região Nordeste que adotam a prática de separar parte das sementes para o plantio no ano seguinte. Os bancos de sementes, dos chamados “guardiões das sementes crioulas”, são exemplos dessa prática.

No estado da Paraíba, a quantidade de bancos também é bastante significativa. Animados pela Rede de Sementes da Articulação do Semiárido da Paraíba (ASA Paraíba), os 240 bancos de sementes comunitários do estado envolvem mais de oito mil famílias, em 63 municípios. A força desse trabalho foi capaz de, em 2002, aprovar uma lei estadual (Lei n. 7.297/2002) que criou o Programa Estadual de Bancos de Sementes Comunitários, autorizando o governo da Paraíba a adquirir sementes de variedades locais para o fortalecimento e a ampliação dos bancos em todo o estado (AS-PTA, 2016).

O semiárido brasileiro apresenta maior susceptibilidade à salinização, principalmente em ambientes irrigados, sendo necessário o desenvolvimento de tecnologias que permitam o uso desses solos ou de águas de baixa qualidade, em termos sustentáveis (Silva *et al*, 2021, p. 89). A utilização da irrigação no TII enfrenta um problema sério quanto à qualidade e quantidade das águas captadas em poços tubulares, ricas em sais, inadequadas para irrigação. Este modelo de produção compromete a vida do solo, impondo um alto custo financeiro e ambiental, agravados pela utilização de venenos e adubação química na produção de grãos e hortaliças, em um movimento de predação e monopolização do uso das águas e das terras.

Nas práticas adotadas pela agricultura familiar camponesa de base agroecológica, a mecanização utilizada é de baixo impacto, utilizando ferramentas e maquinários adaptados a estes fins nas áreas de plantio orgânico, não permitindo que equipamentos contaminados em áreas de cultivo convencional e/ou onde é aplicado agrotóxico sejam nelas utilizados. Quanto ao controle de inseto, os insumos são fabricados nas próprias unidades produtivas, e o controle das plantas espontâneas (as chamadas “ervas daninhas”) com roçagem e incorporação ao solo. Destes, o esterco (bovino, caprino, ovino) é o único insumo vindo de fora da propriedade, apenas utilizado como compostagem.

Segurança e soberania alimentar

Com base na Lei Nº. 11.346/2006 que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (BRASIL, 2006), no seu Artigos 3º.:

Art. 3º. A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

O artigo 5º. da Lei 11.346/2006, compreendida oficialmente como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelece a seguinte definição sobre Soberania

Alimentar: “Art. 5º. A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos” (BRASIL, 2006).

Stédile e Carvalho (2014, p. 715), intelectuais engajados na questão camponesa, opinam que a “Soberania alimentar é o conjunto de políticas públicas e sociais que deve ser adotado por todas as nações, em seus povoados, municípios, regiões e países, a fim de se garantir que sejam produzidos os alimentos necessários para a sobrevivência da população de cada local”.

Altieri (2012, p. 366) corrobora com o tema afirmando que “[...] os movimentos sociais do campo adotam o conceito de soberania alimentar como uma alternativa à abordagem neoliberal que aposta num comércio injusto como forma de resolver o problema da fome mundial”. Na contramão dessa lógica neoliberal, a Associação dos Produtores e Feirantes de Base Agroecológica de São Gabriel, produzem a partir dos agricultores associados em suas unidades produtivas, alimentos em quantidade, qualidade e diversidade, garantindo a nutrição e sustento das famílias envolvidas, bem como sua oferta ao público consumidor local e do território.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A natureza do estudo tratou-se de Pesquisa Participante, como sugere Demo (1995, p. 231-234), com a Associação de Produtores e Feirantes de Base Agroecológica de São Gabriel-BA, com vistas como a agricultura familiar camponesa de base agroecológica contribui para a segurança alimentar e nutricional de produtores e consumidores, numa perspectiva de soberania alimentar, sendo essa experiência executada por meio de atividades práticas baseadas em instrumentos do método CAC (Machín Sosa *et al*, 2013), tendo essas atividades proporcionado a obtenção de conteúdo referente aos entendimentos do contexto, conhecimentos gerais de técnicas agroecológicas, opiniões, críticas, decisões, motivações etc., a partir de relatos de camponeses e camponesas da Associação dos Produtores Feirantes de Base

Agroecológicas de São Gabriel - BA, especificamente o subgrupo Fraternidade Agroecológica II.

No processo de implementação da Metodologia CAC (Machín Sosa *et al*, 2013; Abreu Alonzo, 2022) e da Pesquisa Participante (Demo, 1995), junto às famílias da Associação dos Produtores Fraternidade II, durante as visitas de pares, formações, oficinas e intercâmbios, cada família teve a oportunidade de apresentar suas vivências, partilhar suas experiências nas unidades produtivas, seja avanços e/ou dificuldades pertinentes da transição agroecológica, como parte da legitimação da certificação orgânica participativa.

Nessa perspectiva, tem-se o pesquisador, de modo horizontal e participativo, integrante do grupamento em estudo, oportunizar atividades sociais em processos de sensibilização, capacitação e mobilização: Oficinas, Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), Visitas e Intercâmbios (Machín Sosa *et al*, 2013, p. 72-73), como meio de coleta de informações através de escuta e interpretação das falas correntes. Essas ferramentas ao serem aplicadas permitem “[...] romper com a primazia da orientação verticalista que caracterizava o extensionismo clássico [...]” (Machín Sosa *et al*, 2013, p. 74). Para Abreu e Alonzo (2022), a associação da metodologia CAC à Pesquisa Participante apresentou resultados satisfatórios, devendo ser priorizadas e entrelaçadas.

No período que compreendeu este estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre: i) agricultura familiar camponesa de base agroecológica (Embrapa, 2023; Ploeg, 2014; Costa, 2014; Ploeg, 2015; Machado e Machado Filho, 2015); ii) segurança e soberania alimentar (BRASIL, 2006; Stédile e Carvalho, 2014; Altieri, 2005 *apud* Altieri, 2012); e, iii) certificação da produção orgânica (BRASIL, 2009; Santos e Carvalho, 2017; BRASIL, 2024), bem como a incursão às bases de dados do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ferreira (2010) aponta que a partir da organização dos trabalhadores rurais, por meio dos sindicatos nos municípios do TI-Irecê, possibilitou-se o surgimento de diversos

movimentos e instituições como a Escola de Agricultura da Região de Irecê (Esagri), o Grupode Apoio e de Resistência Rural e Ambiental (Garra), o Centro de Assessoria do Assuruá (CAA) e o Instituto de Permacultura em Terras Secas (Ipeterras), e que as atividades desenvolvidas por estas instituições abriram caminhos para muitas ações importantes que fortaleceram as lutas do povo no território.

Como resultado das lutas dos trabalhadores, surgiram novos modos de produção com recorte agroecológico, a Associação de Produtores e Feirantes de Base Agroecológica de São Gabriel-BA, sendo objeto de alguns estudos (Santos e Carvalho, 2017) e destaque no mapa de feiras orgânicas pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), “revelando parte da territorialização e recriação camponesa no país” (IDEC, 2024).

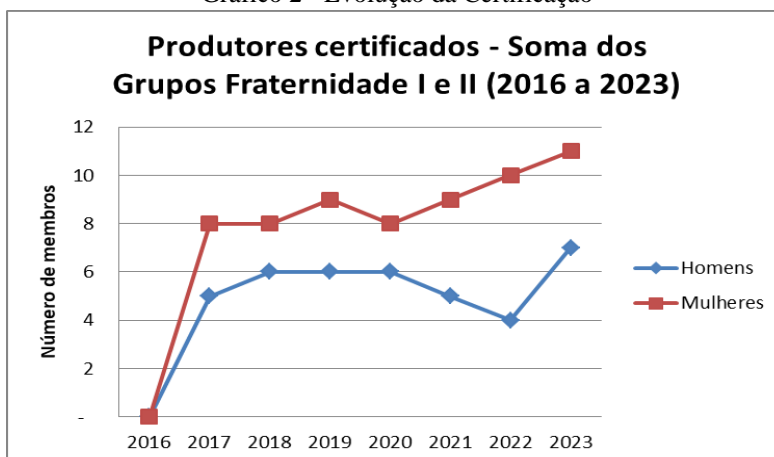
Esta associação fundada em 09 de fevereiro de 2016 com 18 sócios fundadores, dos quais 15 foram certificados em 2017, constitui-se como um grupamento de agricultores familiares camponeses dos municípios de São Gabriel e Jussara, estado da Bahia, que produzem dentro dos princípios da agroecologia, em modo de produção orgânica, certificados por Organismo Participativo da Conformidade Orgânica (OPAC), nos termos da Lei nº.10.831/23.12.2003 (BRASIL, 2003), através da Associação Povos da Mata de Certificação Participativa/Rede Agroecologia Povos da Mata, representada no Território de Irecê pelo Núcleo Raízes do Sertão até janeiro de 2024. Atualmente, a Associação conta com 22 associados certificados, representando igual número de unidades produtivas; para o cumprimento das normas referentes à certificação participativa, foi necessária a divisão em dois grupos distintos para possibilitar as visitas de pares (duas em cada unidade produtiva no período de um ano).

Quadro 2 - Evolução da Certificação

GÊNERO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Homens	-	5	6	6	6	5	4	7
Mulheres	-	8	8	9	8	9	10	11

Fonte: Pesquisa da autora com a Associação de Feirantes e Produtores de Base Agroecológica de São Gabriel-BA (2024).

Gráfico 2 - Evolução da Certificação



Fonte: Pesquisa da autora com a Associação de Feirantes e Produtores de Base Agroecológica de São Gabriel-BA (2024).

A partir de 01 de janeiro de 2024 a comercialização passou a ser feita através da Cooperativa dos Agricultores e Agricultoras Familiares Raízes do Sertão Ltda (Coop Raízes), formada pelos agricultores certificados como produtores orgânicos do TI-Irecê, articulados pelo Núcleo Raízes do Sertão, junto à OPAC Povos da Mata.

A constituição da cooperativa deu-se em novembro de 2022, tendo o ano de 2023 sido marcado pelos processos de formalização e juntada de documentos necessários à sua legalização e funcionamento dentro dos critérios que regem Lei Nº. 5.764/16.12.1971, que trata da normatização do cooperativismo no Brasil (BRASIL, 1971), afirmando-se como instrumento institucional para aquisição de insumos e comercialização dos produtos, bem como os processos educativos dos seus associados. A partir de janeiro de 2024 a cooperativa passa então a administrar e assumir as despesas e responsabilidades que vinham sendo assumidas pela Associação “Núcleo Raízes do Sertão”, reafirmando o caráter legal dos processos que envolvem a produção e comercialização de alimentos, oriundos da agricultura familiar camponesa de base agroecológica. A certificação orgânica é primordial para conquistar a credibilidade junto aos consumidores.

Os dados levantados permitem considerar que os agricultores do Grupo Fraternidade Agroecológica II ofertam variedade de alimentos com alto teor nutricional

a partir das seguintes culturas: 1) olerícolas; 2) tubérculos; 3) frutas; 4) plantas medicinais e aromáticas; 5) grãos; 6) oleaginosas alimentícias; bem como, 7) oleaginosas não alimentícias. Os sistemas de cultivo são consorciados, com manejo das áreas em sistema de rotação de cultura. O percentual de sementes compradas de terceiros varia de 40% a 50%, e são adquiridas, tanto no comércio local, quanto de outros agricultores da rede. As sementes adquiridas no mercado convencional são principalmente de olerícolas.

Ainda, de acordo com inventário, as unidades produtivas em questão, em sua maioria, possuem reserva legal exceto as áreas abaixo de 3,0 hectares. Dentre estas, existem áreas em processo de implantação de sistemas agroflorestais (SAF) com uma boa variedade de frutíferas e outras em processo de recomposição do bioma Caatinga.

As experiências vivenciadas pelos atores e sujeitos substantivados no passado foram fundamentais para que, atualmente, este movimento no caminho da transição agroecológica se dê de maneira abrangente envolvendo agricultores familiares camponeses dos vários municípios do território que produzem de forma diversificada, corroborando com os termos aqui apresentados pelos autores referenciados (Demo, 1995; Machín Sosa *et al.*, 2013; Costa, 2014; Altieri, 2012). Esse modelo de troca de experiências faz parte da dinâmica de sensibilização e mobilização, garantindo o aprendizado dos sujeitos envolvidos.

Nota-se o protagonismo dos envolvidos, com destaque para a melhoria da qualidade de vida, a partir da obtenção de bens de consumo com o resultado das comercialização das suas colheitas, além de equipamentos agrícolas através de projetos e políticas públicas. Cabe ressaltar a importância das organizações de base, como os sindicatos, o Garra, as associações dos produtores e, recentemente, a formalização da Coop Raízes.

Em momentos de partilha e socialização durante a visita de pares, o grupo Fraternidade Agroecológica II foi informado que a Coop Raízes vem trabalhando na perspectiva de oferecer os produtos dos associados em instituições de ensino do Território, através das políticas públicas como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Tais iniciativas estimulam o aumento da capacidade produtiva, fortalecendo vínculo institucional e incremento da renda dos seus associados, sendo a concretização de uma necessidade

vivenciada pelo grupo em superar as barreiras que impossibilitaram por muito tempo o acesso desses agricultores camponeses às compras institucionais.

A cooperativa assumiu a gestão do processo de comercialização, sendo reconhecida pelos produtores de alimentos certificados no modo orgânico participativo como ferramenta fundamental para organizar a produção e seu destino, permitindo a obtenção de resultados econômicos e maior engajamento social, para a autonomia e soberania dos agricultores familiares camponeses envolvidos, em termos de desenvolvimento humano sustentável, integrado e solidário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, foram analisados alguns aspectos do processo de sistematização de experiências desenvolvida com os agricultores da Associação dos Produtores Feirantes de Base Agroecológicas de São Gabriel- BA. De modo geral percebeu-se a importância dos movimentos sociais do campo na construção da transição agroecológica, a partir dos sujeitos como parte do processo, valorização dos saberes, fortalecimento das relações sociais, construção de autonomia econômica objetiva, com o incremento da produção e comercialização em circuitos curtos e longos, através das feiras de produtores agroecológicos e vendas pela cooperativa.

O trabalho desenvolvido deixa claro o papel relevante que este grupo de agricultores tem para a segurança e soberania alimentar, tanto dentro do próprio movimento de produção agroecológica quanto para o público consumidor. Contudo é possível perceber gargalos que fragilizam este modo de produção, sendo necessária a valorização desses sujeitos, proporcionando condições objetivas para que este segmento receba maior apoio governamental e fortalecimento da interação com os consumidores.

Considerando que o tema não se esgota com este estudo, esta iniciativa com foco em grupamentos de agricultores camponeses produtores de alimentos, certificados como orgânicos por OPAC, se coloca como preliminar, sendo oportuna a realização de pesquisas quali-quantitativas, com vista a melhor aferimento da observação dos

resultados econômico, social e cultural, dado a relevância estratégica em termos de soberania alimentar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Pedro Henrique Barbosa de; ALONZO, Herling Gregorio Aguilar. Bases teóricas para promoção da saúde e resistência camponesa: um novo horizonte metodológico. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 345-362, jun. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/kwbjkhKHHzCJ6SKfWSPLnvgc/abstract/?lang=pt> Acesso em: 15 dez. 2023. DOI: 10.1590/0103-11042022E223

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: base científica para uma vida sustentável**. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular/AS-PTA, 2012. 400 p.

ARL, Valdemar. **Agroecologia: desafios para uma condição de interação positiva e co-evolução humana na natureza**. In: Desenvolvimento territorial e agroecologia. ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodriguez; CANDIOTTO, Luciano Z. Pessoa (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 155-168.

AS-PTA. **Sementes da Paixão: catálogo das sementes crioulas da Borborema**. Esperança, PB: Polo da Borborema/AS-PTA, 2016. 64 p. Disponível em: https://aspta.redelivre.org.br/files/2017/03/sementes_da_paixao_VERSAO_WEB.pdf Acesso em: 19 jan. 2024.

BRASIL. **Legislação para os sistemas orgânicos de produção animal e vegetal**. Brasília, DF: MAPA/ACS, 2009. 195 p.

_____. **Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos> Acesso em: 30 jan. 2024.

_____. **Lei Nº. 5.764, de 16.12.1971: Define a Política Nacional de Cooperativismo, Institui o Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas, e dá outras Providências**.

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=518294
Acesso em: 30 jan. 2024

_____. **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 02 nov. 2023.

_____. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm Acesso em: 19jan. 2024.

CAPORAL, Francisco R. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica**: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. *In*: Agroecologia e os desafios da transição agroecológica. SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés V. (Orgs.). São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 155-168.

COSTA, Francisco de Assis. **Chayanov e a especificidade camponesa** *In*: Chayanov e o campesinato. CARVALHO, Horácio Martins de (Org.). São Paulo, SP: Expressão Popular, 2014. p. 189-215

DAMÁSIO, Mário César Rocha. **Caracterização do processo de trabalho familiar agrícola no território de Irecê – BA**. Cachoeira-BA. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Ciências Sociais. 2016

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Atlas, 1995.

EMBRAPA. **Sobre o tema: Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>. Acesso em: 19 jan. 2024

FERREIRA, Paula Silva. **Educação e sistemas alternativos de produção: Experiências agroecológicas no território de identidade Irecê**. Monografia apresentada no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Educacionais. Universidade do Estado da Bahia: Irecê, 2010.

HOWARD, Sir Albert. **Um testamento agrícola**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p. il.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos> Acesso em: 19 jan. 2024.

IDEC. **Idec lança aplicativo do Mapa de feiras Orgânicas.** Disponível em: <http://www.idec.org.br/em-acao/em-foco/idec-lanca-aplicativo-do-mapa-de-feirasorganicas> Acesso em: 19 jan. 2024.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialéctica agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360 p.

MACHÍN SOSA, B.; ROQUE JAIME, A. M.; ÁVILA LOZANO, D. R.; ROSSET, P. M. **Revolução Agroecológica: o movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba.** São Paulo: Expressão Popular, 2012. 152 p.

PLOEG, Jan Douve van der. **Camponeses e impérios: lutas por autonomia por sustentabilidade na era da globalização.** 3. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015. 372 p.

PLOEG, Jan Douve van der. **Dez qualidades da agricultura familiar.** Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia*. n. extra. (1) fev.2014. Disponível em: https://aspta.org.br/files/2014/02/Agriculturas_Caderno_Debate-N01_Baixa.pdf Acesso em: 19 jan. 2024.

SILVA, P. C. C.; COVA, A. M. W. ; SILVA, M. G.; LIMA, G. S.; LACERDA, F. C.; GHEYE, H. R. Capítulo 3. **Recuperação de solos afetados por sais.** *In: Agricultura irrigada em ambientes salinos.* CERQUEIRA, P. R. S.; LACERDA, C. F.; ARAUJO, G. G. L.; GHEYI, H. R.; SIMÕES, W. L. (Ed. Téc.) Brasília: Codevasf, 2021. 363 p. il. ISBN 978-65-88380-06-2 -eBook

STÉDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins de. **Soberania alimentar.** *In: Dicionário da Educação do Campo.* CALDART, R. S; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 714-722.

APLICAÇÕES DA ETNOBOTÂNICA, COM FOCO NAS PLANTAS MEDICINAIS: UM ESTUDO NO NORDESTE BRASILEIRO

Ivania Batista de Oliveira

RESUMO

A etnobotânica investiga as relações entre comunidades humanas e plantas, com ênfase no uso tradicional de espécies vegetais. No Nordeste brasileiro, essa ciência destaca-se no estudo de plantas medicinais utilizadas por populações locais, comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, que preservam conhecimentos ancestrais valiosos e são transmitidos oralmente de geração em geração. Essas práticas têm contribuído para a valorização cultural e a conservação da biodiversidade. Este estudo teve como objetivo analisar as plantas mais utilizadas pelas comunidades dos estados do Nordeste brasileiro, com foco nas plantas medicinais. Para isso, fez-se um levantamento bibliográfico e análise criteriosas dos textos selecionados. Com isso, foi possível perceber que cada estado tem sua própria cultura, costumes e cresças. Alguns Estados dividem as mesmas preferências quando se trata de plantas medicinais, ao mesmo tempo que algumas plantas foram mais citadas em um único Estado e quando se aprofunda mais, percebemos que muitas vezes pode ser única até mesmo em cada comunidade, pois tem seus hábitos, culturas e costumes diferentes e únicos, o que nos leva a querer entender e estudar as valiosas informações etnobotânicas adquiridas a partir das comunidades tradicionais.

Palavras chave: Comunidades tradicionais, Plantas medicinais. Conhecimentos empírico.

ABSTRACT

Ethnobotany investigates the relationships between human and plant communities, with an emphasis on the traditional use of plant species. In the Brazilian Northeast, this science stands out in the study of medicinal plants used by local populations, traditional, quilombola and indigenous communities, which preserve valuable ancestral knowledge and is transmitted orally from generation to generation. These practices have contributed to cultural appreciation and the conservation of biodiversity. This study aimed to analyze the plants most used by communities in the states of the Brazilian Northeast, focusing on medicinal plants. For this, a bibliographic survey and careful analysis of the selected texts were carried out. With this, it was possible to realize that each state has its own culture, customs and growth. Some states share the same preferences when it comes to medicinal plants, while some plants were more cited in a single state and when we delve deeper, we realize that it can often be unique even in each community, as it has its different and unique habits, cultures and customs, which leads us to want to understand and study the valuable ethnobotanical information acquired from traditional communities.

Keywords: Traditional communities, Medicinal plants. Empirical knowledge.

Introdução

A origem do conhecimento do homem sobre as virtudes das plantas confunde-se com sua própria história ao longo da evolução da humanidade, a relação entre o homem e o conhecimento das plantas transcendeu a mera necessidade alimentar, transformando-se em um intrincado vínculo terapêutico. No enfrentamento das doenças que assolavam as comunidades, a natureza emergiu como a primeira farmácia, oferecendo remédios e soluções através das plantas (Monteiro *et al.*, 2021). O homem primitivo dependia fundamentalmente da natureza para sua sobrevivência e utilizou-se principalmente das plantas medicinais para curar-se (Almeida, 2011).

O entendimento inicial desse vasto conhecimento era transmitido oralmente, tornando-se um tesouro cultural passado de geração em geração (Nascimento, 2008). Neste sentido, especula-se que a origem da etnobotânica é coincidente com o surgimento da própria espécie humana, ou melhor, com o início dos primeiros contatos entre esta espécie e o Reino Vegetal (Schultes e Reis 1995). Esta é uma noção de etnobotânica que a toma como algo próprio de uma cultura ou sociedade (Oliveira, *et al.* 2009).

O tema da Etnobotânica tem despertado o interesse de pesquisadores, organizações ligadas a agricultores, comunidades tradicionais e indígenas, instituições públicas e outros setores. De acordo com Oliveira, *et al.* (2009), torna-se essencial olhar para a trajetória da Etnobotânica a fim de entender o desenvolvimento da disciplina no Brasil e refletir sobre os rumos tomados pelos estudos na área, com uma maior ênfase no ponto de vista das ciências biológicas.

No caso do Brasil, e de outros países em desenvolvimento, a construção e a transformação da etnobotânica acontece em um cenário de diversidade cultural (envolvendo os conhecimentos e práticas de seus habitantes) e de diversidade biológica, que constituem um patrimônio de imenso valor potencial, incluindo plantas de interesse e potencial de mercado que podem ser possíveis fontes de geração de renda com sustentabilidade ambiental).

A etnobotânica é uma disciplina científica relativamente nova que não tem sido sistematizada e formalizada como outras ciências já estabelecidas (Hamilton *et al.* 2003). Em seu foco integrativo, tenta atender as dinâmicas do mundo moderno, ao tempo, que busca a valorização dos saberes dos povos tradicionais. Pode então ser definida como a

ciência responsável pelo estudo da relação existente entre o Homem e as Plantas, bem como permitir um melhor entendimento de como as pessoas pensam, conhecem e classificam as plantas e suas diferentes formas de utilização.

Plantas medicinais são aquelas que possuem tradição de uso em uma população ou comunidade e que são capazes de prevenir, aliviar ou curar enfermidades (Gadelha *et al.*, 2013). Também podem ser definidas como todo e qualquer vegetal que possui substâncias que podem ser utilizadas para fins terapêuticos, em um ou mais órgãos, bem como sejam precursores de fármacos semissintéticos (Veiga Junior; et al, 2005; OMS, 1998).

A origem do conhecimento do homem sobre as virtudes das plantas confunde-se com sua própria história. Certamente surgiu à medida que tentava suprir suas necessidades básicas, através das casualidades, tentativas e observações, conjunto de fatores que constituem o empirismo. O homem primitivo dependia fundamentalmente da natureza para sua sobrevivência e utilizou-se principalmente das plantas medicinais para curar-se (Almeida, 2011). Albuquerque e Lucena (2004), traz que a etnobotânica não possui uma estrutura conceitual estabelecida que defina seus métodos, entretanto, segundo os autores, ela se sustenta em conceitos antropológicos, botânicos e ecológicos.

O conhecimento tradicional é constantemente defrontado pelo saber científico moderno, este último necessita da estruturação lógico-metodológica, experimentação repetitiva e técnica, possibilidade de resultados similares em diferentes repetições, seus resultados fundamentam-se como universais.

O conhecimento tradicional não se baseia nestes pressupostos, baseia-se na percepção subjetiva dos órgãos dos sentidos acerca do mundo natural e sobrenatural; na transmissão histórica do saber não contestado como verdadeiro ou absoluto, uma vez que também é estado da arte, porém, passível de inovação. Não segue estrutura lógico-metodológica na sua construção, a comprovação de resultados não está relacionada à aplicação de testes de validação. Porém, esse conhecimento não é difuso perdendo-se em múltiplas possibilidades, é específico no que toca à matéria de que trata (Cunha, 2007). Já muito antes (no século XVII), no Nordeste do Brasil, os holandeses Guilherme Piso e Georg Marggraf, coletaram plantas e registraram usos conhecidos pelos nordestinos. (Albuquerque, 2002). A região Nordeste possui cerca de 33% das angiospermas que

ocorrem no Brasil presentes em quatro dos seis Domínios Fitogeográficos brasileiros (IBGE, 2021a; 2021b; Flora e Funga do Brasil, 2022), além de uma grande diversidade cultural (Anjos-Júnior, 1998; Matos e Rangel, 2014).

Dessa forma, atualmente, muitas plantas que nos rodeiam podem apresentar uma produção de substâncias químicas que podem atuar benéficamente sobre outros organismos ou agirem de forma tóxica. Para que o homem possa fazer uso de uma espécie, com segurança, é necessário que a mesma seja estudada do ponto de vista químico, farmacológico, toxicológico e etnológico, quando possível (Ritter *et al.* 2002).

Assim, este trabalho objetivou fazer um levantamento bibliográfico sobre a etnobotânica e suas aplicações, especialmente das plantas medicinais, com foco nas pesquisas realizadas no Nordeste brasileiro.

Metodologia

A pesquisa em questão constituiu-se num levantamento de publicações científicas relacionadas a etnobotânica. As bases de dados foram consultadas entre maio de 2024 à novembro de 2024. Os seguintes descritores foram utilizados com operadores booleanos (AND): “Etnobotânica” AND “cada Estado do Nordeste”, “conhecimento empírico” AND “plantas medicinais”, “caatinga”. Nas bases de dados foi adotado como critério de inclusão para a seleção dos artigos: trabalhos completos publicados em português ou inglês. Após a aplicação do critério de seleção, foram feitas as leituras dos títulos e dos resumos para identificar os estudos etnobotânicos cujo conteúdo envolveu o uso de plantas medicinais, e ocorreu na região do Nordeste brasileiro.

Apesar disto, o estudo versa sobre uma revisão bibliográfica não sistematizada. Para análise e síntese do material realizou-se uma leitura exploratória do material bibliográfico.

Após isso houve uma leitura seletiva, determinando assim o material mais pertinente ao tema do trabalho. Por fim, procedeu-se a leitura analítica a fim de sumarizar e hierarquizar as informações contidas nos periódicos e livros consultados, possibilitando assim, a obtenção de resposta ao problema da pesquisa.

Resultados e Discussão

A região Nordeste, com destaque na utilização de diferentes plantas, possui um conhecimento tradicional transmitido através das gerações. A diversidade de espécies vegetais na região Nordeste oferece uma ampla variedade de plantas utilizadas por diferentes grupos para o tratamento e prevenção de doenças (Araújo, 2023). Embora os estudos sobre plantas medicinais estejam em ascensão nas comunidades urbanas, a região Nordeste ainda carece de pesquisas mais aprofundadas nesse campo (Patrício *et al.*, 2022).

Notoriamente, o uso de plantas medicinais no Nordeste brasileiro é uma prática profundamente enraizada na cultura, principalmente entre a população economicamente carente.

Os estudos sobre plantas medicinais no Nordeste brasileiro revelam um panorama bem diversificado da utilização e conhecimento dessas plantas em diferentes estados da região, ao mesmo tempo em que se apresenta semelhança e distinções e isso deve ao fato da variação nas metodologias utilizadas e nos resultados obtidos, que juntos oferecem uma visão sobre a importância e os desafios do uso de plantas medicinais pelas comunidades do nordeste brasileiro.

A caatinga bioma predominante na região Nordeste, como uma fonte rica em biomoléculas ativas com potencial de estudo, dadas a sua extensão e características específicas (Moreira, 2023). Plantas medicinais com propriedades analgésicas, anti-inflamatórias e hipoglicemiantes são encontradas na região, representando um recurso valioso para a população local (Zardinello *et al.* 2023).

Santos e Amorim (2021) fizeram uma compilação de dados publicados anteriormente que tratavam de plantas medicinais no estado do Maranhão, ao todo os autores trazem uma listagem de 136 espécies de plantas conhecidas e utilizadas como medicinais no estado. Destas as mais citadas foram *Hymenaea courbaril* L. (jatobá), *Aloe vera* (L.) Burm. (babosa), *Bowdichia virgilioides* Kunth (sucupira).

Em um levantamento feito por Silva e Freire (2010) para o Rio Grande do Norte, foi listado 87 plantas nativas e exóticas, e a mais citada entre elas, pela população foi a *Mimosa tenuiflora* (Jurema), seguida por *Amburana cearensis* (cumaru) e *Cenostigma pyramidale* (Tul.) E. Gagnon & G. P. Lewis (catingueira).

Em uma pesquisa realizada por Rodrigues e Andrade (2014), para o estado de Pernambuco foi citada 155 espécies, das quais, as mais citadas pela população local foram *Mentha villosa* (hortelã da folha miúda), *Cymbopogon citratus* (capim santo), *Chaenopodium ambrosioides* (mastruz).

Santos *et al.* (2018) realizaram entrevistas com moradores da comunidade da Brenha, município de Redenção no Ceará e listaram 27 espécies de plantas medicinais, as plantas mais citadas pelos entrevistados foram: *Mentha sp.* (hortelã.), *Plectranthus amboinicus* (malvarisco), *Cymbopogon citratus* (capim santo).

Araújo e Lemos (2015), realizaram estudo sobre o uso de plantas medicinais pelos moradores da comunidade Curral Velho, município de Luís Correia, norte do Piauí, onde registraram 62 plantas citadas pela comunidade, entre elas, as que obtiveram maior número de citações foram *Lippia alba* (Mill.) N.E. Br. ex Britton & P. Wilson (erva-cidreira), *Plectranthus amboinicus* (malva) e *Plectranthus barbatus* (boldo).

Em Alagoas, o estudo foi realizado na comunidade Lopes, localizada em uma área rural do município de Canapi, alto sertão alagoano, por Dantas e Torres (2019), onde os pesquisadores registraram 21 espécies de plantas medicinais, utilizadas e indicadas pelos indivíduos. Destas, foi possível perceber que algumas das plantas medicinais tendem a ser utilizadas com mais frequência pelos indivíduos, como por exemplo a *Mentha spicata* L. (hortelã), *Chenopodium ambrosioides* (mastruz), e *Eucalyptus globulus* Labill. (eucalipto).

Na Bahia, foi realizando um estudo na Comunidade Remanescente de Quilombo Salamina, está localizada na foz do rio Paraguaçu, município de Maragogipe, o qual está inserido na bacia do Recôncavo, neste estudo, foram registradas 126 etnoespécies de plantas úteis. Dentre as espécies mais citadas estão o *Cymbopogon citratus* (capim santo), *Lippia alba* (erva-cidreira); *Eugenia uniflora* (pitanga).

Costa e Marinho (2016) realizaram um levantamento etnobotânico sobre a utilização de plantas medicinais no município de Picuí, Seridó Oriental, estado da Paraíba, onde os autores registraram 48 espécies de plantas medicinais, sendo as mais citadas *Vernonia condensata* Baker (boldo) e *Lippia alba* (erva cidreira).

Caetano *et al.* (2015), fizeram um estudo município de Lagarto, estado de Sergipe, onde levantaram 74 plantas medicinais usadas pelas comunidades locais, entre estas, as

mais citadas foram a *Lippia alba* (Erva-Cidreira), *Plectranthus barbatus* Andr. (Boldo), e *Cymbopogon citratus* (D.C.) (Capim Santo).

Ao analisar os dados estudados pelos autores mencionados nos diferentes Estados da região Nordeste do Brasil, percebe-se que algumas espécies se repetem e por isso podem ser consideradas comuns para essa região, das quais se destacam o *Cymbopogon citratus* (D.C.) (Capim Santo) citado nos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Sergipe, seguido por *Lippia alba* (erva cidreira) citadas nos estudos da Bahia, Paraíba, Piauí e Sergipe, seguidos de *Plectranthus barbatus* Andr. (Boldo), citados nos estados, Paraíba, Piauí e Sergipe. Isso nos leva a perceber que embora exista muita coisa em comum nos estados da região Nordeste, cada um, e até mesmo cada comunidade tem seus hábitos, culturas e costumes diferentes e únicos, o que nos leva a querer entender e estudar as valiosas informações etnobotânicas adquiridas a partir das comunidades tradicionais.

Considerações finais

As sociedades tradicionais têm sido, significativamente influenciadas pela medicina ancestral, que desempenha um papel relevante em suas práticas de cuidado à saúde. No entanto, algumas doenças podem ser vistas como sendo curáveis tanto por médicos quanto por outros especialistas, como por exemplo, benzedeiras ou pajés, sendo que o paciente doente pode aceitar a explicação da medicina ortodoxa e dos especialistas culturalmente mais próximos, seguindo as prescrições de ambos.

A etnobotânica surge como uma disciplina de extrema importância, configurando-se como um campo promissor na identificação de compostos bioativos que podem fundamentar novas abordagens terapêuticas para diversas enfermidades a partir do conhecimento empírico pode-se chegar mais facilmente ao conhecimento científico. Além disso, este ramo do conhecimento contribui para o desenvolvimento de estratégias de conservação ambiental, preservação cultural e fortalecimento de práticas religiosas tradicionais.

Os dados evidenciam as diversidades ecológicas e culturais entre os estados do Nordeste brasileiro, destacando a riqueza única que cada comunidade detém. Assim, torna-se essencial aprofundar os estudos sobre as interações entre essas comunidades e as plantas medicinais, de modo a promover um entendimento mais integrado e sustentável das práticas locais.

Referências Bibliográficas

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discensis/index>
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522

ALBUQUERQUE, U. P. **Introdução à Etnobotânica**. Recife: Bagaço, 87p. , 2002

ALBUQUERQUE, U.P.; ANDRADE, L.H.C. Conhecimento botânico tradicional e conservação em uma área de caatinga no estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil **Acta Botanica Brasílica**, v.16, n.3, p.273-85, 2002.

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P. (Org.). **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. NUPEEA/Livro Rápido, 2004.

ANJOS-JÚNIOR, M. Quinze notas sobre identidade cultural no Nordeste do Brasil globalizado. **Cadernos de Estudos Sociais** 14(1):5-16. 1998.

ARAUJO, J. L.; LEMOS, J. R. Estudo etnobotânico sobre plantas medicinais na comunidade de Curral Velho, Luís Correia, Piauí, Brasil. **Biotemas**, 28 (2): 125-136, 2015,

CAETANO, N.L.B., FERREIRA, T.F., REIS, M.R.O., NEO, G.G.A., CARVALHO, A.A. Plantas medicinais utilizadas pela população do município de Lagarto- SE, Brasil – ênfase em pacientes oncológicos. **Rev. Bras. Pl. Med.**, Campinas, v.17, n.4, supl. I, p.748-756, 2015.

COSTA, J.C.; MARINHO, M.G.V. Etnobotânica de plantas medicinais em duas comunidades do município de Picuí, Paraíba, Brasil. **Rev. Bras. Pl. Med.**, Campinas, v.18, n.1, p.125-134, 2016.

DANTAS, J. I. M. Y A. M. TORRES. Abordagem etnobotânica de plantas medicinais em uma comunidade rural do sertão alagoano. **Diversitas Journal** 4(1):39-48.2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331416356_Abordagem_etnobotanica_d_e_plantas_medicinais_em_uma_comunidade_rural_do_sertao_alagoano [accessed Nov 27 2024].

FRANCO, F.; LAMANO-FERREIRA, A.P.N.; LAMANO-FERREIRA, M. Etnobotânica: aspectos históricos e aplicativos desta ciência. **Caderno de Cultura e Ciência, Universidade Regional do Cariri – URCA**, Ano VI, v.10 , n.2, dez, 2011

FLORA E FUNGA DO BRASIL. 2022. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/reflora/PrincipalUC/PrincipalUC.dom>(verificado em 14 de outubro de 2023).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2010. Cidades e Estados. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html> (verificado em 20 de agosto de 2021).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2021. Brasil em síntese. Disponível em: <https://>

brasilemsintese.ibge.gov.br/ (verificado em 16 de agosto de 2021).

LISBOA, M. S., A. S. PINTO, P. A. BARRETO, Y. J. RAMOS, M. Q. O. R. Silva, M. C. Caputo y M. Z. Almeida. 2017. Estudo etnobotânico em comunidade quilombola Salamina/Putumujú em Maragogipe, Bahia. **Fitos** 11(1):48-61. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320025357_Estudo_etnobotanico_em_comunidade_quilombola_SalaminaPutumuju_em_Maragogipe_Bahia [accessed Nov 27 2024].

MONTEIRO, V. R., MELO, F. M., & BELL, V.. Aconselhamento farmacêutico em homeopatia. **Acta Farmacêutica Portuguesa**, 10(2), 3-16. 2021.

MOREIRA, G. D. C. Plantas medicinais do cerrado utilizadas pela comunidade quilombola Mimbó, Amarante, Piauí. Dissertação (Mestrado em Conservação de Recursos Naturais do Cerrado) - Instituto Federal Goiano, Campus Urutaí, 2023.

OLIVEIRA, F.C.; ALBUQUERQUE, U. P.; FONSECA-KRUEL , V. S.; HANAZAK, N. Avanços nas pesquisas etnobotânicas no Brasil. **Acta bot. bras.** 23(2): 590-605. 2009.

PATRÍCIO. K. P. MINATO, A. C. S BROLIO, A. F.; LOPES, M. A.; BARROS, G.R.; MORAES, V.; BARBOSA, G. C. O uso de plantas medicinais na atenção primária à saúde: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, 27(2):677-686, 2022.

RITTER, M. R.; SOBIERAJSKI, G. R.; SCHENKEL, E. P.; MENTZ, L. A. Plantas usadas como medicinais no município de Ipê, RS, Brasil : **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v 12 n. 2, p 51-62, 2002.

RODRIGUES, A.P.;; ANDRADE, L.H.C. Levantamento etnobotânico das plantas medicinais utilizadas pela comunidade de Inhamã, Pernambuco, Nordeste do Brasil. **Rev. Bras. Pl. Med.**, Campinas, v.16, n.3, supl. I, p.721-730, 2014.

SANTOS, J. A.; AMORIM, A. N. Etnobotânica das plantas medicinais comercializadas no Maranhão. **Rev Bras Plantas Med / Braz J Med Plants**, 23:231-242. 2021.

SANTOS, L. S. N.; SALLES, M. G.F.; PINTO, C.DE M.; PINTO, O. R. O. RODRIGUES, I. C. S. O saber etnobotânico sobre plantas medicinais na comunidade da Brenha, Redenção, Ceará. **Agrarian Academy**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.5, n.9; p. 4 0 9 2018.

SILVA, A.J.R.; ANDRADE, L.H.C. Etnobotânica nordestina: estudo comparativo da relação entre comunidades e vegetação na Zona do Litoral - Mata do Estado de Pernambuco, Brasil. **Acta Botanica Brasílica**, v.19, n.1, p.45-60, 2004.

SILVA, T.S.; FREIRE, E.M.X. Abordagem etnobotânica sobre plantas medicinais citadas por populações do entorno de uma unidade de conservação da caatinga do Rio Grande do Norte, Brasil. **Rev. Bras. Pl. Med.**, Botucatu, v.12, n.4, p.427-435, 2010.

TEIXEIRA, S.A.; MELO, J.I.M. Plantas medicinais utilizadas no município de Jupi, Pernambuco, Brasil. **Iheringia, Série Botânica**, v.6, n.1-2, p.5-11, 2006.

ZARDINELLO, M. E., SIEBENEICHLER, A. P., SCUSEL, C., DELIBERAL, E. J., BUDKE, R. B., & SARTORETTO, L. M. Uso das plantas medicinais. **Anais da Feira de Ciência, Tecnologia, Arte e Cultura do Instituto Federal Catarinense do Campus Concórdia**, 6(1), 66- 66. 2023.

IMPACTOS DO FECHAMENTO DE ESCOLA NO CAMPO EM IRECÊ- BA: ESTUDO DE CASO DA TRANSFERÊNCIA DE ESTUDANTES PARA OUTRO MUNICÍPIO

Jaildes Andrade Barreto Rosendo
Rosa Maria da Silva
Maria Dorath Bento Sodré
Ivania Batista de Oliveira

RESUMO

O artigo apresenta a análise sobre a ação da política pública no município de Irecê com o fechamento de escola no campo que tem levado famílias a matricular seus filhos em outro município. Essa situação diferenciada, considerada como uma reação e organização das famílias, contra a decisão da Secretaria de Educação. Buscar entender essa reação e seus impactos destacando informações como: insatisfação com o deslocamento, percurso longo até suas casas, a não adaptação dos estudantes na nova escola com a jornada ampliada. O objetivo desse artigo é analisar essa situação ocorrida, problematizando a partir da proposta da Educação do Campo, para contribuir com a superação dos limites das políticas públicas para as populações que vivem, trabalham e estudam no campo, em especial a comunidade Quilombola no Campo do município de Irecê-Ba. Essa pesquisa é um estudo de caso, por apresentar características específicas de um fenômeno social, em que as famílias se recusam a manter seus filhos na escola da sede do município, na qual utilizou como instrumento metodológico, análise documental. O direito à educação dos povos do campo não pode ser assegurado apenas com o transporte escolar, pois esse tem sido utilizado para o fechamento de escolas no campo, gerando impactos como: negação das origens históricas, culturais e socioeconômicas da população do campo, fragilidade no processo de oferta da educação, desconhecimento da formação dos filhos destas famílias da comunidade, redução de número de estudantes no município de origem destes estudantes, perda de receita para a educação. A reação destas famílias levanta a necessidade de cumprir as propostas da Educação do Campo para atender as condições de vida no campo com formação escolar de qualidade, respeitando seu contexto.

Palavras-chave: Políticas públicas de Educação do Campo, fechamento de Escolas no Campo, Transporte Escolar.

ABSTRACT

The article presents the analysis of the action of public policy in the municipality of Irecê with the closure of schools in the countryside. Thus, families are forced to take their children out of the municipality's school and enroll in schools in another municipality. This differentiated situation presents a form of reaction and organization of families, against the decision of the Department of Education. Seeking to understand this reaction and its impacts involves listening to these families who bring dissatisfaction with the commute, long journey home, the non-adaptation of students to the new school with the extended workday. The objective of this article is to analyze this situation that occurred, problematizing from the proposal of Rural Education, to contribute to overcoming the limits of public policies for the populations that live, work and study in the countryside, especially the Quilombola community in the Countryside of the municipality of Irecê-Ba. This research is a case study, as it presents specific characteristics of a social phenomenon, in which families refuse to keep their children in the school of the municipality, in which it used documentary analysis as a methodological instrument. The right to education of rural peoples cannot be ensured only with school transportation, as this has been used to close schools in the countryside, generating impacts such as: denial of the historical, cultural and socioeconomic origins of the rural population, fragility in the process of offering education, lack of knowledge of the education of the children of these families in the community, reduction in the number of students in the municipality of origin of these students, loss of revenue for education. The reaction of these families raises the need to comply with the proposals of Rural Education to meet the living conditions in the countryside with quality school education, respecting their context.

Keywords: Public Policies for Rural Education, Closing of Rural Schools, School Transportation.

INTRODUÇÃO

As Constituições Federais de 1824 e 1891, não citam em seus textos a Educação Rural, termo que era designado à Educação do Campo até a primeira Conferência da Educação Básica do Campo, realizada em 1990. Porém, somente a partir da década de 1930 que pode ser observada uma preocupação com a Educação Campesina no Brasil. Estes fatos mostram que precisou ser travada uma luta árdua para fazer valer os direitos da população do campo de ter acesso à Educação, e educação de qualidade, de acordo com sua cultura, suas especificidades. Não apenas pela necessidade dos latifundiários ou nos moldes da educação urbana.

Nos dias atuais, enfrenta-se um retrocesso nesse processo de lutas e direitos garantidos, com o fechamento de escolas do campo. Dados do INEP indicam que de 1997 a 2018 foram fechadas mais de oitenta mil escolas no território do Campo. Essa transposição de alunos para outras localidades acontece sob a alegação de falta de verba ou de clientela suficiente. Porém o que se vê é uma negação dos direitos dessa população, a desvalorização da cultura de cada comunidade, pois embora estejam ainda no território do campo, cada uma dessas comunidades tem sua história, seus costumes, que acabam sendo desconsiderados e ainda o desgaste que o deslocamento causa a estas crianças.

Partindo deste pressuposto, a temática abordada no presente artigo é resultado da necessidade de se discutir as políticas públicas para a Educação do Campo, partindo do seu processo histórico marcado pela luta dos trabalhadores do Campo, chegando ao cenário atual de retrocesso com o fechamento de escolas campesinas no Brasil, com ênfase no cenário baiano, região de Irecê. De acordo a LDB (Lei nº 9.394/96, a Educação do Campo, conta hoje com amparo legal conforme art. 28) que estabelece o direito da população rural a um sistema de ensino adequado às suas peculiaridades regionais e de vida.

Isso garante o direito dos estudantes que foram retirados da sua comunidade, fazendo transposição para uma escola urbana, o que faz refletir sobre os problemas gerados à população do campo com a retirada dos estudantes de sua comunidade para estudar em escola na cidade. Faz-se necessário refletir as políticas de Educação do Campo dentro do currículo e investigar com os dados coletados.

Esse trabalho, trata-se de um estudo de caso realizado na escola Quilombola do/no campo no município de Irecê, tem como objetivo analisar os aspectos legais que compõem a história da Educação do Campo e os sujeitos envolvidos. Para isso faz-se necessário análise dos documentos normativos da Educação do Campo, tais como: Referencial Curricular, PPP das escolas e Regimento.

A Educação do Campo desse município teve um fortalecimento significativo, a partir do ano de dois mil e dezessete, com o início dos projetos identidade das comunidades que compõe o Campo. Foi inserido nos documentos educacionais, as conquistas e mudanças com esse movimento que trouxe visibilidade para as políticas e valorização dos sujeitos. Dessa forma, com o resgate da cultura e identidade, fluiu um sentimento de pertencimento e fortalecimento das comunidades.

Sabe-se que a Educação do Campo se originou a partir das lutas dos movimentos sociais por uma educação de qualidade e que lhes é de direito. As mudanças de pastas e falta de investimentos por parte dos representantes governamentais, fez com que essa modalidade se enfraquecesse, ocasionando no fechamento de escolas e transportando os sujeitos do seu lugar de origem para outras localidades, tirando-lhes direitos adquiridos e causando muitos transtornos e perdas, principalmente na construção de identidade, tendo a prática educativa distorcida do que realmente esse povo necessita, ou seja, um ensino vinculado às peculiaridades dessas comunidades. Pois segundo Caldart:

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas” (CALDART, 2012 p. 259).

Sendo assim, esse artigo está pautado na importância de reconhecimento e cumprimento das políticas públicas da Educação do Campo, suas legislações, e também, sobre a história do povo camponês no contexto da educação, resgatando e percebendo a contribuição desse povo, principalmente, dos movimentos sociais, para o crescimento da Educação do Campo de qualidade em nossas comunidades.

A problematização deste estudo está circunscrita no contexto de fechamento da Escola Quilombola que trouxe vários danos para estudantes e suas famílias, negando direitos do povo do Campo, desvalorizando, descumprindo as políticas públicas

existentes. A escola foi fechada, estudantes foram deslocados da sua comunidade local, fazendo a transposição para escolas de comunidades vizinhas, o descaso com as políticas públicas da educação do Campo tem nos incomodado, diante de acontecimentos no que se refere à perda de direitos dos sujeitos do Campo.

Tem como questão problema discutir quais as consequências do fechamento da Escola Quilombola, pelo não cumprimento das políticas públicas de Educação do Campo em Irecê-Ba? O que se estabeleceu como objetivo geral compreender situações geradas e sua relação com o fechamento da escola quilombola em Irecê-Ba.

Ao refletir a educação no campo a partir da política educacional da Educação do Campo num contexto de fechamento de escolas no campo evidencia a importância de defender e fortalecer as políticas públicas existentes e lutar para que novas sejam criadas.

PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

O processo histórico da Educação no Campo do Brasil considerava que os trabalhadores do campo não necessitavam do ensino ofertado na escola. Somente a partir do avanço das práticas agrícolas, e com o êxodo rural, tornou-se necessário que os trabalhadores fossem escolarizados, trazendo a leitura e escrita e a matemática.

Outro fator que fez com que a Educação no Campo fosse cogitada, foi utilizá-la como estratégia para conter a migração rural, a grande oferta de emprego no mercado de trabalho urbano possibilitou que os trabalhadores camponeses migrassem para os centros urbanos, isto foi considerado pelos grupos dominantes como uma ameaça, assim, uniram-se forças em um compromisso com a nova ordem econômica do capital, pensou-se na educação “rural” como um instrumento para manter o homem do campo no campo e, para garantir que a agricultura continuasse crescendo economicamente.

Dentro deste cenário surge o “ruralismo pedagógico” que consistiu em um ensino voltado para os aspectos do campo, tendo suas atividades ligadas ao trabalho camponês, para que assim, as populações desse espaço compreendessem que poderiam retirar seu sustento da terra, não tendo necessidade de abandoná-la para viver nas cidades.

Esses pontos abordados, pelo ruralismo pedagógico veio se perpetuando a partir dos movimentos que ocorreram na década de 1930, com o desejo de

“renovar” a educação, chamado de “escola nova”, esse por sua vez veio com um ideário de que aliando a “prática” e “experiência”, o educando viria ser conduzido a revelar o seu potencial.

Com essa finalidade, foi pensada uma escola que atendesse as especificidades rurais a qual o educando iria aprender ler e escrever e ao mesmo tempo iria entrar em contato com as especificidades do meio, ao qual estava inserido no Campo, com o curso normal rural. (BEZERRA, 2017)

Quando na realidade, a Educação do Campo, defendida pelos movimentos sociais organizados, é processo formativo humanizado e emancipado, pautado na materialidade de vida dos trabalhadores do campo, nas questões do trabalho e da cultura. Por isso, é necessário contextualizar a escola, e não a tomar como objeto de análise isolado. Cabe pensar até que ponto as políticas públicas traduzem essa concepção de Educação do Campo.

FUNDAMENTAÇÃO TEORICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Nos últimos anos temos nos envolvido em amplas discussões sobre questões relevantes ao campo e à educação realizada nesse contexto, sempre com muita mobilização dos educadores/pesquisadores e dos movimentos sociais do campo, grandes responsáveis por fazer com que muitas propostas político-pedagógicas ganhem corpo nas instâncias públicas, traduzindo-se em princípios e normas orientadoras da organização e funcionamento da educação do campo, que ajudam a compor o quadro das políticas públicas para o Campo.

A luta pela reforma agrária impulsionou a definição de algumas políticas públicas para o campo, e associada em grande medida, a uma política de Educação do Campo. Esta é uma questão importante a ser demarcada para melhor compreendermos a Educação do Campo e seus desafios.

A base dessas reflexões está na compreensão de que o campo é um espaço de disputas, de forças e lutas, como expressão da oposição de classes que o caracteriza. Portanto, o Atlas do Espaço Rural Brasileiro, lançado pelo IBGE (BRASIL, 2012), retrata a complexa realidade territorial do campo brasileiro, pois o processo de modernização da agropecuária incorporou investimentos em capital intelectual, técnicas de irrigação, uso de sementes certificadas e transgênicas, transferências de embriões, entre outros.

Enquanto isso, pequenos proprietários rurais continuam analfabetos ou sabem ler e escrever sem terem frequentado a escola (39% dos que administram diretamente 3,9 milhões de estabelecimentos agropecuários) e 43% não completaram o ensino fundamental. Além disso, não dispõem de tecnologias e técnicas modernas de produção. Observa-se que riqueza e pobreza é síntese de um mesmo processo social, ou da unidade entre campo e cidade, como fruto da desigualdade social que se preserva inabalada diante das políticas públicas.

A violência e a criminalização dos movimentos sociais organizados são evidências das lutas de classes no campo. Do lado do capital, a concentração de terras, a produção de valor, o monopólio da produção por parte de grandes grupos financeiros globalizados. Do lado do trabalho, a exploração, o desemprego e subemprego e algumas formas organizadas de luta e resistência.

As Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo promulgadas em 2002 instituiu a Educação do Campo na legislação educacional brasileira em sua integridade de proposta e com reconhecimento da sua especificidade. O campo nesta legislação passou a existir como espaço de política pública educacional a partir do que define seus sujeitos, essa novidade do povo dizer ao Estado como quer ser educado faz com que se defina a Educação do Campo como um fenômeno na educação brasileira. Estas diretrizes definem a identidade da escola do campo:

[...] pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País. (BRASIL, 2002, p.37).

O artigo 6º da Resolução 01/2002 determina que o Poder Público proporcione Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais e garanta condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico.

Apesar de ser apontada como um avanço pelo fato de colocar a Educação do Campo na agenda nacional, a Resolução 01/2002 (BRASIL, 2002), reflete as contradições inerentes à política educacional de nosso país, não se configurando, de fato, como algo transformador, tal como almejado pelos movimentos sociais do campo. Os princípios

pedagógicos constantes dessas diretrizes são abertos, embora apresentem certa inflexibilidade no tocante à questão da sustentabilidade, uma vez que praticamente condicionam o funcionamento da escola à proposta de desenvolvimento sustentável para o campo.

FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO

A Escola analisada no campo em Irecê-Bahia está a uma distância de doze quilômetros da sede. A escola foi fundada em 1979 e atualmente, seu nome é em homenagem a um senhor morador da comunidade, que se sensibilizou com o alto índice de analfabetismo e recorreu aos políticos para que fosse construída a primeira sala de aula, o que foi ampliando com o passar dos anos, até que construísse a escola. Como está inserida em uma comunidade Quilombola, passou a se chamar Escola Quilombola, a que atualmente com quase cinco décadas. A mesma cumpre um papel social que vai além da alfabetização.

Desde sua fundação, sua história é marcada pela participação ativa da comunidade na qual está inserida, buscando manter a cultura e identidade local, onde maior parte dos funcionários são filhos da comunidade e também estudaram nela. A mesma recebe crianças da comunidade e também de outras comunidades próximas, funcionando duas turmas multianos da seguinte forma: educação infantil, anos III, IV e V - Infância I, anos I, II e III da infância II e anos I e II da pré-adolescência.

Ao final de dois mil e vinte dois, a comunidade escolar foi surpreendida com o aviso por parte do secretário e parte da equipe pedagógica da secretaria de Educação, sobre o fechamento da escola, com a argumentação do quantitativo de alunos ser baixo e as formas de organização multisseriadas/multianos das turmas estavam ocasionando prejuízo na aprendizagem dos alunos.

Morar e estudar no mesmo local que reside é um privilégio tanto para os alunos, quanto para os familiares, manter suas culturas, amizades, vínculo de afetividade com os colegas e professores, o conforto, tudo isso são benefícios para os alunos que vivem e estudam no mesmo local. O que, com o fechamento da escola provocou impactos socioculturais e econômicos, gerados na vida do povo do campo, pois a comunidade fica

fragilizada, uma vez que, quando isso acontece, “a articulação dos moradores em projetos comuns que assegurem seus direitos fica comprometida”.

A desativação da escola é um retrocesso em meio às conquistas no âmbito educacional, pois cada instituição de ensino a menos, tira-se da população um patrimônio cultural e uma referência local. A comunidade enfraquece, porque não é só ambiente de estudo, mas também onde são discutidos assuntos relativos aos interesses da coletividade da região. Portanto, é ponto de articulação comunitária, além de ser espaço idealizado para a preservação da memória daquele povo.

As crianças perdem a escola que é próxima à sua casa, e são obrigadas a estudar em outras, impedindo o convívio mais próximo que possuíam com os colegas. Outro fator observado, é que essa mudança afeta os pais, pois dificulta a participação deles na vida escolar dos filhos, devido à distância de suas casas, prejudicando o acesso a reuniões de pais e mestres, por exemplo.

Além disso, a falta da escola no povoado modifica a rotina, uma vez que agora os pais passam a se preocupar também com a locomoção de seus filhos, e a dificuldade de frequência deles em reuniões, pois a estrada de acesso à escola urbana, quando chove, fica impossibilitada a passagem, devido ao grande acúmulo de água, o que impacta no acompanhamento da vida estudantil dos seus filhos.

A população se entristece em vê um bem cultural local se fechando/acabando, sem resistir, pois em alguns casos não há aviso prévio e, após o fechamento, é muito difícil conseguir a reabertura. Isso mostra o real sentido da escola numa comunidade, um espaço que vai além do alfabetizar, um espaço que se configura enquanto espaço de vida, de fortalecimento, de vínculos entre a escola, famílias e comunidade. Percebe-se que a justificativa dada pelo gestor municipal é a falta de alunos e a forma de organização das turmas.

No entanto, as pesquisas apontam que ao longo dos últimos anos, é observado o acelerado processo de fechamento das escolas do campo. Quando se compara as regiões brasileiras, os dados apontados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) sinalizam que o fechamento é ainda mais acelerado na região Nordeste, território em que somente no ano de 2019 foram fechadas mais de 29 mil escolas do campo (INEP, 2019). Essa situação se torna ainda mais grave, quando se faz

um paralelo com o analfabetismo na região, que chega a 13,9%, sendo a maior taxa entre as regiões brasileiras (IBGE, 2019).

Esses dados demonstram que existem várias lacunas referentes às políticas públicas voltadas para os sujeitos do campo; percebe-se, assim, que a educação, ainda que seja um direito garantido na Constituição Federal (BRASIL, 1988), não vem se efetivando de forma satisfatória no contexto camponês.

O que se observa é que, ao implementar a política de fechamento das escolas do campo, é reforçada a lógica elitista que relega a Educação do Campo a planos inferiores, a partir da crença de que os camponeses não precisam de estudos, de aprofundamento intelectual (Leite, 1999). Essa lógica é historicamente refletida na precarização das condições de infraestrutura, transporte, materiais didáticos para a educação do campo (Luther, Gerhardt, 2018). Sendo, portanto, o fechamento das escolas a culminância desse projeto de precarização, que aprofunda ainda mais as desigualdades educacionais existentes entre o campo e cidade, levando a uma série de consequências tanto na dimensão social quanto econômica.

Em resposta a essa estratégia de precarização e fechamento das escolas do campo, setores da sociedade civil têm se organizado para denunciar essas ações e, ao mesmo tempo, propor a concretização das políticas voltadas para o fortalecimento da Educação do Campo. Dentre essas articulações, uma das principais foi o movimento nacional por uma educação do campo que surgiu a partir do movimento nacional por uma Educação do Campo, uma articulação de organizações e movimentos sociais que ganha força no final da década de 1990, tendo como principal pauta a luta pela educação do/no campo (Arroyo, Caldart, Molina, 2008).

Apesar de avanços significativos, existem muitos desafios acerca das estruturas que mantêm a lógica de precarização da educação no território camponês, ainda pautada em moldes que cerceiam os direitos dos camponeses a uma educação contextualizada e libertadora. O desmonte de vários direitos dos povos do campo foi uma prática recorrente nos últimos anos. Com o intuito de diminuir o fechamento de escolas do campo, o governo brasileiro criou em 2014 a lei 12.960 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que determina no Art. 28:

Oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural, (BRASIL, 1996).

A LDB 9394/96, de inspiração liberal, apontou para a educação do campo uma natureza própria, na qual, a vida do campo se fizesse presente em sua diversidade cultural e estabeleceu o respeito às regionalidades e formas de trabalho presente no campo, pois os indivíduos vivem em meio à cotidianidade do presente, cuja existência já se encontra dada e estabelecida historicamente na sociedade. Nela, se tem presente a expressão da garantia de respeito às peculiaridades de trabalho e de vida do campo nas suas múltiplas dimensões e regionalidades e aponta para um currículo, metodologia, organização e calendário escolar adequados a cada situação vivenciada pelos sujeitos em seus respectivos territórios.

Confirmando que o município de Irecê deixa de cumprir o que é de direito, como assegura a LDB nº 9394/96 com o acréscimo do parágrafo único, estabelecendo que para o fechamento das escolas do campo é preciso ter o consentimento da comunidade, um diagnóstico precedido pelo respectivo sistema de ensino, e o consentimento de órgãos normativos, a exemplo do Conselho Municipal de Educação.

É nessa perspectiva que se propõe refletir acerca da situação em questão, a partir da análise do papel organizacional da sociedade civil na luta contra o fechamento das escolas do campo da cidade de Irecê/Ba, onde a partir do ano de 2020, vem ocorrendo o fechamento das escolas do campo, um fator que vem se agravando e enfraquecendo cada vez mais as políticas públicas para essa modalidade de ensino, provocando um certo esvaziamento das comunidades rurais.

No ano de dois mil e vinte e três, com o fechamento da escola, foi feito a transferência de quinze estudantes para uma escola da sede do município, a doze quilômetros de distância do povoado. Esses estudantes variam entre seis a dez anos de idade. Desses, oito pediram transferência para escolas de outro município, o qual fica mais próximo de suas residências.

A dificuldade de adaptação, a jornada ampliada (período de oito horas dentro da escola, com atividades pedagógicas, incluindo ambientes de aprendizagem), e o não cumprimento das propostas e dos benefícios oferecidos na nova instituição. Tais fatores ocasionaram às famílias pedirem transferências dos seus filhos para escolas de outro município vizinho, a exemplo, transferências para a cidade de Presidente Dutra-Bahia. Onde o percurso é menor, de apenas dois quilômetros e meio, e o gestor municipal garantiu o transporte para os alunos com segurança e comodidade.

INCANSÁVEIS LUTAS: ANÁLISE A PARTIR DA METODOLOGIA DE ESTUDO DE CASO

A presente pesquisa é construída a partir da abordagem qualitativa, e de caráter reflexivo, em uma comunidade quilombola, onde a escola é vista como referência, segurança e ponto de apoio para seus filhos, pois perpassa por aspectos subjetivos que não podem ser quantificados, considerando que a significação dos fatos, das emoções dos sujeitos, de seus comportamentos, do seu contexto, dos seus princípios e no que acreditam. É que fez com que fosse estudado esse caso do fechamento da escola do Campo de Irecê, bem como a transferência dos estudantes para outra escola urbana.

Com a escola em funcionamento, as crianças estavam bem mais próximos dos olhos dos familiares, mais perto de casa, agora estão longe. Muitos deles foram separados, e o percurso é muito distante, muito tempo dentro do ônibus até chegar à escola, e na volta, o ônibus passa por vários Bairros entregando alunos, e até chegar nas casas, demora muito. Perde-se muita aula quando chove, quando tinha a escola na comunidade não existia esses problemas.

A Secretaria de Educação de Irecê-Ba fechou o ensino dos anos iniciais, transportando os estudantes para uma escola urbana, quando na política de Educação do Campo, não se podem fechar escolas do Campo. Nesses dois últimos anos, fecharam muitas escolas em diferentes comunidades do Campo em Irecê, nos quais, a escola era a única referência.

Dessa forma, o procedimento: estudo de caso, da Escola Municipal Quilombola, com essa transposição dos estudantes, e análise documental: currículo, PPP, política

pública para a educação do campo, dados obtidos na comunidade e na escola urbana Municipal para onde foram transferidas pelo município.

O município de Irecê perde com isso, pois, perdendo estudantes, para outro município, afeta direto na receita do município em estudo, sem falar que deixa de cumprir as políticas públicas que asseguram esses sujeitos do Campo, pertencentes a uma comunidade quilombola.

Partindo dos dados adquiridos, o desejo é que sejam analisados em sua totalidade, na maioria dos casos, pois o que se valoriza, de fato, é o que o ser humano deve ser considerado em todas as suas dimensões e possibilidades, sobretudo, na valorização da sua cultura e identidade.

O estudo trata-se de uma pesquisa de caráter reflexivo, fazendo análises de documentos normativos sobre as políticas públicas de educação do campo e um olhar da população/famílias, sobre os acontecimentos das perdas de direitos a partir das mudanças.

Os dados documentais apontam que as famílias decidiram retirar os filhos da escola em Irecê para onde foram transferidos após o fechamento da Escola de Campo. Se consideramos o número é pequeno no contexto dos estudantes da rede municipal, porém se considerar a atitude das famílias é preocupante para atender o propósito da educação brasileira conforme se estabelece na constituição.

A decisão das famílias é uma atitude individual, porem ao compreender seus motivos de fazer essa retirada é uma reação política ante os interesses da população do campo. O que reconhecemos nessa reação individual é a permanência de várias atitudes que os moradores do campo tiveram historicamente para ter direito a escola: andavam quilômetros a pé para estudar em escolas na sede porque não tinham em suas comunidades ou mesmo como foi informado na história da criação da Escola estudada, os moradores doavam o terreno, a casa para conseguirem implicar o poder público na construção de escolas no campo para sua população.

A que se refletir se depois de instituída a Educação do Campo na política educacional brasileira porque situações e reações como está ainda se faz realidade? Por que o acesso a educação ainda é tão desfavorável para os moradores do campo? Por que o direito a educação ainda é tão parco para os pobres, do campo, quilombolas? Ou

compreendemos como direito ou muito longe a educação fica de alcançar seus propósitos e mais desigual o Brasil, Irecê se torna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver esse projeto não foi fácil, quando se trata do fechamento de escolas do Campo. Foram muitas as perguntas, à forma como podemos contribuir para melhorias das políticas públicas e como fazer se cumprir. Essa prática tem revelado descumprimento de direitos aos moradores do campo, desrespeitando as Diretrizes de Educação do Campo que traz perdas de direitos adquiridos a todo instante. Falar do fechamento de uma escola quilombola nos dias atuais é um retrocesso muito grande, por isso faz-se necessário contribuir com a população campesina de Irecê, apresentando uma análise reflexiva sobre esta situação que gerou retirada de estudantes da escola do campo da rede municipal.

Tiveram famílias que tiraram seus filhos da escola da transposição e levaram para outro município vizinho, pois o mesmo ofereceu conforto e transporte em tempo hábil, para pegar e deixar as crianças em casa todos os dias.

A escola é vista como o coração da comunidade, e ver essa escola fechada é muito triste, e o pior é saber que a mesma, não é mais o porto seguro dessa gente. Pois se trata de desvalorização do ser humano, desconsiderados em vários setores da sociedade. Pessoas trabalhadoras que precisam no mínimo garantir qualidade de vida para seus filhos, em estudar e permanecer no seu lugar de pertencimento, valorizar sua cultura, vivenciar seu contexto histórico e familiar.

Defender as políticas públicas é o foco desse trabalho, desenvolver novas com a comunidade é o objetivo principal. Que os movimentos sociais e as lutas continuem para que direitos sejam garantidos e novas conquistas para uma vida melhor para os moradores do Povoado do e de todas as comunidades afetadas com o fechamento das escolas do Campo.

Esperam-se dias melhores e vida digna para esse povo trabalhador e que por muitos anos foram esquecidos e invisíveis por uma sociedade desigual e injusta. Por mais qualidade de vida, por mais políticas públicas, por mais compromisso com a educação, por uma educação do/no Campo com qualidade!

REFERÊNCIAS

ARROIO, M.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação no campo**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BENJAMIN, C. CALDART, R. S. **Projeto Popular e Escola do Campo**. Brasília, 1999.

BEZERRA. L. G. RURALISMO PEDAGÓGICO: a construção do ensino rural debate sobre os primeiros anos de funcionamento da escola normal rural de juazeiro do norte. Universidade Estadual do Ceará. p. 02, 2017. Disponível em: https://www.uece.br/eventos/eehce2016/anais/trabalhos_completos/249-40015-30012017-102239.pdf. Acesso em: 03 de dezembro de 2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 1**, de 3 de abril de 2002 - Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: **Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002** - Acesso em: 26 de novembro de 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil_03 / Lei s/L 4024 .htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Lei/L4024.htm) Acesso em: 26 de novembro de 2024.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Censo da Educação Básica 2019: resumo Técnico. Brasília, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 26 de novembro de 2024.

CALDART, R. S. **Educação do campo**. In R. S. CALDART, I. B. PEREIRA, P. ALENTEJANO & G. FRIGOTTO (Orgs.), **Dicionário de educação do campo** (p. 259-267). São Paulo, SP: Expressão Popular. 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IRECÊ. **Referencial Curricular por Ciclo de Formação Humana** da Rede Municipal de Educação de Irecê. 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

LEITE, 1999

PASINATO. D. A trajetória das escolas rurais no Brasil. **Educación Futura. Pesquisa de Pós-doutorado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) 26 de janeiro, 2021. Disponível em:** <https://www.educacionfutura.org/a-trajetoria-das-escolas-rurais-no-brasil/#:~:text=Em%20estudo%20sobre%20a%20escola,partir%20da%20d%C3%A9cada%20de%201930>.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOBRAL. F. J. Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 78–95, 2015. DOI: 10.15628/rbept.2009.2953. Disponível em:** <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2953>. Acesso em: 3 dez. 2023.



Portal de Periódicos da UNEB

www.revistas.uneb.br



REVISTA CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - CAMPUS XVI - IRECÊ

V. 9, N. 1, JAN-DEZ, 2024 | ISSN ELETRÔNICO: 2317-0522

LETRAS

DCHT - XVI
Departamento de Ciências
Humanas e Tecnologias - Irecê



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



**CONTOS PRA SEGUIR”: UMA
ANÁLISE SOBRE OS PROCESSOS DE
COESÃO E COERÊNCIA TEXTUAIS**Ludmilla Sanara Lima de Souza¹⁸
Dr.^a Dayane Moreira Lemos¹⁹**RESUMO**

Este artigo tem por objetivo analisar e refletir sobre os processos de coesão e coerência a partir de textos do livro “Contos pra seguir”. A perspectiva teórica seguirá os pressupostos da Linguística Textual e teremos como abordagem metodológica a perspectiva qualitativa, em que se busca descrever e analisar dois textos, atentando-se aos processos de coesão e coerência textuais. Os textos foram desenvolvidos no Projeto Piloto de Correção da Distorção de Idade/Ano (PRASEGUIR), que se caracteriza como um plano de correção de ano/idade, executado nos espaços educacionais da cidade de Irecê, em especial, no Colégio Municipal Odete Nunes Dourado de Irecê, *locus* desta pesquisa. A partir das análises foi possível observar que os critérios de coesão e coerência, caracterizados como dois dos fatores de textualidade, são fundamentais no processo de construção textual e as observações dentro dos textos possibilitaram identificar a existência da relação de sentido dentro da formação textual entre os enunciados e as sequências de frases, bem como nos elementos de coesão (sequencial, referencial e lexical) e coerência (sequenciação parafrástica e frástica), com isso, é possível compreender que esses dois critérios analisados no livro “Contos pra seguir”, foram necessários para o ensino de Língua portuguesa e percebeu que o ensino de texto pôde contribuir às práticas de leitura e escrita desses alunos.

Palavras-chave: texto; coesão; coerência; ensino.

¹⁸ Licenciada em Letras pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB / Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT) *Campus XVI* / Irecê. E-mail: ludmilla.sanara@gmail.com

¹⁹ Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) / Departamento de Ciências Humanas (DCH) *Campus V* / Santo Antônio de Jesus. Doutora em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS/FAPESB). E-mail: dlemos@uneb.br

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo descrever e analisar o processo de coesão e coerência textual, a partir dos “Contos pra seguir”, desenvolvidos no Projeto Piloto de Correção de Distorção Idade/Ano – PRASEGUIR²⁰, no Colégio Municipal Odete Nunes Dourado de Irecê, sobre a disciplina de Língua Portuguesa, na atuação de bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. Os textos são analisados sob a perspectiva teórica da Linguística Textual, diante dos impasses e conquistas de uma construção da escrita desenvolvida nas turmas de progressão de 6º /7º ano e 8º/ 9º ano que fazem parte do Projeto supramencionado.

Para dialogar acerca da coesão e coerência nos “Contos pra seguir” é necessário envolver, sobretudo, à língua. Sabe-se que antes mesmo dessas crianças terem acesso aos espaços educacionais, elas já tiveram seus primeiros contatos com a comunicação/interação, ou seja, desenvolveu a Língua materna, uma língua que nasce dentro de suas comunidades linguísticas. O que isso tem em comum com o tema proposto a este artigo? No espaço educacional, essas pessoas se depararam com uma nova forma de pensar sobre a língua e também nos processos de comunicação, começam a desenvolver a escrita e a cada passo que avançam, sendo em séries, esses estudantes se encontram com os ensinamentos de textos, que sua maioria é regido por regras normativas, distanciando em boa medida da dinamicidade da língua falada. Importante ressaltar que a língua não é fechada às normas gramaticais, ela “vive” e se renova constantemente, essa mediação entre língua oral e escrita é preciso ser bem estabelecida nos espaços escolares dentro de um *continuum* (Koch, 2001; Marschusi, 2008; Antunes, 2009, Santos, 2009, dentre outros), trabalhando suas diferentes dimensões de produção, refletindo um maior ou menor grau de aproximação às regras gramaticais.

Diante deste contexto e das observações realizadas através do PIBID, na escola supracitada, especificamente no desenvolvimento da escrita dos “Contos pra Seguir” a presente pesquisa busca questionar discursivamente de que forma os processos de coesão e coerência auxiliam as produções textuais das turmas PRASEGUIR?

Para uma melhor apresentação metodológica, este artigo está organizado em quatro seções, a saber:

- (i) Seção 1, em que trazemos estas *considerações iniciais*;
- (ii) Seção 2, intitulada *Processo de produção textual: delimitando alguns conceitos*, serão apresentados alguns conceitos inerentes à perspectiva teórica da Linguística Textual, em que aborda desde a produção de textos,

²⁰ Este projeto é organizado por Instituições municipais de Irecê, Projeto Piloto de Correção e Distorção Idade/Ano- PRASEGUIR. Tem a colaboração da Prefeitura Municipal de Irecê, Centro de Referência da Mulher – CRM, Centro de Referência Multidisciplinar da Educação Inclusiva – CERMULT, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Juizado de Menor, Conselho Tutelar e o Ministério Público.

seus contextos, fatores textualidade, especificamente a coesão e a coerência, na tentativa de compreender acerca das práticas escolares, no que tange a produção textual e como estas são desenvolvidas em cada processo das orientações, mediada pelos professores de língua portuguesa;

- (iii) Seção 3, intitulada *Percurso metodológico*, na qual será descrito uma sequência de acontecimentos de como os dois programas, PIBID e PRASEGUIR, auxiliaram nas práticas do ensino de língua, as quais foram executadas no momento em que aconteceram os encontros de iniciação à docência no espaço escolar;
- (iv) Seção 4, intitulada *Proposta metodológica*, tratará dos métodos que foram usados, em que se relacionará sobre a produção do livro “Contos pra seguir” com características de tipologia textual narrativa e gênero conto. Nesse percurso da pesquisa, houve a escolha de apenas dois textos, justifica-se pela limitação de tempo e pela proposta do gênero artigo.
- (v) Seção 5, intitulada *Considerações Finais*, nesta parte haverá o retorno dos resultados alcançados diante da proposta de pesquisa realizada e sobre a relevância para o ensino de língua, bem como um experimento profissional acadêmico à área da Língua portuguesa.

Para finalizar, seja bem-vindo a acompanhar o desenvolvimento dos estudos em cada seção apresentada nesta pesquisa, com a justificativa de refletir em torno do ensino de língua nos processos de produções textuais, tendo como base de análise a coesão e a coerência dentro de textos selecionados, assim como conhecimentos adquiridos em sala, os quais possuem o potencial de ultrapassar as barreiras escolares. É importante ressaltar que, todas as produções valem um respeito e admiração, são artes escritas em papéis e merecem a apreciação e valorização no processo de ensino e aprendizagem.

PROCESSOS DE PRODUÇÃO TEXTUAL: DELIMITANDO ALGUNS CONCEITOS

Antes de adentrar nas questões conceituais que subsidiarão esta pesquisa, faz-se importante relatar que a Linguística Textual surgiu no continente europeu em 1960, com pesquisas de ideias sintático-semânticos, as quais discorreriam sobre a necessidade dos enunciados, ela era representada como a unidade básica da linguagem (Koch, 2001, p.

11). Os estudos sobre a LT foram se expandindo e chegaram ao Brasil 20 anos depois e Marcuschi (2020) é quem passa a apresentar ideias e características desse novo conceito na década de 80, com obras que serviram e ainda são utilizadas para um conhecimento direcionado as formações textuais e

[...] a LT trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Por um lado deve preservar a organização linear que é o tratamento estritamente linguístico abordado no aspecto da coesão e, por outro, deve considerar a organização reticulada ou tentacular, não linear, portanto, dos níveis de sentido e intenções que realizam a coerência no aspecto semântico e funções pragmáticas. (Marcuschi, 2020, p.33).

Neste sentido, entende-se que a LT é perceptível ao processo de produção textual e que não envolve apenas o âmbito de unidade linguística de um texto, e sim, toda uma construção que vai além de uma escrita, de uma compreensão, ou seja, a produção textual está sendo preparada para a comunicação. Entende-se ainda que

a Linguística Textual toma, pois, como objeto particular de investigação não mais a palavra ou a frase isolada, mas o texto, considerado a unidade básica de manifestação da linguagem, visto que o homem se comunica por meio de textos e que existem diversos fenômenos linguísticos que só podem ser explicados no interior do texto. O texto é mais que a simples soma das frases ((e palavras)) que o compõem: a diferença entre frases e texto não é meramente de ordem quantitativa; é, sim, de ordem qualitativa. (Koch, 2004, p. 11).

É de conhecimento de muitos que o texto pode ser conhecido como o não verbal e o verbal, sabe-se que ambos efetuam a missão de transmitir a interpretação, porém, cada uma exerce o seu papel de uma forma diferente, seja na parte visual, seja na escrita. O texto é considerado “como uma unidade comunicativa e não como uma simples unidade linguística” (Marcuschi, 2020 p. 26), logo se percebe que texto além de servir como pesquisa, ele também tem uma forma de interação no meio comunicativo. Neste sentido, entende-se que

o texto acha-se construído na perspectiva da enunciação. E os processos enunciativos não são simples nem obedecem a regras fixas. Na visão que aqui se está propondo, denominada sociointerativa, um dos aspectos centrais no processo interlocutivo é a relação dos indivíduos entre si e com a situação discursiva. Estes aspectos vão exigir dos falantes e escritores que se preocupem em articular conjuntamente seus textos ou então que tenham em mente seus interlocutores quando escrevem. (Marcuschi, 2008, p. 77).

Para uma aceitação de compreensão por texto é tangível à segurança que ele possa passar através dos seus enunciados, há uma ligação de frase a frase, a qual facilita o

entendimento do leitor. Ainda nessa percepção, observa-se que Antunes (2010, p. 30) afirma que “todo texto é a expressão de algum propósito comunicativo [...]”, assim, há uma necessidade de existir harmonia e concordância em seu processo de construção, sendo relevante discutir neste momento a importância dos fatores de textualidade de forma mais específica à coesão e coerência, nas produções textuais.

Fatores de textualidade: da coesão à coerência

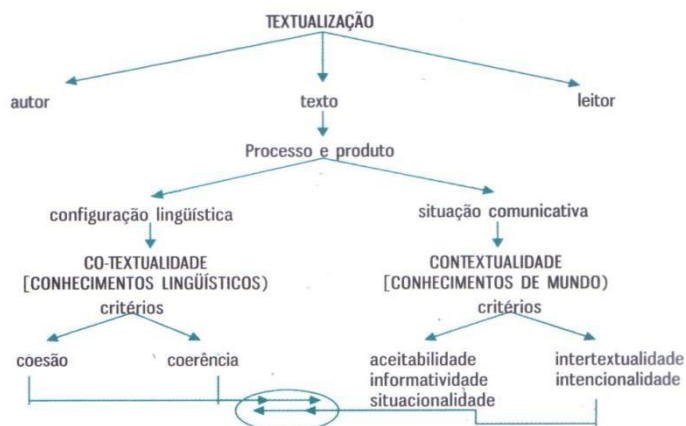
É plausível mencionar em respeito do vínculo existente entre o leitor e o texto, visto que “um texto é uma proposta de sentido e ele só se completa com a participação do seu leitor/ouvinte.” (Marcuschi, 2020, p. 94). A partir desse argumento, infere-se que a comunicação faz parte do momento, o qual acontece à prática da leitura.

Supõe que na produção de textos há uma necessidade de estarem presentes todos os elementos linguísticos, no entanto “na produção de um texto, não entram apenas fenômenos estritamente linguísticos” (Marcuschi, 2020, p. 94), isso quer dizer que os três aspectos²¹ (linguístico, social e cognitivo), baseados em Marcuschi (2020), devem fazer parte de textos não isolando autor e leitor.

Na *Figura 1* é apresentado um esquema proposto por Marcuschi (2020) retratando os critérios gerais de textualidade e nele pode-se notar uma ligação entre autor, texto e leitor e também aos sete critérios de textualidade, os quais “as sete condições de textualidade que, tal como lembrado, não constituem princípios de formação textual e sim critérios de acesso à produção de sentido.” (Marcuschi, 2020, p. 97).

Figura 1 – Esquema geral dos critérios de textualidade

²¹ Marcuschi (2020) debate sobre três aspectos em que autor e leitor de um texto não ficam isolados, sendo na prática da criação ou recepção e são: aspectos linguísticos, aspectos sociais e aspectos cognitivos.



Fonte: Marcuschi (2008, p. 96).

A partir deste momento será dialogado sobre o ponto básico do estudo, os processos de coesão e coerência textuais, mas antes de adentrar nessas questões mais específicas à pesquisa, faz-se necessário ainda apontar, sob o aporte teórico de Marcuschi (2008), alguns conceitos preliminares sobre fatores de textualidade, aos quais servem como suporte para conceituação e aplicabilidade da coerência e coesão na produção textual.

Marcuschi (2008) faz uma relação da classificação de “sete critérios de textualização” e define cada um deles, no entanto, o autor deixa claro que alguns critérios sejam repetitivos, vejamos:

[...] alguns dos critérios são redundantes e se recobrem. Segundo, porque tal como já foi lembrado, não se deve concentrar a visão de texto na primazia do código nem na primazia da forma. Terceiro, porque não se pode ver nesses critérios algo assim como princípios de boa formação textual, por isto seria equivocado, já que um texto não se pauta pela boa formação tal como a frase [...]. (Marcuschi, 2008, p.9394).

A seguir, o *Quadro 1* apresenta os sete critérios de textualização, bem como conceitos com base nas teorias do autor, o qual inspirou a elaboração.

Quadro 1 – Fundamentado entre conceito e análise nas teorias de Marcuschi (2008)

CRITÉRIOS DE TEXTUALIZAÇÃO		
NOME	CONCEITO	ANÁLISE DO AUTOR

Coesão	Estrutura da sequência de um texto.	Não necessariamente seja importante em um texto, porém a sua presença não precisa garantir a textualidade e a sua ausência não impossibilita a textualidade.
Coerência	Relação de sentido que se forma através dos enunciados e uma tarefa interpretativa.	Não é uma posse contida em um texto, é o leitor que define a coerência.
Informatividade	Informa ao leitor.	Complexo e pouco específico, ou seja, algo não claro.
Intencionalidade	Objetivo, finalidade do texto, Intenção e pretensão do autor.	O autor veicula como um “plano global” de um texto no processo de coerência e deixa de lado a ideia de que seja critério
Situacionalidade	Situação social e cultural ao qual o texto pode ocorrer.	Critério estratégico
Intertextualidade	Relação do texto com outro texto	Todos os textos se entrelaçam um com os outros
Aceitabilidade	O texto é interpretável, há uma aceitação do que foi intencionado no texto.	Definir limites ao texto

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Marcuschi (2008).

Dado que já se fez uma síntese em virtude dos fatores de textualidade, a partir deste momento, dar-se início acerca dos dois elementos textuais, os quais foram selecionados para a realização desta pesquisa referente à coesão e coerência.

A coesão com a coerência parece ter papéis fundamentais em uma escrita, em que não se explicaria em um amontoado de frases depositados em uma folha de papel, seria algo confuso, não sendo classificado como um texto. É necessário existir uma sequência, um sentido e harmonia, as palavras precisam ser conectadas para que o receptor possa receber o código sem interrupções “técnicas”, isso relaciona com que Koch (2004) denomina que seria a Análise transfásica²².

Segundo o pensamento de Marcuschi (2020) o texto é idealizado como “uma sequência coerente de sentenças”, no entanto, toda uma matéria escrita pode ir além de um seguimento de palavras.

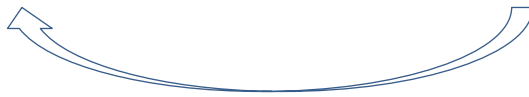
Por estar encarregada em organizar a sequência de um texto, a coesão divide-se em duas categorias que colaboram para desenvolver as funções coordenadas de uma textualidade, a saber:

- (i) **Coesão referencial:** Está agregada a um processo de palavras que estão conectadas em um texto, ou seja, enunciados que fazem referências a outros, podem ocorrer tanto

²² Segundo Koch (2005), Análise transfásica - seria uma distinção nítida dos fenômenos ligada uns à coesão e outros à coerência de um texto.

como antes (anáfora) como depois (catáfora) de uma oração e assim por diante, eles seguem o percurso natural de uma textualidade.

(1) **Os estudantes** fizeram uma confraternização, **eles** aproveitaram cada momento.



(2) Hoje nasceu **o amor de minha vida**, **minha filha**.



Em (1), “**eles**” faz referência a “**os estudantes**” e neste contexto, gramaticamente, nomeamos como Anáfora. Já em (2), temos um contexto de catáfora, que está indicada depois do referencial. A coesão referencial abrange uns indicativos de palavras que podem estar à disposição de um texto, isso tem revelado que “a noção de elemento de referência é, neste sentido, bastante ampla, podendo ser representado por um nome, um sintagma, um fragmento de oração, uma oração ou todo um enunciado” (Koch, 2004, p. 31).

(ii) **Coesão Sequencial:** Tem função de estabelecer uma sequência, a qual envolve as várias classificações semânticas que seguem um texto. Sendo assim:

A coesão sequencial diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto ((enunciados, partes de enunciados parágrafos e sequências textuais)), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas, à medida que se faz o texto progredi [...]. (Koch, 2004, p. 53).

A coesão referencial e sequencial colabora para as construções e interpretações textuais e se ela não estivesse fazendo essa função em um texto poderia ocasionar um desacordo de enunciados, aos quais necessitam estarem em concordância no que se pede na relação linguística textual, entretanto, não se deve apenas vê-los como algo selado no campo coesivo. Assim,

É preciso deixar claro, ainda, que a coesão referencial e a coesão sequencial não devem ser vistas como procedimentos totalmente estanques. Há, na língua, formas que apenas efetuam encadeamentos ((os conectores propriamente ditos)) e outras que operam, ao mesmo tempo, remissão ((ou referência)) e encadeamento... (Koch, 2004, p. 77).

Esta categoria, também se divide em duas outras, sendo a sequenciação frástica e sequenciação parafrástica, a primeira não apresenta recorrências²³ e a segunda utiliza uma série de recorrências. É pertinente analisarmos essas duas sequenciações em recortes de textos do livro “Contos pra seguir”, como nos exemplos que seguem.

Quadro 2 - Texto (1). Meu Nariz.²⁴ por T. S., PRASEGUIR

Um dia desses **me** peguei pensando sobre o que foi agressivo comigo durante minha vida. Foi assim que **me** lembrei de algumas coisas que **me** marcaram quando **eu** tinha 12 anos e cursava a sexta série, talvez tenham acontecido antes disso, mas pela frequência em que acontecia nessa época, **me** lembro melhor. **Eu** sou uma moça negra, tenho os cabelos cacheados, lábios grossos e o nariz largo. Nada disso até a sexta série tinha sido um grande problema para mim, mas isso tudo mudou quando percebi que minha presença na sala de aula era motivo para as risadas de meus colegas. Não demorava muito desde que **eu** entrava na sala para começarem as piadas nas quais o alvo era meu nariz [...].

Fonte: Acervo pessoal, a partir da produção textual dos alunos.

Quadro 3- Texto (2). – O engano²⁵ POR E. S., PRASEGUIR

O engano

Eram onze horas da manhã do dia de sábado. Eu estava acordado, 9 **pois** teria algumas motos **para** lavar, trabalho em um lava-jato **que** fica localizado em minha casa. Comecei a lavar as motos, e **quando** já tinha lavado duas, ouvi sons de moto em alta velocidade. Ao sair para olhar quem era, alguns policiais me abordaram **e** começaram a me enquadrar, pensando que eu fazia parte daquele grupo que estava correndo e empinando de moto pela rua, **mas logo** passou outra moto em alta velocidade por nós, e os policiais me deixaram para ir atrás daquelas motos. **Quando** se é preto, esse tipo de “engano” acontece constantemente.

Fonte: Acervo pessoal, a partir da produção textual dos alunos.

No *Quadro (2)*, nota-se o uso de duas sequências (*me* e *eu*) que segue uma mesma estrutura sintática de (conjunção) e assim, este está relacionado em uma **sequenciação parafrástica** com recorrência.

²³ São chamadas de recorrências por serem classificadas em: Recorrências de termos, de estruturas/ paralelismo sintático, de conteúdos semânticos – Paráfrase, de recursos fonológicos segmentais e/ou supra-segmentais e de tempo e aspecto verbal. Todas essas recorrências estão no livro de Koch (2004), intitulado “A coesão Textual”.

²⁴ Parte do texto foi extraída do livro “Contos pra seguir”, com o objetivo de ser usado como exemplo para explicar o processo de coerência (sequenciação parafrástica). Vale salientar que o nome do autor não pode ser evidenciado na pesquisa, por ele não possuir a maior idade e também questões de ética.

²⁵ Parte do texto foi extraída do livro “Contos pra seguir”, com o objetivo de ser usado como exemplo para explicar o processo de coerência (sequenciação frástica) Vale salientar que o nome do autor não pode ser evidenciado na pesquisa, por ele não possuir a maior idade e também questões de ética.

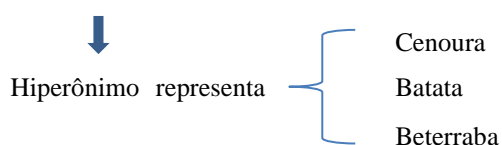
O *Quadro (3)* destaca alguns conectores que colaboram para os enunciados formarem o texto, conceituado por **sequenciação frástica**, os quais (pois; para; que; quando; e; mas e logo) são os conectores que fazem parte deste texto, para colaborar na composição textual.

Não se pode deixar de citar a coesão lexical manifestada sobre a presença de vocábulos, por esta pesquisa ser amparada também em palavras que formam o texto e assim, as divisões semânticas reiteram as substituições de um enunciado por outro, não fazendo perder o sentido do texto. É visto que

Também a coesão lexical, a meu ver, não constitui um mecanismo funcionalmente independente: o uso de sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos constitui uma das formas de remissão a elementos do mundo textual, tendo, pois, a mesma função coesiva das pro-formais; a reiteração do mesmo item lexical pode ter também essa mesma função ((cf. Brown & Yule, acima)) ou, ainda, exerce função sequenciadora, como é também o caso da *colocação*, enquadrando-se, assim, no que irei chamar adiante de *coesão sequencial*. (Koch, 2004, p. 27).

Perante a noção de coesão lexical segue:

(iii) Os legumes fazem bem a saúde.



Observe que o exemplo (iii) (legumes) pertence a um dos elementos semânticos, o qual é o hiperônimo e na ideia de Koch (2004) segue uma função de sequência referida a coesão sequencial.

Perante o que já foi explanado sobre a coesão e sua classificação em torno de alguns exemplos cabe a partir deste momento debruçar no ponto de vista interpretativo de coerência. O processo de coerência representa a parte da interação entre o interlocutor textual e o remetente, é um duplo contato, o qual acontece com a interpretação e o faz acontecer o sentido na comunicação. Sobre essa análise:

A coerência teria a ver com a 'boa formação' do texto, mas num sentido que não tem nada a ver com qualquer ideia assemelhada à noção de gramaticalidade usada no nível da frase, sendo mais ligada, talvez, a uma boa formação em termos de interlocução comunicativa. Portanto, a coerência algo que se estabelece na interação, na interlocução, numa situação comunicativa entre dois usuários. Ela é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários, devendo ser vista, pois, como um princípio de interpretabilidade do texto... (Koch; Travaglia, 2011, p. 13).

A coerência está conectada ao leitor no momento em que ele faz a interpretação textual, isto é, no ato da leitura é que acontece o entendimento do sentido passado dentro do texto com indagações a serem respondidas como: o texto tem fundamento? É possível notar organização nos enunciados?

Conforme o critério de coerência, observe:

- (iv) Hoje terei várias tarefas para fazer, por isso planejei um cronograma que irá me ajudar nos afazeres.

Ao analisar a frase (iv) é entendido que existe uma coerência nos enunciado, tem fundamento no que foi pronunciado, a pessoa está com algumas tarefas que precisa fazer em um determinado dia (hoje) para se organizar, foi preparado um cronograma para a conclusão dos afazeres.

Em suma, há uma ligação entre escritor, leitor e texto, um depende do outro para existir, e os critérios de textualização não necessariamente precisam estar todos presentes em um texto, porém não deixam de ser importantes, mas para uma análise linguística textual é fundamental.

Textos na sala de aula

A produção textual faz parte dos espaços educacionais e ela vem sendo instruídas em sala por mediações dos educadores. Se observarmos a Base Nacional Comum Curricular – BNCC:

Tal proposta assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses. (BNCC, 2017, p. 69).

Percebe-se que ensinar texto impulsiona o desenvolvimento no pensamento crítico-social, na perspectiva de entender e conhecer a língua tanto na escrita como falada. Adquirir conhecimentos das normas dos elementos linguísticos com práticas na escrita junto à leitura significa que:

O ensino da língua deve favorecer o desenvolvimento da capacidade do aluno produzir e compreender textos, nas mais diversas situações de comunicação.

Deve ter como ponto de partida as situações concretas, reais, observando a linguagem tanto oral quanto escrita do aluno. (Santos, 2009, p. 95).

A dimensão textual voltada para o ensino de língua está entrelaçada nos contornos cognitivos relacionados ao conhecimento do que se é aprendido durante o percurso de uma vida, ou seja, o texto ultrapassa as barreiras escolares, ele já é apresentado bem antes de estar presente em uma sala de aula, mesmo sendo de maneira informal, o ser humano é preparado involuntariamente antes mesmo da fala e

Nessa perspectiva, o trabalho em língua materna parte do enunciado e suas condições de produção para entender e bem produzir textos. Sem esquecer a língua, essa mudança do foco iria do significante à significação. Do enunciado à enunciação. Da palavra ao texto e deste para toda a análise e produção para termos uma noção clara de qual o tratamento que neste momento está sendo sugerido a essa questão. (Marcuschi, 2008, p. 57-58).

Há uma necessidade de se trabalhar texto em sala de aula, por influenciar ainda mais no conhecimento de linguagem, com possibilidades para várias outras formas do uso da língua falada e escrita, mediante atividades que colaboram nas propostas de planejamentos. A língua materna, como se sabe, se aproxima do indivíduo bem antes do contato escolar e a disciplina começa a fazer parte da vida do aluno a partir de um professor, o qual se prepara profissionalmente para ensinar os seus educandos.

É perceptível observar que a língua materna, mesmo sendo o primeiro contato do ser humano em um ambiente familiar, faz parte das áreas escolares, embora possua algumas divergências dos conceitos gramaticais, a qual dispõe uma sequência de regras normativas, no entanto, não se pode desmerecê-las, as duas são fundamentais para um ambiente sociocomunicativo. E nessa perspectiva essa dualidade de “línguas”, tanto materna como de normas, pode se desenvolver boas propostas de ensino com textos “formais e informais” que sirvam como exemplos de aprendizado.

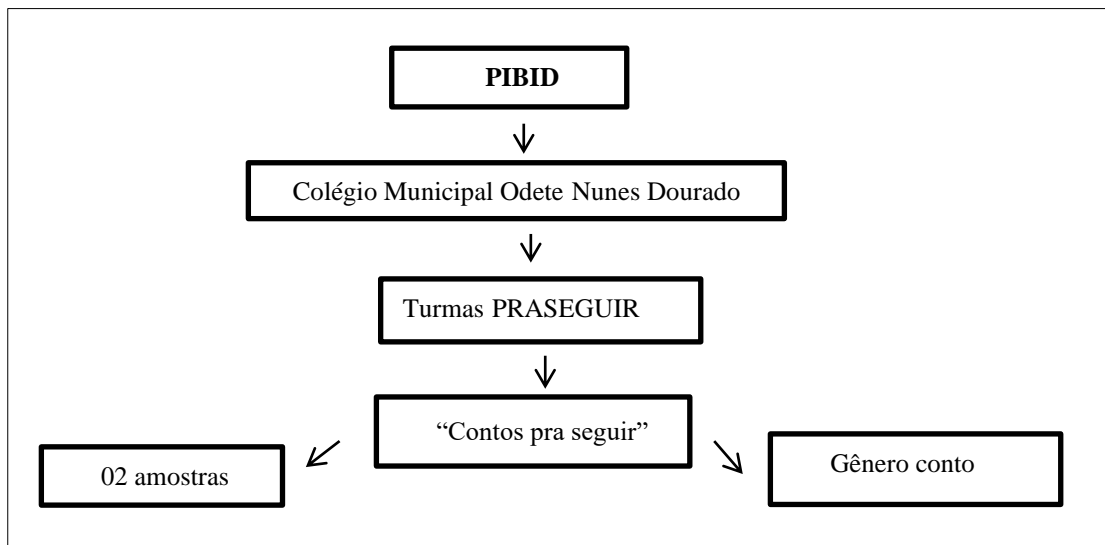
PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa foi desenvolvida a partir de observações realizadas no Colégio Municipal Odete Nunes Dourado, localizado na Praça da Bíblia da cidade de Irecê – BA, este local foi concedido através do Programa de Institucional de Bolsa e Iniciação à Docência – PIBID, em que possibilita a iniciação às práticas docentes para alunos universitários, os quais atuam como bolsistas, adjunto a um coordenador pertencente a instituição de ensino do futuro docente e supervisor escolar que é um professor da própria rede de ensino.

O Projeto foi executado nas turmas do 6º/7º ano e 8º/9º do Projeto Piloto de Correção da Distorção Idade/Ano - PRASEGUIR, nas aulas do componente curricular de Língua

portuguesa de forma presencial e cumpria uma carga horária de 32h mensais, divididos em dois encontros durante a semana no turno vespertino, entre agosto de 2018 a novembro de 2019. Segue um esquema que mostra uma estrutura hierárquica, a qual se tornou possível para a realização do estudo.

Quadro 4 – Estrutura metodológica da pesquisa



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Nota-se que no *Quadro (4)* tem um esclarecimento sobre como se deu a ordem nos processos da pesquisa, em que se observa que o PIBID foi o ponto principal para que pudesse acontecer o contato com o local para o estudo e a escola fez uma intermediação até as turmas do PRASEGUIR, assim o livro “Contos pra seguir” podem ser utilizados para a seleção de duas amostras de textos de gênero conto analisados com base nos critérios de coesão e coerência.

O PIBID no curso de Letras no *Campus XVI*

O Programa de Institucional de Bolsa e Iniciação à Docência – PIBID iniciou no ano de 2007, no entanto, ele foi instaurado em 2010 por decreto n.º 7.219 no dia 24 de junho. Estava sobre a organização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – (CAPES), o Ministério da Educação – (MEC) e do Fundo Nacional do

Desenvolvimento da Educação – (FNDE). Em sua tese²⁶, a Professora e Mestre Hilderlândia Machado (2017) da Universidade do Estado da Bahia - UNEB afirma que o PIBID foi iniciado em 2010, no *campus* XVI, de início com o curso de Letras e depois com o curso de Pedagogia.

É notório que a intenção do PIBID foi juntar os educandos licenciandos na escola e prepará-los para o ensino de língua nos espaços educacionais, os quais envolvem experiências, ensinamentos e nesse propósito:

São objetivos do PIBID:

- I. incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- II. contribuir para a valorização do magistério;
- III. elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior básica;
- IV. inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino aprendizagem. (Edital da CAPES n.º 7/2018, p. 1).

Pensar nos feitos que o PIBID vem trazendo para o curso de letras no *campus* XVI é reconhecer o quando serve de suporte e vai além das práticas escolares, ele faz um rastreamento sobre o contexto real de como está a aprendizagem dos estudantes e assim, incentivam para melhorias de pesquisas educacionais tais como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB da região e também a aproximação do graduando com a área educacional, a qual contribui ainda mais a formação do professor.

Ter o PIBID nas escolas permite aos estudantes da graduação de Língua portuguesa, um experimento concreto sobre a linguagem e a linguística e tantos outros estudos que envolvem o ensino de língua e para o estudante em formação o programa colabora para novas experiências perante o que já foi visto durante o tempo de bolsistas em contato nas escolas.

PRASEGUIR: avanços e desafios

Destaca-se que o PRASEGUIR é pertencente ao município de Irecê e atuava nos colégios municipais, anos finais do ensino fundamental, possui todo o apoio pedagógico, o qual detém o controle sobre os rendimentos dos alunos, aplicação de avaliações diagnósticas

²⁶ Docência na educação básica: formação continuada do professor supervisor no PIBID. Tese de mestrado da Professora e Mestre Hilderlândia Penha Machado, docente do *Campus* XVI.

na área da linguagem e raciocínio lógico, acompanhamento psicopedagogo e entrevistas com visitas aos familiares, no intuito de conhecerem sobre a realidade social do aluno.

O programa mencionado foi idealizado para um público alvo de adolescentes pertencentes de bairros periféricos, os quais foram observados pelos organizadores do projeto como problemas sociais, os quais poderiam colaborar com prejuízos de aprendizagem. Diante disso:

2. Objetivo Geral: Corrigir a distorção idade/ano e aprendizagem dos alunos da Préadolescência e/ou Adolescência da Rede Municipal de Ensino de Irecê, contribuindo para a viabilidade de um trabalho que diminua o Índice da reprovação, da evasão e do atraso escolar, criando condições para continuidade dos estudos. (Prefeitura Municipal de Irecê, 2018/2020, p. 4).

Atualmente o PRASEGUIR não funciona mais na cidade Irecê em consequência da pandemia²⁷ e com os intervalos dados para proteção e segurança de todos, funciona apenas turmas regulares.

As turmas de progressão utilizadas para o estudo eram compostas por um total de 26 alunos, com faixa etária de aproximadamente 14 a 16 anos. Na composição do livro “Contos pra seguir” foram obtidos 18 contos²⁸ e dois deles foram utilizados para amostra nos critérios de coesão e de coerência sem pretensão de indicar erros ou acertos gramaticais.

É de salientar que antes de acontecer os primeiros contatos com as turmas do 6º/7º ano e 8º/9º, houve planejamentos para os bolsistas, em que aconteceram reuniões com os responsáveis pelo programa, coordenadores e supervisores, após finalizar essas formalidades os encontros iniciais eram momentos de observações em seguida se deu início a um suporte aos educandos, em que os bolsistas executavam nas aulas.

Destaca-se que os dois programas foram importantes para que esta pesquisa pudesse acontecer e que o ensino de língua na perspectiva de produção textual é um fator necessário a ser ainda mais discutido e estudado a partir de textos construídos na sala de aula, com o intuito de compreender o ato de comunicação e interação envolta dos dois critérios de textualização já mencionados na seção anterior.

Primeiras impressões

²⁷ Até o momento desta pesquisa, este programa não está em andamento, por conta das consequências do período da pandemia COVID-19, a qual afetou o atraso no ensino dos estudantes tanto do PRASEGUIR como também os estudantes regulares.

²⁸ Os bolsistas foram autorizados a produzirem textos e dois acolheram a ideia, seria uma forma de influenciar aos alunos nas suas produções textuais.

No primeiro momento, ao ser iniciado a proposta para uma elaboração da produção textual, surgiram algumas indagações, a saber: Como seriam passadas as orientações dos processos textuais? A turma faria as escritas e daria tempo de produzir o livro “Contos pra seguir” para o evento literário? Quem seria o responsável para a apresentação dos contos? Esses questionamentos foram algumas preocupações que ocorreram na execução do Projeto.

No segundo momento foi aplicada uma atividade diagnóstica sobre conhecimentos textuais e preferências de leitura. Já no terceiro momento se deu a inicialização de leituras textuais em sala para dialogar sobre o entendimento e interpretação do texto dos alunos.

Foram utilizados quatro encontros nas aulas de Língua portuguesa para tratar sobre produção textual e depois disso os alunos começaram seus rascunhos que eram com poucas linhas e a cada aula essas linhas começavam a tomar forma para fazerem parte do livro proposto “Contos pra seguir”.

As duas turmas, como já foi dito anteriormente, faziam parte de turmas de progressão, isto é, alguns desses alunos tinham dificuldades na formação textual, pois eram sala de correção idade/ano, adolescentes repetentes, com idade avançada que não correspondiam às séries, as quais ele estava estudando. Essa conjuntura foi uma inquietação a mais, no entanto, com os planejamentos e métodos, aos poucos os textos foram sendo desenvolvidos.

OS PROCESSOS DE PRODUÇÃO TEXTUAL NOS CONTO PRA SEGUIR: ASSIM NASCEU UM LIVRO DE CONTOS

Conforme descrito na seção metodológica, dois textos dos “Contos pra seguir” serão analisados, um com categorias coesivas e o outro na perspectiva da coerência. Entrelaçado às análises traremos levantamentos científicos que fundamentem as descrições a respeito da análise dos processos de coesão e coerência textual. Vejamos o primeiro conto:

Figura 2 - Conto do Livro “Contos pra seguir”²⁹

Felipe, meu vizinho, usa drogas desde os 20 anos. Com isso, perdeu tudo o que tinha, roupas, sapatos e móveis, para sustentar seu vício. Para conseguir dinheiro, passou a vender tudo que tinha em mãos e também começou a roubar. O modo como ele vivia me chamava muita atenção, então passei a observá-lo.

Tive curiosidade em saber como se iniciou nos seus vícios, por isso tomei coragem para perguntar à sua mãe. Felipe ajudava seu pai que era servente de pedreiro e até então vivia muito bem. Conheceu uns caras, más companhias e passou a ser usuário. Nesse mesmo tempo foi preciso fazer uma perícia no INSS para o encostar, como disse sua mãe, ele era “meio doido”. Não sei dizer exatamente o que era, pois sua mãe não me explicou direito o que ele tinha, só que fazia consultas regulares com o psiquiatra, daí então conseguiu a aposentadoria. Teve momento em sua vida que chegou a ser preso por roubo. Ficou no presídio de Salvador, e só sua mãe o visitava. Recordo-me de vê-la sair uma vez com pouca bagagem para ir até a capital. Depois de cumprir sua pena na prisão, ele voltou para casa. Hoje, com 45 anos vive com seus pais e sobrinhos, porém num cômodo isolado no andar de baixo. Sua mãe acha melhor mantê-lo assim para que não fuja e volte a fazer coisas erradas.

Do lado de fora, eu observo a janela, e ele observa do lado de dentro. Vejo a vida dele como um exemplo, e sempre me pergunto: Qual o horizonte que ele enxerga do lado de dentro da janela?

Fonte: Acervo pessoal.

O conto da *Figura (2)* será analisado no critério de coesão. O texto possui um título que faz referência com o que está dentro ao seu conteúdo, pois na conclusão, a qual finaliza trazendo o sentido para a justificativa do motivo que o personagem, Felipe, fica de um lado da janela observado todo um mundo do lado de fora.

Observar-se que a coesão referencial pode ser identificada: a) *catáfora* entre as linhas 1 e 2 (Com isso, perdeu tudo o que tinha, roupas, sapatos e móveis). O que ele perdeu? As roupas, sapatos e móveis... b) *anáfora* no primeiro parágrafo pode ser indicada quando ao iniciar o texto com o nome do personagem (Felipe). Na linha 1 começa narrando os fatos e é notado que depois na linha 4, para não ser repetido o nome do personagem, o autor usa o pronome pessoal (ele) na 3ª pessoa do singular.

A coesão sequencial pode ser observada por classificações semânticas, as quais existem recorrências parafrástica, ou seja, há existência de repetições lexicais como: (e) utilizado como conjunção aditiva e (a) artigo com algumas sequências no texto. Nota-se também a falta de recorrências frástica, a qual seria algumas utilizações de conectores para tornar o texto coeso: (com isso); (para); (então); (como); (pois) e (porém).

É possível perceber que no segundo parágrafo, linha 17, há um exemplo de coesão lexical, em que o substantivo (cômodo) pode ser identificado por uma característica semântica de hiperônimo quando este enunciado substituí (do lado de dentro).

²⁹ Título: O mundo pela janela, D. B., PRASEGUIR.

Figura 3 – Conto do Livro “Contos pra seguir”³⁰

Quando eu era criança adorava brincar com meus colegas, adorava a liberdade que a rua me dava para brincar de pega-pega, de bila, de duro-ou-mole, correr. Eu adorava sentir o vento tocar meu rosto, balançar meus cabelos enquanto eu corria na rua, ela era o palco onde minha felicidade era estrela.

As coisas mudaram quando eu fiquei moça aos treze anos, é assim que as pessoas aqui no interior da Bahia chamam as meninas que já menstruam. Foi a partir daí que as minhas brincadeiras na rua foram trocadas pelas tarefas de dentro de casa e, às vezes, me perguntava se eu era a única que tinha que fazer as coisas em casa, já que as obrigações do meu irmão eram só de vez em quando, mas as minhas eram sempre. Deve ser porque ele não virou moça. Todas as obrigações que eu tinha por ser a moça da casa me fizeram ir perdendo o interesse pelos estudos. Eu chegava na escola cansada e brigava com todo mundo, em casa eu também brigava muito com meu irmão, que dos doze filhos de minha mãe era o único que morava comigo e ela. Tudo isso me deixava angustiada, pois não tinha mais tempo para brincar como gostava, tinha que ir para a escola e fazer as coisas de dentro de casa.

Um dia me peguei pensando no que queria para a minha vida, se eu queria viver para lavar louça e passar pano na casa, se eu queria ter a mesma vida que teve minha mãe que lutou sozinha para criar os doze filhos. Me perguntava isso sempre. Foi o que me fez ver na escola a possibilidade de ter uma vida diferente da que eu já tinha. Foi aí que eu comecei a mudar meu comportamento, não só em casa com meu irmão, mas na escola também. Passei a me dedicar mais, prestar mais atenção nas aulas. Eu sei que a escola é a estrada onde posso correr para realizar os meus sonhos, assim como a rua foi o palco onde na infância corria minha felicidade.

Fonte: Acervo pessoal

Na *Figura (3)* é um texto estruturado, a informação consegue ser passada para o receptor, o título possui uma simetria com o seguimento narrativo e pode-se perceber uma introdução, desenvolvimento e uma conclusão. Há um sentido dentro do texto em que a narradora relata sobre uma garota que ao se torna moça, ou seja, passa para certa idade, ela começa ter obrigações e se recorda da sua infância, a qual parecia ser mais feliz, livre para brincar, porém, quando cresce as cobranças começam a surgir e ela desencadeia indagações na parte de sempre estar a fazer serviços domésticos e o seu irmão realizar às vezes.

Com base na coerência, ao efetuar a leitura, acontece uma ação de comunicação e nesse pensamento, o critério de coerência é entendido que o sentido é formado através dos enunciados, é uma função interpretativa e somente o leitor que poderá estabelecê-lo em um texto. Pode-se perceber que a coerência, tem relação com o que está exposto na leitura para a evidência dos sentidos e unidade do texto. De acordo com:

A coerência é, sobretudo, uma relação de sentido que se manifesta entre os enunciados, em geral de maneira global e não localizada. Na verdade, a coerência providencia a continuidade de sentido no texto e a ligação dos próprios tópicos discursivos. (Marcuschi, 2008, p. 121).

³⁰ Título: Porque sou a moça de casa, I. C., PRASEGUIR.

É perceptível compreender que as turmas são do ensino fundamental, nesse tempo de produção textual, estavam sendo ministradas aulas que indicavam a produção textual, no entanto, o que se era instruído em aula, era como escrever um texto, como usar seus conectivos, como inicia, meio e fim. O aprofundamento conceitual sobre os elementos da linguística textual não eram utilizados, pois iria confundi-los com muitas informações e poderia dificultar na criação do livro dos contos desses alunos. O ponto principal é que eles podem não conhecer as sequências, os sentidos, as referências, anáfora, catáfora entres outros, mas que eles conseguiram colocar os elementos coesivos e de coerência com suas características dentro do texto, mesmo sem nem terem ainda passado por esse conhecimento.

Finalização dos contos que seguiram

Percebe-se que trabalhar construção textual em sala de aula é totalmente diferente do que se discute em estudos teóricos durante o percurso de graduação, estes trazem toda uma questão mais conceitual e preparatória, no entanto, esse processo contribui para a formação do educador. As práticas têm uma metodologia já programada: planejamento, sequências didáticas, jornadas pedagógicas entre outras organizações que acontecem na área educacional. Entretanto, quando o professor se depara em uma sala com uma turma de vários alunos, a situação pode mudar, ou seja, várias ocorrências podem acontecer para que aquela aula programada aconteça divergente do que se foi programado.

Pensar nos contos que seguiram, é compreender que os textos produzidos “não é uma simples atividade de codificação e decodificação, mas um complexo processo de produção de sentido mediante atividades inferenciais” (Marcuschi, 2020, p. 99) com isso, é percebido que existe um processo para que as informações sejam passadas por um texto.

Sobre os textos analisados, observou que alguns dos critérios de coesão e coerência foram identificados, conforme o que se teorizou em estudos bibliográficos. Foi identificado que os fatores de coesão “dão conta da estruturação da sequência [[superficial]] do texto, seja por recursos conectivos ou [[referenciais]] não são simplesmente princípios sintáticos.” (Marcuschi, 2020, p. 99), percebeu nos textos que eles vão além de uma sequência de frases, eles são vistos como uma sequência de atos enunciativos ((escritos e falados)) [...] (Marcuschi, 2020, p. 102).

Já a coerência, foi compreendida como o sentido dentro do texto “se manifesta entre os enunciados, em geral, de maneira global e não localizada.” (Marcuschi, 2020, p. 121) seria como uma ligação entre o leitor e texto no meio de interpretação. Para o texto ser reconhecido com um texto é preciso ter um ato de leitura e para se ter a produção textual o autor precisa ter um propósito ao formar os enunciados, ou seja, o texto tem um significado e uma concordância dentro dele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos estudos desenvolvidos neste artigo percebe-se que os processos de coesão e de coerência são necessários para a estruturação de um texto, pois o amontoado de enunciados escritos em um papel não seria denominado como um possível texto, bem como frases desconexas, foi entendido que a coesão ao ser identificada num texto, ela é classificada com características de referências, sequências e léxicos, é necessária estar inserida no ensino de texto, por tratar de um dos critérios de textualidade, já a coerência, é o leitor que a define.

Nessa perspectiva é possível refletir sobre os dois contos utilizados para análise nos processos de produção textual, os quais foram extraídos alguns enunciados com função de material de pesquisa, coesão (referencial, sequencial e lexical) e coerência no entendimento em que o leitor que determina se ocorre a interpretação no momento em que ler o texto, seguindo nessa óptica, ao pensar na contribuição desses dois elementos textuais para as produções de textos nas turmas do PRASEGUIR, chegaram ao resultado que mesmo sendo alunos em salas de progressão e possuírem algumas dificuldades de aprendizagem, havia processos de coesão e coerência presentes nos contos observados, com isso, foi notado que os textos serviram para compreender que o ensino de texto auxilia no desenvolvimento em sala, ou seja, contribui para o conhecimento e comunicação através da utilização dos conectivos, enunciados, construções sequenciais, características semânticas entre outros possíveis elementos que favorecem a formação de um texto, posto isso, trazem uma relação de sentido e interpretação dentro livro das turmas do PRASEGUIR.

Trazer o livro “Contos pra seguir” foi um fator determinante de como trabalhar texto em sala para a pesquisa, porque se podem notar as práticas pedagógicas que seguem um caminho diferente das discursivas, porém ambas necessitam de atenção durante o percurso dos estudos acadêmicos. Enfim, percebeu-se que as pessoas podem desenvolver e criar textos apesar das adversidades de aprendizagem, elas possuem um infinito de informações que podem ser passadas para um papel, o apoio de um docente é de suma importância para a orientação, mas quem faz as ideias fluírem é o autor da história.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. Textualidade e gêneros textuais: referência para o ensino de línguas. In: ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo. Parábola Editorial, 2009. p. 49 – 73;

ANTUNES, Irandé. Noções preliminares sobre textos e suas propriedades. *In*: ANTUNES, Irandé. *Análises de textos: fundamentos e práticas*. São Paulo. Parábola, 2010. p. 29-44;

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é Base. Brasília: MEC, 2017;

BRASIL, Ministério da Educação – MEC. Gabinete do Ministro. *Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007*. Dispõe sobre o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1MmMwm_guJ3ZM-J5aeHwc475X_hDub1HyyWNgWvF5Hk/edit2022. Acessado em: 24 maio 2023;

CORNELO, Camila Santos; SCHNECKENBERG, Marisa. *O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID: trajetória e desdobramentos*. *Jornal de Políticas Educacionais*. v. 14, n. 27. Junho de 2020. p. 21;

Edital da CAPES nº 7/2018. Portaria da Capes nº 158/2017. *Chamada pública para apresentação de propostas ao Programa Institucional de Bolsa à Docência (PIBID)*. Brasília – DF, 2018, p.15;

FIORIN, José Luiz, SAVIOLI, Francisco Platão. Denotação e conotação. *In*: FIORIN, José Luiz, SAVIOLI, Francisco Platão. *Para Entender o texto: Leitura e redação*. Editora Ática. São Paulo. 2001. p. 111 - 119;

IRECÊ, Secretaria Municipal de Educação. *Praseguir*. Projeto Piloto de correção de Distorção Idade/Ano. Irecê 2018 – 2020. p. 14;

KOCH, Ingedore Villaça, TRAVAGLA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 11. ed. São Paulo. 2001. p. 94;

KOCH, Ingedore Villaça. *A coesão Textual*. 20. ed. São Paulo. 2005. p. 84;

KOCH, Ingedore Villaça, ELLIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. São Paulo, 2009;

KOCH, Ingedore Villaça, TRAVAGLA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. 11 ed. São Paulo. 2011;

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo. 2020;

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Algumas definições de texto? *In: MARCUSCHI, Luiz Antônio. Linguística de texto: o que é e como se faz?* São Paulo. 2020. p. 20-29;

SANTOS, Veraluce Lima dos. Sistematização do ensino de língua e de gramática. *In:*

SANTOS, Veraluce Lima dos. *Ensino de Língua Portuguesa*. Curitiba: IESDE Brasil S.A.,

2009. p. 95 – 102;

SANTOS, Hilderlândia Penha Machado. *Introdução*. *In: SANTOS, Hilderlândia Penha Machado. Docência na educação básica: formação continuada do professor supervisor do PIBID*. Orientador. Dr^a Jane Andrade Vasconcelos Pacheco Rios. 2017. p. 13-22. Dissertação (Mestrado) – Curso de Letras: Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Jacobina, 2017.

ESTÉTICA DA RECEPÇÃO NA LITERATURA INFANTIL E JUVENIL: ENSINO E SIGNIFICADOS

Thayane Pereira Medeiros³¹
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho³²

RESUMO

A Literatura Infantil e Juvenil está relacionada a percepção histórica do conceito de infância que se concentra na interpretação e experiência estética dos jovens leitores, a partir disso a presente pesquisa tem o objetivo de analisar a Estética da Recepção na Literatura Infantil e Juvenil sobre a prática pedagógica no ensino de leitura e literatura no contexto histórico-social da educação atual. A metodologia irá explorar a revisão da literatura e análise de pesquisa de campo a relevância da formação literária e cognitiva a partir da teoria da Estética da Recepção, que é uma lente valiosa para entender a complexidade da leitura e como o público leitor constroem significados a partir das obras que consomem. A Literatura Infantil e Juvenil nasce no Brasil com a necessidade de expressão dos indivíduos, por isso, é preciso pensar a Literatura Infantil e Juvenil também como arte, não a minimizando a apenas a escrita. Então, se faz necessário se debruçar no ensino e significados da Estética da Recepção na Literatura Infantil Juvenil, como apresenta Antônio Cândido (2000), “a literatura pensada como uma força humanizadora”.

Palavras-chave: Formação Leitora. Estética da Recepção. Literatura Infantil e Juvenil.

ABSTRACT

Children's and Young People's Literature is linked to the historical perception of the concept of childhood, which focuses on the interpretation and aesthetic experience of young readers. Based on this, the research aims to analyze the Aesthetics of Reception in Children's and Young People's Literature on pedagogical practice in teaching reading and literature in the historical-social context of current education. The methodology will explore the literature review and field research analysis the relevance of literary and cognitive training based on the theory of Reception Aesthetics, which is a valuable lens to understand the complexity of reading and how the reading public constructs meanings from of the works they consume. Children's and Youth Literature was born in Brazil with the need for individuals to express themselves, therefore, it is necessary to think of Children's and Youth Literature as art as well, not minimizing it to just writing. Therefore, it is necessary to look into the teaching and meanings of Reception Aesthetics in Children's and Young Adult Literature, as presented by Antônio Cândido (2000), “literature thought of as a humanizing force”.

Keywords: Reading Training. Reception Aesthetics. Children's and Young Adult Literature.

31 Graduada em Letras, Língua Portuguesa e Literaturas, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: thayane.irece@gmail.com.

32 Doutorando no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL/UNEB), Professor no Departamento de Ciências Humanas e Tecnológicas (DCHT) Campus XV, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

1 Introdução

Pensar a concepção de Literatura Infantil e Juvenil brasileira é um fenômeno relativamente recente se compararmos com a Literatura Infantil e Juvenil produzida na Europa que se iniciou no ano de 1697, ainda no século XVII quando Perrault publicou *Contos da mamãe gansa*. No Brasil, de acordo com Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1985), só veio surgir muito tempo depois, já no século XIX, com a efetivação da Imprensa Régia em 1808 com o começo da atividade editorial e publicações esporádicas de livros para crianças.

Desta forma, as autoras consideraram produção insuficiente para caracterizar produção literária brasileira para o público infantil e juvenil, pois durante grande parte do século XIX, o Brasil ainda estava sob influência colonial e, posteriormente, enfrentou desafios relacionados à formação de uma identidade cultural própria. Isso se refletiu na literatura, com uma predominância de obras estrangeiras sendo traduzidas e adaptadas para o público brasileiro, em vez de uma produção literária original voltada para crianças e jovens. Os textos que chegavam ao Brasil eram traduzidos e adaptados das histórias europeias, motivo pelo qual se questionava não só a produção literária, mas também a fidelidade da obra. Com esse cenário começa-se então a discutir a necessidade da criação de uma Literatura Infantil e Juvenil genuinamente brasileira. O gênero literário infantil e juvenil se firma nos anos 80 em razão do crescimento do mercado consumidor, influenciados pela prática de leitura na escolarização.

Este [o público] é favorável, em princípio, ao contato com livros e literatura, na medida em que o consumo desses bens espelha o padrão de escolarização e cultura com que esses novos segmentos sociais desejam apresentar-se frente a outros grupos, com os quais buscam ou a identificação (no caso da alta burguesia) ou a diferença (os núcleos humildes de onde provieram). (Lajolo, p. 27).

Desse modo pode destacar as obras de Monteiro Lobato (1921), qual foi um dos percursores de uma literatura voltada para o público infantil e juvenil no Brasil. Suas obras, que embora resguarde uma série de questões e na contemporaneidade sejam revisitadas, foram de suma importância por apresentar temas públicos contemporâneos

ou históricos, qual se preocupou a ser compreendido por crianças com uma linguagem original e criativa.

A Literatura Infantil e Juvenil, sob a perspectiva de Regina Zilberman, é muito mais do que simples histórias destinadas a entreter crianças e adolescentes. É um universo vasto, rico em possibilidades, que oferece experiências de leitura significativas e enriquecedoras que são aliadas no processo educacional, incentivando a leitura e a análise crítica. Ao integrar a Estética da Recepção à análise da Literatura Infantil e Juvenil buscase não apenas compreender a intenção do autor ao escrever/produzir a obra, mas também os significados atribuídos pelos jovens leitores respeitando a pluralidade de interpretações.

Diante do exposto, a Estética da Recepção na Literatura Infantil e Juvenil explora como os jovens leitores percebem, interpretam e se envolvem com as histórias, personagens e temas presentes nos livros que leem. Essa perspectiva crítica reconhece que a literatura para crianças e adolescentes não é um mero veículo de entretenimento, mas sim um espaço onde os leitores jovens podem se envolver de maneira ativa, desenvolver suas próprias interpretações e construir conexões significativas com o texto.

A Literatura Infantil e Juvenil é uma das áreas editoriais que mais tem se desenvolvido nos últimos anos, devido a uma combinação de fatores. O aumento do poder aquisitivo da população, juntamente com investimentos significativos em programas de incentivo à leitura e políticas públicas voltadas para a educação, que tem ampliado o acesso aos livros. Além disso, a diversificação de temas e gêneros na literatura infantil, abordando questões como diversidade, inclusão e sustentabilidade e o reconhecimento do papel fundamental da leitura no processo da formação escolar.

Desta forma levanta-se várias discussões em volta da Estética da Recepção na Literatura Infantil e Juvenil, questões como a valorização da linguagem, qualidade estética e a busca artística que são elementos de importantes discussões. Hans Robert Jauss (1979), um dos principais expoentes dessa abordagem, propôs que a experiência estética não é uma propriedade intrínseca apenas da obra ou do autor, mas uma interação viva e mutável entre a obra e seu público. Essa perspectiva abre novos horizontes na compreensão da Literatura Infantil e Juvenil, que são gêneros literários fundamentais na formação e desenvolvimento dos jovens leitores.

A experiência estética não se inicia pela compreensão e interpretação do significado de uma obra; menos ainda, pela reconstrução da intenção do seu autor. A experiência primária de uma obra de arte realiza-se na sintonia com seu efeito estético, isto é, na compreensão fruidora e na fruição compreensiva. (Jauss, p. 69).

Desse modo a abordagem da Estética da Recepção na Literatura Infantil e Juvenil oferece uma janela fascinante para compreender como as crianças e adolescentes interagem com a literatura e como essa interação pode formar suas percepções, valores e identidades. Destacando a importância de levar em consideração o público participante e seus contextos específicos ao avaliar e apreciar a literatura destinada a cada faixa etária. Ao examinar a estética da recepção, os pesquisadores e educadores podem investigar como as histórias influenciam o desenvolvimento cognitivo, emocional e moral dos jovens leitores, bem como a maneira como os textos literários podem promover o pensamento crítico e a empatia.

Nesta exploração da Estética da Recepção na Literatura Infantil e Juvenil é possível mergulhar nas complexas relações entre leitores e textos. Buscando significados na sociologia da leitura, Bourdieu (2003) examina como os hábitos de leitura são moldados por fatores sociais, econômicos e educacionais, e como esses hábitos diferenciados podem perpetuar desigualdades sociais, considerando como as experiências de leitura variam de acordo com a idade, o contexto cultural, as expectativas e as experiências pessoais dos jovens. Além disso, essa abordagem crítica também convida a uma reflexão sobre como autores, ilustradores e educadores podem criar obras que ressoem com o público jovem, estimulando sua imaginação, curiosidade e compreensão do mundo.

No decorrer deste estudo, exploraremos as principais teorias e conceitos relacionados à Estética da Recepção na Literatura Infantil e Juvenil, analisando sua influência na apreciação e na interpretação das obras por parte dos jovens leitores a partir de dados construídos por meio de resposta ao questionário desenvolvido por alunos do 8º Ano do Ensino Fundamental, do Colégio Municipal Odete Nunes Dourado, localizado na cidade de Irecê-Ba. Através desse olhar atento à interação entre o texto e o leitor, esperamos ampliar nossa compreensão da riqueza e complexidade da literatura destinada

às novas gerações, revelando como ela pode enriquecer suas vidas e perspectivas de maneira significativa.

Neste estudo utilizaremos a nomenclatura “infantil e juvenil” para fazer referência a Literatura produzida e destinada para crianças e adolescentes, de modo que, adotamos a concepção de Maria Zaira Turchi (2014), que apresenta em seus estudos uma independência entre os termos infantil e juvenil. Essa distinção salienta que o público infantil e juvenil não pode ser considerado o mesmo público, desde que, algumas produções literárias terão suas particularidades, que ora são de características próprias do público infantil e ora do público juvenil.

É válido salientar que a Literatura Infantil e Juvenil não é endereçada unicamente para esse público, portanto, é considerável que nos referimos a Literatura Infantil e Juvenil como obras que são produzidas preferencialmente para esse público, mas sem delimitar faixa etária. Há ainda outra discussão dentro da própria Literatura Infantil e Juvenil sobre a faixa etária dos dois públicos em questão, assim sendo, há uma grande dificuldade de estabelecer e delimitar idades perante o público leitor, tudo vai depender de como o sujeito se desenvolve. Da preparação que recebeu no processo de desenvolvimento cognitivo, suas características sociais, emocionais, afetivas e intelectuais.

Para fundamentação do tema é de suma importância conceituar a teoria da Estética da Recepção e para isso, a pesquisa se apoia em Jauss (1979), renomado teórico alemão e um dos principais proponentes da teoria da Estética da Recepção apresentando uma nova perspectiva para a interpretação literária, deslocando o foco da tradição centrada no autor e na obra para o papel crucial do leitor e do processo de recepção, Jauss propôs um "triângulo literário" composto por autor, obra e leitor. Enquanto a teoria tradicional enfatizava principalmente o autor e sua intenção na criação da obra, Jauss destacou a importância do leitor como participante ativo no processo de interpretação e significado da obra.

As autoras Regina Zilberman (1985) e Marisa Lajolo (1985) enriquecem o aporte teórico contextualizando a Literatura Infantil e Juvenil dentro da história literária, observando sua evolução ao longo do tempo e como reflete aspectos sociais, culturais e educacionais. Contribuem significativamente para a compreensão e valorização da

literatura destinada a crianças e adolescentes, destacando sua importância no desenvolvimento intelectual, emocional e social dos jovens leitores.

Um certo tipo de função psicológica é talvez a primeira que nos ocorre quando pensamos no papel da literatura. A produção desta se baseia numa espécie de necessidade universal e de fantasia, que de certo é coextensiva ao homem, pois aparece invariavelmente em sua vida, como indivíduo e como grupo, ao lado da satisfação das necessidades mais elementares (Candido, 1999 p. 82-83).

Considerando o contexto social é imprescindível à abordagem de Antônio Cândido (1999), qual apresenta a literatura como uma “força humanizadora”, de modo que, a maneira como a obra é recebida pelo leitor poderá apresentar efeitos diferentes, pelas circunstâncias dos sentidos e provocações, em um determinado contexto social, histórico e temporal de o leitor ser influenciado ou não. O que se reflete ainda na função formadora da literatura que para Cândido, a literatura não apenas entretém, mas também desafia e enriquece o leitor, promovendo a reflexão sobre a condição humana e as complexidades da sociedade. Ao se envolver com personagens e tramas, o leitor é convidado a explorar diferentes perspectivas, valores e experiências, expandindo sua compreensão do mundo e contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e cultural. Dessa forma, a literatura exerce uma função educativa, moldando mentes e sensibilidades, e desempenhando um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e conscientes.

A pesquisa, cujo objetivo é analisar a Estética da Recepção na Literatura Infantil e Juvenil sobre a prática pedagógica no ensino de leitura e literatura no contexto histórico-social da educação atual, constrói discussões a partir da autora Tereza Colomer (2015), oferecem uma abordagem abrangente e acessível sobre a literatura destinada a crianças e adolescentes, explorando diversos aspectos essenciais desse gênero literário, fornecendo *insights* valiosos sobre a importância e as características específicas da Literatura Infantil e Juvenil. Em sua abordagem, Colomer (2015) enfatiza a necessidade de oferecer às crianças e jovens acesso a uma ampla variedade de textos literários de qualidade, que não apenas os envolvam emocionalmente, mas também os desafiem intelectualmente e os estimulem a refletir sobre questões complexas. Além disso, a autora ressalta a importância de considerar o leitor como um agente ativo na construção de significados, reconhecendo

a sua capacidade de interpretar e atribuir sentido às obras literárias de acordo com suas próprias experiências e perspectivas. Ao adotar essa abordagem, a Literatura Infantil e Juvenil pode se tornar uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento integral das crianças e jovens, contribuindo para sua formação como leitores críticos, criativos e conscientes.

A fim de contextualizar a importância do ensino de leitura e literatura a pesquisa se apoia em Paulo Freire (1996), na obra “Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa” onde o autor aborda a relação entre leitura e poder, discutindo como o acesso à leitura e à educação pode ser uma ferramenta de empoderamento, especialmente para aqueles historicamente excluídos do processo educacional.

2 Literatura infantil e juvenil valorização e seus significados

A história da Literatura Infantil e Juvenil no Brasil é marcada por uma evolução dinâmica e multifacetada, refletindo os contextos sociais, culturais e educacionais do país ao longo dos séculos. Desde os primórdios da colonização, com a influência das tradições indígenas e europeias, até o florescimento contemporâneo de uma produção literária diversificada e inclusiva, a literatura para crianças e jovens tem desempenhado um papel crucial na formação de identidades e na promoção da educação e da cultura. Ao longo dos anos, autores como Monteiro Lobato, Ana Maria Machado e Ziraldo, entre outros, têm contribuído para enriquecer esse universo literário, oferecendo histórias cativantes, personagens memoráveis e reflexões profundas sobre temas relevantes para o público infantil e juvenil brasileiro.

A valorização da estética na Literatura Infantil e Juvenil é fundamental para envolver e cativar os leitores, oferecendo-lhes uma experiência de leitura visualmente estimulante e emocionalmente envolvente. Esta abordagem encontra respaldo nas ideias de Iser (1979), renomado teórico da estética literária, que enfatiza a importância da interação entre o texto e o leitor na criação de significado estético. Iser argumenta que a estética de uma obra literária desempenha um papel fundamental na atração e na retenção da atenção do leitor, influenciando assim sua interpretação e apreciação do texto.

É sensato pressupor que o autor, o texto e o leitor são intimamente interconectados em uma relação a ser concebida como um processo em andamento que produz algo que antes inexistia. (Iser, p. 105).

Desta forma, na Literatura Infantil e Juvenil, a estética desempenha um papel ainda mais significativo, pois as crianças e jovens são especialmente sensíveis aos elementos visuais, como ilustrações, cores, tipografia e design gráfico. Ao considerar cuidadosamente a estética das obras destinadas a esse público, os autores, ilustradores e editores podem criar livros que não apenas contam histórias cativantes, mas também estimulam a imaginação, promovem o desenvolvimento visual e emocional, e despertam o amor pela leitura desde cedo.

A relação entre o leitor infantil e juvenil e o texto é profundamente influenciada pela capacidade única desses leitores de se engajarem de forma ativa e imaginativa com as narrativas. Para crianças e jovens, a experiência de leitura vai além da simples decodificação das palavras; ela é caracterizada por uma imersão emocional e cognitiva nas histórias, personagens e mundos criados pelos autores. Nessa relação, os leitores são desafiados a explorar diferentes perspectivas, a desenvolver empatia por personagens fictícios e a refletir sobre questões complexas, ao mesmo tempo em que encontram prazer e entretenimento na aventura literária. Ao interpretarem os textos de acordo com suas próprias experiências e sensibilidades, os leitores infantis e juvenis contribuem ativamente para a construção de significados, tornando a experiência de leitura uma jornada única e enriquecedora.

A Literatura Infantil e Juvenil embora seja muitas vezes considerada uma forma de "literatura menor" em comparação com a literatura adulta, tal conceito é desafiado por teóricos como Deleuze e Guattari (2012). De acordo com os autores, a literatura "menor" não deve ser vista como inferior, mas sim como uma forma de resistência e subversão às normas estabelecidas. Nesse sentido, a literatura infantil e juvenil pode ser interpretada como um espaço de liberdade criativa e potencial transformador, capaz de questionar estruturas de poder e oferecer novas perspectivas sobre o mundo. Ao explorar temas e experiências próprias da infância e da adolescência, essa literatura desafia as hierarquias

tradicionais entre "literatura maior" e "literatura menor", destacando-se como uma forma de expressão cultural legítima e significativa.

No ensino da Literatura Infantil e Juvenil, os fundamentos da autora Regina Zilberman oferecem uma perspectiva rica e abrangente sobre a importância e os desafios desse campo. Zilberman destaca a necessidade de abordar a literatura infantil e juvenil não apenas como uma forma de entretenimento, mas como um instrumento fundamental para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Ressalta a importância de selecionar textos literários de qualidade, que possam estimular a imaginação, promover a reflexão crítica e ampliar o repertório cultural dos alunos. Além disso, Zilberman destaca a relevância de abordagens pedagógicas que incentivem a interação ativa dos alunos com os textos, como a leitura compartilhada, a discussão em grupo e a produção de trabalhos criativos. Ao adotar os fundamentos propostos por Regina Zilberman, os educadores podem criar experiências de aprendizagem significativas e enriquecedoras que contribuam para a formação de leitores críticos, sensíveis e conscientes.

Desse modo, a importância pedagógica do ensino e da leitura com foco na Literatura Infantil e Juvenil é amplamente sustentada por teóricos da área da educação. Segundo Paulo Freire (1989), por exemplo, a leitura não é apenas uma atividade de decodificação de palavras, mas um ato de compreensão crítica e reflexão sobre o mundo. Freire enfatiza que a leitura deve ser um processo dialógico, no qual os alunos são incentivados a questionar, interpretar e relacionar os textos com suas próprias experiências e realidades sociais.

Além disso, Vygotsky (1997) destaca a importância da interação social no processo de aprendizagem da leitura, argumentando que o diálogo entre os alunos e com o professor promove o desenvolvimento das habilidades linguísticas e cognitivas. Já o psicólogo Jerome Bruner (1976) defende a importância de uma abordagem construtivista da leitura, na qual os alunos são incentivados a construir ativamente significados a partir dos textos, utilizando suas próprias estratégias e conhecimentos prévios.

Bruner destaca que a aprendizagem deve ser centrada no sujeito, e a leitura, nesse sentido, deve ser um meio de construção de sentido, em que o leitor constrói suas próprias representações e interpretações do mundo. Esse ponto de vista valoriza a interação entre o leitor e o texto, considerando que a compreensão de um texto é resultado da atividade

mental do indivíduo, e não uma simples absorção passiva de informações. Para Bruner, a leitura construtivista favorece a formação de leitores críticos, capazes de atribuir significados variados e pessoais aos textos, desenvolvendo não apenas habilidades cognitivas, mas também capacidades de reflexão e análise.

Em suma, esses teóricos ressaltam que o ensino e a leitura são fundamentais para o desenvolvimento intelectual, emocional e social dos alunos, promovendo a autonomia, a criatividade e o pensamento crítico. Diante disso, a leitura não deve ser vista apenas como um processo de decodificação de palavras ou compreensão literal de informações, mas como uma atividade em que o leitor, com base em seus conhecimentos prévios, experiências e contextos culturais, participa ativamente da interpretação do texto.

3 Reflexões sobre o ensino da literatura infantil e juvenil

Este artigo foi inspirado através de estudos desenvolvidos durante o curso de graduação em Letras/UNEB *campus XVI*, cujo objetivo foi conhecer as experiências de leituras literárias vivenciadas pelos estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental – Anos finais do Colégio Municipal Odete Nunes Dourado, a partir da prática da leitura, representações e apropriações das obras quais tiveram/tem acesso. Levou-se em consideração nessa pesquisa não somente a prática da leitura realizada em âmbito escolar, como atividade pedagógica, mas também as leituras e/ou acesso a literatura em diferentes contextos sociais da vida cotidiana, considerando assim as leituras realizadas por escolha espontânea do aluno.

Para a construção adotamos por método a pesquisa qualitativa de caráter exploratório, recorrendo a aplicação de questionário (*in loco*) enquanto instrumento de construção de informação. Contendo doze perguntas abertas, o questionário foi aplicado numa turma de trinta e cinco alunos, sublinhando que no momento da investigação oito alunos estavam ausentes e apenas vinte e sete participaram da pesquisa. Com essa abordagem possibilitou aos alunos que o *feedback* fosse posto com suas próprias palavras, assim, esses sujeitos puderam falar mais sobre suas experiências e preferências de forma singular.

A construção dos tópicos e abordagem do questionário buscou contemplar alguns aspectos relacionados ao ensino e prática de leitura e literatura, tais como: a) hábito/prática de leitura (desenvolvimento pessoal e intelectual); b) recepção (apreciação e compreensão); c) ensino e práticas pedagógicas; d) representações/interpretação da leitura (ampliação da compreensão e reflexão crítica). Mesmo havendo diversas respostas as questões que foram selecionadas para análise, optou-se por apresentar neste estudo aquelas que mais dialogaram com o objetivo da discussão apresentada neste artigo. Em função do artigo científico ser curto em espaço, não dando para contemplar todas as respostas foram estabelecidos critérios de seleção, inclusão e exclusão dos itens aqueles que melhor refletiram e problematizaram com os objetivos gerais e específicos empenhados por este artigo.

A leitura literária é muito mais do que uma simples decodificação de palavras, é uma experiência rica e multifacetada que envolve a interação complexa entre o texto e o leitor. De acordo com Roland Barthes (1987), renomado teórico da semiótica, a leitura é um ato de criação, no qual o leitor atribui significados pessoais e constrói interpretações únicas a partir dos elementos presentes no texto. Nesse sentido, a leitura literária não se limita apenas à compreensão literal do que está escrito, mas também envolve a análise de símbolos, metáforas e subtextos, bem como a consideração do contexto histórico, cultural e social no qual a obra foi produzida. Assim, a leitura literária não apenas enriquece a compreensão do mundo e da condição humana, mas também convida o leitor a explorar sua própria identidade, valores e experiências por meio da lente da narrativa.

Desse modo, buscamos compreender como os jovens leitores constroem significados a partir da leitura literária, a fim de conhecer o processo de interação entre os jovens leitores. Ao questioná-los sobre o hábito e a prática de leitura literária, como “ação pedagógica” e/ou motivadas por interesse pessoal espontânea, quando o sujeito “lê para si” (Rezende, 2013) percebemos que não é uma prática constante e sistematizada, os entrevistados relatam que o contato/acesso a livros literários acontecem mediante provas, atividades e trabalhos escolares. Alguns deles relatam não praticar ou tornar a leitura um hábito por falta de tempo e/ou por simplesmente não gostar de ler, foram comuns respostas como “não tenho paciência para ficar lendo um livro”, “não gosto de livros”,

“tenho que ajudar minha família e não sobra tempo para leitura”, “tenho que trabalhar no horário oposto a escola”.

Percebe-se hoje em dia que muitas crianças e adolescentes não desenvolvem o hábito da leitura, seja por falta de interesse ou por não encontrarem tempo em suas rotinas ocupadas. A vida moderna, repleta de atividades extracurriculares, tecnologia e redes sociais, muitas vezes competem com o tempo que poderia ser dedicado à leitura. Em consequência dessas respostas pode-se repensar a prática pedagógica oferecida a esses jovens leitores para que seja conduzida de forma prazerosa e significativa, pois os jovens não gostam de ler simplesmente porque ainda não encontraram o tipo certo de livro (texto/gênero) que os cativa e os envolve emocionalmente. É necessário que educadores e pais estejam atentos aos interesses individuais dos jovens e de fornecerem acesso a uma ampla gama de gêneros e estilos literários, permitindo que eles descubram suas próprias preferências e desenvolvam uma relação positiva com a leitura.

Quando trazemos para a pauta a apreciação e compreensão do texto, ou seja, a maneira quais as obras são recebidas pelos leitores pode-se observar que os alunos não estão sendo sensibilizados pela leitura literária, alguns relataram que não conseguem memorizar e/ou interpretar o que leem e outros que leram de forma utilitarista (apenas para alcance de notas nas atividades avaliativas). Levando em consideração o processo de ensino e leitura, podemos observar que os jovens leitores não absorvem passivamente as histórias, ou seja, apresentam dificuldade para interpretar ativamente os elementos narrativos quais poderiam facilmente se relacionar às suas próprias experiências, emoções e imaginação.

Podemos perceber ainda mediante questionário o acesso à literatura contemporânea por parte de alguns participantes, autores como Conceição Evaristo e Itamar Vieira Júnior foram citados. O acesso à literatura contemporânea por jovens é crucial para sua formação cultural e intelectual. Através de obras que refletem temas e realidades atuais, os jovens podem desenvolver uma compreensão mais profunda do mundo ao seu redor, além de explorar diferentes perspectivas e identidades. Este contato com narrativas contemporâneas não só enriquece sua imaginação e criatividade, mas também os prepara para enfrentar os desafios e dilemas do século XXI com maior empatia e discernimento. A literatura infantil clássica também foi citada ao serem questionados

sobre quais títulos/narrativas tinham realizado a leitura recentemente, *Os três porquinhos*, *Cinderela*, *Aladim* foram os mais citados.

É nessa perspectiva que as ações pedagógicas voltadas para o incentivo à leitura e promoção de práticas democráticas e críticas devem encorajar os alunos a participar de discussões significativas sobre os textos, a relacioná-los com suas próprias vivências e a refletir sobre seu papel na sociedade. Além disso, enfatizar a importância de selecionar materiais de leitura que estejam conectados com a realidade e os interesses dos alunos, tornando a experiência de leitura mais relevante e significativa para eles. Dessa forma, as ações pedagógicas, inspiradas nas ideias de Paulo Freire (2003), buscam não apenas desenvolver habilidades de leitura, mas também promover uma visão crítica e emancipadora do mundo por meio da literatura. Ao envolverem-se com personagens cativantes, enredos envolventes e ilustrações vibrantes, os jovens leitores constroem uma relação íntima e pessoal com a literatura, moldando suas percepções estéticas e desenvolvendo um gosto pela leitura que pode perdurar por toda a vida.

Ao abordar o ensino e práticas pedagógicas voltadas para a leitura literária pode-se perceber que é essencial repensar o ensino da leitura, adotando abordagens inclusivas, críticas e interativas que valorizem a diversidade, promovam a reflexão e inspirem o amor pela literatura em todos os alunos. E, como as demais questões, o ensino e as práticas pedagógicas voltadas para a leitura literária também nos levam a desafios significativos que merecem ser problematizados.

Um dos principais problemas é a falta de diversidade e representatividade nos materiais de leitura, que podem não refletir as experiências e identidades dos alunos, especialmente aqueles de grupos marginalizados. Além disso, abordagens pedagógicas tradicionais podem enfatizar apenas a compreensão literal dos textos, negligenciando a importância da interpretação crítica e do engajamento emocional com a literatura. Outro desafio é a competição com formas de entretenimento digital, que podem atrair a atenção dos alunos de maneira mais imediata e cativante do que a leitura de livros.

No tocante da ampliação da compreensão e reflexão crítica percebe-se que a representação e interpretação da leitura infantil e juvenil são processos fundamentais que permitem às crianças e aos jovens explorarem e compreenderem o mundo ao seu redor por meio das histórias. Ao se envolverem com personagens, enredos e cenários presentes

nos livros, eles não apenas absorvem informações, mas também constroem significados pessoais e desenvolvem habilidades de análise crítica e empatia. Através da interpretação das narrativas, as crianças e jovens são capazes de refletir sobre questões importantes, explorar diferentes perspectivas e desenvolver uma compreensão mais profunda de si mesmos e dos outros. Essas representações e interpretações da leitura não apenas enriquecem a experiência de leitura, mas também contribuem para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos leitores em formação.

Considerações finais

Diante da análise realizada sobre a Estética da Recepção na Literatura Infantil e Juvenil, torna-se evidente a importância de compreendermos a interação dinâmica entre os textos literários e os leitores mais jovens. Ao longo deste trabalho, exploramos como os elementos estéticos das obras, como narrativas e ilustrações, podem influenciar a experiência de leitura e a construção de significados por parte dos leitores em formação. Além disso, investigamos como práticas pedagógicas voltadas para o incentivo à leitura podem ser embasadas na Estética da Recepção, promovendo uma abordagem mais crítica, reflexiva e inclusiva da Literatura Infantil e Juvenil.

A análise dos resultados nos permitiu reconhecer que a Estética da Recepção não apenas enriquece a experiência de leitura das crianças e dos jovens, mas também oferece oportunidades para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais. Ao valorizarmos a diversidade de vozes e perspectivas presentes na Literatura Infantil e Juvenil ao estimular a interação ativa dos leitores com os textos, contribuindo para a formação de leitores críticos, sensíveis e criativos.

No entanto, é importante reconhecermos que há desafios a serem enfrentados no contexto do ensino da Literatura Infantil e Juvenil, especialmente no que diz respeito à seleção de materiais de leitura e à promoção de práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis a todos os alunos. Nesse sentido, este trabalho ressalta a necessidade de continuarmos a investir em pesquisas e iniciativas que visem aprimorar o ensino e a promoção da leitura literária entre as crianças e os jovens, reconhecendo o potencial transformador da literatura na vida de cada leitor.

Ao longo deste trabalho, exploramos a importância da Literatura Infantil e Juvenil como ferramenta educacional e cultural, destacando seu papel na formação de leitores críticos e imaginativos desde os primeiros anos de vida. Analisamos e discutimos o impacto positivo que o contato precoce e contínuo com a literatura pode ter na construção de identidades e na promoção da diversidade. A Literatura Infantil e Juvenil não deve ser subestimada em seu potencial transformador, pois desempenha um papel crucial na formação de indivíduos capazes de enfrentar os desafios do mundo contemporâneo com sensibilidade e resiliência.

Considerando o letramento literário, que vai além da simples leitura de textos ficcionais, sendo um processo que envolve a compreensão e a interpretação de narrativas literárias, de forma a promover uma reflexão sobre a realidade social, cultural e histórica, pode-se inferir como sendo uma prática pedagógica a ser adotada no contexto ao qual a pesquisa foi desenvolvida.

Rildo Casson (2006), autor que se dedica ao estudo do letramento literário, destaca a importância dessa prática como um meio fundamental para o desenvolvimento crítico e reflexivo dos leitores. Para Casson, ao entrar em contato com diferentes formas de expressão literária, os indivíduos desenvolvem habilidades que contribuem para a sua autonomia intelectual, além de adquirir uma maior capacidade de se expressar e de se posicionar diante das diversas questões do mundo. O letramento literário, portanto, é visto como uma ferramenta poderosa para a formação de cidadãos críticos, participativos e conscientes de seu papel na sociedade.

Assim, conclui-se que a Estética da Recepção na literatura infantil e juvenil representa não apenas um campo de estudo promissor, mas também uma ferramenta poderosa para a promoção da leitura e o desenvolvimento integral dos jovens leitores. Ao incorporarmos os princípios e as práticas derivadas dessa abordagem em nossas ações pedagógicas e sociais, podemos contribuir para a formação de uma sociedade mais crítica, imaginativa e empática, onde a literatura ocupa um lugar central na construção de significados e na busca por um mundo mais justo e igualitário.

Referências

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discntis/index>
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522

- JAUSS, Hans Robert. A Literatura e o leitor: textos de estética da recepção. et all. Coordenação e tradução de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ANDRUETTO, María Teresa. Por uma literatura sem adjetivos. In. _____; trad. Carmem Cacciacarro. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.
- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In. ORTIZ, Renato. (Org). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003. p. 39–72.
- CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: Remate de Males. **Revista do Departamento de Teoria Literária**, Unicamp: IEL, p. 81-90. 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635992>. Acesso em: 17 de abril de 2024.
- COLOMER, Tereza. A articulação escolar da leitura literária. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. In. _____; tradução Laura Sandroni, São Paulo. Global, 2007.
- DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Felix. **Kafka: por uma literatura menor**. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Lisboa: Assírio & Alvim, 2002.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 45. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- LAJOLO, Marisa. **Literatura: ontem, hoje, amanhã**. 1. ed. Unesp, São Paulo: 2018.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira: história e histórias**. São Paulo: Ática, 1985.
- Vygotsky: **Aprendizado e Desenvolvimento, um Processo Sócio-Histórico**, In. Marta Kohl de Oliveira. ed. Scipione. 1997.

EXPERIMENTAÇÕES EM *O QUE OS CEGOS ESTÃO SONHANDO?* DE LILI JAFFE E NOEMI JAFFE: MOMENTOS DE FORÇA EM MEIO À NARRATIVA DE BARBÁRIE

Gabriela de Jesus Barreto
Malane Apolonio da Silva

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar como as escritoras Noemi Jaffe e Lili Jaffe, ambas da mesma família, filha e mãe, ao organizarem um diário, conseguem fazer parte do mesmo, projetam o testemunho, o não esquecimento e a tentativa de acionar o que se é contado a partir da leitura do diário *O que os cegos estão sonhando?*. A metodologia empregada será a análise qualitativa, de caráter descritiva, explicativa e bibliográfica com foco na literatura de testemunho. Espera-se que a pesquisa trace apontamentos à respeito dos mecanismos de escrita e ferramentas literárias que as autoras utilizam no objeto de pesquisa ao relatar as experimentações de dor que estão presentes em cada momento narrado e estabelecer essa narrativa de força em meio à guerra quando se é sentenciado a morte. Assim, para realizar essa pesquisa utiliza-se o embasamento teórico de Agamben (2008), Seligmann-Silva (2008), Zilberman (2023), Bauman (1998), Hoffman (2018), Deleuze (1993), ademais.

Palavras-chave: Literatura de Testemunho; Diário; Holocausto.

ABSTRACT

This article aims to analyze how writers Noemi Jaffe and Lili Jaffe, both from the same family, daughter and mother, when organizing a diary, manage to be part of it, project testimony, non-forgetfulness and the attempt to activate what is happening. is told from the reading of the diary *What are the blind people dreaming about?*. The methodology used will be qualitative analysis, descriptive, explanatory and bibliographical with a focus on testimonial literature. It is expected that the research will outline notes regarding the writing mechanisms and literary tools that the authors use in the research object when reporting the experiences of pain that are present in each narrated moment and establishing this narrative of strength in the midst of war when is sentenced to death. Thus, to carry out this research, the theoretical basis of Agamben (2008), Seligmann-Silva (2008), Zilberman (2023), Bauman (1998), Hoffman (2018), Deleuze (1993), in addition, is used.

Keywords: Testimony Literature; Daily; Holocaust.

INTRODUÇÃO

O testemunho na literatura é base no campo crítico à respeito do processo de discussões contemporâneas sobre o holocausto. A literatura de testemunho é uma escrita responsável por narrar acontecimentos e apresentar possibilidades de criações de memórias e experiências a partir de experimentações. Nessa fase da literatura, algumas marcas são encontradas como o registro em primeira pessoa com os relatos narrados, o desejo de justiça, a resistência, entre outros. Além de contribuírem em assuntos que dialogam com outras áreas de estudos, como na história e na filosofia com reflexões existenciais do ser humano. Mas de qual forma se percebe na escrita literária uma linguagem de força em meio à barbárie?

A obra *O que os cegos estão sonhando?* é a escrita de um diário que relata formas de sobrevivência em meio à barbárie, o maior genocídio do século XX, na Segunda Guerra Mundial. Noemi Jaffe (2012) constrói uma escrita individual a partir da memória da sua mãe, enfatizando assim, a potência da escrita de Noemi no diário. Uma narrativa que garante a permanência do testemunho em um cenário com mais expectativa de morte do que de vida, através da escrita que a autora produz sobre o seu cotidiano, que consegue se afastar um pouco da dura realidade do período e acreditar que ainda existia vida além de todo sofrimento.

No diário, a escrita de Noemi Jaffe se organiza em três partes, tais escritas por três mulheres de gerações diferentes. Na sua parte, Noemi escreve a partir dos relatos da sua mãe, Lili Jaffe, e depois publica o livro para que outras pessoas tivessem contato com esses relatos. Os diálogos aparecem no diário:

É como se ela já soubesse e como a filha tivesse nascido para ler o diário, para dá-lo a público e também seria por isso que ela o teria escrito, já que não tinha o hábito de escrever. Ninguém, dentre os conhecidos dela, escreveu. (Jaffe, 2012, p. 207).

Em resumo, esta pesquisa pretende analisar como a escrita de Noemi Jaffe apresenta para o leitor uma linguagem de força em meio à barbárie, indicar quais são os mecanismos e ferramentas de escrita literárias que a autora utiliza nesse diário, relatar as experimentações de vida que estão presentes em cada momento narrado e estabelecer as

experimentações de força em meio à guerra quando se é sentenciado à morte. Dessa forma, será utilizada a literatura para exprimir o que se oprime, através da escrita de Noemi Jaffe. A metodologia empregada será a análise qualitativa, de caráter descritiva, explicativa e bibliográfica com foco na literatura de testemunho.

1. ANÁLISE DA LINGUAGEM LITERÁRIA A PARTIR DA OBRA *O QUE OS CEGOS ESTÃO SONHANDO?*

O conceito “Literatura de Testemunho” originou-se do termo “Literatura do Holocausto”, (Maciel, 2016) que foi um período odioso liderado por Adolf Hitler, na Alemanha, que pregava o preconceito, ódio, manipulação e realizou o maior massacre de judeus, ciganos, homossexuais e demais grupos de pessoas; sendo uma época marcada pela violência como processo histórico de exclusão social.

Para conhecer mais sobre esse período da história foram feitas pesquisas que dialogam com essa temática e uma delas foi encontrada no texto *Modernidade e Holocausto*, do autor Zygmunt Bauman (1998) que fala sobre esse crime bárbaro.

[...] um crime horrendo perpetrado por gente iníqua contra inocentes. Um mundo dividido entre assassinos loucos e vítimas indefesas, com muitos outros ajudando as vítimas quando podiam, mas a maior parte do tempo incapazes de ajudar. Nesse modo, os assassinos assassinavam porque eram loucos, cruéis e obcecados por uma ideia louca e depravada. As vítimas iam para o matadouro porque não eram páreo para o inimigo poderoso armado até os dentes. O resto do mundo só podia assistir, atordoado e agonizado, sabendo que apenas a vitória final dos exércitos aliados contra o nazismo poria fim ao sofrimento humano. (Bauman, 1998, p. 9).

A partir da consideração de Bauman, pode-se compreender melhor como ocorreu um dos piores (ou senão o pior) período de genocídio da história da humanidade. Além da obra *Modernidade e Holocausto*, outras obras possuem o cunho biográfico, histórico e testemunhal que fazem o leitor conhecer e adentrar nos fatos bárbaros e catastróficos ocorridos ao que remete o Holocausto judeu na Segunda Guerra Mundial. Uma dessas obras é o diário *O que os cegos estão sonhando?*, publicada em 2012, e se divide em três

partes, cada uma com uma perspectiva divergente em que as personagens escreverem sobre o período do holocausto na Alemanha. Essa obra foi divulgada por Noemi Jaffe, uma escritora, professora, crítica literária e doutora na área de literatura brasileira; essa escrita foi produzida a partir dos relatos de testemunho da sua mãe, Lili Jaffe, uma das sobreviventes do período da Segunda Guerra Mundial, que ocorreu no século XX, o qual foi frisado como a “era da catástrofe”.

Na escrita de Noemi (2012), percebe-se que ela mescla as suas memórias construídas referentes ao que ouvia sobre o regime militar, com os relatos pessoais da sua mãe ao falar sobre o amor e as torturas que passava nos campos de concentração. Ao analisar a sua escrita, é latente o diálogo existente com outras histórias, como a produção do texto convida o leitor a saber da história do outro e de qual forma acontece a movimentação no texto para que esse tipo de escrita tenha continuidade, sendo uma escrita que causa incômodo.

A escrita do diário aproxima o leitor ao que aconteceu na Segunda Guerra Mundial, e ativar a compreensão desse acontecimento faz com que as pessoas tenham outro olhar perante aos acontecimentos. Com as análises feitas sobre as obras e trabalhos em destaque, percebe-se como o ato da retomada ao passado influencia na geração de reflexões sociais e políticas no discurso literário ao escrever sobre os relatos testemunhais que retomam aos acontecimentos históricos, como o período do holocausto para ressaltar elementos reais.

A Literatura de testemunho possui uma forte relação com os traços de compromisso político quando relata a verdadeira história de opressão do povo judeu, realizada a partir dos relatos de testemunho, das experiências dos oprimidos e das lutas políticas (Martin, 2018). Em relação à violência, a escrita busca registrá-la e interpretá-la, como também possui um papel de denunciar os crimes cometidos ao narrar sobre o que essas pessoas sofreram e hoje não podem falar. Testemunhar é uma condição de sobrevivência ao reconstruir um espaço simbólico de vida, pois a literatura de testemunho é uma resistência às ditaduras.

A literatura, como forma de arte na escrita, se relaciona com o horror que foi a experiência traumática do holocausto, e esses relatos são fontes documentais com o suporte da história e da memória individual ou coletiva para a área da teoria literária ao

ter um discurso de resistência e o rompimento do silêncio, pois a tentativa do esquecimento é a omissão e negação dos fatos. A escrita tem o poder de impedir o esquecimento e que fatos odiosos, como o holocausto se repita, porque não falar sobre isso, seria uma forma de aceitar. Assim, encontram-se, na escrita de Noemi, relatos a respeito do assunto.

Para a filha, quantos relatos foram feitos sobre histórias de sobreviventes, nunca será o suficiente. Todo e cada relato é bem-vindo. Faltam, no máximo, vinte anos para que os sobreviventes desapareçam, morram. Quando isso acontecer, outra etapa desta história vai começar e é preciso preparar-se para ela. O que serão os campos de concentração daqui a cinquenta anos? Um nome? (Jaffe, 2012, p. 186).

A escrita do objeto de estudo desse artigo, a obra *O que os cegos estão sonhando?*, é um instrumento de lembrança. No entanto, o governo de Adolf Hilter utilizou esse período como arma política, um instrumento de poder com o objetivo de alcançar controle político sobre forças antagônicas com a aniquilação de documentos públicos. Porém, a arte e a memória possuem uma estreita relação que alimentam o papel da perpetuação entre o passado e o presente, pois é uma escrita que se faz necessária “A necessidade absoluta do testemunho. Ele se apresenta como condição de sobrevivência” (Seligmann-Silva, 2008, p. 73). Ademais, a escrita do diário demarca o seu lugar de instrumento de lembrança.

Lendo o diário, a filha percebe que as histórias que ela conta são exatamente aquelas que estão escritas ali. Provavelmente, ela fixou a memória do que escreveu. Ou melhor, fixou porque escreveu. O que teria acontecido se ela não tivesse escrito esse diário? Tudo, como o resto que ela não escreveu, teria sumido? É possível. Onde estão, quais foram as coisas que ela viveu e esqueceu? Houve coisas piores, ou talvez mais engraçadas, ou mais específicas? Nada, nada. (Jaffe, 2012, p.196).

Assim, relacionar a produção de lembranças à literatura, é assumir a ficção e o real que foi vivido, sendo nesse real que o autor aciona a tentativa de sobrevivência e de força em meio à barbárie. Com essa liberdade ficcional, o autor fortalece a sua

sensibilidade na escrita através de uma experiência individual, de permanente construção e desconstrução nesse processo de criação

Fim último da literatura, distinguir no delírio essa criação de uma saúde, ou essa invenção de um povo, quer dizer, uma possibilidade de vida. Escrever para esse povo, que falta (“para “significa menos “no lugar de” do que “na intenção de”) (Deleuze, 1993, p.6).

Nas escritas sobre períodos de guerras, o indivíduo presente precisa-se de uma aproximação do evento catastrófico para ter condições de produzir um testemunho compreensível e sólido. Neste processo, a lógica de tempo e espaço é quebrada, e uma construção da identidade dos indivíduos, especificamente a de Lili Jaffe, que foi uma das sobreviventes do holocausto, é elencada. Dessa forma, a tentativa da destruição dessa identidade foi citada.

Era preciso que cada um se sentisse intimamente perseguido e culpado na sua identidade mesma e, assim não havia como reagir, porque o método era justamente destruir a individualidade, todo resto ou sombra de identidade, para depois cobrar a resistência. Então vendo: vocês não resistem, não reagem, então merecem ser tratados como nós os tratamos (Jaffe, 2012, p. 175).

Nas escritas de diários, normalmente existe uma lógica de tempo, porém a autora não podia relatar os acontecimentos no momento ocorrido, já que era proibida de escrever pelos nazistas. Assim, escreveu posteriormente. A autora quebra a lógica do tempo quando usa o tempo verbal no presente, já que os acontecimentos ocorreram no passado, para tornar o texto ainda mais potente para as experimentações de momentos de força serem mais vivas, marcantes e bonitas para os leitores. O texto literário apresenta essa quebra e a justificativa dela em:

Ela diz que não tem domínio da escrita, da linguagem, mas escreve sobre o passado usando o tempo presente, como faria uma escritora. Ao usar esse recurso, dá muito mais força ao efeito da realidade e dramaticidade do texto. Por que ela começa o relato

da captura no presente? De onde vem essa estranha consciência literária? (Jaffe, 2012, p. 191).

No texto *A Literatura da Resistência: A Busca pela Compreensão da Memória do trauma por uma escrita de Ausências*, da escritora Catiussa Martin³³, enfatiza isso em: “Têm-se, então, as marcas da dor, o silêncio e as patologias. O trauma altera a memória, que dificulta ou impede a vítima, até certo ponto, de se recuperar, transmitir ou falar sobre o acontecido” (p.15). Essa escrita possui um compromisso com o real, que passa a ser pertencente à vida. É uma escrita que escancara as suas fraturas e silêncios, é onde a voz do sobrevivente é acolhida, é uma ponte entre o sobrevivente e a realidade, e entre ele e a sociedade de um tempo passado que se faz presente “logo, é uma história subjetiva. Ou seja, é uma lembrança que acontece gradativamente, como uma colcha de retalhos, influenciada pelo ontem, o hoje e o amanhã”. (Martin, 2018, p. 156).

A literatura de testemunho que é empregada na obra *O que os cegos estão sonhando?* é uma produção contemporânea que retrata a violência acometida no passado, e que proporciona vozes, sentimentos, identidade de sujeitos que não se faz presentes, que se registra, compartilha memórias afetivas, como silêncio e dor, em torno dos campos de concentração. É uma memória que se mantém viva para os sobreviventes de conflitos internos, como o holocausto e o passado ativo, porém, só a partir dessa saída da zona de conforto que o testemunho pode surgir.

A memória abordada na literatura de testemunho é uma memória atual, eterna no presente e com um compromisso com o real, que relata a violência e o preconceito ocorridos no período do holocausto, mas se perpetua até hoje sem a presença do esquecimento, pois ao ativá-lo, mantém-se as lembranças vivas para que não aconteça novamente. A produção desse diário fez com que essas lembranças fossem compartilhadas, passadas de geração em geração e fossem publicadas. O que se é narrado em um dos diálogos entre mãe filha à respeito da criação do diário:

Escrever, para ela, nunca foi um hábito. Entretanto, ela insistiu em registrar os acontecimentos recentes, depois da experiência do campo de concentração, com desenvoltura e lirismo

33 Doutoranda em Letras (Literatura) pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: catiussamartin@hotmail.com.

impressionantes. Quando, no processo de criação deste livro, perguntei a ela por que ela quis tanto escrever, ela me respondeu instantaneamente: “Para que você lesse!”. (Jaffe, 2012, p. 8.)

Ao escrever esse tipo de literatura, consegue-se aprender com a história, e a memória transforma experiências atuais através da escuta e percepção de vida para analisar esse presente e da sensibilidade acionada na escrita. A memória deve ser conservada, para que não desapareça, porque junto com ela vai à identidade do indivíduo, pois a identidade reside na memória. A garantia de fontes de pesquisa e conhecimentos são preservadas e transmitidas, pois devemos saber mais sobre o holocausto. O passado que a memória conserva não pode ser glorificado, mas, sim, guardado e modificado no presente ao ser escrita uma história atual através de um novo olhar.

A linha de pesquisa nas universidades, como a Universidade Federal de Pelotas-UFPel e na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, no campo do testemunho tem-se mantido vivo o discurso da memória do holocausto, e essa escrita tem contribuído nas questões sociais e políticas. Assim, essa literatura que cria e relembra é uma forma de enfrentamento do medo e perigo do esquecimento, com estratégias de sobrevivência. É sair-se do contexto de guerra e adentrar ao mundo da escrita, da criação de uma literatura como meio de sobrevivência, o que é narrado no diário.

Distrair-se é vital para sobrevivência; quem só se concentra provavelmente não sobrevive. Mas é preciso habituar-se ao horror para conseguir superá-lo; criar rotinas, rituais, símbolos. E distrair-se: falar sobre comida, lembrar –se de poemas, lembrar de feriados, rezar, conversar, contar. Distrair-se é sair dos trilhos. Para sobreviver é preciso estar nos trilhos e escapar esporadicamente deles; verso também é versão; poesia é versão fora dos trilhos. São necessárias versões, mentiras, simulações, histórias para sobreviver. Para sobreviver, para sobreviver à sobrevivência, para continuar, para lembrar, para esquecer, para lembrar (Jaffe, 2012, p. 145-146).

A produção de histórias dos períodos odiosos alimenta a memória e deixa ela viva quando compartilhada, além de acionar um olhar além das cercas de arames farpados dos campos de concentração presentes na Segunda Guerra Mundial. Um lugar que foi por muito tempo dominado pela ausência de testemunho pelo seu enorme número de pessoas

mortas, pois o período do holocausto e da censura se instalou por muito tempo. Nos campos de concentração, o destino final para calar essas pessoas que poderiam um dia pensar em falar ou escrever sobre esse período, era resumido em mortas nas câmaras de gás; no entanto, as suas memórias eram indestrutíveis.

O livro *O que os cegos estão sonhando?*, publicado em 2012, produz o recomeço de vida através do que se é elaborado. A obra literária constata, por meio da necessidade de Noemi Jaffe, relatar a absurda violência que a sua mãe sofreu nos campos de concentração, com a sua percepção diferente e única. Noemi aciona o processo de criação quando ouve o testemunho da sua mãe e, a partir disso, escreve uma “nova história” no presente, o que ativa a recordação que é perturbadora e dolorosa. Ademais, ela explora o seu potencial de escrita ao ouvir e relatar esse testemunho, também mostra que existe vida no mundo ao lado de fora da cerca de arame farpado, isso por meio da literatura.

“Testemunho e literatura são indissociáveis” (Seligmann-Silva, 2018). Essa característica se mantém, e esse testemunho é derivado da violência, pois a escrita é um modo de sobrevivência à barbárie. A urgência desse ato de testemunhar faz com que essa escrita seja latente e possua uma mensagem insuportável de ser transmitida, haja vista que a urgência desse testemunhar faz com que o trauma narrado por um sobrevivente marque a sua vida e também a história da humanidade. No entanto, são histórias que jamais devem ser esquecidas, por esse motivo que se escreve sobre ele, como afirma Noemi Jaffe (2012, p.6) “As palavras são realmente insuficientes, pois nada ali é do domínio do verbal, embora seja um dever transformar tudo em palavras”. Assim, a história do holocausto nunca vai ser definitivamente esgotada, sempre terá algo para se falar ou escrever.

O livro relata redescobertas, reencontros, angústias e dilemas da sua mãe e questiona a relação entre o diário (criação) e o vivido (real). Assim, Noemi relata:

Mas é claro que o passado sempre contém ficção e não há como separar, nele, a invenção e o fato. Nem uma fotografia do passado está livre de conteúdo ficcional. [...] Se alguém vê, numa cena cotidiana, as pessoas e o outro vê as árvores, outro vê números e outro vê lajes e pilares, tudo isso é real. (Jaffe, 2012, p. 204-205)

Essa relação de dependência na produção permanece, pois o texto de Noemi Jaffe só existe a partir dos relatos narrados da sua mãe. A respeito dessa discussão, existem particularidades que só podem ser realizadas através da ficção literária, o que é discutido por Márcio Seligmann-Silva no texto *Narrar o Trauma – A questão dos Testemunhos de Catástrofes Históricas* em “[...] a capacidade de criar imagens, comparações e sobretudo de evocar o que não pode ser diretamente apresentado e muito menos representado” (Seligmann-Silva, 2008, p. 380).

No mais, a ficção e verdade histórica estão presentes nas narrativas de memória, e o papel de justiça histórica denuncia as barbaridades ocorridas com as testemunhas do holocausto. Noemi Jaffe e Lili Jaffe dão conta de realizar essa denúncia através das suas escritas, pois, mesmo uma pessoa não tendo experimentado um acontecimento trágico ela pode de forma indireta testemunhar sobre tal fato, o que afirma a escritora Regina Zilberman em uma entrevista de Literatura sobre o tema da narrativa de testemunho: “vivemos em tempos de guerra, na Defesanet: [...] ter vivido os acontecimentos pode ajudar a traduzir o horror que os envolve. Mas, de fato, não é condição necessária [...] Sob esse aspecto, a literatura de guerra é simultaneamente uma narrativa de testemunho”. (Zilberman, 2011, s.p). A união das escritas em *O que os cegos estão sonhando?* conta uma história com memórias distintas e as reconstruem. Dessa forma, o diário é a ruptura da ausência de linguagem.

Comumente, a escrita do gênero diário é íntima, porém, na obra, Noemi rompe com a ideia de que a escrita do diário possa ser privada, já que sua vontade era de que outras pessoas lessem, como foi o caso do diário escrito a partir dos diálogos entre mãe e filha, citado em: “- Mãe, se você nunca se interessou em escrever, por que você quis escrever esse diário, lá em *Estocolmo?* - Para mostrar para você!” (Jaffe, 2012, p. 206).

Outro aspecto a ser analisando na escrita é a questão da quebra dos acontecimentos lineares, já que o intuito de Lili Jaffe era escrever os acontecimentos diários conforme fosse vivendo-os. Tal escrita é inacabada e muito além do que foi e é vivido, como é tratada em *A literatura e a vida*, de Gilles Deleuze (1993, p.1) “Escrever é uma questão de devir, sempre inacabado, sempre a fazer-se, que extravasa toda a matéria vivível ou vivida”.

As lembranças de Lili Jaffe na obra conservam as histórias, imagens antigas, seu lugar e data. O seu testemunho é um resgate das suas experiências individuais, porém, essa escrita não poderia ser produzida, pois era proibida e considerada perigosa para a época. Dessa forma, os relatos de Lili Jaffe só poderiam ser transportados para o papel por sua filha, após o fim da guerra, o que é justificado no texto.

Sua intenção, na Suécia, foi a de relatar os acontecimentos não como se eles tivessem sido escritos a posteriori –como de fato foram-, mas para dar a sensação de que eram narrados enquanto estavam sendo vividos. Isso seria impossível, já que caneta, lápis ou papel eram coisas impensáveis durante a guerra. (Jaffe, 2012, p. 8).

Algumas ferramentas utilizadas simbolicamente por meio da metáfora constroem memórias narrativas de Lili Jaffe e possuem um caráter armazenador de relatos testemunhais; os sentimentos inerentes aos sujeitos que fazem as experimentações de momentos de força em meio à barbárie serem retratadas na obra, como a conquista da liberdade, identidade espaço e individualidade, pausa, descanso, dignidade e renovação. Para isso, Noemi traz a simbologia da cama.

- Senhor, por favor, diga quantas de nós devemos deitar numa cama?

Pergunta risível, mas ele não sorriu. Compreendeu –nos, porque sabia o quanto havíamos sofrido até então. Em voz baixa, e em alemão corrente respondeu:

- Queridas crianças, vocês estão na Suécia, em que cada ser humano tem amor igual pelo outro. Não temos arames à nossa volta, vocês estão livres. Vocês irão se alimentar e descansar, o quanto desejarem. Esse será o quarto de vocês. Há vinte camas e vocês são vinte também. Entrem e durmam bem! (Jaffe, 2012, p. 45).

Além das metáforas no processo de criação na literatura de testemunho, imagens muito bem elaboradas são produzidas e refletidas na mente do leitor, através do ficcional/real, vivido/sonhado, os desejos, repugnâncias, pesadelos e sonhos. Contudo, a literatura tem a capacidade de recriar poeticamente a realidade, uma “fonte privilegiada” que conta sempre “algo a mais”. Assim, uma criação literária é um meio de enfrentamento para a crise do testemunho.

Outro elemento simbólico presente na obra é uma pedra ou tijolo que é destacada (o) no episódio ocorrido no dia 02 de agosto: Lili Jaffe pegou margarina na cozinha, por esse motivo, todas seriam punidas pelos nazistas. No entanto, com pena das primas, Lili assumiu a culpa e sofreu um doloroso castigo de se ajoelhar e segurar na sua cabeça um tijolo enorme. Nesse tópico, Lili descreve esse momento de humilhação e dor em um parágrafo que é impossível o leitor não sentir tamanho sofrimento, desumanidade e tentativa de sobrevivência dos seus familiares. A pedra foi o reflexo da sua perda de privacidade, de liberdade e do direito sobre o seu corpo, mas também de muita coragem para enfrentar a situação.

[...] ordenou que me ajoelhasse. E que segurasse um tijolo enorme por cima da cabeça [...] Levantei o tijolo até a altura da cabeça, com um esforço enorme, mas não conseguia segurar. Caiu-me sobre a cabeça. Pensei que desmaiaria. Mas fui forte. Tive a visão de que todos estavam passando pela revista, minhas primas inclusive. Lágrimas caíam dos meus olhos feitos chuva, não porque eu estivesse arrependida do que fiz, mas de dor mesmo. (Jaffe, 2012, p. 24).

Assim, é possível reafirmar como acontece essa construção da criação no texto literário por meio de metáforas a partir da realidade versus ficção, e como cada uma é analisada na literatura para a escrita também do campo histórico, que busca através dessas imagens e metáforas, a compreensão do leitor nessa construção do campo da literatura para discutir acerca de relatos de testemunhos, e da organização do diário. Como afirma Gilbert O. Ferreira Sena Junior “Sendo que o que se deve ler na fonte literária é a representação que ele comporta, buscando-se a compreensão de suas imagens e metáfora” (Junior, s.d.).

Esses relatos de Lili Jaffe a sua filha, Noemi Jaffe, mesmo sendo dolorosas, são fundamentais para a construção de sua identidade enquanto indivíduo ao ser protagonista dessas narrativas e realizar reflexões putadas no passado/presente, pois, ao serem ouvidas, auxilia o seu entendimento, interação com os seus valores, subjetividades, possibilitam a construção da sua história, autonomia, cultura, crenças, filosofias, contribuição na criação de demais histórias/identidades e fixação da experiência latente nessas lembranças. Neste sentido, o texto literário possui a condição de construção de identidade. Assim, para maior

compreensão aborda-se o conceito de identidade a partir das pesquisas da professora Cecília Pascatore Alves³⁴.

Nos estudos sobre identidade humana entendida como um processo contínuo de metamorfose, na narrativa de história de vida, busca-se “um caminho no qual os significados e sentidos são relacionados, fazendo emergir a metamorfose através da qual se constitui o processo de identidade” (Alves, 2017, p. 40).

Esses conceitos foram usados no diário, mostrando potências contra a luta pelo poder, manipulação e esquecimento, pois se essas duas existirem e se perpetuarem irá existir a instauração e dominação de um grupo hegemônica que defende o discurso de ódio, mortes em massa e censuras, além de ter o poder de deslocar o leitor para o contexto abordado na obra, como é o caso do holocausto e que impactam radicalmente de formas diferentes a percepção da realidade e arte no texto literário.

No processo de recriação do texto literário, ocorre a mudança das lembranças no campo da linguagem e possibilita a “oportunidade poética” na produção de linguagem à literatura de testemunho que vai muito além da sua característica de documento histórico e se encontra no campo da ficção. O texto literário se associa ao seu tempo, reflete as suas narrativas de angústias, sonhos, medos, dores no processo de criação, com elementos da criação presentes e de possíveis realidades que podem ocorrer no momento de criação literária ao serem questionadas e assim a literatura fornece uma versão da “história real” (Junior, s.d.) para se realizar essa análise em paralelo em relação ao real e ficção, na tentativa de elucidar pontos em oposição entre elas. Nessa perspectiva, a literatura possui um papel primordial que fornece elementos na construção do real, “Ou seja, quando consideramos as fontes literárias como espaço-tempo que irá servir como fonte privilegiada para compreensão, análise e interpretação de determinada época” (Junior, s.d).

2. METODOLOGIA

34 Doutora em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil (1997). Professora Doutora, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

A construção desse trabalho foi executada através de uma pesquisa descritiva/exploratória, com uma pesquisa bibliográfica ao levantar informações a partir de livros, artigos publicados em revistas acadêmicas e outros materiais bibliográficos, tendo como objetivo, a construção da pesquisa à respeito de uma escrita que exprimisse experimentações de momentos de força em um contexto de guerra. Os arquivos coletados para serem analisados foram recolhidos em meio às aulas de literatura, especificamente no campo da teoria literária, que abordavam sobre essa temática.

Com a pesquisa realizada no método empregado com a análise qualitativa, de caráter descritiva, explicativa e bibliográfica com foco na literatura de testemunho, realiza um percurso que busca compreender como a obra de Noemi Jaffe se organiza enquanto linguagem para relatar momentos de barbárie ao ser apresentada para o leitor. Além disso, indica quais são os mecanismos de escrita e ferramentas literárias que a autora utiliza nesse diário. Em segundo ponto, relatar as experimentações de vida que estão presentes em cada momento narrado pela autora e, por fim, estabelecer as experimentações de força em meio à guerra quando se é sentenciado à morte.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para que o este trabalho fosse produzido gradativamente, foi elencado um planejamento referente a um cronograma das etapas desta pesquisa. Preliminarmente, a obra foi escolhida para ser o objeto de pesquisa. Posteriormente, foi realizada uma pesquisa com o intuito de ter a revisão da literatura sobre o tema escolhido. Em seguida, foram feitas pesquisas em plataformas confiáveis para coletar materiais de estudos em livros, artigos e revistas que dialogassem com o campo de estudos. Por fim, aconteceram os estudos, anotações, revisões, pesquisas em torno desse material coletado e a produção presente.

Na introdução, encontram-se informações acerca da literatura de testemunho e o que se é discutido dentro dela na sua escrita literária. Consecutivo, é apresentada a obra como objeto de pesquisa, com o objetivo de mostrar ao leitor o que ele irá encontrar ao se debruçar nas narrativas feitas pela a autora e, por fim, o que esta pesquisa vai analisar nessa escrita.

A fundamentação teórica aborda sobre o conceito de literatura de testemunho e a literatura do holocausto, com embasamento através de teóricos que são referência no assunto. Além disso, é realizada uma explicação do contexto histórica da época com o auxílio de autores que escrevem sobre o período do holocausto.

4. CONSIDERAÇÕES

A pesquisa realizada para a produção deste artigo se constituiu no campo literário especificamente para analisar a escrita de um diário escrito em meio à uma guerra. Ademais, buscou compreender como a autora se organizou enquanto linguagem nas suas narrativas para contar esses momentos nesse período, por meio dos mecanismos de escrita e ferramentas literárias para descrever o que por muito tempo foi considerado impossível. Este trabalho elencou discussões que geraram debates para a compreensão das possibilidades de experimentações encontradas em toda a leitura do artigo e da apresentação do livro que foi utilizado como objeto de estudo.

O artigo em questão trabalha com o contexto histórico do holocausto para conseguir dar conta dessa compreensão com o auxílio de teorias que se destacam neste campo de pesquisa. A escrita apresenta o papel social, político e como ela rompe esse silêncio ao ser imortalizada através dos registros, além do compromisso da autora em assumir o que foi ficção e real, nesse processo de conservação de memória.

Assim, considera-se que o trabalho realizado buscou compreender como a autora Noemi Jaffe (2012), no diário *O que os cegos estão sonhando?*, se organiza em relação às narrativas com a sua linguagem feita ao contar para o leitor esses momentos de barbárie no diário. Além disso, também verificou como essa escrita apresenta para o leitor uma linguagem de força em meio à guerra, com a utilização de mecanismos e ferramentas literárias, como o uso da própria escrita nas narrativas com o auxílio das lembranças, o uso de metáforas ao decorrer do texto, a utilização dos tempos verbais no presente para demarcar os acontecimentos, a quebra de tempo e espaço na escrita, os diálogos entre mãe e filha que experimentaram o sentimento de força em meio a barbárie para a criação do diário.

Desse modo, conclui-se que essas ferramentas e mecanismos expressam as experimentações de momentos de força nas narrativas e, dessa maneira, acontece a compreensão da análise literária que se resulta em sentimentos vivenciados por meio da escrita. Assim, expressa também as experimentações de vida em cada momento no texto e institui essas experiências em meio ao Holocausto, o maior genocídio mundial no período da Segunda Guerra Mundial.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha** (Homo Sacer III). Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

Alves, C. P. **Narrativas de história de vida e projeto de futuro no estudo do processo de identidade**. Textos e Debates, p. 40.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

COSTA, José Carlos da. ALVES, Lourdes Kaminski. Representação da memória na literatura e na cultura. **Revista Investigações**. Vol. 23, nº 1, Janeiro /2010.

DELEUZE, Gilles. **A literatura e a vida**. Critique et Clinique, Minuit, Paris, 1993, pp. 11-17.

FONSECA, Breno Rodrigues. Memória e testemunho: a fragilidade da narrativa em *O que os cegos estão sonhando?*; de Noemi Jaffe. Arquivo Maaravi: **Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**. Belo Horizonte. v.10, n. 18, maio 2016. ISSN: 1982-3053.

HOFFMANN, Milena. A memória na Literatura da Segunda Guerra Mundial: narrações como testemunho histórico e invenção. **Revista Eletrônica Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS**. Porto Alegre, v.11, n. esp. (supl. 1), s178-s188, setembro 2018.

JAFFE, Noemi. **O que os cegos estão sonhando?**- Com diário de Lili Jaffe (1944-1945) e texto final de Leda Cartum. São Paulo: Editora 34, 2012.

JUNIOR, Gilberto Ferreira Sena. **Realidade versus ficção: a literatura como fonte para a escrita da história**. Programa de mestrado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS (s.d.).

KUNRATH, Milena Hoffman. A memória na Literatura da Segunda Guerra Mundial: narrações como testemunho histórico e invenção. **Revista Letrônica**, Porto Alegre, 2018, v. 11, n. esp. (supl. 1), s178-s188, set. 2018.

MARTIN, Catiussa. A literatura da resistência: A busca pela compreensão da memória do trauma por uma escrita de ausências. **Revista Policromias**, 2018, p. 149-163, dez. 2018.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, ago-nov, s.d.

MIRANDA, S. F. Fabiana. LISBÔA, Paula da Silva. **Na literatura, a nossa memória: contribuindo para a construção da identidade e perpetuação da cultura dos educandos**. Rio de Janeiro. 10.17771/PUCRio.PDPe.16055.

MONTEIRO, Gustavo Feital. Analisando a escrita do passado: sobre o conceito de “literatura de testemunho” de Seligmann-Silva. **Revista Vernáculo**, nº41- primeiro semestre, Brasília, 2018.

PARISOTE, Dal’zotto Amanda. **Entre autoras, diário e memórias: a linguagem da barbárie em *O que os cegos estão sonhando?*** Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016

PAULA, Marcelo Ferraz de. O testemunho oblíquo em *O que os cegos estão sonhando?* de Noemi Jaffe, e Maus, de Art Spiegelman. **Revista Estudos de literatura brasileira contemporânea**, 2018, p. 285-308, set./dez .2018

RAMOS, Danielle Cristina M.P. Memória e Literatura: Contribuições para um estudo dialógico. **Linguagem em (Re) vista**, Ano 06, Nº 11/12. Niterói, 2011.

SELIGMANN- SILVA, Márcio. Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção. Letras, **Revista do mestrado em Letras da UFSM**. Santa Maria, RS, UFSM.

SELIGMANN- SILVA, Márcio. Narrar o trauma – A questão dos Testemunhos de Catástrofes Históricas. **Revista Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro. VOL.20, N.1. P.65-82. 2008

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Unicamp, 2003.

TELES, Edson. SAFATLE, Vladimir (orgs). **O que resta da ditadura: A exceção Brasileira**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010.

ZILBERMAN, Regina. **Literatura: vivemos em tempos de guerra: entrevista.** [23 out. 2011]. Porto Alegre: Zero Hora. Entrevista concedida a Luiz Antônio Araújo. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/ecos/noticias/3268/Literatura--Vivemos-em-tempos-de-guerra/>. Acesso em: 07 nov. 2023.

**O TEXTO DISSERTATIVO-
ARGUMENTATIVO NA
PERSPECTIVA DA BNCC NO
LIVRO DIDÁTICO DO NOVO
ENSINO MÉDIO**

Uiliane Santos Souza Diniz³⁵

RESUMO

O presente artigo objetiva averiguar como as abordagens da BNCC aparecem no livro didático do terceiro ano do Ensino Médio, no que diz respeito as competências e habilidades de produção textual, especificamente do texto dissertativo argumentativo. Assim, a análise é resultado de uma pesquisa documental que busca responder a seguinte indagação: o livro didático contempla as aprendizagens necessárias sugeridas pela BNCC? No nosso referencial teórico, apoiamo-nos na concepção dos estudos de Koch e Elias (2007), acerca da linguagem enquanto objeto comunicativo e produtor de sentido no texto, verbal e não verbal. Para enfatizar acerca do incentivo à autossuficiência do sujeito enquanto ser independente do seu processo de aprendizagem, abordaremos sobre as contribuições de Libâneo (1994), tomando como base os estudos de Marcuschi sobre os gêneros textuais, nos apoiaremos das suas contribuições sobre a escrita de redação em sala de aula. De acordo com os resultados colhidos na pesquisa foi possível perceber que o livro didático está bastante atualizado e desenvolvido em harmonia com as propostas do documento orientador.

Palavras-chave: texto dissertativo argumentativo; Livro didático; BNCC.

³⁵ Discente do curso de Letras Vernáculas e Literaturas da Universidade do Estado da Bahia- UNEB, que apresenta este Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação da professora Ma. Hilderlândia Machado, como requisito parcial para obtenção do título de licenciada em Letras. E-mail: wilcedro@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC) é o documento que determina as competências e habilidades necessárias que os alunos da educação básica devem desenvolver ao longo da jornada escolar, sendo um documento fundamental para a idealização do currículo das escolas, e que, pretende, ao longo da educação básica, garantir a progressão de dez competências gerais pensadas para as três etapas de ensino, educação infantil, Anos finais e Ensino médio, que articulam-se na formação das aprendizagens e valores fundamentais a serem adquiridos ao longo dos anos escolares.

Dessa forma, no contexto da educação básica é presente na formulação dos currículos e dos conteúdos trabalhados durante o ano letivo escolar, o Livro Didático (doravante LD), que com o Novo Ensino Médio consubstanciam-se aos preceitos da BNCC, uma vez que os novos materiais didáticos são produzidos alinhados a esses documentos de ensino que se encontram atualizados com as novas demandas da sociedade e do novo público que as escolas recebem na contemporaneidade, alinhados a isso, é de importância analisar se os materiais didáticos estão em harmonia com a BNCC, Documentos Curriculares Referenciais da Bahia (doravante DCRB) e com o Novo Ensino Médio.

Uma das principais ferramentas pedagógicas utilizadas pelos professores na educação básica é o LD, que tem por finalidade orientar e apoiar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Com a implementação do Novo Ensino Médio, que é uma reforma educacional que visa tornar o currículo mais flexível e diversificado, conseqüentemente, os LDs devem estar em consonância com os princípios e as competências da BNCC e dos DCRBs, que são os documentos norteadores da educação no país e no estado. Esses documentos visam atualizar e adequar os currículos e os conteúdos escolares às novas demandas da sociedade e ao perfil dos estudantes na atualidade, considerando as diversidades regionais, culturais, sociais, identitárias e ideológicas.

A BNCC estabelece quatro áreas de conhecimento (línguas, matemática, ciências da natureza e ciências humanas) e 10 competências gerais que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo da educação básica. Já o DCRB define os itinerários

formativos que os alunos podem escolher de acordo com seus interesses e projetos de vida. Portanto, é importante analisar se os LDs estão em sintonia com a BNCC e o DCRB, verificando se eles contemplam as habilidades e os conhecimentos necessários para a formação integral dos alunos.

Os livros didáticos constituem-se de conteúdos fundamentais como instrumentos na prática pedagógica docente, e fundamental para a desenvolvimento do conteúdo didático, a vista disso, separamos para este estudo a investigação no que tange uma das vertentes exploradas nos livros didáticos de língua portuguesa, a produção textual, que aqui daremos ênfase ao Texto dissertativo argumentativo explorado principalmente no terceiro ano do ensino médio, e que também é bastante cobrado por exames como o Exame Nacional do Ensino Médio (doravante ENEM) e vestibulares, como avaliação de ingresso em universidades, além de verificar se os livros didáticos dialogam com a BNCC no que diz respeito a produção de textos argumentativos.

Assim, ao enfatizar o texto dissertativo argumentativo do ponto de vista da BNCC e pensando o Novo Ensino Médio, refletir como esse gênero textual é idealizado para ser laborado em sala de aula e como as escolas têm utilizado, se tem usado o documento na prática desse gênero com as turmas. Para alcançar esse objetivo usaremos como base o livro didático da escola e o manual do professor.

Para prosseguir, escolhemos o LD, *Se liga nas linguagens* (2020), autenticado pelo Programa Nacional de Livro Didático (PNLD, 2020), dividido em doze volumes, aqui, ficaremos com os volumes Experimenta Atuar e Experimenta Enxergar, em que cada um procura explorar diferentes áreas de conhecimento, e promovendo experiências diversas para os jovens de maneira que os coloque em sintonia com diversas experimentações, como, profissionais, críticas, identitárias, artísticas e várias outras. Segundo os autores, os livros foram desenvolvidos em acordo com os novos documentos orientadores, BNCC e o Novo Ensino médio, assim, analisaremos se o LD realmente contempla essas orientações.

Por se tratar de um livro recente, em que, os autores garantem estar em consonância com a BNCC, ele possui em cada volume um capítulo intitulado “Especial ENEM”, visto que nessa fase de ensino os jovens, possivelmente, estão se preparando para dar prosseguimento aos estudos, e sabendo que hoje o meio mais acessível de isso

acontecer é através do Exame. Portanto, sendo ele exclusivo para tratar da escrita da redação cobrada no exame, que é no modelo do texto dissertativo argumentativo, averiguaremos quais os aparatos didáticos estão sendo tomados nos capítulos para explorar a escrita do tipo textual e se, de acordo os documentos supracitados, as aprendizagens sugeridas ali coabitam.

No volume 1, Experimenta ATUAR! o capítulo “Especial ENEM” irá explorar exclusivamente a escrita da proposta de intervenção, dessa forma, quais agentes mobilizadores sugeridos aos docentes para usar em sala de aula no LD para prosseguir com a aprendizagem do gênero, e posteriormente, com a escrita e correção. Igualmente no volume 2, Experimenta ENXERGAR! em que é explorado o planejamento da introdução, quais os métodos, como mobilizar os alunos a aproximar da escrita do texto dissertativo argumentativo de maneira que a aprendizagem seja produtiva, e, essas mobilizações relacionam-se com as competências da BNCC para essa escrita específica.

2 O gênero dissertativo argumentativo na BNCC: Reflexões sobre a produção textual em livro do terceiro ano do Ensino Médio

A BNCC é hoje o documento de maior ênfase no que se refere a educação básica no Brasil, conforme apontado pela própria, é um documento plural e contemporâneo que procura harmonizar-se as mais avançadas experimentações de mundo e vivências dos educandos, buscando torna-los sujeitos autônomos e críticos. Com isso, é significativo que os materiais didáticos escolares se inovem, e atualizem seus conteúdos as novas experimentações e conhecimentos, conforme proposto pelo documento. Sendo assim, é notável averiguar se os livros didáticos estão com seus conteúdos enquadrados aos propósitos da BNCC, constatando se os materiais da educação básica pública se encontram atualizados.

E, com isso, o texto dissertativo argumentativo é o *locus*, visto que esse tipo textual têm bastante evidência devido ao ENEM e vestibulares, e, principalmente, devido a grande busca dos estudantes do terceiro ano do ensino médio por aprender a escrever esse gênero tendo em mente a continuação dos estudos, dentro das suas condições, e pelo fato de o livro trazer um capítulo especial para trabalhar com o texto, que é algo muito

novo visto que há tempos atrás pouco se falava em exames de entrada em nível superior nas escolas, e hoje, o livro didático possui um capítulo específico para tratar dessa particularidade.

Podemos abordar a tipologia argumentativa em diversas perspectivas que submerjam o corpo estudantil, contemporaneamente, esse assunto encontra-se cada vez mais ligado ao Enem, vestibulares e ao Ensino médio, por ser um tipo de escrita que exige certa maturidade de quem o escreve, tanto do que tange os elementos que compõem o corpo do texto, noções e recursos de coesão, coerência, linguísticos e gramaticais, quanto aos conhecimentos que o aluno precisa deter, de conhecimento social, cultural, ambiental, crítico, e etc, para o escrever. Dessarte, um estudo para averiguar os elementos basilares que compõem o objeto de ensino do texto dissertativo-argumentativo é importante, já que, hoje, esse tipo de escrita é muito requisitada por estudantes, tendo em vista que a maioria dos exames cobra a produção do texto. Conforme Sara Rocha (2015, p. 02):

O texto dissertativo-argumentativo mostra o fato verdadeiro de uma ideia ou de uma tese. O texto não é somente várias ideias expostas, apresenta uma posição fundamentada no fato verdadeiro, em relação a um tema já determinado anteriormente, apresenta uma análise e discussão de um tema em foco. Na construção desse tipo de texto o autor deve apresentar também sua posição fundamentada com argumentos. Essa tipologia textual é cobrada em vários processos seletivos para ingressos em faculdades, como vestibulares, programas de avaliação seriadas, Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

O texto dissertativo argumentativo é pautado, sobretudo, nas estratégias argumentativas que o escritor utilizará para convencer o seu leitor do seu ponto de vista em relação ao tema apresentado, por isso, é importante a construção dos sentidos e para isso são necessários boas estratégias para desenvolver a reflexão crítica, sendo imprescindível um planejamento de conteúdos articulados para a concepção dessas habilidades, ter um ensino preocupado em despertar sujeitos questionadores e investigativos, imersos nas questões da sociedade e da comunidade, para além disso, a importância de ser um cidadão ativo nessas investigações, para que esteja apto a defender e expor seus pontos de vista e os aspectos linguísticos e gramaticais atraídos por meio da leitura.

O delineamento dos conhecimentos necessários para a produção textual, é relevante para o cultivo do gênero dissertativo-argumentativo, nesse caso, os autores tiveram a sensibilidade de destinar em cada um dos volumes temáticas sugestivas para despertar sobre abordagens novas, como também ampliar a capacidade comunicativa, criativa, do sujeito investigador, da busca pela informação, etc, e tudo isso são mecanismos para um bom aporte durante o arranjo da escrita, na defesa do tema, tanto da introdução quanto da proposta de intervenção, e assim esmiuçar de maneira que o aluno consiga absorver mais desses elementos, assim, como posto por Koch e Elias (2007, p. 11):

o sentido de um texto é construído na interação textosujeitos e não algo que preexista a essa interação. A leitura é, pois, uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza evidentemente com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior do evento comunicativo.

Durante o primeiro capítulo até o último módulo, onde começa a desbravar a escrita do texto em si, nota a preocupação dos autores em construir/mobilizar tais conjuntos de saberes, tão necessários para que a produção seja produtiva, ao abordar uma série de conteúdos e temas que o aluno, a partir dessa gama de saberes, tenha aptidão de formular pensamentos críticos para, a partir deles, construir o texto dissertativo argumentativo de forma bem-sucedida, porque esse é um tipo textual que sustenta a defesa de uma ideia por meio de bons argumentos e repertórios bem fundamentados e organizados.

Antes, a produção textual era motivada pelo propósito didático/pedagógico, mas não planejado com uma atividade extraescolar, fora da matéria de redação ou de alguma disciplina da área de linguagem, hoje, com o Novo Ensino médio, propostas de Eletivas, projeto de vida ou Itinerários, a disciplina tem sido cada vez mais empregada como atividade extra, em forma de curso ou até mesmo promovendo concursos de redação com os alunos nas escolas, de tal modo, incentivando a produção da escrita dissertativo-argumentativo dentro e fora da sala de aula. Como também, a divulgação dos exames, ENEM e Vestibulares, por meio das redes sociais das escolas, em forma de incentivo aos alunos.

3 BNCC X Livro didático

O livro “Se liga nas linguagens” (2020), integra a Editora Moderna e é contemplada pela PNLD 2021, fazendo parte de uma coleção dividida em seis volumes:

Experimenta ATUAR	Experiment a ENXERGA R	Experimenta PERTENCE R	Experiment a SE SITUAR!	Experimenta DIALOGAR	Experimenta COMPARTILHA R
as experiências políticas, artísticas, críticas e de divulgação de conheciment o;	as experiências profissionais, identitárias, jornalísticas e de busca de informação;	as experiências de participação política, de ser jovem, da finitude e de estudar;	As experiências de se posicionar, de não temer o novo, da curadoria e da exposição;	as experiências midiáticas, de reconheciment o de direitos, de diálogos da arte e de produção de conhecimento;	as experiências de compartilhar quem se é, de engajar, de comentar e de descobrir e informar

Os volumes foram elaborados por um conjunto de profissionais que, para além de autores teóricos, são professores que atuam em sala de aula e convivem com adolescentes todos os dias. Sendo assim, um dos autores, o professor Wilton Ormundo, em um breve vídeo falando sobre os volumes, diz que eles foram desenvolvidos em diálogo com o que é proposto pela BNCC, em que, tem como foco o protagonismo do aluno em sala de aula por meio da mediação qualificada do docente, propondo uma estrutura inédita no mercado ditatorial brasileiro, se baseando nas vivências dos alunos, no qual eles precisam se colocar de forma ativa para compor seu saber.

A BNCC bem como outros documentos orientadores da educação básica visa moldar o aluno de modo que seu conhecimento seja construído de forma autônoma com o auxílio do professor como mediador desse saber, para que o aluno perceba/absolva sozinho, assim, conforme Libâneo (1994) postula, a aprendizagem é um processo que se baseia no que é visto de fora, das necessidades externas contempladas longe da zona de

conforto, por isso as atividades de ensino devem ser sistematicamente dirigidas e orientadas pelo professor para que o aluno, com sua autonomia desenvolva/perceba por meio do incentivo, explicação e orientação docente o objeto do saber, sendo esse, ainda segundo Libâneo, o estudo ativo precedido do trabalho do professor em sala de aula. Assim, como também é defendido pela BNCC:

Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (BRASIL, 2018, p. 14).

Segundo trecho retirado do LD, manual do professor, em que os autores reconhecem o quanto é relevante enquadrar as orientações dos documentos nas práticas escolares e no conteúdo programático das aulas, apontando que “a BNCC defende práticas pedagógicas atentas à progressão e ao desenvolvimento pleno do aluno e voltadas para a concepção de que ele é ser integrante e protagonista de ações sociais nos vários campos em que atua (‘campos de atuação’)” (ORMUNDO, *et al.*, 2020, p. 3). De igual modo, o livro é composto por uma série de conteúdos que procura estimular esses aprendizados nos alunos protegendo o papel do professor como mediador da aprendizagem e o aluno como protagonista, aquele que, sozinho, procure meios de abastar seu repertório de compreensão.

Libâneo (1994), ainda comunica que “Para compreendermos a importância do ensino na formação humana, é preciso considerá-la no conjunto das tarefas educativas exigidas pela vida em sociedade.” Sendo assim, percebe como os autores se preocupam em inserir o social, a vivência, as experiências no contexto do dia a dia do aluno, para assim, conseguir construir conhecimento pelo contexto em que eles vivem, criando uma educação ativa e a possibilidade de perceber o novo no meio em que vive, dando um novo olhar àquilo que até então não era novidade.

Dessa forma, os volumes escolhidos para o estudo foram: “Experimenta ATUAR” e “Experimenta ENXERGAR”, que, assim como os demais LD’s propõe uma série de experiências a serem vividas pelos alunos durante a prática educativa, que segundo um dos articulistas do livro, são aprendizagens a partir da experiência, ou seja,

o aluno aprende “sozinho” enquanto vive esse aprendizado, visto que o livro busca promover a autonomia e individualidade dos discentes, que são propostas trazidas também pelo Novo Ensino médio, a partir do Projeto de Vida e itinerários formativos.

Figura 1 e 2 – Experimenta ATUAR! – Experimenta ENXERGAR!



Fonte: ORMUNDO, *et al* (2020)

Portanto, foi realizada uma pesquisa documental, no qual foram analisados documentos e materiais para verificar o que a BNCC orienta quando se trata da escrita dissertativa argumentativa, ou da produção textual de forma geral, quais as orientações para a produção de textos, pois entendemos que a BNCC não entra nas esfericidades de cada gênero, porém, durante a leitura do material nota que, a partir da “construção” da metodologia para o ensino das matérias, sugere uma metodologia que construa um sujeito crítico, atento ao novo, as discussões sociais, que saiba pensar criticamente sobre os conteúdos diversos, além da cultura cognitiva e da cultura do corpo, ou seja, um sujeito apto a desenvolver pensamentos questionadores, sendo necessário desenvolver elementos construtivos para isso.

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discentis/index>
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522

Diante disso, o que foi feito para averiguar se esses elementos construtivos se aplicam nas escolas e para que a pesquisa pudesse dar desenvolvimento e obter resultados, avaliamos os materiais da escola, e para isso utilizamos o LD, porque assim teríamos em mãos o material que o professor usa como suporte para desenvolvimento das aulas, e, portanto, fazer os apontamentos necessários para a pesquisa documental, já que o LD é escolhido pelo professor da escola, nesse caso, o material foi fornecido pelo Colégio Estadual Professor Jorge Rodrigues Santos, que é uma escola modelo em educação na cidade de Irecê.

Para a BNCC, é importante um despertar prematuro nos jovens desde os anos iniciais de ensino para refletir as questões da sociedade, o amadurecimento cognitivo, observar o mundo a sua volta e elaborar argumentos críticos a partir do que observa, sabendo que esses são recursos essenciais no desenvolvimento da escrita do tipo textual, buscamos analisar como a BNCC compreende o processo de ensino e aprendizagem do gênero dissertativo argumentativo, e assim, sanar a seguinte pergunta: O livro didático, usado por turmas do terceiro ano do ensino médio de uma escola pública, contempla as aprendizagens sugeridas no documento orientador no que tange o texto dissertativo argumentativo?

Com a pergunta e os documentos em mãos, passamos a identificar e observar, com uso das leituras das competências e habilidades expostas para a produção textual, quais os recursos o LD se utiliza para traçar essas especificidades para a “aquisição” dos conhecimentos necessários ao escrever um bom texto, com suporte do livro, “o que” e “como” está sendo trabalhado, quais recursos utilizados, os materiais encontram-se em harmonia? Tudo isso foi observado no livro dos autores e professores Aline Ferreira, Cristiane Siniscalchi, Irla Dos Santos Diniz, Osmar De Souza Júnior, Priscilla Vilas Boas, Wilton Ormundo.

A Base Nacional Comum Curricular como referência nacional comum a todos, orienta na elaboração dos currículos de todas as etapas de ensino da Educação Básica, sendo um documento contemporâneo, atualizado com as demandas da sociedade atual e com os novos movimentos e manifestações sociais. Dessa forma, os Livros didáticos produzidos a partir dele deve se enquadrar nesses requisitos, ser atual, abordar questões atualizadas, questionar, instigar e inspirar. Assim, pode-se

compreender/analisar/investigar se o livro didático está de acordo com as orientações da BNCC, e como, porque, se, nas suas páginas possui um material positivo para obter as competências e habilidades necessárias para escrita da tipologia textual supracitada, e, como se deu a construção para que alcance tais capacidades e como o LD contribui para isso

4 Produção Textual na Escola: Abordagens e práticas do gênero argumentativo no Livro didático do terceiro ano

O volume 1, Experimenta ATUAR! Possui temáticas voltadas as vivências políticas, artísticas, críticas, e da divulgação de conhecimento, ou seja, ela se baseia nas experiências enquanto construção de sentidos, a partir, também, da interação entre os sujeitos. Para Marcuschi (2007), o estudo dos gêneros textuais está afeiçãoado ao ato de desenvolver competências relacionadas as atividades interacionais do sujeito, sendo assim, percebeu que o LD propõe atividades que visem a comunicação e interação, trazendo temas propícios a isso. Dessa forma, a BNCC e o Novo Ensino médio sugerem uma (nova) escola que vise a edificação de experiências ao longo dos três anos finais de ensino que resulte na formação das aprendizagens necessárias para desenvolvimento de “sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis” (BRASIL, 2018, p. 463).

Partindo desse pressuposto, o LD indica, ao longo dos capítulos, um conteúdo baseado na construção de concepções sociais e ideológicas. No primeiro capítulo, “A experiência política” ao foliar o livro foi observado já na página de apresentação do tema, um conteúdo diferente do que se espera encontrar quando se fala sobre política nos meios sociais e nas mídia, ao adentrar essa temática “política” os autores não falam daquela propriamente dita da TV, contudo, o que encontramos é a articulação de política enquanto grupos sociais, enquanto pertencimento e “ser político”, que se mobiliza nas esferas sociais em que ocupa, que planeja ações em prol de um resultado para sua comunidade ou grupo em que ocupa, como é o caso das artes de rua mostrado na imagem abaixo:

Figura 3 – Experimenta ATUAR! – A experiência política



Fonte: ORMUNDO, *et al* (2020, p. 9, 10, 12, 13, 15)

Quando ouve falar em política da maneira que os autores articularam no LD, é uma nova roupagem que acende para os estudantes sobre esse assunto, que é conhecido de uma única maneira, assim deixa de ser notado unicamente enquanto “política” fonte de poder e status, e abre caminhos para que eles se percebam, também, enquanto seres políticos, ativos, e com isso, ainda conhecem uma nova arte que é o grafite, que a pouco tempo atrás era considerado vandalismo, agora é uma arte respeitada por muitos, que veem no muralismo uma oportunidade de fazer protesto, como referido no livro, “a arte de fazer protesto”.

Sabendo que os gêneros textuais tem uma forte função social, e sua dinamicidade e exposição em sala de aula devem ser igualmente diversificados e preocupados com possíveis abordagens, visto que “a tendência hoje é explicar como eles se constituem e circulam socialmente” (MARCUSCHI, 2008, p. 159), para contemplar essas habilidades tão necessárias para um fazer pedagógico bem sucedido, e para a formação de um sujeito politicamente e socialmente preocupado com o mundo e com o próximo o LD criou uma série de conteúdos que possibilite essa assimilação, tais como a inclusão no esporte, o personagens reais dos livros são pessoas “comuns”, que acendeu socialmente por meio do esforço, as profissões são ocupadas por mulheres, pretas, periféricas.

Assim, os demais assuntos se desdobram de igual forma, podemos sugerir, então, que o trabalho dos professores/autores foi satisfatório quando se preocupam em despertar no aluno conhecimentos e habilidades a serem desenvolvidos com independência,

colocando-os como detentores do seu saber e instigando a refletir sobre esses assuntos e dos meios pelos quais eles possam adquirir mais informações. Porquanto, ao invés de trazer respostas prontas, levam o educando a pensar sobre, a não buscar retornos apenas na escola, mas fazer do processo de aprendizagem e do ato de aprender um momento prazeroso e individual, os colocando como protagonista dessa narrativa, pois visa o social e a experiência.

Partindo desse pressuposto, o capítulo “Especial ENEM: O planejamento da introdução” inicia com o autor articulando que o percurso trilhado durante os capítulos foi benéfico para o aluno desenvolver muitas habilidades fundamentais a fim de produzir textos competentes, ou seja, o conteúdo foi desenvolvido visando a aquisição dessas habilidades, capazes de cumprir seu papel comunicativo com o interlocutor. Conforme a BNCC propõe, a habilidade de produzir repertórios produtivos é um conhecimento construído a longo prazo, já que os conhecimentos bases é algo “natural” por justamente se tratar de fatos cotidianos da sociedade, meio esse que o indivíduo está inserido e deveria estar a par do que acontece nesse espaço.

A relevância do conteúdo/temáticas levantados no LD e na sua formulação é o ponto chave para que o aluno de torne apto a produzir esse tipo de texto, e que é bastante abordado durante a BNCC, então, percebe que houve a preocupação durante a idealização do material para compor múltiplas competências e, posteriormente, as habilidades necessárias, a partir das experiências dos jovens. Conforme imagens colhidas do livro didático:

Figura 4 – Experimenta ATUAR! – O exercício democrático

CAPÍTULO
2

O exercício democrático

Papo aberto sobre o texto

1. Entender o benefício da meia-entrada de doadores regulares de sangue, o que implica acrescentar um parágrafo além dos artigos da lei que trata do tema.

2. O projeto revela que as leis podem ser modificadas mediante novas regulamentações. Essa mudança depende de procedimentos específicos.

1. Qual é o objetivo do PL nº 1.322/2019?
2. O que esse projeto de lei revela sobre o funcionamento das leis em geral?
3. As leis são organizadas em partes. O artigo é a unidade básica da lei e sua ideia central é chamada de *caput* (pronuncia-se *cáput*). Ele vem acompanhado, normalmente, de parágrafos e incisos. Quais são as funções dessas partes?
4. Você achou esse texto acessível? Explique sua resposta.

Resposta possível:

Por dentro do texto

1. Observe a maneira como o texto do PL nº 1.322/2019 está organizado.

a) Desde 2019, a nomenclatura das propostas que tramitam no Senado e na Câmara dos Deputados foi unificada. Tomando este projeto como exemplo, descreva-a.
b) Chama-se **ementa** aquele texto que aparece deslocado à direita, após a identificação do projeto. Qual é a função dessa parte do documento?
2. A ementa, cuja redação é menos técnica, é seguida pelo **corpo do texto**.

a) O PL nº 1.322/2019 propõe um acréscimo a uma lei existente. O que evidencia, na estrutura do texto do projeto, a inclusão do documento anterior?
b) Embora trate da Lei da Meia-Entrada, o texto não a define nem indica os estabelecimentos obrigados a concedê-la. Há, no entanto, uma definição de "doador regular de sangue". O que o caracteriza? Por que foi preciso defini-lo?

Reprodução autorizada. Art. 188 da Lei nº 10.924/2004. Proibida a reprodução sem autorização da UNEB.

! O gênero projeto de lei desenvolve habilidades relativas a procedimentos de leitura de textos da esfera legal, reforçando conhecimentos, já introduzidos no Ensino Fundamental, sobre a forma como se organizam e circulam e sobre sua função social. Com ele, damos início a várias atividades voltadas à análise crítica de maneiras de fazer política pública com o objetivo de ajudar o aluno a tomar, futuramente, decisões fundamentadas, conforme indica a habilidade EM13LP23.

Você pode convidar professores de História, Geografia ou Sociologia para realizar parte das atividades e das discussões do capítulo.

Fonte: ORMUNDO, *et al* (2020, p. 19)

O percurso a ser trilhado pelos alunos foi desenhado de forma minuciosa, perceba que no capítulo 2 é acionado o Gênero Projeto de Lei para desenvolver habilidades na esfera legal, despertando a familiaridade com esse tipo de escrita, e assim, acordando a análise crítica nos jovens, a familiaridade com leis também é importante quando se trata do texto dissertativo argumentativo, pois, consequentemente, todas as áreas do saber caminham por esse trilho e possuem leis que favorecem as causas, deixando o texto mais rico, demonstrando um bom repertório e conhecimento sociocultural.

O capítulo “O planejamento da introdução” trabalha com a redação nota mil da participante Ana Clara Socha, com a temática “Democratização do acesso ao cinema no Brasil”, no ano de 2020, o que é muito interessante pois é feito um detalhamento dos recursos linguísticos, gramaticais, críticos e repertórios que a autora se apropriou na escrita, e, que ocasionou na nota mil, demonstrando diversas habilidades da BNCC, como:

(EM13LP02) Estabelecer relações entre as partes do texto, tanto na produção como na recepção, considerando a construção composicional e o estilo do gênero, usando/reconhecendo adequadamente elementos e recursos coesivos diversos que contribuam para a coerência, a continuidade do texto e sua progressão temática, e organizando informações, tendo em vista as condições de produção e as relações lógico-discursivas envolvidas (causa/efeito ou consequência;

tese/argumentos; problema/solução; definição/exemplos etc.).
(BRASIL, 2018, p. 498)

(EM13LP05) Analisar, em textos argumentativos, os posicionamentos assumidos, os movimentos argumentativos e os argumentos utilizados para sustentá-los, para avaliar sua força e eficácia, e posicionar-se diante da questão discutida e/ou dos argumentos utilizados, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários. (BRASIL, 2018, p. 498)

Explicando os elementos com detalhes, é formulado uma série de ações explicativas sobre a redação nota mil da Ana Clara, e quais direcionamentos ela tomou na escrita da redação, e que os alunos devem atentar-se ao compor seu texto, é interessante que em alguns momentos são feitas perguntas nesses quadros, estimulando o estudante a pensar sobre o tema e sobre o que ela escreveu, cumprindo uma exigência da BNCC, que é trabalhar o pensamento crítico, e “Nesse sentido, também é importante fortalecer a autonomia desses adolescentes, oferecendo-lhes condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação” (BRASIL, 2018, p. 60).

Notamos também que no manual do professor é apontado alguns desvios que a aluna cometeu em alguma argumentação, porém, os professores chama a atenção do professor para que aponte essa questão e reflita com os alunos que em redações nota mil possivelmente acontecerão algumas imprecisões, abrindo precedente ao fato de que não precisam se cobrar tanto no exame, e que, levando em consideração a organização do tipo textual, demonstrando aptidões de coesão e coerência, um bom repertório sociocultural e conhecimento de linguístico e gramatical, que são conseguidos ao longo dos anos escolares e por meio de leituras e planejamento, conseguirão um bom resultado sabendo que a fórmula secreta não existe, mas é construído.

Figura 5 – Especial ENEM: A proposta de intervenção

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discensis/index>
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522

Leia o texto e responda às questões atentamente para analisar as estratégias da autora.

A utilização dos meios de comunicação para manipular comportamentos não é recente no Brasil: ainda em 1937, Getúlio Vargas apropriou-se da divulgação de uma falsa ameaça comunista para legitimar a implantação de um governo ditatorial. Entretanto, os atuais mecanismos de controle de dados, proporcionados pela internet, revolucionaram de maneira negativa essa prática, uma vez que conferiram aos usuários uma sensação ilusória de acesso à informação, prejudicando a construção da autonomia intelectual e, por isso, demandam intervenções. Ademais, é imperioso ressaltar os principais impactos da manipulação, com destaque à influência nos hábitos de consumo e nas convicções pessoais dos usuários.

Nesse contexto, as plataformas digitais, associadas aos algoritmos de filtragem de dados, proporcionaram um terreno fértil para a evolução dos anúncios publicitários. Isso ocorre porque, ao selecionar os interesses de consumo do internauta, baseado em publicações feitas por este, o sistema reorganiza as informações que chegam até ele, de modo a priorizar os anúncios complacentes ao gosto do usuário. Nesse viés, há uma pretensa sensação de liberdade de escolha, teorizada pela Escola de Frankfurt, já que todos os dados adquiridos estão sujeitos à coerção econômica. Dessa forma, há um bombardeio de propagandas que influenciam os hábitos de consumo de quem é atingido, visto que, na maioria das vezes, resultam na aquisição do produto anunciado.

Somado a isso, tendo em vista a capacidade dos algoritmos de selecionar o que vai ou não ser lido, estes podem ser usados para moldar interesses pessoais dos leitores, a fim de alcançar objetivos

1. Já no primeiro período, a autora apresenta uma referência histórica. A menção ao governo de Getúlio Vargas é útil no parágrafo? Explique.

2. A palavra "ademais" é um operador argumentativo (conector) que indica acréscimo de informações, mas não foi empregada com esse valor. Que relação ela estabelece entre o último período e o anterior?

A autora retoma as informações já apresentadas por meio da expressão "nesse contexto", garantindo a transição das ideias da introdução para o desenvolvimento.

3. O assunto desenvolvido no segundo parágrafo já estava previsto no texto? Justifique sua resposta.

3. Sim. A autora retoma a referência à influência da manipulação de dados na internet sobre os "hábitos de consumo" dos usuários, citada na introdução.

5. A autora recupera, no terceiro parágrafo, outro aspecto do tema lançado em sua introdução. Qual?

5. A autora retoma a afirmação de que a influência da manipulação de dados atinge as "convicções pessoais dos usuários".

No segundo período, a autora apresenta o ponto de vista que será defendido ao longo do texto e já o justifica: é preciso evitar o controle de dados porque ele prejudica a "construção da autonomia intelectual".

Os dois parágrafos seguintes à introdução desenvolvem, com detalhamento, as ideias lançadas na introdução. Eles consolidam a argumentação exigida pelo gênero.

A autora explica como ocorre a influência das redes sociais sobre o consumo dos usuários, sustentando, assim, sua afirmação.

4. Por que, em sua opinião, a autora opta por fazer referência à Escola de Frankfurt?

4. Resposta pessoal. Espera-se que o aluno reconheça que se trata de um argumento de autoridade; a autora se vale do prestígio intelectual da Escola de Frankfurt para sustentar as ideias apresentadas.

146

Fonte: ORMUNDO, *et al* (2020, p. 146)

O desafio do capítulo constituiu na produção da proposta de intervenção, percebeu-se que durante a explanação da redação, são feitas não só explicações dos recursos usados pela participante, como também são realizadas perguntas durante o esclarecimento, possibilitando que o estudante reflita o tema profundamente, e não que ele puramente aceite aquelas anotações, mas o instiga a pensar a respeito, tirar suas conclusões sobre a temática apresentada, então é utilizado esse elemento como uma forma de interpretar o que está sendo referido no texto, ressaltando a importância de possuir bons repertórios, visto que, ter conhecimento de mundo é fundamental para escrever. Porém, os elementos quanto a proposta de intervenção em si, deveria ser mais presente no conteúdo, considera que há maneiras de a proposta de intervenção, individualmente, ser melhor explorada no livro.

4.1 O planejamento da introdução: recursos didáticos para o planejamento da introdução

O Volume 2, Experimenta ENXERGAR! explora as experiências profissionais, identitárias, jornalísticas e a busca de informação, em que buscam, também, a mobilização de ações identitárias, ideológicas e de construção de sentidos, o qual procura por uma educação consciente na intenção de instruir sujeitos autônomos e ativos socialmente, tendo em vista que, conforme Geraldi

A língua é produzida socialmente. Sua produção e reprodução é fato cotidiano, localizado no tempo e no espaço da vida dos homens: uma questão dentro da vida e da morte, do prazer e do sofrer. Numa sociedade como a brasileira – que, por sua dinâmica econômica e política, divide e individualiza as pessoas, isola-as em grupos, distribui a miséria entre a maioria e concentra os privilégios nas mãos de poucos –, a língua não poderia deixar de ser, entre outras coisas, também a expressão dessa mesma situação. (GERALDI, 2011, p. 15)

E, sendo esta construída socialmente, é fato relevante que o texto dissertativo argumentativo que tem como foco primordial a promoção de argumentos sobre fatos verídicos da sociedade, promovendo a reflexão desses, e, sabendo que o público destinado a ter acesso a esse LD, em sua maioria, são jovens de periferia e fora do local de privilégio, que fazem parte de uma sociedade desigual e desumana, é crucial que o material didático da escola seja voltado para construção desses sentido, e a língua como fonte de poder na mão desses jovens é dever, construir tais competências é além de tudo, democrático.

Koch e Elias defendem que “Linguagem é interação e o seu uso revela relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, determinadas reações verbais ou não verbais que esperamos provocar no nosso interlocutor.” (2016, p. 16), à vista disso, compreende-se que escrita está relacionado àquilo que se deseja passar para o interlocutor e com determinada intenção, e para isso é necessário entender esse propósito, e organizá-lo de maneira produtiva no nosso texto para estabelecer relações comunicativas pertinentes, com coesão e coerência.

Portanto, a esquematização da proposta de intervenção se organiza num conjunto de elementos que precisam estar coesos e precisos, para cumprir o propósito comunicativo, para que o nosso leitor entenda claramente o que queremos comunicar, segundo exposto no LD:

As produções deste volume o ajudaram a se preparar para ela. Afinal, você precisou mobilizar uma série de recursos para ler os vários textos, articular as ideias apresentadas, expor dados, expressar seu conhecimento do mundo e sustentar seu ponto de vista. No entanto, neste capítulo especial, terá a oportunidade de estudar, mais detidamente, um dos aspectos do gênero solicitado nessa prova. Seu foco estará nas formas de concluir o texto e, em especial, na proposta de intervenção exigida pela prova. (ORMUNDO, 2020, p. 146).

A idealização do conteúdo visa a composição do sujeito questionador, crítico, ao apostar em temas atualizados, abordagens sugestivas à mobilizar esses recursos, e que pense em soluções para tais problemas, conforme, sendo a proposta de intervenção o momento em que deve articular uma solução para a problemática desenvolvida ao longo do texto, e no qual o aluno deve apresentar elementos como: agente, ação, modo, efeito e detalhamento da intervenção, precisa que haja uma constituição de sentidos na produção desse texto para que tenha harmonia entre os problemas levantados pelo aluno e a proposta de intervenção para ela.

Na DCRB - Ensino Médio – *Itinerário formativo - Leituras de mundo*, que representa uma perspectiva de expansão dos horizontes formativos dos estudantes, para que possibilite a eles, independente da área escolhida, ter uma ampliação de sua visão de mundo, do senso crítico, reflexivo, apto a perceber as demandas da sociedade em que se encontram inseridos. Assim, reforça o incentivo na progressão dessas habilidades, conforme consta “Desenvolver habilidades que permitam aos/s estudantes ter uma visão de mundo ampla e heterogênea, tomar decisões e agir nas mais diversas situações, seja na escola, seja no trabalho, seja na vida” (BRASIL, 2018).

Um dos parâmetros norteadores para a produção de texto, na BNCC, é o desenvolvimento da prática social, sugerindo que o aluno seja ativo nos movimentos sociais, seja comunicativo, que faça mobilizações sociais e culturais, no LD é manifesto vários desses elementos, ainda, sugerem-se tanto na BNCC no Novo Ensino médio e nos demais documentos, o incentivo na formação do sujeito autônomo, autor da busca por seu

próprio conhecimento, curioso em buscar meios de saber e aprender sempre mais. Ao sugerir tais elementos o LD apresenta tais recursos aos estudantes, pois apresenta formas para que eles mobilizem esses questionamentos.

Os seis volumes foram laborados imaginando, também, o Novo Ensino Médio, os Itinerários formativos e o Projeto de vida, que é, de acordo as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, (DCNEB) o campo da vida pessoal em que propõe a reflexão sobre as juventudes no Brasil, bem como as suas necessidades, aspirações, batalhas e questionamentos. Sendo assim, os livros trazem muitos conteúdos que focam no futuro, que façam os estudantes pensarem na vida cotidiana, nas causas da sociedade, e que buscam refletir sobre seu espaço dentro desses ambientes:

Figura 5 – Experimenta ENXERGAR!: Autoconhecimento e Escolha

CAPÍTULO 2

Autoconhecimento e escolha

Leia sobre nossa proposta de percurso didático para este capítulo no **Suplemento para o professor**.

Muitas crianças respondem à pergunta "O que você quer ser quando crescer?" com ideias fantasiosas: "Quero ser sereia!". Outras são muito precisas desde cedo: "Anestesiista". Mas a maioria fala de profissões considerando aquelas com que têm maior familiaridade: professor, motorista de ônibus, cabeleireiro e médico são algumas das alternativas frequentes.

Nossa escolha vai se tornando mais refletida conforme o tempo passa e vamos conhecendo melhor nosso perfil, as características das profissões, as exigências de formação, entre outros fatores. Neste capítulo, vamos discutir alguns desses aspectos.

EXPERIMENTANDO SER ENTREVISTADOR

Embora as entrevistas também possam ter como finalidade o entretenimento, sua função primordial é a de informar. Nesta atividade, você experimentará a função de jornalista e deverá entrevistar um profissional cuja carreira lhe interesse particularmente. Sua entrevista será incluída em um mapa de profissões que poderá ajudar outros estudantes a tomar uma decisão quanto à carreira a seguir.

E SE A GENTE... FIZESSE UM PERFIL?

Etapa 1

Há alguns anos, uma revista de alcance nacional publicou um teste para ajudar os estudantes a conhecer as áreas e as profissões com as quais mais se identificavam. Veja algumas das perguntas e suas alternativas. Anote, em seu caderno, as respostas que daria.

Marcelle em foto de 2014.

Fonte: Ormundo, *et, al* (2020, p. 18, 24, 28)

Assim, segundo aponta a BNCC, adentrando ao Ensino Médio os discentes já possuem condições de envolver-se ativamente no fazer social que envolve a língua, submergindo em seu contexto de interação, pois já possuem familiaridade com os gêneros textuais/discursivos que circulam nos campos de atuação, e assim, desenvolvem habilidades significativas concernentes ao uso das linguagens, isso posto, tais abordagens

são fundamentais no construir das habilidades fundamentais, ao instiga-los a refletir sobre seus processos de escolha, futuro, atuando ativamente nas atividades sugeridas, exercitando o uso da língua, da comunicação, acionando agentes discursivos para elaborar entrevistas, provocando a projetar um futuro produtivo.

No último capítulo, “Especial ENEM- O planejamento da introdução” a orientação para a correção do texto dissertativo-argumentativo proposto para escrita, foi bem proveitoso, conforme imagem dos tópicos:

Figura 6– Especial ENEM: O planejamento da introdução



Fonte: ORMUNDO, *et al* (2020, p. 147,149 e 150)

Conforme os tópicos expostos na imagem acima, nota, que em nenhum momento é sugerido que o texto seja entregue para que o professor corrija e devolva ao aluno com as considerações prontas, a fim de que ele somente ajuste a escrita, mas, é feita uma esquematização no qual ele com ajuda de outro colega mobilizem seus conhecimentos para reelaboração do seu texto. É indicado a autocorreção da redação, então, a revisão do texto é feito pelo próprio aluno para que ele, sozinho, perceba onde tem maior dificuldade, então, nesse primeiro momento sugere-se duas releituras com propósitos diferentes, na primeira ele vai perceber a sintaxe das palavras, e após isso, a grafia das palavras e desvios de concordância. No momento de avaliar, recomenda a presença de um colega para que faça a troca dos textos, de modo que um corrige o texto do outro, prestando atenção às perguntas para corrigir o texto do colega, notando se há a presença ou ausência de tais elementos.

É interessante a configuração em que sugerem a autocorreção do texto pelos próprios alunos, sozinho e também junto de outro colega, apontado por Geraldi (2011),

como uma prática essencial para a análise linguística apontando a autocorreção dos textos produzidos pelos alunos como um trabalho produtivo, de modo que essas habilidades só serão acionadas no exercício da prática. Importante salientar também quanto a correção, que comumente ocorre pelo professor e entregue com anotações de possíveis “erros” em vermelho, ou apenas com riscos indicando esses ‘erros”, mas não explicando o porquê, sobrarão mais dúvidas aos discentes do que esclarecimentos, ele sabe que errou, porém não percebe onde e como melhorar, já que o docente não o possibilitou tal percepção.

Ainda, sobre o planejamento da introdução, destaca que os acionamentos percorridos até ali possibilitaram aos educandos mobilizar uma série de habilidades pertinentes, fundamentais para produzir textos competentes e capazes de cumprir o papel comunicativo. E, a partir de um encadeamento de conteúdos, pede para que os alunos redijam uma introdução no formato do texto dissertativo-argumentativo, as mobilizações desse capítulo é igual ao anterior, só altera que uma se trata da proposta de intervenção e a outra da introdução, sendo esse, particularmente, um ponto negativo, pois acredita-se que ao invés de em cada capítulo suscitar integralmente uma redação e apontar acionamentos do texto, o mais coerente seria expor modelos da elemento central, nesse caso, da introdução.

Portando, se o enfoque não era a redação completa e sim uma parte dela em cada volume, a atenção deveria partir do componente principal e não do todo, como foi o caso, assim, ao expor vários modelos de introdução a aprendizagem seria mais produtiva. Esses acionamentos foram pertinentes para produzir o texto argumentativo, claro, mas em ambos os volumes seus objetos saíram como coadjuvantes, pois somente no momento da produção foram solicitados, quando o conteúdo em si não os destacou, não evidenciou maneiras/métodos que os alunos poderiam utilizar na escrita da parte, todos os acionamentos foram válidos, mas deixa a desejar no que diz respeito ao planejamento da introdução, conforme, um tópico convoca a produção da introdução e no outro de uma redação inteira.

Então, cabia salientar que ao elaborar a introdução o aluno deve abordar repertórios produtivos no qual eles saberão como desenvolver ao longo do texto. No tópico, “Se eu quiser aprender mais”, aciona cinco perguntas interpretativas sobre a introdução da redação apresentada, ao invés disso, trabalhar essas “perguntas” ao longo

das páginas com introduções diferentes, dessa forma mobilizaria ainda mais para aprender e causar possíveis dúvidas, que seriam sanadas, enfatizando ainda que a introdução é o momento de, sucintamente, apresentar ao leitor o assunto que será trabalhado em seu texto, por isso deve ser muito bem pensado e planejado, antecipadamente.

Como já apontado ao longo do trabalho aqui delineado, por se tratar de um LD muito recente autenticado pela PNLD em 2020, e por possuir no construir do seu conteúdo a preocupação em aproximar os conteúdos, bem como as abordagens pedagógicas, das orientações da BNCC e dos projetos de vida, e ainda, tendo em vista que esses seis volumes foram desenvolvidos visando englobar as aprendizagens expostas para a área de Linguagens e suas tecnologias, ele equivale a expectativa do que espera encontrar em um material atualizado e contemporâneo, trata de assunto atuais, importantes, preocupa com a autonomia do sujeito, também com as habilidades tão fundamentais para acionar os elementos construtivos para compor o texto dissertativo-argumentativo, aqui destacado.

5 CONCLUSÃO

O presente artigo objetivou investigar como as abordagens da BNCC aparecem no livro didático do terceiro ano do Ensino Médio, no que diz respeito as competências e habilidades de produção textual, especificamente do texto dissertativo argumentativo. Assim, a análise dessa pesquisa é resultado de uma pesquisa documental que busca responder a seguinte indagação: o livro didático contempla as aprendizagens necessárias sugeridas pela BNCC? E, o que se conclui com essa pesquisa é que o conteúdo é promissor no que compete as orientações da BNCC, em seu conteúdo é possível ver a preocupação em construir elementos pertinentes a aprendizagem e a aproximação das questões identitárias, ideológicas, políticas, sociais e individuais no educando.

No nosso referencial teórico, apoiamo-nos na concepção dos estudos de Koch e Elias (2007), acerca da linguagem enquanto objeto comunicativo e produtor de sentido no texto, verbal e não verbal. Para enfatizar acerca do incentivo à autossuficiência do sujeito enquanto ser independente do seu processo de aprendizagem, abordaremos sobre as contribuições de Libâneo (1994), tomando, também, como base os estudos de Marcuschi sobre os gêneros textuais, nos apoiamos das suas contribuições sobre a escrita

de redação em sala de aula, bem como, os gêneros enquanto capazes de desenvolver-se sobre as atividades de interação dos sujeitos. Geraldi, nos orienta nas abordagens do texto em sala de aula, que releva, igualmente, a relação dos gêneros textuais com o aspecto social como algo incidível.

De acordo com os resultados colhidos na pesquisa, foi possível perceber que o livro didático está bastante atualizado e desenvolvido em harmonia com as propostas do documento orientador, BNCC. Na observação inicial do *corpus* notamos que o arranjo do conteúdo de ambos os livros é idêntico, o que muda é a temática empregada ali, uma salientando a introdução e a outra a proposta de intervenção, e que, por se tratar de temáticas distintas acredita-se que seria interessante um rearranjo dos conteúdos, e ainda, das suas abordagens, já que acredita haver pouca relevância para as partes do texto que era para estar em evidencia.

Por ser um documento orientador para os docentes usarem na sua prática cotidiana, bem como, para que as escolas desenvolvam seus respectivos currículos, a BNCC ela não adentra as especificidades dos gêneros textuais e da produção textual em si. Deste modo, o que ela fornece são competências e habilidades gerais e específicas para orientar o trabalho do professor em sala de aula, bem como, para elaboração dos materiais didáticos e elaboração do currículo da escola, tendo em vista que os professores já possuem conhecimento teórico para preparar/programar/pensar o conteúdo das aulas e para elaborar a sequência.

Por ser um livro atual, com uma proposta interessante e atualizada das demandas contemporâneas, o LD foi dividido em seis volumes e elaborado visando, não só a BNCC, como as propostas do Novo Ensino Médio, Itinerários formativos e principalmente o Projeto de Vida, desenvolvidos, além disso, para contemplar as aprendizagens (novas) de Linguagens e suas tecnologias. Assim, a pesquisa foi positiva, analisamos, respectivamente, os volumes Experimenta ATUAR e Experimenta ENXERGAR, especificamente dos capítulos. O livro possui elementos construtivos eficientes para criar habilidades proficientes para os elementos construtivos essenciais para escrever o texto dissertativo argumentativo, além de, tanto no livro do aluno quanto no livro do professor, possuir uma série de explicações do conteúdo a partir da BNCC e dos Itinerários formativos do Novo Ensino Médio.

Argumentar é dar significados e expandir as próprias ideias. Então, é essencial o ensino formativo, instrutivo e vivo para proporcionar aos sujeitos a defesa e expansão de sua existência enquanto seres relevantes para a sociedade. Desse modo, pode-se afirmar que a pesquisa foi relevante tanto para os docentes que atuam na área quanto para aqueles que têm a sua pesquisa voltada para a área do ensino e da produção textual do texto dissertativo argumentativo, principalmente no novo contexto que o Ensino Médio está vivendo, bem como com as incertezas desse novo cenário. Ainda, a investigação a relevância do material para a sala de aula, e se, conforme os documentos, o LD proporciona experiências de vida aos sujeitos, relevando o social no processo de construção dos gêneros textuais e linguísticos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério Da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília 2018.

ORMUNDO, Wilson *et al.* **Se liga nas linguagens**: Experimenta atuar. São Paulo: Moderna, 2020.

ORMUNDO, Wilson, et al. **Se liga nas linguagens**: Experimenta Enxergar. São Paulo: Moderna, 2020.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Documento curricular referencial da Bahia etapa Ensino Média**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

ROCHA, Sara Susane Ribeiro. **A construção do texto dissertativo argumentativo para o Enem em redação de alunos de escolas públicas**. Brasília. Julho de 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/11923>. Acessado em: 10/06/2023

KOCH, I.V.; ELIAS, V.M. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2007.

KOCH, Ingedore; ELIAS, Vanda. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 2ªed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011.



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

DCHT - XVI
Departamento de Ciências
Humanas e Tecnologias - Irecê



Portal de Periódicos da UNEB
www.revistas.uneb.br



REVISTA CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - CAMPUS XVI - IRECÊ

V. 9, N. 1, JAN-DEZ, 2024 | ISSN ELETRÔNICO: 2317-0522

PEDAGOGIA

DCHT - XVI
Departamento de Ciências
Humanas e Tecnologias - Irecê



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ENTRE DIFICULDADES E POSSIBILIDADES

Géssica de Souza Canaverde³⁶

Priscila Ferreira de Carvalho³⁷

Lormina Barreto Neta³⁸

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender como acontece o planejamento didático- pedagógico para o atendimento de educandos com TEA em sala de aula. Buscou-se responder à seguinte questão problema: Como acontece o planejamento didático-pedagógico para o atendimento das crianças com Transtorno do Espectro Autista em sala de aula? A pesquisa foi do tipo qualitativa baseada em um estudo de caso realizado em uma Escola Municipal em Uibaí-Ba, tendo como sujeitos da pesquisa professores (a) e cuidadores escolares. Tomou-se como embasamento teórico algumas leis e resoluções sobre Educação Inclusiva, como a Lei nº 13.146/2015 e a Lei nº 12.764/2012, e autores, como, Mantoan, 2008 e Mayra Gaiato, 2012. Posto isso, percebe-se que no contexto educacional vigente a função do cuidador visa prestar relevantes serviços no processo de aprendizagem de estudantes numa perspectiva de melhoria da qualidade do ensino que seja acessível e igualitária a todos com práticas pedagógicas efetivas e significativas que ajudem as crianças em suas especificidades. Assim, considera-se que o processo educativo de todas as crianças necessita de um olhar acolhedor para sua efetiva inclusão. Os resultados desse estudo apontam que a falta de material, de informação e de investimentos estão entre as principais dificuldades encontradas para o trabalho com esses educandos. Contudo, há a atenção e a vontade de aprender um pouco mais com as crianças atípicas, para que faça um trabalho significativo e acolhedor.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Transtorno do Espectro Autista. Cuidador escolar/profissional de apoio.

³⁶ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB/CAMPUS XVI, Irecê-Ba. E-mail: gessicacanaverde2015@outlook.com

³⁷ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB/CAMPUS XVI, Irecê-Ba. E-mail: pryel9@gmail.com

³⁸ Dr^a em Educação: Currículo pela PUC/SP. Mestre em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação pelo GESTEC/UNEB. Psicopedagoga Clínica e Institucional pela Faculdade Bahiana de Medicina e Centro de Terapias Integradas de Salvador - CETIS. Professora de Pesquisa e Estágio na Universidade do Estado da Bahia- UNEB/CAMPUS XVI, Irecê. Líder do Grupo de Pesquisa AMEI e membro do grupo de pesquisa O pensamento de Paulo Freire na educação brasileira, PUC/SP. <https://orcid.org/0000-0002-0177-8346> e-mail lneta@uneb.br

INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com diferentes espectros na sala de aula convencional foi uma conquista recente no nosso país. Consideramos um avanço para a educação, entretanto tal mudança gera ansiedade aos professores e grandes expectativas para as famílias que convivem com essa problemática. Nesse sentido, a discussão dessa temática no âmbito escolar se faz necessária para um acompanhamento adequado às crianças como também um assessoramento condizente aos professores e profissionais da educação que trabalham direta ou indiretamente com essas crianças.

Partindo desse pressuposto, o conceito de Educação Inclusiva surgiu a partir de 1994 com a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), assim, deu-se ênfase à importância de que as pessoas com deficiência ou com alguma necessidade educativa especial sejam incluídas de forma efetiva em escolas de ensino regular, em vista de assegurar oportunidades, acesso, permanência e condições de aprendizagem para todas as pessoas, sem preconceitos e de forma a valorizar as diferenças.

Percebe-se que a partir da efetivação dos marcos legais sobre a Educação Inclusiva foi que os nossos educandos que possuem alguma deficiência tiveram um maior acesso à educação. Esse acesso é inicialmente garantido na Constituição Federal de 1988, no seu artigo 208, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, onde afirma que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988, p.110). Dessa maneira, nota-se a importância e o cumprimento das leis, pois asseguram igualdade e oportunidades dos direitos à educação a esse grupo de alunos que antes não tinham tanto acesso.

A escolha da temática para a pesquisa, iniciou-se a partir do componente curricular Pesquisa e Prática Pedagógica, no ano de 2022.1, onde realizamos a escrita de um projeto voltado para as intervenções pedagógicas adotadas no ambiente escolar que contribuíssem com o desenvolvimento da aprendizagem de crianças com autismo leve na Educação Infantil. Esse contato, nos possibilitou observar tanto o cotidiano do

professor em sala de aula, as dificuldades que o cuidador apresenta quanto a forma como era realizada a inclusão de uma criança autista no ensino regular. Posteriormente esse projeto de pesquisa culminou em um artigo científico. Outro motivo importante, foi a realização da pesquisa exploratória no componente Educação Inclusiva quando visitamos a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE em Irecê-Ba, onde nos possibilitou conhecer outros tipos de deficiências.

Posto isso, o interesse na temática é justificado pelas experiências que as graduandas tiveram no decorrer da sua jornada acadêmica, conjuntamente, é justificado não somente pela observação de um crescimento significativo de estudantes com deficiência e conseqüentemente de cuidadores nos espaços escolares, mas que também não existem muitas pesquisas voltadas para esses importantes profissionais, surgindo-nos alguns questionamentos, como por exemplo, de que maneira é realizado o trabalho pedagógico do cuidador³⁹, diante da sua preparação e conhecimento sobre a área na qual está inserido e, como esse trabalho pode contribuir no desenvolvimento de alunos com deficiência e ajudá-los para uma real inclusão dentro dos espaços escolares? E assim, surge o problema de pesquisa: *Como acontece o planejamento didático-pedagógico para o atendimento das crianças com Transtorno do Espectro Autista em sala de aula?*

Para responder a questão de pesquisa, tomou-se como objetivo geral: Compreender como acontece o planejamento didático-pedagógico para o atendimento das crianças com Transtorno do Espectro Autista em sala de aula e como objetivos específicos, Identificar o papel dos cuidadores nas salas de aula a partir das Diretrizes Municipais de Educação Inclusiva; Verificar as práticas e desafios dos docentes e profissionais de apoio no trabalho em sala de aula de ensino regular que atenda alunos com TEA; e Descrever limites e possibilidades da ação didática no espaço da sala de aula inclusiva de alunos com TEA.

³⁹ Apesar da lei nº12.764/2012 Art. 3º, parágrafo único ter mudado a nomenclatura de cuidador para acompanhante especializado ou acompanhante terapêutico, optamos nesse trabalho por manter a nomenclatura anterior “cuidador” por compreender que no município os encarregados da função não recebem formação para exercer o papel de atendente terapêutico.

Para dar conta do que se propõe o presente artigo se estrutura em tópicos que abordam a inclusão educacional enquanto direito social, o cuidador e a sua inclusão na educação, a inclusão na educação infantil; transtorno do espectro autista e o contexto histórico da inclusão no município de Uibaí, apresenta a metodologia da pesquisa, a discussão dos resultados e as considerações finais do trabalho.

1 INCLUSÃO EDUCACIONAL

No Brasil, a educação da pessoa com deficiência assume novos contornos a partir da promulgação e adoção das leis, decretos, diretrizes e declarações que difundiram o direito à Educação Inclusiva. Inicialmente, sendo garantido na Declaração de Salamanca, onde fala que “aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades” (Brasil, 1994, p. 1).

A partir da promulgação da Constituição de 1988 as pessoas com deficiência passaram a ter a possibilidade dos seus direitos sociais reconhecidos e a educação passou a ser assegurada como um direito universal a todos os cidadãos brasileiros, sem distinção de qualquer espécie em condições de igualdade.

Com a criação da Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a regulamentação da Educação Especial como modalidade educativa passa a ser vista como um marco histórico para o atendimento dos alunos com deficiência na rede pública de ensino. Na perspectiva da Educação Inclusiva,

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2008, p. 5).

A proposta da Educação Inclusiva como modalidade educacional deve estar pautada por princípios de equidade que assegurem o respeito e a dignidade humana ao acesso e à permanência dos alunos com deficiência em condições de igualdade no sistema escolar.

Consolidada como um dos tratados mais recentes sobre os direitos das pessoas com deficiência no país, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146 de 2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, organiza em seu estatuto as regras enquanto marco regulatório sobre os direitos das pessoas com deficiência. Em seu artigo primeiro:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (Brasil, 2015).

Assim, é uma lei fundamental para garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência no Brasil. Com a sua implementação, podemos transformar a realidade dessas pessoas e promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

1.1 O que diz a legislação sobre o cuidador e a sua inclusão na educação

A partir do crescimento nas demandas de trabalho acontecidas com a inclusão educacional das crianças com deficiência fizeram com que fossem criados novos postos de trabalho no campo educacional. Surgindo, dessa forma, os cuidadores escolares, onde as suas atuações são vinculadas à inclusão das crianças com deficiência. Logo, ocupam funções de trabalho no campo escolar como agentes de fundamental importância para concretizar as práticas inclusivas. Assim, busca-se uma reflexão e problematização sobre esses cuidadores, se realmente tem uma formação colaborativa para desenvolver práticas inclusivas para os discentes em seu processo de formação educativo, comportamental e social.

Nesse sentido, compreende-se que a atuação desses profissionais é vinculada à inclusão educacional das crianças atípicas. Logo, ocupam seus postos de trabalho no campo escolar como profissionais de fundamental importância para que se concretizem as práticas inclusivas.

Entretanto, na legislação brasileira, a denominação desses profissionais também é apresentada de diversas formas. Na política da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o termo citado é cuidador ou monitor (Brasil, 2008), na Resolução 04/2009, são descritas as funções do professor do Atendimento Educacional Especializado. A nota técnica 19/2010 já faz referência aos profissionais de apoio, na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista é citado como acompanhante especializado (Brasil, 2012) e na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), o termo Profissional de Apoio é retomado. Todavia, a denominação adotada no presente estudo foi o de cuidador escolar.

Por conseguinte, o lugar ocupado pelo cuidador nas instituições escolares precisa ter como referência obrigatória a própria inclusão das crianças com deficiência no sistema regular de ensino que durante décadas viveram em situação de segregação social à margem da educação escolar. Seguindo essa mesma linha de pensamento, nos espaços escolares de ensino regular na qual estamos inseridos, percebemos que sem a presença deles, o processo da educação especial dentro da perspectiva inclusiva, torna-se ainda mais desafiador.

Desse modo, os serviços de apoio escolar estão garantidos no parágrafo 1º do art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assegurando que, “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial” (Brasil, 1996, p.39). Isto é, garante a presença de cuidador nas escolas, quando necessário, para auxiliar os educandos com deficiência, sendo que a

sua função varia de acordo com as necessidades do estudante, podendo incluir auxílio em questões de locomoção, higiene, alimentação e comunicação.

É através dessa função que é possível garantir o pleno acesso e participação dos alunos com deficiência de maneira inclusiva visto que, a educação inclusiva passa diretamente pelo cuidador escolar e de acordo com a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência em seu artigo 3º inciso XIII que trata da inclusão do profissional de apoio escolar, onde diz que o

profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (Brasil, 2015, p.3).

Nesse sentido, além de garantir a inclusão, o cuidador permite o melhor aproveitamento no desenvolvimento da criança. Ele trabalha em conjunto com o educador para melhorar a adaptação de acordo com as necessidades individuais de cada um e dá o suporte, quando necessário, aos alunos com alguma deficiência, seja ela física, intelectual ou transtorno específico. Portanto, uma das suas principais funções é a garantia da inclusão dos alunos com deficiência no espaço escolar.

Apesar disso, a legislação nos diz que os cuidadores estão nos ambientes escolares para cuidar e atuar nos aspectos de locomoção e higienização, negando a eles a capacidade de prover o ensino. No entanto, em muitos ambientes escolares eles acabam realizando ações que são de responsabilidade do corpo docente, indo, dessa forma, em contrário às indicações da legislação.

Vale frisar que a presença dos profissionais que exercem função de apoio na escola brasileira ainda é recente no cenário educacional e a sua participação pouco discutida nos documentos norteadores que garantem o seu acesso no campo da educação. A concretização da sua presença por meio da legislação é entendida como uma importante conquista nos trâmites da inclusão educacional. Todavia, as questões referentes à formação para o exercício da função e profissionalização da categoria

ainda é pouco enfatizada na atualidade, pois só passou a ser concretizada nos trâmites legais no interior da escola brasileira com a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão no ano de 2015.

No município de Uibaí, o termo considerado correto é o de professores de apoio, entretanto os referidos profissionais que atuam nesse cargo se autodenominam como cuidadores ou auxiliares, visto que são contratados para auxiliarem as crianças que possuem alguma deficiência ou necessidade educativa especial e se, por algum motivo, o professor regente faltar, eles são obrigados a realizar as suas tarefas com toda a turma. Todavia, nos documentos analisados não aparecem nem um dos termos, ficando perceptível que o município não vem trabalhando a questão da Educação Inclusiva de forma coerente com a denominação contida nos documentos regulamentares.

1.2 A inclusão na Educação Infantil

A Educação Infantil no âmbito escolar e voltada para a perspectiva inclusiva tem como objetivo proporcionar um ambiente acolhedor voltado para todos, no qual os alunos têm autonomia para construir o conhecimento conforme suas capacidades, dificuldades e habilidades. Com isso, vale ressaltar que a educação inclusiva visa possibilitar melhores condições físicas, afetivas e uma didática na área educacional para o real aprendizado do aluno, para isso, nota-se que é necessário romper um paradigma excludente e preconceituoso. Assim, as escolas se propõem a prática de inclusão quando,

a Educação Infantil deve, ainda, respeitar o princípio da Educação para todos, que é o de educar, sem distinção, todas as crianças, garantindo-lhes uma educação de qualidade que atenda às suas necessidades e especificidades. Isso pressupõe fazer modificações na estrutura organizacional e na proposta pedagógica da instituição, além de requerer um investimento nos recursos humanos, buscando eliminar preconceitos e barreiras, conscientizar pais, alunos e professores a investir na formação de profissionais da educação (Veiga, 2008, p. 178-179).

Dessa forma, a escola se torna inclusiva quando reconhece as especificidades de cada aluno em torno de sua aprendizagem e suas limitações podendo ser motoras, intelectuais ou físicas, através desse reconhecimento o ensino regular busca através de políticas públicas do município e/ou estaduais se capacitar profissionalmente e também investimentos para planos de práticas pedagógicas eficientes.

Além disso, é importante salientar sobre o processo de acompanhamento entre uma rede de apoio por família, professores, cuidador e médicos que auxiliam a criança em seu desenvolvimento com outras crianças e também no cunho social. Assim, ocorre uma troca de aprendizagem, pois a criança com deficiência em interação com outras crianças sem a deficiência aprendem a conviver em sociedade, seguir regras, construir vínculos; enquanto, a criança sem deficiência aprende a conviver e respeitar as diferenças do outro. De acordo com a Declaração de Salamanca,

[...] para promover uma Educação Inclusiva, os sistemas educacionais devem assumir que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar a criança às assunções pré concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem (Brasil, 1994, p. 4).

Nesse sentido, o objetivo do docente é a inserção do aluno no meio escolar que venha a contribuir através de atividades que facilitem a aprendizagem, com efeito possibilitará meios para que o discente com TEA tenha suas habilidades sendo reconhecidas e possibilitando o desenvolvimento do aprender, com vista a reconhecer a capacidade, os limites e o ritmo de cada aluno.

Outrossim, tanto o professor como o acompanhante devem ter um vínculo com os seus alunos, participando ativamente das atividades e do cotidiano da criança, propondo atividades inclusivas, dando assistências para que assim possam garantir um aprendizado satisfatório mesmo diante de todas as dificuldades que lhes acometem. Partindo dessa perspectiva:

Nossos sentidos de educador devem estar direcionados ao coração dos educandos. É nele que está a resposta para uma aprendizagem viva. No encontro em sala de aula, deve-se buscar cotidianamente algo necessário para o desenvolvimento humano dos educandos: A abertura do seu coração. E está inteiro nesse encontro de conexão em sala de aula. São dois seres abertos para aprender (Wendel, 2013, p. 10).

Considera-se que a afetividade e o acolhimento é fundamental na educação para que não ocorra exclusão no convívio com outras crianças na escola e consciência dos direitos assegurados às crianças com TEA no processo de inclusão no ambiente escolar, além de práticas pedagógicas efetivas para a qualidade de ensino. Para isso, é importante salientar sobre formação continuada de professores e acompanhantes de alunos com deficiência para auxiliar na prática de inclusão a todos e atender a diversidade com atividades que realmente atendam à especificidade do discente.

No direcionamento dos aspectos legais e documentais, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), defende que as pessoas que têm alguma necessidade especial apresentam uma experiência de exclusão e isso ocasiona limitações no convívio social (Brasil, 1998). Vale salientar, que se caso isso ocorra atualmente, os pais devem cobrar seus direitos e se posicionar com relação a essas práticas excludentes, procurando ajuda em órgãos competentes e dialogando com a escola para que proporcione mudanças, através de reuniões, campanhas e cursos.

Segundo Mantoan,

os pais de crianças e os educadores brasileiros deveriam ser os primeiros a levantar a bandeira contra a discriminação, portanto o que vemos ainda é uma considerável batalha para que a exclusão se mantenha e as escolas especiais sejam consideradas escolas de ensino fundamental (Mantoan, 2008, p. 26).

A inclusão educacional pressupõe um trabalho no coletivo, pois o reconhecimento legal muitas vezes não é de fato aderido em muitas escolas por falta de informação das famílias. Com isso, percebe-se a dificuldade de inclusão das crianças autistas no ambiente escolar, pois é preciso compreender as necessidades, os direitos e ter conhecimento profissional para que realmente seja eficiente a escolarização do discente desde os anos iniciais. Nesse sentido, o objetivo do docente é a inserção do aluno no meio escolar que venha a contribuir através de atividades que facilitem a aprendizagem, com efeito, possibilitará meios para que o discente com TEA tenha suas habilidades sendo reconhecidas e possibilitando o desenvolvimento do aprender, com vista a reconhecer a capacidade, os limites e o ritmo de cada aluno.

2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A palavra "autismo" deriva do grego "autos", que significa "voltar-se para si mesmo". Inicialmente foi utilizada para descrever pessoas com esquizofrenia e que se isolavam socialmente. Por se tratar de um distúrbio no neurodesenvolvimento, o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno global do desenvolvimento infantil que se manifesta antes dos 3 anos de idade e se prolonga por toda a vida.

Esse diagnóstico foi estudado por décadas por psicólogos e psiquiatras, contudo, essas classificações de estudo ainda são áreas de pesquisa em constante avanço na investigação de novas informações, destinados na busca por resultados satisfatórios. Na CID-11 o TEA é classificado pelo código 6A02 em substituição ao F84.0. Essas subdivisões classificam o grau da deficiência no comprometimento intelectual e/ou linguagem.

Os sintomas mais frequentes no comportamento de uma criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista são em três áreas: a da interação social, da linguagem, imaginação e padrões repetitivos e estereotipados. Em relação às dificuldades ao aspecto do comportamento na interação social se diz ao comprometimento no contato visual, gestos, interação com a sociedade, posturas corporais, ausência de dividir coisas com outras pessoas, ter dificuldade em ter empatia no campo emocional e social; na área da linguagem verbal ou imaginação condiz com o atraso da fala ou não conseguir manter um diálogo com outras pessoas, uso repetitivo da linguagem e ausência de brincadeiras com interações sociais variados; na área de flexibilidade comportamental se dirige aos padrões repetitivos de interesse ou foco em determinado objeto ou pessoa, adesão inflexível a rotinas, movimentos repetitivos, como: balançar as mãos e todo o corpo e preocupação com objetos.

Nessa perspectiva,

A principal área prejudicada, e a mais evidente, é a da habilidade social. A dificuldade de interpretar os sinais sociais e as intenções dos outros impede que as pessoas com autismo percebam corretamente algumas situações no ambiente em que vivem. A segunda área comprometida é a da comunicação verbal e não verbal. A terceira é a das inadequações comportamentais. Crianças com autismo apresentam repertório de interesses e atividades restritos e repetitivos (como interessar-se somente por trens, carros, dinossauros etc.), têm dificuldade de lidar com o inesperado e demonstram pouca flexibilidade para mudar as rotinas (Silva; Gaiato; Reveles, 2012, p.10).

Por isso, é de suma importância, trabalhar com condições adequadas com diversas crianças através da socialização e didáticas pedagógicas com o objetivo de promover o real aprendizado do aluno. De acordo com Perrenoud (1999), realizar um projeto pedagógico não é tarefa de apenas um profissional, mas de todos. Assim, percebe-se que essa inclusão começa com um trabalho coletivo de toda a equipe da escola, pais e comunidade, pois o ambiente de convívio do aluno também influencia no resultado de manter um projeto educacional de qualidade.

As crianças com TEA podem apresentar diversos sintomas, cada uma de forma diferente, mas quando diagnosticada é importante que o professor e cuidador no ensino regular trabalhe com habilidades sociais para que esta consiga interagir com outras crianças, a fim de conseguir adquirir habilidades como a empatia, também pode ser trabalhado a área de comunicação através de jogos, brincadeiras e instrumentos musicais que ajude no estímulo a fala, sempre com a instrução de outros profissionais e a participação da família.

2.1 Contexto histórico da inclusão no município de Uibaí

No município de Uibaí, a inclusão acontece somente com a inserção das crianças que possuem alguma deficiência dentro da sala de aula do ensino regular e não tem professores do Atendimento Educacional Especializado- AEE.

Em Uibaí, foram criadas em 2010, salas de recursos multifuncionais, entretanto permaneceram fechadas até 2016, quando houve uma tentativa de colocá-las em funcionamento. O processo de reabertura da sala multifuncional da sede do município

se inicia novamente em 2019 e para isso foi criado no mesmo ano o Centro de Referência e Especialidades para a Inclusão de Uibaí (CREIU), que tem, mesmo que de forma discreta, grande atuação na área da inclusão em toda cidade, com especialistas atendendo o município, tendo uma equipe multidisciplinar com psicólogas, psicopedagogas e recebendo contribuições da Secretaria de Saúde e Assistência social, onde tem atendimento com neurologista, fisioterapeuta, fonoaudióloga, entre outros profissionais.

Sendo assim, essa equipe visa dar todo o suporte necessário que essas crianças e adolescentes precisam, atendendo aos alunos sinalizados pela escola com alguma dificuldade de aprendizagem bem como com algum distúrbio aparente e encaminhando para esse centro onde os profissionais realizam o estudo do caso e os encaminham para outros especialistas para diagnosticar e realizar o acompanhamento, garantindo o que reza a estratégia 4.1 da meta 4 do Plano Municipal de Educação:

Garantir acesso, a permanência e a continuidade de estudos dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas da rede regular de ensino para que se beneficiem desse ambiente e aprendam conforme suas possibilidades (Uibaí, PME, p.71).

No cumprimento do seu papel social, a Prefeitura de Uibaí vem realizando desde 2019 a Caminhada da Inclusão, que já faz parte do calendário escolar. Assim, intenta

conscientizar a sociedade uibaiense sobre as necessidades específicas de organização social e de políticas públicas para promover a inclusão social desse segmento populacional e para combater o preconceito e a discriminação, promovendo a inclusão, ao mesmo tempo em que reafirmar a importância da participação da família em todos os processos de vida de seus filhos, seja educacional, de desenvolvimento, de habilitação e reabilitação, e nas demais áreas (Uibaí, RCMU, 2020, p.101).

Nesse sentido, o objetivo principal da Semana Municipal da Inclusão foi e é o de romper barreiras, proporcionar conscientização, valorizar a diversidade e garantir oportunidade, respeito e igualdade de direitos para todos. Nessa corrente do bem, estão envolvidos professores, coordenadores, gestores, alunos e pais, além de uma equipe multidisciplinar, onde percorrem as escolas da cidade e discutem com a comunidade educativa questões ligadas à inclusão da pessoa com deficiência e o

acolhimento de crianças e jovens com limitações, síndromes e dificuldades de aprendizagem.

De acordo com o Referencial Curricular do Município de Uibaí-Ba (RCMU, 2020) entende-se que a inclusão escolar não é somente manter o estudante na escola, mas tornar a escola um espaço no qual ele possa, de algum modo, se desenvolver, participando da melhor maneira possível do processo do ensino e da aprendizagem. Dessa forma, a estrutura da educação necessita de uma ação especializada para que possamos ter equidade e qualidade para atender todas as especificidades dos nossos educandos. Assim, "toda a educação é especial e precisa ser inclusiva!" (Uibaí, RCMU, 2020, p.58).

Entretanto, no diário oficial não foram encontrados registros das leis municipais que objetivam melhorar práticas pedagógicas para crianças e adolescentes com deficiência na escola regular, quando posto em prática, eles seguem as diretrizes do Documento do Estado da Bahia, onde fala das diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado. Atualmente, eles seguem também o RCMU- Referencial Curricular do Município de Uibaí, escrito há mais ou menos dois anos, que aborda a educação no município e o currículo tanto nacional quanto municipal.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi do tipo qualitativa descritiva, utilizando como dispositivo a entrevista semi-estruturada, o questionário e observações, baseada no método do estudo de caso realizado em uma Escola Municipal em Uibaí-Ba, tendo como sujeitos da pesquisa duas professoras e duas cuidadoras escolares. Tomou-se como embasamento teórico as leis e resoluções sobre Educação Inclusiva e alguns autores, como, Mantoan e Mayra Gaiato.

Para desenvolver esse tipo de pesquisa é preciso ter clareza sobre o que se quer pesquisar e sobre a necessidade do aprofundamento da realidade a ser pesquisada, e

assim necessitará de uma metodologia voltada para a interpretação do contexto, definição da problemática, elaboração de perguntas, coletar e analisar informações, compreensão das relações sociais e compartilhar os resultados. De acordo com Creswell,

a pesquisa qualitativa começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o estudo dos problemas da pesquisa, abordando os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano (Creswell, 2014, p.49 e 50).

Ela envolve uma compreensão humana e social, nos proporciona uma maior proximidade com os sujeitos da pesquisa enriquecendo o nosso entendimento da realidade. Assim, utilizou-se o pesquisador como instrumento humano, social e coletivo e a entrevista para selecionar e produzir informações, levando em consideração, o fato de que na pesquisa qualitativa não existe verdade absoluta, e sim uma troca de experiências e concepções de visão de mundo diferentes em sua percepção.

A entrevista constitui-se como um diálogo entre vistas de duas ou mais pessoas, marcado pela oralidade, a fim de extrair informações sobre determinado assunto que está sendo investigado. Assim, “não se trata de um simples diálogo, mas, sim, de uma discussão orientada para um objetivo definido, que, através de um interrogatório, leva o informante a discorrer sobre temas específicos, resultando em dados que serão utilizados na pesquisa” (Rosa; Arnoldi, 2014, p.17).

Ou seja, é realizada pela interação social entre o pesquisador e a pessoa entrevistada, seguindo um rigor metodológico, sendo executada para compreender algum fenômeno, que é o objeto da pesquisa científica. Já o questionário é caracterizado como uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante. Deve ser objetivo, acompanhado de instruções, podendo ser questões abertas ou objetivas. O questionário, segundo Gil (1999), pode ser definido

como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas (Gil, 1999, p.128).

Dessa forma, é uma técnica que servirá para coletar as informações da realidade permitindo recolher uma amostra do cenário pesquisado.

Nas observações é importante salientar que se deve, “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento” (Lakatos, 1996, p.79). Assim, se faz necessária a observação sistemática e a observação participante, sendo a primeira regida por um roteiro previamente redigido, ou assistemática que utiliza ferramentas para registrar a realidade sem a utilização de instrumentos técnicos e a observação participante que o pesquisador pode estabelecer contatos, conversas com os atores do contexto de campo e assim poder descobrir as interpretações que eles oferecem aos acontecimentos e fatos observados (Vernaglia, Peres e Cruz, 2020). Portanto, nota-se a importância da interação social, a pluralização de vozes e o ouvir para que se faça a construção da pesquisa científica no respeito ao ser humano e na prática dialógica.

Os procedimentos técnicos que foram utilizados na pesquisa foram o estudo de caso e pesquisa-participante. Para Robert Yin (2001), “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real” (Yin, 2001, p. 21). Ele consistirá em uma análise de um contexto da realidade com o objetivo de entender as características mais gerais, a fim de identificar e sugerir possíveis soluções para um problema.

O lócus da pesquisa foi em uma Escola Municipal inserida no Município de Uibaí, Estado da Bahia, onde atualmente funciona com a Educação Infantil (Grupos: 03, 04 e 05) e o 1º Ano das séries iniciais do Ensino Fundamental, local de realização do estágio curricular das pesquisadoras.

Diante disso, essa pesquisa definiu um roteiro para coletar informações no formato de entrevista e contou com 4 participantes: duas professoras e duas cuidadoras, foi feita através de um diálogo gravado pelo aplicativo do WhatsApp, no qual os participantes responderam a perguntas abertas para que posteriormente pudessem ser transcritas na íntegra as respostas para análise, mantendo-se o anonimato dos entrevistados nominados como, Professor 1 (P1), Professor 2 (P2),

Cuidador 1 (C1) e Cuidador 2 (C2). A pesquisa seguiu as orientações do conselho de ética em pesquisa com humanos.

Além da aplicação da entrevista e do questionário, foi bastante significativa uma conversa via WhatsApp com a psicopedagoga de Uibaí-Ba e com uma diretora na qual indicaram e disponibilizaram tanto indicação de leituras quanto documentos norteadores do município.

Os dados produzidos pelos sujeitos da pesquisa foram analisados a partir de uma primeira leitura mais geral e a segunda leitura se fez mais atenta e focada para análise dos achados nas entrevistas realizadas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A função do cuidador é articular e dar ideias que colaboram nas atividades de ensino que são propostas pelo docente juntamente com a coordenação, ajudando-o e tendo em vista a melhoria da qualidade de ensino. Para isso é necessário alguns planos para ajudar no desenvolvimento da prática pedagógica como possíveis sugestões, sendo esses, o Plano de Desenvolvimento Individual- PDI ou o Plano Educacional Individualizado- PEI, na qual se caracterizam como uma prática adotada nas escolas, a fim de potencializar o aprendizado do aluno com deficiência, elaborando para aquele aluno específico um planejamento educacional de acordo com as suas necessidades, em razão da sua deficiência, corroborando para a sua plena participação no PPI- Planejamento Pedagógico Individual.

Outro enfoque é a sua participação no Projeto Político Pedagógico-PPP, com a elaboração de plano para uma educação inclusiva, bem como a formação continuada para que possa conhecer novas possibilidades de ajudar o discente. Necessário se faz saber identificar as dificuldades e habilidades da criança com Espectro Autista para que melhore as possibilidades da metodologia de ensino em parceria com toda a equipe escolar.

Outra alternativa seria a busca de recursos pedagógicos que possibilitem condições de atendimento para alunos com deficiência.

Considerando, portanto, que a educação inclusiva é garantida pela legislação e documentos oficiais, sendo essas leis que regulamentam o sistema e a política educacional e enfatizam um olhar para as diferenças, a diversidade e a inclusão, na prática, há um longo percurso a ser percorrido, seja por meio de políticas públicas, formação de professores, investimentos em infraestrutura, materiais pedagógicos e recursos humanos, entre outros fatores, sendo possível inferir, frente aos resultados obtidos, que a implementação da educação inclusiva está distante ainda da sua concepção de educação para todos.

A busca por uma educação inclusiva que respeite o direito do acesso e permanência para todos no ensino básico resultou de lutas sociais e hoje é garantida por lei, entretanto, não adianta apenas existirem leis, é necessário colocá-las em prática quebrando as amarras da discriminação, do preconceito e da homogeneidade das pessoas, percebendo que todos os sujeitos, com deficiência ou não, devem viver como seres capazes e ativos em uma sociedade.

A política de inclusão requer o respeito às particularidades de cada indivíduo ao longo do processo de ensino e aprendizagem e é responsável por orientar as práticas pedagógicas voltadas para o respeito da diversidade e o exercício da cidadania, mas não basta garantir a inclusão apenas na sala de aula, deve-se contemplar as adaptações no espaço físico, ter profissionais capacitados e recursos, tanto físicos quanto materiais didático-pedagógicos, para favorecer o aproveitamento de todos os alunos. Faz-se necessário enfatizar que as pessoas com deficiência foram inúmeras vezes sacrificadas, não tendo os seus direitos respeitados e que a inclusão acende uma luz nas vidas das pessoas com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais, superando a visão excludente do sujeito, garantindo o direito à igualdade.

No levantamento dos achados da pesquisa, notamos que mesmo a escola não tendo estrutura física e nem recursos pedagógicos para o atendimento de crianças com deficiência ou que possuem necessidade educativa especial, os profissionais que nela

atuam buscam diariamente mais conhecimento e retiram, se necessário for, recursos próprios para garantir à inclusão desses educandos no ensino regular.

Dentre os resultados das informações obtidas, enfatiza-se nesse texto importância de que o planejamento deve estar voltado em uma caracterização lúdica que faça o aluno criar novas possibilidades e as práticas pedagógicas devem ter como eixos jogos e brincadeiras, considerar também o cuidar e o educar como elementos indissociáveis para realizar uma boa práxis. Além disso, mostra que mesmo a escola não estando preparada para receber esses educandos e as cuidadoras não tendo uma formação em educação, demonstram um compromisso pedagógico para buscar estratégias eficazes e inclusivas que possam enfrentar os desafios atuais da educação escolar e proporcionar ações didáticas e pedagógicas mais significativas e relacionada com o contexto de vida dos nossos educandos.

Assim, a observação das práticas pedagógicas em uma unidade escolar apresentou aspectos positivos a favor da educação inclusiva, pois todos os profissionais envolvidos são comprometidos com a educação, buscam novos conhecimentos e almejam o desenvolvimento do aluno com TEA e dos demais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse trabalho foi de compreender como acontece o planejamento didático-pedagógico para o atendimento das crianças com Transtorno do Espectro Austista em sala de aula. Para isso buscamos identificar o papel dos cuidadores nas salas de aula, a partir das Diretrizes Municipais de Educação Inclusiva, conhecendo as práticas e desafios dos docentes e cuidadores no trabalho em sala de aula de ensino regular que atenda alunos com TEA, bem como compreender os limites e possibilidades da ação didática no espaço da sala de aula inclusiva de alunos com TEA. De modo geral, essa pesquisa buscou investigar a prática pedagógica dos professores, juntamente com os cuidadores, conhecendo as dificuldades, possibilidades e os desafios diante da inclusão escolar, bem como destacar as intervenções pedagógicas que favorecem o processo de inclusão de crianças com TEA no contexto da educação infantil.

Ao concluir esse trabalho pensamos que o aprofundamento e as leituras realizadas nos possibilitaram conhecer um pouco mais sobre o trabalho pedagógico das atividades elaboradas pela professora regente e como são aplicadas na prática com auxílio das cuidadoras, considerando as dificuldades e possibilidades tanto do ensino e da aprendizagem do aluno com Espectro Autista no ambiente escolar como dos profissionais que atuam no trabalho com esses educandos. Assim como, se faz necessário o cumprimento da lei onde garante que todas as salas de aula tenham o profissional de apoio para dar auxílio aos estudantes com deficiência.

As leituras também proporcionaram uma nova visão do trabalho com crianças com deficiências, que possibilita enxergar uma limitação em salas de aulas na qual não tem uma estrutura multifuncional para acolher esses educandos atípicos. As mudanças se fazem necessárias e imediatas a partir do investimento público e do trabalho coletivo escolar. Outro aspecto, que se faz necessário, é a mínima e a contínua formação para cuidadores com crianças que têm alguma limitação seja ela, física, de locomoção ou intelectual.

Ao final de nossas análises foi possível observar que para atender a educação inclusiva nas salas regulares, o município acompanha a legislação nacional, contudo, de acordo com o Diário Oficial, não possui leis próprias e a inclusão acontece somente com a inserção das crianças que possuem alguma deficiência dentro da sala de aula do ensino regular, não tendo professores do Atendimento Educacional Especializado-AEE, possuindo unicamente o Centro de Referência e Especialidades para a Inclusão de Uibaí que segue atuando e desenvolvendo o acompanhamento das crianças que necessitam de um atendimento individualizado com a equipe multidisciplinar, assistindo somente o município de Uibaí e com recursos próprios do mesmo.

A realização dessa pesquisa oportunizou a compreensão de que mesmo de forma modesta, as políticas educacionais de inclusão avançaram significativamente no contexto nacional e local, o que tem ampliado progressivamente a presença de crianças com deficiências na modalidade da Educação Especial na Educação Básica, sendo que, de acordo com o Censo Escolar, (2022), a nível nacional, houve 1.301.961

matrículas e a nível municipal, 63 matrículas e, conseqüentemente de cuidadores para a garantia da inclusão nas salas de aula do ensino regular. Considerando essa premissa, evidencia que o número de matrícula destes alunos na educação especial aumentou significativamente nos últimos anos, ampliando a chegada deste público à escola, havendo, portanto, a necessidade de mais estudos, pois podemos avançar e aprimorar cada vez mais as práticas pedagógicas e as políticas educacionais inclusivas para uma Educação Inclusiva de qualidade para esse público.

Assim, recomendamos a pesquisa a todos os profissionais da Educação que acreditam na importância da Inclusão Escolar, sendo eles, cuidadores, professores, coordenadores e a todos, que participam direta ou indiretamente neste trabalho. Além disso, é recomendado também para todos os pais de crianças atípicas, em especial, às crianças autistas.

Outrossim, o retorno dos resultados desse trabalho ao município será realizado para que possa rever suas ações no sentido de reconhecer o direito das pessoas atípicas em suas especificidades de atendimento. Cabe enfatizar também a importância de inserir profissionais auxiliares capacitados para atender às crianças com deficiência, visto que é necessário e urgente propor e desenvolver ações que venham modificar e orientar as formas de se pensar a própria inclusão no âmbito escolar.

Afinal, sabemos que é um trabalho árduo e desafiador, porém essencial para a contribuição a uma sociedade mais justa e democrática, afinal, sabe-se que a inclusão é um direito e, portanto, esta deve ser cumprida para que se conquiste a justiça social almejada por uma sociedade tão desigual. Esse trabalho não pretendeu esgotar as discussões sobre a temática, mas contribuir com a problematização aqui apresentada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.764 de 27/12/12- institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990. Diário oficial da República Federal do Brasil, Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 19 de set. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 20 de set. 2023.

BRASIL. Resolução nº 4, de 02 de Outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Portal MEC, Brasília, DF, out. 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 20 de set. 2023.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 18 de set. 2023.

BRASIL. Nota Técnica nº 19, de 8 de setembro de 2010. Assunto: Profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados em escolas comuns da rede pública de ensino. Brasília: MEC/Seesp/GAB, 2010. Disponível em: <<https://lepedi-ufrrj.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Nota-t%C3%A9cnica-n%C2%BA.-19-Profissionais-de-apoio.pdf>>. Acesso em: 18 de set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Lei nº 9.394/96- Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB), 1996.

CRESWELL, John W.. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa.

Declaração de Salamanca. Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 19 de set. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Características étnico-raciais da população: classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/uibai/panorama>>. Acesso em: 05 out. 2023.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1993.

MANTOAN, Maria Tereza Eglés. O desafio das diferenças na escola. 2008.

Prefeitura Municipal de Uibaí: Diário oficial do município. Uibaí: Serasa Experian, 2017. Disponível em: <http://www.uibai.ba.gov.br/Documentos/Leis/lei%20complementar%20n%2008.pdf>. Acesso em: 26 set. 2023.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: mecanismo para validação dos resultados. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo Singular**: entenda o autismo. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012. Disponível em: <https://institutosingular.org/wp-content/uploads/2021/05/mundo-singular.pdf>. Acesso em: 07 set. 2023.

UIBAÍ, Plano Municipal de Educação – PME /**Lei nº 340/2015**. Uibaí, Secretaria Municipal de Educação, 2015. 100 p.

UIBAÍ, Referencial Curricular do Município de Uibaí, Bahia- **RCMU**. Uibaí, 2020. 549 p.

VEIGA, Márcia Moreira. A inclusão de crianças deficientes na educação infantil. In: **Paidéia**, Jan/Jul. 2008, ano V, n. 4, p. 169-193.

VERNAGLIA, Taís Verônica. Pesquisa qualitativa. UNIRIO. Disponível em: educacapes.capes.gov.br<https://educacapes.capes.gov.br>>...PDF PESQUISA QUALITATIVA-EduCAPES . Acesso em: 06 out. 2023.

WENDELL, Ney. **Praticando a Generosidade em Sala de aula**. Editora prazer de ler. Edição Recife 2013, p.10

YIN, Robert K.. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. Tradução de: Daniel Grassi.

**COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E
FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
CICLO DE FORMAÇÃO HUMANA
DA REDE MUNICIPAL DE IRECÊ**Kêmily Alcântara Barreto⁴⁰
Lormina Barreto Neta⁴¹**RESUMO**

O presente artigo analisa o papel da coordenação pedagógica na implementação do Ciclo de Formação Humana (CFH) na Rede Municipal de Irecê, com foco na gestão do currículo, a partir da perspectiva dos professores. A pesquisa objetivou compreender as percepções docentes sobre o papel do coordenador, identificar os entraves no processo de implementação e analisar os limites e possibilidades da utilização das Atividades Complementares (ACs) como espaço de formação continuada. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas realizadas com seis professoras e duas coordenadoras da Escola Piloto do município. Os resultados indicaram que a coordenação é frequentemente sobrecarregada por tarefas burocráticas e desafios organizacionais, dificultando o foco em seu papel primordial de formação docente. Contudo, as ACs destacaram-se como espaços estratégicos para a reflexão coletiva e melhoria das práticas pedagógicas. O estudo conclui que a formação continuada em serviço é essencial para consolidar práticas educativas críticas e transformadoras.

Palavras-chave: Coordenação pedagógica. Formação docente. Currículo. Educação.

⁴⁰ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB/CAMPUS XVI, Irecê. Assistente do Regime de Progressão Parcial - RPP, pela Fundação Getúlio Vargas - FGV/DGPE, atuando no Núcleo Territorial de Educação - NTE 01, Irecê. E-mail: kemily.barreto1@gmail.com

⁴¹ Dr^a em Educação: Currículo pela PUC/SP. Mestre em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação pelo GESTEC/UNEB. Psicopedagoga Clínica e Institucional pela Faculdade Bahiana de Medicina e Centro de Terapias Integradas de Salvador - CETIS. Professora de Pesquisa e Estágio na Universidade do Estado da Bahia-UNEB/CAMPUS XVI, Irecê. Líder do Grupo de Pesquisa AMEI e membro do grupo de pesquisa O pensamento de Paulo Freire na educação brasileira, PUC/SP. <https://orcid.org/0000-0002-0177-8346> e-mail lneta@uneb.br

1. INTRODUÇÃO

O papel do coordenador pedagógico na escola vai além da simples mediação entre professores e gestores, abrangendo a formação continuada de docentes, o acompanhamento do planejamento pedagógico e a implementação de currículos inovadores. Este artigo aborda especificamente o papel da coordenação pedagógica frente à implementação do Ciclo de Formação Humana (CFH) na Rede Municipal de Ensino de Irecê, destacando sua relevância para a gestão do currículo e a formação continuada dos professores.

A escolha do tema foi motivada pela atuação prática no Núcleo Territorial de Educação (NTE 01), onde se observou a complexidade das dinâmicas escolares e as demandas crescentes pela formação docente em contextos inovadores. Para a discussão teórica da temática tomou-se como referência os estudiosos Celso Vasconcellos (2009), que discute a Coordenação do Trabalho Pedagógico, abordando qual o seu papel e a reunião pedagógica como espaço de formação contínua do professor. Nóvoa e Imbernón que tratam os limites e possibilidades da utilização dos ACs como espaço/tempo de formação, considerando a importância da formação em suas questões da prática e no contexto da formação continuada.

O estudo teve como objetivos específicos compreender a percepção dos professores sobre o papel do coordenador pedagógico, identificar entraves na implementação do currículo e analisar os limites e possibilidades das Atividades Complementares (ACs) como momentos formativos. Para alcançar tais objetivos, adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas realizadas com professoras e coordenadoras da Escola Piloto do Ciclo de Formação Humana. Este artigo busca contribuir para o debate sobre o papel da coordenação pedagógica como agente de transformação em ambientes escolares. Para tanto será abordado o ato de coordenar como movimento estratégico da gestão do currículo, a relação professora coordenação como fulcral para a dinamização do currículo pensado para uma práxis⁴² em que se trabalhe de forma democrática e se

⁴² Na concepção marxista, práxis refere-se à “atividade, livre, universal, criativa e autocriativa, por meio do qual o homem cria (faz, produz) e transforma (conforma) seu mundo humano e a si mesmo” (BOTTOMORE, 1997, p. 346). Já o conceito de prática, refere-se ao caráter utilitário-pragmático ligado às necessidades imediatas do ser humano (VÁZQUEZ, 2011).

compreenda as necessidades dos que atuam na escola e as ACC como instrumento/momento de formação. Posteriormente apresentaremos a discussão dos resultados e as considerações sobre os dados produzidos.

2. O ATO DE COORDENAR

O papel do coordenador pedagógico é bem amplo, fazendo com que diante dessa análise muitos ainda destaquem que a coordenação funciona como uma espécie de “faz tudo”. No entanto, o ato de coordenar é baseado no propósito de formação do professor, ou seja, o coordenador pedagógico é responsável por formar professores, acompanhando-os em suas atividades de planejamento, docência e avaliação, no sentido de sempre melhorar o processo de ensino-aprendizagem dentro da escola.

A partir da década de 1930 ocorreram de fato as mudanças no âmbito educacional, que foram respaldadas pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), porém foi a Lei nº. 9.394/96, já no ano de 1996 que ressignificou a função do professor, como mediador de conhecimentos e o responsável por educar uma nação, como estabeleceu em seu conceito sobre educação no artigo 13 da LDB no que se refere às funções do professor como participante e colaborador das propostas pedagógica; elaborar e cumprir plano de trabalho; cuidar da aprendizagem do aluno; ministrar os dias e as horas aulas estabelecidas e fazer uma articulação entre escola e família entre outras.

Dentro desta percepção da evolução do professor no seu desenvolvimento profissional, entende-se a função do coordenador como algo paralelo à docência. Desde o período dos Jesuítas havia a necessidade de um especialista que era específico por responder ao ensino voltado para o mercado de trabalho, era uma espécie de supervisor que era responsável por controlar as ações dos sujeitos.

Com o passar do tempo e com os vários estudos que foram sendo feitos no âmbito educacional, compreendeu-se que a supervisão autoritária não teria lugar em um ambiente que oferece/fornece educação. Dentro deste contexto, a escola deve se preocupar na

construção do saber e na formação de sujeitos críticos, então não cabe neste espaço profissionais centralizadores e que se achem detentores únicos do saber, como afirma Leite e Silva (2010).

A partir desses estudos, observou-se a necessidade de trazer esse profissional para conduzir/mediar o processo educativo e formativo dando direcionamentos e diretrizes para contribuir com a melhoria do ensino-aprendizagem dentro do ambiente escolar, de forma democrática e Libertadora.

Então, o perfil dos profissionais que tomariam o lugar dos “antigos supervisores” seria de profissionais que mediasse e favorecessem o processo de construção de diversos saberes, dentro de uma perspectiva democrática, com uma visão ampla de mudanças e medidas significativas que podem ser tomadas e abordadas dentro do ambiente escolar, que segundo a LDB, no seu artigo 64, este profissional deve ter a formação voltada:

Para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (LDB, 1996, p. 26).

A coordenação pedagógica acaba sendo induzida a se desprender do seu papel, pois muitas vezes acaba sendo responsável por auxiliar nas questões burocráticas da escola, ou até mesmo resolvendo problemas disciplinares dos alunos, fazendo com que sua função seja ocupada por outras práticas. Essa ocupação dificulta a concretização dos objetivos curriculares impedindo a ação de uma prática educativa significativa. Sendo assim, a sua práxis deve ser compreendida na dimensão reflexiva, organizativa, conectiva, interventiva e avaliativa, como afirma Celso Vasconcellos (1992).

Sabemos que não é fácil a implementação de uma prática que leve à práxis em que se trabalhe de forma democrática e se compreenda as necessidades dos que atuam na escola, fazendo com que percebam o seu papel e suas atribuições dentro do contexto escolar, que o coordenador pedagógico deve promover a construção de uma prática emancipatória e crítica, que leve à análise da realidade, questionamentos, discussão de alternativas e a própria criticidade.

O coordenador deve ser um formador, articulador e transformador da realidade do ambiente escolar em que está inserido, portanto é necessário que esteja ciente do seu papel e da importância da formação continuada. Esses são fatores que em momentos de implementação de algo novo dentro do ambiente escolar, devem estar alinhados com as relações coordenador x gestão x professores x família e comunidade, para que assim haja uma integralidade nesta implementação, que sob a perspectiva de Clementi (2003), diz:

A função formadora, do coordenador precisa programar as ações que viabilizem a formação do grupo para qualificação continuada desses sujeitos, conseqüentemente, conduzindo mudanças dentro da sala de aula e na dinâmica da escola, produzindo impacto bastante produtivo e atingindo as necessidades presentes. (CLEMENTI, 2003, p.126)

Na visão de Libâneo (2004) o coordenador pedagógico é aquele que responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico, estando diretamente relacionado com os professores no auxílio da sua prática contribuindo no dia a dia a partir da formação continuada e com os alunos intervindo no processo de ensino e aprendizagem a partir dos questionamentos e dificuldades dos professores.

Então o coordenador deve desenvolver ações de parceria, articulação, formação, informação e orientação no ambiente escolar, na perspectiva de que essas sejam atividades essenciais para a eficácia do processo de ensino e aprendizagem, que vise ações educativas dentro desses espaços com uma postura de múltiplos saberes para que desenvolva sua prática junto a comunidade escolar, de forma emancipatória, democrática e libertadora.

2.1 RELAÇÃO PROFESSOR E COORDENAÇÃO: VANTAGENS E DESAFIOS

A interação entre coordenador e professor é um vínculo essencial para compreender o mundo escolar e atuar em sua transformação, visa a aprendizagem como fruto das relações dos sujeitos com tudo que o cerca. Essa relação deve ser baseada no diálogo, diante de uma concepção de educação comprometida com a construção de

conhecimentos com sentido e significado por meio de aprendizagens que sejam relevantes, acessíveis, pertinentes e transformadoras para os estudantes.

É de suma importância que haja um bom relacionamento entre professor e coordenador, para que ambos não percam seu foco durante o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Nesse sentido o trabalho em equipe é uma fonte inesgotável de superação e valorização do profissional, para tanto é necessário que coordenação e professorado atuem em parceria, que observem, discutam e planejem sobre as dificuldades que serão encontradas no âmbito escolar, e supere as expectativas que podem e devem ser analisadas de forma individual e conjunta.

O cargo de coordenador pedagógico é sinônimo de estudo e superações diárias, atendimento aos pais e alunos que deve acontecer de forma humanizadora e cautelosa, acolhimento aos professores e funcionários da escola que diante de tantos enfrentamentos institucionais e pessoais podem cair no comodismo e tradicionalismo em suas aulas e concepções de ensino, interferências essas que prejudicam a prática pedagógica, tal como pontua Vasconcellos (2009).

Assim, é extremamente importante que toda a comunidade escolar tenha um relacionamento pautado na comunicação, de modo que as informações dos professores em relação ao trabalho do coordenador pedagógico sejam discutidas para que ambas possam ser viabilizadas, compreendidas e até ressignificadas, diante ao fato de que em alguns momentos o coordenador seja/possa ser visto como uma espécie de supervisor técnico e controlador, como afirma Vasconcellos (2009).

Perante este contexto, essa relação deve acontecer dentro do viés da dialética, pautada na construção do conhecimento a partir da interação do movimento entre professor e coordenador, que se dá a partir do pensamento que vai do abstrato (enquanto indeterminado, com relações não apreendidas) ao concreto (de pensamento), articulando a mobilização para esse conhecimento, construção do conhecimento e elaboração da síntese do conhecimento, nos momentos em que se oportunizam interação entre professor e coordenador (Vasconcellos, 1992).

À vista disso, o coordenador deve ter o compromisso com a formação da pessoa humana (professor) transformador, espera-se que seja capaz de analisar criticamente a realidade, ajudando os professores a buscarem os determinantes sociais, políticos, econômicos e ideológicos, para tornarem os estudantes - e eles mesmos - protagonistas da construção de uma sociedade justa e democrática (Orsolon, 2006). Então, a prática do diálogo na Educação se torna uma ação humanizadora e de libertação, a partir do momento em que o esforço para a mudança no trabalho se torne uma recompensa, diante o ato desejável de se ter um retorno significativo de suas práticas, onde serão obtidas tanto por parte dos alunos, como por parte do educador e coordenador, na medida em que ambos desenvolvam um trabalho mais humano.

Portanto, cabe ao coordenador por essa mudança na prática, a partir da busca constante junto aos professores por uma tomada de consciência, o que, normalmente, não é algo tão simples: exige diversos estudos, conciliações e principalmente, interação e ação mútua significativa entre coordenação e corpo docente para que ambos se auxiliem diante das mudanças que acontecem a todo momento no ambiente escolar.

2.2 ATIVIDADE COMPLEMENTAR - AC COMO INSTRUMENTO/MOMENTO DE FORMAÇÃO

Reconhecer o ser humano como um ser inacabado, tal como pontua Paulo Freire, que a formação permanente docente se faz necessária para auxiliar os professores em seus processos formativos no propósito de educar, pois o processo de formação depende do processo dialético do sujeito, sua reflexão sobre o mundo, sua aprendizagem, o seu ensinamento e conhecimento é condição fundamental para uma ação pedagógica transformadora.

Desse modo, o momento da AC pode/deve ser utilizado para propiciar a autorreflexão nos professores, para que possam refletir de maneira coletiva, buscando uma discussão dialética e dialógica que selecionando fatos do cotidiano da escola, problematize as dificuldades vivenciadas, para assim gerar ideias claras que possam ser analisadas à luz do conhecimento sistematizado pela ciência educacional.

Perante esses momentos formativos se constituem professores críticos que reavaliam a sua prática e a redireciona para um fazer pedagógico que tenha como meta a aprendizagem dos alunos, tornando assim professores, alunos e coordenadores agentes comprometidos com a transformação social a partir da educação.

A escola nesse contexto, torna-se um ambiente indispensável para o desenvolvimento da formação docente, já que esta é indissociável do contexto educacional e do trabalho do professor e coordenador, então este espaço pode/deve ser utilizado para a reflexão coletiva e a troca de experiências dispondo de uma proximidade entre teoria e prática para que ambos possam discorrer intervenções relacionadas à realidade da escola.

3. A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA REDE MUNICIPAL DE IRECÊ

O Currículo da Rede de Irecê surgiu a partir da ressonância de uma antiga parceria educacional de Irecê com a Universidade Federal da Bahia, conhecida como Projeto Irecê que pretendeu constituir uma experiência de prática pedagógica, exercida em uma dinâmica de horizontalidade, com máximas fundamentadoras o respeito aos processos cotidianos e a valorização plena do sujeito (FACED, 2002). Este programa visou integrar o processo de formação dos professores, em que disponibilizou estrutura pedagógica comunicacional e administrativa interativa e flexível.

O documento do Programa de Formação Continuada de Professores no município de Irecê – Bahia vem trazer que, o profissional da área de educação tem sobre si a exigência da construção e socialização de conhecimentos, habilidades e competências que permitam sua inserção no cenário complexo do mundo contemporâneo com a tarefa de participar, como docente, pesquisador e gestor do processo de formação de crianças, jovens e adultos (FACED, 2002). O Programa buscou ampliar o olhar para os aspectos que envolvem o processo educacional, pois compreende que a educação não acontece única e exclusivamente dentro do espaço escolar.

O Ciclo de Formação Humana inovou em sua forma de fazer educação na Rede de Irecê, pois trouxe um novo formato de organização do trabalho pedagógico

remodelando a autoformação de todos os envolvidos, enfatizando o protagonismo dos alunos, sendo a construção da proposta curricular do Ciclo de Formação Humana da rede de Irecê:

Formulada a partir de dois documentos: o trabalho coletivo de conclusão de curso da primeira turma de Especialização em Currículo Escolar, um projeto de Ciclo de Formação Humana datado de 2013, e a proposta de implantação/implementação desse projeto curricular, da segunda turma, de 2016. (Carvalho; Oliveira 2021).

A formação do Currículo de Irecê é voltada para quatro conceitos, o da experiência como um processo eminentemente humano e necessário de ser vivenciado para adquiri-la, na perspectiva de uma construção de conhecimentos. O saber, como saber da experiência no sentido de que não pode separá-la do indivíduo concreto. A tessitura, no sentido de tecer as aprendizagens em que provoque alterações, possibilidades de construção, de autorias de pensamentos (Castells, 1999). E o diálogo, na valorização da fala das pessoas, da troca de saberes e reconhecimento de que todos os seres são capazes de transformar e de provocar transformações.

Esses conceitos constroem um Currículo por Ciclo de Formação Humana, no entendimento de que Ciclo é um tempo contínuo e dinâmico, em que se respeita o tempo de aprendizagem e de desenvolvimento de cada sujeito. Segundo IRECÊ (2020), o Ciclo de Formação Humana busca romper com a fragmentação dos conteúdos, ao mesmo tempo que oportuniza ao sujeito um tempo maior para sua aprendizagem, respeitando o desenvolvimento e, principalmente, o ser humano como um ser inacabado, sendo que este se associa a *Pedagogia do A-Con-Tecer*⁴³, segundo Carvalho (2008), entende que as coisas preexistentes mudam o seu conteúdo e também mudam a sua significação, no momento em que emergem (se atualizam), de forma mais ou menos independente do que foi pensado inicialmente.

⁴³ Termo cunhado por Maria Inez Carvalho (2008) que entende a necessidade de abandonar, o conceito de emergência, a ideia de aplicação/execução de algo pré-pensado e passa-se a trabalhar com o conceito de imanência, entendida como central nos processos contemporâneos.

A busca por uma nova educação, uma educação entendida no sentido de ser plural procedeu os estudos do Currículo da Rede, Carvalho (2008) relata que embora pertencente a este nosso tempo/espço contemporâneo, essa educação se manifesta em ricas e singulares histórias nos mais diversos locais, a partir deste entendimento de *funcionamento de mundo*, que a nomeou de *Pedagogia do A-con-tecer*. Na pedagogia do A-con-tecer, abandona-se, ao se abraçar o conceito de emergência (Johnson, 2003), a ideia de aplicação/execução de algo pré-pensado e passa-se a trabalhar com o conceito de imanência, entendida como central nos processos contemporâneos. (Carvalho, 2008).

Nesse sentido, tomou a *Formação* como conceito de torna-se o que se é, no entendimento de que os professores em exercício formam-se, ou seja, tornam-se eles mesmos. A *Experiência* – que neste acontecer singular, ecológico, telúrico, estético – só é possível através das linguagens por onde ocorrem, compulsoriamente, as vivências espaço-temporais. E a *Memória*, onde estão as histórias de vida dos professores que foram incentivadas e valorizadas, junto a construção do Memorial de Formação que se iniciou no processo seletivo (vestibular) e foi constantemente (re)alimentado ao longo do curso tornando-se o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). (Carvalho, 2008).

Então, a concomitância entre teoria e prática, entendida da forma que as teorias são criadas a partir de movimentos dialógicos com a realidade e ao serem colocadas em contato com o mundo, recriam, a partir de seus pontos de vista, essa própria configuração estudada que pôde propiciar novos processos de investigação que fez surgir novas teorias, em que se está em constante movimento de atualização, não necessariamente progressivo. (Carvalho, 2008).

O Referencial traz a formação do profissional docente como um processo de reconhecimento e tomada de consciência, em que as observações das ações cotidianas são consideradas prioridades para as ações coletivas. Nesse sentido, o Referencial traz que para a implantação do Ciclo deverá ser levado em conta, a ressignificação da prática, a valorização da autoformação docente, a formação continuada em serviço, os estudos coletivos para desenvolver estratégias para o planejamento, a própria escola como espaço de formação e a utilização das plataformas digitais no pós-pandemia. Pensando também na reconfiguração dos desafios que virão a surgir, se faz necessário dois movimentos

formativos, o de formação continuada, sistemática, dentro da proposta da rede e o de formação continuada, sistemática, num processo de auto-hetero-ecoconfirmação, sendo que esta formação passa a acontecer *in loco* com a coordenação pedagógica.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

O traçar de um percurso metodológico tem o objetivo de direcionar o estudo em sua organização básica, selecionar o tipo de trabalho a ser desenvolvido e alinhá-lo dentro da perspectiva de sua finalidade, pois o ato de pesquisar deve fazer parte do cotidiano escolar, o pesquisador deve ter a compreensão de que:

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino**. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (Freire, 1996).

Desta forma, traçar um percurso metodológico condizente com os intuitos da pesquisa foi necessário para estabelecer onde ela seria realizada, pois houve a compreensão do espaço ideal para a pesquisa, o entendimento de como aconteceria o processo de coleta de dados, para ouvir e compreender a perspectiva dos pesquisados sobre o a-con-tecer da coordenação no processo de implementação do currículo da rede.

Sendo assim, a busca por compreender em qual perspectiva o Papel da Coordenação Pedagógica vem sendo percebido pelos professores da Rede Municipal de Irecê, que optou-se por uma abordagem qualitativa, no entendimento de que a pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2014), pois ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, essa pesquisa trabalha com descrições, comparações e interpretações.

No entendimento de que a pesquisa deve ser voltada para uma práxis pedagógica, na compreensão de que se deve acontecer de forma crítica e transformadora, já que a:

A pesquisa, enquanto práxis, é um dos caminhos a ser percorrido por quem busca compreender fenômenos a serem, não só explicados como, também, explorados a partir da perspectiva de pesquisa crítica e transformadora. A produção do conhecimento tem um caráter social por se tratar de representação da vida num dado momento histórico, refletindo o contexto social no qual foi produzido; e tem um caráter coletivo, mesmo que defendido por um único ser humano. (Barreto Neta; 2021, p. 68).

Portanto, este trabalho analisou através de pesquisas bibliográficas e estudos de campo o papel do coordenador pedagógico frente à Implementação do Ciclo de Formação Humana, no entendimento de que a Pesquisa Bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, que em específico neste trabalho foi o Referencial Curricular de Irecê e o Estudo de Campo, pois procurou-se aprofundar sobre uma realidade específica.

4.1 ABORDAGEM E INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Na perspectiva de se esvair das questões previsíveis, buscou-se nesta forma de pesquisa enfatizar mais o processo do que o próprio produto, no entendimento de que o método qualitativo é indutivo, interpretativo e argumentativo, o que possibilitou ir além dos quesitos informativos. Ao se trabalhar dentro desta abordagem, buscou-se uma contribuição para estimular os sujeitos questionados a pensarem livremente sobre o tema abordado, provocando o surgimento de informações importantes para o desenrolar desse estudo, já que o interesse em desenvolvê-lo, parte do descobrir e analisar a prática do coordenador pedagógico frente à Implementação de algo novo abordando seus limites e possibilidades.

As entrevistas semiestruturadas foram os instrumentos utilizados para a coleta dos dados que permitiu compreender a visão dos professores a respeito do papel do coordenador pedagógico em relação a sua função e seu trabalho no ambiente escolar, pois as entrevistas são instrumentos relevantes para obtenção de dados de caráter subjetivo, destacando a interpretação dos fenômenos atribuindo-lhe significados. Este formato de

entrevista trouxe vantagens e possibilidades para compreensão das questões pedagógicas da escola, já que:

- As perguntas pré-definidas foram seguidas e acompanhadas dentro da informalidade de uma conversa;
- Houve mais direcionamento para o tema da entrevista;
- Possui questões bases predeterminadas, mas, também seguiu um modelo informal, parecido com uma conversa;
- Não existe um tempo pré-determinado;
- Quando não compreendido muito bem alguma informação, pode tranquilamente reformular as perguntas para um melhor esclarecimento.

Abaixo, encontra-se o quadro com os objetivos e as questões:

QUADRO 3 - Questões da Entrevista com os Professores

Objetivo	Questões Norteadoras
Analisar o papel do coordenador pedagógico frente aos processos formativos.	<ul style="list-style-type: none"> ● Como você define a função “coordenador pedagógico” atualmente? ● Como você descreve o seu trabalho cotidiano na escola junto ao coordenador? ● Você sabe se houve mudanças no PPP da escola para a Implementação do Novo Currículo? Quais?
Compreender como os professores percebem o papel do coordenador pedagógico na gestão do currículo da Educação Básica da Rede Municipal de Irecê.	<ul style="list-style-type: none"> ● Qual o papel do coordenador frente a gestão curricular do seu município? ● Em quais momentos se dá o contato com o coordenador pedagógico? ● Quais aspectos você destacaria sobre a implementação do currículo da rede na escola? ● Durante o processo de Implementação eu acho que a coordenação acertou quando... ● Durante o processo de Implementação eu acho que a coordenação errou quando...
Identificar os entraves presentes na implementação do currículo da rede na ótica dos professores.	<ul style="list-style-type: none"> ● Quais as dificuldades você, professor conseguiu identificar no período de implementação? ● O que acham da dinamização dos diferentes espaços/tempo no Currículo?
Analisar limites e possibilidades da	<ul style="list-style-type: none"> ● Há encontros com os coordenadores no horário complementar? Como é desenvolvida estas atividades? E

utilização da ACs como espaço/tempo de formação e interação.	quais são os assuntos tratados nesses encontros? <ul style="list-style-type: none"> • Existe atividades de formação continuada com vocês em horário complementar, dentro da escola? E como funciona essa formação? • Que dificuldades e/ou facilidades você enfrenta durante estes encontros?
--------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Quadro 3 - Questões da Entrevista com os Professores. Fonte: Elaborado pela autora.

Então essa entrevista permitiu seguir um roteiro, focado no assunto a ser pesquisado, permitindo também aos entrevistados uma certa organização de seu discurso em função da pergunta, os deixando livres para responderem, permitindo também captar dados que não foram previstos no roteiro, criando um ambiente menos tenso entre a entrevistadora e os entrevistados.

Esse método proporcionou a ida a campo para descobrir como aconteceu o processo de Implementação do CFH, a importância da compreensão teórica da proposta por ciclo de aprendizagem, baseada em dados produzidos pelos entrevistados do/no campo da pesquisa no entendimento de que os significados são definidos e redefinidos por meio de interações entre seus pares e entre o entrevistador e entrevistado.

QUADRO 4 - Questões da Entrevista com os Coordenadores

Objetivo	Questões Norteadoras
Analisar o papel do coordenador pedagógico frente aos processos formativos.	<ul style="list-style-type: none"> • Como você define a função “coordenador pedagógico” atualmente? • Como você descreve o seu trabalho cotidiano na escola junto aos professores? • Houve mudanças no PPP da escola para a Implementação do Novo Currículo? Quais? • Qual a sua participação nesse processo? • O que acha da dinamização dos diferentes espaços/tempo no Currículo?
Identificar os entraves presentes na implementação do currículo da rede na	<ul style="list-style-type: none"> • Quais as dificuldades encontradas pelos professores, que você identificou? • Quais os materiais curriculares da Rede de Irecê, que são considerados como os mais importantes para você e para os

ótica dos professores.	professores da sua escola? <ul style="list-style-type: none"> • Como você percebe a questão da qualidade do ensino na rede atualmente? Em que sentido você percebe essas mudanças?
Analisar limites e possibilidades da utilização da ACs como espaço/tempo de formação e interação.	<ul style="list-style-type: none"> • Você promove encontros com os professores no horário complementar? • O que acham da dinamização dos diferentes espaços/tempo no Currículo? • Que dificuldades e/ou facilidades você enfrenta durante estes encontros com os professores?

Quadro 4 - Questões da Entrevista com os Coordenadores. Fonte: Elaborado pela autora.

As entrevistas semiestruturadas foram pensadas a partir de questões norteadoras alinhadas aos objetivos da pesquisa. A mesma foi realizada em dois dias na própria escola, dentre a correria dos festejos juninos e a participação da instituição no “Desfile das Carroças” evento cultural que abre oficialmente as festas juninas da cidade de Irecê, a escola mostrou disponibilidade para a realização da pesquisa.

No primeiro dia foi entrevistada apenas uma professora em razão do tempo disponível das demais profissionais que não estavam em seu espaço/tempo de planejamento e/ou apoio pedagógico. No segundo dia, entrevistei cinco professoras, a coordenadora que estava disponível e a vice-diretora. Não foi possível fazer a entrevista com a outra coordenadora, pois a mesma só voltaria aos seus encargos após o recesso junino. A vice-diretora foi entrevistada pois fez parte do processo de implementação, além de ter sido coordenadora na instituição durante 6 meses entre os anos de 2021 e 2022.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Entendendo a coordenação pedagógica como fundamental na gestão de currículos inovadores como o CFH, cujo foco é a formação integral dos sujeitos, de acordo com Vasconcellos (2009), o coordenador atua como mediador entre teoria e prática, promovendo a reflexão crítica e incentivando práticas democráticas e inclusivas, que o presente estudo evidenciou a importância do coordenador pedagógico na implementação de currículos inovadores.

Contudo, desafios organizacionais e estruturais limitam a eficácia do trabalho da coordenação, pensando também nas ACs que surgem como ferramentas estratégicas, mas sua utilização requer um compromisso coletivo para superar os obstáculos. No contexto da Rede Municipal de Irecê, o CFH se destaca por romper com estruturas fragmentadas de ensino e propor uma abordagem pedagógica pautada na valorização da subjetividade, diálogo e construção coletiva do conhecimento. No entanto, a sobrecarga de tarefas administrativas frequentemente desvia o foco do coordenador de suas funções primordiais, dificultando a promoção de uma educação crítica e transformadora.

Diante deste contexto, o coordenador pedagógico é reconhecido como articulador do processo de formação contínua pelos docentes, o responsável por manter o compromisso associado ao processo de formação continuada na própria escola. Como também foi destacado que a coordenação faz parte dos momentos de planejamento com os professores referência, e que a maioria reconhece esses momentos como formação continuada:

Ó, além dos dias de planejamento, esse contato com a gente diariamente. Diariamente acontece esse contato, né? Eh como eu falei é como eu falei no início, a parceria. Qualquer coisa você percebe que talvez eh não deu certo, você volta, conversa com a coordenadora, juntos repensa mas eh formalmente no planejamento mas se precisar qualquer situação né ela repensa junto com a gente a prática (P4)

Olha eh o contato ele eh acontece não somente eh no planejamento também a todo momento. Caso precise, a gente vai, né? Solicita algo, elas [coordenadoras] estão sempre presente, mas o contato maior mesmo é no planejamento. (P5)

A gente sempre tem formação porque assim um planejamento para mim eu tenho como um planejamento ele é uma formação continuada porque ali a gente só não a gente apenas não planeja as aulas mas ali a gente leitura, a gente discute sobre diversos desafios que a gente enfrenta diariamente. Então assim, é uma formação continuada que a gente tem. (P6)

Subentende-se, nas falas destacadas neste eixo, que as professoras entrevistadas sentem falta da formação continuada voltada para o próprio Ciclo de Formação Humana, considerando que a implementação de qualquer proposta pedagógica, como a do Ciclo

que implica novas posturas frente ao conhecimento, que a formação continuada de professores assume um espaço de grande importância, sendo necessário conduzir a renovação das práticas no processo ensino aprendizagem, para que a melhoria na formação do professor reflita na aprendizagem do aluno.

6. CONCLUSÃO

Diante de todos os estudos que basearam a escrita deste texto, trabalhar dentro de um conceito de fazer uma pesquisa para a educação ao invés de uma pesquisa sobre a educação, no entendimento de que a pesquisa deve ser voltada para uma práxis pedagógica, que deve acontecer de forma crítica e transformadora, fez transbordar o meu ser pesquisador.

Os estudos sobre um currículo que foge dos padrões possibilitam o entendimento de uma nova possibilidade de fazer educação e compreender o papel do coordenador na perspectiva dos professores, que não teve a intenção de encontrar respostas, mas de trazer questionamentos que dessem conta de buscar uma saída, na compreensão de que a implementação de algo novo gera limitações e gera possibilidades.

A intenção da pesquisa foi conhecer a percepção daqueles que estão na ponta, os que estão no chão da sala de aula, os que fazem acontecer o Currículo - os professores. As entrevistas trouxeram questões emergentes no cotidiano da escola: necessidade de mais coordenadores, necessidade de formação, falta de espaço/infraestrutura, compreensão do Ciclo.

As Atividades Complementares fazem parte do cotidiano das professoras, elas utilizam esses momentos para fazerem estudos sobre seu próprio conteúdo, no que diz respeito ao seu fazer diário, juntamente com a coordenação. Foi possível perceber que acontecem estudos voltados para suas questões diárias e da sala de aula, na promoção de estudos sobre os acontecimentos cotidianos, porém as professoras relataram sentir falta de formações voltadas para estudos específicos do próprio Ciclo de Formação Humana.

Nos achados da pesquisa pôde-se perceber, que coordenação é vista na escola - pelas professoras entrevistadas - como uma “mãe”, uma “ajudante do dia a dia”, “para tudo que acontece dentro da sala de aula”, sendo perceptível que há uma certa dependência do corpo docente em relação a coordenação. Desta forma, a coordenadora acaba ficando ocupada com outros afazeres, dificultando a ação de uma prática educativa significativa, o que acaba tornando a função primordial do coordenador - que é ser formador - sem condições de a-con-tecer.

Desta forma, é necessário que o coordenador assuma a sua função de formador dentro do ambiente escolar, para que os professores tenham formação específica a fim de instrumentalizá-los a resolver as questões da sala de aula, para que tenham autonomia, rotina e controle de sala. Pois, a não definição da função da coordenadora, acaba atrapalhando o seu desempenho, sendo necessário também, um número maior de coordenadores, como mencionado pelos profissionais, nos ambientes de aprendizagens.

A rotatividade das professoras acaba sendo um limitador para o funcionamento do Ciclo, pois essa troca acaba dificultando o entendimento da proposta pelas profissionais que estão chegando. Também foi achado que apesar das professoras fazerem parte do corpo docente da escola entre um e doze anos, às mesmas já estão trabalhando no município entre dois e vinte e sete anos. A partir dessa rotatividade, pôde-se perceber que apenas uma das professoras entrevistadas era concursada, as demais contratadas, algumas já tinham dez anos de contrato.

A partir da pesquisa, foi possível concluir que ainda não existe um consenso sobre a compreensão dos professores em relação ao Ciclo de Formação Humana e o papel do coordenador pedagógico. Não que isso seja possível, mas necessário se faz cuidar para um maior entendimento das concepções que o sustenta, por um número cada vez maior de profissionais que se encontram na base que é a sala de aula e ou ambientes de aprendizagens.

A pesquisa revelou que os professores reconhecem o CFH como uma proposta inovadora, mas apontam entraves como a falta de clareza nos objetivos do currículo e a necessidade de maior apoio institucional. Apesar disso, destacam a coordenação

pedagógica como elemento central para superar as dificuldades e consolidar práticas educacionais críticas.

Conclui-se que a formação continuada em serviço, alinhada à prática reflexiva e à gestão democrática, é indispensável para a consolidação de práticas pedagógicas transformadoras. O fortalecimento do papel do coordenador pedagógico é essencial para alcançar uma educação pública de qualidade, crítica e emancipatória.

O presente estudo não pretendeu esgotar as possibilidades de análise dos achados produzidos e aqui apresentados, mas trazer algumas contribuições que possam instigar novos trabalhos sobre as lacunas aqui deixadas, por não se tratar do nosso objeto de análise. Esta também é uma produção no a-con-tecer formativo de uma educadora em formação.

REFERÊNCIAS

BARRETO NETA, Lormina. Uma práxis docente humanizadora, com crianças, em um bairro educador da cidade de São Paulo. 2021. 179 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pedagogia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Cap. 3.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CARVALHO, Maria Inez. O A-Con-Tecer de uma formação. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 17, n. 29, p. 159-168. jan./jun. 2008.

CARVALHO, M. I.; OLIVEIRA, F. P. de. Narrativas de um cenário: ciclo de formação humana no município de Irecê - Bahia. Roteiro, [S. l.], v. 46, p. e26638, 2021. DOI: 10.18593/r.v46i.26638. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/26638>. Acesso em: 07 de junho. 2023.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CLEMENTI, Nilba. A voz dos outros e a nossa voz. In.:ALMEIDA, Laurinda R., PLACCO, Vera Maria N. de S. O coordenador pedagógico e o espaço de mudança. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

DE OLIVEIRA, J. C. Formação Continuada Docente: Avanços E Dilemas Na Visão Dos Coordenadores Pedagógicos. *Práxis Educacional, Vitória da Conquista*, v. 15, n. 34, p. 13-31, 2019. DOI: 10.22481/praxisedu.v15i34.5459. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5459>. Acesso em: 1 maio. 2023.

IMBERNÓN, F. Formação continuada de professores. Porto Alegre: Artmed, 2010.

IRECÊ. Referencial Curricular por Ciclo de Formação Humana para a Rede Municipal de Educação de Irecê. Irecê: [s. n.], 2020.

LIBÂNEO, José C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5 ed. Revista e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. 408 p.

NÓVOA, António. Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

ORSOLON, Luiza Angelina Marino. O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalho de e PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (Orgs.). O Coordenador Pedagógico e o Espaço de Mudança. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

SITE

http://www.irece.faced.ufba.br/twiki/pub/UFBAIrece/WebPrograma/projeto_pdf.pdf
<acessado em 15/06/2023>

VASCONCELLOS, Celso, S. Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. Libertad, São Paulo, 2009.

VASCONCELLOS, Celso, S. Metodologia dialética em sala de aula. Revista Educação. AEC. Brasília: abril de 1992, nº 83.

VÁZQUEZ, S. A. Filosofia da práxis. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

INTERVENÇÃO E PESQUISA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO EM PEDAGOGIA

Haiane Soares Pereira
Daniela Lopes Oliveira Dourado

RESUMO

O presente artigo intenciona compartilhar experiências vivenciadas do Estágio no Ensino Fundamental – Anos iniciais do curso Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia, *Campus XVI* – Irecê- BA. Neste sentido, tem por o objetivo prático desenvolver práticas de estágio com os alunos do 1º ao 5º ano da Escola Municipal de Irecê investigada e o objetivo de conhecimento: compreender como o estágio na EJA contribui para a formação docente em pedagogia. Para isso foi necessário delinear uma pesquisa de natureza aplicada com abordagem qualitativa, com a pesquisa e intervenção pedagógica, utilizando como procedimento a pesquisa-ação e para a coleta de informações o diário de bordo, bem como a autoavaliação do percurso da docência. Explorou-se referenciais bibliográficos para fundamentação e construção teórica. Através da proposta metodológica, já descrita, foi desenvolvido práticas pedagógicas que partiram do reconhecimento das demandas da turma à as adaptações das atividades, traçando constantes paralelos entre a proposta pedagógica curricular e o cotidiano dos alunos, primando por um ensino contextualizado. Sendo assim, o Estágio representa um período de pesquisa, investigação e construção formativa ao permitir que o estagiário exerça sua função de maneira consciente e ressignifique o saber docente.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; estágio; formação docente.

ABSTRACT

This article intends to share experiences of the Internship in Elementary Education – Early years of the Degree in Pedagogy course at the State University of Bahia, *Campus XVI* – Irecê- BA. In this sense, the practical objective is to develop internship practices with students from the 1st to the 5th year of the Municipal School of Irecê investigated and the knowledge objective: to understand how the internship at EJA contributes to teacher training in pedagogy. To achieve this, it was necessary to design an applied research with a qualitative approach, with research and pedagogical intervention, using action research as a procedure and the logbook to collect information, as well as self-assessment of the teaching path. Bibliographical references were explored for theoretical foundation and construction. Through the methodological proposal, already described, pedagogical practices were developed that started from the recognition of the class's demands to the adaptations of activities, drawing constant parallels between the curricular pedagogical proposal and the students' daily lives, striving for contextualized teaching. Therefore, the Internship represents a period of research, investigation and training construction by allowing the intern to exercise their role consciously and give new meaning to teaching knowledge.

Keywords: Youth and Adult Education; internship; teacher training.

1 INTRODUÇÃO

A minha jornada com a educação se inicia com a minha desistência do curso de Administração pela minha aprovação para o curso de Pedagogia na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) ambos no Departamento de Ciências e Tecnologias (DCHT) *Campus XVI - Irecê*. Ao ingressar no curso de Licenciatura em Pedagogia, meu interesse pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) já se evidenciava. Essa inclinação não era apenas acadêmica, mas também pessoal, enraizada na realidade dos meus pais, que infelizmente não puderam concluir seus estudos. Minha mãe, em particular, tentou retomar sua jornada educacional na EJA, porém, os obstáculos enfrentados por ela e seus colegas na evasão escolar refletiam uma realidade comum na comunidade de Canabrava em América Dourada.

A motivação para a minha trajetória acadêmica surgiu da determinação em aprender na universidade para poder contribuir e ensinar em minha comunidade. O estágio nos anos iniciais do ensino fundamental, planejado para o sétimo semestre do curso, representava a oportunidade aguardada de vivenciar a EJA na prática.

Este estágio acabou por ser o pilar da minha jornada acadêmica, permitindo-me não apenas aplicar os conhecimentos adquiridos, mas também ressignificar minha compreensão sobre a Educação de Jovens e Adultos. A convivência e experiência com minha mãe, uma estudante da EJA, desempenharam um papel fundamental, possibilitando-me oferecer não apenas conhecimento, mas um entendimento mais profundo das necessidades e anseios dos alunos.

O estágio desempenha um papel crucial na formação de estudantes de Licenciatura em Pedagogia, proporcionando um contato essencial com os diferentes contextos nos quais um pedagogo pode atuar. Isso nos aproxima de áreas potenciais para nossa identificação profissional. Ao longo do meu percurso na graduação, tive a oportunidade de estagiar em espaços não-formais, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. Isso inclui experiências significativas no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, onde pude dialogar com os assistidos sobre a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Essa experiência foi fundamental para compreender

o papel social de todos e a importância da comunicação acessível na disseminação de informações e orientações.

Enfrentei desafios durante a disciplina de Pesquisa e Estágio na Educação Infantil, pois estava envolvida em um estágio extracurricular em uma escola privada, o que limitava minha disponibilidade para realizar o estágio. No entanto, consegui desenvolver um projeto sobre sustentabilidade com os alunos, resultando em reflexões notáveis sobre a natureza por parte das crianças. Esse processo também me fez refletir sobre a complexidade de conciliar trabalho e estudos, um desafio que contribui para a evasão no ensino superior e também na EJA.

Por fim, o Estágio III nos anos iniciais proporcionou uma oportunidade única de explorar a EJA enquanto modalidade da educação básica com estudantes do 1º ao 5º ano e ao mesmo tempo desenvolver a minha pesquisa na ação do estágio.

Na formação docente o estágio nos anos iniciais do ensino fundamental tem grande significado, optei por estagiar com o público adulto sendo assim, com a educação de jovens e adultos. A escola escolhida foi a única Escola Municipal que oferta a EJA em Irecê e por questões éticas não mencionarei o nome.

Na primeira semana de estágio, no período de observação senti uma aceitação imediata, pois alguns dos alunos já tinham familiaridade com outras estagiárias da UNEB em outros momentos, isso tornou mais fácil demonstrar os atributos positivos do estágio para ambos os lados. Percebi que a turma tinha alunos com diferentes níveis de leitura e escrita, então era necessário um projeto que incluísse todos os educandos, por isso, foi preciso um olhar mais atento para as aulas com boa frequência como também para as aulas com baixa frequência estudantil.

Notei que o maior almejo era de fato a alfabetização por partes dos alunos e também pela gestão escolar, sendo essa uma demanda da escola para o estágio, solicitação essa que contribuiria fortemente para a minha vida acadêmica, surgindo a reflexão: Como o estágio na EJA contribui para a formação docente em pedagogia? Para isso foi necessário desenvolver uma pesquisa qualitativa de natureza aplicada, com procedimento de pesquisa-ação para solucionar questões na EJA, utilizou - se o método de intervenção pedagógica, através do estágio curricular nas séries iniciais do ensino

fundamental em 2023, pela Universidade do Estado da Bahia, *Campus XVI* em Irecê-BA.

Sob a perspectiva de Thiollent (1986) em que a pesquisa-ação divide-se em objetivo prático e de conhecimento, no trabalho foram empenhados o objetivo prático desenvolver práticas de estágio com os alunos do 1º ao 5º ano da Escola Municipal de Irecê investigada e o objetivo de conhecimento: compreender como o estágio na EJA contribui para a formação docente em pedagogia, objetivando especificamente: avaliar o processo de estágio na EJA; autoavaliar as aprendizagens docentes no estágio na EJA; analisar as aprendizagens dos sujeitos da EJA a partir das intervenções do estágio.

A coleta de informações ocorreu através da observação participante, permitindo as contribuições de todos do ambiente, com planejamentos adaptáveis para atender as necessidades dos alunos, registrados em diário de bordo, bem como autoavaliar o percurso da docência, apoiando na técnica de relato de experiência.

2 FORMAÇÃO DOCENTE EM PEDAGOGIA

De acordo com Veiga (2014) a docência é referenciada como trabalho de professores, mas que vai além de dar aulas. A função do professor é desempenhada por atividades que ultrapassam esse trabalho. Para ser professor atualmente requer além do conhecimento da disciplina, engloba, aspectos formativos mais abrangentes e flexíveis diante das transformações sociais e educativas.

Nesse sentido, Roldão (2007) também argumenta que o conceito tradicional de ensinar como simples transmissão de conhecimento deixou de ser tão relevante e distintivo socialmente para a função do professor. Isso se deve ao contexto atual, em que há um amplo acesso à informação e as sociedades estão cada vez mais estruturadas em torno do conhecimento como um recurso global valioso.

No entanto, Neta e Miranda (2020), levantam a discussão sobre a falta de preparo que o professor da EJA não recebe em sua formação:

Quando ponderamos sobre a formação do professor para atuar na EJA, vivenciamos a falta de oportunidades de eventos, atividades, ou de cursos que contemplem essa formação, principalmente se buscarmos as formações desenvolvidas pelas Universidades. Os cursos de Licenciatura,

principalmente o de Pedagogia, ainda não apresenta uma preocupação com a formação inicial do professor que irá atuar nessa modalidade de ensino, dá ênfase a educação infantil, e/ou anos iniciais de ensino (Neta; Miranda, 2020, p. 4).

Soares e Simões (2004, p.27) também relatam:

Constata-se, por outro lado, que as ações das universidades com relação à formação do educador de jovens e adultos ainda são tímidas se considerarmos, de um lado, a relevância que tem ocupado a EJA nos debates educacionais e, de outro, o potencial dessas instituições como agências de formação.

Desse modo, Coelho, Cordeiro e Santos (2022) ressaltam a importância da formação contínua dos professores, mas também trazem a reflexão sobre a necessidade de professores com formação específica em EJA, por entenderem as singularidades desse contexto educacional.

Nóvoa (2017) enfatiza a necessidade de criar um novo espaço dentro das universidades para a formação profissional dos professores. Esse local seria fortemente vinculado à universidade, mas teria características de interação com o mundo exterior, conectando-se de maneira intensa com outras realidades educacionais fora do ambiente acadêmico.

Freire (1987, p. 43-44) diz que:

[...] por isso é que, na formação dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário é reflexão crítica tem, tem de ser de tal modo que quase se confunda com a prática.

Desse modo, refletir criticamente sobre a prática passada, pode resultar em uma melhora na prática atual ou futura. Além disso, Freire (1987) apresenta a importância do atrelamento da teoria e prática.

Neta e Miranda (2020, p. 5) destacam que,

Para ser esse professor comprometido com seus alunos, requer uma formação que proporcione a reflexão crítica, compromisso na formação de pessoas conscientes e cidadãs. O ensino na EJA deve ser um espaço no qual professores e alunos interagem significativamente, constroem saberes e provocam uma práxis emancipadora.

Machado (2008, p. 165) salienta,

A maioria dos cursos de formação de professores nos prepara para atuar com o aluno ideal - por que não dizer irreal. Aprendemos os conteúdos de nossas áreas, conhecemos algumas ferramentas pedagógicas e metodológicas, mas estamos longe de pensar a realidade concreta da escola na qual iremos atuar, ao assumir um contrato temporário ou, mesmo, ao passar num concurso para cargos efetivos nas redes públicas de ensino. É a primeira questão a ser enfrentada pela formação de professores da EJA: há que se repensar os currículos dos cursos de licenciatura, para que a formação inicial trate dessa modalidade de ensino.

Dessa forma, o papel do professor na EJA tem muita importância, consequentemente, os alunos merecem dedicação e engajamento desses docentes. É notável que o comprometimento desses professores reflete muito o seu processo de formação, a capacidade de analisar, questionar e discutir temas de relevância social é essencial para a transformação de vidas no contexto dos sujeitos envolvidos da EJA.

2.1 A FORMAÇÃO NO ESTÁGIO NA EJA

De acordo com o Artigo 1º da Lei 11.788/2008, o estágio é uma atividade de preparação para a inserção dos estudantes no mercado de trabalho, podendo assim aplicar os conhecimentos adquiridas em prática, o art. 1º define que,

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O estágio é sem dúvidas uma experiência muito importante na formação do pedagogo, pois é a partir do estágio que ele sairá da teoria para vivenciar na prática o que discute e aprendeu na licenciatura, e é de grande relevância para a formação profissional do futuro educador. O estudante de pedagogia perpassa por esses caminhos para se tornar docente, mesmo na academia é apresentada situações para resolutividade, em conformidade com o Artigo 3º das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Licenciatura em Pedagogia,

Art. 3º O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da

profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética

Conseqüentemente, é possível notar a importância dessa formação e oportunidade para a aplicabilidade dessas habilidades em conjunto. Marran (2011) discute sobre essa importância para a não alienação e a junção da teoria e prática, quando afirma que,

O entendimento do estágio através da prática reflexiva confere a ambos acadêmico e professor, o instrumento necessário para a avaliação de seus papéis, bem como equilíbrio e cientificidade na condução de situações reais e aperfeiçoamento dos processos educativos que orientam a formação profissional (Marran, 2011, p. 11).

É cabível trazer aqui as contribuições que o estágio oferece também para os orientadores de estágio, pois de acordo com os resultados de seus alunos é possível identificar quais caminhos podem ser apresentados ou melhores trabalhados com os discentes.

Cabe destacar que o estágio também é um espaço de extrema riqueza para a formação dos professores universitários que assumem a orientação dos graduandos. A forma como o aluno se comporta frente às salas de aula, as situações que ele seleciona para o debate e as discussões desencadeadas por essas situações denunciam o direcionamento do olhar e as diferentes concepções do ato de educar que subjaz ali. Quando o licenciando opta por ver uma situação e não outra, é possível identificar o que mais mobiliza seu olhar, o que precisa ser mais bem trabalhado e que outras discussões precisam ser provocadas (Moura, 2021, p. 299).

Desse modo, esse processo do estágio leva e retorna com as contribuições para a instituição de ensino, pois os professores orientadores poderão visualizar as perspectivas educacionais de seus alunos de acordo com sua atuação em sala de aula.

3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino para aqueles que, por singularidades, não conseguiram concluir a Educação Básica (EB) em idade regular, precisando assim dar prosseguimento em seus estudos em uma nova perspectiva de formação. Ela dá chances e possibilidades para os sujeitos que tiveram sua educação escolar inacessível, melhorando assim a sua autoestima que depois dessa passagem pode concretizar o sonho de conseguir ler e escrever seu próprio nome, bem como prosseguir concluindo a sua escolaridade.

A EJA é uma modalidade educativa com características próprias, que tem a educação popular como um pilar teórico-prático, uma vez que a EJA nasceu das lutas da Educação Popular, na perspectiva freireana, na segunda metade do século 20 (França; Souza, 2021, p. 334).

Cabe esclarecer que essa modalidade de ensino da EB, surgiu com a necessidade de “erradicar” o analfabetismo no Brasil, e para assegurar que todos tenham direito à educação e ensino conforme preceituam os artigos 37 e 38, da Lei Federal nº 9.394/1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portanto, o sistema educacional brasileiro está de acordo com a inclusão escolar daqueles que não puderam estudar em período regular, tendo a EJA como alternativa para esse interesse, firmando seu compromisso em ofertar qualidade para essa modalidade.

Macario e Senna (2021) discutem a necessidade de ampliar as práticas pedagógicas para além da alfabetização na EJA, de acordo a cultura do seu público alvo, visando construir uma sociedade democrática e plural, integralizando políticas de igualdade e de identidade. Considerando que todos possuem suas particularidades e que essas podem acrescentar em suas práticas “A educação tem caráter permanente. Não há saberes educados e não educados. Estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos” (Freire, 1979, p. 14).

Segundo Franco (2016), a aula ou qualquer momento formativo torna-se uma prática pedagógica quando se tem objetivos e intencionalidades, ou seja, com finalidades específicas de aprendizado.

Dourado (2022) apresenta a abordagem pedagógica de Paulo Freire, na qual ele propõe uma educação tendo como base o diálogo, a valorização dos seus conhecimentos e a conscientização sobre seus contextos sociais.

A visão freiriana sobre aprender e ensinar promove um debate que valoriza os saberes e os conhecimentos para além dos muros da escola, rompe com a visão determinista sobre os conteúdos e o ensino instrucionista por informação e consumo, posicionando os sujeitos como responsáveis, conscientes e participantes da própria aprendizagem (Dourado, 2022, p.18).

Isto é, para uma aprendizagem ativa, o sujeito deve participar inteiramente do processo ensino-aprendizagem, reconhecendo seus valores e saberes que lhes agregam.

Dourado (2022) detalha a perspectiva freiriana em que a educação é um ato político, logo, a sua condução em sala de aula ou em outro momento pedagógico influencia a forma como as pessoas veem o mundo e por conseguinte seus posicionamentos. Enfatiza a importância do diálogo e participação entre educador e educandos, reconhecendo que ambos carregam conhecimentos com mesmo nível de importância, e que através dessas participações democráticas há maior chance de reflexões sobre suas realidades, resultando em agentes ativos em busca de mudanças em seus contextos sociais. Desse modo, a alfabetização não se resume apenas na habilidade de ler e escrever, mas na capacidade de reconhecer o seu papel político e por conseguinte de transformações de realidades.

4 PROCESSO METODOLÓGICO

A pesquisa realizada neste trabalho classifica quanto à natureza de pesquisa aplicada com abordagem qualitativa, pois consiste de métodos e teorias coniventes com o estudo, com diversidade de abordagens e métodos, para assim chegar a produção de conhecimento (Flick, 2009).

O enfoque desse trabalho se dá na pesquisa-ação por ir em busca da resolução de um problema coletivo. Thiollent (1986, p. 15) diz que, “Na pesquisa-ação os pesquisadores desempenham um papel ativo no equacionamento dos problemas encontrados, no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas”

Seguindo a definição de Thiollent (1986), os objetivos de uma pesquisa-ação se dividem em objetivo prático e objetivo de conhecimento, sendo o primeiro, sobre a necessidade de solucionar problemas reais e de acordo com o segundo objetivo aprender mais sobre a situação. Sendo nessa pesquisa, o objetivo prático desenvolver práticas de estágio com os alunos do 1º ao 5º ano da Escola Municipal de Irecê investigada e o objetivo de conhecimento compreender como o estágio na EJA contribui para a formação docente em pedagogia.

Foi utilizado a pesquisa do tipo intervenção pedagógica, através do estágio curricular nas séries iniciais do ensino fundamental em 2023, pela Universidade do

Estado da Bahia, *Campus XVI* em Irecê- BA, Damiani *et al* (2013) define essa modalidade de pesquisa como:

[...]são investigações que envolvem o planejamento e a implementação de interferências (mudanças, inovações) – destinadas a produzir avanços, melhorias, nos processos de aprendizagem dos sujeitos que delas participam – e a posterior avaliação dos efeitos dessas interferências (Damiani *et al*, 2013, p. 58).

O método para a coleta de informações se deu pela observação participante, com participação ativa e análise reflexiva do que foi observado, bem como a imersão no ambiente pesquisado.

Pois observar não é objetificar; é atender as pessoas e coisas, aprender com elas, e acompanhá-las em princípio e prática. Com efeito, não pode haver observação sem participação – ou seja, sem uma composição íntima, na percepção como na ação, entre observador e observado (Ingold, 2016, p. 407).

Essas informações eram registradas em diário de bordo, um suporte utilizado para anotações das análises do dia, desde o período de observação até o fim da regência do estágio, que contribuiu para acompanhar o percurso investigativo com questionamentos, ideias, aprendizagens, análises e encaminhamentos para o estágio e para a pesquisa.

No entanto, a partir desses registros, eram atualizados os planejamentos de aula para atender as necessidades dos estudantes, bem como autoavaliar o percurso da docência de modo contínuo e formativo. A partir de toda caminhada da pesquisa e intervenção foi-se desenhando o relato de experiência.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS ACHADOS DA PESQUISA

Quando se encerra a regência do estágio e somos colocados a pensar no que produzimos e como atuamos, muitas são as memórias, e dessas memórias podem surgir as respostas para muitos anseios ou ainda mais dúvidas e inquietações enquanto futuros pedagogos. Mas é válido ressaltar, que desde a criação do projeto até a execução são formadas práticas pedagógicas, Franco (2016, p. 542) afirma que,

Quando se fala em prática pedagógica, refere-se a algo além da prática didática, envolvendo: as circunstâncias da formação, os espaços-tempos escolares, as

opções da organização do trabalho docente, as parcerias e expectativas do docente.

Deste modo, os aprendizados conquistados que são utilizados até de forma indireta, quando se tem algum imprevisto em sala de aula e mesmo assim, é conseguido ou tentado contornar a situação condiz muito para o ser em formação.

Na construção da sequência didática, nos delineamentos elaborados é pensado na sua realização, todavia, muitos são os fatores e subjetividades que podem acontecer na aula, com os alunos, na escola e o professor deve estar sempre preparado, para concluir ou alterar o seu planejamento. No entanto, é necessária muita responsabilidade para que sua prática seja efetuada com intencionalidade, desta maneira, Bell Hooks (2013, p. 25) afirma que,

A educação como prática de liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também creem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que creem que nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos.

O estágio supervisionado, foi um diferencial em minha formação. Com ele foi possível quebrar alguns paradigmas que foram colocados a muito tempo sobre o professor, logo, é necessário ter humildade, pesquisar juntos com os alunos, deixar claro para esses educandos que todos ali presentes estão para ensinar e aprender.

Em síntese, é preciso muito aprender, para muito ensinar, é esperado melhores condições de trabalho, e que o papel e importância que o docente tem para a sociedade seja estabelecido, pois somos seres revolucionários.

A Escola Municipal de Irecê investigada, é a única escola que oferece a modalidade EJA no município. Cabe salientar um estranhamento inicial sobre a localização da escola, pois o bairro é considerado nobre para a realidade dos estudantes, e conseqüentemente foge do contexto social da maioria dos estudantes da EJA, e que implica no distanciamento da realidade escolar com o contexto de vida desses sujeitos.

O meu primeiro contato com a Educação de Jovens e Adultos no estágio revelou não apenas a realidade dos meus alunos, mas também permitiu que eu compartilhasse minha própria vivência, meu propósito ao estar ali e o impacto de cada aluno em minha vida, na minha pesquisa e na realidade de Irecê na Bahia.

Ao me apresentar e compartilhar que minha mãe também não concluiu os estudos, notei um acolhimento mais intenso por parte dos alunos. Eles se tornaram uma fonte viva de respostas para minha pesquisa. A necessidade de entender e atender aos desejos da turma foi evidente, principalmente o anseio universal por aprender a ler e escrever. Eram sujeitos persistentes, alguns com até 70 anos, o que por si só destaca o potencial e a necessidade da EJA, revelando resultados significativos para minha pesquisa ao compreender, participar, vivenciar e assumir o papel dessa modalidade educacional.

Na escola, cada atitude e cada pessoa desempenha um papel crucial para a permanência dos estudantes. Por isso, todos os educadores são importantes no dia a dia da escola. Como exemplo, muitos estudantes viam a alimentação oferecida como a maior atração, o que reflete a vulnerabilidade social enfrentada por alguns deles.

Embora expressassem o desejo de aprender a ler, durante meu estágio percebi que muitos já possuíam esse conhecimento, mas enfrentavam inseguranças e vergonha. Essa percepção revelou que a falta de crença em suas próprias capacidades para superarem obstáculos e alcançar conquistas pode estar relacionada aos desafios enfrentados em um mundo voltado para os letrados.

No percurso do estágio, a sequência didática foi atualizada para melhor atender todos os alunos, foi um projeto de participação discente, pois de nada adiantaria os meus planos de aula se eu não pudesse colocar em prática. Foram utilizadas práticas pedagógicas com metodologias participativas, leituras coletivas, ludicidade, tecnologias educacionais, aprendizagem cooperativa, além de metodologias ativas.

O estágio representou um período de pesquisa e investigação. Além de compreender a realidade da escola e da turma, foi um momento de formação da identidade docente. Essa identidade se molda no processo de pesquisa e extensão, contribuindo diretamente para intervenções práticas pedagógicas dos alunos, uma demanda identificada pela escola. Muitos estudantes enfrentavam dificuldades no processo de alfabetização, e a pesquisa-ação se configurou como uma ferramenta conceitual para abordar essa questão, é interessante demonstrar que é no estágio que ocorre momentos de trocas de experiências entre a estagiária, a professora supervisora de estágio a professora regente, o que fortalece e da credibilidade para o percurso na docência.

Diante disso, as atividades não poderiam ser realizadas de qualquer maneira. Era crucial pensá-las, planejá-las e mediá-las como parte de um processo contínuo de análise e investigação. Através desse processo, novas decisões eram tomadas, envolvendo estratégias e metodologias adequadas para implementar com a turma de Educação de Jovens e Adultos.

Desse modo, para o desenvolvimento dessas práticas pedagógicas, foi necessário analisar as demandas da turma, logo, todos estavam lá por desejos individuais e essas demandas são as motivações para sua permanência, em seguida foi importante adaptar as atividades de acordo com o ritmo de aprendizagem do aluno, pois por ser uma turma multisseriada os níveis de alfabetização se diferem. Foi utilizado como estratégia a contextualização do ensino com o cotidiano dos alunos, para que houvessem maiores participações dos discentes com o seu processo de ensino-aprendizagem, bem como, o acompanhamento e incentivo ao progresso desses estudantes.

Para compreender as práticas pedagógicas, é essencial considerar o contexto da EJA. Essas práticas para adultos precisam refletir a vivência adulta, considerando que muitos desses alunos já têm experiência no mundo e na educação de seus próprios filhos. Dada a diversidade desse público, alguns são mais idosos, enquanto outros estão em estágios mais jovens de compreensão, mas já estão envolvidos no mundo do trabalho e lidam com as responsabilidades de suas vidas, o que difere da experiência infantil.

A partir desses contextos, esses alunos trazem para a sala de aula realidades socioculturais muito ricas e importantes. É crucial reconhecer e dialogar com essas realidades. “É imprescindível que a educação assuma o seu caráter político e democrático, caso contrário não possibilitará a libertação” (Dourado, 2022, p.23). Através da escuta ativa, o professor pode compreender o pensamento do adulto, permitindo, numa perspectiva democrática e com direito à expressão, o desenvolvimento do pensamento político desses indivíduos. Afinal, ninguém consegue desenvolver tal pensamento sem assumir uma posição ativa.

6 CONCLUSÃO

O estágio desempenha um papel fundamental ao refletir sobre práticas e na formação docente, requerendo uma conscientização profunda. Isso se deve ao fato de que a prática pedagógica na educação não é apenas um exercício teórico; é um ato político e social, que envolve a transformação da realidade do outro, assegurando aprendizado e promovendo o desenvolvimento humano.

Neste sentido é importante ressaltar que é no estágio que se adquire plena consciência do que significa ser professor, o que colabora significativamente em sua formação docente, uma vez que é o momento que não se restringe somente ao campo teórico; é a aplicação prática desse conhecimento.

No que tange a autoavaliação cabe frisar que essa é essencial para compreender a realidade posta aos docentes. Através dela, surge a consciência sobre a realidade, permitindo intervenções de qualidade para alcançar resultados significativos na aprendizagem. Isso envolve reconhecer os alunos como sujeitos ativos no processo educacional.

Ser professor na EJA, assim como em qualquer outra modalidade, exige engajamento e compromisso. O cansaço e o desafios cotidianos enfrentados pelos alunos é uma realidade e a presença na escola pode ser um fator motivador.

Embora tenha aprendido muito com o estágio na EJA, sinto falta também da experiência no ensino fundamental com crianças, pois na disciplina Pesquisa e Estágio em Anos Iniciais tínhamos que optar entre EJA ou ensino fundamental, ambas as experiências agregam na formação do estudante. Se tivesse que fazer a escolha novamente, manteria minha decisão, mas percebo uma lacuna na grade curricular da minha turma, ingressante no semestre 2019.1. Sugeriria, portanto, a inclusão do estágio na EJA como parte obrigatória, pois a escolha entre EJA e ensino fundamental pode limitar ou prejudicar a vivência necessária nessa fase da formação.

REFERÊNCIAS

Brasil. Lei nº 11.788/2008. **Regula o estágio de estudantes no Brasil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 set. 2008.

COELHO, Helane de; CORDEIRO, Emanuela de S.; SANTOS, Natalice F. dos. Reflexões acerca de metodologias de ensino em curso de formação docente para a EJA. In: SOUZA, Izanete M.; CORDEIRO, Emanuela de S.; SILVA, Natalino N. da (org.).

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discensis/index>
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522

Docência e educação de jovens e adultos. São Carlos: Pedro e João Editores, 2022. p. 173-190.

DAMIANI, Magda F.; ROCHEFORT, Renato S.; CASTRO, Rafael F.; DARIZ, Marion R. e PINHEIRO, Silvia S. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. **Cadernos de Educação**, Pelotas, 45(1), pp. 57-67, 2013.

DOURADO, Daniela L. Oliveira. Epistemologia freiriana: fundamentos norteadores para a prática pedagógica na alfabetização em educação de jovens e adultos. In: NACIF, Paulo Gabriel S.; PIRES, Roberto Gondim; SILVA, Maria Luiza Tapioca; MACIEL, Nadja Maria Lima. (orgs). **Educação Freireana: Tecer pertencimentos, circular experiências e internalizar esperanças.** Feira de Santana: Zarte, 2022. Cap. 1; p. 15-30.

FLICK, Uwe. **Métodos de Pesquisa: introdução à pesquisa qualitativa.** 3. ed. São Paulo: Artmed Editora, 2009.

FRANCO, Maria Amélia do R. Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, [S.L.], v. 97, n. 247, p. 534-551, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s2176-6681/288236353>.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** 12. Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INGOLD, T. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação**, [S. l.], v. 39, n. 3, p. 404–411, 2016. DOI: 10.15448/1981-2582.2016.3.21690. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/21690>. Acesso em: 2 dez. 2023.

MACÁRIO, Rosely de Oliveira; SENNA, Luiz Antônio Gomes. Um olhar reflexivo sobre a prática pedagógica em EJA: o desafio em alfabetizar e tornar os alunos leitores. **Discursividades**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 11-31, 2021. Even3. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.29327/256399.9.2-1>. Acesso em: 2 dez. 2023.

MACHADO, Maria Margarida. Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 161-174, jan-dez. 2008.

MARRAN, A, L.. Estágio curricular supervisionado: algumas reflexões. In: **Simpósio Brasileiro e Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação.** 2011.

MOURA, Ana Paula Abreu. O estágio curricular em EJA na formação de professores. **E-Mosaicos**, [S.L.], v. 10, n. 24, p. 292-307, 28 set. 2021. Universidade de Estado do

Rio de Janeiro. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.12957/e-mosaicos.2021.57756>.
Acesso em: 2 dez. 2023

NETA, Lormina Barreto; MIRANDA, Helga Porto. Formação de professores da educação de jovens e adultos caminhos para a emancipação. **Anais do XIV Colóquio Internacional**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 2-16, 25 set. 2020. Grupo de Estudos e Pesquisas.

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], v. 47, n. 166, p. 1106-1133, dez. 2017. Fap UNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/198053144843>. Acesso em: 5 dez. 2023

SOARES, L.; SIMÕES, F. M. A Formação Inicial do Educador de Jovens e Adultos. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 29, n. 2, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25389>. Acesso em: 27 nov. 2023

ROLDÃO, Maria do Céu. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 94-103, jan./abr. 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2.ed São Paulo: Cortez, 1986

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Docência como atividade profissional. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; D'ÁVILA, Cristina Maria (org.). **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas**. Salvador: Papyrus, 2014. Cap. 1. p. 08-12.

**LIDERANÇA ESTUDANTIL: UM
ESTUDO DE CASO**Giovana Iza dos Santos Oliveira⁴⁴
Lormina Barreto Neta⁴⁵**RESUMO**

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender a contribuição do programa Líderes de Classe para o protagonismo juvenil dos estudantes da Rede Estadual de Educação de sete Unidades escolares do território de Irecê. Para responder à questão problematizadora esta pesquisa tem como objetivo geral compreender a contribuição do programa para o protagonismo juvenil em 2022, enfatizando os seus limites e possibilidades e como objetivos específicos analisar o aprendizado do programa para o desenvolvimento do protagonismo juvenil na perspectiva dos responsáveis pelos líderes na escola, compreender como os líderes estão atuando e identificar a percepção dos líderes quanto ao protagonismo objetivado no programa. A pesquisa traz uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso com a utilização da entrevista semiestruturada como instrumento para coleta de dados/achados no campo pesquisado. A relevância do tema da pesquisa está na compreensão da importância de existir políticas, programas, e sobretudo uma atenção voltada à participação dos jovens no ambiente escolar e nos espaços não formais.

Palavras-chave: Liderança Estudantil, Protagonismo Juvenil, Líderes de Classe

⁴⁴ Pós Graduada em Ensino das Ciências Humanas e Sociais pela UFPI e Pedagoga pela UNEB/CAMPUS XVI – Irecê e-mail ogiovana113@gmail.com

⁴⁵ Dr^a em Educação: Currículo pela PUC/SP. Mestre em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação pelo GESTEC/UNEB. Psicopedagoga Clínica e Institucional pela Faculdade Bahiana de Medicina e Centro de Terapias Integradas de Salvador - CETIS. Professora de Pesquisa e Estágio na Universidade do Estado da Bahia-UNEB/CAMPUS XVI, Irecê. Líder do Grupo de Pesquisa AMEI e membro do grupo de pesquisa O pensamento de Paulo Freire na educação brasileira, PUC/SP. <https://orcid.org/0000-0002-0177-8346> e-mail lneta@uneb.br

1. INTRODUÇÃO

A organização de uma população enquanto classe, favorece a estruturação de pautas a serem exigidas pelo corpo social, isto no Brasil, como em todo o mundo, essa forma de organização é assumida por diversos grupos e transformam-se, ao longo da história, em movimentos sociais presentes na sociedade atual. No Brasil não foi diferente e a importância da organização é indiscutível em seus diversos contextos.

Segundo Steck (2017) nessa época a União Nacional dos Estudantes elaborou o movimento O Petróleo é Nosso, que durou até 1953, quando foi criada a Petrobras, e segue argumentando que as maiores organizações estudantis que aconteceram na história do Brasil, ocorreram durante a ditadura civil militar na década de 60, os movimentos passaram por um processo de reconstrução e os seus principais impulsionadores foram as passeatas de 1976 e 1977, mas foi em 1983 que os estudantes participaram do movimento Diretas Já, com o objetivo de conquistar o voto de direito.

Um pouco antes da redemocratização, os movimentos conseguiram se rearticular e se reconfigurar diante de um novo contexto (OLIVEIRA,2014), entretanto, observando empiricamente na atualidade, seja na escola ou na universidade, em espaços políticos, não é perceptível a participação ativa da maioria devido a inexistência da perspectiva do protagonismo dos estudantes em espaços formais e não formais.

A implicação do fenômeno da não participação ou participação não ativa conduz a ações não democráticas ou ações que divergem do real interesse desses sujeitos. Freire (1995) argumenta que a história humana se faz a partir das ações realizadas no coletivo e que a participação ativa dos homens e mulheres que exercitam o seu direito de voz, de não silenciamento. A partir dessa perspectiva, entende-se que a organização e participação de jovens enquanto estudantes é essencial para que se pense uma educação de uma perspectiva integral.

Na participação ativa, os homens e as mulheres se identificam com sua própria ação e, com isso, fazem-se histórias. A participação é um exercício de voz, de não-silenciamento, de

decisão, de direito de cidadania que “se acha em relação direta, necessária, com a prática educativa-progressista” (FREIRE, 1995, p.73)

Dentro de um contexto educacional, o estado da Bahia, atenta-se à importância da autonomia e do protagonismo juvenil. No ano de 2017, a Secretaria do Estado da Bahia (SEC), institucionalizou o programa “Líderes de Classe” pertencente à política pública para a juventude da SEC, que objetiva promover o protagonismo juvenil fazendo com que os (as) estudantes se envolvam nas atividades realizadas nas escolas contribuindo para a gestão democrática e participativa.

"Contudo, por diversas razões, uma parcela dos jovens não participa quando há oportunidades que lhes oferecem a participação significativa, como é o exemplo do referido programa, o que não facilita a grande potência que seria a atuação destes sujeitos no protagonismo estudantil. A inquietação inerente ao estudo concentra-se em responder à seguinte pergunta: os cursistas do programa reconhecem a contribuição no protagonismo juvenil? Se sim, como?

Para responder à questão problematizadora, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender a contribuição do programa para o protagonismo juvenil em 2022, enfatizando os seus limites e possibilidades, e, como objetivos específicos, analisar o aprendizado do programa para o desenvolvimento do protagonismo juvenil na perspectiva dos responsáveis pelos líderes na escola, compreender como os líderes estão atuando e identificar a percepção dos líderes quanto ao protagonismo objetivado no programa. A pesquisa traz uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, com a utilização da entrevista semiestruturada como instrumento para coleta de dados/achados no campo pesquisado.

A presente pesquisa se justifica por ser um projeto de Estado que atinge um número significativo de estudantes e cujos achados podem ser utilizados como referência para a melhoria do processo de democratização da gestão das escolas públicas pesquisadas. Os resultados desta pesquisa têm relevância para que se entenda a importância de existirem políticas, programas ou até uma atenção voltada à participação dos jovens na escola e nos espaços não formais.

2. MOVIMENTOS ESTUDANTIS NO BRASIL E NA BAHIA

O movimento estudantil brasileiro está presente na história há muito tempo, porém de modo geral, as pesquisas dedicadas ao tema, apresentam a década de 60 como período de maior ênfase dos movimentos estudantis devido ao contexto socioeconômico e político da época não só no Brasil, como também na América Latina. Em alguns países aconteciam e acontecem similaridades expressivas em seus panoramas educacionais, ou seja, se constituem como força social no cenário político para enfrentar o modelo de educação imposto no continente. (MESQUITA; 2003).

Nota-se a presença dos estudantes nos principais eventos e movimentações sociais do Brasil, tendo estes uma grande importância na luta da população brasileira pelos seus direitos. Segundo a União Nacional dos Estudantes – UNE (2023), os movimentos sociais estudantis tiveram início no Brasil a partir do século XX, onde o ensino era destinado a apenas uma parcela pequena da população, que eram os que possuíam mais poder aquisitivo, foi apenas em 1901 que foi criada a Federação dos Estudantes Brasileiros.

Com a percepção da importância e da força dos estudantes nas lutas nacionais, em 1937 foi criada a UNE, que atualmente ainda é a entidade máxima dos estudantes, responsável por organizar as suas lutas. Através da organização da UNE os estudantes estiveram presentes em movimentos sociais que moldaram a história democrática brasileira, como a Campanha do Petróleo é Nosso, enfrentamento da ditadura militar, Diretas Já e mobilização dos Caras Pintadas (STECK, 2017).

De acordo com Mesquita Como uma das expressões do protagonismo juvenil – e por muito tempo, seu termômetro – o movimento estudantil continua apresentando-se, como uma das possibilidades de inserção e atuação política para uma parcela dos estudantes (MESQUITA, 2003, p. 118)

Apesar da participação da UNE, UBES e UMES e da sua importância em diversos momentos históricos, o movimento estudantil também possui outras organizações, o que atesta a sua pluralidade, como por exemplo, os que se manifestam através de tendências orgânicas, ou sejam ligados a um partido político e os que expressam interesses temáticos

e mais localizados, como o grupo dos estudantes negros e os grupos de mulheres estudantes.

Em 2015 e 2016, estudantes brasileiros se mobilizaram em defesa dos direitos sociais e educacionais e decidiram ocupar espaços escolares em todo o território nacional. Esta estratégia do movimento estudantil permitiu com que diferentes segmentos sociais participassem das reivindicações. O seu início ocorreu no estado do Paraná em retaliação às propostas de reformas educacionais realizadas pelo Estado Brasileiro (BOUTIN; FLACH, 2017).

Em sua atual conjuntura, grande parte do movimento estudantil possui características que os alinham com os partidos políticos de esquerda, pensamentos direitistas passaram a se incluir neste movimento através de princípios clássicos do liberalismo, como autonomia e responsabilidade individual. Representantes desta parcela direitista indicavam que um governo desta ideologia seria benéfico para a educação brasileira através da aproximação do mercado de trabalho, ciência e tecnologia da academia e investimentos pautados em resultados (LOURENÇO, 2019).

A história do movimento estudantil na Bahia se destaca também em torno do regime civil militar, isto porque a ditadura foi muito severa e a sociedade se via no ímpeto de se organizar e pontuar suas revoltas. Segundo Oliveira (2014) o movimento estudantil começou com um forte entusiasmo, seguidos por período de refluxo e depois retornou com outras feições que se caracterizavam de acordo com os acontecimentos de cada época. O segundo momento teve início em 1969 e findou-se em 1975, momento esse que o ato inconstitucional, o Ai5, vigorou e a população brasileira considerou o momento mais difícil de todo o regime, pois este ato permitiu fechar o congresso concentrar-se no poder executivo e enfraquecer os poderes legislativo e judiciário, deixando a democracia sucumbir, isto porque o ato permitiu que os militares punisse quem usasse a liberdade de expressão, proibindo reuniões, passeatas e manifestos.(OLIVEIRA, 2014). O terceiro momento foi o de 1975 a 1985 com a greve dos estudantes da UFBA que pode ser o marco inicial da retomada do movimento estudantil na Bahia na luta pela liberdade democrática. A referida greve repercutiu no país e foi símbolo do ressurgimento do movimento

estudantil. Sua expansão se tornava esperança de um novo tempo, e que depois tornara caminho aberto para os atos, manifestações, ocupações e greves, tornando o ano seguinte, um ano de redemocratização e reconstrução das entidades estudantis com a realização de eleições livres para o DCE da UFBA e da USP e assim todo o País (OLIVEIRA,2014).

Na atualidade, os estudantes baianos seguem apoiando greves e manifestações contra atos que afetam a educação. Um dos maiores atos que gerou grande repercussão, aconteceu em 2017 e foi o ato que segundo a procuradoria geral da república, é inconstitucional, pois a proposta de emenda à constituição (PEC) 241 (ou 55) é uma proposta que estabelece um teto para os gastos públicos com o objetivo de “congelar” os gastos na saúde e educação por vinte anos. (BLUME,2022). Os estudantes baianos se mobilizaram para reverter este quadro, convencendo os senadores a intensificar a ofensiva da educação, usando a ocupação como mecanismo de resistência.

Na especificidade do Território de Identidade de Irecê, que é composto por 20 município, as movimentações dos estudantes são ativas, porém pouco sistematizadas. Ainda que as pesquisas e escritos sobre os movimentos estudantis no território de Irecê não sejam encontrados com facilidade, existem entidades estudantis organizadas a exemplo da União da Juventude Socialista de Irecê, a UJS Irecê, que estão sempre presentes nessas mobilizações.

Os estudantes de todo o território também se fazem presentes para representar suas unidades escolares, faculdade e universidades. Em 2019, com o aumento das manifestações, estruturou-se o Movimento Estudantil de Irecê, este que foi constituído por estudantes da educação básica, participaram também professores universitários que se organizavam pelas redes sociais. O movimento, porém, perdeu a força durante os anos em razão da ascensão da pandemia do covid-19, entretanto, as ações realizadas foram noticiadas pelo jornal local chamado Cultura e Realidade. Abaixo alguns registros:

Foto 2 e 3: Estudantes e professores em passeatas contra o corte orçamentário da educação



Fonte Jornal Cultura e Realidade



Fonte Jornal Cultura e realidade

Outrossim, os estudantes das unidades escolares estaduais do território, recebendo orientações da Secretaria de Educação, estão se movimentando e fazendo com que a atuação juvenil se destaque em algumas cidades. O incentivo ao diálogo com uma coordenação de Juventude e Núcleos Territoriais tem feito com que a interação de juventude para juventude se estabeleça de forma cultural ao longo das três séries do ensino médio, alcançando os seus objetivos.

3. O PROGRAMA LÍDERES DE CLASSE

A preparação dos jovens para a participação ativa na vida social é o objetivo mais imediato da escola pública. A participação é intrínseca à natureza social dos humanos. É uma necessidade fundamental dos indivíduos, visto que o ser humano é um ser social e coletivo. No âmbito individual, o participar associa-se à possibilidade de cooperar considerando e oferecendo a cada sujeito autonomia, a exemplo do exercício de discutir, cobrar, falar, escrever e articular práticas concernentes à dinâmica da organização da coletividade (DALLARI, 1983).

O programa Líderes de Classe trata-se de uma ação realizada pela Coordenação de Políticas para a Juventude Baiana com este objetivo. Estudantes devidamente matriculados no sistema de Gestão Escolar (SGE), e que têm frequência regular nas

atividades letivas nas unidades escolares do Estado da Bahia têm sido o público alvo deste programa. O referido programa incentiva e o protagonismo juvenil, a emancipação da pessoa discente e o letramento político dos educandos no processo de aprendizagem partindo da premissa da gestão escolar democrática e da autonomia dos educandos inseridos neste programa. (MOURA; SILVA; 2021).

Freire entende o conceito de liderança como uma contribuição ou uma relação coerente, priorizando a participação e construção coletiva de forma democrática e contribuindo na transformação da realidade. (STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, 2018).

A Liderança estudantil nesse contexto, pode ser interpretada como um processo coletivo a ser construído por estudantes que se colocam à disposição como agentes de mudança em diálogo com a turma, gestão, corpo docente e com sujeitos com diversas especificidades que precisam ser consideradas. (MOURA; SILVA, 2017). Apesar das dificuldades, há caminhos possíveis para o protagonismo desses estudantes em colaboração com a gestão, se ela assim, considerar a importância desta construção coletiva.

A eleição destes estudantes acontece primeiramente a nível de turma, posteriormente a nível de escola, município e território. O Núcleo Territorial de Educação-NTE de cada território baiano, conta com um ponto focal que é um técnico que orienta as unidades escolares em relação à realização dessas eleições e organização do programa na prática.

O responsável pela articulação das eleições dentro das unidades escolares deve se responsabilizar pela criação da comissão e orientação para a formulação da chapa e construção da ata para posteriormente enviar ao NTE. A mais recente portaria do programa, a de número 314/2023 diz que em todas as etapas da eleição de líder de classe deverá ser promovida a discussão sobre a interseccionalidade nas identidades estudantis, garantindo a inclusão de gênero, raça, etnia, território e deficiência.

De acordo com a referida portaria, para contribuir com a gestão democrática e participativa, os (as) estudantes eleitos (as) nas funções líder e vice-líder de classe

devem ser os (as) interlocutores (as) da turma junto à comunidade escolar, articulador (a) e propositora (a) de melhorias para a ambiência na unidade de ensino. São atribuições dos líderes eleitos de acordo com a instrução normativa de 2017:

(...) II. Estabelecer contato permanente com os demais Líderes de Classe para troca de experiências e proposições para melhorias do processo educativo; III. Estimular o bom relacionamento da classe, através de diálogo; IV. Buscar a opinião consensual do grupo para representá-lo em situações decisórias; V. Participar das reuniões e encontros realizados pelos profissionais da educação da unidade escolar e da Secretaria da Educação para as quais seja convocado (a), divulgando as informações repassadas; VI. Propor reuniões de interesse da classe, sem prejuízo para o desempenho acadêmico dos estudantes ou demais atividades realizadas pela unidade escolar; VII. Estimular a classe a conhecer o Regimento Escolar Unificado e refletir sobre as normas estabelecidas para respeitá-las; VIII. Orientar os(as) colegas, encaminhando-os(as) aos setores competentes para elucidar dúvidas; IX. Incentivar o desenvolvimento de comportamentos e atitudes que busquem a melhoria da aprendizagem da classe X. Impulsionar debates sobre questões sociais relacionadas às diversidades, com o intuito de diminuir as diversas formas de preconceito na unidade escolar e na sociedade; XI. Ter assiduidade nas atividades escolares e extracurriculares, mostrar-se dinâmico(a), persistente e proativo(a) na resolução de problemas, se constituindo como referência para a classe. (ARTIGO 14, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2017).

Com o passar do tempo o programa foi se reconfigurando de acordo com as necessidades evidenciadas, e com a avaliação dos estudantes sobre o programa, as mudanças acontecem a cada ano.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Apresento o percurso metodológico percorrido, iniciando com uma abordagem acerca do que representa ser pesquisa, A pesquisa, segundo Gil (2002, p. 17), “pode ser definida como um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas propostos, desenvolvendo-se ao longo de um processo que

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discantis/index>
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522

envolve inúmeras fases”, ou seja, um processo organizado que permite avanços significativos.

A abordagem da pesquisa é qualitativa, pois está mais presente nas pesquisas voltadas às ciências humanas e sociais, assim como nas pesquisas em educação, pois de acordo com Neta (2021, p.68). Buscando compreender e analisar o protagonismo de um grupo bem definido que são os líderes das escolas estaduais do território de Irecê, esta pesquisa se propõe como estudo de caso. O estudo de caso conforme Goldemberg:

O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos (GOLDENBERG, 2011 p. 33).

A entrevista utilizada para a análise de dados é semiestruturada, a entrevista não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados, mas considera fatores importantes, assim como objetivos bem definidos (MINAYO, 1994). A pesquisa entende a relevância da experiência do programa desde o seu início e da quantidade de escolas assistidas pelos núcleos territoriais de educação, porém o recorte temporal é feito durante o ano de 2022 e com líderes representantes das 7 escolas que serão pesquisadas, pensando em abranger o máximo de estudantes em suas diversas especificidades em um território, com as justificativas a seguir: por ser uma escola profissional de grande porte, por serem as escolas assistidas pela liderança territorial, pela especificidade da modalidade de ensino (intermediação tecnológica), por serem escolas de pequeno porte e a última por ter ser um centro territorial. As perguntas feitas foram:

Objetivo de Pesquisa	Questões da Pesquisa
----------------------	----------------------

<p>OBJETIVO GERAL: <i>Compreender a contribuição para o protagonismo enfatizando os limites e possibilidades:</i></p>	<p><i>O que você acha necessário destacar sobre o programa?</i></p> <p><i>Observa-se que há um percurso entre a teoria e a prática em relação ao protagonismo dos estudantes que é objetivado no programa de liderança. Há limitações, mas também possibilidades. De acordo com a sua opinião dentro da realidade da unidade escolar, o que se torna possível dentro do chão da escola?</i></p>
<p>OBJETIVO ESPECÍFICO <i>1: Analisar o aprendizado do protagonismo na perspectiva dos responsáveis pelos líderes na escola</i></p>	<p><i>Sabemos que o programa Líderes de classe objetiva o aprendizado do protagonismo juvenil. Na sua opinião, observando a prática cotidiana, você acredita que o programa está conseguindo ir de encontro com este objetivo?</i></p> <p><i>2. Percebe-se que o protagonismo não é algo que se estabelece de forma rápida, exige processo para que se desenvolva. Como você observa este aprendizado na realidade da sua escola?</i></p>

<p><i>OBJETIVO ESPECÍFICO</i> 2: Compreender como os líderes estão atuando na perspectiva dos responsáveis</p>	<p><i>É notório que o articulador é o profissional no interior da escola que mais tem contato com a liderança. O articulador precisa pensar e propor ações, ouvir opiniões e ideias desses estudantes na realidade da unidade escolar, como se dá a atuação desses estudantes?</i></p> <p><i>Observando a atuação desses estudantes, como você interpreta esta atuação que foi descrita por você</i></p> <p><i>O que você observa e destaca em relação a essa atuação?</i></p>
<p><i>OBJETIVO ESPECÍFICO</i> 3: Identificar a percepção dos líderes quanto ao protagonismo objetivado no programa</p>	<p><i>Ser líder envolve muita responsabilidade, comprometimento e uma boa relação com o colegiado escolar como um todo. De acordo com a sua liderança vivenciada durante o ano, como você descreve a sua atuação e a dos líderes de turma?</i></p> <p><i>Como você percebe o desenvolvimento do protagonismo objetivado no programa diante da realidade da sua escola?</i></p>

Como forma de preservar a identidade dos sujeitos, optei por colocar as seguintes siglas para denominar cada um dos entrevistados, que neste caso são os responsáveis pelos líderes na escola no quadro e os estudantes no quadro, respectivamente:

Quadro: Relação dos sujeitos da pesquisa

SUJEITOS DA PESQUISA	SIGLAS
----------------------	--------

DIRETOR	D1
COORDENADORAS	D2
	C1
	C2

Fonte: pesquisadora (2023)

Quadro:

SUJEITOS DA PESQUISA	SIGLAS
Líder Territorial 1	LT
Líder territorial rural 1 2	LT2
Líder 3	L3
Líder 4	L4
Líder 5	L5
Líder 6	L6
Líder 7	L7

A análise e discussão das respostas mais significativas para esse estudo serão analisadas no item a seguir.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trouxe algumas respostas buscando compreender os limites e possibilidades do programa, os entrevistados responderam:

C1: Existem diversas possibilidades de maior protagonismo, há diversas maneiras de articulações que fazem com que os estudantes se empenhem, mas ainda há muito para caminhar. As limitações estão no entender de fato o que o programa propõe e o seu lugar dentro do programa porque muitas vezes a liderança é usada com outros fins e as possibilidades são

muitas, inclusive acho que uma formação traria mais clareza para os alunos.

C2: Na unidade onde trabalho, na maioria das vezes, há uma incompreensão sobre a função/papel do líder. As ações mais pontuais realizadas na escola são: reuniões entre pares e a coordenação para discussão de assuntos de interesse coletivo, envolvimento em projetos escolares, participação em eventos da Secretaria.

O que se entende a partir dessas falas é a necessidade de uma maior compreensão do que representa o papel do líder, a portaria do programa traz as responsabilidades de um líder, mas na prática, os estudantes ainda têm dúvidas a respeito do seu papel.

A compreensão dos limites e das possibilidades como contribuição do programa, se revela num primeiro desafio; a necessidade do que é e da importância da liderança, assim como das autonomias, mas também das incumbências dos líderes. Retomando as concepções de Freire (1987), o exercício da liderança por si só, não gera mudanças, não se pode negar a reflexão do seu próprio fazer, entretanto, as possibilidades se apresentam como uma movimentação do papel de liderança, dentro do que é compreendido. Observando ainda a fala da

C1: reuniões entre eles e a coordenação para discussão de assuntos de interesse coletivo.

C3: É possível, assim como já é realidade se ter ações que de fato desenvolva o protagonismo dos estudantes como: assembleias, participação em Conselho de Classe, movimentos coletivos, reuniões para informar e decidir, juntamente com os líderes acatando a opiniões estudantes, sobre tudo que envolve a instituição.

Observando este prisma, há possibilidades de grande contribuição no sentido da interação entre pares, discussões e movimentos coletivos, presenças em reuniões com o colegiado escolar, diálogo com a coordenação.

Trilhando ainda a análise do aprendizado do protagonismo na perspectiva dos articuladores, a pergunta a seguir complementa a primeira na opinião dos sujeitos da pesquisa, observando a prática cotidiana, foi perguntado se acreditam que o programa está conseguindo atingir objetivo. Duas respostas convergem quando acreditam que vai ao encontro com o objetivo de forma parcial:

C1: *“Parcialmente. É preciso também fortalecer a gestão democrática nas escolas, além realizar formações com fundamentos legais, para os líderes”.*

C3: *“Em partes. Alguns entendem que a liderança existe para atender demandas individuais, outros pensam o contrário, na coletividade. Dentro da classe ou escola, essa questão pode causar atritos”.*

Ou seja, é observado que o C1 novamente retoma a questão da participação quando cita a gestão democrática, para ela, é essencial que haja participação de fato democrática para que o programa atinja o objetivo que é o aprendizado do protagonismo. Retomando ao referencial teórico, a participação coletiva na escola através da gestão democrática, permite a autonomia aos indivíduos da comunidade escolar facilitando o processo dessas atuações que caminham para a mudança (PARO, 2017). As duas respostas a seguir são discordantes:

C2: *“Não. A liderança é fortalecida quando se tem na escola pessoas que auxiliam os líderes, porém nem sempre podemos dar o suporte na realização das ações”.*

D1: *“Sim, entretanto não acredito que seja tão rápido, pois a liderança precisa de formações mais sólidas para atingir o que objetiva, acredito que o programa é muito novo ainda e tem muito a melhorar, é uma longa caminhada.”*

O C2 enfatiza a importância de se ter na escola mais pessoas para auxiliar os líderes, a D1 traz a possibilidade de melhoria do programa atentando-se à importância da formação para o aprendizado do protagonismo. Compreendendo como os líderes estão atuando, percebe-se que a liderança atua de diversas formas, uma liderança se difere da outra no sentido da atuação. De acordo com o C2: a atuação, a fala da C2 enfatiza a complexidade da pluralidade dos jovens inseridos nesse contexto. A escola é espaço que deve atentar-se a essa diversidade, a relação escolar com a juventude tem o potencial de criar possibilidades de ações e reflexões acerca das diversas particularidades dentro desse âmbito (DAYRELL, 2007).

A fala da C3 evidencia que as mais frequentes atuações se dão em atividades que acontecem em eventos, reuniões e mobilizações. A D1 escreve que a participação ativa não acontece de forma integral e que a liderança carrega ideias para pensar junto à gestão. Outra vez se evidencia a importância da gestão que abre espaço para as

dinâmicas participativas e práticas democráticas. Sobre a percepção dos líderes quanto ao programa: *Qualquer líder (protagonista) pode se posicionar, ele não espera por cenários que o favorecem, mas quando temos um programa que busca o protagonismo juvenil criamos um cenário mais amplo e inclusivo. Com estudantes que antes nem pensavam em se posicionar, e que hoje reconhecem o quanto capaz”.*

A etapa seguinte da pesquisa buscou responder os outros dois objetivos específicos que foram os seguintes: Compreender como os líderes estão atuando e identificar a percepção dos estudantes quanto a esse protagonismo objetivado no programa. Os líderes representantes das escolas selecionadas, responderam as perguntas mais específicas que foram as seguintes perguntas:

1. *Ser líder envolve muita responsabilidade, comprometimento e uma boa relação com o colegiado escolar como um todo. De acordo com a sua liderança vivenciada durante o ano, como você descreve a sua atuação e a dos líderes de turma?*
2. *Como você percebe o desenvolvimento do protagonismo objetivado no programa diante da realidade da sua escola?*

Os estudantes observaram que o contato indireto com a participação ativa dos colegas dentro da escola (ou em qualquer outro espaço) traz interação daqueles não participantes, e essa interação é benéfica, pois dentro deste contato existem discussões que geram conscientização acerca de diversas pautas de interesse da juventude, a exemplo da importância do voto e da força da coletividade. Portanto, os estudantes reconhecem a contribuição do protagonismo de forma direta e indireta, até mesmo para os que acreditam não ter tanto interesse na participação do programa, como é citado abaixo por um estudante entrevistado respondendo à pergunta 1:

LT1: “eu tenho me desenvolvido muito em relação a autonomia e protagonismo. A liderança exige isso e a gente se só tem a ganhar incentivando os colegas a serem também” O programa reforça o protagonismo do jovem baiano, oportuniza que jovens de baixa renda possam sonhar em ser lideranças da sociedade, A contribuição é no sentido de nos fazer capazes”.

A mobilização tem sido uma das ações que têm maior aceitação, os líderes gostam e têm sucesso nas mobilizações como citadas acima, mobilizações para ajudar os demais a se inscreverem no Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM e no programa Educar para Trabalhar que tem como objetivo oferecer cursos de nível técnico para os estudantes. A liderança territorial atua em diálogo com os líderes de escola fazendo reuniões para ouvir as ideias de cada representante e socializar as ações já feitas. Quando perguntado sobre a percepção dos líderes em relação ao protagonismo objetivado no programa, a perspectiva de cada estudante se mostra de acordo com a realidade específica de cada vivência. Um estudante cita isso respondendo a pergunta 2:

LT3: “tivemos o fortalecimento do Enem 100% no qual ajudou os alunos a realizarem a prova do Enem através de aulões, fortalecimento do programa Mais Estudos, mobilização do projeto café literário com recorde de arrecadação de livros e participação dos alunos através de poesia, dança, dramatização, tivemos a realização do SARAU, no qual todos os alunos desenvolveram suas habilidades e talentos”.

LT2: Os Líderes de Classe têm um papel muito importante para desenvolver durante o ano, portanto, desenvolvi muitas habilidades, participei das reuniões e conferências, pois a liderança é um ponto inicial do jovem para os movimentos estudantis e protagonismo na sociedade.”

As respostas que indicaram o protagonismo como consequência das suas ações, se percebem como sujeitos que evoluíram em suas habilidades de liderança, auto responsabilidade e percepção de si como sujeitos críticos.

5 CONSIDERAÇÕES

Foi percebido que alguns entrevistados não responderam algumas questões de forma direta ou melhor detalhadas, perguntas que poderiam ter sido respondidas com a vivência cotidiana e com mais tempo de observação, porém, os resultados trazem muitas questões para discussão. Quando perguntado sobre a percepção dos líderes em relação ao protagonismo objetivado no programa, a perspectiva de cada estudante se mostra de acordo com a realidade específica de cada vivência.

As respostas se dividiram entre sim e em partes, a liderança requer autonomia, como também direcionamento que em muitas vezes os líderes podem não entender bem como executar de forma assertiva, ou seja, percebe-se a necessidade da formação para o protagonismo, pois não são todos os estudantes que tem o chamado pelo senso comum “perfil de líder”, por mais que tenha o interesse em se tornar um. As respostas que indicaram o protagonismo como consequência das suas ações, se percebem como sujeitos que evoluíram em suas habilidades de liderança, auto responsabilidade e percepção de si como sujeitos críticos.

A dinâmica da participação é específica em cada contexto, sendo menos

favorável quando se expande para grupos maiores, porém quando há espaço para a interação em um programa que busca incluir o maior número de pessoas dentro da diversidade, há oportunidade de avanços significativos e mudanças que beneficiam a coletividade. Ações nesta dimensão são realizadas quando há organização coletiva e incentivo ao protagonismo.

Entendendo isto, os resultados compreendem uma análise do que representa a prática da gestão e dos estudantes juntos para caminhar pelo percurso da aprendizagem significativa, assim como se tornando ponte para os estudantes que não tem acesso ao conhecimento e informações que os beneficiam, somente com a participação ativa dos estudantes, da gestão e de toda a comunidade escolar, se constrói protagonismo e avanços significativos.

6 REFERÊNCIAS

BARRETO NETA, L. **Uma Práxis Sócio Histórica, com crianças, em um bairro educador da cidade de São Paulo**, São Paulo, 1-178, 2021.

BLUME, Bruno. Ocupações em escolas: entenda. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ocupacoes-de-escolas-entenda/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BAHIA. Secretaria da Educação. Instrução normativa nº 01/2017. Diário Oficial, Bahia, 24 mar. 2017. Disponível em: <http://estudantes.educacao.ba.gov.br/sites/default/files/private/midiateca/documentos/2017/instrucaonormativaprocessoeleitoralliderdeclasse.pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.

CHIZZOTTI, Antônio, Pesquisa em ciências humanas e sociais/ 12º Ed. -São Paulo: Cortez, 2017.

DALLARI, Dalmo de Abreu, O que é participação Política 14º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DAYRELL, Juarez. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, v. 28, p. 1105-1128, 2007.

FREIRE, P. *Política e educação* 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa- 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 66, p. 117-149, 2003.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. (Org.). *Dicionário Paulo Freire*. 4. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

**ESCOLA MUNICIPAL SÃO
FRANCISCO DE ASSIS: O ACESSO
À EDUCAÇÃO INFANTIL QUE
SURGE A PARTIR DA AÇÃO DE
ESPAÇO NÃO-FORMAL**

Sheila Briano Oliveira⁴⁶
Lormina Barreto Neta⁴⁷

RESUMO

O presente artigo aborda a importância da ação de mobilização de espaços não-formais, em prol da infância de crianças do Bairro São Francisco de Assis, na cidade de Irecê-BA. Este trabalho é resultado da parceria do Grupo de Pesquisa Ação e Mobilização Social pela Educação a partir da Infância (AMEI) e o cumprimento do tirocínio do Mestrado da PPGEAFIN, ambos da UNEB – Campus XVI, realizado na disciplina de Pesquisa e Estágio em espaços não escolares. Tem como objetivo elucidar sobre a importância da ação mobilizadora de espaços não-formais, e neste caso da Casa Caminho Paulo de Tarso, com o intuito de amenizar problemáticas sociais que dificultam a garantia de direito à educação e assim, investigar os seus desdobramentos a partir desta ação social em benfeitoria a comunidade local. A Pesquisa é participativa, pois surge em tempos e diferentes lugares, e origina-se de práticas sociais. Tem como metodologia, a observação, postura qualitativa e comunicação interpessoal, os instrumentos da pesquisa foram os questionários de entrevista, registros fotográficos e atividades produzidas e aplicadas com as crianças. De tal modo, foram reverenciados autores como Brandão (2013), Gohn (2009), Poker (2013) e a BNCC (2017). Nesta perspectiva, conclui-se que a comunidade escolar do próprio bairro necessita dar continuidade a uma ação mobilizadora que privilegie a efetividade de uma rede de apoio entre saúde, educação e projeto social. Os resultados obtidos até então estão direcionados às ações particulares com apoio do poder público, mas a comunidade em si pouco se mobiliza.

PALAVRAS-CHAVE: Escola, Educação Infantil, Espaço não-formal.

⁴⁶ Mestranda em História (PPGEAFIN - UNEB Campus XVI - 20203.1), Graduada em Psicopedagogia (UNOPAR - Pólo de Irecê - 2023.2), Pedagoga pela UNEB Campus XVI, Letras pela Anhanguera - UNIDERP /Pólo de Irecê. Especialista em Educação Especial, pela UNEB DEDC Campus I, Pós-Graduada em: Neuropsicopedagogia, Psicopedagogia, Neuropsicologia Educacional e em Educação Inclusiva com ênfase em LIBRAS. Psicopedagoga do Espaço Semear e membro do GP-AMEI. <https://orcid.org/0009-0009-3962-8990> e-mail:sheilabriano@gmail.com

⁴⁷ Dr^a em Educação: Currículo pela PUC/SP. Mestre em Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação pelo GESTEC/UNEB. Psicopedagoga Clínica e Institucional pela Faculdade Bahiana de Medicina e Centro de Terapias Integradas de Salvador - CETIS. Professora de Pesquisa e Estágio na Universidade do Estado da Bahia-UNEB/CAMPUS XVI, Irecê. Líder do GP-AMEI e membro do grupo de pesquisa O pensamento de Paulo Freire na educação brasileira, PUC/SP. <https://orcid.org/0000-0002-0177-8346> e-mail:lneta@uneb.br

INTRODUÇÃO

O estágio acadêmico é um dos momentos mais esperados por estudantes que cultivam a busca pelo saber, em prol da construção de uma profissão em que teoria e prática caminhem juntas. Nesta perspectiva, o presente trabalho –é resultado da parceria do Grupo de Pesquisa Ação e Mobilização Social pela Educação a partir da Infância (GP-AMEI), e o cumprimento do tirocínio do Mestrado do Programa de Pós-graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN), ambos da UNEB – Campus XVI, realizado na disciplina de Pesquisa e Estágio em espaços não escolares.

Os resultados que foram almejados no processo de planejamento da execução do estágio, se deram com base no plano de trabalho solicitado pelo componente curricular, o qual propõem discutir as concepções e relações no campo do estágio dos espaços não escolares, além da elaboração de questões problematizadoras que subsidiem os processos de investigação junto ao contexto observado. E assim, unindo o objeto de investigação e pesquisa, para a produção final sobre as experiências vivenciadas no estágio, a partir de um olhar crítico e reflexivo em espaços não-escolares.

O estágio foi realizado na Escola Municipal São Francisco de Assis, localizada no município de Irecê-BA, na observação inicial das crianças do Grupo 5 (Educação Infantil) que apresentam habilidades deficitárias, em relação ao processo inicial de aprendizagem de conhecimentos básicos de como realizar e memorizar sequência numérica, grafar o próprio nome e identificar, a letra inicial de seu nome e sua quantidade por exemplo. Além de conceitos matemáticos básicos, pertinentes a etapa de ensino: contar e grafar de 0 (zero) a 10 (dez), conhecer as quatro principais formas geométricas (círculo, quadrado, retângulo e triângulo), entre outras situações.

Levando em consideração que as crianças nesta fase, devem estar aptas a desenvolver a linguagem e a comunicação, e assim adquirirem habilidade de leitura e escrita, para que possam expandir o vocabulário e desenvolvimento de habilidades de conversão complexas, e mais tarde adquirem habilidades leitoras.

Deste modo, foram realizados desde a visita escolar em 08 de março a 26 de abril do corrente ano, encontros de entrevista com membros da equipe pedagógica escolar

(direção, coordenação e ao professor Pedagogo responsável pelo acompanhamento dos estudantes que necessitam de atendimento especializado). Observação e participação direta com estes alunos, no ambiente tanto na sala de aula comum, quanto na sala de recursos multifuncionais. Realizou-se também, análise dos documentos da escola (PPP-projeto político pedagógico e regimento escolar), avaliação e análise de materiais didáticos, produção de recursos pedagógicos, além das leituras propostas pela disciplina de Pesquisa e Estágio em espaços não escolares, durante o tirocínio.

Além da Casa Caminho Paulo de Tarso, constatou-se, o AEE – Atendimento Educacional Especializado, um outro ambiente que promove a educação não-formal na Sala de Recurso Multifuncional (SRM). Local em que os (as) estudantes com necessidades específicas, da Escola Municipal São Francisco de Assis, tem segunda matrícula, já que na própria escola ainda não é ofertado o atendimento especializado. Por essa razão, as crianças são atendidas na Escola Municipal Professor Edivanilson Alecrim Machado, localizada no mesmo bairro que a escola anterior se encontra.

Conforme Brandão (2013), pesquisa participante não cria, mas responde a desafios e incorporar-se em programas que colocam em prática novas alternativas de métodos ativos em educação. Deste modo, foi possível identificar as características e possibilidades de analisar, planejar e intervir nos processos de aprendizagem de estudantes público alvo da educação especial, os quais tem, primeira matrícula na sala de aula comum.

Nesta perspectiva, a investigação se dá na ação social, e desencadeiam momentos metodológicos, com base no processo voltado à transformação social, mesmo quando a pesquisa tenha como foco a ação social e restrita a uma questão da vida social de um grupo, ou comunidade, ou seja, é um todo que está em questão.

1. Conhecendo a Escola Municipal São Francisco de Assis e seus documentos norteadores.

A Escola Francisco de Assis foi criada a partir de um Convênio entre a Prefeitura Municipal de Irecê e a Casa do Caminho Paulo de Tarso*¹ no ano de

*1 Casa do Caminho Paulo de Tarso, fundada em 09 de outubro do ano 2000, instituição de cunho religioso e de assistência social, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 05.662.195/0001-59, reconhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 738 de 12 de maio de 2006 e de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 10.094 de 25 de maio de 2006, publicada no Diário Oficial do Estado em 26 de maio de 2006. É, portanto, a entidade mantenedora do Projeto São Francisco.

2010. Esta parceria, teve como objetivo implementar junto com a Secretaria Municipal de Educação de Irecê a oferta de Educação Infantil no Bairro São Francisco de Assis e também contemplar as ações realizadas através do Projeto São Francisco da Instituição Espírita - Casa Caminho Paulo de Tarso, já que há quase duas décadas vem desenvolvendo trabalhos de cunho social, educacional, cultural e religioso com as famílias da comunidade e assim, apresentando-se como espaço de educação não-formal.

Para Gohn (2009), as práticas da educação não-formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais.

A Escola Creche São Francisco de Assis, está situada na cidade de Irecê-BA, na rua Cardeal Brandão Vilela, 83, bairro São Francisco de Assis. O código do INEP é o 29399505 e o seguimento que atende é a educação infantil. Conforme o PPP da Escola (2023, p.18),

Através do Projeto São Francisco, em 2010, percebeu-se a necessidade de um trabalho educacional na Educação Infantil, devido a dois fatores primordiais constatados na observação da realidade das famílias residentes no bairro: a necessidade de algumas mães em deixar seus filhos devidamente assistidos em pelo menos um turno, a fim de disporem de tempo para o trabalho formal ou informal e o número ainda, insuficiente, no município, de escolas de Educação Infantil, para atendimento das crianças entre 03 a 05 anos o que ficava ainda mais evidente no referido bairro, que dispunha apenas da escola municipal Luís Viana Filho, de Ensino Fundamental, hoje com novo nome, Escola Professor Edivanilson Alecrim Machado.

A escola funciona nos turnos, matutino e vespertino, e em cada turno, funciona uma turma dos anos II a V da etapa da Educação Infantil. Os espaços de aprendizagem da escola são divididos em: Sala de referência, Pátio, Ateliê, Ambiente Tecnológico, Quintal e Brinquedoteca. As salas são amplas, climatizadas, mobiliário e recursos didáticos e pedagógicos, voltada à infância.

Porém, faz-se necessário ampliar as adaptações arquitetônicas no pátio, salas dos professores, banheiros, do quintal (banco de areia) e a construção de uma quadra infantil, bem como ampliar as salas de secretária, direção e coordenação pedagógica.

O PPP da Escola está respaldado nos seguintes documentos: na proposta Curricular do Município de Irecê, a Constituição Federal – CF de 1988, a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional – LDB de 9394//96 Currículo da Educação Infantil, CEI, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990, Orientações Pedagógicas para instituições conveniadas que ofertam Educação Infantil – OPs, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil – DCNEI, Plano Nacional de Educação – PNE e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Deste modo, a proposta pedagógica da escola contempla (PPP da EMSFA, 2023, p.22 e 23),

Diretrizes norteadoras voltadas para uma educação que priorize também os princípios da qualidade e da equidade, de uma educação aberta a novas experiências, maneiras de ser e novas ideias para conviver com as diferenças. As ações pedagógicas aqui apresentadas são trabalhadas de forma a integrar todos os envolvidos no processo educativo da instituição, proporcionando condições adequadas para promover desenvolvimento físico e emocional da criança, ampliando suas experiências e estimulando seu interesse pelo conhecimento do ser humano, da natureza e da sustentabilidade. Portanto, a Proposta Pedagógica é a forma pela qual a instituição exerce sua autonomia e direciona a atuação de todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem, atribuindo-lhes responsabilidades como agentes curriculares, para que suas crianças possam exercer seus direitos e deveres numa participação ativa na vida científica, cultural, social e política no mundo em que vivem.

Nesta perspectiva, são trabalhados na escola, projetos: Leitura; São João; Brinquedos e brincadeiras do sertão; Alimentação saudável; Pelos caminhos da África; Identidade: eu, minha família e minha escola; Belezas e encantos da caatinga; Arca dos poemas; Sustentabilidade; Um passeio pelo sertão; Bairro São Francisco meu chão, minhas raízes; Família tem história e Tecendo minhas memórias.

Durante o ano letivo, também é reverenciada nos projetos as temáticas da Educação Ambiental na Escola - Lei 9.795/99 e a Cultura Afrodescendente - Lei 10.639/03 de acordo com a BNCC – Base Nacional Curricular Comum, com a finalidade de englobar as dez competências gerais que irão subsidiar a educação básica brasileira.

Sendo estas, o conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que buscam promover o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões, sejam elas: intelectuais, físicas, sociais, emocionais e/ou culturais. Espera-se que as crianças da Escola São Francisco de Assis, sejam capazes de utilizar os saberes conquistados, respeitando princípios universais, como: a ética, os direitos humanos, a justiça social e a sustentabilidade ambiental.

Os procedimentos para o acompanhamento do trabalho pedagógico e avaliação da aprendizagem das crianças, estão respaldados no DCNEI (2010), quais sejam: a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano; Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, vídeos, desenhos, produções, etc.); Realização de sondagem para mapear e conhecer as hipóteses que os alunos possuem e a partir delas planejar atividades específicas de aprendizagem, propondo situações capazes de gerar novos avanços para as crianças; Observação e registro sobre a continuidade dos processos de aprendizagens, por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transição no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/ensino fundamental).

Na Escola São Francisco de Assis, há crianças matriculadas que apresentam características de transtorno do neurodesenvolvimento e como no referido ambiente escolar, ainda não foi contemplada com uma Sala de Recursos multifuncionais, a sua equipe encaminha as crianças para a Sala da Escola Municipal Edivanilson Alecrim Machado, situada no mesmo bairro. Assim, a equipe pedagógica mantém um elo de parceria e colaboração com o Professor do AEE – atendimento educacional especializado da mesma, tanto no encaminhamento quanto no diálogo da necessidade de orientações as professoras que assistem as crianças ou mesmo encaminhamento ao CERMULT – Centro de Referência Multidisciplinar de Educação Inclusiva, da rede municipal de ensino que conforme o Decreto n° 362/2015,

Art. 2º. O Centro de Referência Multidisciplinar de Educação Inclusiva – CERMULT, a que alude o art.1º deste decreto, é um grupo de trabalho, o qual almeja em sua plenitude a igualdade de oportunidades para todas as crianças e adolescentes com Necessidades Especiais (NEE) matriculados na Rede

Pública Municipal de Irecê, seja de ordem cognitiva ou comportamental que apresente dificuldades no processo de apropriação do conhecimento.

Parágrafo Único. O CERMULT atenderá exclusivamente os Estudantes com Necessidades Educativas Especiais devidamente matriculados na Rede Pública Municipal de Irecê/BA.

Parafrazeando Brandão (2013), a investigação, a educação e a ação social convertem-se em momentos metodológicos de um único processo dirigido à transformação social. Mesmo quando a pesquisa sirva a uma ação social local e limitada como foco sobre uma questão específica da vida social, é o seu todo que está em questão.

Neste sentido, o paradigma da Inclusão, as diferenças humanas devem ser respeitadas, se reconhece que a Escola está provocando ou acentuando desigualdades associadas à existência das diferenças (pessoais, sociais, etc), surgem à necessidade de reformulação dos currículos, formas de avaliar, formação de Professores, adoção de uma política educacional mais democrática, onde todos os alunos são membros de direito da Sala Comum, sejam quais forem suas características pessoais, e o necessário fortalecimento entre escola, família e equipe multidisciplinar (saúde e educação).

2. AEE – Atendimento educacional especializado: desdobramentos da educação não-formal da Sala de Recursos Multifuncional.

Ao pensar de forma interventiva para atuar com estudantes público alvo da educação especial, seja no campo psicopedagógico, quanto no AEE - atendimento educacional especializado, para além da estrutura física, humana e formativa, é imprescindível ao profissional que atua com os estudantes com necessidades específicas, escolher com rigor os instrumentos que devem ser aplicados a cada um dos casos.

Esta escolha necessita de estudo sobre a condição clínica do estudante, o que será mensurado por meio de uma avaliação inicial, no caso do AEE, uma avaliação diagnóstica, posterior a entrevista familiar, onde se conhecerá através da anamnese, os históricos de: vida, saúde, escolar e terapias realizadas e/ou em processo de encaminhamento, avaliação e/ou terapias interventivas.

Porém, neste contexto serão observadas no estudante, quais são as habilidades já

adquiridas, e um olhar criterioso sobre as que ainda necessita se apropriar. Desta maneira, direcionar um trabalho planejado, ou seja, elaborar o plano de desenvolvimento individualizado (PDI) que contemple estas informações e incluir nele, atividades e instrumentos que potencializem o desenvolvimento acadêmico pleno, que subjuguem os obstáculos para a efetivação de uma aprendizagem inclusiva.

Parafraseando Poker (2013), O PDI serve para registrar os dados da avaliação do aluno e o plano de intervenção pedagógico especializado que será desenvolvido pelo professor na Sala de Recursos Multifuncional é constituído de duas partes, sendo a primeira destinada a informes e avaliação e a segunda voltada para a proposta de intervenção. São assim denominadas: Parte I – Informações e Avaliação do Aluno e Parte II – Plano Pedagógico Especializado.

Na Escola São Francisco de Assis, apesar de haver crianças com laudo matriculadas, estas ainda aguardam a oferta de uma sala de recursos multifuncionais, através do Programa Sala de Recursos Multifuncionais. Porém, isso não é empecilho para que as crianças sejam assistidas. A escola encaminha seus alunos para a Escola mais próxima, e que também está localizada no mesmo bairro. A sala de recursos da referida escola, foi uma das primeiras salas a serem implantadas na rede municipal de ensino.

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo que:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

A sala funciona nos dois turnos, e as crianças seguem um cronograma no contraturno ao da sala regular. São formados grupos de estudantes, levando em consideração uma triagem, após conhecimento de cada um dos casos, após os dados coletados com a família na entrevista e avaliação diagnósticas iniciais.

Antes do início dos atendimentos o Professor do AEE, seleciona: atividades

pedagógicas de leitura e escrita espontânea, ditado visual, jogos de encaixe para avaliar a coordenação motora, desenhos para observar a coordenação óculo manual, livros infanto-juvenis conforme a idade da criança que será atendida, banda musical e cantigas de roda, por exemplo.

Foi observado um cuidado peculiar, na seleção de cada um dos materiais, levando em consideração não apenas a condição clínica, mas também linguística. Uma das crianças apresentava deficiência motora nos membros superiores e sensorial – auditiva. O Professor especializado, também proficiente em Libras – língua brasileira de sinais, realizava a transcrição das atividades de português para Libras, ensinava a criança sinalizar e também a aprender o português como segunda língua.

Na educação não-formal, as metodologias operadas no processo de aprendizagem parte da cultura dos indivíduos e dos grupos. O método nasce a partir de problematização da vida cotidiana; os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizadas; os conteúdos não são dados a priori. São construídos no processo. O método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas. Penetra-se, portanto, no campo do simbólico, das orientações e representações que conferem sentido e significado às ações humanas. Supõe a existência da motivação das pessoas que participam. (GOHN, 2013, p.3-4)

Esta mesma criança também foi aluna na Escola São Francisco na educação infantil, e a equipe pedagógica desta, demonstrou ter um olhar peculiar e cuidadoso, também para os seus ex-alunos, acompanhando o desenvolvimento destes, e dos que atualmente foram encaminhados ao AEE. O profissional é receptivo e a troca saberes é evidente, desde o relatório escolar de anos anteriores, trocas com as Professoras e equipe pedagógica, sobre o desenvolvimento de cada estudante, como também suas preferências de brincadeiras, atividades, e jogos por exemplo.

Neste sentido, também é possível auxiliar o Professor especializado para eleger os instrumentos avaliativos e interventivos por trimestre, e de reavaliação o dia-a-dia com seus grupos, para observar se estão evoluindo, e direcionando as sugestões também para a sala de aula.

Desta forma, também são feitos os registros diários, nas pastas de cada um, em suas próprias atividades, ou por fotografias que subsidiarão os relatórios de final de ano,

e que serão entregues tanto as escolas, quanto as famílias. Disponibilizados também, aos terapeutas das crianças em avaliação ou já em processo de intervenção, para as que já apresentação diagnóstico médico. Porém, este documento só se torna acessível a todos estes sujeitos, após ser discutido e avaliado pelo profissional do AEE e o seu coordenador pedagógico escolar para possíveis sugestões pedagógicas complementares.

Considerações finais

As atividades e leituras sugeridas durante o estágio foram de suma importância, em especial para percebermos a conexão entre os textos e debates realizados durante a disciplina de Pesquisa e Estágio em espaços não escolares – Tirocínio do Mestrado PPGEAFIN, em parceria com estudos e encontros do Grupo de Pesquisa – Ação e Mobilização Social pela Educação a partir da Infância (AMEI).

As leituras sugeridas por cada um deles, nos auxiliaram a uma formação acadêmica e profissional de qualidade, e também subsidiaram para averiguar as demandas atuais que surgiram na Escola São Francisco de Assis, em razão de um trabalho pensado inicialmente para dar acesso à educação a crianças pequenas, mas que foram necessárias ações de diferentes grupos sociais para que este direito fosse concretizado.

Porém, o mais importante ainda está por ser superado, ou seja, a parceria e apoio integral das famílias para irem em busca da investigação multidisciplinar para refutar ou não um diagnóstico clínico de sua criança, buscar junto a equipe multidisciplinar - CERMULT, PSF e Escola, subsídios que garantam o desenvolvimento pleno destas, e aceitem as orientações da equipe pedagógica, como uma parceira e efetiva.

Parafraseando Vygotsky (1996), não é suficiente ter todo o aparato biológico da espécie para realizar uma tarefa se o indivíduo não participa de ambientes e práticas específicas que propiciem esta aprendizagem. Não podemos pensar que a criança vai se desenvolver com o tempo, pois esta não tem, por si só, instrumentos para percorrer sozinha o caminho do desenvolvimento, que dependerá das suas aprendizagens mediante as experiências a que foi exposta.

Deste modo, percebe-se, a necessidade de intervenção e medidas preventivas e orientação às famílias, seja na escola, comunidade ou através do próprio ambiente

familiar, na garantia de saúde tanto física, quanto mental da criança, as quais devem ser adotadas o quanto antes. A citar, por exemplo, a rotina familiar relacionada ao cumprimento de obrigações escolares e terapêuticas sem interrupções, contribuindo assim, como facilitadores do desempenho escolar.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicas Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. MEC/SECAD. 2005.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**/Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. 7. Ed. São Paulo: Ática, 2000.

_____. Ministério da Educação. **Dispõe sobre Orientações para a institucionalização da oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantada em escolas regulares**. Disponível em: www.mec.gov.br/secadi. Acesso em: 18. Março.2024.

_____, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009**. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União Brasília, nº190, 05 de outubro de 2009. Seção 01.p.17.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

BRANDÃO, Carlos R. **A pesquisa participante e a participação da pesquisa**. Disponível em: <https://apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/escritos/PESQUISA/PESQUISA%20PARTICIPANTE/A%20PESQUISA%20PARTICIPANTE%20E%20A%20PARTICIPA%C3%87%C3%83O%20DA%2>

OPESQUISA%20-%20rosa%20dos%20ventos.pdf. Acesso em 16 jun. 2024.

COLL, C. **Educação, escola e comunidade:** na busca de um compromisso. In: Comunidade e escola: a integração necessária. Pátio. Revista Pedagógica. Porto Alegre, Artes Médicas, ano 3, n.10, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
GADOTTI, M. A questão da educação formal/não-formal. Sion, Suisse: Institut International des Droits de l'enfant-IDE, 2005.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

IRECÊ. Escola Francisco de Assis. Projeto Político Pedagógico, 2023

_____. **Referencial curricular por ciclo de formação humana para a rede municipal de educação de Irecê**. Identidade e finalidade das escolas de educação infantil (ciclo da infância I), 2020.

POKER, Rodimar B. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

O (A) PEDAGOGO(A) NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: INTERVENÇÕES PREVENTIVAS PARA O ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA.

Kaonny Rodrigues da Silva⁴⁸
Daniela Lopes Oliveira Dourado⁴⁹

RESUMO

A narrativa presente neste trabalho tem como objetivo central compreender a atuação do(a) pedagogo(a) no combate ao abuso sexual infantil no espaço não formal a partir da experiência de estágio no Centro de Referência da Assistência social (CRAS). Essa narrativa é de abordagem qualitativa se baseando principalmente na valiosa experiência adquirida durante o estágio realizado e também em estudos biográficos. É fundamental ressaltar que esse tema tão delicado exige uma atenção especial e o envolvimento ativo de profissionais capacitados, como o pedagogo, que desempenha um papel crucial na proteção e no cuidado das crianças como garante no Estatuto da Criança e do Adolescente na Lei nº 8.069/90 a qual assegura a proteção, dignidade e integridade desses indivíduos. Por meio dessa narrativa, procuro promover uma reflexão mais abrangente sobre a importância do(a) pedagogo(a) atuar como agente de transformação social, levando em consideração as múltiplas dimensões do seu trabalho e a relevância de uma atuação preventiva na luta contra o abuso sexual infantil. A pesquisa revelou que o pedagogo desempenha um papel fundamental na prevenção e intervenção em casos de abuso sexual infantil, atuando não apenas na sala de aula, mas também de forma ampliada em espaços não-escolares, envolvendo a promoção de discussões sobre educação sexual, respeito, direitos das crianças, prevenção de violência e identificação de sinais de abuso. A presença ativa do pedagogo nesse contexto é crucial para promover o bem-estar e garantir os direitos das crianças.

Palavras-chave: Estágio, Educação Não-Formal; Abuso Sexual Infantil.

ABSTRACT

The narrative present in this work has as its central objective to understand the role of the pedagogue in combating child sexual abuse in the non-formal space based on the internship experience at the Social Assistance Reference Center (CRAS). This narrative has a qualitative approach, based mainly on the valuable experience acquired during the internship and also on autobiographical studies. This approach was classified as qualitative, based mainly on the valuable experience acquired during the internship and also on autobiographical studies. It is essential to highlight that this very delicate topic requires special attention and the active involvement of trained professionals, such as the pedagogue, who plays a crucial role in the protection and care of children as guaranteed in the Child and Adolescent Statute in Law No. 8,069 /90 which ensures the protection, dignity and integrity of these individuals. Through this narrative, I seek to promote a more comprehensive reflection on the importance of the pedagogue acting as an agent of social transformation, taking into account the multiple dimensions of their work and the relevance of preventive action in the fight against abuse child sex. The research revealed that the pedagogue plays a fundamental role in preventing and intervening in cases of child sexual abuse, working not only in the classroom, but also in an expanded way in non-school spaces, involving the promotion of discussions about sexual education, respect, children's rights, preventing violence and identifying signs of abuse. The active presence of the pedagogue in this context is crucial to promote the well-being and guarantee the rights of children.

Keywords: Tinternship; Non-Formal Education;; Child Sexual Abuse.

⁴⁸ Discente de licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XVI- Irecê/BA. E-mail: kaonny14@gmail.com

⁴⁹ Doutoranda em Difusão do Conhecimento DMMDC PPGDC UFBA-UNEB-IFBA. Mestre em Educação e Diversidade da Universidade do Estado da Bahia- UNEB, Campus XVI- Irecê/BA. E-mail: ddourado@uneb.br

1 INTRODUÇÃO

A narrativa que delinearemos neste trabalho busca proporcionar uma perspectiva viva e acessível, centrada na minha jornada como estudante de Pedagogia. Pretendo compartilhar uma experiência enriquecedora vivenciada durante o estágio no espaço não-escolar, destacando a atuação do pedagogo neste contexto, assim comenta Pirozzi (2014, p. 36):

Talvez de longa data se associe o pedagogo à escola; contudo, o papel do pedagogo é para além dos muros escolares. Dessa forma, uma temática bem pertinente para a reflexão é a pedagogia em espaços não escolares, algo novo, que surge como uma reafirmação da função do pedagogo como um profissional da educação, tendo seu campo de atuação não se restringindo exclusivamente ao universo escolar (Pirozzi, 2014, p.36).

O foco que trabalhei e irei relatar ao longo do trabalho é sobre a intervenção preventiva do pedagogo contra o abuso sexual infantil em ambientes não formais, fundamentada nas experiências do estágio e em estudos biográficos. A escolha desse tema surgiu durante o Estágio Supervisionado realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em 2022, na cidade de Irecê, interior da Bahia, junto aos colegas do curso de Pedagogia do Campus XVI-UNEB.

Aquela imersão no ambiente prático representou um marco significativo em minha formação acadêmica, permeado por diferentes variações e significados que transcendem a mera explicação verbal. Durante as observações iniciais, uma série de indagações surgiram, delineando o caminho da reflexão: Qual é o papel do pedagogo nesse contexto? Será que a atuação pedagógica se limita estritamente à sala de aula? Que temas podem ser abordados neste campo? Como posso me inserir de maneira efetiva como estagiária de Licenciatura em Pedagogia?

Essas indagações progressivamente se transformaram em pilares de conhecimento fundamental para minha trajetória acadêmica e profissional. Este estágio supervisionado baseou-se na minha formação e permitiu que eu pudesse vivenciar o que aprendi durante a graduação. Pimenta e Lima (2008, p.21) afirma que “o estágio assim realizado permite

que se traga a contribuição de pesquisas e o desenvolvimento das habilidades de pesquisar. Essa postura investigativa favorece a construção de projetos de pesquisa a partir do estágio.” E contribui também com “o estágio tem de ser teórico-prático, ou seja, que teoria é indissociável da prática.” (Pimenta e Lima, 2008, p. 7).

O estágio supervisionado transcende a dicotomia entre teoria e prática, representando a vivência efetiva no campo de atuação, moldada pela experiência em cada ambiente e contexto temporal. É um estágio que abre portas para oportunidades, proporcionando agregação de conhecimento, desenvolvimento pessoal, assimilação de saberes e prática efetiva através dessa experiência, pude compreender a importância da integração entre o conhecimento teórico adquirido na universidade e a aplicação prática no ambiente profissional.

As indagações surgiam a todo instante, será que a atuação pedagógica se limita estritamente à sala de aula? E logo eu tive a resposta com o estágio supervisionado no espaço não escolar CRAS que agregou meus conhecimentos essenciais para minha formação, não apenas como estudante, mas como futura profissional, pois me permitiu vivenciar de forma concreta os desafios e as possibilidades do campo de atuação. Assim, pude perceber a imensidão do campo pedagógico e pude desenvolver habilidades, adquirir novos aprendizados e consolidar minha identidade profissional, me preparando para os desafios e oportunidades que surgirão ao longo da minha trajetória.

O conhecimento adquirido durante o estágio se manifestou de forma significativa quando entrei em ação, traduziu na elaboração de projetos pensados sob medida para aquele determinado ambiente, pessoas ou comunidade de trabalho, e por sorte trabalhamos o tema que já estava posto no cronograma do espaço, como seria de nosso interesse e as vontades coincidiram começamos a escrita do projeto de estágio. Este campo prático consolidou e internalizou as funções previamente discutidas e estudadas ao longo do currículo acadêmico, estreitando a lacuna entre teoria e prática.

A integração entre teoria e prática, proporcionada pelo estágio, me permitiu a aplicação concreta dos conhecimentos teóricos, evidenciando a relevância e a eficácia das abordagens discutidas em sala de aula. Dessa forma, os projetos desenvolvidos durante o estágio refletiram não apenas na compreensão teórica, mas também na capacidade de

adaptação e inovação diante das demandas reais do campo profissional com a temática específica. Segundo a Pedagogia de Paulo Freire (1983), discutido por Gohn (2001, p.15)

há três fases bem distintas na construção do trabalho do educador social, a saber: o diagnóstico do problema e do que é preciso para solucioná-lo; a elaboração preliminar da proposta de trabalho propriamente dita; e o desenvolvimento do processo de participação de um grupo, ou de toda a comunidade, na implementação da proposta.

Mas afinal, qual seria o papel do pedagogo nesse contexto e quais temas podem ser abordados neste campo? Assim, o estágio revelou em mim como um espaço privilegiado para a consolidação e o enriquecimento do meu aprendizado como futura pedagoga, me proporcionando a preparação para atuar de forma qualificada e comprometida em minha futura carreira, oportunizando também a vivência e compreensão de forma prática o papel do pedagogo na promoção do bem-estar e na defesa dos direitos das crianças, contribuindo para uma atuação mais qualificada e comprometida nessa importante temática.

E foi daí que surgiu a proposta deste trabalho que tem como objetivo geral, *compreender a atuação do(a) pedagogo(a) no combate ao abuso sexual infantil no espaço não formal a partir da experiência de estágio no Centro de Referência da Assistência social (CRAS)*. Tendo como objetivos específicos, levantar campos de atuação do(a) pedagogo(a) para além do espaço escolar; analisar práticas de estágio em espaços não formal para o combate ao abuso sexual na infância; discutir o processo de estágio em espaços não formais na formação do(a) pedagogo(a).

Retorno então às questões que me fizeram refletir, qual é o papel do pedagogo nesse contexto e como posso me inserir de maneira efetiva como estagiária de Licenciatura em Pedagogia? A atuação do pedagogo no combate ao abuso sexual infantil nos espaços não-formais, como o CRAS, é ampla e abrangente, podendo contribuir com a sensibilização da comunidade, o apoio às vítimas, a prevenção por meio de atividades educativas, a intervenção pedagógica e a advocacia em prol dos direitos e da proteção das crianças que se coloca em primeiro lugar.

Durante a minha experiência no estágio pude notar que as práticas pedagógicas, quando implementadas de forma consistente e colaborativa, podem desempenhar um

papel significativo na proteção das crianças contra o abuso sexual e na garantia de um ambiente seguro e acolhedor, quando aplicadas com consistência e em colaboração com pais, responsáveis, cuidadores e a comunidade, têm o poder de ser uma linha de defesa na proteção das crianças contra o abuso sexual. Essas observações foram feitas durante o período de estágio na Assistência Social, CRAS e CREAS, em conjunto com a equipe de apoio, estudantes de psicologia e alguns estudantes do curso de licenciatura em pedagogia. Gohn afirma que

A escolha do tema gerador com a comunidade não pode ser aleatória, pré-selecionada ou imposta. A temática deve nascer a partir do cotidiano daquele grupo, considerando as características dos integrantes – como idade, gênero, nacionalidade, religião, crenças, hábitos de consumo – e a cultura e o modo de vida locais – que incluem práticas coletivas, divisão do trabalho no interior das famílias, relações de parentesco, vínculos sociais e redes de solidariedade (Gohn, 2001, p. 16).

Então para garantir a proteção da infância é crucial que cada criança tenha acesso a uma educação de qualidade e seja capacitada a assumir o papel de protagonista em sua própria história. A educação vai além da transmissão de conhecimento, ela envolve acolhimento, ensino e proteção, preparando os pequenos para enfrentar os desafios do mundo com sabedoria e confiança. Conforme afirmado por Freire (1996, p.25), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção".

Para compreender a atuação do(a) pedagogo(a) no combate ao abuso sexual infantil no espaço não formal pode notar o quão a atuação do(a) pedagogo(a) é fundamental estratégias como a promoção da educação sexual desde cedo, o estímulo ao diálogo aberto e acolhedor sobre o tema, a identificação de sinais de alerta em crianças e o fortalecimento da autoestima e autonomia dos pequenos são essenciais para protegê-los, todos esses conhecimentos sobre o assunto foram apresentados para o público durante a realização do projeto de estágio das estudantes de pedagogia.

Durante a execução do estágio, observamos e discutimos com públicos diferentes que faziam visitas ao CRAS da cidade de Irecê-Ba, em busca de algum apoio. Neste ambiente foi pensado e utilizado os espaços de espera, já que pela grande demanda, alguns aguardavam por horas seu atendimento. Na recepção da frente foram expostas imagens

que representavam a Campanha do dia 18 de maio- Dia do combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Como exemplo prático de intervenção preventiva do(a) pedagogo(a), pode-se implementar atividades educativas que abordem o respeito ao corpo, os limites pessoais e a importância de relações saudáveis, além de promover espaços seguros para que as crianças se expressem livremente sobre suas experiências e dúvidas.

De acordo com a música "Lugar de Criança É Na Escola" do cantor Fundcuca, podemos refletir sobre a importância da educação na formação das crianças: "Tem criança esperançosa no futuro / Tem futuro esperançoso na escola" (Fundcuca, Lugar de Criança É Na Escola), destacando a relevância do ambiente escolar e da atuação do(a) pedagogo(a) na promoção de um futuro seguro e promissor para as crianças, especialmente no que diz respeito à prevenção do abuso sexual na infância.

É fundamental reforçar a importância da educação, da presença da criança na escola e do papel do(a) pedagogo(a) na formação integral das crianças. Através de um ambiente educacional seguro e acolhedor, as crianças têm a oportunidade de florescer em todas as áreas da vida, tornando-se cidadãos preparados e confiantes para enfrentar o futuro com resiliência.

Como afirmou Paulo Freire, "Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda" Freire (1997, p.45). Portanto, cada esforço dedicado à educação das crianças é um investimento no presente e no futuro de uma sociedade mais justa, equitativa e próspera para todos os seus membros.

Ao fornecer uma educação sexual adequada à idade, promover diálogos abertos sobre segurança pessoal e sexual, e capacitar as crianças com habilidades de autodefesa, os educadores e funcionários criam um ambiente onde essas crianças se sentem capacitados e seguros para falar sobre suas preocupações e buscar ajuda quando necessário.

Além disso, o treinamento regular para a equipe sobre sinais de abuso, procedimentos de relato e políticas escolares reforça a importância da vigilância e da resposta rápida a possíveis situações de abuso. A educação não formal propõe atender a

população que se encontra em um estado financeiro vulnerável e com uma carência social (Pirozzi, 2014, p. 36). Ao estabelecer parcerias com famílias e comunidades, as escolas e redes de suporte, sendo esses espaços não formais, fortalecem sua capacidade de proteger e apoiar as crianças de maneira abrangente, tendo em vista que estarão sempre dispostos a ajudar essas pessoas em situações de vulnerabilidade.

Ao promover essa cultura de respeito correspondente, igualdade de gênero e empoderamento, esses espaços formais ou não formais, não apenas previnem o abuso sexual, mas também criam um ambiente acolhedor onde todas as crianças se sentem valorizadas e protegidas.

A equipe que nos recebeu no espaço, também ajudou com algumas informações valiosas, com idade do público, melhores horários para dialogar, objetos para uso das palestras e workshops, impressões de folders da campanha, entre outros. Decoramos todo o ambiente com o símbolo que representa o dia D. Utilizamos a frente do CREAS e a recepção da Assistência Social para ter uma roda de conversa com o público, alguns mais dispostos e outros mais reclusos a participar da proposta.

Quando essas práticas são integradas de forma completa e consistente, elas desempenham um papel fundamental na construção de um ambiente seguro e acolhedor para todas as crianças, permitindo-lhes prosperar e alcançar seu pleno potencial tanto escolar como pessoal.

Contamos com a presença da Secretária de Assistência Social, a Coordenadora do CRAS e do CREAS, convidamos duas estudantes de Psicologia que já estavam no último semestre do curso e fizemos um ótimo diálogo, apresentamos áudio, imagens, livros educativos infantis como o “Pipo e Fifi e Ensinado Proteção Contra a Violência Sexual na Infância” e fizemos outras indicações para alguns responsáveis, passamos audios informativos, falamos sobre as leis e tiramos dúvidas. Gohn afirma que o principal instrumento de trabalho do educador social é o diálogo. Não o simples “jogar conversa fora”, mas o diálogo tematizado, estruturado com base nas propostas das atividades (Gohn, 2007, p.15).

Disponibilizamos em áudio, cartazes e impressões sobre os direitos de toda criança e adolescente, contendo a proteção dos direitos da infância e da adolescência sendo que é garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reconhece crianças e adolescentes como portadores de direitos e estabelece que o Estado, a família e a sociedade têm a responsabilidade de proteger e promover esses direitos.

No artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) diz que todas as crianças e adolescentes têm direito à educação com o objetivo de promover o desenvolvimento integral de sua personalidade, preparar para o exercício da cidadania e qualificar para o trabalho. Esse artigo assegura, entre outras coisas, a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, o respeito por parte dos educadores, a possibilidade de contestar critérios de avaliação, a participação em entidades estudantis e o acesso a escolas públicas e gratuitas próximas de suas residências.

Ou seja, no artigo 53 do ECA reafirma os direitos que a criança e o adolescente têm, direito à proteção à vida e à saúde, mediante a adoção de políticas públicas que permitam o acesso a serviços públicos de qualidade, como escolas seguras e protegidas.

1.1 Campos de atuação do(a) pedagogo(a) para além do espaço escolar.

O pedagogo pode direcionar sua atuação para diversas áreas de conhecimento, tais como a Secretaria de Assistência Social, Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), instituições religiosas, Bibliotecas, Estabelecimentos Prisionais, Organizações Não-Governamentais e Associações Comunitárias, Centros Culturais, participação em Programas de Educação Ambiental, Núcleo Especial de atendimento a Mulher, entre outros espaços que abarcam os campos de atuação do(a) pedagogo(a).

Esta diversidade de ambientes propicia a contribuição para a promoção de práticas educativas e sociais voltadas ao desenvolvimento integral das pessoas, à garantia de direitos e à construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Gohn (2001) discorre sobre a educação não-formal:

Ela não deve ser vista, em hipótese alguma, como um tipo de proposta contra ou alternativa à educação formal, escolar. Tampouco deve ser definida pelo que não é, mas sim pelo que é – um espaço concreto de formação com a aprendizagem de saberes para a vida em coletividade (Gohn, 2001, p.14).

O papel do pedagogo nessas diferentes áreas é crucial para a implementação de ações educativas, o fortalecimento dos laços comunitários e a promoção do bem-estar social, evidenciando a importância de sua atuação para além do contexto escolar. É fundamental, assim, que o educador tenha sensibilidade para entender e captar a cultura local, a cultura do outro, as características exclusivas do grupo e de cada um dos participantes (Gohn, 2001, p. 16).

A atuação do pedagogo em espaços não escolares, como museus, centros culturais e ONGs, viabiliza a promoção de experiências educativas enriquecedoras que transcendem o ambiente convencional da sala de aula. Ademais, tais locais oferecem oportunidades para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que valorizam a diversidade cultural e fomentam a aprendizagem significativa. O estágio, ao propiciar o contato com esses distintos contextos, prepara o futuro pedagogo para atuar de forma mais abrangente e adaptável, contribuindo para uma formação mais competente e condizente com as demandas contemporâneas da educação. Segundo Gohn (2001, p.14) conforme citado por Parreira; José Filho, 2010, p. 246)

na década de 80 cresceram as demandas educacionais, possibilitando discussões e análises na sociedade e no meio popular para o atendimento às diversas problemáticas, tais como: [...] crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais, crianças vítimas de abuso sexual, contra o uso indevido de drogas para a juventude, e outros. Tais realidades possibilitam a busca de novos métodos para uma educação participativa, ampliada e democrática. (Gohn, 2001 Apud Parreira; José Filho, 2010, p. 246).

A diversidade de ambientes nos quais o pedagogo pode atuar proporciona uma contribuição significativa para a promoção de práticas educativas e sociais voltadas ao desenvolvimento integral das pessoas, à garantia de direitos e à construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Segundo Silva e Dias “O papel do pedagogo é de extrema importância em um espaço não-escolar, sendo capacitado para desempenhar uma função de mediador e articulador da aprendizagem em uma organização” (2016, p.2). Sendo assim, nota-se que a função do pedagogo, não se limita apenas a uma sala de aula, até mesmo quando se

assume uma, o pedagogo tem um leque de diversidade em ambientes de atuação que vão além do espaço escolar, podendo atuar em instituições culturais, espaços comunitários, organizações não governamentais e empresas. Sua atuação como mediador e articulador da aprendizagem contribui para o desenvolvimento humano em diferentes contextos, promovendo a construção de conhecimentos, a formação cidadã e o fortalecimento de práticas educativas inclusivas e transformadoras.

Dessa forma, podemos afirmar que o papel do pedagogo é essencial na promoção de uma educação mais abrangente e adaptada às demandas contemporâneas, indo além das fronteiras da sala de aula tradicional. Sua atuação como mediador e articulador da aprendizagem em espaços não escolares representa um importante agente de transformação social, capaz de influenciar positivamente o desenvolvimento integral das pessoas e a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e educacionalmente rica.

1.2 Práticas de estágio em espaços não formal para o combate ao abuso sexual na infâncial

No estágio em espaços não formal em que foi trabalhado o combate ao abuso sexual na infância, desempenhei uma função fundamental na promoção da proteção infantil. Dentre as práticas desenvolvidas durante esse período, destaquei a elaboração e implementação de atividades educativas voltadas para a prevenção do abuso sexual infantil, assim como a disponibilização de informações sobre os direitos das crianças e as formas de buscar ajuda quando for notado algo fora do comum.

Além disso, contribuí como estagiária colaborando na organização da campanha de conscientização junto à comunidade atendida pelo espaço não formal, participando ativamente em grupos de apoio a crianças vítimas de abuso sexual juntamente com o Centro Referencial de Assistência Especializada e o grupo de assistência social, oferecendo suporte emocional e orientação. A elaboração de materiais educativos, como cartilhas, vídeos ou jogos, direcionados à prevenção do abuso sexual infantil, também é uma prática relevante e muito popular quando é disponibilizada para a comunidade.

Outras atividades incluem a realização de palestras e workshops para pais e responsáveis, abordando sinais de alerta, formas de proteção e procedimentos em casos de suspeita ou ocorrência de abuso, o pedagogo também pode estar contribuindo com suporte emocional e orientação às vítimas de abuso sexual e suas famílias, ajudando-os a entender seus direitos, a lidar com o trauma e a buscar ajuda profissional quando necessário, podendo ser encaminhamento para serviços de assistência psicológica e jurídica. Além disso, o estagiário pode apoiar na articulação com órgãos competentes para encaminhamento e acompanhamento de casos identificados.

Dessa forma, o estágio neste contexto proporciona uma compreensão prática da amplitude e importância do papel do pedagogo na proteção infantil fora do ambiente escolar, contribuindo significativamente para sua formação profissional e sensibilização para a importância desse trabalho na sociedade.

Considerando que a função do pedagogo não se limita apenas entre quatro paredes, ou seja, uma sala de aula, o estágio neste contexto proporcionou uma compreensão prática. Nesse âmbito, o pedagogo vem desempenhar um papel crucial, podendo sensibilizar a comunidade sobre o abuso sexual infantil por meio de palestras, rodas de conversas, disponibilização de arquivos online e sites informativos em redes sociais, e distribuição de folders voltados para campanhas do dia 18 de maio - Dia do combate ao abuso e à exploração de crianças e adolescentes. Além disso, pode promover campanhas para pais, cuidadores e crianças sobre os primeiros sinais de abuso e como preveni-lo.

Visto que a formação exige uma capacidade de desenvolvimento de projetos e programas, o licenciando em pedagogia pode estar contribuindo com o desenvolvimento de programas de prevenção, colaborando a partir de suas experiências em educação e desenvolvimento infantil, adaptados às necessidades específicas da comunidade atendida pelo CRAS. Isso pode incluir a criação de materiais educativos, atividades lúdicas e programas de capacitação para os responsáveis pela criança e profissionais que trabalham com crianças.

Em casos que há suspeitas ou relato de abuso sexual infantil, o pedagogo pode desempenhar um papel de intervenção, trabalhando juntamente com outros profissionais

capacitados para o caso, como assistentes sociais e psicólogos, para garantir que a criança receba o apoio e proteção necessário. O estatuto da criança e do adolescente na Lei de nº8.069/90 no seu artigo 5º diz que nenhuma criança ou adolescente será objeto de discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, podendo ser punido pelo seu atentado.

No artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, define que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Brasil, 1988).

Além do trabalho direto com indivíduos e familiares, o profissional também pode se envolver em atividades de advocacia, defendendo políticas públicas que visem prevenir e combater o abuso sexual infantil, bem como promover o acesso a serviços de qualidade para as vítimas e seus familiares. Dessa forma, o pedagogo atua não apenas na esfera individual, mas também na busca por mudanças estruturais que promovam a proteção e o bem-estar das crianças e adolescentes.

A atuação do pedagogo em casos de abuso sexual infantil está alinhada com os princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº8.069/90) e na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Tais dispositivos legais reforçam a responsabilidade compartilhada da família, sociedade e Estado na garantia dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, destacando a importância da atuação profissional para assegurar a proteção, dignidade e integridade desses indivíduos.

1.3 O processo de estágio em espaço não-formal na formação do(a) pedagogo(a)

O estágio em espaços não formais é crucial para a formação do pedagogo, oferecendo experiências enriquecedoras que ampliam sua atuação profissional. Durante esse período, o pedagogo vivencia práticas educativas diversas, indo além do ambiente escolar tradicional, o que amplia seu repertório pedagógico e compreensão sobre as

múltiplas possibilidades de atuação. Libâneo (2010), diz que “A Pedagogia é uma reflexão teórica a partir e sobre as práticas educativas. Ela investiga os objetivos sociopolíticos e os meios organizativos e metodológicos de viabilizar os processos formativos em contextos socioculturais específicos” (Libâneo, 2010, p. 14).

Durante o meu estágio no espaço não formal, tive a oportunidade de desenvolver habilidades de planejamento e execução de atividades educativas inovadoras, adaptadas ao contexto específico do espaço em questão. Além disso, o contato com diferentes realidades e demandas contribui para a formação de um profissional mais sensível, criativo e capaz de atender às necessidades educacionais de forma mais abrangente.

No dia 18 de maio de 2022, seguimos a programação do CRAS, CREAS e da Assistência Social, saímos todos com blusas personalizadas, disponibilizadas pela prefeitura, distribuimos adesivos personalizados, folders, e lápis decorado com uma florzinha de E.V.A feita por nós estagiárias e toda a equipe do local, simbolizando o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

A interação com equipes multidisciplinares e a articulação com a comunidade também são aspectos enriquecedores do estágio em espaços não formais, permitindo ao estagiário compreender a importância do trabalho colaborativo e da integração entre diferentes atores envolvidos no processo educativo. Essa vivência contribui para uma visão mais ampla e integrada da educação, alinhada com as demandas contemporâneas da sociedade.

Tendo em vista que, o estágio em espaços não formais possibilita ao pedagogo uma maior compreensão das especificidades e desafios do contexto social em que está inserido, fomentando uma postura crítica e reflexiva em relação à sua prática profissional. Dessa forma, o estágio desempenha um papel significativo na formação do pedagogo, preparando-o para atuar de forma mais abrangente e comprometida com a promoção de uma educação mais inclusiva, contextualizada e transformadora.

O estágio supervisionado tem grande importância na formação inicial do docente, permitindo aos licenciandos um contato direto com o espaço em que poderão atuar no futuro, vivenciam o processo de ensino e aprendizagem sob uma ótica ampla, direcionada

por um professor. Esse contato ajuda no desenvolvimento da carreira profissional do pedagogo, aproximando o estudante de uma realidade que futuramente será ministrada por ele. Proporciona conhecimento e experiências práticas que contribuem para o desenvolvimento da competência do futuro profissional em espaços considerados como não-formais.

Nesse período de experiências práticas tivemos a oportunidade de irmos ao comércio da cidade, à rodoviária, aos postos de gasolina, às casas lotéricas, às praças públicas, dialogamos com a comunidade explicando o que a data entra na proposta das campanhas 'Maio Laranja' e 'Faça Bonito', que visam a luta pela causa e pelos direitos de crianças e adolescentes em todo o Brasil, através de uma mobilização social envolvendo a população, entidades e órgãos governamentais e sociais. Falamos sobre as Leis, como denunciar e toda essa campanha foi um sucesso.

Segundo a Secretaria Nacional de Assistência Social e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no Brasil, o dia de 18 de maio foi instituído pela Lei nº 9.970 de maio do ano 2000 como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, lembrando o caso da Araceli, menina de 08 anos que foi estuprada e assassinada por jovens da sua cidade, no dia 18 de maio, deixando um marco na história da sociedade.

Além disso, o componente curricular Estágio Supervisionado em espaço não formal apresenta uma análise acerca da educação a ser realizada em outros espaços educativos, permitindo conhecer a realidade de outras instituições. Essa modalidade de educação nos faz refletir sobre a prática pedagógica no seu sentido mais amplo, envolvendo a história de vida do sujeito voltada para o contexto sociocultural. Segundo Libâneo,

Nenhum investigador e nenhum educador prático poderá, pois, evadir-se da pedagogia, pois o que fazemos quando tentamos educar pessoas é efetivar práticas pedagógicas que irão constituir sujeitos e identidades. Por sua vez, sujeitos e identidades se constituem enquanto portadores das dimensões física, cognitiva, afetiva, social, ética, estética, situados em contextos socioculturais, históricos e institucionais. (Libâneo, 2005, p.2).

O educador enquanto licenciado em pedagogia pode e deve atuar necessariamente através das práticas pedagógicas que moldam sujeitos e identidades, utilizando métodos,

estratégias e abordagens para um melhor acompanhamento e desenvolvimento dos alunos/público. Nesse sentido, a aplicação das práticas pedagógicas não apenas transmite conhecimento, mas também ajudam a formar as identidades e os sujeitos. Isso significa que a educação não se limita apenas à transmissão de informações, mas também envolve o desenvolvimento pessoal e social dos alunos. Libâneo também afirma que:

O trabalho docente deve ser contextualizado histórica e socialmente, isto é, articular ensino e realidade. O que significa isso? Significa perguntar, a cada momento, como é produzida a realidade humana no seu conjunto; ou seja, que significado têm determinados conteúdos, métodos e outros eventos pedagógicos, no conjunto das relações sociais vigentes. (Libâneo, 1985, p.137).

Nesse sentido, a atuação do educador transcende a mera transmissão de conhecimento, tornando-se essencial na promoção do pensamento crítico, da autonomia e da formação integral dos estudantes. Ao contextualizar historicamente o ensino e relacioná-lo com a realidade social, o educador tem o papel de estimular a reflexão sobre o mundo e as relações sociais, contribuindo para a construção de uma consciência cidadã e para o desenvolvimento de indivíduos capazes de atuar de forma consciente e participativa na sociedade em que estão inseridos.

Quando falamos sobre os espaços formais e não formais como campo de atuação do pedagogo, bem como a importância do estágio na formação profissional, pode-se afirmar que ela é fundamental para a formação integral do pedagogo, proporcionando experiências práticas que complementem a teoria aprendida durante o curso. De acordo com o (PARECER CNE\CP 28\2001, p.10) o estágio pode ser

[...] entendido como o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário (PARECER CNE\CP 28\2001, p.10).

Dessa maneira essa formação e estágio nesses diversos espaços envolve vários aspectos como, por exemplo, as salas de aula onde o pedagogo atua diretamente como professor, realizando planejamento, mediando cotidianamente as turmas, executando atividades educativas, atua também como coordenador pedagógico trabalhando na organização do currículo da escola, no projeto político pedagógico, supervisionando e apoiando os professores, desenvolvendo projetos educacionais e implementando práticas

pedagógicas inovadoras, podendo colaborar com orientações educacionais, auxiliando os alunos em suas trajetórias acadêmicas e pessoais, o que exige habilidades para “saber observar, descrever, registrar, interpretar e problematizar e, conseqüentemente, propor alternativas de intervenção” (Pimenta, 2001, p. 76)

A gestão escolar também é uma área na qual o pedagogo pode atuar, agregando com a organização e administração da instituição de ensino. O desenvolvimento do currículo escolar faz parte de uma construção coletiva, sendo assim a atualização do documento é feito com a participação de todos incluindo o pedagogo, garantindo assim que atenda às necessidades dos alunos e às diretrizes educacionais.

Neste contexto, é importante ressaltar a relevância do estágio como uma oportunidade valiosa para que o futuro pedagogo adquira habilidades essenciais para lidar com a diversidade de contextos educativos, tais como adaptação, criatividade e inovação. Como afirma Pimenta (2012): “[...] escolhem, separam aquilo que consideram adequado, acrescentam novos modos, adaptando-se aos contextos nos quais se encontram. Para isso, lançam mão de suas experiências e dos saberes que adquiriram” (Pimenta, Lima, 2012, p. 35).

Além disso, o estágio oferece a chance de refletir sobre as diferentes demandas e realidades presentes nos ambientes escolares e não escolares, contribuindo para uma atuação mais abrangente, inclusiva e sensível às necessidades dos indivíduos e grupos atendidos.

Dessa forma, a formação por meio do estágio se revela como um pilar fundamental na preparação do pedagogo para atuar de maneira significativa e transformadora no campo educacional. O estágio supervisionado tem grande importância na formação inicial do docente, permitindo aos licenciandos um contato direto com o espaço, com a realidade em que o pedagogo pode atuar, vivenciando o processo de ensino e aprendizagem sob uma ótica ampla de atuação direcionada por um professor.

2 METODOLOGIA DE ABORDAGEM QUALITATIVA DE INVESTIGAÇÃO NO RELATO DE PESQUISA NARRATIVA

O método utilizado foi a pesquisa-ação, Corrêa; Campos e Almagro, enfatizam que

[...] é uma estratégia de intervenção social, que oportuniza aos envolvidos discutirem, refletirem sobre seus próprios problemas em busca de soluções possíveis. Esta metodologia contribui no sentido de permitir, aos pesquisadores e os sujeitos envolvidos na pesquisa, interagirem e interferirem no seu próprio ambiente, sem, contudo, separar a pesquisa da ação pensada para a solução do problema, instrumentalizando-os para serem capazes de, partindo da situação-problema, mobilizarem conhecimentos e experiências – teoria e prática – na busca da transformação da realidade (Corrêa et al, 2018, p. 10).

As autoras ainda complementam com “pesquisa-ação se dá no desenvolvimento da ação e da teoria, ou seja, o estudo teórico do problema em questão se processa, paralelamente, ao acompanhamento da ação” (Corrêa, Campos e Almagro, 2018, p. 5).

Na linha de abordagem qualitativa, a qual é essencial para pesquisas que buscam capturar a complexidade e a diversidade das experiências humanas e sociais. Quando utilizada com a tipologia pesquisa narrativa temos a oportunidade de coletar, analisar e apresentar dados de um grupo ou população. Durante o estágio contamos com os dispositivos de análise de documentos, projeto de intervenção, diário de bordo e observação participante. Tive a liberdade de intervir durante a regência de estágio no campo de educação não formal, sendo sujeito participante da pesquisa, podendo pôr em práticas as aprendizagens obtidas durante o período de curso, colocando sempre a teoria fundamentada a frente de todas as ações, sendo elas orientadas e supervisionadas pelo professor-orientador.

Durante os diálogos com o público alvo obtivemos esses dados, que pode se basear na ideia de que as histórias não são apenas uma maneira de comunicar experiências, mas também uma forma poderosa de compreender as dificuldades individuais e coletivas. Creswell (2014) afirma que utilizar essa metodologia é compatível pois, “[...]um problema ou questão precisa ser *explorado*. Por sua vez, essa exploração é necessária devido à necessidade de estudar um grupo ou população, identificar variáveis que não podem ser medidas facilmente ou escutar vozes silenciadas.” (2014, p. 52).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, posso dizer que se existe um problema em questão esse precisa ser pesquisado dentro do ambiente, fazendo com que o grupo ou

população estejam presentes e a vontade para expressar suas dificuldades de modo individual e/ou socializando com o coletivo, podendo dizer que:

Conduzimos pesquisa qualitativa porque precisamos de uma compreensão *complexa* e detalhada da questão. Esse detalhe só pode ser estabelecido falando diretamente com as pessoas, indo até suas casas ou locais de trabalho e lhes possibilitando que contem histórias livres do que esperamos encontrar ou do que lemos na literatura (Creswell, 2014, p. 52).

Desse modo, a escolha da pesquisa qualitativa vem dar poder aos indivíduos, ou seja, encoraja-os a se comunicarem para que possam ser pesquisados e estudados. É como afirma Creswell (2014), “conduzimos pesquisa qualitativa quando desejamos dar poder aos indivíduos, para compartilharem suas histórias, ouvir suas vozes e minimizar as relações de poder que frequentemente existem entre um pesquisador e os participantes de um estudo.” (Creswell, 2014, p. 52).

E junto a isso, “Conduzimos uma pesquisa qualitativa porque queremos compreender os textos ou ambientes em que os participantes de um estudo abordam um problema ou questão” (p. 52).

Já no relato de pesquisa narrativa, segundo Clandinin e Connely (2000, p.20) as escritas são definidas como “uma forma de entender a experiência”, ou seja, é um encontro de informações do pesquisador com experiências vividas.

Para Czarniawska (2004, p.17) essa estratégia é definida em que “a narrativa é entendida como um texto falado ou escrito, dando conta de um evento/ação ou séries de eventos ou ações cronologicamente conectados” em outras palavras posso dizer que a narrativa relata experiências individuais ou coletivas de acontecimentos cronologicamente definidos dando significados a esses momentos.

Clandinin e Connely (2000 Apud John; Creswell, 2014, p. 69) também conceitua que “Histórias narrativas frequentemente são ouvidas e classificadas pelos narradores dentro de uma *cronologia*, embora possam não ser contadas dessa forma pelo(s) participante(s)” e complementa com “Ocorre uma alteração temporal quando indivíduos falam sobre suas experiências e suas vidas. Eles podem falar sobre o seu passado, seu presente ou seu futuro”

Na pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002), ela é realizada

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discensis/index>
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Para Gil (2002, p.44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Para Severino (2007), a pesquisa bibliográfica realiza-se pelo:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

A pesquisa bibliográfica, conforme Amaral (2007), é considerada uma parte fundamental em todo o trabalho científico que influenciará as demais etapas da pesquisa, na medida em que der o embasamento teórico em que o trabalho dará seguimento. Consiste assim no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações que fazem relações com a pesquisa (Amaral, 2007).

Segundo Macedo (1994, p. 13), a pesquisa bibliográfica: “Trata-se do primeiro passo em qualquer tipo de pesquisa científica, com o fim de revisar a literatura existente e não redundar o tema de estudo ou experimentação”. Desta forma para Lakatos e Marconi (2003, p. 183): “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

3 ANÁLISE DE ESTÁGIO

O primeiro estágio obrigatório presente no currículo acadêmico do curso de Licenciatura em Pedagogia, me oportunizou enxergar com outros olhos a abrangência que o pedagogo pode atuar, fiquei encantada com o campo não-formal e como tudo tinha ligação com a educação. Na Resolução de N° 1821/2015 da Universidade do Estado da Bahia, conclui que

O Estágio Curricular Supervisionado se constitui como um espaço de articulação teórico-prática dos conhecimentos necessários à formação profissional em desenvolvimento, oportunizando ao discente a vivência do processo ensino-aprendizagem nos diferentes espaços formativos (UNEB, Resolução N°1821/2015, p.3).

Poder realizar, aprender na prática com o outro sendo supervisionado e orientado por um professor foi bastante rico para minha carreira profissional, pude colocar minhas ideias e vontades a partir da educação naquele ambiente, que por um lado positivo era bastante amplo. Proferindo ainda da resolução de n°1821/2015 reitera que

Trata-se de uma importante etapa de aperfeiçoamento na formação profissional, um desafio para o discente que se dá através de sua inserção numa realidade concreta onde, ainda vivenciando o processo formativo na Universidade, procura através de atividades de planejamento, execução e avaliação, estabelecerem relações entre os conteúdos aprendidos e o efetivo exercício profissional. (UNEB, Resolução N°1821/2015, p.3)

Embora a lei brasileira seja clara, no sentido de orientar a atuação dos egressos dos cursos de Pedagogia, tanto na Educação Formal quanto na Não-formal, a forma como esta orientação se materializa nos cursos de licenciatura em Pedagogia tem se apresentado um tanto quanto desequilibrada nesse sentido.

Isto é, tem sido ofertada uma formação voltada quase que em sua totalidade para a atuação do pedagogo na escola formal sendo 2 estágios, em detrimento de uma formação também voltada para os espaços não-formais de ensino, podendo ser apenas 1 experiência.

O curso de Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos Cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (BRASIL MEC, 2005, p.1).

Muitas mudanças já ocorreram no curso de Pedagogia desde sua criação, no entanto, destaco a partir da LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 20 de dezembro de 1996), vejamos a identidade do Pedagogo. Na LDB 9394/96, em seu artigo 64, diz que: “A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção supervisão e orientação educacional para educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantia, nesta formação, a base comum nacional.”

Sendo assim fica claro a importância da pedagogia para a vida profissional do educando. Não se faz formação do profissional da educação sem a vivência do processo ensino aprendizagem nos diferentes espaços formativos. O estágio facilita no desenvolvimento da carreira profissional do pedagogo, ele aproxima o estudante a uma realidade que futuramente será ministrada por ele, proporcionando o conhecimento e as experiências práticas que irão desenvolver competências do futuro profissional em espaços considerados como não-formal. (Moreira e Oliveira, 2022).

A proposta de estágio no espaço não-formal teve como intuito apresentar e discutir com público presentes no espaço, abordando a temática da prevenção ao abuso sexual na infância. O tema gerou repercussão e ainda hoje é considerado constrangimento por trazer repulsa e emoções intensas. Frente a isso, se faz necessário à sua abordagem, de forma a prevenir vidas, zelando pelo desenvolvimento e proteção das crianças e adolescentes, além de responsabilizar os autores da respectiva violência através de denúncias.

Essa proposta trouxe para a realidade do público-alvo um assunto pouco debatido entre pessoas que sofrem ou já sofreram. É importante abordar o assunto em ambientes não-formais, onde se concentra grande parte da população que contém alguma vulnerabilidade que procura um espaço de apoio que se sintam acolhidos, protegidos e à vontade para se expressarem em busca de seus direitos violados, se limitando e criando um bloqueio onde acarretam consequências psicológicas.

4 CONSIDERAÇÕES

A Educação não formal tem sido objeto de debates na área educacional recentemente. A partir das experiências e estudos realizados durante esta pesquisa, reconheço a sua importância como um campo de atuação tão relevante quanto a educação formal. É uma esfera que sempre esteve presente e que continuará a contribuir significativamente para o desenvolvimento da qualidade de vida e dos estudos de crianças e adolescentes.

É fundamental compreender que a formação integral do indivíduo não se restringe aos ambientes escolares. Como evidenciamos, sabemos que a educação não formal

desempenha um papel crucial na construção de conhecimento, valores e habilidades essenciais para o pleno desenvolvimento das crianças e dos jovens.

Ao mencionar o espaço não formal como um marco, almejo ressaltar que o papel do pedagogo ou professor transcende as fronteiras da sala de aula, assumindo uma relevância crucial na esfera social como um todo. Como futura pedagoga, compreendo agora que a mediação pedagógica vai além da mera transmissão de conteúdos e atividades visando avaliações padronizadas. Ensinar é, também, nutrir relações de afeto, cuidado e atenção ao próximo. O espaço não-formal demanda profissionais capacitados e munidos de conhecimentos que extrapolam os limites da sala de aula ou de ambientes formais de ensino, independente do conteúdo a ser abordado.

O estágio supervisionado realizado no CRAS proporcionou-me a percepção de que a comunidade anseia pela nossa presença, ressaltando a importância do diálogo em todos os contextos, a universalidade dos direitos e deveres, independentemente da faixa etária, e a necessidade de expandir técnicas de mediação para além dos limites físicos. Observou-se, também, que a escola, por si só, não é capaz de suprir todas as demandas educacionais, tornando evidente a necessidade de sincronia entre os diversos processos de ensino, formal, informal ou não formal, para que ocorra de forma coletiva, simultânea e eficaz.

Diante da experiência de estágio no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e da observação da atuação do(a) pedagogo(a) no combate ao abuso sexual infantil no espaço não formal, foi possível compreender a relevância e o papel desse profissional nesse contexto específico. A pesquisa revelou que o pedagogo desempenha um papel fundamental na prevenção e intervenção em casos de abuso sexual infantil, atuando não apenas na sala de aula, mas também de forma ampliada em espaços como o CRAS.

A atuação pedagógica no combate ao abuso sexual infantil vai além do ensino de conteúdos curriculares, envolvendo a promoção de discussões sobre educação sexual, respeito, direitos das crianças, prevenção de violência e identificação de sinais de abuso. Esses temas emergem como fundamentais para a formação integral dos indivíduos e para a construção de uma sociedade mais justa e segura para as crianças.

Como estagiária de Licenciatura em Pedagogia, é possível se inserir de maneira efetiva nesse contexto por meio do desenvolvimento de atividades educativas, orientações para famílias e comunidade, articulação com outros profissionais e instituições, além da escuta atenta às demandas das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A interdisciplinaridade e a sensibilidade para lidar com casos delicados são essenciais para contribuir significativamente no enfrentamento do abuso sexual infantil.

Diante do exposto, enfatiza-se a importância da atuação dos estagiários de Pedagogia no CRAS, que podem potencializar seu papel ao aprimorar constantemente seus conhecimentos sobre o tema, participar de capacitações específicas, fortalecer parcerias interinstitucionais e manter-se atualizados sobre as políticas públicas e diretrizes relacionadas à proteção da infância. A presença ativa do pedagogo nesse contexto é crucial para promover o bem-estar e garantir os direitos das crianças, exigindo um engajamento contínuo e comprometido com essa causa significativa.

O estágio oferece a oportunidade de vivenciar e compreender de forma prática o papel do pedagogo na promoção do bem-estar e na defesa dos direitos das crianças, contribuindo para uma atuação mais qualificada e engajada nesse tema relevante. O artigo 53 do ECA reafirma os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, incluindo o direito à proteção à vida e à saúde, por meio da implementação de políticas públicas que assegurem acesso a serviços públicos de qualidade, como escolas seguras e protegidas.

Segundo a Secretaria Nacional de Assistência Social e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no Brasil, o dia 18 de maio foi instituído como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes pela Lei nº 9.970/2000, em memória do caso de Araceli, menina de 8 anos estuprada e assassinada por jovens em sua cidade nessa data. Portanto, é uma data crucial para conscientizar a sociedade sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, incentivando ações de prevenção ao longo do ano para proteger efetivamente essa parcela vulnerável da população.

O papel do pedagogo vai além das práticas educativas tradicionais, envolvendo um compromisso social e ético na defesa dos direitos das crianças e adolescentes, visando construir uma sociedade mais justa e segura para as gerações atuais e futuras.

5 REFERÊNCIAS

A Segurança nas Escolas. **Necessidade de Políticas Públicas e Comparação Internacional**. 2023. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90>>. Acesso em: 25, maio, 2024.

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza. CE: Universidade

Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Ementa Constitucional nº 101/2019. - Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. 371 p.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação\ Conselho Pleno**. Parecer CNE\CP 28\2001. Estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>. Acesso em: 15, jun., 2024.

Clandinin, D.J., & Connelly, E.M. (2000). Narrative inquiry: Experience and story in qualitative research. San Francisco: Jossey-Bass.

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. Resolução n.º 1821/2015 - CONSEPE: Regulamenta Estágio Supervisionado EAD. Disponível em: <<https://unead.uneb.br/wp-content/uploads/2019/09/RESOLU%C3%87%C3%83O-N.%C2%BA-1821-2015-CONSEPE-REGULAMENTA-EST%C3%81GIO-SUPERVISIONADO-EAD.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2024.

CORRÊA, G. C. G., et al. Pesquisa-ação: uma abordagem prática de pesquisa qualitativa. Ensaios Pedagógicos (Sorocaba), vol. 2, n.1, jan./abr.2018, p.62-72.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens / John W. Creswell; tradução: Sandra Mallmann da Rosa; revisão técnica: Dirceu da Silva. - 3. ed. - Porto Alegre: Penso, 2014. 341 p.; 25 cm.

CZARNIAWSKA, B. (2004). **Narratives in social science research**. Thousand Oaks, CA: Sage.

Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL.

Federal do Ceará, 2007. Disponível em:

<<http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>>Acesso em: 23. maio. 2024.

Formação Pedagógica. **Papel do Pedagogo na Educação:** Conheça Tudo Sobre Essa Profissão. Disponível em: <<https://r2formacaopedagogica.com.br/o-papel-do-pedagogo-na-educacao-tudo-que-voce-precisa-saber/>>. Acesso em: 29, abr., 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 45. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 14^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

fundamentação do trabalho de pesquisa. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1994.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política:

impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 2 ed. São

J.C. LIBÂNEO. **As Teorias Pedagógicas Modernas Resignificadas Pelo Debate Contemporâneo Na Educação.** Goiânia, GO. 2005. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Graduacao/Espacodoaluno/PET-ProgramadeEducacaoTutorial/Pedagogia/capitulo-libaneo.pdf>. Acesso em: 05, jun., 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo,

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: A pedagogia crítico social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985. 149p.

MACEDO, N. D. Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a

MOREIRA, Joelma Lima; OLIVEIRA, Jussara de Fátima Alves Campos. A Educação em ambientes não escolares: um relato de experiência. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n° 31, 23 de agosto de 2022.

Não-fronteiras: universos da educação não-formal / prefácio Olga Rodrigues de Moraes von Simson; texto Maria da Glória Gohn; dados quantitativos Renata Sieiro Fernandes; Ilustração Andrés Sandoval, Mariana Zanetti. -- São Paulo: Itáu Cultural, 2007. 96 p.: il. color.; 21 cm x 24 cm (Rumos Educação Cultura e Arte, 2).

PARREIRA, Lúcia Aparecida. JOSÉ FILHO, Pe. Mário. A Educação Não Formal: Desafios De Uma Prática Pedagógica. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 19, n. 1, p. 241-268, 2010.

Paulo: Cortez, 2001.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e Docência** \ Selma Garrido Pimenta, Maria do Socorro Lucena Lima; revisão técnica Jose Cerchi Fusari, – 7. Ed – São Paul: Cortez, 2012. – (Coleção docência em formação. - Serie saberes pedagógicos).

PIMENTA, Selma Garrido. **O Estágio na Formação de Professores:** Unidade Teoria e Prática? 4^a ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PIRROZI, Giani Peres. Pedagogia em espaços não escolares: qual é o papel do pedagogo? *Revista Educare*, 2014. Disponível em: <http://docplayer.com.br/403088-Pedagogia-em-espacos-nao-escolares-qual-e-o-papel-do-pedagogo-pedagogy-in-non-scholar-places-what-is-the-role-of-the-educator.html>. Acesso em: 23, maio, 2024.

Revista Educação Pública. A Educação em ambientes não escolares: um relato de experiência. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/31/a-educacao-em-ambientes-nao-escolares-um-relato-de-experiencia>>. Acesso em 01, abr., 2024.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SNAS. **Secretaria Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/o-suas-no-combate-ao-abuso-e-a-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes/>>. Acesso em: 25, jun., 2024.

SOUZA, Eliseu Clementino. *O conhecimento de si: Narrativas do itinerário escolar e formação de professores*. Tese de doutorado - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Bahia, Brasil, 2004.

SP: Atlas 2003.



Portal de Periódicos da UNEB
www.revistas.uneb.br



REVISTA CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - CAMPUS XVI - IRECE

V. 9, N. 1, JAN-DEZ, 2024 | ISSN ELETRÔNICO: 2317-0522

PÓS-GRADUAÇÃO

DCHT - XVI
Departamento de Ciências
Humanas e Tecnologias - Irecê



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



**ESCRAVIZADOS NO LIVRO
DIDÁTICO: ENTRE IMAGENS E
CONTEXTOS** | Ariella Barros de Sena⁵⁰

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a representação dos escravizados no livro didático de História destinado ao 7º ano do Ensino Fundamental II, observando como as novas abordagens sobre a escravidão negra são trabalhadas, tanto nas imagens quanto nos textos que as acompanham. A análise é conduzida de forma descritiva, com apoio de embasamentos teóricos de autores como Circe Bittencourt (2011), que discute os livros didáticos; Sidney Chalhoub (1990) e Kátia M. de Queirós Mattoso, que abordam a sociedade escravista; Paulo Knauss (2006) e Ulpiano T. Bezerra de Meneses (2003), que oferecem uma perspectiva crítica no estudo das imagens. Acredita-se que essas análises possam destacar a relevância de um trabalho crítico sobre a representação dos escravizados nos diversos meios de conhecimento, especialmente nos livros didáticos, que desempenham um papel fundamental no processo de construção do aprendizado.

Palavras-chave: Escravidão. Imagens. Livro didático. Escravizados.

⁵⁰ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN), do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT-CAMPUS XVI), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Bolsista CAPES. Integrante do projeto “Escravidão, sociedade e economia na vila de Jacobina (séculos XVIII e XIX)”. E-mail: ariellabarro89@gmail.com

INTRODUÇÃO

Com os trabalhos desenvolvidos pela Nova Historiografia as discussões sobre escravidão vêm sendo revistadas e sofrendo significativas alterações. Partindo dos olhares lançados por essa Historiografia Contemporânea, este artigo tem como objetivo perceber como o livro didático de História está trabalhando as novas abordagens na área da escravidão negra, ao apresentar as imagens e os respectivos textos que as acompanham. De tal modo analisei como os negros escravizados foram representados nas imagens presentes nos livros didáticos do 7º ano do Ensino Fundamental II.

O livro didático é um importante suporte pedagógico usado por alunos e professores no processo de construção do conhecimento escolar. É um material que sofre diversas interferências durante seu processo de produção até chegar às escolas e ser utilizado. Sendo, “importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura” (Bittencourt, 2010, p.72), deve ser aproveitado de forma crítica, tanto por professores como por estudantes.

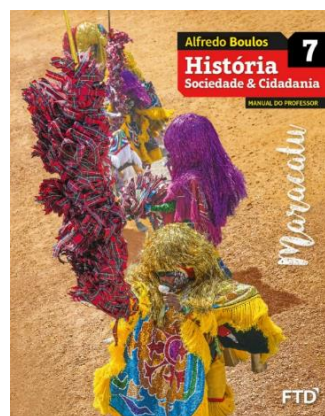
Os livros didáticos abordam vários conteúdos de forma sistemática, transmitindo de tal modo o saber acadêmico para o escolar. Como bem lembrou Circe Bittencourt (2011), “no Brasil, os livros didáticos de história tem sido os mais investigados pelos pesquisadores, e foram igualmente muito comuns análises de conteúdos escolares em uma perspectiva ideológica” (Bittencourt, 2011, p. 304). Compreendendo a importância das imagens como uma forma pedagógica de ensino e aprendizagem, analisei tanto por si só, como de forma contextualizada com os textos e títulos.

Ulpiano T. Bezerra de Meneses (2003, p. 19) destaca que vários historiadores têm se mostrado preocupados com o uso das imagens, e que “muitos apontam a importância das fontes visuais a partir dos anos 1960, e mesmo antes, fundamentando-se na ampliação da noção já agora consolidada de documento, em História e, portanto, na abertura de novos horizontes documentais”.

Os escravizados como demonstrou Eugene Dominick Genovese, (1988) “lutaram para tornar a vida tolerável e para vive-la com o máximo possível de alegria” (Genovese, 1988, p. 477), não foram seres passivos, pelo contrário, agiram muitas vezes em prol da sua própria liberdade e dos seus. Buscaram estratégias de melhor viver dentro do sistema

escravista, nesse sentido, as críticas feitas por Sidney Chalhoub (1990) às abordagens do "escravo-coisa", também são relevantes para pensar a imagem do negro escravizado nos livros didáticos.

Para tanto, considerei dois livros didáticos de história do 7º ano do Ensino Fundamental II, logo fazendo uma descrição crítica do que encontrei nos capítulos com enfoques voltados para a escravidão. Os livros utilizados foram um da editora Moderna, intitulado *Se liga na história*, 1ª edição, 2022, das autoras Patrícia Ramos Braick⁵¹ e Anna Barreto⁵². E o outro da editora FTD, *História sociedade e cidadania*, 4ª edição, 2018, de Alfredo Boulos Júnior⁵³. Ambos são exemplares do manual do professor:



Considerei dois capítulos de cada livro, os quais apresentaram mais informações relevantes para a pesquisa. As imagens de negros trabalhadas neste artigo, estão dentro do contexto entre meados do século XVI e século XIX.

1. Análise da representação do escravizado no livro didático

⁵¹ “Patrícia Ramos Braick Mestre em História (área de concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Foi professora do ensino básico por mais de 20 anos em Belo Horizonte (MG)”. BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. *Se liga na história*. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2022.

⁵² “Anna Barreto Mestre em Ciências (área de concentração: História Social) pela Universidade de São Paulo (USP-SP). Atuou como professora do ensino básico por mais de 30 anos em São Paulo (SP)”. BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. *Se liga na história*. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2022.

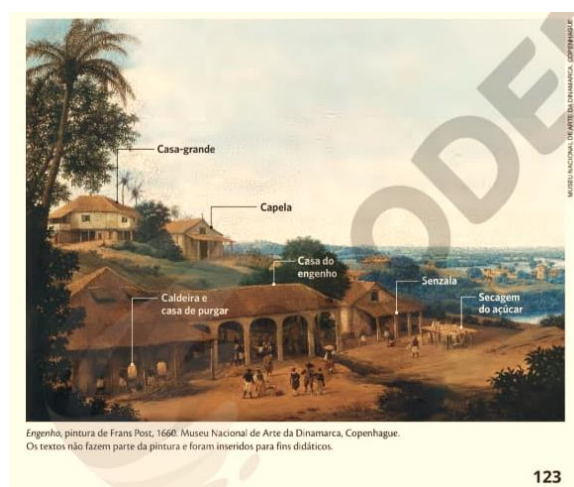
⁵³ “Alfredo Boulos Júnior Doutor em Educação (área de concentração: História da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Ciências (área de concentração: História Social) pela Universidade de São Paulo. Lecionou na rede pública e particular e em cursinhos pré-vestibulares. É autor de coleções paradidáticas. Assessorou a Diretoria Técnica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação – São Paulo”. BOULOS, Junior Alfredo. *História sociedade e cidadania*. 4ª ed. São Paulo: FTD, 2018.

O uso das imagens nos livros didáticos permite aos estudantes uma aprendizagem didática, com possibilidades para diferentes interpretações e reflexões, mas “o olhar precisa ser preparado para ver e analisar as imagens” (Knauss, 2006. p.113). Como observou Paulo Knauss (2006), “a imagem é capaz de atingir todas as camadas sociais ao ultrapassar as diversas fronteiras sociais pelo alcance do sentido humano da visão” (Knauss, 2006. p.113). Assim as diversas figuras distribuídas nos livros didáticos desempenham um papel socializador, onde professores e estudantes podem questionar e extrair informações para além dos textos dispostos no livro.

1.1 Livro didático “Se liga na história”

O primeiro livro didático analisado foi o da editora Moderna, intitulado *Se liga na história*, das autoras Patrícia Braick e Anna Barreto, sendo usado apenas o capítulo 7, *Nordeste açucareiro*, e o capítulo 8, *Sociedade escravista e cultura afro-brasileira*. Inicialmente é interessante destacar que as imagens foram apresentadas com uma legenda, contendo por exemplo informações sobre produção, título e até breve comentário descritivo.

A primeira imagem em que os escravizados apareceram com nitidez, está na página 123, é uma pintura de Frans Post, feita em 1660, intitulada *Engenho*. Nela os cativos foram representados no seu cotidiano de trabalho nas atividades do engenho.



Engenho, pintura de Frans Post, 1660. Museu Nacional de Arte da Dinamarca, Copenhague.
Os textos não fazem parte da pintura e foram inseridos para fins didáticos.

123

Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 123.

Como é possível perceber, são bem mais de uma dezena de escravizados, na sua maioria homens seminus. Há ainda a presença de uma outra pessoa, a única a usar chapéu, certamente um feitor responsável pela ordem e desenvolvimento dos trabalhos. As descrições pré-imagem são feitas a respeito do engenho, só depois quando se voltam para o senhor e seu poderio os cativos são mencionados. Portanto, eles são parte complementar da ilustração, pois o enfoque foi para o engenho de açúcar, não tendo, portanto, o objetivo de demonstra-los.

Na página 125, uma segunda figura é inserida, retratando o cuidado em manter a fornalha sempre acesa. Na legenda a seguinte descrição chama atenção: “expostos ao calor insuportável das fornalhas e caldeiras, os negros corriam sério risco de sofrer queimaduras”. A descrição destaca o perigo sofrido por escravizados ao desenvolver as atividades nas caldeiras e fornalhas, no entanto a abordagem textual da qual a imagem faz parte, tem como foco descrever as funções e os trabalhadores do engenho, não citando suas condições precárias.



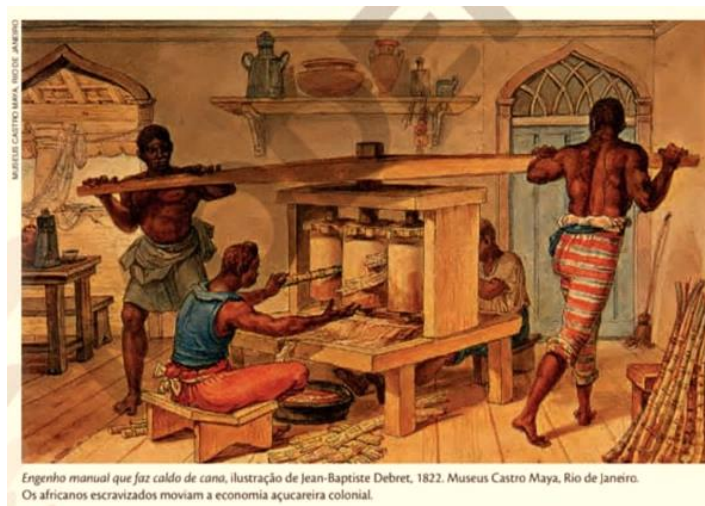
Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 125.

Assim como na primeira, os escravizados estão trabalhando, porém, nesta cena, há um grupo menor envolvido na tarefa da fornalha. Os cativos são retratados de forma mais próxima, o que facilita a observação do mesmo padrão de vestimentas que aparece na cena anterior, além de usarem turbantes, um indicativo de costume africano.

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discntis/index>
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522

Semelhante à outra representação, um deles se destaca pelo uso de chapéu, o que sugere que ele possa ser um mestre de açúcar.

A terceira imagem do capítulo também segue o padrão das anteriores, registra os negros exercendo trabalho, entretanto estão em um engenho manual produzindo caldo de cana-de-açúcar:

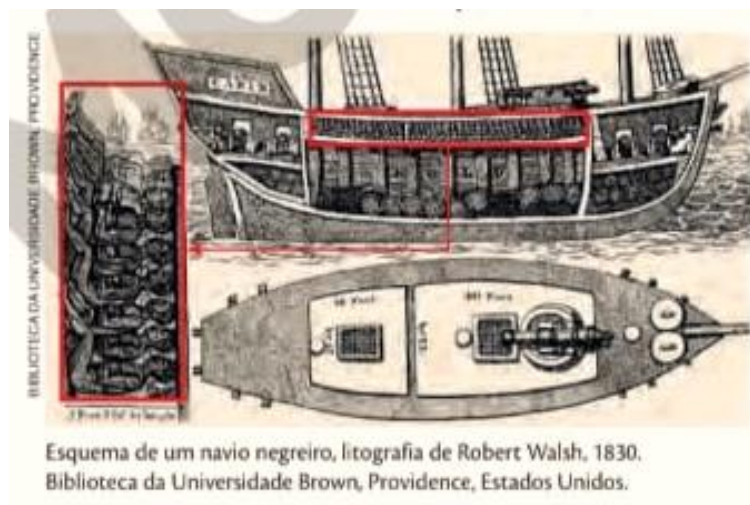


Engenho manual que faz caldo de cana, ilustração de Jean-Baptiste Debret, 1822. Museu Castro Maya, Rio de Janeiro. Os africanos escravizados moviam a economia açucareira colonial.

Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 126.

Como é perceptível, trata-se de uma figura bem colorida na qual foram exibidos quatro escravizados com corpos musculosos e parcialmente nus, sendo possível visualizar as expressões faciais de dois que demonstram tranquilidade. Na descrição, eles foram ressaltados como importantes peças para a movimentação econômica na Colônia, essa argumentação está coerente, pois hoje as novas pesquisas historiográficas vêm discutindo tal relevância.

No capítulo 8, há uma litografia, na qual é demonstrada um esquema de navio negreiro, como podemos observar a seguir:



Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 138.

A seção do navio onde eram transportados os africanos foi ampliada, permitindo uma visualização mais detalhada das condições reais em que foram conduzidos durante o tráfico transatlântico. Eles estão nus e dispostos em fileiras, o que evidencia o tratamento desumano a que foram submetidos.

Na página 139 é apresentado um espaço onde negociavam e adquiriam cativos. Também há um enfoque textual que gira em torno da mão de obra escrava ser usada por diferentes grupos sociais, como os “grandes proprietários de terras, religiosos, pequenos produtores, pessoas livres pobres e até alforriados” (Braick; Barreto, 2022, p.139). Deste modo, enfoque e imagem se complementam evidenciando o processo de negociação para aquisição de escravizados.



Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 139.

Como se observa, na pintura as crianças e adultos aparecem enrolados em tecido branco, apresentam semblantes assustados, estão descalços, e são analisados por homens brancos e bem vestidos, são eles compradores ou negociantes. No lado direito, em segundo plano, dois negros em seu cotidiano carregam uma rede. Situações como essas eram corriqueiras durante o período de vigência da escravidão brasileira.

A gravura *Escravas negras de diferentes nações* que está na lauda 140, apresenta várias mulheres. O objetivo foi estimular a percepção das diferentes etnias:



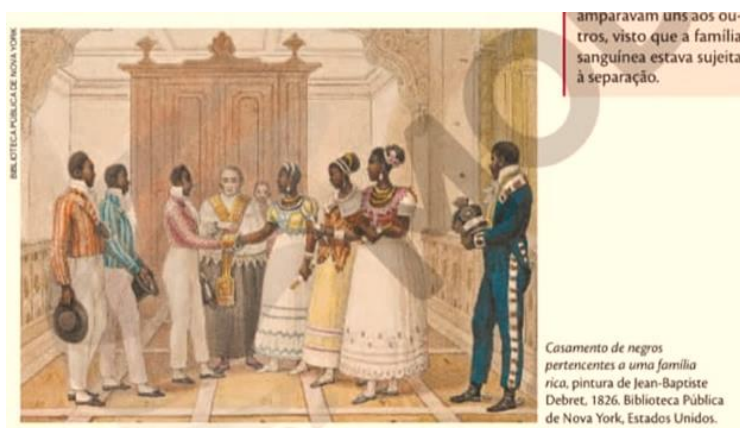
Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 140.

É importante ressaltar que o subtítulo da discussão em que esta imagem está inserida é *O cotidiano dos negros escravizados*, mas as informações abordam principalmente o trabalho, a alimentação e as vestimentas fornecidas pelos senhores. Nesse sentido, a gravura não se alinha com a discussão proposta, já que o texto não trata das diferentes etnias africanas. Além disso, as roupas usadas pelas escravizadas não refletem o vestuário cotidiano delas, pois foram representadas de maneira bem vestida e ornamentada. Esse tipo de vestimenta era comum entre as cativas que acompanhavam seus senhores nas ruas ou entre as mulheres negras libertas, que usavam tais adornos para demonstrar uma posição social superior.

Na página 141, há uma discussão com aspectos da Nova Historiografia, tratando da formação da família escrava e do parentesco espiritual, estabelecido por meio do apadrinhamento, embora sem se aprofundar no tema. Como lembra Luciano Costa Gomes (2013), “Mesmo que a criação da família pudesse favorecer a dominação senhorial, as

redes entre cativos serviam como um verdadeiro capital relacional no processo de (re) definição dos limites entre os interesses senhoriais e os dos próprios cativos” (Gomes 2013, p.19).

Nesse sentido, a imagem a seguir intitulada *Casamento de negros pertencentes a uma família rica*, pintada pelo artista Jean-Baptiste Debret em 1826, é condizente com o enfoque textual apresentado.



Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 141.

A pintura retrata um casamento entre negros, no qual todos estão bem vestidos e calçados: os homens seguram seus chapéus e as moças estão com lindos vestidos e joias. No entanto, será que a maioria dos negros se vestia assim em seu casamento? Certamente não. Além disso, é importante destacar que a constituição e a permanência da família escrava enfrentavam diversas dificuldades. Segundo Moacir Rodrigo de Castro Maia (2016)

Os estudos recentes sobre a escravidão americana, em particular no Brasil, têm destacado a necessidade da criação de parentesco, adaptando-os às condições do cativo. Os vários padrões familiares encontrados evidenciaram a agência escrava na constituição de suas famílias, os dilemas sofridos para a manutenção, as negociações empreendidas com o senhor, no mundo, nem sempre estável, do cativo. Condicionantes externos e internos não faltaram: proibições senhoriais, casamentos forçados, vendas de parceiros, fragmentação da família em disputas e repartições de herança (Maia, 2016, p. 44).

Alguns desses aspectos citados no fragmento acima, foram observados no texto que acompanha a imagem. Isso demonstra que as novas discussões historiográficas estão sendo inseridas aos textos dos livros didáticos, mesmo ainda não sendo satisfatórias.

Ao discorrer a respeito da resistência cativa, as autoras do livro didático, trazem a pintura *Detalhe de Fuga de escravos*, de François Auguste Biard:



Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 142.

Um grupo de escravizados fugindo, com semblantes assustados, as crianças são puxadas pelo braço como para andar rápido, duas mulheres estão com trouxas na cabeça, indicando a possibilidade de ter sido uma fuga planejada, possivelmente é um grupo familiar. “Dentre as várias formas de resistência escrava, a fuga e o aquilombamento constituíam, talvez, as mais radicais” (Lara, 1988, p,237), muitas vezes tendo como objetivo conseguir melhorias na alimentação, vestimenta e até evitar certos castigos. Na legenda, há a afirmação que “a fuga era uma das formas mais comuns de resistência à escravidão”, realmente é um exemplo importante, mas há outras formas de resistência que poderiam ter sido citadas na abordagem textual.

A pintura, *Mãe preta* de Lucílio de Albuquerque, acompanha um texto complementar que discute o papel das amas de leite na sociedade escravista:



Mãe preta, pintura de Lucílio de Albuquerque, 1912.
Museu de Arte da Bahia, Salvador.

Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 145.

A pintura retrata uma escravizada sentada no chão, amamentando um bebê branco, enquanto olha, com semblante triste, para seu filho deitado no chão, provavelmente também necessitando de cuidados. Nem todas as amas de leite puderam ficar com seus próprios filhos; muitas precisaram deixá-los com outras cativas ou foram forçadas a entregá-los para adoção.

A última imagem analisada, apareceu na atividade do final do capítulo, é na verdade uma gravura de *Johann Moritz Rugendas*, produzida em 1835, com o título *Detalhe de Jogo de capoeira ou dança de guerra*.

3. Observe a gravura e responda às questões.



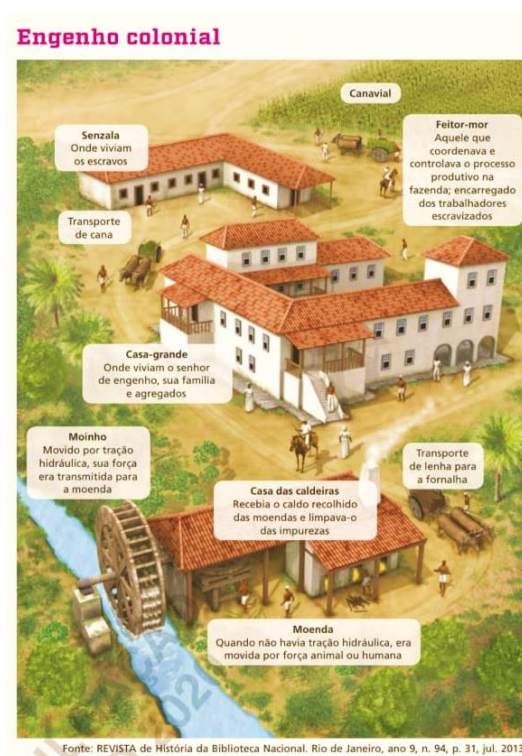
Detalhe de *Jogo de capoeira ou dança de guerra*, gravura de Johann Moritz Rugendas, 1835. Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo.

Fonte: Braick; Barreto, 2022, p. 147.

Na gravura, os escravizados são retratados em um momento de lazer e sociabilidade, participando de uma roda de capoeira, onde alguns jogam e tocam instrumentos, enquanto outros assistem à diversão. Destaca-se também uma mulher com uma cesta na cabeça, provavelmente passando pelo local enquanto vendia frutas. Em um segundo plano, uma outra está cozinhando e oferecendo comida a um negro. Esta gravura poderia ter sido inserida ao longo do capítulo, acompanhada de um texto reflexivo, pois ela ilustra que, apesar das adversidades, os cativos também vivenciaram momentos de sociabilidade, interação e trocas culturais.

1.2 Livro didático “História sociedade e cidadania”

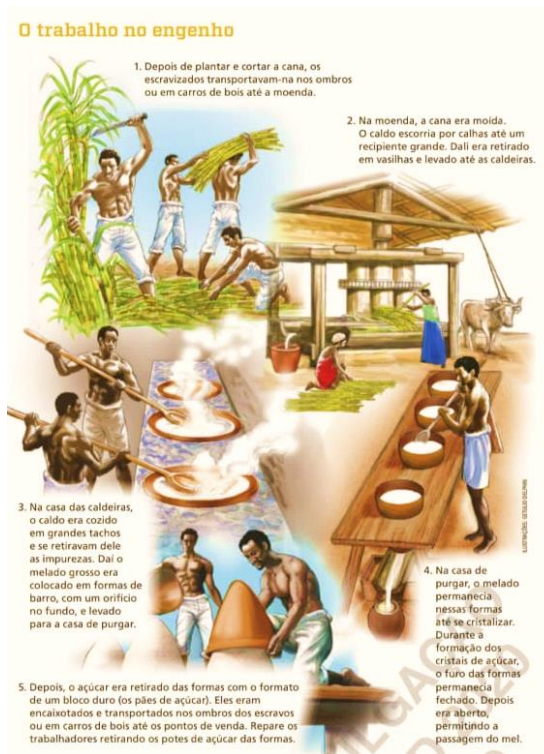
O segundo livro didático analisado foi *História, Sociedade e Cidadania*, da Editora FTD, escrito por Alfredo Boulos Júnior. Foram estudados os capítulos 9, *América Portuguesa: Colonização*, e 10, *Africanos no Brasil*. Assim como no outro livro, neste, a primeira imagem em que os escravizados aparecem é uma representação do engenho.



Fonte: Boulos, 2018, p. 166.

Vista de cima, a ilustração revela toda a divisão do engenho e algumas das atividades sendo realizadas. Homens e mulheres aparecem vestidos com roupas brancas,

sendo que vários homens estão seminus. Logo em seguida, uma outra imagem complementa essa primeira:



Fonte: Boulos, 2018, p. 167.

São demonstradas cinco etapas da produção do açúcar, sendo elas a retirada da cana dos canaviais, trituração na moenda, cozimento na casa das caldeiras, cristalização na casa de purgar e a etapa de desenformar. Os escravizados são na maioria homens, representados seminus e musculosos, fazendo o trabalho mais pesado, apenas duas mulheres foram apresentadas, e estão visivelmente desenvolvendo afazeres mais leve, suas roupas diferentes das masculinas, são em tons vermelho, azul e verde.

Ao falar de economia colonial, duas imagens foram inseridas, uma Transporte de carne de corte de Jean-Baptiste Debret e outra Venda no Recife de Rugendas. Na primeira, dois homens conduzem um carro de boi carregado de carne, estão vestidos com roupas coloridas, usando uma espécie de lenço e descalços, enquanto em segundo plano, outros dois carregam nas costas uma parte grande de carne. Essa cena demonstra o abastecimento das vilas e cidades, dependentes da mão de obra cativa.



Fonte: Boulos, 2018, p. 169.

Na segunda, há na frente de um armazém a presença de vários escravizados, entre eles majoritariamente mulheres, duas inclusive é possível constatar carregando cestas na cabeça. Podemos supor que as negras poderiam estar tanto vendendo suas mercadorias, como também fazendo compra para a casa senhorial. Ainda se percebe outras pessoas pela rua, próximo ao armazém, desenvolvendo suas atividades diárias. A legenda destaca de forma acertada que “novos estudos informam que na colônia havia um intenso comércio interno, como sugere a imagem desse armazém de secos e molhados. Venda no Recife, obra de Rugendas” (Boulos, 2018, p.170).



Fonte: Boulos, 2018, p. 170.

Já na página 173, há mais uma vez a reprodução do engenho de açúcar:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discntis/index>
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522



Fonte: Boulos, 2018, p. 173.

Nesta imagem nota-se novamente a moenda, onde moíam a cana, e as caldeiras sendo alimentadas por dois escravizados. Além dos homens, duas mulheres também aparecem na cena desenvolvendo trabalho no espaço.

Na sociedade do século XIX a fotografia era uma das formas de mostrar-se numa posição melhor e “civilizada”, como observa Sandra Sofia Machado Koutsoukos (2010) “deveriam, portanto, o ex-cativo e o negro nascido livre, tentar construir a sua imagem, a princípio, a partir de códigos de representação e comportamento tomados inicialmente ‘emprestados’ dos ditos brancos da sociedade” (Koutsoukos 2010, p.83). Pensando nesses aspectos analisei a fotografia que está na página 181.



Fonte: Boulos, 2018, p. 181.

Trata-se da foto de uma negra tirada no estúdio em 1866 pelo fotógrafo Christiano Junior, segundo a legenda, filha de africanos da Costa da Mina. Ela está bem vestida, usa pulseiras, turbante e um xale, provavelmente uma liberta ou mesmo uma cativa. Além disso posou com uma cesta na cabeça, indicando que poderia ser uma vendedora de algum produto. Segundo Koutsoukos (2010),

O tema do trabalho era outro indício de escravidão (ou de pobreza) e foi a maior constante nesse tipo de foto, pois fazia parte do dia-a-dia da própria escravidão, mostrava o lugar da pessoa; porém, a encenação do trabalho, da ocupação, ao mesmo tempo em que mostrava o lugar da pessoa na sociedade, indicava o grau de civilidade daquele indivíduo e exaltava a sua dignidade (Koutsoukos, 2010, p. 109).

Este tipo de fotografia poderia ter duas finalidades, quando não tiradas para os próprios indivíduos fotografados. A primeira, para serem vendidas aos europeus como souvenir, e a segunda para apoiar as teorias racistas e as pesquisas científicas do período. Isso ocorria, pois, os escravizados africanos eram vistos como seres exóticos, despertando nos europeus curiosidades diversas, chamados de “typos de pretos” (Koutsoukos, 2010).

Na página 183, uma mulher e um homem são representados isoladamente, agora em perfil, sendo possível verificar bem mais detalhes.



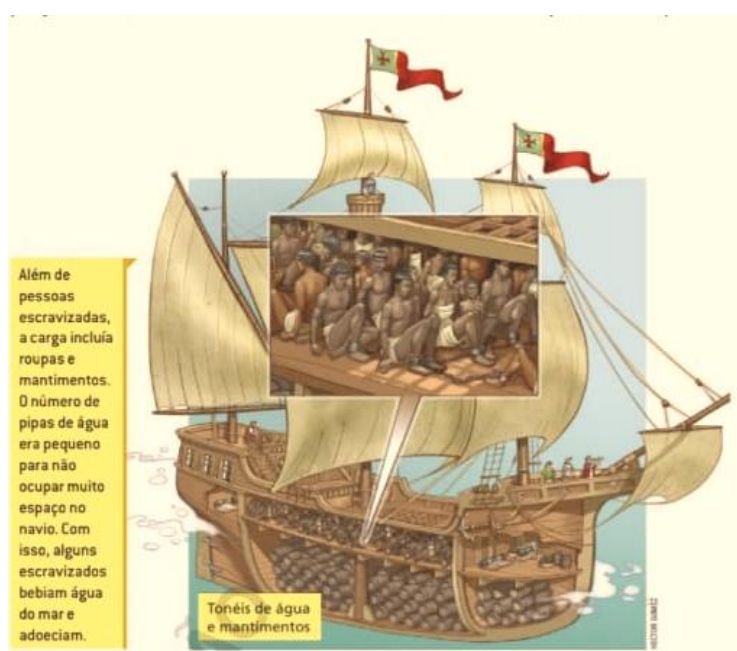
Fonte: Boulos, 2018, p. 183.

Essas imagens foram inseridas juntamente com uma abordagem textual sobre os africanos serem chamados no Brasil pelo nome do porto de onde embarcaram. No entanto, elas fariam mais sentido se a discussão estivesse voltada para as diferentes etnias às quais esses africanos pertenciam. A respeito dessa questão do nome, Silvia Hunold Lara (1988) lembra que

A identificação de um escravo era feita por três características básicas: seu nome cristão, sua origem (ou “nação”) e seu senhor. Algumas vezes, mesmo quando vendidos a outra pessoa ou até mesmo quando libertos, eram identificados como tendo sido escravos deste ou daquele senhor (Lara, 1988, p. 204).

Nesse sentido, os nomes originais dos africanos foram desconsiderados. Essa estratégia dos europeus consistia numa tentativa de retirar suas características culturais e obriga-los a aderir os padrões que lhes eram apresentados.

Na página 184, ao discutir sobre os navios negreiros, há uma imagem em que africanos estão sentados, quase nus, acorrentados e amontoados em um espaço restrito. Além de homens, há mulheres e crianças, e algumas pessoas apresentam uma tonalidade de pele mais clara. O que chama a atenção nessa, é a representação dos negros com cabelos mais próximos dos indígenas do que dos próprios africanos.



Fonte: Boulos, 2018, p. 184.

Já o texto destaca as dificuldades que os africanos sofriam na viagem, inclusive muitos, na figura, estão aparentemente cabisbaixos. A discussão estaria mais completa se houvesse acrescentado sobre a criação de vínculos que muitos construam ao longo do traslado, e que dependendo do destino final poderiam viver uma rede de solidariedade. Como destacou Kátia M. de Queirós Mattoso (2001),

Durante todos esses dias de cativos angustiantes, o homem deve ter feito laços de amizade, mesmo tímidos, com os companheiros de infortúnio. Se a caso um camarada de depósito ou de viagem é reencontrado na mina ou na plantação, ou ainda no mesmo centro urbano, estabelecem-se vínculos sólidos, amizade que representa para o escravo o primeiro passo numa forma de inserção social, por tênue que seja. Chamam-se “malembos” a esses amigos das primeiras horas de cativo, amizade que gera solidariedade verdadeira implica em severas obrigações de ajuda mútua (Mattoso, 2001. p. 100).

Portanto, durante a viagem para o Novo Mundo, muitos africanos construíram laços de amizade que se fortaleceram quando seu destino final coincidiu. Puderam inclusive partilhar ações de solidariedade uns com os outros, bem como contribuir na adaptação e sobrevivência na nova sociedade.

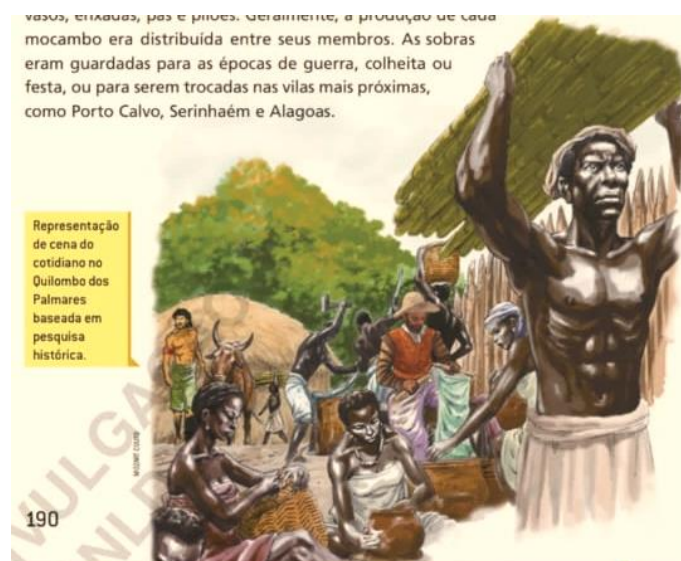
Na pintura da página 185, aparece um grupo de seis negros desenvolvendo seus trabalhos habituais:



Fonte: Boulos, 2018, p. 185.

É a pintura *Negros transportando carvão e negras vendendo milho*, na qual há dois homens carregando carvão, uma mulher com trouxa na cabeça, outra vendendo milho, e uma criança segurando no colo um bebê nu. Todos estão completamente vestidos com roupas coloridas, mas descalços. É interessante atentar-se para uma parte da legenda que tenta destacar a veracidade do que está sendo exibido, ao dizer: “note que é uma representação feita por um pintor que viveu no século XIX sobre o que ele viu em sua volta”, o pintor foi o conhecido Jean-Baptiste Debret. Caberia aqui inclusive, refletir a propósito do olhar do colonizador, a subjetividade do pintor e tantos outros aspectos possíveis de análises.

Uma outra imagem, inserida na página 190, representa negros no quilombo desenvolvendo atividades cotidianas:



Fonte: Boulos, 2018, p. 190.

Os corpos foram representados bem definidos demonstrando suas forças trabalhistas, e as expressões estão concentradas nas atividades. Enquanto as mulheres fazem cestos e vasos de barro, os homens desenvolvem atividades mais pesadas, como carregar feixes de cana de açúcar e cestos. Ainda há a presença de um homem branco e um outro aparentemente indígena, provavelmente a intenção tenha sido de ressaltar a

presença dos diferentes indivíduos habitantes dos quilombos, reafirmando de tal modo o que foi descrito no texto.

A última imagem do capítulo é a de Henry Chamberlain e John Clarke, inserida numa atividade.



Henry Chamberlain e John Clarke. Uma banca do mercado. 1819. Gravura colorida. Domínio público.

Fonte: Boulos, 2018, p. 196.

Na Gravura, os negros estão na cidade ou vila, vendendo diferentes mercadorias. Homens e mulheres ocupam o mesmo espaço, negociando produtos. Todos estão completamente vestidos, embora descalços, e três das mulheres usam joias nos pescoços. Essas atividades lhes permitiam vestir-se melhor e ter mais liberdade de sociabilidade, tanto com pessoas de status social similar quanto superior.

2. Breves reflexões

Em ambos os livros, não foram encontradas imagens de negros sendo castigados, embora as discussões textuais abordem reflexões sobre os castigos aplicados pelos senhores e as estratégias dos cativos para evitá-los. Essas cenas, comuns em livros didáticos mais antigos, frequentemente retratavam o negro em um tronco, sendo açoitado.

Observei uma diferença no modo de vestir entre os escravizados da cidade e do campo, enquanto os do campo foram mais ilustrados seminus, os da cidade na sua maioria, estiveram com roupas cobrindo seus corpos por inteiros. Isso talvez fique justificável nas palavras de Isabela Cristina Suguimatsu:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discentis/index>
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522

Vestir os escravos também tinha o objetivo de defender a decência contra os pecados da nudez. Ao cobrirem seus corpos à moda europeia, a moral cristã era não somente ensinada, mas incorporada. Pela roupa, inseriam-se no universo europeu, em seus costumes e em suas visões de mundo. No entanto, sob os panos da moral, havia implicitamente o esforço de controlar, de outra maneira, as vontades, os gostos e as liberdades. Na tentativa de solapar as identidades e diferenças anteriores ao cativo, as roupas usadas pelos escravos refletiam em grande medida as escolhas de seus próprios senhores: os tecidos grosseiros reafirmavam as diferenças sociais e reificavam a “desumanidade” de seus escravos – não por acaso deveriam andar descalços (Sugimatsu, 2016, p. 53).

Além disso, os que residiam na cidade tinham maior facilidade em conseguir mais e melhores vestimentas, principalmente por conta de suas atividades desenvolvidas muitas vezes nas ruas, e por causa da necessidade de adequação ao padrão da sociedade na qual estavam inseridos. Constatei também a predominância da tonalidade branca para as roupas dos cativos que desenvolveram trabalhos nos engenhos. Esse tipo de tecido significava menos gastos para os senhores, por serem feitas de um material mais grosseiro, de baixo custo e mais durável.

No livro didático *História, sociedade e cidadania* aparece o termo *escravo e escravizado*, sendo mais frequente este último, já o outro livro, *Se liga na história*, usou somente *escravizado*. A respeito do uso de tais termos, Elizabeth Harkot-de-La-Taille e Adriano Rodrigues dos Santos destacam que,

Enquanto o termo *escravo* reduz o ser humano à mera condição de mercadoria, como um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos de sua própria vida, ou seja, age passivamente e em estado de submissão, o vocábulo *escravizado* modifica a carga semântica e denuncia o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo à tona um conteúdo de caráter histórico e social atinente à luta pelo poder de pessoas sobre pessoas, além de marcar a arbitrariedade e o abuso da força dos opressores (Taille; Santos, 2012, p. 8-9).

Logo, levando em consideração tais informações e as análises, é possível afirmar que os livros didáticos vêm acompanhando as pesquisas mais recentes, e sofrendo alterações tanto nos enfoques propostos como no uso dos termos.

Uma outra reflexão importante é o uso ilustrativo das imagens. Sobre isso as observações feitas por Ulpiano de Meneses (2003) com base em suas críticas a respeito de trabalhos historiográficos, cabem perfeitamente nessa discussão.

Exemplo altamente sintomático da persistência dessa inclinação para usos ilustrativos da imagem são estudos de altíssima qualidade e ornados de farta e bela documentação visual, às vezes até em grande parte inédita, e que dizem respeito à história do cotidiano, da vida doméstica, das relações de gênero, das crianças, etc. As imagens, contudo, não têm relação documental com o texto, no qual nada de essencial deriva da análise dessas fontes visuais; ao contrário, muitas vezes algumas delas poderiam mesmo contestar o que vem dito e escrito ou, ao menos, obrigar a certas recalibrações. O pior, entretanto, é contemplar o desperdício de um generoso potencial documental (Meneses, 2003, p. 21).

Nesse sentido, nota-se que as imagens em ambos os livros diversas vezes não foram problematizadas e em alguns casos nem fizeram relação direta com o texto, tão pouco foram ponto departida para as discussões a serem travadas em aula.

Vale ressaltar que, embora este trabalho não tenha a intenção de analisar as informações direcionadas aos professores, uma vez que ambos os livros são manuais do docente, seria impossível ignorá-las. Percebi, assim, que muitos dados estão concentrados no texto destinado ao professor, quando poderiam ser igualmente disponibilizados para o estudante. Os textos voltados ao estudante, por vezes, apresentam informações vagas e descontextualizadas em relação às imagens, o que compromete a compreensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imagens dos escravizados presentes nos livros didáticos ainda carregam vestígios de uma historiografia antiga, marcada pela visão do colonizador. A trajetória de vida dos cativos é reduzida ao trabalho doméstico, e às atividades nos engenhos e quilombos. As vivências culturais e religiosas, no entanto, não são representadas nas imagens, aparecendo de forma mínima nos enfoques textuais.

Embora, por outro lado, sejam notáveis os avanços na perspectiva da Historiografia Contemporânea, esses progressos se refletem muito mais nas abordagens

textuais do que nas imagens. Nesse sentido, as análises mostraram que as perspectivas atuais estão tratando os escravizados como indivíduos que atuavam e desenvolviam atividades fundamentais para a sociedade.

Em suma, ao considerar os dois livros analisados, constatou-se que o uso das imagens nos livros didáticos ainda cumpre, de certa forma, uma função ilustrativa. Assim, é necessário repensar a forma como essas imagens estão sendo inseridas e problematizadas. Apesar de ter ocorrido avanços significativos nas discussões apresentadas, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. Livro didático entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O saber histórico na sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático: um objeto cultural complexo. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOULOS, Junior Alfredo. **História sociedade e cidadania**. 4ª ed. São Paulo: FTD, 2018.

BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. **Se liga na história**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2022.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: São Paulo; Companhia das Letras, 1990.

GENOVESE, Eugene Dominick. **A terra prometida: o mundo que os escravos criaram**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GOMES, Luciano Costa. Compadrio e apadrinhamento de escravos em porto alegre, 1772 – 1800. **Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2013.

KNAUSS, Paulo. “O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual”. In **ArtCultura**, 8(12), 2006.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Negros no Estúdio do Fotógrafo: Brasil, Segunda Metade do Século XIX**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. A porta de entrada dos africanos na América Portuguesa: batismo e escravidão. In: REIS, Isabel Cristina Ferreira dos; ROCHA, Solange Pereira da. (Orgs.). **Diáspora africana nas Américas**. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p.36-54.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares”. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, 2003.
- SCARANO, Julita. Roupas de Escravos e de Forros. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, SP, v. 3, n. 1, p. 51–61, 2006.
- SOUZA, Patricia March de. **Visualidade da escravidão: representações e práticas de vestuário no cotidiano dos escravos na cidade do Rio de Janeiro oitocentista**. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2011.
- SUGUIMATSU, Isabela Cristina. **Atrás dos panos: vestuário, ornamentos e identidades escravas: Colégio dos Jesuítas, Campos dos Goytacazes, século XIX**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2016.
- TAILLE, Elizabeth Harkot-de-La; SANTOS, Adriano Rodrigues dos. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. **III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) DILEMAS E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE**. Campinas, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 1-13, 2012.

OLHAR HISTÓRICO-SOCIAL SOBRE XIQUE-XIQUE/BA, SÉCULOS XIX - XX: TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS E RESILIÊNCIA NO SERTÃO BAIANO

Verlaneyde Maniçoba de Sá Koch⁵⁴

RESUMO

Este estudo investiga a trajetória histórica de Xique-Xique, no sertão baiano, durante os séculos XIX e início do XX, destacando as interações entre o ambiente natural, as dinâmicas sociais e as transformações políticas que moldaram a região. A proximidade com o rio São Francisco foi determinante para a ocupação e o desenvolvimento local, sustentando atividades econômicas como a pesca, a agricultura e a pecuária. No entanto, desafios como as secas recorrentes, o isolamento geográfico e os intensos conflitos políticos influenciaram profundamente o cotidiano da população. A pesquisa destaca o impacto do coronelismo, que consolidou redes de poder político, econômico e social, e os reflexos das disputas territoriais e dos ciclos migratórios na demografia e na cultura local. Com base em fontes documentais e relatos memorialísticos, o trabalho revela como a comunidade de Xique-Xique enfrentou adversidades por meio de estratégias de sobrevivência e práticas culturais resilientes. Ao resgatar a memória coletiva e analisar os processos históricos e sociais, o estudo amplia a compreensão sobre a singularidade do sertão baiano e os desafios vividos por seus habitantes. Este trabalho contribui para o entendimento das conexões entre natureza, sociedade e política na construção da identidade regional de Xique-Xique, destacando sua relevância no contexto do semiárido nordestino.

PALAVRAS-CHAVE: História Social. Sertão Baiano. Memória Coletiva.

ABSTRACT

This study investigates the historical trajectory of Xique-Xique, located in the hinterlands of Bahia, during the 19th and early 20th centuries, highlighting the interactions between the natural environment, social dynamics, and political transformations that shaped the region. The proximity to the São Francisco River was crucial for local settlement and development, sustaining economic activities such as fishing, agriculture, and livestock farming. However, challenges such as recurrent droughts, geographical isolation, and intense political conflicts profoundly impacted the daily lives of the population. The research emphasizes the influence of *coronelismo*, which consolidated networks of political, economic, and social power, and examines the effects of territorial disputes and migratory cycles on local demography and culture. Drawing from documentary sources and memorialist accounts, this work reveals how the Xique-Xique community faced adversity through survival strategies and resilient cultural practices. By recovering collective memory and analyzing historical and social processes, the study enhances the understanding of the uniqueness of the Bahian hinterlands and the challenges experienced by its inhabitants. This work contributes to understanding the connections between nature, society, and politics in constructing Xique-Xique's regional identity, highlighting its relevance within the context of Brazil's semi-arid Northeast.

KEYWORDS: Social History. Bahian Hinterlands. Collective Memory.

⁵⁴ Mestre em História (PPGEAFIN/UNEB). E-mail: verlaneydekoch@hotmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7110503189829622>; ID ORCID:(<https://orcid.org/0000-0002-2321-607X>);

1. INTRODUÇÃO

Conhecer fatores como a origem, a localização geográfica e o tamanho populacional é crucial para o estudo de qualquer região. É igualmente fundamental considerar as funções iniciais desempenhadas no espaço, bem como as interações que delas resultaram. Essas interações envolvem a troca de pessoas, mercadorias, capitais e informações entre as localidades (Corrêa, 2000). A vila Tiririca é, pois, o cenário desse estudo. O lugar que também representa outros espaços deste grande sertão do médio São Francisco.

No centro desta análise, está a categoria “sertão” e suas representações. É fundamental definir e explorar essa categoria para contextualizar o ambiente da vila Tiririca, contribuindo para uma compreensão da base geográfica e ambiental da comunidade. Além disso, analisar as representações do sertão nos permite destacar sua verdadeira condição ambiental e histórica na formação da identidade local e das comunidades circunvizinhas.

Entender o sertão da vila Tiririca nos possibilita compreender os desafios que moldaram a vida cotidiana dos moradores ao longo da história, contribuindo para a conscientização sobre questões contemporâneas e para a busca de soluções. Somando a isso, enriquece nossa compreensão das dinâmicas do sertão e seu impacto na sociedade local.

Iniciamos este tópico abordando a complexidade da expressão “sertão baiano”, destacando sua importância como parte da história e da cultura do Brasil. A categoria “sertão” é fundamental para a contextualização da vila Tiririca e de sua identidade única, e a pesquisa será um passo significativo para a compreensão mais profunda deste território multifacetado.

SERTÃO NO IMAGINÁRIO BRASILEIRO: DEFINIÇÕES E REPRESENTAÇÕES

A diversidade de termos usados para descrever o espaço é uma característica comum no campo geográfico. Palavras como “lugar”, “região”, “território”, “área” e “extensão de terra” são frequentemente entrelaçadas no discurso acadêmico e na sua compreensão. Essa variedade de termos não é apenas o resultado da influência de diferentes disciplinas e áreas de conhecimento que abordam a categoria, mas também reflete a natureza dinâmica e a constante evolução do próprio espaço⁵⁵.

O dinamismo do espaço e suas formas de representação resultam em novos significados para essas categorias, devido à sua própria evolução e ao desenvolvimento das perspectivas teóricas. Isso implica que a compreensão do espaço está em constante transformação e redefinição, observa Melo (2019).

É fundamental notar que não estamos buscando uma definição precisa para cada um desses termos, mas sim reconhecendo que as categorias de análise do espaço são fluidas

⁵⁵ André Carneiro Melo em: *Biodiversidade: Narrativas, diálogos e entrelaçamento de saberes da comunidade/escola em um território quilombola do Semiárido Baiano* (2019).

e estão intimamente ligadas a abordagens teóricas que se interconectam. Assim, este estudo aborda esses conceitos e dá uma atenção mais precisa à categoria “sertão” por se tratar de uma palavra-chave desta pesquisa.

Uma concepção amplamente difundida é a de que o sertão brasileiro representa o oposto extremo do litoral.⁵⁶ No entanto, essa polaridade frequentemente carrega consigo uma visão pejorativa das áreas sertanejas, que são muitas vezes consideradas inferiores em comparação com o litoral.

Silva (2019) questiona a visão predominante da população brasileira sobre o Sertão Baiano que o vê como uma região caracterizada apenas por galhos secos, cactos e pessoas magras com rostos queimados pelo sol. Há quem diga que as pessoas dessa região vivem em constante busca por comida, emprego e ajuda governamental, mesmo que mínima. Tal entendimento estereotipado ainda percorre o imaginário social brasileiro, mesmo com a tecnologia e a informação mais acessível à população.

Em algumas representações, o sertão é associado à história do cangaço, uma característica social e cultural do Nordeste do Brasil marcada por banditismo e confrontos com grupos de cangaceiros. O cangaço é frequentemente retratado como parte da história do sertão e contribui para a imagem de uma região violenta (Jesus, 2006).

A história da ocupação e exploração do sertão baiano é rica e complexa, com significados diversos e debates acadêmicos. É fundamental entender que o sertão não se limita a uma definição geográfica restrita. É um espaço de riqueza cultural e intelectual, onde diferentes tipos de saberes se entrelaçam e fortalecem, contribuindo para uma compreensão mais profunda e rica deste território único.

O sertão é uma região do Brasil frequentemente associada à aridez e ao clima adverso, caracterizada como área semiárida com longos períodos de seca e escassez de água. Essa imagem está presente em várias representações e é comum a diferentes estudos. Entretanto, o termo não pode ser limitado a uma única definição geográfica, nem se restringe apenas ao semiárido. O sertão possui raízes históricas que remontam aos tempos anteriores à colonização das Américas e é objeto de diálogos nas academias, nos últimos anos. Neste sentido, ao longo da história, a percepção e o tratamento do sertão brasileiro evoluíram de forma significativa.

Durante o período colonial, as áreas sertanejas eram vistas como distantes e fora do âmbito da administração direta. No entanto, com o advento do Império brasileiro, essa dinâmica começou a mudar, à medida que o sertão passou a ser considerado um local onde a lei e a ordem deveriam prevalecer (Amado, 2010).

Santos (2010) apresenta uma definição abrangente do sertão, destacando que o termo é usado de forma “hiperbólica” para abranger “todo o interior do continente”. Isso se baseia na carta de Pero Vaz de Caminha, na qual o escrivão registra a extensão presumida da

⁵⁶Moiseis Sampaio discute essa concepção e outras noções em: Brasil e Argentina na pesquisa regional/local contemporânea: escalas, periodizações e problemas (2021).

linha costeira, afirmando que, pelo sertão, a terra seria muito grande, pois, vista do mar, permitia enxergar apenas o arvoredo. Portanto, do ponto de vista de quem estava no mar, o “sertão” compreendia tudo o que existia além da linha costeira, ou seja, todo o continente.

A escala de representação do sertão é determinada pelo referencial, que pode variar desde o continente inteiro até o vale de um pequeno curso fluvial, dependendo do ponto de vista social e da finalidade da produção do documento (Santos, 2010).

É imprescindível destacar que a administração do território do sertão baiano foi marcada por uma cronologia distinta em relação a outras regiões coloniais. Essa diferença influenciou sua organização jurídico-política e a criação de instrumentos de regulação territorial. Esse contexto histórico é fundamental para entender o sertão baiano em sua totalidade (Santos, 2010).

Sabe-se que o sertão é um lugar marcado pelo sol causticante, com noites de belo céu estrelado, mas também o lugar de terra sedenta e rachada pela ausência de chuvas constantes. Seu conceito transcende a mera definição espacial, manifestando-se em padrões culturais e representações profundamente enraizadas na sociedade brasileira. “Passear entre memórias e histórias do sertão baiano não é uma tarefa fácil, embora prazerosa e ao mesmo tempo desafiadora” (Machado, 2020, p. 18).

A compreensão do sertão baiano requer uma abordagem holística que leve em consideração sua história, cultura e diversidade regional, superando estereótipos e valorizando sua relevância na construção da identidade nacional. Por conseguinte, a história da ocupação e exploração do sertão é rica e complexa. A má compreensão desse conceito no Brasil destaca a importância de estudá-lo em pesquisas específicas, devido à variedade de significados e debates acadêmicos em torno dele.

Muitas vezes, o sertão é retratado como um lugar de desafios extremos, onde as condições de vida são difíceis. A escassez de recursos hídricos e a luta pela sobrevivência são temas recorrentes. Além disso, há uma associação com a presença de convicção e práticas religiosas populares, como o catolicismo popular e o sincretismo religioso (Jesus, 2006).

Em diversos estudos, o sertão é compreendido como um espaço rico em identidade e resistência cultural, que caminham lado a lado. A cultura sertaneja é amplamente valorizada por suas tradições, como a música, o artesanato e as festas populares, desempenhando um papel fundamental na construção da identidade regional.

O sertão baiano é um local onde a religiosidade se entrelaça com a alegria e o sofrimento provocado por longos períodos de seca. Ele é, acima de tudo, um lugar de esperança, que se renova a cada observação da natureza e a cada experiência compartilhada com seus habitantes. Assim como as folhas das florestas que reverdecem ao ouvirem o som da chuva batendo no telhado em uma tarde de primavera e ao sentirem o aroma agradável da terra molhada, a vida se revitaliza com o plantio das sementes. Esta é a imagem do nosso sertão.

Na literatura, o sertão mineiro é representado, de forma grandiosa por Guimarães Rosa, como um lugar de desafios e resistência, enquanto Graciliano Ramos retrata o sertão nordestino como uma região marcada pela seca e miséria. Por outro lado, Euclides da Cunha o relaciona à aridez, à caatinga e ao clima desértico. É fundamental ressaltar que o sertão brasileiro, apesar de sua complexidade, tem sido frequentemente estigmatizado. No entanto, trata-se de um território diversificado e dinâmico, merecedor de análise de forma plena.

Melo (2019) nos diz que o sertão é um espaço rico e complexo que convida à exploração de diversas perspectivas e significados. Ao longo de sua história, o sertão se revela como um lugar multifacetado, caracterizado por sua diversidade, invisibilidade e poder latente. O autor sugere que o sertão pode ser entendido como um lugar cósmico que transcende fronteiras, emergindo como uma arqueologia das existências invisíveis (Melo, 2019).

Enfim, concluímos esse tópico apresentando o conceito do que entendemos como o retrato do sertão representado por Tiririca até meados do século XX. Ou seja, o sertão que se constrói a partir das interações entre diferentes representações e saberes, fortalecendo-se por meio de uma ecologia de conhecimentos, como diz Melo (2019), que abrange diálogos entre diversos tipos de saberes, incluindo o científico, o educacional, o artístico, o popular e o senso comum.

É necessário notar que as concepções e estereótipos de “sertão” podem variar de forma considerável ao longo do tempo e entre diferentes autores e pesquisadores. As concepções e estereótipos do “sertão” e do “sertão baiano” alteraram, portanto, de acordo com as perspectivas históricas e culturais. Essas representações são frequentemente moldadas pelas perspectivas históricas, sociais e culturais de quem está descrito, e não são estáticas, evoluindo ao longo do tempo, à medida que a região e suas dinâmicas mudam (Jesus, 2006).

Para entender a origem da vila Tiririca, é importante contextualizar o processo de ocupação da região e a formação dos primeiros núcleos de povoamento no vale do São Francisco, nos períodos que a antecedem. Isso nos permitirá compreender a origem de Itaguaçu da Bahia, anteriormente denominada de vila Tiririca, e sua relação com a consolidação do domínio territorial, a integração da América portuguesa e a crise do Antigo Sistema Colonial.

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO NO MÉDIO SÃO FRANCISCO (SÉCULOS XVII E XVIII): UM RETRATO DA ORIGEM DO SERTÃO BAIANO

A história da ocupação e colonização do Brasil é marcada por uma complexidade de fatores que moldaram a forma como as terras foram conquistadas e exploradas ao longo

dos séculos. Uma análise cuidadosa desses eventos revela nuances que transcendem a visão simplista de conquista territorial (Melo, 2019).

A região do Médio São Francisco desempenhou um papel fundamental na expansão territorial e na colonização do sertão semiárido do Brasil. No final do século XVII e no século XVIII, desbravadores e bandeirantes baianos e paulistas empreenderam explorações nessa área, desencadeando uma série de eventos que moldaram a trajetória histórica da região. Essas incursões no interior se caracterizaram por confrontos violentos, que abriram caminho para a colonização de terras anteriormente habitadas por povos indígenas. Tal processo foi marcado por conflitos, matanças e pela dominação gradual de terras pelos exploradores brancos, muitas vezes com ajuda de povos indígenas que, em alguns casos, formaram alianças estratégicas.⁵⁷

Uma análise mais detalhada da região do Médio São Francisco revela as interações entre os colonizadores luso-brasileiros e os grupos indígenas em duas escalas distintas: a microscópica e a macroscópica.⁵⁸ Na escala microscópica, ao examinarmos de perto as interações locais e individuais, é possível conjecturar que ocorreram aproximações, interfaces e contatos que, por hipótese, foram menos violentos do que retratados na visão macroscópica do sertão baiano e do interior do Brasil.

Em diversos casos, alianças estratégicas entre colonizadores e grupos indígenas desempenharam um papel crucial na fácil penetração dos colonizadores pelo interior baiano. Essas associações poderiam incluir acordos comerciais, trocas culturais e até casamentos mistos, destacando a complexidade das relações.⁵⁹

Por trás dessas interações, sempre houve uma aplicação econômica subjacente. Nesse sentido, a colonização do Sertão Baiano foi impulsionada pela expansão da cana-de-açúcar no recôncavo baiano, que levou a uma migração pecuária para regiões interioranas do estado, cedendo espaço para a monocultura da cana-de-açúcar.

O gado atendeu às necessidades de tração e alimentação da população canavieira, além de desempenhar um papel crucial na expansão dos domínios coloniais na região. Esse crescimento também ocorreu devido à necessidade de consolidação do domínio colonial, muitas vezes ameaçado pela resistência de indígenas, negros escravizados e ações de outras nações colonizadoras, como os holandeses.⁶⁰

A pesquisa de Santos (2010) revela que o século XVI foi o período no qual plantaram-se as primeiras mudas de cana-de-açúcar no litoral baiano e foi iniciado o criatório de bovinos. No século seguinte, estendeu-se o plantio para outras partes do litoral, implantou-se o fumo como novo cultivo, enquanto o gado foi deslocado para regiões mais afastadas. Já o século XVIII marca um período de crescimento tanto na agricultura quanto na pecuária, indicando uma consolidação das atividades econômicas e uma estabilidade possível no sistema colonial da região. Mas é no século XIX que a economia dá um salto e, além dos produtos já cultivados, outras atividades são acrescentadas, como o plantio do

⁵⁷ Segundo Wilson Lins, em *O médio São Francisco: uma sociedade de pastores guerreiros* (1983) à margem do Rio São Francisco, era povoada por várias tribos, sendo citados os Tapuias, na margem direita.

⁵⁸ A divisão do Sertão da Bahia em Alto, Médio ou Baixo tem como referência a posição relativa ao curso do rio São Francisco na Bahia e às maiores altitudes do relevo baiano. Essa abordagem também justifica a ausência da denominação “Médio Sertão” nos órgãos governamentais. Para saber mais, consulte *O médio São Francisco* (1983), de Wilson Lins. Adiante, veremos uma figura que especifica essa divisão.

⁵⁹ Para conhecer melhor esse contexto, ler Santos (2010).

⁶⁰ A obra *Nas variantes do sertão: trajetória de família, o Médio São Francisco (Xique-Xique – século XIX)* apresenta uma descrição bem detalhada sobre a povoação e extensão territorial de Chique- Chique no século XIX (Ferreira, 2023).

cacau, a extração de minerais e a presença de indústrias. O autor ainda apresenta a complexidade da colonização do Sertão Baiano, destacando a expansão da produção de cana-de-açúcar e a migração como elementos-chave na história econômica e social da região, além de evidenciar os desafios enfrentados pelos colonizadores.

A obra também destaca a evolução da economia e da colonização no Sertão Baiano ao longo dos séculos XVI a XIX. Ela retrata a transição das atividades econômicas, as mudanças nos cultivos agrícolas e a expansão geográfica das práticas de produção, o que é essencial para compreender a história econômica e social da região.

É importante ressaltar que o ouro desempenhou um papel central na rápida expansão territorial em áreas distantes da costa. A descoberta de riquezas minerais incentivou uma territorialização ágil e eficaz, à medida que os colonizadores buscavam explorar essas áreas em busca de benefícios econômicos.

No entanto, nas áreas do interior – ocupadas principalmente pela criação de gado, extração de sal e cultivos agrícolas direcionados para mercados locais ou para a subsistência – a formação territorial foi mais lenta e menos assertiva, especialmente considerando a implantação da soberania portuguesa sobre o território. Esses fatos destacam como a motivação econômica desempenhou um papel determinante na ocupação e exploração do território brasileiro ao longo do tempo.

Os registros históricos nos oferecem uma visão única das dinâmicas populacionais e geográficas que moldaram a região. Eles não apenas delimitam as fronteiras administrativas, mas também fornecem informações cruciais sobre o tamanho das comunidades locais. Dessa forma, permitem-nos explorar as características demográficas e espaciais distintas desse espaço de estudo.

Santos (2010) nos revela que nos séculos XVII e XVIII, a ocupação do território da Bahia e o caminho percorrido pelos desbravadores já era uma realidade nos espaços localizados à direita do Médio São Francisco. Esse estudo também revela a extensão territorial e a quantidade aproximada de habitantes dessa região durante as primeiras décadas do século XVIII. Nela, interessa-nos, de forma especial, quando se deram as povoações das áreas próximas a Xique-Xique, devido à relação e característica comum que havia entre elas. Como exemplo, temos: Barra do Rio Grande do Sul – que tinha um território de 20 léguas e cerca de 40 moradores no ano de 1737. Já Xique-Xique possuía 40 léguas e uma população de 400 moradores em 1743.⁶¹ Santos também apresenta um recorte abrangente das primeiras povoações no sertão são-franciscano, fornece-nos informações valiosas sobre quando surgiram as vilas e povoados do interior da Bahia.

Enquanto desbravavam o sertão, os sujeitos também cumpriam um papel ativo na fundação de pequenas comunidades ao longo do caminho e na promoção da agricultura de subsistência. Logo, os distritos próximos ao Rio São Francisco surgiram em períodos curtos um do outro. Equivale dizer, entretanto, que a história e a cultura desses lugares trazem muita semelhança (Santos, 2010).

É importante destacar que, ao invés de povoarem de imediato a região, os colonizadores inicialmente promoveram o despovoamento, muitas vezes resultando em episódios de genocídio e na fuga dos habitantes indígenas. Wilson Lins expressa essa dinâmica da seguinte forma: “Ao iniciar a penetração no grande vale, os colonizadores, em vez de

⁶¹ Para enriquecer melhor o conhecimento sobre como se deu o povoamento na região, ver Ferreira (2008) e Santos (2010).

povoá-lo, agenciaram o seu despovoamento, matando os habitantes indígenas e substituindo tribos por boiadas à medida que avançavam pelo ermo” (Lins, 1983, p. 21).

Dois fatores principais impulsionaram a colonização do sertão, de acordo com Prado Júnior (2011): a mineração e as fazendas de gado. Enquanto a mineração não estabelecia uma ligação contínua entre núcleos de povoamento e áreas ocupadas, as fazendas de gado se expandiam de forma contígua ao longo do Rio São Francisco.

No entanto, com o tempo, os colonizadores perceberam que o vale do São Francisco não era adequado para a criação de gado e que as esperanças de encontrar minas e riquezas imediatas eram ilusórias. Como consequência, alguns colonizadores optaram por deixar a região em busca de oportunidades mais promissoras, enquanto outros se adaptaram às condições locais, procurando alternativas mais viáveis para o desenvolvimento das vilas e a sobrevivência dos habitantes do sertão.

As condições climáticas desfavoráveis à prática agrícola levaram à concentração das primeiras povoações nas proximidades dos rios, lagos e brejos. A expansão da pecuária ao longo do rio São Francisco desempenhou um papel significativo na ocupação do sertão baiano, iniciada no final do século XVI e continuada no século XVII (Santos, 2010). Com o tempo, outras atividades econômicas ganharam destaque, como o cultivo e o comércio de produtos agrícolas.

A agricultura de pequena escala não apenas subsistia, mas também prosperava. Ela encontrou maneiras criativas de se manter, ocupando terras áridas, focando na produção de culturas de subsistência e aproveitando a mão de obra familiar. Essas estratégias ressaltam a importância da agricultura de pequena escala na região, especialmente na Bahia, destacando a resiliência dos agricultores diante das adversidades impostas (Nascimento, 2000).

Uma análise detalhada sobre a ocupação do Médio São Francisco e sua inserção na história da colonização do Brasil revela uma teia intrincada de fatores econômicos, sociais e culturais que moldaram o país ao longo dos séculos. **Esses eventos nos** permitem apreciar a riqueza da história brasileira e as complexas relações entre colonizadores, povos indígenas e a geografia local em diferentes escalas geográficas.⁶²

CENÁRIO SERTANEJO: A ROTINA E DESAFIOS NO CENTRO ECONÔMICO DA REGIÃO (XIQUE-XIQUE SÉCULOS XIX E PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)

Localizado no coração do sertão nordestino, Xique-Xique experimentou um desenvolvimento que, desde suas origens, utilizou as características naturais da região

⁶² As referências podem auxiliar nesta tarefa, haja vista que o objetivo desta pesquisa é direcionado a um espaço específico.

como guia para a ocupação do território. A proximidade do Rio São Francisco foi determinante na escolha das terras, conferindo poder e direção àqueles que detinham propriedades próximas a esse recurso vital.

Xique-Xique começa sua história na Fazenda Praia Grande, às margens do arquipélago da Ipueira, afluente do rio São Francisco, onde atualmente encontra-se a Ilha do Miradouro. Esta área, conhecida pela sua abundância de peixes e recursos agrícolas, foi frequentada desde os primórdios, de início por pescadores. A região prosperou, sobretudo devido à pesca no rio Ipoeira, que na época era uma atividade acessível, econômica e rentável. A vila de Xique-Xique, criada em 1832 e instalada em 1834, cresceu graças a essas atividades.

No século XIX, Francisco Vicente Vianna, em “Memória sobre o Estado da Bahia” (1893)⁶³, assim descreve Xique-Xique: “Chique-Chique é uma localidade que possui uma rica história e características geográficas únicas.”⁶⁴

O século XIX viu o geógrafo Francisco Vicente Vianna descrever Xique-Xique como um espaço de rica história e singularidade geográfica. Contudo, essa época no sertão nordestino foi marcada pelo isolamento geográfico, que moldou uma cultura distinta. A população local se dedicava principalmente à agricultura e à pecuária, enfrentando desafios constantes devido a seca, escassez de pastagens e enchentes. Alguns proprietários e negociantes também desenvolviam a atividade de lavrador, exercendo o que Ferreira chama de uma tripla qualificação: ‘proprietário, negociante e lavrador’.⁶⁵ A falta de infraestrutura viária e a distância dos centros urbanos geraram uma economia local autossustentável.⁶⁶

A cidade de Xique-Xique era estrategicamente posicionada, situada a distâncias estratégicas de outras localidades na região, como Barra, Gameleira do Assuruá e Pilão-Arcado. A proximidade com o Rio São Francisco e suas ilhas desempenharam um papel crucial na economia local (Vianna, 1889).

Xique-Xique possuía uma ampla extensão territorial, abrangendo áreas ao norte, sul, leste e oeste, com rios e limites naturais delimitando suas fronteiras. As terras se estendiam por mais de quarenta léguas, como mencionado anteriormente. Ao norte, havia o rio Verde, que separava Xique-Xique de Santo Sé; ao sul, as terras limitavam-se com Brotas de

⁶³ Para se aprofundar sobre antiga Villa Chique-Chique, recomendamos ler a obra de Vianna citada acima, publicada em 1893 a pedido do governador Dr. Joaquim Manoel Rodrigues Lima. Trata-se de um documento histórico que fornece uma descrição detalhada da cidade de Xique-Xique e de sua região, incluindo informações sobre geografia, infraestrutura, cultura, economia, religião e história local. Esta obra traz ricos detalhes sobre o interior da Bahia no final do século XIX. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/522905395/Memoria-Sobre-o-Estado-Da-Bahia-1893-Vianna-Francisco-Vicente>. Acesso em: 20 de jul. 2024.

⁶⁴ O Distrito de Chique Chique passou a ser grafado “Xique-Xique” a partir do Decreto-Lei Estadual nº 141, de 31/12/1943, retificado pelo Decreto Estadual nº 12978, de 01/06/1944.

⁶⁵ Ferreira (2023) em: *Nas variantes do sertão*: trajetória de família o Médio São Francisco (Xique-Xique – século XIX) - uma descrição bem detalhada sobre a povoação e extensão territorial de Chique-Chique no século XIX.

⁶⁶ Somente na segunda metade do século XIX, com a chegada da estrada de ferro, o sertão começou a experimentar mudanças significativas. A conexão com o restante do país e as subsequentes transformações econômicas e sociais marcaram um ponto de viragem na região. A história detalhada desse processo considerará os relatos de Wilson Lins (1983), Prado Júnior (2011) e demais referências consultadas.

Macaúbas e o rio Paramirim, que definia a fronteira com Santo Antônio do Urubu, atual Paratinga. A região se estendia a leste até Jacobina e nordeste até Morro do Chapéu. No extremo oeste, a demarcação alcança o rio São Francisco, fazendo limite com os municípios de Barra do Rio Grande e Pilão Arcado (Ferreira, 2023).

A seguir, apresentamos a figura com as dimensões aproximadas do município de Xique-Xique no XIX:

Figura 1 - Mapa do Estado da Bahia



Fonte: SAMPAIO, Theodoro. O Estado da Bahia: agricultura, criação de gado, indústria e commercio. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.⁶⁷

Na freguesia do Senhor do Bonfim de Xique-Xique, até 1814, as construções eram amiúde modestas, com poucas casas, a maioria cobertas de telhas, mas em estado de conservação precário, formando quase que uma única rua. Entre as construções, havia uma matriz dedicada ao Senhor do Bonfim e, no final da rua, uma capelinha de Santa Cruz. Xique-Xique também contava com uma casa do Conselho, um cemitério e duas escolas Vianna (1893). Além disso, existiam várias capelas em seus vilarejos, como em Miradouro – descrita anteriormente –, Casa Nova, Picada, Marrecos, Boa-Vista, Tapera, Sítio, Pedras, Jatobá, Sacco dos Bois, Porto da Matalotagem e Tiririca.

⁶⁷ Fonte encontrada, inicialmente, na pesquisa de Elisângela Oliveira Ferreira, em *Entre vazantes, caatingas e serras: trajetórias familiares e uso social do espaço no sertão do São Francisco, no século XIX*. Tese (Doutorado em História Social), UFBA, 2008.

A maior parte das casas de Xique-Xique, assim como as benfeitorias que as cercavam, apareciam acompanhadas de adjetivações como “já velhas”, “deterioradas”, “bastante arruinadas”. Construídas com matéria-prima da região, pelas mãos dos seus próprios donos (Neves, 2003, p. 229).

Nos povoados, as moradias eram mais precárias ainda, “as construções de madeira e barro cobertas de palhas de carnaúbas, ou mesmo de pindoba e de cascas de árvores, faziam parte da paisagem. Erivaldo Fagundes Neves ressalta em “Posseiros, rendeiros, proprietários”, a predominância de casas “de enchimento ou taipa, com paus a pique e varas cruzadas, amarradas com cipós, para conter o barro batido [...]. As construções mais sólidas, de adobes crus, coberturas de madeiras aparelhadas e telhas vãs”, difundiram-se muito lentamente”, completa o autor (Neves, 2003, p. 229).

A partir de 1850, o rio São Francisco se tornou uma rota de navegação importante, ligando o Nordeste brasileiro ao Sul do país. Esse desenvolvimento trouxe um incentivo governamental para a migração de nordestinos para áreas menos povoadas em desenvolvimento. As locomotivas também desempenharam um papel crucial no transporte de alimentos durante estiagens prolongadas, melhorando as condições de vida na região (Santos, 2010).

Ferreira ressalta que – conforme os dados extraídos de Correspondências de Juízes (1829-1864) – “Em 1852, a relação dos cidadãos elegíveis e votantes de Xique-Xique chegava ao número de 1.500 homens, alistados através dos distritos que compunham a sua jurisdição”.⁶⁸ Isso equivale dizer que a população nesta época era três ou quatro vezes maior ao acrescentar os demais membros (Ferreira, 2023, p. 63).

Xique-Xique teve um passado marcado por turbulentos e constantes conflitos partidários que resultaram na destruição de casas, igrejas, cemitérios e na emigração da população. A chegada da República trouxe instabilidade e conflitos no Médio São Francisco, desafiando as antigas oligarquias que dominaram a região. As cidades de Xique-Xique, Carinhanha, Pilão Arcado e Remanso testemunharam choques armados entre as famílias dominantes, mas não foram as únicas.⁶⁹

Durante essa transição, todos os municípios da região, exceto Barra do Rio Grande, foram palco de inúmeros e sangrentos conflitos (Lins, 1983). No entanto, na segunda metade do século XIX, tanto Xique-Xique quanto Barra estiveram envoltos em conflitos por causa da demarcação das ilhas. Conforme aponta Ferreira (2023), durante esse período, várias demandas surgiram entre as Câmaras de Xique-Xique e de Barra do Rio Grande, motivadas por discordâncias em relação à demarcação dos limites das ilhas.

⁶⁸ O termo "distrito" desempenha um papel crucial na documentação que remonta às primeiras povoações no sertão baiano. Por meio dos distritos, eram estabelecidos os limites das áreas de jurisdição de indivíduos nomeados para cargos militares. Em alguns casos, essas nomeações incluíam informações sobre a extensão territorial e a população residente nos distritos, tornando-as fontes valiosas para a análise das concentrações populacionais que caracterizavam a região em estudo.

⁶⁹ Do ponto de vista do planejamento público, até os anos de 1940 o chamado Sub-médio São Francisco não constituía propriamente uma região.

O poder na região era frequentemente exercido por figuras conhecidas como “coronéis”, latifundiários que desempenhavam papéis múltiplos, incluindo proprietários de terras, negociantes e lavradores. Eles desempenharam um papel fundamental na configuração do poder e da sociedade local. Possuíam fazendas com criação de gado e muitas vezes eram aliados do governo central (Lins, 1983).

Sampaio (2017) nos dá uma melhor visão da importância e do poder exercido pelos coronéis no sertão baiano:

Com a Independência (1822) e a instauração do Império, longe de significar uma ruptura com o mandonismo local, houve uma intensificação do poder dos senhores rurais. A criação da Guarda Nacional conferiu uma justificativa institucional ao poder dos mandões locais, que passam a ser coronéis de uma força militar, ainda que de segunda linha, teoricamente a serviço do Estado e o representando [...] ⁷⁰

A importância do coronel na pesquisa de Sampaio (2017) para uma região isolada e sofrida, como a maioria das cidades e vilas do sertão baiano, demonstra que foi fundamental para que a sociedade local superasse os imensos obstáculos no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. O historiador destaca que “O coronelismo não envolvia somente relações políticas, também estavam em cena as relações econômicas, raciais, de classe e de mentalidade”. Segundo ele, os que detêm o poder “conhecem a conjuntura local ou regional, e desenvolvem estratégias de poder adequadas ao lugar” (Sampaio, 2017, p. 282).

No século XIX e início do século XX, a região de Xique-Xique enfrentou adversidades relacionadas às secas, que atingiram de maneira severa as famílias menos favorecidas, agravando a pobreza. O território também gerou conflitos políticos, particularmente durante a transição para a República, envolvendo choques armados entre famílias influentes em várias cidades da região.

Entre os anos de 1852 e 1853, Ferreira ressalta que a população da vila Xique-Xique e de todo o município chegava ao número de aproximadamente 8.900 pessoas que viviam da agricultura, pecuária, da pesca e da mineração. Em 1872, a quantidade correspondia a 15.746 habitantes. Na última década do século XIX, a população do município foi estimada em quase 25 mil habitantes (Ferreira, 2023, p. 77), lembrando que o território mantinha os limites originais, nesta época, descritos antes. Posteriormente, à medida que seu território era desmembrado, o número de pessoas reduzia.

Xique-Xique tinha uma economia diversificada no século XIX, com destaque para a criação de gado e a agricultura de cereais e frutas, mineração, especialmente a extração de sal e alumínio. A cultura local era enriquecida pela carnaúba, uma planta versátil usada para várias finalidades, além do plantio de frutas, como a melancia. A religião

⁷⁰ Sampaio (2017, p. 59). *Francisco Dias Coelho: o coronel negro da Chapada Diamantina*. Salvador: EDUNEB, 2017.

desempenhava um papel significativo, com várias capelas e devoção ao Senhor do Bonfim e à Santa Cruz (Vianna, 1883).

Até a década de 1930, Xique-Xique possuía um território vasto que incluía diversos distritos e povoados.⁷¹ Administrar uma região tão extensa era um desafio, e os políticos dependiam do apoio de correligionários de diferentes áreas para manter a ordem.

Conforme Souza (2005), devido à extensão territorial considerável e à escassez de meios de comunicação e transporte até meados do século XX, administrar Xique-Xique era uma tarefa desafiadora. Ele ilustra essa complexidade com a trajetória política de José Peregrino de Souza, (nascido e residente da vila Tiririca) que foi prefeito e vereador na cidade de Xique-Xique, para ajudar na compreensão da administração do município em diferentes períodos.

Nesse contexto, os administradores contavam com o apoio de correligionários dos distritos e povoados. Em Central e seus povoados, os principais aliados incluíam Antônio de Assunção Ferreira dos Santos (Ginga) – pai de Adão de Assunção Duarte, José de Félix, Euzébio Brito, José Aragão, José de Souza Machado, Jeremias Porto, Máximo Matos e Zeca Dourado.

Já em Canabrava do Gonçalo, o prefeito recebia o suporte da família de Pedro Machado. Em Lagoa da Canabrava, contavam com Antônio Felix e outros. Na Chapada dos Honoratos, Francisco (Chico de Dedé) era uma figura importante. Em Xique-Xique, os principais colaboradores eram Fanu Dourado, Humberto Nogueira, José Barbosa, João Durães, Antônio Jacobina, Bibi Nogueira e diversos outros. Na vila Tiririca, tinha o apoio da maioria da população.⁷²

No século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a região de Xique-Xique enfrentou inúmeras adversidades relacionadas às secas, que afetaram de maneira particularmente severa as famílias menos favorecidas, agravando a situação de pobreza.

Alfredo Macedo Gomes (1998) afirma que o significado da seca para os moradores do semiárido nordestino

Não se restringe ao período seco, mas muito pelo contrário, estende-se a todos os momentos da vida social, econômica, religiosa e cultural do nordestino sertanejo. Se é período seco, de estio, a sua significação é inquestionável; se é período de chuvas, onde se vive o “inverno” e as plantações se concretizam, é a ausência da seca que lhe dá significado, pois dela o sertanejo não pode esquecer (Gomes, 1998, p. 57).

⁷¹ A área de Xique-Xique abrangia os Distritos de Ibiacema, Marrecas, Tiririca, Canabrava do Gonçalo (município Uibaí), Central e povoados de Larga dos Mendes, Lagoa de Canabrava (Presidente Dutra), Chapada dos Honoratos e Gabrielzinho (município São Gabriel), Larga de Elói, Larga do Cruzeiro e o povoado do Recife (esses três últimos são distritos do município de Jussara).

⁷² Informações coletadas de Salomão Ribeiro de Souza. *Um homem, uma vida, uma história*. Edição particular. 2005. Outra obra que complementa as informações apresentadas sobre Tiririca é *Os escritos, vida e lutas de um sertanejo*, escrita em dezembro no ano de 2004. Possui 35 páginas e foi editada por uma gráfica de Xique-xique denominada MM Designer.

Além das secas, as lutas políticas tornaram-se mais complexas nas duas últimas décadas do Império e persistiram durante a República, especialmente nos períodos eleitorais. Como descreve Ferreira: “Na vila, as casas que não foram derrubadas à machadadas estavam danificadas por balas, e os arraiais do Miradouro e dos Guaximins foram devastados pelo fogo” (2023, p. 136)

Este contexto revela que, nos povoados e vilas, a pobreza era mais acentuada, haja vista que as famílias necessitavam da água para a sua sobrevivência, para os animais e a agricultura. O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) nos revela que a região do vale do São Francisco tem, na maioria dos anos, um histórico de baixo volume de chuvas anual, isso se deve à posição geográfica e o relevo que, juntos, influenciam de forma direta na precipitação pluviométrica. Esse é o fator principal e responsável pela caracterização semiárida da região. Em geral, ocorre de modo irregular, tanto temporal quanto espacialmente e com chuvas entre os meses de novembro e março.⁷³

Destaca-se que, além da ausência de chuvas, as altas temperaturas na região também são um flagelo para o sertanejo. A temperatura média anual é da ordem de 26,5°C a 34°C não variando muito ao longo do ano. Entre os meses de junho a agosto, as temperaturas são mais amenas, enquanto o período mais quente do ano se estende de setembro a janeiro.⁷⁴

Vale dizer que 1.261 municípios compõem o semiárido brasileiro, portanto, dizer que todos apresentam características semelhantes é uma concepção distorcida da geografia (ver figuras 3).

⁷³ Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia INMET. Disponível em: www.jornaldotempo.uol.com.br.

⁷⁴ Fonte: Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), 1995.



Figura 2 - Semiárido Brasileiro

Fonte: IBGE, 2017.

A região continua a ter uma forte ênfase na agricultura, embora enfrente desafios como a escassez de água, solos pedregosos e intensa erosão. Nas últimas décadas, uma pecuária extensiva, particularmente voltada para a criação de caprinos, tem se tornado comum. A migração de nordestinos para áreas menos povoadas e em desenvolvimento trouxe progresso econômico às cidades ribeirinhas, com destaque para Xique-Xique no século XIX.

No entanto, durante os períodos de seca, parte da população abandonou o sertão em busca de melhores condições de sobrevivência em outros espaços. Essas mudanças e desafios desempenharam um papel fundamental na moldagem da vida em Xique-Xique e na região durante os séculos XIX e XX, demonstrando a resiliência e a adaptabilidade da comunidade diante das transformações e dificuldades enfrentadas (Melo, 2019).

Uma tendência notável com o passar do tempo é que as cidades do interior da Bahia têm visto o envelhecimento de sua população, uma vez que a migração de jovens para outras regiões se tornou mais comum. Isso é evidenciado pelos dados do Censo (IBGE, 2022), que destacam uma forte emigração, especialmente entre jovens de dezoito a vinte e quatro anos, devido à dificuldade de alcançar a estabilidade econômica na região.

A cada ano, a região tem sido marcada por um fluxo crescente de emigrantes em busca de melhores oportunidades para outras regiões. Mas muitas vezes enfrentam adversidades e desilusões, e as ameaças tão sonhadas não se concretizam, pelo menos não para a

maioria. Com isso, a pobreza continua sendo uma parte da história local, com agravamento durante os períodos de estiagem (Cunha, 2010, p. 53).

Desta forma, a seca e as condições climáticas adversas, portanto, representavam uma ameaça persistente para a população, que muitas vezes era forçada ao êxodo em busca de uma vida mais promissora em regiões distantes, como o Sudeste e a capital da Bahia.

O cenário sertanejo de Xique-Xique nos séculos XIX e início do século XX foi caracterizado por desafios econômicos, climáticos e políticos, mas também por resiliência e adaptabilidade por parte da comunidade local. A cidade e toda a região viram mudanças significativas ao longo desse período, moldando sua história de maneira única.

2. CONCLUSÃO

A história de Xique-Xique, ao longo dos séculos XIX e início do XX, reflete a complexidade de um sertão marcado por desafios ambientais, econômicos e políticos, mas também pela resiliência de sua população. A proximidade com o rio São Francisco foi determinante para o desenvolvimento inicial da vila, conferindo a ela um papel estratégico tanto para a subsistência quanto para a organização territorial e social. Contudo, o isolamento geográfico, as condições climáticas adversas e as disputas políticas moldaram uma cultura local singular, baseada em estratégias de sobrevivência e adaptação às adversidades.

As transformações políticas, como a transição do Império para a República, trouxeram instabilidades que intensificaram os conflitos locais, enquanto o coronelismo consolidou-se como um mecanismo de poder que permeava não apenas as relações políticas, mas também as econômicas e sociais. Por outro lado, a exploração de recursos naturais, como a pesca, a agricultura e a pecuária, e a navegação fluvial pelo rio São Francisco foram essenciais para a economia da região.

Os ciclos de seca, combinados com a falta de infraestrutura e as limitações tecnológicas, exacerbaram as desigualdades sociais e econômicas, resultando em êxodos migratórios que redefiniram a demografia local. Ainda assim, a memória coletiva e a resistência cultural dos habitantes de Xique-Xique permanecem como elementos fundamentais para compreender o impacto das transformações históricas sobre a vida cotidiana da região.

Este estudo reafirma a relevância de uma análise aprofundada do sertão baiano, revelando a interação entre aspectos geográficos, sociais e políticos na formação de uma identidade regional complexa e resiliente, ao mesmo tempo em que aponta para os desafios que continuam a moldar a vida nas comunidades do semiárido nordestino.

REFERÊNCIAS

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discensis/index>
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado.** Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 8, jan.-jun. 2000.

CUNHA, Tássio Barreto. **Análise integrada de salubridade ambiental e condições de moradia:** Aplicação no município de Itaguaçu da Bahia. Dissertação (Mestrado em Engenharia urbana e ambiental) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, 2012.

FERREIRA, Elisangela Oliveira. **Nas variantes do sertão:** trajetória de família o Médio São Francisco (Xique-Xique – século XIX). Salvador, BA: Sagma, 2023.

GOMES, Alfredo Macedo. **Imaginário social da seca:** suas implicações para a mudança social. Recife: FUNDAJ. Editora Massangana, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1957-1960. v. 20-21.

JESUS, Alysso Luís Freitas de. O sertão e sua historicidade: versões e representações para o cotidiano sertanejo – séculos XVIII e XIX. **História e Perspectiva.** Publicação dos Cursos de Graduação e do Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, n. 35, p. 247-265, jul. 2006.

LINS, Wilson. **O médio são Francisco:** uma sociedade de pastores guerreiros. São Paulo: Ed. Nacional; [Brasília]: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MACHADO, Nildete Martins. **Um sertão narrado entre história e memórias:** um estudo da cultura oral na antiga Vila Tiririca. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Linguagem, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020.

MELO, André Carneiro. **Biodiversidade:** Narrativas, diálogos e entrelaçamento de saberes da comunidade/escola em um território quilombola do Semiárido Baiano / Tese (Doutorado) em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Física-Salvador, 2019.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **Capital Social e Desenvolvimento Sustentável no Sertão Baiano:** a experiência de Organização dos pequenos agricultores do município de Valente. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1956.

SAMPAIO, Moisés de Oliveira. **O coronel negro: coronelismo e poder no norte da Chapada Diamantina (1864-1919)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Regional da Universidade do Estado da Bahia, Bahia, 2017.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

SILVA, João. **O Sertão e as Locomotivas: Uma Análise da Transformação na Vida Sertaneja**. Revista de Estudos Nordestinos, v. 25, n. 2, 2019.

SOUZA, Salomão Ribeiro de. **Vidas e Lutas de um sertanejo**. Itaguaçu da Bahia: Edição particular, 2005.

VIANNA, Francisco Vicente. **Memória sobre o estado da Bahia. Typographia e encadernação do Diário da Bahia, Bahia, 1893**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/522905395/Memoria-Sobre-o-Estado-Da-Bahia-1893-Vianna-Francisco-Vicente>. Acesso em: 02 out. 2023.

**O DIREITO À TERRA E A LUTA
PELA DEFESA DA DEMARCAÇÃO
TERRITORIAL DAS TERRAS
INDÍGENAS DO POVO
PANKARARU**

Elizabeth Aléxa Oliveira Silva⁷⁵
Francisco Eduardo Torres Cancela (Orientador)⁷⁶

RESUMO

Este presente resumo evidencia os direitos aos povos indígenas, em específico ao Povo Indígena Pankararu, que continua na luta pela aplicabilidade e efetividade dos direitos humanos, aos direitos originários, em especial ao direito à terra. Salientando a luta constante do Povo Pankararu, na delimitação das terras indígenas, conforme o Alvará de 23 de novembro de 1700 e a Carta Régia de 1700, área demarcada com 14.400 hectares. No entanto, houveram alterações territoriais realizadas pelo órgão indigenista, o Serviço de Proteção ao Índio e a Fundação Nacional do Índio, modificando as coordenadas geográficas da área territorial, e conseqüentemente a demarcação das suas terras indígenas do Povo Pankararu. Diante disso, a população do Povo Pankararu continuam na luta pela defesa do direito à terra, a continuidade dos processos demarcatórios das terras indígenas que estão em andamento, ressaltando assim, os fatores da inaplicabilidade e inefetividade, a carência da execução, a omissão, negligência e a responsabilidade dos órgãos federais em não delimitar e regularizar a demarcação da área total do Povo Pankararu, tradicionalmente ocupadas e habitadas pelos indígenas Pankararu.

Palavras - chaves: Povos, indígenas, terras, direitos.

⁷⁵ Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Rio São Francisco, Pós-graduação em Prática Processual Civil pelo Centro Universitário Amparense, Discente no Programa de Pós-graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras pela Universidade Estado da Bahia, Especialização em Gestão Pública na Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco, Especialização em Educação, Cidadania e Cibercultura no Instituto Federal Goiano e Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano. eliza.alexa99@hotmail.com.

⁷⁶ Graduação em Bacharelado em História pela Universidade Católica do Salvador, Especialização em Docência do Ensino Superior pela Fundação Visconde de Cairu, Doutor em História Social do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Professor Titular do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia (Campus II - Alagoinhas), e membro efetivo do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade, da Universidade Federal do Sul da Bahia, e também do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, dos Povos Indígenas e das Culturas Negras, da Universidade do Estado da Bahia. fcancela@uneb.br.

Introdução

Apresento uma breve descrição sobre o direito à terra às populações indígenas no Brasil, interligando com os processos históricos de luta pela defesa dos direitos humanos, os direitos originários e as garantias fundamentais, a sua aplicabilidade, efetividade e execução em todos os órgãos e esferas dos poderes públicos e privados. Relacionando os direitos humanos com os procedimentos de demarcação, regularização e proteção das terras indígenas do Povo Pankararu, povo localizado entre os municípios de Jatobá, Petrolândia e Tacaratu, no Estado de Pernambuco, próximo às margens do Rio São Francisco.

Destacando uma síntese dos processos demarcatórios no território do Povo Pankararu, atualmente formado pelas regularizações das demarcação das Terras Indígenas Pankararu e Entre Serras Pankararu, entretanto, tem outras terras indígenas com processos demarcatórios em andamento, as Terras Indígenas Pankararu Opará, Pankararu Angico e Pankararu Taboá, além de alguns aldeamentos inclusos nessas terras indígenas mencionadas, as aldeias Brejinho da Serra, Brejinho de Fora, Serra Vermelha, Gameleira, Altinho e Cumbe.

É pertinente ressaltar que essa luta pela demarcação do seu território vem desde o período de colonização e avançando no período de democratização do Estado Democrático de Direito, pois, ainda existem ameaças e retrocessos legislativos que podem alterar todos os direitos originários, em especial ao direito à terra aos povos originários. Diante disso, as manifestações, as reivindicações e as mobilizações indígenas e indigenistas continuam sendo pauta de assuntos interligados aos contextos público, político, social, econômico e de direitos humanos, momentos este essencial e necessário para ser pretendido e requerido todos os direitos humanos e originários, e também, as garantias fundamentais incluídas no ordenamento jurídico brasileiro e internacional, cada vez mais as ambições e os interesses nas terras indígenas são queridas pelos grupos políticos, sociais e econômicos.

Perante o exposto, os direitos humanos e os direitos originários são considerados como cláusula pétrea pela Carta Magna, nessa situação não deveria ser tema de projetos de leis e propostas a emenda à Constituição, por simplesmente, serem direitos e garantias individuais e coletivos, sendo direito transindividual - individual e grupo étnico, social e cultural -, além de ser direito preexistente e/ou pré constituído ao próprio Estado de Direito, ou seja, anterior a formação e construção do Brasil.

Síntese dos processos históricos indígenas no Brasil

Os povos originários habitavam e habitam o território brasileiro, bem antes do período de 1500, período da colonização do território brasileiro, para a população indígena, se refere ao período de invasão das suas terras indígenas, que viviam livremente com as suas diversidades e multiculturalidade étnicas. A organização, administração e estruturação internas própria nas comunidades indígenas, na formação étnica de cada povo, ocupando as terras, cultivando e cuidando da melhor forma do seu meio, utilizando os produtos naturais e atributos retirados no ambiente para uso das necessidades básicas imprescindíveis para a sobrevivência do seu povo. Reafirmando e reconhecendo a sua identidade, o seu pertencimento e os conhecimentos históricos, na construção, formação e desenvolvimento étnico cultural nas terras indígenas, com base nos períodos e processos vivenciados pelos povos indígenas, de acordo com os procedimentos políticos, sociais e econômicos de cada região do Brasil e o seu Estado de localidade, como também, a concretização efetiva e integral da proteção, conservação e revitalização das suas tradições e rituais, a língua materna, os conhecimentos e a ancestralidade etnohistórica do povo indígena com o seu território.

É pertinente destacar, uma linha temporal desde o período de colonização europeia até meados do século XXI, o que muitos associam a era da contemporaneidade. As populações originárias e tradicionais sofreram drasticamente na formação e construção da História do Brasil, nos seus contextos de invisibilidade, apagamento e exclusão dos povos indígenas e as comunidades negras na composição histórica do território brasileiro.

Nesta forma, menciono alguns processos vivenciados pela população indígena durante esse percurso histórico: a invasão e a perda do território; a colonização, as capitanias hereditárias e as sesmarias⁷⁷; aos direitos humanos restrito, limitado e negado; aos processos de escambo, escravidão, exploração e extração de recursos naturais; aos assassinatos, mortes e as guerras justas⁷⁸; as missões de catequização dos padres, jesuítas e missionários; as vilas de índios, os destacamentos indígenas e as léguas em quadra⁷⁹, e os períodos dos diretores dos índios, ao caráter sócio-econômico nas vilas e aldeamentos indígenas⁸⁰.

Aos procedimentos de exclusão, realocação e extinção dos aldeamentos em prol do estabelecimento da Lei de Terras⁸¹ - o modelo de compra e vendas de terras para pessoas com poder aquisitivo, afetando diretamente as populações indígenas, negras, quilombolas e comunidades tradicionais, pois não obtinham condições de estabelecer uma relação política, jurídica, social e econômica nesses acordos e contratos, não contendo formas legais de demarcações das terras para a população indígena, ocasionando assim, outras formas de aquisição, como a ilegalidade da documentação e a inaplicabilidade do pagamento pela população privilegiada.

A teoria do indigenato⁸² - o direito à posse permanente e ao usufruto exclusivo desses territórios, independente da conclusão do processo demarcatório-; aos paradigmas

⁷⁷ BARBUDA, Ciro de Lopes e. TERRAS INDÍGENAS & UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: SOBREPOSIÇÃO DE TERRITÓRIOS, POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS E DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE. Porto Seguro – Bahia, 2021. P. 783.

⁷⁸ OLIVEIRA, João Paulo do Nascimento. Territórios Indígenas no Brasil: o caso do povo Pankararu. 59 f. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

⁷⁹ BARBUDA, Ciro de Lopes e. TERRAS INDÍGENAS & UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: SOBREPOSIÇÃO DE TERRITÓRIOS, POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS E DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE. Porto Seguro – Bahia, 2021. P. 221.

⁸⁰ COELHO, Mauro Cezar; MELO, Vinícius Zúñiga. NEM HERÓIS, NEM VILÕES: O LUGAR DOS DIRETORES DE POVOAÇÕES NAS DINÂMICAS DE TRANSGRESSÃO À LEI DO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS (1757-1798). Revista de História (São Paulo). 2016.

⁸¹ OLIVEIRA, João Paulo do Nascimento. Territórios Indígenas no Brasil: o caso do povo Pankararu. 59 f. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

⁸² BARBUDA, Ciro de Lopes e. TERRAS INDÍGENAS & UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: SOBREPOSIÇÃO DE TERRITÓRIOS, POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS E DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE. Porto Seguro – Bahia, 2021. P. 141.

de assimilação, integração, miscigenação, apagamento e invisibilidade dos processos históricos, políticos, sociais, econômicos e étnicos culturais; aos processos de desterritorialização e reterritorialização nos territórios⁸³; a política indigenista e a tutela estatal do Estado sobre os povos indígenas; a aplicabilidade do Estatuto do Índio e aos movimentos e reivindicações das populações e lideranças indígenas e as organizações, articulações e associações dos movimentos indígenas e indigenismo.

Aos direitos originários presente no ordenamento jurídico brasileiro, a Carta Magna, e internacional de direitos humanos sobre os povos indígenas; a promulgação do Decreto 1.775/1996 sobre o processo administrativo de demarcação das terras indígenas; o protagonismo indígenas na sociedade e nos órgãos públicos e privados; e as tentativas de retrocessos e ameaças ao tempo presente com as legislações, o marco temporal, o projetos de leis e as propostas a emenda à Constituição, realizadas e almeçadas pelos políticos, em específico da bancada ruralista.

Os povos indígenas no Estado de Pernambuco no século XXI

No nordeste do Brasil, existe uma diversidade de grupos étnicos, culturais e sociais, os povos originários, assim sendo, abordaremos precisamente os nomes de identificação dos povos indígenas do Estado de Pernambuco. Segundo os dados do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Etnicidade da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), apresenta os etnônimos dos povos indígenas em Pernambuco: o Xukuru localizados nos municípios de Pesqueira e Poção na Serra do Ororubá e Rio Ipojuca; o Kapinawá em Buíque na Vale do Catibau e na Mina Grande; o Fulni-ô localizado em Águas Belas na Serra do Cumanati; o Kambiwá em Ibimirim, Inajá e Floresta na Serra Negra, no Piriquito e no Riacho da Alexandra; o Tuxá em Inajá no Rio Moxotó.

O povo Pankararu, Entre Serras Pankararu, Pankararu Opará, Pankararu Angico e Pankararu Taboá nos municípios de Tacaratu, Petrolândia e Jatobá; o Pipipã em Floresta

⁸³ Idem. p. 164.

na Serra Negra, Serra dos Pipapã, Lagoa do Jacaré, Barra do Júa, Lagoa do Junco, Baixa do Urubu e Jiquiri; o Pankará em Carnaubeira da Penha na Serra do Arapuá, Serra da Cacaria, Grota do Enjeitado, Riacho das Lages Brancas e Grota da toca; Pankará Opará e Pankará Serrote dos Campos em Itacuruba, o Xukurú na Serra do Ororubá e Cimbres em Pesqueira e Poção; o Atikum em Carnaubeira da Penha nas Serras das Crioulas e de Umã, e o Truká em Cabrobó e Orocó no Rio São Francisco: nas Ilhas de Assunção, da Onça e Tapera⁸⁴.



Fonte: Mapa de Pernambuco⁸⁵

Povo Pankararu: TI's Pankararu, Entre Serras Pankararu, Pankararu Opará e Pankararu Angico

Segundo as colocações de José Arruti, evidencia temáticas importantes sobre a Árvore Pankararu, a historicidade do seu povo e o seu processo de etnicidade, devido às

⁸⁴ UFPE. Povos Indígenas de Pernambuco. Disponível em: <https://www.ufpe.br/nepe/povos-indigenas>. Acesso em 18 de outubro de 2022.

⁸⁵ PRANDI, Jair. Mapa de Pernambuco. Mapasblog. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. Figura 6/12 Disponível em: <https://mapasblog.blogspot.com/2011/11/mapas-de-pernambuco.html>. Acesso em 28 de novembro de 2024.

emergências étnicas no Sertão do Nordeste. Este grupo étnico se centraliza no espaço territorial entre os municípios de Tacaratu, Jatobá e Petrolândia, nas redondezas das margens do Rio São Francisco, Opará seguindo a sua língua materna tupi, se concentrando com o espaço físico e simbólico, e na cosmovisão indígena, na Mãe Natureza, a Mãe Terra (Pindaé), a Rainha das Águas: nas nascentes, as fontes, os riachos por dentro e ao redor do território (não tanto presente, quanto era antes do complexo da Usina Hidrelétrica), o Pai Tupã, a Força Encantada, os Encantados, a ancestralidade e espiritualidade indígena.

O Povo Pankararu está direcionado entre as margens do Rio São Francisco (próximo aos perímetros de inundação da Cachoeira de Itaparica pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga), a Maloca Canabrava (atual centro de Tacaratu, nas proximidades da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Saúde), na Baobá (proximidade com o aldeamento Baixa do Lero) e Taboá (proximidades com o aldeamento Brejinho da Serra). A unidade social do Povo Pankararu continuam a composição de vários povos em uma mesma localidade, os “Pancararu Geripanc Cancalancó Umã Canabrava Tatuxi de Fulô”⁸⁶, seguidamente ao processo demarcatório, o etnônimo ficou como a etnia Pancararu, e seguidamente Pankararu, conforme os dados do processo administrativo de demarcação⁸⁷.

O Povo Pankararu mora e habita nas suas terras bem antes do século XVII, bem antes do início das missões de catequizações dos povos indígenas, nas margens do Rio São Francisco, entre as Serras Grande e a Borborema⁸⁸ pelos os Padres Oratorianos da Congregação de São Felipe Nery, lapso temporal de 1670 presente no Estado de Pernambuco, e posteriormente, nas margens do Rio São Francisco em 1702⁸⁹. Nessas missões de catequizações dos indígenas Pankararu, aconteceram momentos de resistências

⁸⁶ ARRUTI, José Maurício Andion. “A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2ª ed. Contra Capa Livraria/LACED, 2004, p. 266.

⁸⁷ ARRUTI, José Maurício Andion. O Reencantamento do Mundo - Trama Histórica e Arranjos Territoriais Pankararú. 1996. 47 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, RJ.

⁸⁸ OLIVEIRA JÚNIOR, Elvio Juanito Marques de; DEMARCHI, André. Pankararu do Tocantins: História, Lutas e Identidades de um Povo Esquecido e Sem Terra. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 310, jan./jul. 2020.

⁸⁹ SILVA, Joana. Tacaratu: serra de muitos cabeços: história do município de Tacaratu: memórias. Recife: Gráfica Alencar, 2014, p. 60.

invisíveis pela própria comunidade, presentes nos aspectos de proteção, preservação e continuidade das tradições, rituais e ritos sagrados as Forças Encantadas, aos conhecimentos dos ancestrais e na espiritualidade indígenas, bem como, a revitalização da língua materna tupi, naqueles períodos foram proibidos de ensinar esse conhecimento, eventos impedidos pela Congregação dos Oratorianos, evidências comprovadas pela presença da simbologia das cruzes nas serras das aldeias e na educação portuguesa nas comunidades praticadas pelos padres, jesuítas e missionários⁹⁰.

No período imperial houve a delimitação da terra indígena para o Povo Pankararu, por parte da Princesa Isabel, área territorial correspondente à “quatro “léguas-em-quadra” de terra”, ou “uma légua em quadro”⁹¹, ou seja, “14.400 hectares”⁹², nessa determinação continha o aldeamento Brejo dos Padres como centro da demarcação das terras indígenas Pankararu. Nesse mesmo período conteve a realocação dos indígenas Pankararu, sendo retirado da Maloca Canabrava para a aldeia Brejo dos Padres, realizando um loteamento de terras com 114 lotes, sendo distribuídos 96 lotes para os indígenas pankararu, e os restantes dos lotes para ex-escravos e jagunços⁹³. Nessa forma de loteamento, compreende-se as características de miscigenação entre os indígenas e não indígenas, acontecimento de modo coercitivo e forçado pelo Estado, o município de Tacaratu e as missões de catequização aos indígenas.

Em 1869, ordens do Diretor Geral dos Índios, determinando as extinções dos aldeamentos indígenas nas províncias de Pernambuco, nesta extinção inclui o aldeamento Brejo dos Padres em 1678⁹⁴. A disposição de extinção das aldeias não ocasionou a exclusão dos indígenas pankararu nas terras indígenas, muito menos a censura da sua

⁹⁰ ARRUTI, José Maurício Andion. O Reencantamento do Mundo - Trama Histórica e Arranjos Territoriais Pankararú. 1996. 247 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, RJ.

⁹¹ ARRUTI, José Maurício Andion. “A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco”. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2º ed. Contra Capa Livraria/LACED, 2004, p. 231.

⁹² OLIVEIRA, Luís Antônio de. A Língua Pankararu: puxando os fios da história. Belo Horizonte 2016. UFMG. p. 12.

⁹³ ARRUTI, José Maurício Andion. O Reencantamento do Mundo - Trama Histórica e Arranjos Territoriais Pankararú. 1996. 45 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, RJ.

⁹⁴ Idem. 09f.

identificação, o pertencimento e a continuidade étnica e cultural do seu povo, no seu espaço físico e simbólico, e na cosmovisão indígena.

Na década de 1930, surgiu o reconhecimento e a identidade étnica do grupo indígena do Povo Pankararu pelas instituições da política indigenista, havendo as intermediações e intervenções do Padre Alfredo Pinto Dâmaso e os estudos do antropólogo Dr. Carlos Estevão de Oliveira com órgãos indigenistas e as instituições federais⁹⁵, após esse decurso conteve a aplicabilidade da política indigenista do Serviço de Proteção ao Índio, a criação do posto indígena na aldeia Brejo dos Padres, a efetividade da tutela estatal aos indígena pankararu e o início do processo demarcatório das terras indígenas.

O início do processo administrativo obteve como comprovação das delimitações territoriais realizadas pela Carta Régia de 1700⁹⁶ e o Alvará de 23 de novembro de 1700⁹⁷, marcações delimitadas em 1879 com 14.400 hectares. No entanto, houve restrições de direito territorial, contendo uma redução de 3 quilômetros no sentido leste e oeste dos municípios de Tacaratu e Petrolândia, omissão, negligência e responsabilidade do servidor Cildo Meirelles e o Chefe do Posto indígena Cláudio Luiz Ferreira⁹⁸.

De princípio, a demarcação da Terra Indígena Pankararu, ficou com 8.100 hectares regulamentada pelo Dec. nº 94.603/1987⁹⁹, atualizada pelo Decreto de 19 de abril de 2007, com 8.376 hectares¹⁰⁰. Entretanto, foram requeridos a área de 14.294 hectares pela população indígena, na fase do relatório circunstanciado pelo grupo técnico de estudos. Posteriormente a homologação da TI Pankararu, as lideranças indígenas reivindicaram a complementação do território, pela arguição que várias aldeias não estava demarcadas nesse processo administrativo, diante disso, homologaram a Terra Indígena

⁹⁵ BEZERRA, Deisiane da Silva. A atuação do Padre Alfredo Dâmaso e suas contribuições para o reconhecimento étnico dos Fulni-ô e as mobilizações indígenas no Nordeste contemporâneo. Dissertação. Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em História. 2018. p. 92.

⁹⁶ FUNAI. Processo da FUNAI/BSB/2275/84 de nº 28870.002275/1984-95. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio- FUNAI. fls. 312.

⁹⁷ Idem. fls.20.

⁹⁸ Idem. fls. 77;175.

⁹⁹ BRASIL. DECRETO Nº 94.603, DE 14 DE JULHO DE 1987. Brasília, DF. Presidente da República.

¹⁰⁰ BRASIL. DECRETO DE 19 DE ABRIL DE 2007. Brasília, DF: Presidente da República.

Entre Serras Pankararu, com a área de concentração de 7.750 hectares, através do Decreto de 19 de dezembro de 2006¹⁰¹ e a Portaria de nº 2.579, de 21 de setembro de 2004¹⁰².

Ademais, o território do Povo Pankararu compreende os territórios nas margens do Rio São Francisco, a Maloca Canabrava, a Baobá e a Taboá, deste modo, existem outros processos de demarcação, com a arguição de adição dos aldeamentos não incluso nas demarcações, como a Terra indígena Pankararu Opará, Terra Indígena Pankararu Angico, Terra Indígena Taboa, aldeamentos de Brejinho da Serra e Brejinho de Fora, de mais a mais, as aldeias Altinho, Gameleira, Cumbe e Serra Vermelha nas Terra Indígena Entre Serras Pankararu e Terra Indígena Pankararu.



Fonte: Google maps (editado)¹⁰³

Além disso, nas aldeias Caxiado, Bem Querer e Caldeirão contiveram conflitos fundiários e territoriais desde de 1949 a 2020, alcançando litígios judiciais entre esses períodos, em 1949 com a contestação das delimitações da área indígena, na década de 1950 com Ação Demarcatória cumulada com a Reivindicação de Posse de Propriedade

¹⁰¹ BRASIL. DECRETO DE 19 DE ABRIL DE 2007. Brasília, DF: Presidente da República.

¹⁰² BRASIL. PORTARIA Nº 2.579, DE 21 DE SETEMBRO DE 2004. FUNAI. Diretoria de Assuntos Fundiários. Sistema de Terras Indígenas.

¹⁰³ Google maps. Terra Indígena Pankararu. Disponível em: https://www.google.com/maps/place/T.I.+Pankararu/@-9.1157839,-38.277842,12z/data=!4m6!3m5!1s0x70911b59e8451c5:0xf0a5dd375b72610f!8m2!3d-9.106128!4d-38.189946!16s%2Fg%2F1!1sIncljvywq?entry=ttu&g_ep=EgoyMDI0MTEyNC4xIKXMDSoASAFQAw%3D%3D. Acesso em 27 de novembro de 2024.

Privada, em 1960 com Ação de Usucapião, seguidamente contiveram no Tribunal Federal de Recursos: primeiro, a Apelação Cível nº 20.618/PE, e o segundo, em recursos Extraordinários 12.907, nos autos de Apelação Cível nº 2978-PE, e terceiro Apelação Cível de nº 67.255/PE-1980¹⁰⁴, e também, a Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal¹⁰⁵, em virtude as complicações relacionados às violências e as violações de direitos humanos, originários e as garantias fundamentais, mais também, aos avanços contínuos dos conflitos fundiários e territoriais existentes nas aldeias, prejudicando, queimando e/ou deteriorando e modificando as terras, os imóveis educacionais, saúde e as moradias, além de uns dos princípios e direito primordial: o direito à vida digna aos indígenas.

E também, a inundação da Cachoeira de Itaparica na década de 80, com a construção da barragem da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga, inundando vários municípios, principalmente a Velha Petrolândia e parte de Jatobá em Pernambuco, locais esses onde residiam várias famílias, fazendo com que, os moradores se retirasse daquela localidade e procura-se refúgio em locais mais próximos, sendo então, as terras indígenas, as agrovilas e o novo local para o município de Petrolândia¹⁰⁶.

De acordo com o livro do Etnomapeamento da Terra Indígena Entre Serras de Pankararu¹⁰⁷ e a Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Povo Indígena Pankararu¹⁰⁸, o Povo Pankararu se delimita pela dispersão territorial das aldeias Agreste, Altinho, Baixa do Lero, Barroco, Barros ou Baixa dos Cachorros, Barriguda, Bem Querer de Baixo e Bem Querer de Cima, Brejinho dos Correias, Brejinho da Serra, Brejinho de Fora, Brejo dos Padres, Caldeirão, Carira, Carrapateira, Caxiado, Cumbe, Espinheiro, Folha Branca, Gameleira, Gabriel, Jitó,

¹⁰⁴ FUNAI. Processo da FUNAI/BSB/2275/84 de nº 28870.002275/1984-95. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Fls. 183; 243; 337.

¹⁰⁵ MAPA DE CONFLITOS: Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. PE – Tensão entre indígenas da TI Pankararu e posseiros não tem data para acabar. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=pe-tensao-entre-indigenas-da-ti-pankararu-e-posseiros-nao-tem-data-para-acabar>. Acesso desde 20 de agosto de 2023.

¹⁰⁶ SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Indígenas Pankararu no Sertão de Pernambuco: vida, deslocamentos e trabalho. Universidade Federal de Pernambuco. 2020. p. 24-25.

¹⁰⁷ SOCIOAMBIENTAL. FUNAI (Org.). Etnomapeamento da Terra Indígena Entre Serras de Pankararu. 2017.

¹⁰⁸ SANTOS, Juracy Marques dos; et al. Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Povo Indígena Pankararu / Coordenadores Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Elizabeth Acevedo Marin; Organizadores Juracy Marques dos Santos...[et al]. – Manaus, AM : Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010. p. 07.

Lagoinha, Logradouro, Macaco, Mundo Novo, Olho D'água do Julião, Piancó, Porteirão, Salão, Saco dos Barros, Serra Vermelha e Tapera.

Devidos aos processos de transformações, os redimensionamentos migratórios e os dinamismos territoriais nos procedimentos de reterritorialização (mudanças do território por meio das expectativas de vida dos indígenas, busca por recursos econômicos, sociais, políticos e civis, a escassez de água, comida, emprego e terra), muitos indígenas Pankararu se deslocaram para outros Estados, principalmente a posteriori a década de 1940, indo para os Estados de São Paulo, Tocantins e Minas Gerais, demarcando outros territórios, como os Pankararu no Estado em Real Parque¹⁰⁹, o Pankararu do Tocantins nos municípios de Figueirópolis e Gurupi¹¹⁰, e o Pankararu Apucaré no Estado de Minas Gerais nos municípios de Araçuaí e Coronel Murta¹¹¹.

A organização social da Povo Pankararu são formadas pelo Pajé, representação religiosa, é um dos curandeiros da comunidade que zela pelos terreiros, articula as festividades tradicionais juntos com os zeladores dos praias e as lideranças indígenas, têm conhecimento sobre as tradições e os rituais, a língua e tem a função de aconselhar o nosso povo. A figura política, são os Caciques, guerreiros e guerreiras que reivindica e proporciona os programas e as políticas públicas de acesso para a população juntamente com as lideranças locais nas aldeias, atuando internamente como intermediador dos conflitos internos e também externos.

Na figura destes fazem representar o restante dos caciques e/ou pajés não citados, os caciques Zenivaldo Gonzaga e Marcelo Monteiro na TI Entre Serras, os caciques Zé Auto e Pedro Perua na TP Pankararu, o cacique Bira Pankararu na TI Pankararu Angico, a cacique Valdenúzia Tavares da TI Pankararu Opará, a cacique Josenilda Marques na TI Pankararu Taboá, os pajés na TI Entre Serras é José João da Silva, conhecido como Zé

¹⁰⁹ BRANQUINHO, Evanio Santos; OLIVEIRA JÚNIOR, Ângelo José de. Índios Urbanos: A migração do Povo Pankararu para a cidade de São Paulo: aspectos territoriais e identitários. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, Rio Claro, SP, Brasil. Edição de 2021, v. 18, n. 2 (2020), p. 132-151.

¹¹⁰ OLIVEIRA JÚNIOR, Elvio Juanito Marques de; DEMARCHI, André. Pankararu do Tocantins: História, Lutas e Identidades de um Povo Esquecido e Sem Terra. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 314, jan./jul.

¹¹¹ CAMARGO, Pablo Matos. Artigo: Povos indígenas em Minas Gerais. Site Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. 2020, pp. 11-12.

Quijapreto e na TI Pankararu é Renato, o pajés Jaguriça Pankararu na TI Pankararu Opará, entre outros.

O Capitão é o articulador geral da comunidade, tem poder de conciliar os conflitos e auxiliar em questões jurídicas, políticas e sociais, os pais e zeladores de praiás cuidam da tradição e dos rituais, são conselheiros que acompanham o pajé e o cacique, participam das decisões e movimentos relacionado a comunidade, enquanto que, o Chefe de Posto da FUNAI atua no conjunto das questões Pankararu, na qualidade de apaziguador e intermediador, consultando as lideranças e o povo sempre que necessário.

Existem outros membros, como as lideranças indígenas e o conselho com a função de aconselhar os movimentos internos e externos, bem como, pelo papel de atuação dentro da comunidade. As curandeiras, parteiras (pois antes não existiam no posto enfermeiras e médicas), os membros que ficam encarregados nos momentos de rituais com os preparativos das comidas, pinturas e da garapa. A tradicionalidade dos rituais e práticas sagradas no território, influência as forças encantadas e o mundo encantado com os “praiás”, a mãe natureza, o pai tupã e o contato com a águas, para os momentos dos ritos sagrados: o Toré, o Menino do Rancho, as Três Rodas, os Passos, a Corrida de Imbu, o Mestre Guia, a Dança do Cansação, o puxamento de cipó e o flechamento do umbu, as Promessas, e a Mesa de Cura¹¹².

A Corrida do Imbu começa pelo fechamento da fruta imbu ou umbu, que segundo os conhecimentos e discernimentos dos mais velhos, é com base nesse flechamento que se afasta o mal e as doenças que vêm através da reima do imbu, e o puxamento do cipó no final do mês de novembro. A Corrida se inicia geralmente no mês de fevereiro à março nos terreiros sagrados durante quatro semanas, com o início aos sábados (os passos) e o término nos domingos (as corridas) com as queimas do cansação (dança do cansação).

O Menino do Rancho, esse ritual acontece quando os pais da criança fazem a promessa aos encantados, e quando decidem pagar a promessa procuram os zeladores do Tonam de Caroá para combinarem conforme o prometido. Se realiza o festejo do menino do rancho em forma identidade, reconhecimento e pertencimento ao Mundo dos

¹¹² Pankararu. Secretaria de Educação. Governo do Estado de Pernambuco.

Encantados e pela saúde da criança, com isso a família entrega a criança em forma de promessa aos encantados protetores da aldeia. As Três Rodas, uma manifestação religiosa que celebra a graça alcançada, seja por enfermos que alcançaram a cura e a saúde, ou por pessoas que obtiveram alegria em outras vitórias. O Toré, pode acontecer em qualquer espaço e época do ano com toantes que ganham ritmo com o maracá, e contém a participação de todos, acontecem geralmente nas escolas, reuniões, assembleias e terreiros.

Todos os rituais sagrados à uma oferenda de comida e bebida, pirão de carne: frango, peixe, carneiro, boi ou caça com o arroz, acompanhado com a dociká ou garapa de cana de açúcar, rapadura, ou simplesmente só a garapa com pão, dependendo da boa vontade de quem promete. A vestimenta dos praiás são o casaco de cima que é conhecido como Tonam e em baixo a saia, essa roupa é feita apenas de croá, na cabeça é chamado de penacho, é utilizado as penas de galo e peru para a sua ornamentação, na sua roupa tem que ter a referência do praiá, como por exemplo, um pano nas costas do casaco, todos usam um maracá, e alguns usam a flauta para anunciar a sua chegada ou para chamar o batalhão¹¹³.

Também existem várias organização social relacionados a diversas áreas dos setores da saúde, educação, agricultura, comércio, conhecimentos ancestrais, entre outros âmbitos vivenciado pelo povo nas comunidades, como por exemplo, o Conselhos Local da Saúde, Religioso e Escolares, o Movimento Jovem, a Organização Indígena do Tronco Velho Pankararu, o Subcomitê da Coordenação Técnica Local (CTL) de Petrolândia - FUNAI, a Associação dos Artesãos e Agropecuaristas Indígenas Pankararu, a Comissão de Professores Indígena de Pernambuco (COPIPE), a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI-PE), entre outros.

Na organização estrutural na comunidade, em quase toda aldeia se contém escola com educação especial indígena, específica, inclusiva e diferenciada na cultura do povo, até no ano 2002, as escolas eram de domínio dos municípios de Tacaratu, Jatobá e Petrolândia, que desenvolviam o ensino totalmente distante da realidade, desconhecendo

¹¹³ Pankararu. Secretaria de Educação. Governo do Estado de Pernambuco.

os valores, a cultura, a identidade, o pertencimento e a tradição do povo. O que foi alterado perante a Resolução de nº 03/99 do Conselho Nacional de Educação, com base nas diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, devendo a educação escolar indígena ser ofertada e executada mediante a responsabilização da esfera estadual, os postos de atendimento de saúde, e os locais de prática religiosidade e das tradições sagradas.

Conflitos fundiários e territoriais

A redução territorial da Terra Indígena Pankararu, medição com restrição territorial de 3 quilômetros nos sentidos leste e norte da área indígena - demarcação e homologação no processo demarcatório de 2000 a 2006, a Terra Indígena Entre Serras Pankararu -, prejudicando ainda mais a regularização das terras indígenas do Povo Pankararu, além da morosidade e burocratização no processo de demarcação das terras indígenas, a ausência da demarcação da área total delimitada em 1700 e a inclusão dos aldeamentos citados diversas vezes nos Processo da FUNAI/BSB/2275/84 e Processo da FUNAI/BSB/0196/2000, com as Terras Indígenas Pankararu Opará, Pankararu Angico e Pankararu Taboá, as aldeas Brejinho da Serra, Brejinho de Fora, Serra Vermelha, Gameleira, Altinho e Cumbe.

Os conflitos fundiários e territoriais aconteceram nos aldeamentos de Bem Querer de Baixo, Caldeirão e Caxiado, pessoas não indígenas, agricultores rurais que moravam naquela localidade, em virtude da possibilidade de possuir terras. Contendo assim, ataques de incêndios e depredações em imóveis na Escola Estadual Indígena José Luciano na Aldeia Caldeirão, a Escola Municipal São José, um posto de saúde da família (PSF) e, a Igreja Nossa Senhora da Conceição no aldeamento Bem Querer de Baixo, a danificação dos canos de água nos aldeamentos Bem Querer de Baixo, Caldeirão e Caxiado no ano de 2018, e uma tentativa de incêndio da Unidade de Saúde, na Aldeia Caldeirão em

2019¹¹⁴. Como também, sucederam outros ataques no território tradicional, no período de 2020, as derrubadas das árvores frutíferas, as destruições das cercas e cercados mediante cortes dos arames farpados, e a última ocorrência, foram as cartas com ameaças de mortes e a colocação de um placa com nomes de pessoas que iriam morrer¹¹⁵. Os litígios judiciais entre os participantes indígenas e não indígenas percorreram o período de 1949 a 2020.

Outros problemas enfrentados pelo povo, o projeto de construção das torres elétricas em 1963, a passagem das linhas de transmissão nas terras indígenas, no sentido norte-sul e numa linha paralela aos limites das Terras Indígenas Pankararu e Entre Serras. Existindo mais uma vez, a invasão, destruição e degradação da natureza e dos recursos naturais no território, causando riscos de emissão de radiação eletromagnética, acidentes provocado no deslocamento de entrada e saída na área, não sendo permitido a utilização daquelas terras pelas atividades agrícolas, e também, a inexistência da aplicabilidade de medidas de compensação na linha paralela, no perímetro e dentro do território indígena devido aos impactos negativos gerados nas terras pelos investimentos das empresas privadas¹¹⁶.

A torre de telefonia celular localizada na Serra do Cruzeiro na cidade de Tacaratu, próximo aos limites das aldeias Folha Branca, Brejo dos Padres, Cumbe e Agreste¹¹⁷, a causa da sua indagação é de não ter contido consultas prévia e posteriores as comunidades para a sua construção e instalação, existindo mais um desrespeito às normativas de direitos originários, ao território e às legislações nacionais e internacionais. A inundação da Cachoeira Sagrada de Itaparica com a construção da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga na década de 1980, ocasionando no aumento de invasão ao território indígena, por ser próximo às margens do Rio São Francisco, crescendo ainda mais os conflitos fundiários e territoriais entre os indígenas e não indígenas¹¹⁸.

¹¹⁴ ALMEIDA, Joanderson Gomes de. Os Impactos do Serviço de Proteção ao Índio (Spi) nas Dinâmicas Internas do Povo Pankararu em Pernambuco. Dissertação. Universidade de Brasília. Faculdade de Direito Programa de Pós-Graduação em Direito. 2022. p. 65-66.

¹¹⁵ Idem. p. 72-73.

¹¹⁶ MAPA DE CONFLITOS: Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. PE – Tensão entre indígenas da TI Pankararu e posseiros não tem data para acabar. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=pe-tensao-entre-indigenas-da-ti-pankararu-e-posseiros-nao-tem-data-para-acabar>. Acesso desde 03 de junho de 2024.

¹¹⁷ SOCIOAMBIENTAL. FUNAI (Org.). Etnomapeamento da Terra Indígena Entre Serras de Pankararu. 2017.

¹¹⁸ SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Indígenas Pankararu no Sertão de Pernambuco: vida, deslocamentos e trabalho. Universidade Federal de Pernambuco. 2020. p. 24-25.

Um das ameaças e desafios no interior das Terras Indígenas, se compreende os riscos de acidentes em torno da BR 375 de Pernambuco, entre a entrada da aldeia Baixa do Lero, passando pelas aldeias Espinheiro e Folha Branca até a chegada do município de Tacaratu, por conta do mau estado de conservação dessa faixa, e do constante tráfego de pessoas e veículos nessa redondeza, sendo sujeita a riscos de acidentes graves.

A instalação do parque eólico na área vizinha ao limite leste da TI Entre Serras, por mais que seja considerada uma fonte de energia limpa, ainda é possível causar danos físicos e mentais, bem como, impactos sociais e ambientais, como o ruído audível, a interferência eletromagnética, o impacto visual das torres e os processos migratórios de pássaros e outros animais da fauna. Além disso, a única forma de acesso a esse local é por um estrada construída pelo interior da TI Entre Serras, permitindo o acesso de forma incontrolada ao território, facilitando a entrada de pessoas estranhas à área, aumentando a sua vulnerabilidade na terra indígena¹¹⁹.

Outra ameaça a natureza e também a população em geral, é o lixão a céu aberto instalado pela prefeitura do município de Tacaratu, situado no interior da terra indígena e na área contígua da zona urbana, sendo depositados todos os resíduos sólidos oriundos da cidade de Tacaratu. Este lixão está em desacordo com as normas sanitárias vigente, Lei 12.305/2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos, acarretando riscos para saúde da população indígena e contaminando o ambiente com componentes tóxicos de pilhas, baterias, lâmpadas, equipamentos eletrônicos e outros materiais, além desse transtorno, a população indígena não tem acesso à coleta de lixo regular nas suas aldeias, tornando-se duplamente prejudicada¹²⁰.

O direito à terra

Os direitos originários, segundo colações de Barbuda, direito preexiste ao próprio Estado de Direito, um direito pré-constituído ao longo de um processo histórico-colonial,

¹¹⁹ SOCIOAMBIENTAL. FUNAI (Org.). Etnomapeamento da Terra Indígena Entre Serras de Pankararu. 2017.

¹²⁰ SOCIOAMBIENTAL. FUNAI (Org.). Etnomapeamento da Terra Indígena Entre Serras de Pankararu. 2017.

sendo reconhecido pela Constituição Federal de 1988, não foi criado por força positiva na ordem jurídica constitucional e institucional, nem condicionado ao cumprimento de quaisquer formalidades burocráticas, sendo regulada pela legislação infraconstitucional, transformando em caráter meramente declaratório¹²¹.

Abordaremos plausivelmente o direito à terra, estabelecido pelo ordenamento jurídico brasileiro e internacional, pela Carta Magna de 1988, o Decreto nº 1.775/1996, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, a Convenção de nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. Nessas legislações aduz sobre os direitos humanos, os direitos originários e as garantias fundamentais aos povos indígenas, principalmente a identificação, o pertencimento, o reconhecimento, a pluridiversidade e a multiculturalidade étnica e cultural. A proteção, conservação e revitalização da cultura, étnica e social, os costumes, as tradições e rituais, a língua materna, a autodeterminação, organização, administração e estruturação interna nas comunidades indígenas, entre outros direitos.

Na Carta Magna está presente nos dispositivos 231 e 232¹²², descrevendo o reconhecimento da organização social, administrativa, étnica e cultural das comunidades indígenas, as terras tradicionalmente ocupadas pelas populações indígenas, a descrição de tradicionalmente ocupadas, não é somente a moradia e/ou a localidade onde se encontra a comunidade indígena, mais também, o espaço físico e simbólica e a cosmovisão indígena do povo em específico, as atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais e naturais necessários para o bem-estar da população, e a reprodução física e cultural.

Compete à União demarcar, proteger e respeitar a terra indígena e seus bens, a demarcação conjuntamente com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas e o Ministério

¹²¹ BARBUDA, Ciro de Lopes e. TERRAS INDÍGENAS & UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: SOBREPOSIÇÃO DE TERRITÓRIOS, POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS E DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE. Porto Seguro – Bahia, 2021. P. 138.

¹²² BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasília, DF. Presidente da República. p. 124.

da Justiça, com bases nas etapas do processo demarcatório previsto no Decreto 1.775/1996¹²³. As características de posse permanente, usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, a indisponibilidade, imprescritibilidade e inalienabilidade das terras indígenas.

O aproveitamento dos recursos hídricos, os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais, podem ser efetivados com a autorização do Congresso Nacional, desde que ouvidas as comunidades afetadas, ficando asseguradas a participação nos resultados da lavra, conforme a lei. Não se aplica os casos de organização de garimpagem e pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis. Nisso complemento com a Lei 14.701/2023, que permite os programas, projetos, atividades e instalações de bases militares, construção de estradas e ferrovias, exploração de recursos naturais e ambientais, independente da consulta às comunidades indígenas¹²⁴, contrariando uma das premissas da Convenção 167 da Organização Internacional do Trabalho, que prevê a consulta prévia, informada e livre as comunidades indígenas¹²⁵.

Veda a remoção dos grupos indígenas de suas terras, com ressalva “ad referendum” do Congresso Nacional, nos casos de catástrofe, epidemia que ponha em risco a população ou no interesse da soberania do País, após a deliberação do Congresso Nacional, garantindo o seu retorno após cessar o risco. Tem os efeitos jurídicos nulos e extintos nos atos que tenham por objeto a ocupação, domínio e a posse das terras indígenas, ou a exploração das riquezas naturais pertencentes nas terras, salvo, o interesse público da União, não gerando a nulidade e a extinção do direito de indenização, ou ações contra a União, ressalvado os casos de benfeitorias derivadas das ocupações de boa fé.

O caput do artigo 232 dispõe sobre a legitimidade processual de ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, podendo conter a intervenção e intermediação do Ministério Público Federal em todos os atos do processo, incluindo a participação da Defensoria Pública nesses processos. Esse artigo contraria a presença da tutela estatal na política indigenista anterior à promulgação da Carta Magna, que tutelava os povos

¹²³ BRASIL. DECRETO Nº 1.775, DE 8 DE JANEIRO DE 1996. Brasília, DF. Presidente da República.

¹²⁴ BRASIL. LEI Nº 14.701, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023. Brasília, DF. Presidente da República.

¹²⁵ BRASIL. DECRETO Nº 10.088, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019. Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. Brasília, DF: Presidente da República.

indígenas, principalmente aquelas comunidades que não seguiam os parâmetros de integração, assimilação e miscigenação da sociedade nacional¹²⁶.

As ameaças e os retrocessos legislativos na atualidade sobre os direitos originários, a Lei 14.701/2023, a PEC 48/2023, altera o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, inserindo o marco temporal em 1988¹²⁷, isso quer dizer, que as populações indígenas devem comprovar que estavam nas terras indígenas até esse período ou senão estavam, comprovar a existência de esbulho possessórios das terras indígenas, a PEC 36/2024 modifica o artigo 231 da Constituição Federal de 1988, permitindo a exploração de qualquer tipo de atividades econômicas, de forma direta e até por arrendamento das terras indígenas¹²⁸, a PEC 59/2023, transfere a competência da União para o Congresso Nacional nos processos de demarcação das comunidades indígenas¹²⁹ e a PEC 10/2024, modifica o dispositivo 231 da Constituição Federal de 1988, permitindo os indígenas a produção e comercialização livremente das suas produções, prevendo a União prestar-lhes auxílio técnico na prática de quaisquer atividades florestais, agropecuárias e inclusive monocultura, celebrando contratos de arrendamento e parceria para comercialização desses produtos¹³⁰.

O Projeto de Lei 4039/2024, compreendem as alterações do processo legal de demarcação das terras indígenas e a Lei 14.701/2023, com o objetivo e a finalidade de indenizar, por danos materiais e imateriais os invasores, isto é, os não indígenas proprietário e/ou possuidores de terras indígenas, em casos de processos de retomadas nas áreas territoriais, que ainda não foi finalizado o processo demarcatório, ou melhor dizer, sem suas devidas homologação, regularização e proteção das terras indígenas. Ademais, prevê a suspensão desde do início e/ou na continuação do processo demarcatório, enquanto houver existência e/ou presença das ocupações irregulares nas

¹²⁶ BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasília, DF. Presidente da República. p. 124.

¹²⁷ SENADO FEDERAL. PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2023. Data: 21/09/2023. SF/23537.59785-00. Autoria: Dr. Hiran e outros representantes.

¹²⁸ SENADO FEDERAL. PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2024. Data: 26/09/2023. SF/24170.09033-47. Autoria: Mecias de Jesus.

¹²⁹ SENADO FEDERAL. PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2023. Data: 08/11/2023. SF/23435.50547-82. Autoria: Carlos Viana e outros representantes.

¹³⁰ SENADO FEDERAL. PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 10, DE 2024. Data: 27/03/2023. SF/24704.45710-10. Autoria: Zequinha Marinho e outros representantes.

áreas¹³¹, e o PL 6050/2023 que designa a liberação da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONG's, compreendendo as condições específicas para realização de pesquisa, lavra e exploração de atividades de recursos minerais, garimpo, hidrocarbonetos, exploração de energia elétrica, e outros recursos naturais e ambientais que possam trazer apenas benefícios aos órgãos públicos e privados em prol dos prejuízos e danos às comunidades indígenas¹³².

Além disso, o PL 6053/2023 inclui disposições do Estatuto do Índio, a Lei 6001/1973, com o garantimento das observância de teor técnicos, os princípios da publicidade e o contraditório nas elaborações dos laudos técnicos nas fases dos processos de demarcação nas terras indígenas, pretendendo a previsão de impedimentos e suspeições de peritos em processos de demarcação. Segundo o teor do projeto de lei, esses limites configuram as regras estabelecidas pelos deveres de imparcialidade, prevalecendo o interesse público sob o privado, a transparência, os códigos de ética nas respectivas áreas de atuação, as normas sobre conflitos de interesses, impedimento e suspeição previstas na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e na Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013¹³³.

O Projeto de Lei 709/2023, aprovado na Câmara de Deputados e enviado para aprovação no Senado Federal, altera a legislação 8629/1993, criminalizando participantes das ocupações, invasões de propriedades e as retomadas das terras indígenas, os acusados das invasões a domicílio e/ou esbulho possessório, ficando impedido de acessar os direitos básicos e os benefícios de assistência social, como reforma agrária, minha casa minha vida, inscrever em concursos públicos, entre outros direitos¹³⁴.

E o PL 4183/2023, aprovada pela Câmara de Constituição, Justiça e Cidadania na Câmara dos Deputados, impondo a criação de CNPJ aos movimentos sociais e populares, na aquisição de personalidade jurídica para o regular o funcionamento dos movimentos

¹³¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL n. 4039/2024. Apresentação: 22/10/2024 10:37:29.123 - Mesa. Autoria: Pedro Lupion.

¹³² SENADO FEDERAL. PROJETO DE LEI Nº 6050, DE 2023. CPI DAS ONGS. Data: 14/12/2023. Relator: Marcio Bittar.

¹³³ SENADO FEDERAL. PROJETO DE LEI Nº 6053, DE 2023. CPI DAS ONGS. Data: 14/12/2023. Relator: Marcio Bittar.

¹³⁴ CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 709/2023. Data da Apresentação: 28/02/2023. Data do Documento: 19/04/2023. Autoria: Marcos Pollon.

sociais e populares, para fins de criminalização civil e penal¹³⁵. Nos casos de crimes contra a vida e a propriedade praticados em nome ou defesa do movimento, e nos eventos de responsabilização ficará proibida no prazo de cinco anos contratar, ser contratado, utilizar espaços e recursos da administração direta, autárquica e fundacional da União, os entes federativos e os municípios em benefícios próprio ou de terceiros¹³⁶.

Em suma, os projetos de leis e as proposta a emenda à Constituição realizadas pelos políticos, realça os interesses nas terras indígenas e nos recursos naturais e ambientais existentes, alterando e excluindo os direitos humanos, originários e transindividuais das populações indígenas, direitos esses pactuado na ordem constitucional nacional e internacional, em serventia dos objetivos econômicos, políticos e sociais das pessoas e grupos sociais envolvidos nessas propensões.

Considerações finais

Diante o que foi mencionado, mais de 500 anos de resistência dos povos originários após a invasão europeia ao Brasil, todo o processo de colonização à democratização do Estado Democrático de Direito, a promulgação da Constituição Federal de 1988, garantindo direitos e garantias fundamentais a todos os cidadãos, incluindo os povos indígenas. No entanto, mesmo com todo esse reconhecimento, é possível comprovar a existência de várias violações e violências de direitos humanos e originários, além dos conflitos internos e externos em relação aos territórios e as comunidades indígenas.

É possível observar a constante luta pelos direitos humanos, ao direito à terra, a posse da terra e o direito à vida digna, enfrentando obstáculos antes, durante e posterior ao procedimento demarcatório das terras indígenas, destacando os fatores de morosidade,

¹³⁵ CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 4.183/2023. Data da Apresentação: 29/08/2023. Data do Documento: 05/09/2023. Autoria: Coronel Assis.

¹³⁶ HAJE, Lara. Comissão aprova exigência de personalidade jurídica para movimento social organizado em mais de três estados. Câmara dos Deputados. Edição - Geórgia Moraes. Fonte: Agência Câmara de Notícias.

burocratização das fases do processo, as invasões realizada pelos não indígenas no território, o que acaba gerando conflitos e tensões no processo de demarcação, nos momentos de desocupação e retiradas dos agricultores rurais, como foi no caso do Povo Pankararu, no ano de 2017 a 2020, quando sofreram várias ataques e conflitos fundiários após a decisão judicial dando parecer favorável aos direitos originários ao Povo Pankararu, no que diz respeito, a Terra Indígena Pankararu.

Tendo em vista a importância do acesso à terra às comunidades indígenas, o dever de reparação histórica, fornecendo uma vida digna e a aplicação, efetividade e execução dos direitos demarcatórios as terras indígenas, por intermédios da proteção das garantias e dos direitos humanos e originários, à segurança pública e jurídica à terra e a conservação da cultura étnica, a cosmovisão indígena, as tradições e os rituais sagrados as forças encantadas, a ancestralidade e espiritualidade indígena, aos conhecimentos e os ensinamentos ancestrais da etnohistória Pankararu, a revitalização da língua materna e a educação indígena especial, diversificada, inclusiva e diferenciada, sem que haja interferências dos não indígenas.

Diante disso, ressaltamos que os direitos humanos, originários e as garantias fundamentais às comunidades indígenas devem ser protegidos, amparados e resguardados de modo cooperativo, colaborativo e integral pelos órgãos nos âmbitos público e privado, nas esferas federais, estaduais e municipais, bem como, aos poderes executivos, legislativos e judiciários, e a sociedade civil, sendo criada, desenvolvida, ampliada e aprimorada a promoção das programas, as políticas públicas, os projetos e as atividades nos setores políticos, econômicas, sociais, culturais - defendendo a pluridiversidade e a multiculturalidade indígena - e de direitos humanos.

Mencionando às inconstitucionalidades das normas jurídicas e legais, no tocante, às legislações, aos projetos de leis e as propostas a emenda à Constituição pelos representantes do povo, isto é, os políticos, com os objetivos de inviabilizar, excluir e limitar os direitos humanos e originários, em específico, ao direito à terra. Ressaltando a aplicabilidade, efetividade, monitoramento e a execução dos direitos humanos e originários e as garantias fundamentais aos povos indígenas, além da eficiência, agilidade e praticidade no processo de demarcação das terras indígenas - que vem em constante

instabilidade e lentidão processual nos órgãos da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, no Ministério de Justiça e na Presidência da República - , fomentando a sua proteção, conservação, segurança pública e jurídica nos territórios.

Referências

ALMEIDA, Joanderson Gomes de. **Os Impactos do Serviço de Proteção ao Índio (Spi) nas Dinâmicas Internas do Povo Pankararu em Pernambuco**. Dissertação. Universidade de Brasília. Faculdade de Direito Programa de Pós-Graduação em Direito. 2022. p. 83. Disponível em:
http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/45964/1/2022_JoandersonGomesdeAlmeida.pdf
. Acesso desde 05 de setembro de 2023.

ARRUTI, José Maurício Andion. **A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco**. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2º ed. Contra Capa Livraria/LACED, 2004, p. 231 - 280. Disponível em:
https://drive.google.com/file/d/1tNyDW231adb82ROzS_wgDyMj5jfGvfRD/view.
Acesso desde 12 de janeiro de 2023

ARRUTI, José Maurício Andion. **O Reencantamento do Mundo - Trama Histórica e Arranjos Territoriais Pankararú**. 1996. 247 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em:
https://www.academia.edu/15553758/O_Reencantamento_do_Mundo_Trama_hist%C3%B3rica_e_Arranjos_Territoriais_Pankararu_Diss_de_Mestrado_UFRJ_MN_1996_
. Acesso desde 29 de outubro de 2023.

BRANQUINHO, Evanio Santos; OLIVEIRA JÚNIOR, Ângelo José de. **Índios Urbanos: A migração do Povo Pankararu para a cidade de São Paulo: aspectos territoriais e identitários**. Estudos Geográficos: Revista Eletrônica de Geografia, Rio Claro, SP, Brasil. Edição de 2021, v. 18, n. 2 (2020), p. 132-151. Disponível em:
<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/15588/12043>.
Acesso desde 10 de outubro de 2023.

BARBUDA, Ciro de Lopes e. **TERRAS INDÍGENAS & UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL: SOBREPOSIÇÃO DE**

TERRITÓRIOS, POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS E DIREITOS SOCIOAMBIENTAIS NO EXTREMO SUL DA BAHIA. UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. CENTRO DE FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTADO E SOCIEDADE. Porto Seguro – Bahia, 2021. P. 783. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/774346269/Tese-Doutorado-PPGES-UFSB-2021-Ciro-de-Lopes-e-Barbuda> . Acesso desde 18 de novembro de 2024.

BEZERRA, Deisiane da Silva. **A atuação do Padre Alfredo Dâmaso e suas contribuições para o reconhecimento étnico dos Fulni-ô e as mobilizações indígenas no Nordeste contemporâneo.** Dissertação. Universidade Federal de Campina Grande. Programa de Pós-Graduação em História. 2018. p. 146. Disponível em. <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/riufcg/1371/DEISIANE%20DA%20SILVA%20BEZERRA%20-%20DISSERTA%C3%87%C3%83O%20PPGH%20CH%202018.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso desde 22 de maio de 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** Brasília, DF. Presidente da República.

BRASIL. **DECRETO Nº 1.775, DE 8 DE JANEIRO DE 1996.** Brasília, DF. Presidência da República.

BRASIL. **LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.** Brasília, DF. Presidência da República.

BRASIL. **DECRETO Nº 94.603, DE 14 DE JULHO DE 1987.** Brasília, DF. Presidente da República.

BRASIL. **DECRETO Nº 10.088, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.** Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5. Acesso desde 20 de novembro de 2024.

BRASIL. **LEI Nº 14.701, DE 20 DE OUTUBRO DE 2023.** Brasília, DF. Presidente da República.

BRASIL. DECRETO DE 19 DE ABRIL DE 2007. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/dnn/dnn11243.htm#:~:text=DECRETO%20DE%2019%20DE%20ABRIL,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso desde 30 de junho de 2024.

BRASIL. PORTARIA Nº 2.579, DE 21 DE SETEMBRO DE 2004. FUNAI. Diretoria de Assuntos Fundiários. Sistema de Terras Indígenas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL n. 4039/2024. Apresentação: 22/10/2024 10:37:29.123 - Mesa. Autoria: Pedro Lupion. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2488383&filename=Tramitacao-PL%204039/2024. Acesso desde 08 de novembro de 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 709/2023. Data da Apresentação: 28/02/2023. Data do Documento: 19/04/2023. Autoria: Marcos Pollon. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2243302&filename=Ultimo%20Despacho%20-%20PL%20709/2023. Acesso desde 08 de novembro de 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 4.183/2023. Data da Apresentação: 29/08/2023. Data do Documento: 05/09/2023. Autoria: Coronel Assis. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2323060&filename=Ultimo%20Despacho%20-%20PL%204183/2023. Acesso desde 08 de novembro de 2024.

CAMARGO, Pablo Matos. Povos Indígenas de Minas Gerais. 2020. Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva. Disponível em: <https://www.cedefes.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Povos-Indigenas-de-MG-2021.pdf>. Acesso desde 09 de junho de 2024.

COELHO, Mauro Cezar; MELO, Vinícius Zúniga. NEM HERÓIS, NEM VILÕES: O LUGAR DOS DIRETORES DE POVOAÇÕES NAS DINÂMICAS DE TRANSGRESSÃO À LEI DO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS (1757-1798). Revista de História (São Paulo). 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/n867cZbdTJqrypQTkrGDvvg/#>. Acesso desde 26 de novembro de 2024

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. Terras Indígenas - Demarcação.
Disponível em: <https://cimi.org.br/terras-indigenas/demarcacao/>. Acesso desde 18 de outubro de 2023.

EDUCAÇÃO. Pankararu. Disponível em:
<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/16609/Livro%20PANKARARU.pdf>. Acesso desde 17 de outubro de 2023.

FUNAI. Processo da FUNAI/BSB/2275/84 de nº 28870.002275/1984-95.
Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Acesso desde 07 de novembro de 2023.

FUNAI. Processo da FUNAI/BSB/0196/2000 de nº 086220.2369/2002. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Acesso desde 30 de novembro de 2023.

Google maps. Terra Indígena Pankararu. Disponível em:
https://www.google.com/maps/place/T.I.+Pankararu/@-9.1157839,-38.277842,12z/data=!4m6!3m5!1s0x70911b59e8451c5:0xf0a5dd375b72610f!8m2!3d-9.106128!4d-38.189946!16s%2Fg%2F11ncljvywq?entry=tту&g_ep=EgoyMDI0MTEyNC4xIKXMDSoASAFQA%3D%3D. Acesso em 27 de novembro de 2024.

HAJE, Lara. Comissão aprova exigência de personalidade jurídica para movimento social organizado em mais de três estados. Câmara dos Deputados. Edição - Geórgia Moraes. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/noticias/1111051-comissao-aprova-exigencia-de-personalidade-juridica-para-movimento-social-organizado-em-mais-de-tres-estados>. Acesso em 28 de novembro de 2024

MAPADECONFLITOS. PE – Tensão entre indígenas da TI Pankararu e posseiros não tem data para acabar. Disponível em:
<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=pe-tensao-entre-indigenas-da-ti-pankararu-e-posseiros-nao-tem-data-para-acabar>. Acesso desde 18 de outubro de 2023.

MAPA DE CONFLITOS: Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. PE – Tensão entre indígenas da TI Pankararu e posseiros não tem data para acabar. Disponível em:

<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=pe-tensao-entre-indigenas-da-ti-pankararu-e-posseiros-nao-tem-data-para-acabar>. Acesso desde 03 de junho de 2024.

OLIVEIRA, João Paulo do Nascimento. **Territórios Indígenas no Brasil: o caso do povo Pankararu**. 59 f. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26478/1/Jo%C3%A3o%20Paulo%20do%20Nascimento%20Oliveira%20Terrot%C3%B3rios%20ind%C3%ADgenas%20No%20%20brasil%20o%20caso%20da%20reserva%20Pankararu.pdf>. Acesso em 26 de novembro.

OLIVEIRA JÚNIOR, Elvio Juanito Marques de; DEMARCHI, André. **Pankararu do Tocantins: História, Lutas e Identidades de um Povo Esquecido e Sem Terra**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 309-325, jan./jul. 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/44183347/PANKARARU_DO_TOCANTINS_HIST%C3%93RIA_LUTAS_E_IDENTIDADES_DE_UM_POVO_ESQUECIDO_E_SEM_TERRA?email_work_card=title. Acesso desde 09 de junho de 2024.

Pankararu. Secretaria de Educação. Governo do Estado de Pernambuco.

PRANDI, Jair. **Mapa de Pernambuco**. Mapasblog. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. Figura 6/12 Disponível em: <https://mapasblog.blogspot.com/2011/11/mapas-de-pernambuco.html>. Acesso em 28 de novembro de 2024.

SANTOS, Juracy Marques dos; et al. **Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: Povo Indígena Pankararu** / Coordenadores Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Elizabeth Acevedo Marin; Organizadores Juracy Marques dos Santos...[et al]. – Manaus, AM : Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.

SENADO FEDERAL. **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2023**. Data: 21/09/2023. SF/23537.59785-00. Autoria: Dr. Hiran e outros representantes. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9466052&ts=1730185182963&disposition=inline>. Acesso desde 08 de novembro de 2024.

SENADO FEDERAL. **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 36, DE 2024**. Data: 26/09/2023. SF/24170.09033-47. Autoria: Mecias de Jesus. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9813943&ts=1730177455089&disposition=inline>. Acesso desde 08 de novembro de 2024.

SENADO FEDERAL. **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 59, DE 2023**. Data: 08/11/2023. SF/23435.50547-82. Autoria: Carlos Viana e outros representantes. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9501196&ts=1730184350989&disposition=inline>. Acesso desde 08 de novembro de 2024.

SENADO FEDERAL. **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 10, DE 2024**. Data: 27/03/2023. SF/24704.45710-10. Autoria: Zequinha Marinho e outros representantes. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9573391&ts=1730181294392&disposition=inline>. Acesso desde 08 de novembro de 2024.

SENADO FEDERAL. **PROJETO DE LEI N° 6050, DE 2023**. CPI DAS ONGS. Data: 14/12/2023. Relator: Marcio Bittar. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9529004&ts=1730183965914&disposition=inline>. Acesso desde 08 de novembro de 2024.

SENADO FEDERAL. **PROJETO DE LEI N° 6053, DE 2023**. CPI DAS ONGS. Data: 14/12/2023. Relator: Marcio Bittar. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9529019&ts=1730183969994&disposition=inline>. Acesso desde 08 de novembro de 2024.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. **Indígenas Pankararu no Sertão de Pernambuco: vida, deslocamentos e trabalho**. Universidade Federal de Pernambuco. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38916#:~:text=Este%20trabalho%20trata%20de%20processos,%2C%20Jatob%C3%A1%2C%20Tacaratu%2C%20no%20estado>. Acessado desde de dezembro de 2022.

SILVA, Joana. **Tacaratu**: serra de muitos cabeços: história do município de Tacaratu: memórias. Recife: Gráfica Alencar, 2014, 180p.

SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em:
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pankararu>. Acesso desde 18 de outubro de 2023.

SOCIOAMBIENTAL. Etnomapeamento da Terra Indígena Entre Serras de Pankararu. Disponível em:
<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/pud00033.pdf>. Acesso desde 17 de outubro de 2023.

UFPE. Povos Indígenas de Pernambuco. Disponível em:
<https://www.ufpe.br/nepe/povos-indigenas>. Acesso desde 18 de outubro de 2023.

**O FEMININO EM LORD ALFRED
TENNYSON (1809-1892): UMA
ANÁLISE DE THE LADY OF
SHALOTT (1859)¹³⁷**

Márcia Maria da Silva Barreiros¹³⁸

Alexandre Bartilotti Machado¹³⁹

João Matheus Silva Guimarães¹⁴⁰

RESUMO

O objetivo do presente artigo é realizar uma análise aprofundada do papel e da representação do gênero feminino no poema "The Lady of Shalott" [A Dama de Shalott], escrito por Alfred Tennyson entre 1832 e 1842, mas publicado em 1859. Para alcançar esse propósito, realizamos a tradução completa do poema para o português, disponibilizando-a nos apêndices deste trabalho. Nosso enfoque recai sobre a personagem central, a Dama de Shalott, explorando sua relação com seu contexto histórico, conforme delineado pelo poeta. Nossa análise parte de uma abordagem conceitual que se fundamenta em duas vertentes teóricas importantes: o conceito de "gênero", conforme discutido por Scott (1986), e a noção de "representação", conforme abordada por Chartier (2002). Ao longo deste estudo, examinamos como o poema retrata e problematiza o feminino, inserindo-se em um contexto literário e social que reflete as transformações e conflitos da época vitoriana.

Palavras-chave: Tennyson; História; Literatura.

¹³⁷ Este trabalho é uma versão editada do artigo "A representação do gênero feminino em Lady of Shalott, de Alfred Tennyson" (2021), apresentado no VI Encontro Estadual de Ensino de História da ANPUH-BA.

¹³⁸ Professora titular da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Atuou como tradutora do poema em anexo e como coautora do texto "A representação do gênero feminino em Lady of Shalott, de Alfred Tennyson" (2021)

¹³⁹ Mestrando em História pelo PPGEAFIN-UNEB. Orientando da Profa. Dra. Márcia Maria da Silva Barreiros. Bolsista CNPQ-CAPES. Atuou como tradutor do poema em anexo e como coautor do texto.

¹⁴⁰ Mestrando em Pedagogia pelo PPGEDUC-UNEB. Bolsista CNPQ-CAPES. Atuou como coautor deste trabalho.

1. INTRODUÇÃO

O poeta Lord Alfred Tennyson nasceu em 6 de agosto de 1809, em Somersby. Tennyson era o quarto filho do pároco George Tennyson, descendente do Rei Eduardo III de Windsor, e Elizabeth Fytche, filha também de um pároco com uma personalidade doce, gentil e especialmente sensível, que, provavelmente, foi herdada pelo futuro poeta. A educação de Tennyson era rigorosa, tendo sido ministrada pelo pai e por alguns professores particulares. Conta o próprio Tennyson que ele era obrigado a memorizar as odes do poeta Horácio manhã após manhã até o fim dos quatro livros. O poeta, mais tarde, irá comentar que por causa dessa educação rígida cultivou-se nele um delicado senso de métrica musical, que o fez chamar o romano, carinhosamente, de mestre (PARSONS, 2011).

Mesmo que, por um lado, a formação do laureado poeta tenha sido bastante rígida para os padrões da época, ele também possuía bastante tempo livre, que gastava caminhando pelos bosques e campos. Tennyson possui um bucolismo acentuado: tal bucolismo, claramente, tem uma ligação com a sua infância entre as árvores e os pássaros onde ele se sentia em paz e desde a adolescência ensaiava seus primeiros poemas. Em 1828 ele vai para Cambridge estudar no Trinity College, onde aderiu a uma das sociedades secretas da elite intelectual, os *Cambridge Apostles* [Apóstolos de Cambridge]. Lá, ele conheceu o seu melhor amigo e, mais tarde, a inspiração de seus poemas, o também poeta Arthur Henry Hallam. Em Cambridge, Tennyson recebe seu primeiro prêmio, o *Chancellor's Gold Medal*, aos 20 anos, com o poema *Timbuctoo*, texto inspirado na cidade de Mali, próxima ao Rio Niger, que, na Idade Média, era uma poderosa cidade comercial e que exercia, na mente dos vitorianos, a função próxima a de um El Dorado inglês. O ano de 1833 não foi um dos melhores para o poeta. Na primavera de 1832, George Tennyson morreu, obrigando-o a deixar Cambridge antes de terminar o curso, sendo obrigado a retornar para a paróquia para sustentar sua mãe e irmãos. O seu melhor amigo, Hallam, visitava-o durante o verão e acabou noivando com a sua irmã, Emilia Tennyson. Durante 1833, temos a publicação do famoso poema *The Lady of Shalott* [A Dama de Shalott]. Será nesse mesmo ano que Tennyson receberá a notícia de que seu melhor amigo, Arthur Henry Hallam, faleceu em Viena, durante as

férias, devido a uma hemorragia cerebral que começara inicialmente como um mal-estar acompanhado de febre.

Em 1833, a morte repentina de Hallam, então noivo de Emily, produziu na mente de Alfred uma impressão profunda e indelével. Enquanto meditava sobre sua tristeza, teve a idéia de expressar suas emoções em versos, o que poderia ser um tributo adequado aos mortos. Em épocas diferentes e em circunstâncias muito diversas, foram compostas as notas elegíacas e reflexões poéticas que compõem “In Memoriam”, um poema que representa muitos estados de espírito e experiências. É uma obra que ocupa um lugar de destaque na literatura. Seus méritos e defeitos são peculiares. Não há outra elegia como esta, e pode-se duvidar que um segundo In Memoriam jamais será escrito. Tennyson ergueu um monumento apropriado e imperecível em memória de seu amigo perdido. Ao conferir a imortalidade a seu amado Arthur, ele a conquistou para si mesmo. Sua melhor afirmação sobre o futuro é ser conhecido e lembrado como o autor de “In Memoriam”, sua obra-prima. (PARSONS, 2011, p. 12, tradução nossa)

Após a morte de Hallam, a família de Tennyson é abalada pelas consequências de péssimos investimentos que os levam à pobreza. O poeta mergulha em melancolia nesta época. Tal melancolia, ao que parece, só foi resolvida após a finalização do poema *In Memoriam A. H. H.* (1849), dedicado a Harlam. O poema se torna um dos favoritos da Rainha Vitória e é referenciado por Arthur Conan Doyle. Tennyson é laureado em 1850 pela Rainha Vitória e se casa com a sua amiga de infância Emily Sellwood com quem terá dois filhos Hallam e Lionel Tennyson. Até o fim da sua vida ele continuará produzindo poemas para a corte da Rainha Vitória até finalmente ser nomeado o Primeiro Barão Tennyson de Aldworth. O laureado poeta falece em 1892 aos 83 anos sendo enterrado na Abadia de Westminster, servindo de grande influência aos Pré-Rafaelitas de que fez parte o pintor ítalo-britânico John William Waterhouse que adorava utilizar como inspiração autores como Homero, Ovídio, Shakespeare, Keats e o próprio Tennyson.

Em meio a isto, nosso propósito é examinar a representação do feminino em *The Lady of Shalott*, considerando as particularidades de seu contexto histórico. Para isso, adotaremos os conceitos de “representação” conforme (CHARTIER, 2002) e “gênero” conforme (SCOTT, 1986).

2. LORD ALFRED TENNYSON E O ROMANTISMO DE SUA ÉPOCA

Lady of Shalott não é a única vez em que vemos Tennyson se utilizando das histórias de cavalaria do Rei Arthur. Em *Idylls of the King* (1859) [Idílios do Rei], Tennyson reconta a lenda do mítico Rei Arthur, de seus cavaleiros, de seu amor por Guinevere, a ascensão e da queda do reino. O ciclo de doze poemas conta diversas histórias que se conectam na tentativa fracassada do lendário líder britânico em estabelecer um reino que pacificaria os homens até este ser morto na feroz batalha de Camlann pelo seu filho-sobrindo Mordred que, por sua vez, também morre assassinado pelo seu pai-tio.

Lady of Shalott faz parte desta leva de poemas inspirados nas tradições arthurianas que foram revividas através do ímpeto de vários homens do século XIX durante o Romantismo Inglês: intelectuais da classe média europeia, filhos de camponeses ou artesãos que ascenderam socialmente passaram a olhar para a cultura dos seus pais e a compor textos, a partir delas, que refletissem as formas originais da formação inglesa. “Os artesãos e camponeses decerto ficaram surpresos ao ver suas casas invadidas por homens e mulheres com roupas e pronúncias de classe média, que insistiam para que cantassem canções tradicionais ou contassem velhas estórias” (BURKE, 2010, p. 26). Esse movimento, que contaminou a Europa do século XVIII e meados do XIX, faz parte do que será chamado de Movimento Romântico, ou Romantismo, que terá características próprias em cada país. O nome “Romantismo” aparece inicialmente em um sentido pejorativo no século XVII exprimindo o desprezo do realismo empírico de forte origem inglesa contra as loucuras quixotescas dos espanhóis (CARPEAUX, 2008). Apenas no século XVIII o termo será revisto e ganhará os traços que conhecemos atualmente.

No século XVIII, a palavra perde o sentido pejorativo: o “revival” de Spencer favorece a revalorização do “romanesco”, e o “revival” de Milton acrescenta o termo de “penseroso”, do homem perdido na contemplação da natureza, do céu, do passado, das ruínas. Agora, “romantismo” significa um “état d’âme” melancólico, o do poeta Gray, meditando entre os túmulos de um cemitério de aldeia, o do poeta Cowper, comparando a natureza, obra de Deus, e a cidade, obra do homem (CARPEAUX, 2008, p. LXXXV – LXXXVI).

Será entre Paris e Berlim que o Romantismo começará a criar suas divisões regionais: o francês, revolucionário, iluminista e republicano, e o alemão, medieval e aristocrático com o *Sturm und Drang* [Tempestade e Ímpeto], em que podemos citar o

exemplo de Johann Goethe (1749-1832), escritor do romance epistolar *Die Leiden des jungen Werthers* [O Sofrimento do Jovem Werther] onde temos o *Empfindung* [sentimentalismo], emoção acima da razão, confrontando diretamente os Iluministas, priorizando o mundo dos sonhos, um romantismo da noite se assim o quisermos chamar, destruindo o mundo da iluminação, como diz Carpeaux (CARPEAUX, 2008, p. XCI).

O período do Romantismo é fruto de dois grandes acontecimentos na história da humanidade, ou seja, a Revolução Francesa e suas derivações e a Revolução Industrial. As duas revoluções geraram e provocaram novos processos, desencadeando forças que resultaram na formação da sociedade moderna, moldando em grande parte os seus ideais (sociais). As instituições políticas tradicionais sofreram fortes abalos e as fronteiras entre os povos foram modificadas criando novo equilíbrio entre as nações. O nacionalismo nesse tempo irrompe impetuosamente a cena, arrastando consigo boa parte dos povos europeus em direção as suas aspirações políticas e sociais. [...] As artes recebem os novos elementos gerados em tais circunstâncias, incorporando-os em suas várias formas de expressão, já anteriormente preparados com a revolução intelectual dos séculos XVII e XVIII (FALBEL *apud* GUINSBURG, 2019, p. 24).

A Inglaterra não terá os movimentos revolucionários que chegam ao ponto de um conflito direto e armado como ocorrera com seus vizinhos alemães e franceses. Em seus escritos, no entanto, os ingleses se voltaram às classes desfavorecidas como o poema de William Blake, *The Little Black Boy* [O Pequeno Garoto Negro], publicado em 1789, onde o poder da voz reside em um garoto negro, escravizado, em uma época onde o movimento abolicionista ainda era fraco e pouco estruturado e assistia apreensivos aos acontecimentos políticos na França.

Os britânicos também produziram o jovem John Keats que se ligou a temas como o desejo pela morte, felicidade e infelicidade no amor, beleza na natureza e na arte; o satânico e egocêntrico George Byron, o Lord Byron, que defenderá a independência da Grécia, bem como sua amiga Mary Shelley, que será reconhecida pelo horror gótico no grotesco monstro do estudante e cientista Victor Frankenstein. William Wordsworth e Samuel Coleridge irão se refugiar da nova ordem social burguesa que se forma no contemporâneo dentro do campesinato que para Wordsworth seria a expressão do ser mais humanizado, longe de todo o capital e barulho da cidade industrial que enriquecerá as histórias de Charles Dickens e próximo da natureza em harmonia enquanto para Coleridge, o passado se torna místico e encantado, cheio de imaginação e mistério. Não

é de se surpreender que ambos lançaram o romantismo inglês em 1798 com a publicação das *Lyrical Ballads* [Baladas Líricas] que surge com a proposta ousada de desafiar o que ambos consideravam pedantes.

Foi publicado, como um experimento que, eu esperava, pode ser de alguma utilidade para determinar, até que ponto, pelo ajuste ao sistema métrico arranjo uma seleção da linguagem real dos homens em um estado de sensação vívida, esse tipo de prazer e essa quantidade de prazer pode ser transmitido, que um Poeta pode racionalmente se esforçar para transmitir (WORDSWORTH, 1802, p.171, tradução nossa).

Wordsworth e Coleridge são o melhor exemplo da noção idealizada do camponês dito pelo filósofo e matemático inglês Bertrand Russell em seu livro *História do Pensamento Ocidental*.

Daí surge a noção idealizada do pobre camponês, que arranca do seu pedaço de terra um viver miserável, mas que é recompensado por ser livre e não corrompido pela civilização urbana. Atribuía-se uma virtude especial ao fato de estar perto da natureza. A espécie de pobreza aprovada era essencialmente rural (RUSSELL, 2013, p. 359).

Esses são os antecessores de Tennyson e será o prematuro Keats sua maior fonte de inspiração. A Dama de Shalott é uma das mais lembradas baladas ou poemas escritos pelo britânico onde há uma inspiração direta de Arthur e seus cavaleiros da Távola Redonda.

3. LADY OF SHALOTT: ANALISANDO A REPRESENTAÇÃO DO FEMININO NO POEMA DE TENNYSON

No quesito formal, o poema se trata de uma balada vitoriana: para este poema específico, Tennyson optou por rimar os três primeiros versos entre si, bem como os três últimos versos de cada estrofe entre si; o refrão se encontra no quarto e no oitavo verso de cada estrofe, ligando a ideia da Dama de Shalott ao cavaleiro Lancelot e à cidade fictícia de Camelot.

O enredo é curto, simples, porém interessante para se observar como Tennyson representa os aspectos do imaginário popular na transição da Antiguidade ao Medievo. No poema, uma jovem, a Dama de Shalott, vive presa numa torre cercada por uma ilha

e lhe é dito que uma maldição cairia sobre ela caso olhasse diretamente para fora do seu claustro por isso a enclausurada observa o mundo através de um espelho mágico.

Parte I

De ambos os lados do rio se estendem Longos campos de cevada e de centeio
Que cobrem a terra e se erguem ao céu; E através dos campos a estrada vai
Para a multitorreada Camelot;

E para cima e para baixo as pessoas vão, Olhando para onde os lírios florescem,
Lá embaixo ao redor de uma ilha,

A ilha de Shalott (APÊNDICE 1).

Aqui nós temos a apresentação do poema e do local onde irá ocorrer o enredo da história. Temos também o estabelecimento de uma dualidade: de um lado está Camelot, movimentada pelo vai e vem e modificada com suas torres pelos moradores da cidade mítica do imaginário ao redor do medievo enquanto; do outro lado, “olhando para onde os lírios florescem”, está a ilha da nossa protagonista.

Salgueiros embranquecem,
álamos tremem, Pequenas
brisas tremulam ao ocaso,
Através das vagas que correm
para sempre, Pela ilha no rio,

Fluindo para Camelot.

Quatro paredes cinzas e quatro torres
cinzas Olhando de cima um espaço
florido,

E, dentro dos caramanchões da silenciosa ilha,

A dama de Shalott (APÊNDICE 1).

A ilha está longe da cidade. Há muito mais de “natureza” do que de “homem” na paisagem onde a Dama vive. A única coisa que foge do natural são as torres onde a protagonista vive. Vale aqui nos lembrarmos do simbolismo das torres.

Lugar dos cativeiros, a torre significa a autoridade exercida indevidamente, como bem o sabem as heroínas das canções de fiar. [...] Polivalência das clausuras do espaço feudal: prêmios de batalhas, elas servem igualmente a situações de ordem privada, no exercício das proibições proferidas pela autoridade; no *Lai du laostic*, a parede se torna o emblema das proibições institucionais e sociais, no limite do verossímil (BOHLER, 2009. p. 324).

A Dama surge como linda, misteriosa, pura, mas, acima de tudo ela é nos apresentada como uma personagem inalcançável. Ela é a heroína das lendas de cavalaria e do amor cortês representada nas linhas de Tennyson mesmo que termine em uma tragédia algo que os românticos tinham muito apreço desde suas origens como Goethe e seu jovem Werther.

Na margem encoberta por salgueiros,
Deslizam as barças pesadas seguidas
Por cavalos lentos; e despercebida
A chalota navegava como seda,

Deslizando para Camelot:

Mas quem a viu acenar com a mão?
Ou ao batente da janela de pé?
Ou ela é conhecida em toda a terra,
A dama de Shalott?

Somente ceifadores, colhendo cedo
Entre a cevada madura,
Ouvem uma música que ecoa alegremente
Do rio girando claramente

Para a torreada Camelot:

E à Lua o ceifador exausto,
Empilhando sacas no arejado terreno elevado
Ouve sussurros “É a fada,

Dama de Shalott” (APÊNDICE 1).

Na primeira estrofe temos o reforço da solidão da jovem. A cidade de Camelot e seu campo estão em movimento, mas ela se encontra parada, solitária e distante de todos. Na segunda estrofe, vemos a dama de Shalott sendo comparada a uma fada quando a mesma se põe a cantar, o que a leva a ser ouvida pelos agricultores da região.

Parte II

Lá ela tece dia e noite

Uma rede mágica de cores alegres.

Ela ouviu um sussurro dizer:

Uma maldição cairá sobre ela

Se ela olhar na direção de Camelot.

Ela não sabe qual pode ser a maldição,

E então ela tece firmemente,

E nenhum outro pequeno cuidado ela tem,

A dama de Shalott.

E se movendo através de um espelho claro,

Pendurado em frente a ela todo o ano,

Sombras do mundo aparecem.

Ali ela vê a estrada próxima,

Serpenteando para Camelot:

Lá gira o redemoinho do rio

E acolá os camponeses grosseiros de cabelos cacheados

E as capas vermelhas das garotas do mercado

Passam adiante de Shalott (APÊNDICE 1).

Na primeira parte do poema, o foco está em demonstrar o ambiente medieval em que se passará a história. Uma cidade-fortaleza ao longe, campos de trigo e centeio, cavaleiros com suas armaduras a trotar em seus cavalos e camponeses trabalhando nos imensos campos. Eis a representação de Tennyson de uma paisagem medieval.

Na segunda parte, já adentramos na vida da Dama de Shalott que mal sabe qual é a sua maldição, mas compreende o aquilo que lhe trará seu infortúnio. A protagonista passa seus dias tecendo. O ato de tecer é muito presente em toda a história. As sombras do mundo que ela vê através do espelho refletem o mundo que há fora da torre. “A clausura aparece, portanto, como uma barreira ao ideal de sociabilidade, à livre circulação dos bens e dos seres, em particular à liberdade de comer junto” (BOHLER, 2009, p. 317).

Às vezes um grupo de donzelas contentes,

Um abade num bamboleante coxim,

Às vezes um jovem pastor de cabelos cacheados,

Ou um mensageiro vestido em carmesim, de cabelos longos,

Vão para a torreada Camelot;
E algumas vezes, através do espelho melancólico,
Os cavaleiros vem cavalgando de dois em dois:
Ela não tem nenhum cavaleiro honesto e verdadeiro,
A dama de Shalott.

Mas em sua rede ela ainda se delicia
Em tecer as visões mágicas do espelho,
Muitas vezes, através das noites silenciosas,

E música, foi a Camelot:
Ou quando a lua está alta
Vieram dois jovens amantes recém-casados:
“Estou meio cansada de sombras”, disse

A dama de Shalott (APÊNDICE 1).

Mesmo vivendo uma situação de clausura, não há desespero ou ansiedade na Dama de Shalott. Pelo contrário, há uma certa satisfação em tecer seu longo tapete assistindo o mundo passar pelo espelho. Porém, depois de assistir um casal apaixonado, ela demonstra descontentamento pela primeira vez, provavelmente por nunca ter se apaixonado.

Parte III

Um tiro de arco da beirada do caramanchão,
Ele cavalgou no meio das sacas de cevada,
O sol brilhava através das folhas,
E lançava chamas sobre as grevas incandescentes

Do corajoso Sir Lancelot.

Um cavalheiro da Cruz Vermelha para sempre ajoelhado
À dama em seu escudo,

Que cintila no campo amarelo,

Ao lado da remota Shalott.

A rédea incrustada de jóias brilhava, livre,
Como um ramo de estrelas que vemos

Pendurado na galáxia dourada

Os sinos das rédeas tocavam alegremente

Enquanto ele cavalgava para Camelot:

E, suspensa pelo cinto com um brasão,

Uma poderosa corneta prateada pendurada,

E, enquanto cavalgava, sua armadura tilintava,

Ao lado da remota Shalott (APÊNDICE 1).

Temos pela primeira vez o aparecimento do cavaleiro Lancelot. A natureza responde a Lancelot. Onde ele passa o ambiente reage ao seu redor. O cavaleiro da Távola carrega os símbolos da cavalaria: a armadura, as armas e o escudo e, principalmente, o símbolo da cruz, objetos estes que, entendidos dentro da perspectiva da cavalaria medieval, significam coragem, lealdade e submissão à Igreja.

Tudo no clima azul sem nuvens

Como jóia espessa fez brilhar a sela de couro,

O elmo e a pluma do elmo,

Ardentes como uma única chama,

Enquanto ele cavalgava para Camelot.

Muitas vezes, através da noite roxa,

Abaixo dos brilhantes aglomerados estrelados,

A rebarba de um meteoro, deixando luz atrás de si,

Se move sobre a silenciosa Shalott.

Sua larga e clara frente à luz do sol brilhava;

Em cascos polidos seu cavalo de guerra andava;

Por baixo de seu elmo tremulavam

Seus cachos pretos como carvão porquanto montava,

Enquanto cavalgava para Camelot.

Da escarpa e do rio,

Ele cintilou no espelho de cristal:

“Tirra lirra” pelo rio

Cantou Sir Lancelot.

Ela deixou a rede, ela deixou o tear,
Ela deu três passos pelo quarto,
Ela viu o lírio aquático florescer,
Ela viu o elmo e a pluma,
Ela olhou para Camelot.
Para fora voou a rede e flutuou na imensidão;
O espelho se quebrou de lado a lado;
“A maldição está sobre mim”, gritou
A dama de Shalott (APÊNDICE 1).

É nesse momento, de repente, em um lance de olhar desprezioso e inocente, nossa protagonista é tomada rapidamente pelo amor. “Se lhe tivesse sido possível” diz a Emma Bovary, de Flaubert, “depositar sua vida em algum grande coração sólido, então, confundindo-se a virtude com a ternura, as volúpias e o dever.”. A maldição acerta a dama de Shalott como um relâmpago no momento em que ela olha para o cavaleiro Lancelot do alto de sua torre. E eis a segunda vez que escutamos a voz da Dama de Shalott que deve ter tido uma mistura de sentimentos com o fim trágico que se aproxima dela.

A paixão passa a ser unicamente energia; provoca o choque elétrico do ser, que preludia o amor. Este, a um só tempo vínculo entre dois indivíduos e penetração conjunta no seio de uma esfera mágica, assegura a passagem da ordem natural à ordem poética. É um sentimento que implica tal afinidade espiritual que cada um dos dois parceiros adquire a certeza da eternidade do acordo (CORBIN, 2009, p. 485).

A uma nova maneira de amar no século do autor. A filha de Eva ainda carrega o medo e os olhares desconfiados, porém o ato de amar a modifica. Shakespeare escreve os apaixonados Romeu e Julieta que mal completa sete dias como uma maneira de alertar os jovens dos perigos dessa energia, uma espécie de resposta estoica as paixões. Em Tennyson, temos o inverso: há um engrandecimento do amor romântico onde cabe a mulher provocar essa turbulência e afetar a rotina do homem. O amor romântico muda a maneira de se comportar. O olhar se torna muito mais persuasivo e a vergonha se exacerba substituindo a razão lógica dos iluministas pelo “irresistível impulso para o ideal” (CORBIN, 2009, p. 487).

Parte IV

Se esforçando no tempestuoso vento leste,
O pálido bosque amarelo minguava,
O amplo fluxo em sua margem se lamentava;
Baixo e pesado, o céu chovia,

Sobre a torreada Camelot.

À terra ela veio e encontrou um barco
Flutuando ao pé de um salgueiro
E, ao redor da proa, ela escreveu,

A Dama de Shalott.

E descendo a extensa escuridão do rio,
Como um ousado vidente em transe,
Vendo todo seu próprio infortúnio – Com olhar vítreo

Ela olhou para Camelot.

E no final do dia
Ela libertou as correntes e se deitou
E a corrente a levou para muito longe,

A dama de Shalott (APÊNDICE 1).

Assim como a natureza se regozija no início do poema. Nesse momento, quase anunciando o fim da protagonista, temos outra paisagem: a natureza se torna selvagem, anunciando os sentimentos da personagem que aceita seu fim, mas é tomada pelo desejo de encontrar o seu cavaleiro.

A demonstração do poema dos aspectos melancólicos do amor e do estado espiritual de sofrendo por amor, fascinou os Pré-Rafaelitas. O poema tratou do tema popular de amor não correspondido, e a Senhora de Shalott exemplificou a mulher inatingível, a amaldiçoada mulher, e a mulher sacrificando tudo por um amor condenado. Artistas como Hunt, Waterhouse e Shaw enfatizaram esses temas ilustrando as cenas mais trágicas do poema (SIULI, 2017, p. 6, tradução nossa).

A Dama é retratada de maneira sensual pelos seus pintores. O balançar dos cabelos, as formas do corpo, as poses e até mesmo sua pele nos faz refletir que há uma sensualidade na personagem, uma sensualidade misturada com uma virgindade.

Deitada, vestido branco-neve

Que livremente voava para a esquerda e a direita –

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/discntis/index>
V. 9, N. 1, jan-dez, 2024 | ISSN eletrônico: 2317-0522

As folhas caindo sobre ela, claras,
Através dos sons da noite,
Ela flutuou para Camelot:
E, enquanto a proa do barco atravessava
Por entre colinas de salgueiros e os campos,
Eles a ouviram cantar sua última canção,
A dama de Shalott.
Ouviram uma canção fúnebre, sagrada,
Cantada alto, cantado baixo,
Até que seu sangue se gelou lentamente
E seus olhos, escurecendo totalmente,
Voltaram-se à torreada Camelot.
Antes que ela alcançasse
A primeira casa na margem,
Cantando sua canção ela morreu,

A dama de Shalott (APÊNDICE 1)

A música, mesmo que não ouvida, tem bastante poder em *Lady of Shalott*. Inicialmente como uma canção de fiar que as mulheres usaram durante séculos como passatempo, agora ela ressurge com a força de um réquiem, anunciando a morte da protagonista.

Sob a torre e o alpendre,
Pela parede do jardim e pela galeria,
Como uma forma brilhante ela flutuava,
Uma palidez mortuária entre as casas altas,
Silêncio dentro de Camelot.
Sobre o cais eles vieram,
Cavaleiro e burguês, lorde e dama,
E ao redor da proa eles leram seu nome,
A dama de Shalott
Quem é essa? Que está aqui?
E no iluminado palácio próximo
Morreu o som do cortejo real.

E eles se benzeram por medo,
Todos os cavaleiros de Camelot.
Mas Lancelot pediu um pequeno espaço
Ele disse “Ela tem uma face amável;
Deus, em sua misericórdia, emprestou sua graça
À dama de Shalott” (APÊNDICE 1).

A Dama de Shalott falece de maneira similar à Branca de Neve, preservada e intacta, simbolizando a mulher perfeita com a sua “face amável”.

O poema, como pode ser visto, caminha dentro de uma pequena tensão sexual que é bem captada pelos seus artistas futuros.

Embora as atitudes vitorianas em relação às mulheres fossem altamente complexas, a diferença mais marcante entre as representações dos artistas masculinos da Dama de Shalott e as representações das artistas femininas ocorreu nas atitudes dos artistas em relação à Dama como mulher. Os artistas masculinos destacaram a posição da Dama como objeto de desejo, retratando-a como uma mulher idealizada e sensual: bela, misteriosa, pura e, acima de tudo, inatingível. Essas características da Dama contribuíram para sua atratividade suprema, que foi enfatizada em ilustrações de artistas como Meteyard, Hunt e Rossetti. (SIULI, 2017, p. 6, tradução nossa)

O período que Tennyson escreve é onde temos os primeiros rebuliços dos movimentos feministas como Mary Wollstonecraft que escreveu em 1792 *A Vindication of the Rights of Woman: with Strictures on Political and Moral Subjects* [Uma Vindicação dos Direitos da Mulher: com Restrições sobre Assuntos Políticos e Morais] onde defendia a educação das mulheres se opondo a teorias educacionais do século XVIII e que homens e mulheres são iguais e o próprio Tennyson, na década de 40, teria dito pelo seu biógrafo, Hallam Tennyson, (2005, p. 206, tradução nossa): “As duas grandes questões sociais iminentes na Inglaterra eram ‘a educação dos pobres antes de torná-los nossos mestres e a educação superior da mulher’”. Em 1847 publicou o poema *The Princess: Medley* inspirando-se na sua esposa e como uma resposta à fundação do *Queen’s College*, primeira universidade britânica para mulheres.

O enredo conta a história de uma princesa que abdica do mundo dos homens e funda uma universidade para mulheres onde os homens não podem entrar. O príncipe que ela era prometida se disfarça de mulher com seus amigos. Eles são descobertos e

fogem, mas eventualmente eles lutam pela mão da princesa terminando por se ferirem, mas uma enfermeira os salva e eventualmente a princesa dá sua mão ao príncipe.

Um poema com uma premissa simples, porém carregado da estética de um período e das vozes e lendas da cultura tradicional inglesa que foram revividas por poetas comprometidos a resgatá-las. Em *Lady of Shalott*, o feminino da Idade Média ganha, por meio de Tennyson, novos traços; traços de uma mulher que se compromete a amar independente das consequências representando a nova maneira de amar que o período pós-1789 permitiu, quebrando não apenas convenções sociais, mas, em algum nível convenções morais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alfred Tennyson e sua obra, infelizmente, acabaram não tendo a sua devida importância no Brasil. Na Inglaterra, lembrado como um Machado de Assis anglófono, ganhou ao passar dos anos maior reconhecimento nos pincéis dos pré-rafaelitas lembrado como um expoente da poesia inglesa aludido no romance de Oscar Wilde, *O Retrato de Dorian Gray*. Alguns séculos à frente, é possível notá-lo sendo referenciado no filme *V de Vingança* na galeria do anti-herói revolucionário.

Um poema com uma premissa simples, porém carregado da estética de um período e das vozes e lendas da cultura tradicional inglesa que foram revividas por poetas comprometidos a resgatá-las. Em *Lady of Shalott*, o feminino da Idade Média ganha, por meio de Tennyson, novos traços; traços de uma mulher que se compromete a amar independente das consequências representando a nova maneira de amar que o período pós-1789 permitiu, quebrando não apenas convenções sociais, mas, em algum nível convenções morais onde amar se torna um ato de liberdade.

FONTES

Lord Tennyson, Alfred. *Lady of Shalott*. In: _____. **The Complete Works of Lord Alfred Tennyson, v. II**. New York: Frederick A. Stokes Company, 1981. p. 23-25.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Phillipe; DUBY, Georges. **História da Vida Privada: Da Europa Feudal à Renascença**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2009.

BARREIROS, Márcia Maria. Representações Femininas na Idade Média: O Olhar de Georges Duby. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.21, p.37-50, jul./dez. 1999.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Média**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CAMPBELL, Joseph. **O Herói de Mil Faces**. São Paulo: Pensamento, 1989.

CARPEAUX, Otto Maria. **História da Literatura Ocidental**. Brasília: Senado Federal, 2008.

GUINSBURG, Jacob (org.). **O Romantismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital: 1848-1875**. São Paulo: Paz & Terra, 2013.

PARSONS, Eugene. **Poems of Alfred Lord Tennyson**. Nova York: Thomas Y. Crowell Company, 2011.

RUSSELL, Bertrand. **História do Pensamento Ocidental: Dos Pré-Socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

SIULI, Shantanu. **Conveying the Female Death and The Lady of Shalott: A detailed case study of Browning's The Lady of Shalott**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322355551_Literary_Herald_Conveying_the_Female_Death_and_The_Lady_of_Shalott_A_detailed_case_study_of_Browning%27s_The_Lady_of_Shalott . Acesso em: 21 de outubro de 2021.

TENNYSON, Hallam. **Alfred Lord Tennyson: A Memoir by His Son**. Montana: Kessinger Publishing, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Lembranças de 1848**: As jornadas revolucionárias em Paris. São Paulo: Penguin-Companhia, 2011.

WORDSWORTH, William; COLERRIDGE, Samuel Taylor. **Lyrical Ballads**. [S.I.]. Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4648599/mod_resource/content/1/WORDSWORTH%20AND%20COLERIDGE%20%20LYRICAL%20BALLADS%201798%20AND%201800.pdf>. Acesso em: 21 de out. de 2021.

APÊNDICE 1 – TRADUÇÃO DE “LADY OF SHALOTT”

A dama de Shalott

Parte I

De ambos os lados do rio se estendem
Longos campos de cevada e de centeio
Que cobrem a terra e se erguem ao céu;
E através dos campos a estrada vai
Para a multitorreada Camelot;
E para cima e para baixo as pessoas vão,
Olhando para onde os lírios florescem,
Lá embaixo ao redor de uma ilha,
A ilha de Shalott.

Salgueiros embranquecem, álamos tremem,
Pequenas brisas tremulam ao ocaso,
Através das vagas que correm para sempre,
Através da ilha no rio
Que flui para Camelot.

Quatro paredes cinzas e quatro torres cinzas
Olham de cima um espaço florido,
E, dentro dos caramanchões da silenciosa ilha,
Eis a dama de Shalott.

Na margem encoberta por salgueiros,
Deslizam as barças pesadas seguidas
Por cavalos lentos; e despercebida
A chalota navegava como seda,
Deslizando para Camelot:

Mas quem a viu acenar com a mão?

Ou ao batente da janela de pé?
Ou ela é conhecida em toda a terra,
A dama de Shalott?

Somente ceifadores, colhendo cedo
Entre a cevada madura,
Ouvem uma música que ecoa alegremente,
Do rio girando claramente
Para a torreada Camelot:
E à lua o ceifador exausto,
Empilhando sacas no arejado terreno elevado
Ouve sussurros, “É a fada,
Dama de Shalott”.

Parte II

Lá ela tece dia e noite

Uma rede mágica de cores alegres.

Ela ouviu um sussurro dizer:

Uma maldição cairá sobre ela

Se ela olhar na direção de Camelot.

Ela não sabe qual pode ser a maldição,

E então ela tece firmemente,

E nenhum outro pequeno cuidado ela tem,

A dama de Shalott.

E se movendo através de um espelho claro,

Pendurado em frente a ela todo o ano,

Sombras do mundo aparecem.

Ali ela vê a estrada próxima,

Serpenteando para Camelot:

Lá gira o redemoinho do rio

E acolá os camponeses grosseiros de cabelos cacheados

E as capas vermelhas das garotas do mercado

Passam adiante de Shalott.

Às vezes um grupo de donzelas contentes,

Um abade num bamboleante coxim,

Às vezes um jovem pastor de cabelos cacheados,

Ou um mensageiro vestido em carmesim, de cabelos longos,

Vão para a torreada Camelot;

E algumas vezes, através do espelho melancólico,

Os cavaleiros vêm cavalgando de dois em dois:

Ela não tem nenhum cavaleiro honesto e verdadeiro,

A dama de Shalott.

Mas em sua rede ela ainda se delicia
Em tecer as visões mágicas do espelho;
Muitas vezes, através das noites silenciosas,
Um funeral, com plumas e luzes
E música foi a Camelot:
Ou quando a lua está alta
Vieram dois jovens amantes recém-casados:
“Estou meio cansada de sombras”, disse
A dama de Shalott.

Parte III

Um tiro de arco da beirada do caramanchão,
Ele cavalgou no meio das sacas de cevada,
O sol brilhava através das folhas
E lançava chamas sobre as grevas incandescentes

Do corajoso Sir Lancelot.

Um cavaleiro da Cruz Vermelha para sempre ajoelhado
À dama em seu escudo,
Que cintila no campo amarelo,
Ao lado da remota Shalott.

A rédea incrustada de jóias brilhava, livre,
Como um ramo de estrelas que vemos
Pendurado na galáxia dourada
Os sinos das rédeas tocavam alegremente
Enquanto ele cavalgava para Camelot:

E, suspensa pelo cinto com um brasão,
Uma poderosa corneta prateada pendurada,
E, enquanto cavalgava, sua armadura tilintava,
Ao lado da remota Shalott.

Tudo no clima azul sem nuvens
Como jóia espessa fez brilhar a sela de couro,
O elmo e a pluma do elmo,
Ardentes como uma única chama,
Enquanto ele cavalgava para Camelot.
Muitas vezes, através da noite roxa,
Abaixo dos brilhantes aglomerados estrelados,
A rebarba de um meteoro, deixando luz atrás de si,
Se move sobre a silenciosa Shalott.

Sua larga e clara fronte à luz do sol brilhava;
Em cascos polidos seu cavalo de guerra andava;
Por baixo de seu elmo tremulavam
Seus cachos pretos como carvão porquanto montava,
Enquanto cavalgava para Camelot.
Da escarpa e do rio,
Ele cintilou no espelho de cristal:
“Tirra lirra” pelo rio
Cantou Sir Lancelot.

Ela deixou a rede, ela deixou o tear,
Ela deu três passos pelo quarto,
Ela viu o lírio aquático florescer,
Ela viu o elmo e a pluma,
Ela olhou para Camelot.
Para fora voou a rede e flutuou na imensidão;
O espelho se quebrou de lado a lado;
“A maldição está sobre mim”, gritou
A dama de Shalott.

Parte IV

Se esforçando no tempestuoso vento leste,
O pálido bosque amarelo mingua,
O amplo fluxo em sua margem se lamentava;
Baixo e pesado, o céu chovia,
Sobre a torreada Camelot.

À terra ela veio e encontrou um barco
Flutuando ao pé de um salgueiro
E, ao redor da proa, ela escreveu,
A Dama de Shalott.

E descendo a extensa escuridão do rio,
Como um ousado vidente em transe,
Vendo todo seu próprio infortúnio –
Com olhar vítreo,
Ela olhou para Camelot.

E no final do dia,
Ela libertou as correntes e se deitou
E a corrente a levou para muito longe,
A dama de Shalott.

Deitada, vestido branco-neve,
Que livremente voava para a esquerda e a direita –
As folhas caindo sobre ela, claras,
Através dos sons da noite,
Ela flutuou para Camelot:

E, enquanto a proa do barco atravessava
Por entre colinas de salgueiros e os campos,
Eles a ouviram cantar sua última canção,
A dama de Shalott.

Ouviram uma canção fúnebre, sagrada,
Cantada alto, cantada baixo,
Até que seu sangue se gelou lentamente
E seus olhos, escurecendo totalmente,
Voltaram-se à torreada Camelot.

Antes que ela alcançasse
A primeira casa na margem,
Cantando sua canção ela morreu,
A dama de Shalott.

Sob a torre e o alpendre,
Pela parede do jardim e pela galeria,
Como uma forma brilhante ela flutuava,
Uma palidez mortuária entre as casas altas,
Silêncio dentro de Camelot.
Sobre o cais eles vieram,
Cavaleiro e burguês, lorde e dama,
E ao redor da proa eles leram seu nome,
A dama de Shalott

Quem é essa? Que está aqui?
E no iluminado palácio próximo
Morreu o som do cortejo real.
E eles se benzeram por medo,
Todos os cavaleiros de Camelot.
Mas Lancelot pediu um pequeno espaço
Ele disse “Ela tem uma face amável;
Deus, por misericórdia, emprestou sua graça
À dama de Shalott”.



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

DCHT - XVI
Departamento de Ciências
Humanas e Tecnologias - Irecê



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

DCHT - XVI
Departamento de Ciências
Humanas e Tecnologias - Irecê



DISCENTIS

REVISTA CIENTÍFICA DA UNEB - IRECÊ
VISSN ELETRÔNICO: 2317-0522



Portal de Periódicos da UNEB



Google
Acadêmico

ORCID



sumários
Sumários de Revistas Brasileiras .org